



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 1

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal nº 1371, de 2021 e 1372, de 2021, para "apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios."

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues

RELATOR: Senador Renan Calheiros

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e hum minuto do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Otto Alencar, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Weverton e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Nelsinho Trad, Leila Barros, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Soraya Thronicke, Eduardo Gomes, Jean Paul Prates, Eliziane Gama e Alvaro Dias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação e eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Realizada instalação e eleição do Presidente, Senador Omar Aziz, do Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues e designado relator, Senador Renan Calheiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente Eventual da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/04/27>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão para eleição, já que temos quórum suficiente para a abertura e para a eleição do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, por decisão do Presidente Rodrigo Pacheco e com publicação da sua decisão para que pudesse ser feita a investigação, através do requerimento do Senador Randolfe Rodrigues e outros e também do requerimento que foi encaminhado pelo Senador Eduardo Girão, este apensado ao primeiro requerimento, para investigação das dificuldades que foram encontradas no atendimento às pessoas no Estado de Amazonas, em Manaus, por falta de oxigênio, de insumos necessários à preservação da vida dos pacientes; além disso, a fiscalização e apuração dos recursos federais que foram destinados aos Estados e Municípios para o combate à Covid-19.

Portanto, está aberta a sessão.

Pela ordem, passo a palavra ao Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu achava que nós deveríamos suspender a atual sessão até que seja sanado um vício que não vejo como ser superado: o nosso Regimento Interno, no Capítulo XIV, art. 145, inciso III, expressa – e não deixa a menor dúvida – que um Senador só pode fazer parte de Comissões Parlamentares de Inquérito sendo em uma Comissão como titular e em outra Comissão como suplente, e nós temos alguns casos aqui de Senadores que fazem parte de mais de uma CPI – perdoe-me por dizer –, inclusive V. Exa., porque o senhor faz parte da CPI da Pandemia, como titular, e da CPI da Chapecoense.

Eu não quero criar nenhum problema, mas eu quero que isso seja sanado. Antes, acho que as Lideranças têm que comunicar a saída – acho que o senhor vai querer... Nós temos outros Senadores, como o Senador Jorginho Mello, aqui também, pelo que vi aqui, e acho que pode haver outros Senadores, o Girão também... Então, nós temos que sanar, e eu acho que temos que suspender a CPI até que esse vício insuperável seja sanado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Ciro Nogueira, esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, V. Exa. sabe que não é temática. Então, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, de acordo com decisão do Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco. Em outras oportunidades, várias CPIs foram aqui instaladas, funcionando, inclusive aquela a que V. Exa. se referiu – V. Exa. se refere à CPI da Chapecoense, da qual eu participo –, e V. Exa. não questionou à época. Portanto, eu indefiro a questão de ordem de V. Exa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, não é o caso de indeferir ou não. Isso aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu indeferi. Sou Presidente e posso indeferir.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor está indo contra o Regimento. Não é isso. O senhor faz parte da CPI da Pandemia e da CPI da Chapecoense.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Por que V. Exa. não questionou à época essa questão de ordem?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Porque eu estou questionando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. está querendo dificultar a instalação da Comissão...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não estou querendo dificultar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... que é uma coisa que eu acho que não cabe a V. Exa. fazer, até porque V. Exa. não é contra a investigação da destinação de recursos...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador, eu não vou entrar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois é.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – A sua avaliação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas a questão de ordem está indeferida, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu recorro da sua decisão, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exato. Eu falei isso. Eu falei que é o Presidente do Senado. Eu disse a ele que é uma decisão do Presidente do Senado. Ele tem que questionar o Presidente do Senado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não. No acordo para a composição, eu não tenho que questionar, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está muito claro no Regimento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não está claro, não. Está claro que o senhor não está respeitando o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A designação dos membros é feita pelo Presidente do Senado, como eu falei a V. Exa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu sei, Sr. Presidente, mas está bem expresso no Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Cabe a V. Exa. questionar o Presidente do Senado.

Então, está indeferida a questão de ordem de V. Exa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu recorro da sua decisão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Izalci.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para informar a V. Exa. que eu, como Líder do PSDB, tive essa preocupação nas indicações. E eu, por ser o Relator da CPI da Chapecoense, achei também que não poderia participar. Foi quando então consultei a Presidência, a Mesa, e me disseram exatamente que, primeiro, a CPI estava suspensa, a CPI da Chapecoense não está em funcionamento, portanto, eu poderia indicar qualquer membro, mesmo que estivesse no rol de outras CPIs que não estivessem funcionando. Só para facilitar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Diga, Jorge.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para questão de ordem.) – Peço a palavra e a permissão de V. Exa. Quero fazer uma questão de ordem.

Eu também sou membro da CPI da Chapecoense. Se preciso, já vou pedir que, mesmo ela estando paralisada, eu possa não fazer mais parte, pertencer a essa CPI.

Quero fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente. Gostaria da atenção dos Srs. Senadores.

Impedimento de Parlamentares para compor a CPI com vínculo sanguíneo com potencial investigado, bem como impedimento de vir a ser indicado relator na comissão parlamentar de inquérito.

Sr. Presidente, com fundamento nos arts. 153 e 306 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como art. 252, inciso IV do Código de Processo Penal, apresento a seguinte questão de ordem.

O art. 153 do Regimento Interno desta Casa, inserido no Capítulo XIV, ao tratar da matéria atinente às Comissões Parlamentares de Inquérito e seus processamentos, preconiza que:

Capítulo XIV.

Das Comissões Parlamentares de Inquérito (Const., art. 58, §3º)

(...)

Art. 153. Nos atos processuais, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal. Deste modo, e tendo em vista as previsões elencadas no Código de Processo Penal, que é a norma a ser aplicada de forma subsidiária, consoante expressa determinação do Regimento Interno, verifica-se o art. 252 do referido diploma processual:

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

.....
IV - ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

Importante ressaltar que o Código de Processo Penal também estabelece que a não declaração de impedimento por parte do julgador não impede que as partes possam suscitar este problema jurídico. Assim define o art. 112 do CPP *in verbis*:

Art. 112. O juiz, o órgão do Ministério Público, os serventuários ou funcionários de justiça e os peritos ou intérpretes abster-se-ão de servir no processo, quando houver incompatibilidade ou impedimento legal, que declararão nos autos. Se não se der a abstenção, a incompatibilidade ou impedimento poderá ser arguido pelas partes, seguindo-se o processo estabelecido para a exceção de suspeição.

O artigo 306 do Regimento Interno do Senado Federal relaciona ainda que:

Art. 306. Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de quórum.

Perceba, Excelência, que a norma regimental não estabelece discricionariedade na autodeclaração de impedimento. O regimento é claro ao estabelecer que o Senador deverá declarar o impedimento antes da votação.

Ora, se não lhes é permitido votar em matérias em que possam ter interesse pessoal, por óbvio e por economia processual, também não deverá ser permitida a participação de Parlamentares que possam ter



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se abster de votar ou relatar por estarem diante de um claro impedimento. Ainda destacamos que, segundo a mídia nacional, um dos Parlamentares que julgamos impedidos seria o relator da CPI. Importante ressaltar que no relatório apresentado pelo relator consta expressamente o voto, sendo ele o fio condutor para o desfecho do processo investigatório.

Cumprе destacar ainda que as Comissões Parlamentares de Inquérito possuem funções a mais que as comissões permanentes, destacando-se o poder de investigar. Exercendo analogia, se não é permitido votar em matérias em que os Parlamentares possam ter interesse pessoal, devendo, obrigatoriamente, se declarar impedido, parece-nos óbvio que o Parlamentar também deverá ser declarado impedido quando puder ter conflito de interesse no processo investigatório.

A aplicação subsidiária do Código de Processo Penal decorre da circunstância de que as Comissões Parlamentares de Inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, o que exige uma atuação imparcial dos membros que participarão da mesma. Consoante art. 58, §3º, da Constituição Federal:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

.....
.....
§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, [...] por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Sobre o impedimento no processo penal, Eugênio Pacelli *in Curso de Processo Penal*, 23. ed., São Paulo, Atlas, 2019:

"[...] Tanto as causas que determinam a suspeição quanto aquelas que estabelecem casos de impedimento do juiz dizem respeito a fatos e circunstâncias, subjetivos ou objetivos, que, de alguma maneira, podem afetar a imparcialidade do julgador na apreciação do caso concreto."

Cabe ainda ressaltar que o art. 6º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, também preleciona que o Código de Processo Penal deve ser aplicado nos atos das CPIs: "Art. 6º. O processo e a instrução dos inquéritos obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes for aplicável, às normas do processo penal".

Tendo em vista as previsões legislativas acima elencadas, mostra-se evidente a vedação, por força do ordenamento jurídico pátrio, da participação de Parlamentares que possuam parentes em linha reta ou colateral até terceiro grau. Cumprе salientar que entre os membros desta CPI contam-se dois Parlamentares que possuem parentes em gestões estaduais. Há que se destacar ainda que se veiculou em mídia nacional que estariam definidos o Presidente, o Vice-Presidente e também o Relator. A função de relatoria ora tratada seria designada ao nobre Senador Renan Calheiros, Parlamentar importante que, com certeza, teria todos os requisitos necessários para dar suporte técnico e que exerce com maestria o contraditório. Contudo, o Parlamentar possui parentesco de primeiro grau, por descendência, com pessoa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a ser investigada na presente Comissão Parlamentar, qual seja o Sr. José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, Governador do Estado de Alagoas e filho do citado Senador.

Assim, deve ser interpretada a participação não só como membro da CPI, mas também como Relator da CPI, posição na qual terá a incumbência de consignar as conclusões da Comissão, com risco de parcialidade por conta do vínculo sanguíneo.

Deste modo, mostra-se imperiosa a declaração, pelo próprio Parlamentar, de seu impedimento, nos termos do Código de Processo Penal, por haver absoluta presunção de impossibilidade de exercer as funções investigativas exigidas com a imparcialidade necessária. Frise-se: trata-se, no caso em tela, de norma de ordem pública.

O Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de aduzir no sentido da possibilidade do raciocínio ora esposado, qual seja, de reconhecer vícios de impedimento ou suspeição de membros de Comissões Parlamentares de Inquérito, ao conceder liminar em decisão referente à Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser instalada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul. No caso, tratava-se de vício de suspeição do Presidente da CPI, foi na decisão monocrática em julgamento de 11/06/2007, proferida pela Ministra Ellen Gracie no SS 3.031.

Importante ressaltar que há claro afrontamento a princípios constitucionais, destaca-se o princípio da impessoalidade e moralidade (art. 37 da Constituição Federal), probidade administrativa, devido processo legal.

Necessita-se destacar que, no dia 23 de abril de 2021, o Excelentíssimo colega Senador Renan Calheiros assim se manifestou em uma famosa rede social: “[...] Desde já me declaro parcial para tratar qualquer tema na CPI que envolva Alagoas. Não relatarei ou votarei. Não há sequer indícios quanto ao Estado, mas minha suspeição antecipada é decisão de foro íntimo”.

Trazemos um importante fator a ser debatido pelos presentes pares componentes desta CPI. Vejam, caros colegas: digamos que seja confirmado como Relator o Senador Renan e que ele se exima de votar ou relatar investigações sobre o Estado de Alagoas. Para compor o número de votantes, chamaríamos o seu suplente, no caso, o Senador Jader Barbalho, que também poderia ter um parente consanguíneo sendo investigado.

Ainda poderemos ter outro grave problema, o provável relator da CPI não poderia apresentar o relatório final, que apresenta todos os investigados e suas possíveis improbidades ao Ministério Público, eis que um desses investigados poderá ter relação de consanguinidade com o referido Relator.

Colegas, em analogia a uma famosa frase dita pelo Imperador Júlio César: não basta que a gestão da coisa pública seja honesta, ela precisa parecer e transparecer ser honesta. O que quero destacar é que uma importante investigação, que poderá ter impactos importantes para nossa República, não pode ser continuada se existir um quê de desconfiança.

Por todo exposto, portanto, apresento a presente questão de ordem ao crivo de V. Exa. e solicito os devidos esclarecimentos sobre os dispositivos violados e ora indicados para arguir o impedimento dos Parlamentares Renan Calheiros e Senador Jader Barbalho para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito e, mais, para relatar a CPI da Pandemia, nos termos do Código de Processo Penal, sendo este o diploma normativo que, conforme estabelecido pelo art. 153 desta Casa, deve ser aplicado subsidiariamente aos atos processuais no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente Otto Alencar, este é o meu pedido de questão de ordem e gostaria de submetê-lo a V. Exa. de forma muito respeitosa para que a gente possa fazer com que esta Comissão tenha condições de,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desapaixonadamente, exercer a sua função, todos nós agora, depois de instalada: a função de juiz para julgar sem ter nenhum tipo de impedimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pela ordem, Presidente Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já tem pela ordem solicitada pelo Senador Eduardo Braga, depois o Senador Eduardo Girão – pela ordem de solicitação...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Um minutinho, Senador Ciro.

Depois o Senador Marcos Rogério, depois o Senador Alessandro Vieira – que solicitou –, o Senador Humberto Costa, o Senador Randolfe Rodrigues e depois o Senador Rogério Carvalho.

São várias questões de ordem e, depois, o Senador Ciro Nogueira, que já tinha formulado a primeira, vai ficar por último.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Eu gostaria que o senhor colocasse para deliberação do Plenário, Sr. Presidente; o senhor não colocou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, V. Exa. ficará para depois da decisão das questões de ordem. Eu não posso...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sim, mas a minha questão de ordem é anterior.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não posso colocar a decisão a Plenário antes de ouvir os outros Senadores, senão fica V. Exa...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas já é outra questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, não, depois eu coloco. Não há dúvida de que eu vou levar a Plenário o que V. Exa. pede.

Pela ordem o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham neste momento, primeiro, eu quero aqui manifestar a minha profunda tristeza de poder estar hoje, na condição de Senador da República, participando da instalação da CPI que trata de um tema muito doloroso a milhares de brasileiros. Aqui, Senador Jorginho – V. Exa. apresentou uma questão de ordem técnica –, não se trata apenas de questões de filigranas jurídicas. Trata-se de questão muito, mas muito maior do que isso: o valor à vida. Valor à vida de brasileiros que, lamentavelmente, nos deixaram ou porque nós não nos planejamos, ou porque nós não adotamos uma posição afirmativa em torno dos protocolos que deveríamos ter adotado, ou porque não fomos diligentes o suficiente para o suprimento dos medicamentos, dos equipamentos, do treinamento de pessoal e de outras questões importantíssimas, como a vacinação, Sr. Presidente.

Veja, questão de ordem levantada com relação a dois companheiros do MDB. Um, o Senador Renan Calheiros, que nem sequer, até agora, foi designado Relator. Nem sequer foi designado Relator.

O Estado de Alagoas não sofre um inquérito ou uma investigação sequer sobre nenhuma dessas questões conectadas ou conexas à questão da Covid-19, diferentemente do meu Estado do Amazonas, que, no dia de ontem, o Procurador-Geral da República denunciou – não é mais em fase de inquérito, não – o Sr. Governador, o Sr. Vice-Governador e mais 15 autoridades públicas. Pelo quê? Por desvio, por formação de quadrilha, por uma série de questões que estão lá levantadas pela Polícia Federal, estão lá



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levantadas pelo Ministério Público Federal. Ora, isso me torna suspeito para estar aqui ou torna o Senador Omar Aziz suspeito para estar aqui? Se amanhã o Estado de Santa Catarina, cujo Governador já sofre processo de *impeachment*, exatamente por questões como as tais, isso por acaso significaria um impedimento a V. Exa. para poder aqui, em nome das 400 mil famílias enlutadas do Brasil, fazer o dever que nós temos que ter, de encontrar caminhos para que o Brasil tenha uma posição afirmativa para salvar vidas?

Sr. Presidente, eu compreendo a disputa, eu compreendo a lógica, mas eu não posso admitir que uma Comissão que tem a responsabilidade histórica de apontar caminhos para que nós possamos melhorar a vacinação, para que nós possamos melhorar os *kits* de intubação e para que nós possamos melhorar os protocolos de tratamento, para que nós possamos esclarecer para onde foi o dinheiro público que nós aprovamos, fique numa disputa de filigranas, Sr. Presidente, que não estão apropriadas para o momento.

Em questões processuais, você tem o momento para poder arguir. Este não é o momento, Sr. Presidente. Não há nem escolha de Relator, não há nem quem julgar suspeito. Não houve nem eleição do Presidente. Portanto, eu quero aqui me manifestar, em nome do MDB, contrariamente à questão de ordem apresentada pelo ilustre e sempre competente Senador Jorginho Mello e dizer que, lamentavelmente, mesmo tentando chegar pontualmente, eu acabei não ouvindo a questão de ordem apresentada pelo Senador Ciro. Eu vou me aprofundar sobre ela e, apropriadamente, quando V. Exa. a colocar, eu me manifestarei em nome do MDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Só respondendo ao Senador Jorginho Mello, pelo qual tenho muito respeito e admiração, esse é um assunto futuro. V. Exa. poderá fazer essa questão de ordem ao Presidente eleito. Eu não posso definir a sua questão de ordem, até porque não serei eu quem vai indicar o Relator. O Relator será indicado pelo Presidente eleito. Portanto, Senador Jorginho Mello, V. Exa. poderá fazer isso depois da Comissão instalada. V. Exa. poderá questionar ao Presidente eleito. Eu peço que V. Exa. entenda a minha posição. Eu não posso definir nem decidir o que V. Exa. me pede por ser um assunto futuro a respeito desse tema.

Agora, pela ordem, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, Senador, meu amigo e irmão Otto Alencar, todos os demais colegas aqui presentes neste momento histórico, é bom rever cada um de vocês, de verdade.

Eu ficaria mais feliz, confesso, se a gente estivesse aqui reunido, neste momento de dificuldade que a gente vive no País, com tanto desemprego, com fome, com problemas sanitários, se a gente estivesse deliberando para resgatar a nossa Nação, o nosso País, com reformas importantes, como a reforma tributária, como a reforma administrativa. Mas o Supremo Tribunal Federal mandou esta Casa abrir a CPI, e decisão judicial tem que ser acatada.

Inclusive, o meu pedido de CPI, que foi apensado de forma legítima pelo Presidente do Senado, procura dar um equilíbrio para que a gente tenha uma CPI que realmente traga prestação de serviço para os brasileiros, que traga toda a verdade e não apenas uma parte da verdade. Esse é o objetivo que sinceramente, com todas as minhas imperfeições e limitações que eu sei que tenho, me traz com muita vontade para participar desta Comissão, apelando aos colegas com bom senso. A nossa responsabilidade é grande com o País neste momento. A população brasileira está nos assistindo, está acompanhando cada passo desta CPI, e foi criada uma expectativa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão de ordem do Senador Jorginho, que eu considero legítima, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, com o Código de Processo Penal, vai ser avaliada, como o senhor bem colocou, pelo próximo Presidente.

Aliás, eu sou candidato a Presidente desta Comissão, respeitando profundamente o acordo que existe entre uma parte dos integrantes, a maior parte dos integrantes que se alinham mais à Oposição. Pela minha posição de independência, eu acredito que posso colaborar para que a gente tenha um equilíbrio nesta CPI. Inclusive, eu estava falando com o Senador Randolfe Rodrigues há pouco ali, propondo que eu, como autor do requerimento... Existe uma tradição nesta Casa – eu fui pesquisar sobre isso – de que o autor do requerimento, nem sempre, mas geralmente, é o Presidente da CPI. E o meu requerimento teve o apoio de 45 colegas, a maioria absoluta do Senado Federal, em relação ao outro pedido de requerimento, também legítimo, do Senador Randolfe Rodrigues, que conseguiu 32 assinaturas.

Sobre a questão de ordem levantada pelo nosso querido Senador Jorginho Mello, eu queria falar o seguinte: até para preservar a CPI, até para que ela possa ir ao encontro da sociedade – a gente tem uma oportunidade ímpar e histórica de aproximar o Senado Federal da população brasileira –, que ela veja que realmente existe a possibilidade de haver uma Comissão Parlamentar de Inquérito técnica, uma Comissão Parlamentar de Inquérito justa, com independência, com isenção.

Então, por mais que eu respeite, como eu respeito, os supostos, vamos colocar assim, indicados tanto para a Presidência quanto para a Relatoria... Inclusive, o único projeto que eu tive a oportunidade de aprovar durante essa pandemia teve como Relator o Senador Omar – eu tenho muita gratidão a ele por isso –, que foi a questão dos profissionais liberais da linha de crédito. Ele botou a bola no peito e a matou para fazer o gol.

O Senador Renan Calheiros – eu digo publicamente isto – é um dos responsáveis pelo fato de o Brasil hoje ter um controle de armas na nossa nação, o que poupou muitas vidas. Como cidadão, eu respeito muito essa coragem, essa ousadia dele de defender, de ser realmente uma pessoa que defende a vida com relação a essa questão das armas de fogo, sobre a qual todos sabem o meu posicionamento.

Agora, existe aí... Não há como fazer, no meu modo de entender – e respeito quem pensa diferente, Senador Weverton –, um meio relatório.

Então, por mais que o Senador Renan tenha dito à imprensa que vai se declarar impedido no Estado, que é o belíssimo Estado dele de Alagoas, infelizmente, vai ficar um conflito. Não há como ter isenção. Por mais que possa haver boa vontade, isso tira a credibilidade do trabalho que a gente se propõe a fazer com imparcialidade aqui na Comissão. Eu defendo a manutenção dessa isenção.

Acredito que essa questão de ordem possa sanar o problema, para que a gente possa ter a população próxima, acreditando nesta CPI no sentido de que, realmente, ela vai prestar um serviço equilibrado.

Não esqueçamos, repito, que são dois requerimentos de CPI: um é focado nas ações e omissões do Governo Federal, e o outro, além do Governo Federal – eu também concordo que tem de ser investigado –, pede que se investiguem as centenas de bilhões de reais enviados a Estados e Municípios. O povo quer saber disso. O povo se mobilizou para que nós tivéssemos esse pedido aprovado pela maioria dos Senadores, que foi um pedido de nossa autoria.

Então, para concluir, Presidente Otto Alencar, eu acredito que a gente tem a possibilidade de atender a esses anseios com equilíbrio. Acho que essa questão de ordem é importantíssima para o andamento dos trabalhos.

Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Eduardo Girão, como eu falei ao Senador Jorginho Mello, esse é um assunto futuro. Depois da eleição é que se levará essa questão para análise.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pela ordem, fala o Senador Marcos Rogério.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu só peço um esclarecimento a V. Exa. Essa questão de ordem trata sobre dois aspectos, sobre participação na Comissão e sobre a eleição, depois, do Relator. Então, é um assunto que pode ser tratado por V. Exa., porque V. Exa. está presidindo o trabalho que vai suscitar a eleição posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu já até respondi mais ou menos isso, Senador Jorginho. A designação foi feita pelo Presidente do Senado Federal, não foi designação da minha prerrogativa. Estou aqui, como o mais velho, para abrir a sessão e fazer a eleição dos membros: o Presidente e o Vice-Presidente. Então, a designação cabe ao Presidente do Senado. V. Exa. pode arguir isso ao Senador Rodrigo Pacheco.

Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, faço a presente questão de ordem, Sr. Presidente, desde logo suscitando que V. Exa. observe o disposto no art. 89, inciso V, do Regimento: as questões de ordem apresentadas a V. Exa. devem ser respondidas por V. Exa. V. Exa. é o Presidente em exercício nesta sessão. Portanto, faço a presente questão de ordem, alertando V. Exa. quanto ao que dispõe o art. 89, inciso V.

A decisão judicial, Sr. Presidente, da 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal impõe dever de observância a esta CPI. Por óbvio, não dá para desconsiderar a decisão. Essa decisão afasta a possibilidade de que o Senador Renan seja designado Relator. Reitero: há uma decisão judicial em vigor, que não foi reformada. Essa decisão judicial, portanto, está vigente. Não cumpri-la seria desrespeitar decisão judicial. E esta CPI está sendo instalada neste momento justamente em razão ou em atenção à decisão judicial.

Estou formulando a presente questão de ordem a V. Exa. considerando justamente um dos requisitos das manifestações, que é a tempestividade, porque V. Exa. preside os trabalhos de instalação desta CPI e o faz por força regimental. Então, cabe a V. Exa. cuidar de decidir as questões atinentes a esta Comissão, inclusive aquelas decorrentes do ato de instalação da CPI.

Indago a V. Exa. qual será o encaminhamento, a decisão dessa Presidência com relação à decisão judicial que foi proferida no dia de ontem com relação aos trabalhos desta CPI.

Por dever de lealdade, tomei conhecimento e li. É bem verdade que quem decidiu parece desconhecer um pouco o funcionamento do Senado Federal, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não entendi o motivo da graça.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu peço ao Plenário que deixe, com liberdade total, o Senador Marcos Rogério se manifestar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso, Sr. Presidente, não afasta...

Eu tomei a liberdade também de ler a peça que deu origem à decisão – não sei se V. Exas. tomaram o cuidado de fazê-lo –, porque a decisão judicial está vigente, está em vigor e é originária de uma petição. Eu quis saber se a petição equivocou-se quanto ao andamento, aos procedimentos formais dos trabalhos de uma Comissão, e não foi o caso. Não foi o caso. A petição atacou o ponto específico.

Agora, não há que desconhecer a decisão. Por mais que, relativamente a um ponto ou outro em relação a essa decisão, queira se considerar que ela encaminha a providência à autoridade que não seria a autoridade própria, considerando o funcionamento das Comissões, porque se dirige ao Presidente do Senado, não há que desconhecer a decisão judicial. Tanto isso é verdade que esta Casa, no exercício regular de direito próprio, recorre da decisão, pendente de apreciação tal recurso. Portanto, há uma decisão vigente, há uma decisão em vigor.

Faço essas ponderações com a ressalva do entendimento quanto ao devido funcionamento das Comissões Parlamentares, mas solicitando a V. Exa. que possa responder a esta questão de ordem, porque ela diz respeito à sequência dos trabalhos da Comissão. É a questão de ordem que faço a V. Exa.

Posteriormente, quero me manifestar, quando da eleição do Presidente, com relação à suspeição alargada dos membros desta Comissão, mas farei essa segunda questão de ordem quando da instalação da Comissão. Mas esta objetivamente que trata de cumprir ou descumprir decisão judicial estou fazendo a V. Exa., que preside os trabalhos neste momento.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Como é que é?

Peço só um minutinho, só um minutinho!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Marcos Rogério, primeiro, V. Exa. não deve desconhecer que o Presidente do Senado Federal não acatou a decisão do juiz. Ele ontem se manifestou a respeito e disse que não a acataria, porque a decisão foi incorreta. O juiz determina que o Senador Renan Calheiros não seja eleito. Ele não vai concorrer à eleição, ele poderá ser designado pelo Presidente eleito.

E, sobre essa questão que o Senador Jorginho colocou, bem como o Senador Eduardo Girão – agora, V. Exa. os respalda nesse sentido também –, é uma questão futura. Então, quando o próximo Presidente, o Presidente eleito da Comissão, tomar posse, V. Exa. poderá fazer o questionamento.

Quanto à decisão que foi dada pelo juiz, que V. Exa. coloca como uma decisão que ainda está pendente, na minha opinião não está, porque ele decide para que o Senador Renan não seja eleito, mas ele não é candidato. Então, é uma coisa também futura. Tem que se aguardar, porque é um fato determinado. V. Exa. não faz, segundo o art. 404 do próprio Regimento, uma questão determinada; é uma questão ainda pendente que vai ser decidida por uma decisão futura. Portanto, não há cabimento.

Quanto à questão que foi colocada pelo nobre Senador Ciro Nogueira, ele já pediu que fosse levada à votação no Plenário, e eu o farei – é a mesma coisa que V. Exa. pergunta – assim que terminarem as manifestações dos Srs. Senadores. Eu vou colocar em votação, para que o Plenário possa decidir a respeito desse tema, que é tema correlato ao que V. Exa. falou aí agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas quero deixar claro a V. Exa. que a decisão do Presidente do Senado não vincula a Comissão Parlamentar de Inquérito, com todo o respeito a V. Exa. O Presidente do Senado Federal não deve cumprir ou deixar de cumprir, porque não é competente para isso, mas à Comissão, respeitosamente, não cabe desconhecer decisão judicial em vigor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Alerto V. Exa. e esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... quanto a esse aspecto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu respaldo a decisão do Presidente, eu desconheço também a decisão do juiz.

Senador Alessandro Vieira...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Eu acho que V. Exa... Nós podemos encaminhar e votar a eleição para Presidente e Vice-Presidente. Só há uma questão de ordem aqui que nos impede de fazer a eleição para Presidente e Vice-Presidente, que é a questão de ordem do Senador Ciro. De volta à questão de ordem do Senador Ciro, vota-se para Presidente, e depois nós vamos discutir as outras questões levantadas pelo Senador Jorginho e pelo Senador Marcos Rogério, porque senão, Senador, nós estaremos aqui mostrando à população brasileira que há um grupo de pessoas que, aparentemente, pelos posicionamentos... Isso pode até comprometê-los, porque podem achar que não querem que a CPI ande.

Então, acho que devemos, por ser natural, pelo bom senso de todos nós, primeiro, só analisar a questão de ordem do Senador Ciro e, logo em seguida, fazer a eleição para Presidente e Vice-Presidente. Essa é a minha questão de ordem, para depois discutirmos as outras questões, senão nós vamos ficar aqui discutindo questões ainda futuras, como o juiz fez aí.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Omar Aziz, existe aqui uma lista de Senadores que pediram a palavra pela ordem. Eu vou cumprir, porque é direito de cada um dos Senadores, membros ou não membros da Comissão, se manifestar.

Pela ordem, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas quero contraditar a questão de ordem apresentada pelo colega Ciro Nogueira, registrando uma situação fática evidente: nós só temos esta CPI em andamento no momento; é a única CPI ativa no Senado. As demais CPIs estão ou suspensas ou, no caso da Chapecoense, numa espécie de limbo, porque ninguém sabe se foi encerrada ou não. Izalci teve que alertar o Presidente Rodrigo Pacheco sobre o tema. Então, não há como se colocar essa questão de impedimento para este momento; é a única CPI que está ativa.

Ademais, a gente vai, com o Presidente eleito, discutir as outras questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Alessandro.

Hoje, inclusive, no grupo de Senadores, foi questionado o não funcionamento das outras CPIs. Eu até me manifestei, dizendo que nós temos outra CPMI aqui com quarenta e tantos participantes, para a qual não há espaço físico para dar segurança sanitária aos Senadores e aos participantes, que é a CPMI da Fake News, cujo não funcionamento às vezes se questiona. A minha opinião é opinião de médico, de alguém que está preocupado muito com a vida das pessoas. As minhas manifestações são sempre técnicas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em cima do procedimento correto, que deve ser levado em consideração para salvar vidas. Eu me pauto sempre nesse sentimento.

Senador Humberto Costa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, aqui, corrigir algumas colocações que foram feitas.

O Presidente Rodrigo Pacheco não instalou a CPI, nem a CPI foi criada por força de decisão judicial. A CPI foi criada porque ela obteve 32 assinaturas, que se mantiveram, apesar de inúmeras tentativas de que essas assinaturas fossem retiradas. Portanto, o que aconteceu é que havia, da parte do Presidente, o entendimento de que não era possível instalar, e alguns Senadores recorreram ao Supremo não para a CPI existir, mas porque ela atendeu a todos os pré-requisitos: número de assinaturas, objeto bem definido e período para a ocorrência da CPI. Portanto, não corresponde à realidade essa visão.

A segunda questão é que, quando se trata de debater suspeição ou não, a CPI não é um tribunal, a CPI não tem o poder de julgar, nem de condenar, nem de absolver ninguém. A CPI é tão somente um instrumento de investigação, que, ao final do trabalho, encaminhará as suas conclusões para o Ministério Público, poderá encaminhar para Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores, tribunais de conta, etc.

Portanto, invocar a questão da suspeição de quem quer que seja, especialmente do Relator, na minha avaliação é equivocado, até porque o relatório a ser apresentado tem que ser aprovado pela maioria dos Senadores. Nós já tivemos CPIs aqui em que o relatório que foi aprovado foi um relatório feito por alguém que contestava o relatório original.

Então, eu entendo que não cabe qualquer tipo de questionamento ao Relator, aos supostos futuros Relatores, primeiro porque ainda é uma suposição; e, segundo, porque, na minha compreensão, seria uma visão de restringir as prerrogativas que o Parlamentar tem de exercer plenamente o seu mandato. É óbvio! Se não há nenhum constrangimento legal para o exercício desse mandato, é óbvio que ele pode ser exercido e o Parlamentar pode ser Presidente do Senado, pode ser Presidente da CCJ, pode ser o que for. Caso contrário, então nós temos... Se não é possível, se há um impedimento de ordem legal para o exercício de uma função, então tem que se... Talvez, o que se tem que fazer seja cassar esse Parlamentar, porque ele já não tem essa prerrogativa.

Então, o meu entendimento é esse.

Eu acho que V. Exa. está conduzindo corretamente. Vamos eleger Presidente e Vice.

Quanto à presença em duas CPI, eu inclusive sou um dos casos – eu sou integrante desta CPI e da CPI da Fake News –, e eu acho que a única coisa que tem que ser considerada é que a outra não está funcionando. Mas, se for considerado que independentemente disso não pode, eu já estou aqui com o Líder da minha bancada, que poderá de imediato nos excluir da outra CPI, a mim e ao Senador Rogério. E nós fazemos questão de participar desta CPI aqui, porque o povo quer saber por que é que estamos passando por essa situação tão difícil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Pela ordem o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pediria, inclusive, que o "pela ordem" fosse restrito a cinco minutos, para não estender mais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Não precisa mais do que isso, Presidente.

Primeiro, eu nunca vi em nenhum tribunal, em nenhum lugar da história, a predição de suspeição. Existe medicina preditiva, mas a predição, alguém predizer que alguém será suspeito, é um ato extremamente equivocado e autoritário, porque é um prejulgamento e não um fato em si. Não há um fato: é uma predição de suspeição. Isto não existe em nenhum lugar – em nenhum lugar! – escrito, essa questão da predição de suspeição. Então, eu queria dizer ao meu colega Jorginho que essa categoria não existe.

A segunda questão é achar que um Parlamentar eleito pela população do seu Estado, que representa um pensamento, não tenha, imanente à natureza da função que exerce, preferências, posições políticas. É um ato de extremo autoritarismo achar que se deve submeter qualquer que seja o Parlamentar à posição do pensamento de um determinado Parlamentar ou de uma determinada corrente política. Isso é autoritário, isso é incondizente com a condição do exercício da função parlamentar. Essa é a segunda questão.

A terceira questão, Sr. Presidente, é que o Parlamentar não está aqui pela metade. Não existe nenhum Parlamentar aqui pela metade. Diga-me qual é o Parlamentar que está aqui com meias prerrogativas? E, se ele está aqui com total capacidade no exercício das prerrogativas que a Justiça Eleitoral lhe conferiu, ele pode exercer qualquer função, e ninguém – ninguém! – tem o direito de questionar as prerrogativas legislativas do exercício pleno da condição de Parlamentar. Isso é outro ato autoritário que nós não podemos admitir sob nenhuma hipótese.

Por fim, Presidente, eu quero dizer que a decisão do juiz é uma decisão teratológica, monstruosa, disforme. Ele não tem capacidade nem competência para interferir na capacidade de o Parlamentar exercer a sua função na sua plenitude. Foi uma decisão teratológica, monstruosa. Queria deixar isso muito claro.

Por fim, Presidente, queria aqui dizer que todos, pela questão de ordem do Senador Jorginho Mello, são suspeitos preditivamente, todos aqui. Portanto, eu não me acho suspeito de nada e estou aqui para exercer aquilo que o povo do meu Estado me delegou, que é representar uma posição política. Eu queria deixar isso aqui muito claro, com toda ênfase, para a gente nunca esquecer que a nossa atividade aqui é representar posições políticas, posições claras sobre cada tema. E nós temos uma tarefa muito grande, que é mostrar ao Brasil que a tese da imunidade de rebanho é o principal causador das 400 mil mortes...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Para concluir, nobre Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Pela...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, é para uma comunicação inadiável que vem para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para comunicação inadiável.) – Acabo de ser informado pelo Advogado-Geral do Senado Federal, Senador Marcos Rogério, de que o Presidente em exercício do TRF acaba de suspender a liminar ineficaz que foi concedida pelo juiz de primeira instância. Portanto, diante de todos os argumentos já aqui apresentados, ainda agora vem suportar a decisão desta Casa a decisão do Presidente do TRF, que suspende a liminar concedido ineficazmente no dia de ontem, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Pela ordem, o nobre Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu não vou utilizar o tempo que V. Exa. gentilmente cedeu por um dos assuntos já estarem resolvidos.

Eu queria na verdade lembrar esta Casa e os colegas Senadores, principalmente os que vão ser membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que hoje deve iniciar os seus trabalhos com a escolha do seu Presidente e a definição do seu plano de trabalho e do seu Relator, de que nós estamos vivendo o momento mais difícil da nossa República; e que não possamos de maneira alguma esquecer que, neste exato momento, enquanto estamos discutindo se um colega Senador tem ou não condição de exercer o seu mandato, se o Prefeito A ou o Governador B ou o Presidente errou, neste momento nós temos milhares de famílias que estão enlutadas, milhões de famílias que estão sem trabalhadores com carteira assinada, outras milhões sujeitas à informalidade, e o pior, Presidente, o fantasma da fome, que todos nós sabemos que voltou e com muita força. A situação é crítica. Empresários, empreendedores, pessoas que neste Brasil de verdade nunca tiveram a mão amiga do Estado brasileiro... Todo mundo aqui sabe e não se precisa fazer discurso de que somente os especuladores têm vez neste Brasil. Basta ver dos 50 ou 100 mais ricos deste País como estão suas fortunas hoje; e basta ver como é que está a maioria das famílias e das pessoas que têm menos. Nós, além de não podermos ajudar neste momento a classe produtora, não podemos terminar de esmagar e de acabar com o que ainda resta para poder fazer com que este Brasil funcione.

Então, esta CPI tem esse papel fundamental de, primeiro, entender que nós teremos que ter serenidade para enfrentar os problemas, como tem que ser. Não é uma pauta qualquer; é a pauta da vida, é a pauta da saúde. É uma pauta em que aqui ninguém, por pior, por perverso que seja, por mais antagônicas que sejam as nossas disputas ideológicas, não podemos partir do pressuposto de que um de propósito é assassino ou fez de mal para que pudéssemos chegar a 400 mil mortos no Brasil. Lembremos: em 2021 a Covid já matou mais do que em 2020 todo. E os números não vão parar. Lembrando que, a partir de hoje, com a instalação da CPI, amanhã ainda continuará havendo vários mortos todos os dias, infelizmente podendo continuar a chegar aos milhares.

Então, Presidente, na verdade, a minha fala agora, neste momento, é de um apelo a esta Casa para que nós não possamos perder o foco de tentar ajudar a resolver os problemas, porque é isso que o povo brasileiro, é isso que as pessoas que nos colocaram aqui esperam das instituições neste momento. Enquanto um apontar o dedo na cara do outro, lembrem-se de que tem gente lá embaixo que está tentando ter acesso a uma cesta básica; imagine a um emprego.

Então, eu desejo sorte e peço muito a Deus que proteja esta Casa, proteja o nosso País, e que nós logo possamos superar este momento difícil que o Brasil está atravessando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V. Exa.

Pela ordem, o Senador Paulo Rocha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma informação: eu queria saber quantos ainda estão inscritos, Presidente, porque eu me inscrevi e não sei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. está inscrita, e será imediatamente após a fala do Senador Paulo Rocha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Depois vota. Quando terminar.

Aqui ainda há, além da Senadora Eliziane, o Senador Fernando Bezerra e o Senador Flávio Bolsonaro; depois disso, vamos à eleição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Depois da questão de ordem do Senador Ciro Nogueira, que pediu que levasse ao Plenário a questão de ordem formulada por ele. E há também o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, qual a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu me esqueci de V. Exa. Desculpe-me. Não o coloquei aqui. V. Exa. está lá atrás, eu não o vi direito, mas V. Exa. falará então depois da Senadora Eliziane Gama.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para declinar a ordem, quem são?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Depois da Senadora Eliziane...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agora é a Eliziane?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não. Agora é o Senador Paulo Rocha; depois é a Eliziane, V. Exa., Senador Fernando Bezerra e o Senador Flávio Bolsonaro. Peço-lhe desculpas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Absolutamente. Inclusive S. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Foram várias questões de ordem e eu esqueci.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sem problema.

Inclusive, Sr. Presidente, S. Exa. o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, pode ser antes de mim; eu posso falar logo em seguida, sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele pediu depois de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, ele pediu depois. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu posso esquecer, mas não posso inverter a ordem, Excelência. *(Risos.)*

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nobres colegas, Senadora Eliziane Gama, eu queria saudar a todos e a todas.

Sr. Presidente, já estou há algum tempo aqui nesta Casa e vivi todos os momentos das principais CPIs, logo pós-Constituição: CPI do Orçamento, CPI dos Anões, CPI da compra de voto, do Mensalão, etc. Eu, inclusive, fui envolvido no mensalão – todo mundo sabe –, já foi julgado pelo Supremo, empatou a minha votação. O Presidente me nomeou, senão eu também teria sido um dos presos, etc., etc. Claro que a CPI tem esses tensionamentos, exatamente porque é um instrumento de investigação que é próprio do Parlamento. É uma conquista da democracia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu tomei a liberdade de vir aqui para falar pela Bancada do Partido dos Trabalhadores para, primeiro, trazer solidariedade ao PMDB, Líder do PMDB, e ao Senador Renan Calheiros. Por que eu estou fazendo isso, uma intervenção política nesse sentido? Exatamente para dizer da incomodação por que está passando o País pela questão da nossa democracia. E o PMDB e o Renan conquistaram esse direito de indicar o relator não foi pelos belos olhos do Renan, mas pela questão da força do PMDB, principalmente pela força do PMDB, porque o povo quis que o PMDB fosse a maior bancada aqui. E o Senador Aziz, candidato a Presidente, também não é pelas questões... É pela questão de que a segunda maior bancada é a do Senador Aziz. Então, eu acho que se a gente não valorizar isso, se a gente não se quedar a isso, à força da democracia, nós estamos tergiversando ou acompanhando as vontades de autoritarismo que momentaneamente perpassam no nosso País. E eu venho aqui exatamente para dizer isso, principalmente de um partido como o Partido dos Trabalhadores, que ultimamente foi um desses que foram acusados, perseguidos, as principais lideranças presas, etc., etc. E agora nós estamos vendo a verdade vindo à tona.

Então, eu, sinceramente, com todo o respeito aqui aos companheiros, principalmente ao Jorginho, que foi porta-voz dessa questão de ordem, sinceramente, Jorginho, eu fico meio triste e diminuído, como Senador da República... Fazer uma questão de ordem dessa... E, principalmente, questão de ordem não é... Todo mundo tem o direito de fazer suas questões de ordem, mas são os argumentos que foram usados na sua questão de ordem. Olha, isso é se quedar ao momento autoritário que nós estamos vivendo. Falar que o Renan ou outro qualquer não pode participar porque tem interesses... Eu queria saber quem é que não tem interesse aqui. Quem é que não tem interesse aqui? Se for por essa questão de interesse, Jorginho, o Presidente não deveria nem deixar o Flávio Bolsonaro entrar aqui, porque ele é filho do homem. Se nós não podemos participar por esse interesse, porque nós estamos participando da CPI, imaginem o Flávio, aqui presente... Presente não, mas ele pode estar sempre...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Tanto concordo que não batalhei para estar na CPI. **O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... presente. Ele não é da CPI, mas está presente aqui. Eu também não sou da CPI, mas ganhei o direito de vir aqui porque sou Líder da minha Bancada. Isso é democracia, gente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Quer dizer que há outros impedimentos a serem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Para concluir, Senador Paulo. O tempo de V. Exa. já esgotou.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Essa questão do interesse que tem aqui... Afinal, quem veio para cá, veio para ser candidato a santo? Candidato a puro? Por que existe aqui a bancada da bola, a bancada ruralista, a bancada da Bíblia, a bancada dos trabalhadores, a bancada das mulheres? Por quê? Então, as mulheres são impedidas... Inclusive, conquistaram agora uma liderança dentro do Colégio de Líderes para atenderem interesse de quem? Das mulheres.

Então, eu acho o seguinte: pela experiência que a gente está vivendo aqui, Ciro, todo mundo que já vive há algum tempo aqui, sempre tem que relaxar, não tem jeito! A CPI vai acontecer. Agora, conforme os interesses, tem que fazer maioria para poder passar, gente! Essa é a regra da democracia! Eliminam a candidatura do Renan, façam maioria! Agora, usar argumentos tergiversando a discussão principal aqui é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se contrapor à democracia, inclusive se amparando em decisão judicial de um juiz que também foi provocado e atendeu os interesses de quem?

Então, eu só queria dizer que a nossa bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, está aqui exatamente para assegurar o processo democrático. Com certeza, todos nós somos maduros aqui. A gente vai tocar essa CPI com o que o Brasil quer, e o Brasil quer exatamente que a gente preste conta. Há uma crise total. Já morreram e vão morrer cerca de 500 mil, conforme o que os estudiosos estão falando. Então, é responsabilidade nossa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pela ordem, a nobre Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente Otto, todos os meus colegas aqui presentes, eu quero, inicialmente, Presidente, cumprimentá-lo pela firmeza que lhe é, na verdade, peculiar na condução, hoje, da instalação dos trabalhos desta Comissão, que tem um papel muito preponderante de aprofundar e entender melhor o cenário que nós estamos vivenciando no Brasil do ponto de vista da atuação do Poder Público.

Os números que nós acompanhamos de forma diária são muito preocupantes. Nós já chegamos a ter aí quase 4 mil mortes num prazo de 24 horas. Chegamos a bater recordes em alguns momentos, no mundo inteiro, com a quantidade de mortos que nós realmente acompanhamos. Eu fui Vice-Presidente, Presidente, da Comissão que acompanhou o estado de calamidade pública que nós vivenciamos no ano passado. E a gente viu, de forma muito clara, alguns pontos que eu diria... A gente não pode responsabilizar o Governo Federal, na sua plenitude, pela quantidade de mortes que estamos vivenciando hoje, mas é muito claro que a omissão e a falta de ação do Poder Público contribuíram para o cenário de catástrofe que nós estamos vivenciando no Brasil, seja pela omissão, seja pela falta de comando da política brasileira, seja por não atender as orientações que foram estabelecidas pelos órgãos de fiscalização e controle, dentre eles o TCU, seja pela negligência, enfim, por uma série de atos. E esta Comissão vem exatamente com esse objetivo.

Eu já fui Presidente de Comissão, já fui Relatora de Comissão, já participei de várias comissões. E a gente sabe que a investigação, o inquérito, o poder de polícia que esta Comissão tem na requisição de documentos – até de prisão, se for o caso aqui, durante os trabalhos, por não ter a verdade apresentada pelas testemunhas – darão, eu não tenho nenhuma dúvida, um norte, um clareamento sobre de onde partiu, de fato, a omissão e o nível de responsabilidade que o Poder Público tem em relação a todo esse cenário que nós estamos vivenciando.

E, ao mesmo tempo, Presidente, fica muito claro o temor do Governo Federal. A gente vê isto desde quando nós tivemos o áudio exposto por um colega nosso aqui, da parte do Presidente da República: um medo da CPI. Depois, pelas decisões que alguns aliados buscam na Justiça de forma extremamente incompetente, que são proferidas e depois derrubadas. Agora nós acabamos de ter essa decisão do TRF. Ou seja, tenta-se criar, por exemplo, suspeição e impedimento, que são instrumentos próprios do Judiciário. Esta Comissão, como o próprio nome já diz, é de inquérito, não é de julgamento. E por não ser de julgamento, a suspeição e o impedimento não podem nem ser levados em consideração, porque não constam do regramento do Legislativo brasileiro. Então, tenta-se criar um argumento para se postergar, para não se ter a instalação de uma Comissão que é muito importante para o Brasil.

Quero finalizar, Presidente, desejando realmente muito sucesso a todos os membros desta Comissão. Estamos representando aqui o nosso bloco – sou Líder do Bloco Independente, o colega Randolfe Rodrigues e o meu colega de Partido Alessandro Vieira – e, juntamente com todos os demais colegas, eu não tenho nenhuma dúvida, eles darão uma grande contribuição para o Brasil pelo perfil de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada um deles, da área jurídica, como operadores do Direito, e o Alessandro, como um investigador que sempre foi durante a sua vida Parlamentar.

Mas também quero deixar aqui, Presidente, o registro da minha tristeza. Nós evoluímos como mulheres e estamos evoluindo muito, inclusive aqui no Senado Federal, quando temos, por exemplo, uma representação no Colégio de Líderes, quando nós temos uma atuação importante, inclusive colocando na ordem do dia os temas atinentes à causa feminina do Brasil, mas, infelizmente, nesta Comissão, nós não temos a participação feminina.

Quero deixar realmente aqui esse registro e dizer que podemos até não ser membros, mas Renan, colega Renan e Omar... Claro que a gente vai ter daqui a pouquinho o processo de eleição, mas já quero aqui, de forma preliminar... Estão sempre colocando a coisa muito precoce, tanto do ponto de vista de pedido de suspeição... Mas quero, precocemente também, cumprimentar o Renan e o Omar, que acredito que serão o Presidente e o Relator, e desejar realmente muito sucesso no transcorrer desses trabalhos. Como eu disse, pode não ter uma presença de titularidade feminina, mas estarei aqui, como mulher, participando das comissões... (*Palmas.*)

... e dando a minha contribuição também, como eu disse, até pela caminhada que já tenho de vida pública, em que participei de várias outras comissões, de várias outras CPIs, contribuindo, na medida do possível, para o transcorrer também desses trabalhos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senadora Eliziane Gama, e passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, bem breve e de forma sucinta, para só contra-argumentar as questões de ordem aqui apresentadas.

Uma, *per si*, por decisão judicial, já caiu, e não deveria ser diferente. A esdrúxula decisão judicial de ontem, decisão precoce, sem eficácia e talvez com consequências imprevisíveis, assemelha-se a algumas recomendações de tratamento que deram em relação ao enfrentamento da pandemia.

Mas, em relação à outra questão de ordem, Presidente, uma confusão grassa sobre o que nós estamos a iniciar no dia de hoje. O art. 58 da Constituição, §3º, rege o que são comissões parlamentares de inquérito. Se não precisasse ler o artigo, o nome já diz: é de inquérito. O que foi argumentado aqui para impedir a designação de algum Senador... E olhem, pasmem, eu ouvi aqui alguém argumentar que era para também impedir de participar da CPI. Aí já é mais grave: é impedir algum colega Senador do exercício do mandato.

Senado Rogério, há uma Comissão outra instalada, a CPMI das Fake News – inclusive, S. Exa. o Senador Angelo Coronel aqui estava, que é o Presidente, ele pode testemunhar –, e lá naquela Comissão há vários Parlamentares membros da Comissão que são investigados, que estão objeto da investigação. Nem assim ninguém arguiu o impedimento para participar, porque, primeiro, não se aplica o art... Os colegas que arguem o art. 252 do Código de Processo Penal precisavam dar uma lida no *caput*. O *caput* do art. 252 diz: "O juiz não poderá exercer jurisdição". O juiz! Nós não temos poderes de justiça aqui, temos poderes de investigação, de inquérito – é por isso que a comissão é de inquérito. O colega Marcos Rogério sabe muito bem que inquérito está no CPP, do art. 1º ao 20, e não no 252, que é outro dispositivo bem distinto. A possibilidade nossa aqui, de quebra de sigilo telefônico, telemático, de acareação de testemunhas, de chamar para depor como testemunha, de chamar para depor como investigado são elementos de um inquérito, e não da atuação judicial.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parece-me claro. Não quero acreditar que haja aqui alguma medida protetória, porque acredito que não haja ninguém que tenha que temer nada em relação a esta CPI. CPI, muito bem até ensina o colega Senador Alessandro, não persegue pessoas, vai perseguir fatos. Por exemplo, se o Governo não teve nenhuma omissão ou nenhuma ação que levou ao agravamento da pandemia, a este atoleiro sanitário em que estamos de termos – como já foi dito aqui, Senador Weverton, inclusive pelo senhor, hoje, de janeiro até agora, mais mortos do que no ano passado –, se não houve nenhuma responsabilidade, não há por que haver medidas protetórias para instalarmos.

E chega, Sr. Presidente, a ser ridículo, insensato, tentar impedir um colega Parlamentar, qualquer que seja, do exercício do mandato, porque é disso que se trata. Presidente, nem a ditadura tanto ousou, nem a ditadura! A ditadura até fechava o Congresso, mas nem a ditadura chegou a tanto, de tentar impedir Parlamentares de exercerem o seu mandato.

Então, *per si*, a questão de ordem é descabida porque argumenta dispositivos de tratamentos diferentes e, por óbvio, seria um absurdo nós deliberarmos pelo impedimento de algum colega no exercício do mandato. E ainda que – ainda que –, veja, as condições de presidente, vice e designação de relator são fatos que ainda virão a ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Randolfe Rodrigues.

Passo a palavra ao Líder do Governo no Senado Federal, nobre Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente. Quero lhe cumprimentar pela maneira tranquila, serena, com que está conduzindo os trabalhos de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Cumprimento os seus membros, os suplentes, os líderes partidários.

As comissões parlamentares de inquérito são o mais expressivo instrumento de que dispõe o Congresso Nacional, por meio de suas Casas legislativas, para a concretização do direito constitucional de fiscalizar, investigar o comportamento dos órgãos, agentes e instituições do Estado, atribuição essa inerente à essência da atividade parlamentar.

A instauração da CPI se vincula à exigência constitucional da indicação de fato determinado a ser objeto de apuração, neste caso, as ações e supostas omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, o desabastecimento de oxigênio no sistema de saúde do Amazonas e a aplicação de recursos federais por Estados e Municípios no combate à pandemia. A instauração da CPI se vincula à exigência constitucional da indicação de fato determinado a ser objeto de apuração, neste caso as ações e supostas omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, o desabastecimento de oxigênio no sistema de saúde do Amazonas e a aplicação de recursos federais por Estados e Municípios no combate à pandemia.

Destaco, Sr. Presidente, que um trabalho investigativo diligente requer foco técnico, ausência de viés político e atuação dentro dos limites constitucionais. Exige, Sr. Presidente, que se evitem os excessos: nem fazer da CPI palanque político, antecipando a disputa que se dará em 2022, ou palco para radicalizações ideológicas, que apenas empobrecem o debate público; tampouco restringir os trabalhos sob o pretexto de evitar os equívocos. A legitimidade do resultado a ser apresentado depende desse equilíbrio e também da busca, sempre que possível, do exercício do consenso, afastando posições de beligerância e confrontação.

A composição deste colegiado investigativo, respeitando tanto quanto possível a proporcionalidade partidária desta Casa, sem prejuízo do direito de oposição garantido às minorias, deve ser capaz, acima de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo, de traduzir o sentimento maior que move o Plenário do Senado Federal em torno desse tema de interesse nacional. Lembro que a apuração de desvios na aplicação dos recursos federais repassados para Estados e Municípios, ressalvadas as matérias de competência estadual e municipal, recebeu o apoio de 45 Senadores desta Casa e merece, portanto, a atuação dos membros desta Comissão. Contudo, a investigação dos fatos conexos, conforme determinação do Presidente Rodrigo Pacheco, não pode vir revestida de motivação política, sob pena de comprometer a integridade dos trabalhos.

É importante registrar a expressiva quantidade de recursos transferida pelo Governo do Presidente Bolsonaro para Estados e Municípios. Para o melhor enfrentamento da Covid, a execução das despesas relacionadas ao combate da pandemia, em todo o País, chegou à vultosa soma de R\$524 bilhões. Para reforçar os sistemas de saúde dos entes da Federação, foram repassados mais de 57 bilhões em 2020. Estados e Municípios também foram contemplados com testes, insumos, equipamentos de proteção individual, ventiladores e leitos hospitalares. E, para que pudessem fazer frente aos impactos econômicos e sociais da pandemia, o Governo, com o apoio do Congresso Nacional, suspendeu o pagamento das dívidas com a União e transferiu recursos para compensar a perda de arrecadação com ICMS e ISS, atingindo um pouco mais de R\$78 bilhões. Portanto, nenhum Estado da Federação teria condições de enfrentar os efeitos da pandemia sem a ajuda do Governo Federal.

O enorme esforço fiscal realizado pelo Governo para proteger a economia, socorrer Estados e Municípios, salvar empregos e empresas e assistir trabalhadores informais e a população vulnerável se refletiu na retração de 4,1% do PIB em 2020, desempenho melhor do que o projetado pelos analistas.

Entre os países das Américas, a economia brasileira teve a segunda melhor *performance*, atrás apenas dos Estados Unidos. Assim, se a atuação do Governo Federal frente à pandemia é o objeto de investigação desta CPI, todo o esforço empreendido deve ser considerado e deve ser analisado de forma desapaixonada. Ao final, não tenho dúvidas, restará evidente que os erros porventura cometidos não foram deliberados ou propositais.

Sr. Presidente, senhores membros da CPI, toda CPI instalada no Parlamento enfrenta o clamor por um relatório que identifique culpados e impute responsabilidades, mas rechaçamos a ideia de que esta Comissão tome o caminho da criminalização.

Os números de casos e óbitos causam consternação e nos solidarizamos com as famílias que perderam os seus entes queridos para a Covid, mas chamo a atenção dos nobres Senadores para a realidade da pandemia em outros países. Em números absolutos, o Brasil ocupa a terceira posição do *ranking* mundial de casos, mas, ao olharmos o número de casos por milhão de habitantes, o Brasil está na 39ª posição, com 67,7 mil casos, números semelhantes aos do Reino Unido, aos da Itália e inferior aos registrados na França e na Espanha, que acumulam 80,9 mil e 73,6 mil casos por milhão de habitantes. Ao analisarmos esses dados, percebemos que governos de diferentes matizes adotaram medidas de distanciamento para conter a disseminação do vírus, mas não conseguiram evitar a violência implacável da segunda onda. Isso porque a Covid é uma doença nova que estamos aprendendo a enfrentar.

As CPIs também têm como horizonte instrumentalizar a atividade legislativa do Parlamento. Nesse sentido, deve buscar as falhas e as lacunas da legislação sanitária brasileira, de modo que o relatório final aponte os aperfeiçoamentos necessários para o enfrentamento da pandemia ainda em curso e de futuras emergências de saúde que podem se tornar frequentes, de acordo com os especialistas. Como legado, a CPI deve deixar um conjunto de subsídios capazes de aprimorar o arcabouço legal do País e avaliar a alocação de recursos e o financiamento de políticas públicas, melhorando a nossa capacidade de proteger a população e de oferecer respostas consistentes a novas ameaças globais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado o avanço, embora ainda no ritmo indesejado, da vacinação no Brasil. Atingimos, na última sexta-feira, o número recorde de 1,9 milhão de doses aplicadas, comprovando nossa capacidade de imunizar a população com segurança e rapidez através do Sistema Único de Saúde.

O Presidente Jair Bolsonaro tem se empenhado pessoalmente para acelerar entregas, tendo destinado R\$24 bilhões para a aquisição de vacinas.

Lembro que o acordo de transferência de tecnologia firmado com a AstraZeneca vai permitir que a Fiocruz produza nosso próprio imunizante, afastando o risco de faltar vacina no ano que vem, caso seja necessário reforçar a proteção imunológica.

Destaco ainda o convênio no valor de 60 milhões, assinado em dezembro, para modernizar a planta do Instituto Butantan, ampliando a capacidade de fabricação da CoronaVac, com recursos do orçamento federal. A entrega de 15 milhões de doses da Pfizer e de 40 milhões da Covax Facility poderá acelerar a vacinação até junho, confirmando, assim, o acerto das decisões do Governo brasileiro na compra dos imunizantes.

Portanto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... o Governo não teme as investigações e assume o compromisso de oferecer a sua contribuição, agindo com transparência e fornecendo todas as informações necessárias para a apuração dos fatos, sem perder de vista o interesse público, que deve nortear o roteiro de trabalho a ser seguido por esta CPI.

Estou convencido de que o julgamento das ações de enfrentamento da maior crise sanitária da história revelará a lisura da conduta do Governo e, à luz dos fatos, ficará comprovado que nenhum ato doloso de omissão foi cometido no combate à pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Fernando Bezerra, e passo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro, como pediu.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, bom dia a todos.

Em primeiro lugar, acho que as mulheres já foram mais respeitadas e mais indignadas, não é? Estão fora da CPI, não fazem nem questão de estar nela e se conformam em acompanhar os trabalhos a distância.

Em segundo, eu queria concordar com o Senador Weverton, em parte, só discordando da parte em que ele fala que os especuladores estão muito bem no Governo Bolsonaro. É a taxa de juros mais baixa da história do nosso País. Se há uma coisa que especulador não está ganhando aqui no Brasil, é dinheiro. Tem que meter o dinheiro deles para empreender e gerar empregos.

No restante, eu concordo com o Senador Weverton, que foi muito equilibrado, ponderado e responsável, no meu ponto de vista, Presidente, porque aquele Parlamentar que estiver nesta CPI e quiser subir nos caixões dos quase 400 mil mortos para fazer política rasteira e barata, para atacar o Presidente Bolsonaro, o Governo Federal e antecipar o palco de 2022 a população vai saber identificar, avaliar e julgar, porque quem nos julga é o eleitor. E, com certeza, está todo mundo de olho nisso aqui e vai acompanhar de perto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à questão do Senador Renan Calheiros, como eu já falei no grupo de WhatsApp dos Senadores... Infelizmente, mais uma vez, a conversa é vazada, e eu não tenho problema nenhum porque o que eu falo ali eu falo em qualquer lugar.

Eu queria primeiro dirigir a palavra ao Senador Eduardo Braga, que é o Presidente do meu bloco. Eu lamento muito, Eduardo, não ter sido sequer consultado sobre os nomes que o senhor indicaria para esta Comissão. Eu fiquei sabendo pela imprensa os nomes que o senhor tinha indicado. O senhor se autoindicou e indicou os dois Senadores que têm vínculos familiares com Governadores. Pode ter sido só uma coincidência, mas pode não ter sido só uma coincidência também. E, em razão desse desprestígio, eu vou conversar com o meu Líder do Republicanos e vamos estudar, sim, a saída do Republicanos do bloco ligado ao MDB. Uma falta de prestígio total. E, se tivesse me consultado, eu falaria: "Meu Líder Eduardo Braga, não sugeriram o meu nome, o do Senador Renan Calheiros ou o do Senador Jader Barbalho, porque é óbvio que não haveria imparcialidade da nossa parte".

E, no caso do Senador Renan Calheiros, é mais grave ainda, porque ele antecipou já o seu julgamento. E ele, na condição de Relator desta CPI, dá uma entrevista à imprensa já prejulgando e pré-condenando o Governo Federal, dizendo que ele foi omissos e incompetente, mas que: "Na CPI eu vou saber tratar de forma imparcial, vou separar a minha opinião da opinião de um Relator da CPI". Pelo amor de Deus! Beira o ridículo e desqualifica os trabalhos dessa CPI.

Então, Senador Eduardo Braga, se eu tivesse sido consultado, eu falaria isso ao senhor. Tanto é que o Ciro Nogueira, quando soube de quem seriam os nomes indicados pelo bloco... Eu ainda conversei com ele: "Será que não dava para tentar reconsiderar as indicações feitas aí pelo nosso Líder?". Mas já tinham sido feitas as indicações. E eu nunca batalhei para estar aqui, porque concordo com a tese de que há, sim, impedimento. Há, sim, suspeição de um Senador para trabalhar numa CPI, como já o próprio Senador Jorginho Mello trouxe aqui. Já há precedentes, inclusive, no Judiciário.

Então, no caso do Senador Renan Calheiros, eu falo olhando nos seus olhos, Senador, porque nada contra a sua pessoa, mas eu achava que tinha que ter um pouquinho mais de bom senso do senhor mesmo, de abrir mão da relatoria. Mas, como parece que há tudo articulado aqui já, eu acho que isso dificilmente acontecerá, porque, além do óbvio impedimento por o senhor já ter antecipado qual a sua posição sobre isso tudo publicamente, há, sim, uma suspeição sobre o senhor. Alguém aqui vai negar que, na hora em que a CPI for envidar os seus esforços nos repasses do Governo Federal os Estados, o senhor será, sim, parcial, preocupado com o que pode acontecer no Estado de Alagoas? É óbvio que será.

E, a partir do momento em que esta CPI escolher o Presidente e o Relator, haverá questionamentos judiciais sem dúvida alguma, porque, no caso do senhor, é flagrante. Imagine se eu fosse indicado pelo Senador Eduardo Braga para ser Relator desta Comissão? Todos que estão aqui hoje defendendo o senhor estariam nos criticando profundamente, pressionando o Presidente da Casa, pressionando o Presidente da CPI, para que eu não fosse o Relator desta Comissão. Só que eu não preciso dar esse trabalho a ninguém, porque eu tenho bom senso.

E, para concluir, Presidente, eu espero que Deus dê sabedoria aqui aos membros, porque acho que, pior do que o Senador Renan Calheiros insistir em ser o Relator, quem vota nele, desconsiderando isso tudo, está no mesmo patamar infelizmente. Que dê sabedoria a todos para que escolham um Relator pelo menos isento, com a responsabilidade de buscar aquilo que o Senador Weverton falou aqui: ajudar de alguma forma a combater os males, talvez o maior mal que nós já vimos passar em nossas vidas, algo inédito em todo o mundo, algo inédito para todos os governantes de todos os Estados do mundo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficar aqui fazendo análise, sentado, no ar-condicionado, vendo *replay*, indo e voltando, para ver se estava impedido ou se não estava, numa espécie de VAR, é muito fácil. Como é que fala? Como é aquele ditado? É crítico de obra feita, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Engenheiro de obra feita.

Vá tomar decisões! Eu acho que a CPI vai ser um grande palco importante para o Governo Federal deixar tudo às claras, explicar cada detalhe de como foram tomadas as decisões, para fazer ou para não fazer. Isso vai ser fundamental, mas não agora. Quantas vacinas essa CPI vai aplicar no braço da população? Nenhuma! O momento é inoportuno.

Falei também aqui no grupo e falo publicamente, mais uma vez: eu acho que o Presidente Rodrigo Pacheco está errando, está sendo irresponsável, porque está assumindo a possibilidade de, durante os trabalhos desta CPI, acontecerem mortes de Senadores, mortes de assessores, mortes de funcionários desta Casa, em função da Covid, porque, em algum momento, as audiências, as sessões vão ter que ser presenciais, no momento em que nem todos estão vacinados. Por que não esperar todo mundo se vacinar e fazer com responsabilidade esses trabalhos?

O Governo é a favor de se investigar. Vai ser importantíssimo passar a limpo tudo o que está acontecendo no Brasil, mas não agora, até porque é o seguinte: esta CPI pode acabar, e a pandemia ainda não ter acabado. Aí fazemos o quê? Abrimos outra CPI depois, para investigar o que ficou de fora? Para que o açodamento? Por que não se acata a questão de ordem do Senador Eduardo Gomes, para que se faça presencialmente, após todos estarem vacinados, para fazermos com segurança, com responsabilidade?

Esta Casa está com as Comissões proibidas de funcionarem. A gente não pode receber pessoas no nosso gabinete, porque o Senado está fechado. Só pode entrar no Senado, hoje, quem é Senador ou assessor. Eu não posso atender ninguém no meu gabinete por questões de saúde, por questões sanitárias.

Então, sim, por essa insistência em abrir a CPI agora...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Peço para concluir, Senador Flávio, por favor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Por essa insistência em abrir a CPI agora, atropelando todos os protocolos, ignorando a questão sanitária, alguém, em algum momento, vai ser responsabilizado se algo acontecer. Vamos orar para que não aconteça.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, invoco o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Agradeço...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Invoco o art. 14. Eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu peço...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. *Fora do microfone.*) – A minha fala é no sentido de que exista bom senso dos Senadores, para colaborar com a população, não para fazer politicagem rasteira numa hora como esta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, aqui é a Senadora Eliziane! Eu preciso responder à provocação do Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Veja bem, eu vou dar oportunidade... Eu conheço o art. 14 e darei oportunidade aos Senadores que provocarem nesse sentido, mas, antes disso, eu vou ceder a palavra a quem já a tinha solicitado antes, o Senador Jorginho Mello.

Eu pediria, inclusive, que essas falas de réplica fossem sucintas, para que nós pudéssemos começar a votação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Fala o Senador Jorginho; depois, o Senador Eduardo Braga e a Senadora Eliziane.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agora, eu vou solicitar que essas réplicas sejam sucintas, para que nós possamos... Estou aqui, há praticamente duas horas, dando oportunidade. Todos já se expressaram livremente. O regime democrático exige de quem preside dar oportunidade à fala de todos. Eu a darei, como sempre fiz, como manda qualquer Comissão, mas pediria apenas que a fala fosse mais sucinta, para que nós possamos levar, primeiro, a questão de ordem do Senador Ciro e, depois, a votação para a escolha do Presidente e do Vice-Presidente.

Com a palavra o Senador Jorginho; em seguida, a Senadora Eliziane Gama, que invocou o art. 14, o Senador Eduardo Braga e depois o Senador Izalci Lucas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero fazer mais uma vez um apelo a V. Exa. para que V. Exa. delibere no Plenário a minha questão de ordem. Eu gostaria de pedir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já a deliberei antes. V. Exa. não ouviu. Eu deliberei. Eu indeferi a questão de ordem.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor a indeferiu?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Indeferi.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor não a indeferiu. O senhor disse que iria para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, eu disse a V. Exa. que não cabia a minha decisão, porque é um assunto futuro que caberá ao Senador Omar Aziz. Então, eu a indeferi. Está indeferida!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para um esclarecimento, Sr. Presidente...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está indeferida a minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está indeferida.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu falei com muita clareza.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado. Eu só queria essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas eu fui muito claro: eu expliquei a V. Exa. que era uma questão, um assunto futuro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não! É o presente; não é só futuro, não!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não. Eu não sou Presidente ainda da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas é o senhor que está dirigindo os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu estou presidindo uma sessão para a eleição. V. Exa. depois pode formular ao Presidente eleito. Fui muito claro nesse sentido. Está indeferida a questão de ordem, e não voltarei ao assunto.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar os colegas...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Presidente, é só uma questão de ordem: eu não citei o nome da Senadora Eliziane Gama, não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas citou as mulheres, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu não citei o nome da Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Flávio, até para esclarecer aqui...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu não citei o nome dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, V. Exa. me assegure a palavra.

Presidente, eu queria cumprimentá-lo aqui e dizer para o Senador Flávio que eu acho que ele não estava aqui quando eu falei – ou pelo menos ele não olhou para trás – que eu estava aqui como mulher participando presencialmente. Aliás, eu disse isto no início: apesar de não haver mulher como membro especificamente da Comissão, eu estarei aqui em todas as reuniões da Comissão. Essa é a primeira situação.

A outra situação, Senador Flávio, que eu quero dizer a V. Exa. é que chegar empurrando a porta, batendo o pé na porta e gritando não é a única forma de se indignar. V. Exa. falou de indignação, mas as mulheres têm, aliás, com muita eficiência, se indignado, inclusive agora, em relação a essa inação do Governo Federal em relação à pandemia. E o que nós queremos nesta Comissão, independentemente de ser homem ou de ser mulher, é trazer à tona a verdade!

Quero finalizar, Presidente, dizendo aqui a todos vocês que nós mulheres, hoje, nesta Casa, além de participarmos das demais ações, vamos participar, também aqui, desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero dizer que nem eu, Eliziane Gama, nem nenhuma das Senadoras vamos admitir ironia machista em relação às mulheres! Nós estamos aqui, vamos participar ativamente e teremos o nosso protagonismo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Peço para concluir, Senadora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu defendo as mulheres.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para fechar, quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Peço para concluir. Nós não vamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Flávio...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu peço à Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nós não usamos o argumento da autoridade, Senador Flávio. Nós usamos a autoridade do argumento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu defendi a participação das mulheres na Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E é isso que nós vamos fazer aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu defendi a participação das mulheres, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nenhum homem, nem aqui, nem em lugar nenhum – nem em lugar nenhum! –, enquanto houver mulheres presentes, que aliás são a maioria da população brasileira, vai tentar calar a voz de uma mulher! Eu não admito isto, Senador Flávio: questionar a nossa indignação! Nós nos indignamos diante de todos os fatos que estão postos na sociedade brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Peço para concluir, Senadora. Senadora Eliziane, para concluir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu, como mulher, não aceito isso de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Para concluir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... nem de nenhum outro Senador aqui no Senado Federal!

Que fique isso registrado aqui, Presidente! Que fique isso registrado nesta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Olha, eu acho que não cabe nesta CPI...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presidente, eu preciso responder às acusações da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... uma conotação de uma divergência assim tão ácida entre os Senadores. Eu acredito que nós vamos ter que discutir temas inerentes ao processo de eleição e também de instalação da CPI.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presidente, eu fui citado e queria falar rapidamente aqui por 30 segundos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não, agora é a minha palavra!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Flávio, o Senador Eduardo Braga pediu a palavra antes de V. Exa. Eu a concederei no momento certo a V. Exa.

Portanto, pela ordem...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Quero pedir para o senhor garantir a minha palavra posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Estou seguindo estritamente a ordem dos Senadores que pedem a palavra para se pronunciar.

Então, Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, agradecer a V. Exa. por me ter garantido o direito da palavra pelo art. 14.

Segundo, Senador Flávio, no dia 13 de abril, Senador Ciro Nogueira, na qualidade de Líder que V. Exa. é do Progressistas e membro do nosso bloco... No dia 13 de abril de 2021, a Secretaria-Geral da Mesa definiu o número de membros desta CPI por bloco e por divisão intrapartidária, assinado pelo Secretário-Geral do Senado, Gustavo Sabóia Vieira. Coube ao Bloco Unidos pelo Brasil, que não é liderado por mim, que é liderado pela eminente Senadora do Progressistas Mailza, do Estado do Acre – V. Exa. se equivocou –, ter direito a três membros titulares e dois membros suplentes. No entanto, na mesma resolução que define o número partidário, ele define como esse número partidário se divide intrabloco. Portanto, para que V. Exa. saiba, no Bloco Unidos do Brasil, cabe ao MDB, das três vagas, duas de titular, e uma é do PP, do Progressistas. Lamentavelmente, aos Republicanos não caberia vaga. Segundo, na suplência, mesmo o MDB tendo 15 Senadores, e o PP, 7, pela regra da proporcionalidade o MDB ficaria com apenas uma suplência e o PP ficaria com uma suplência.

Portanto, apenas quero dizer a V. Exa. que o Republicanos, no nosso bloco, sempre foi tratado com todo o respeito e com toda a dignidade, para que se pudesse dar ao Republicanos – eu invoco o testemunho do Líder Mecias de Jesus – uma atuação permanente. Por várias vezes, o Senado, aliás, o MDB cedeu vaga. Cedeu vaga! Agora, cessão de vaga, Senador Flávio, não é uma decisão unilateral do Líder, é uma decisão colegiada do partido e da bancada. No caso desta CPI, o MDB não cedeu porque seus membros não queriam ceder. Eles queriam participar para poder discutir o que verdadeiramente importa: como não negar ao povo brasileiro a homogeneização de uma política que salve vidas.

Eu quero parabenizar V. Exa., porque V. Exa. está usando máscara no dia de hoje. Quero parabenizar V. Exa.! V. Exa. está diante de um álcool em gel. Quero parabenizar V. Exa.!

No domingo, o ex-Ministro da Saúde estava desfilando no principal *shopping* da minha cidade, lamentavelmente, sem máscara, dando um péssimo exemplo ao povo amazonense!

Então, apenas quero dizer, Presidente Otto, que o MDB, ao contrário, tem um carinho muito grande pelo Republicanos e sempre respeitou os seus espaços.

Agora, quando a Secretaria-Geral da Mesa define a proporcionalidade intrapartidária, nós temos, lamentavelmente, que decidir pela proporcionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sem dúvida, Senador!

O Senador Izalci Lucas está com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, dizer o seguinte: participei de todas as CPIs quando fui Deputado Federal e estou como Líder agora do PSDB.

Primeiro, é o seguinte: quem não deve não teme.

Nós fomos responsáveis, o Congresso Nacional, por aprovar uma lei flexibilizando as compras com relação à Covid, e com razão. No processo normal da Lei 8.666, você ficaria aqui, e morreriam muitas pessoas aguardando a licitação. Mas também somos responsáveis por fiscalizar, seja na área municipal, na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estadual ou na federal. Eu pediria até – vou pedir na hora certa ao Relator – para que a gente pudesse dividir em sub-relatorias, porque acho interessante esse processo.

Agora, a pandemia trouxe, na educação, por exemplo, uma luz: a gente percebeu que, dos nossos alunos da rede pública, 70% não têm sequer acesso à internet, a computador. E esta CPI vai demonstrar que, na saúde, o Sistema Único de Saúde, que é universal, não tem controle de nada! O nosso sistema de saúde é curativo. Todo mundo vai para o hospital. Não há nenhuma ação preventiva.

Então, espero que esta Comissão, além de apurar as irregularidades, possa oferecer ao País uma mudança na legislação, uma mudança no comportamento do Executivo em termos de colocar a tecnologia que está aí... Nós temos países já 100% digitais. Aqui, na Capital, ainda há gente que acorda às 6h, pega um ônibus e leva três horas para marcar uma consulta, quando consegue, sendo que poderia fazer tudo pela internet.

O médico – V. Exa. é médico –, quando recebe o paciente... V. Exa. gostaria de pegar o celular e ter lá todos os exames, os prontuários. Não há isso. Aqui no DF, Presidente, não há controle de estoque de medicamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador, eu sou ortopedista; não sou médico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sou ortopedista. Dizem que ortopedista não é médico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu achei que ortopedista era médico. (*Risos.*)

Então, Presidente, eu acho assim: a CPI não tem apenas... Estou vendo aqui uma grande discussão. Parece que há muita gente que não quer nem a CPI. A CPI é um instrumento para se corrigir, e nós temos a responsabilidade de fiscalizar e de melhorar a legislação brasileira e os procedimentos que estão totalmente equivocados.

Então, eu faço um apelo, inclusive para quem vai comandar tudo isso, para que observemos os requerimentos, aprovemos todos e façamos uma agenda para podermos realmente corrigir tudo isso.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu concordo com V. Exa., Senador Izalci Lucas, e acho, inclusive, que, na conclusão da CPI, deverá sair uma nova legislação para eventos dessa natureza. Nós não tínhamos experiência. Há mais de cem anos, não havia uma situação como essa. Pode sair uma legislação nova, um projeto de lei que poderá ser apreciado no Senado, dando, inclusive, condições de que, em uma situação de pandemia como esta, sejam ouvidos todos os entes nacionais, representantes de Municípios, do Conasems e do Conass, que representa os Estados, da Federação Brasileira de Medicina, para que esse conjunto...

Aliás, o Governo fez depois um comitê. Se tivesse feito isso antes, teria havido a audição de quem conhece o que é o tratamento de casos de epidemia ou de pandemia, e haveria, com isso, um tratamento mais correto, sintonizado com aquilo de que a população precisaria. Inclusive, desde o início, eu fui até um crítico na época, porque eu fui Secretário de Saúde e tratei de algumas epidemias no meu Estado, inclusive... Não de uma dimensão tão grande, mas uma das coisas que contém uma epidemia é a barreira sanitária, e eu nunca vi, em momento nenhum, desde o início dela, se tratar de barreira sanitária.

Essa doença chegou ao Brasil de avião. Ela não veio de ônibus, não veio de trem, não veio a cavalo, não veio de metrô; chegou de avião. Ela veio através da classe média-alta e da classe alta. E naquele momento, lá atrás, não houve uma contenção de barreira sanitária para que a doença não pudesse



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se expandir para todas as classes sociais. Então, tudo isso foi porque não houve uma audição de quem conhece tratamento de casos como esses na saúde pública, o que não é tão fácil assim. Então, essa situação que V. Exa. coloca... Eu acho inclusive que devemos depois, todos reunidos, apresentar ao Senado Federal um projeto de lei que seja sintonizado com os parâmetros corretos, do ponto de vista científico, médico, obedecendo exclusivamente à ciência, para tratar casos dessa natureza, para não chegarmos aonde nós chegamos, com tantas mortes, e com a condição de haver, inclusive, a partir de junho ou julho, a terceira onda, que será de uma gravidade maior ainda se não tomarmos as decisões corretas do ponto de vista científico agora. Eu sempre falo nesse sentido, na condição de médico e preocupado com a saúde do nosso povo.

Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Muito rapidamente, Presidente, para não ficar sem resposta.

Eu acho que eu não fui bem compreendido. O meu pedido não era para fazer parte da CPI. Eu queria ao menos ter sido consultado. Eu queria ter expressado opinião sobre os nomes que foram indicados pelo partido, do bloco de que até o momento eu faço parte, porque eu teria a oportunidade de explicar isso e colocar o meu ponto de vista. Então, não fui pedir vaga. Coincidentemente, ou não, o senhor sugere dois nomes do MDB que têm parentes Governadores de Estado. Foi só esse o meu ponto. Eu não pedi vaga para ninguém, até porque eu não aceitaria, como disse anteriormente.

E para concluir, Presidente, a narrativa, a tentativa de se construir uma narrativa sobre machismo, você vê como é curiosa: eu defendi a participação das mulheres na CPI e fui acusado de ser machista. Eu queria muito ver a energia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. defendeu ironizando, Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senadora, ele está com a palavra.

Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu queria muito ver essa energia para defender a presença de mais mulheres na CPI.

Apenas isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. defendeu ironizando. É diferente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou colocar em votação a questão de ordem...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... colocada pelo Senador Ciro Nogueira; em relação à questão de ordem do Senador Ciro Nogueira, relativa...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu poderia só esclarecer, para alguns membros não ficarem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou esclarecer, depois dou a palavra a V. Exa. Eu vou só ler aqui.

Prossigo: relativa à aplicação o §3º do art. 145 do Regimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esclareço, Senador Ciro, que as designações dos membros deste Colegiado constituem ato de competência exclusiva do Presidente do Senado Federal, na forma do art. 78 do nosso Regimento, e foram realizadas no Plenário do Senado no dia 15 de abril.

Tendo em vista que as questões de ordem devem ser formuladas na ocasião em que se discute a matéria, em linha do art. 404 do Regimento Interno, compreendo que se trata de questão de ordem formulada intempestivamente, bem como para autoridade que não decide a respeito desse assunto, qual seja, o Presidente desta Comissão.

Para além disso, noto que a CPI da Chapecoense, que atualmente se encontra suspensa, de modo... Compreendo que não há aplicabilidade do dispositivo regimental suscitado no caso concreto.

No meu caso específico, Senador Ciro, é prerrogativa minha. Eu solicitei ao Líder do meu partido, ele já me substituiu na Comissão Parlamentar de Inquérito da Chapecoense. Não era necessário, mas para satisfazer V. Exa... Considero que não era necessário, mas para satisfazer V. Exa., que questionou, eu pedi a minha substituição.

Diante do disposto, eu indefiro a questão de ordem de V. Exa., mas – como V. Exa. pede e eu atendo – levo ao Plenário para essa decisão da questão de ordem. Então, os Senadores que concordam com a decisão da Presidência...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu gostaria de falar antes...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou explicar, depois eu passo.

Eu estou colocando aqui, deixe-me terminar e concluir.

Os Senadores que concordam com a minha decisão vão permanecer como se encontram. Essa é a explicação que eu quero dar.

E agora passo a palavra a V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes da fala do Senador Ciro, apenas quero complementar uma informação.

Mesmo entendendo, como V. Exa. o fez, desnecessário, o MDB, Sr. Presidente, já deu entrada na Secretaria-Geral da Mesa também substituindo os dois nomes, tanto do Senador Eduardo Braga quanto do Senador Renan na CPI da Fake News, para que não houvesse nenhum argumento com relação à questão da participação em CPIs duplicadamente. Portanto, já oficializamos à Mesa, na condição de Líder do MDB, como determina o Regimento.

Portanto, apenas essa informação a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Ciro, eu peço desculpa a V. Exa. Eu estava concluindo a minha fala, não era para tirar a sua palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Perfeito. Eu não tenho nem dúvida como democrata que eu tenho certeza de que o senhor é, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o objetivo desta minha questão de ordem não é impedir a participação de nenhum membro aqui. Todos... Tenho certeza de que esta Casa não abriria mão da sua participação, da de Jorginho Mello, da de Humberto Costa, da de outros membros aí, apenas é que nós não podemos começar os trabalhos da CPI rasgando o Regimento. E é bem claro o Regimento: o Senador não poderá integrar mais do que duas comissões parlamentares de inquérito, uma como titular, outra como suplente.

Então, eu só gostaria de saber se essas indicações já estão processadas no sistema para que a gente possa sanar isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já, sim. A minha já está processada no sistema.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Gostaria que a Secretaria-Geral da Mesa, a assessoria para saber se os membros... Porque nós temos diversos outros membros aqui que estão participando de duas CPIs. Eu acho que o que nós queremos é só sanar esse vício que não tem como ser superado, porque senão nós estaremos rasgando o Regimento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Ciro, eu creio que a solicitação de V. Exa. foi que levasse a sua questão de ordem ao Plenário. Os Senadores, os Líderes se anteciparam e excluíram os membros da CPI que estão em outra CPI, como a da Chapecoense, que é o meu caso. Então, eu poderia até, diante do fato, indeferir, mas vou colocar a Plenário.

Só observando a V. Exa. uma coisa que é importante fazer: o Senador Tasso Jereissati não está presente, porque ele vai votar no esquema remoto – ele disse que está vindo agora –, porque ele é membro da Comissão Parlamentar de Inquérito e ele é do grupo de risco, como eu sou também. Aqui estou com 73 anos de idade, já me submeti a 13 cirurgias e venho cumprir a missão determinada pelo Supremo Tribunal Federal, que foi acatada pelo Presidente do Senado Federal. É bom que se registre isso, porque foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal, provocado pelos Senadores Randolfe Rodrigues e, se não me engano, Jorge Kajuru. Então, é importante dizer... Estou aqui inclusive... Nós estamos há muito tempo discutindo esse tema, colocando em risco...

Eu tive a preocupação inclusive de vir aqui ontem pedir que abrissem as portas para ventilar, para que não tivéssemos um ambiente que pudesse ser inóspito para todos nós, inclusive para V. Exa., que já teve a doença e graças a Deus se recuperou, está com sua saúde perfeita.

Eu pergunto a V. Exa. se V. Exa. deseja que coloque em Plenário ou se satisfaz a retirada dos nomes?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Eu gostaria de saber se todos os membros que participam de duas CPIs...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu creio, Senador, que todos os Senadores...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Um minuto.

Têm fé pública V. Exa. e todos os outros. Se eles estão dizendo que vão retirar o nome, não tem por que...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não é que vão retirar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... duvidar... O meu já saiu. Os outros todos vão...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O MDB já saiu.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O MDB já saiu, olhe lá. O MDB já saiu. O Líder já...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, todos os Senadores...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria um esclarecimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tenham paciência. Eu vou dar a todo mundo a palavra. Não há nenhum problema.

Então, eu pergunto a V. Exa. se já que todos retiraram, V. Exa. quer que leve ao Plenário ou não?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu gostaria de saber, Presidente... Não se trata de questão de fé pública. Eu gostaria de saber se a Secretaria-Geral aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não. O meu caso já saiu. O Eduardo Braga também...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu gostaria de saber se na relação hoje...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Eduardo Braga também já confirmou que retirou os nomes.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ele me confirmou que está mandando tirar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não! Eu estou com o documento aqui nas minhas mãos. Está aqui, Senador Ciro. Se V. Exa. quiser ver, está aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero fazer uma pergunta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Com Sedol e tudo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu quero fazer uma pergunta. Se esse artigo se aplica às Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu não tenho dúvida disso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não ouvi a pergunta, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque eu faço parte dessa CPI e de uma CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu creio, Senador Humberto, que as Comissões, sendo CPMI ou não, são a mesma coisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, vou apresentar agora aqui o...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Otto Alencar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu acho que, para não ter nenhum tipo de polêmica, é importante que isso seja atendido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estou renunciando aqui à minha participação na CPMI da Fake News.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Eu entendo V. Exa. Está bom.

Senador Ciro, V. Exa. está contemplado com essas decisões?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Estou, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Então, não haverá necessidade de levar a Plenário e nós vamos, então, proceder à eleição para Presidente e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aqui há dois nomes.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu também encaminho a minha renúncia na CPI da Chapecoense. Já encaminhei ontem e verei se está sendo tratado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. V. Exa. tem fé pública, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sua palavra para mim é uma ordem, não tem nenhum problema.

Então, há dois nomes aqui para Presidente. Tem o nome do Senador Omar Aziz e o nome do Senador Eduardo Girão. Para Vice-Presidente da chapa do Senador Omar Aziz concorre o Senador Randolfe Rodrigues. Tratando-se de uma eleição que deve ser secreta, será realizada em escrutínio secreto, de acordo com o art. 88 do Regimento Interno e do ato do Presidente do Senado Federal nº 8, de 2021, que determinou a instalação de urnas eletrônicas para realização do escrutínio.

Os membros da Comissão poderão votar na urna localizada dentro do Plenário, na cabine à direita, na urna localizada no corredor, na Ala Senador Alexandre Costa e numa urna localizada na garagem coberta.

Os Senadores titulares serão chamados pela ordem da composição a comparecerem na urna. Deverão, então, realizar a autenticação por meio do código pessoal de três dígitos e da impressão digital.

Após a autenticação, deverá ser registrado primeiramente o voto no Presidente e, em segundo lugar, no Vice-Presidente.

Apurada a totalidade dos votos, o resultado será mostrado no painel da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes de começar a votação, por favor. Antes de começar a votação, Presidente, pela ordem. Eu não sei se o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou chamar pelo nome cada membro titular.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Antes de proceder à votação, Presidente, pela ordem, eu queria fazer um questionamento para o senhor. Posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Claro!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Pronto, obrigado pela oportunidade.

Eu queria primeiramente saber se os candidatos vão ter um tempo para exporem, fazerem a sua exposição de motivos para sua candidatura, falarem da chapa, tentarem, de alguma forma, uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

composição aqui, no meu modo de entender, para que a gente preserve a CPI, a acreditação dela junto à opinião pública.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Eduardo Girão, eu vou colocar em votação e, no período da votação, V. Exa. pode usar a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas pode influir, Presidente, de alguma forma, o que a gente vai tentar construir em conjunto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Olha, V. Exa. já teve direito à palavra por três oportunidades. Então, vou colocar em votação. Os Senadores já podem votar.

Começo pelo Senador Eduardo Braga. V. Exa. pode...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Senador Omar vai querer falar, Senador Omar? Vai querer fazer uma exposição?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Marcos Rogério. Desculpe-me, Senador Omar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu gostaria de falar depois, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu apenas faço uso da palavra neste momento, durante as exposições dos Senadores em sede de questão de ordem. Houve uma citação do Senador Randolfe, não foi ofensiva, foi apenas fazendo referência ao meu nome com relação aos critérios de atuação dos juízes em sede dos processos.

O Senador Randolfe argumentou no sentido de que a CPI é investigadora e não juiz e que, nessa condição, seus membros não estariam sujeitos aos critérios de impedimento e suspeição dos juízes. Ocorre, Sr. Presidente, todavia, que, no sistema brasileiro, as investigações são conduzidas pelo Ministério Público, via de regra. A Lei Orgânica do Ministério Público da União, Lei 1.341, de 1951, por sua vez, determina que nem juízes, nem advogados, nem escrivães, nem membros do Ministério Público, portanto, esses últimos os investigadores, podem investigar qualquer parte de quem seja parente, conforme o art. 22, que diz: "Não poderão servir como juízes, advogados e escrivães, membros do Ministério Público da União que tenham, com os mesmos, parentescos consanguíneo, ou afim na linha ascendente, ou descendente e, na colateral até o terceiro grau."

Portanto, Sr. Presidente, os investigadores...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Nogueira, Senador Ciro Nogueira, para votar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Portanto, os investigadores, Sr. Presidente, estão submetidos à suspeição prevista nas leis processuais, no caso, o Código Penal. E no caso da CPI, Sr. Presidente, com toda vênias aos que se manifestaram em sentido diverso, a CPI dispõe de instrumento análogo ao exercício da própria jurisdição, posto que há atos próprios de CPI que afastam, inclusive, garantias constitucionais dos investigados. Então, não se trata de um processo simplificado. A CPI – e eu tenho assentado essa compreensão nas minhas manifestações desde o início – é instrumento próprio de controle político da Administração. E há que se reconhecer a CPI como um instrumento a contemplar, sobretudo, as minorias nos Parlamentos. Por essa razão, e não por outra, uma CPI é instalada sem que haja maioria a pleitear a sua instalação. Então, é de se reconhecer esse aspecto, agora, sem desconhecer as vedações que também são impostas a quem investiga, e não apenas a quem julga.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o registro que eu gostaria de fazer, respeitosamente às manifestações do Senador, por quem eu tenho profundo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Parabenizo a V. Exa., que é um grande jurista. Eu, como ortopedista, consegui entender tudo. V. Exa. é muito didático na sua explicação. Parabéns!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só para informar: o Senador Tasso Jereissati...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Eduardo Girão, para votar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria, antes de votar, Presidente, se o senhor me der a oportunidade... Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Olha, eu não concedi ao Omar; eu não posso conceder a V. Exa. Seria uma coisa desequilibrada. Eu, depois, posso passar a palavra a V. Exa. Eu espero aqui tranquilamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Porque eu acredito...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa... Está em votação. Depois da votação, eu concedo a palavra a V. Exa. E espero, pacientemente, uma hora, meia hora, não tem nenhum problema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só pra informar: o Senador Tasso Jereissati vai votar lá embaixo. Há uma urna lá embaixo, não é isso? Na Chapelaria?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Há sim. Ele pode votar lá embaixo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele já está chegando aí. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Quando concluir a votação, eu concedo a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, quando terminar de apurar os votos.

O Senador Tasso Jereissati está na área externa do Senado Federal. Apenas quero que ele confirme a conclusão do voto. Se alguém tiver condição de me...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele me disse agora que está chegando já à Chapelaria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, agora o Senador Omar Aziz. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só fazendo um apelo ao senhor... Eu quero só deixar registrado isto: eu sou candidato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Queria defender minha candidatura, o meu... Eu acho que é uma coisa tão óbvia isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu concedi a palavra a V. Exa. no início. V. Exa. defendeu a sua candidatura.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não; ali era a questão de ordem do Senador Jorginho. Então, assim, eu me sinto, Omar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. V. Exa. pode falar e eu vou procedendo à votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tá bom. Sem problema.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço, apesar de não atender ao pedido original que eu lhe fiz antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não foi essa, Senador Girão, pelo respeito que eu tenho a V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu também tenho respeito a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não foi essa a minha intenção.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. O importante é a intenção.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Senador Omar Aziz sinalizou lá que não ia falar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... e eu não poderia conceder a V. Exa. Só por isso. Eu acho que qualquer decisão neste sentido tem que ser justa, como sempre V. Exa. prega. Se V. Exa. não quis falar, eu não podia dar só a V. Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Marcos Rogério para votar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É porque o objetivo da minha fala, Sr. Presidente, é tentar... Eu sei que o jogo está jogado, ninguém é ingênuo com relação a isso. O jogo está jogado, está combinado, já está tudo certo. A torcida está assistindo com atenção a isso, o povo brasileiro está querendo que a gente faça a coisa com a maior isenção possível, com independência, justiça de verdade, mas a minha candidatura visa a exatamente isso. Apesar de o jogo já ter começado, a minha candidatura visa a exatamente a gente buscar o equilíbrio para esta CPI tão importante, que deve acontecer, o Supremo já mandou que ocorresse – no meu modo de entender, invadindo a competência do Legislativo. Mas eu acredito, Sr. Presidente, senhores colegas aqui presentes, que a verdade vai prevalecer, eu não tenho a menor dúvida, a verdade vai prevalecer! As pessoas estão ouvindo, assistindo ao que nós estamos fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Jorginho Mello.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A forma com que houve esse acordo, sem ouvir os demais participantes, eu acredito que o ideal seria que houvesse uma conversa prévia entre todos os membros, e já se sabia quem seriam. Vejo que existe uma possibilidade grande, pela composição que foi feita – deixando muito claro o respeito que eu tenho ao Senador Omar, ao Senador Renan Calheiros –, mas, pela questão de ordem indeferida, nós começamos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mal esta CPI. Perde-se credibilidade pelo conflito flagrante de interesses que existe, isso é fato, e eu acredito que nós poderíamos consertar isso com a proposta que eu iria fazer, com um conjunto aqui, um apanhado, por exemplo, de um eventual acordo para o Senador Randolfe Rodrigues ser o meu vice. Era isso o que eu queria propor, o senhor não deixou, mas eu entendo que não foi sua intenção, eu acredito nisso. A ideia era propor um acordo para que a gente tivesse mais credibilidade no começo, já sair com credibilidade.

Qual seria a minha ideia? Eu seria Presidente pela metade do período, eu que fui autor do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Humberto Costa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... e o Senador Randolfe Rodrigues seria o Vice-Presidente que assumiria a Presidência durante a metade. A minha ideia era fazer isso. E o apelo que eu iria fazer aos colegas, especialmente ao Senador Renan Calheiros, era para que gente pudesse ver outro Relator nessa composição, para que não houvesse um conflito de consanguinidade direto, até para preservar.

Então, deixe-me...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acredito não ser o caso de V.Exa., mas o Estado de Alagoas é o único Estado do Brasil que não tem sobre ele nenhuma investigação. Mais do que isso: foi o Estado que mais gastou dinheiro com saúde, levando em consideração a receita líquida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E mais do que isso ainda: foi o Estado que construiu seis grandes hospitais em regiões diferentes. Nunca passou de 80% a ocupação de leitos de UTI.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Senador Randolfe já votou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem dinheiro em caixa para fazer investimentos. Não está sendo investigado. E isso aí é prévio, é uma censura prévia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu queria...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas, Senador Renan Calheiros, com todo respeito, só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu pediria aqui ao Senador Renan que assumisse, para eu poder votar. V. Exa. me permite?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro!

Com todo o respeito, só para fazer uma colocação, Senador Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... eu relacionei, no pedido de CPI que fiz, assinado pela maioria dos colegas – e o senhor tem razão nesse sentido –, as operações da Polícia Federal. Eu relacionei operações da Polícia Federal, se não me engano, em 18 Estados da Federação. Está lá no pedido. São fatos determinados. Realmente, não há o Estado de Alagoas. Há vários Estados ali, e não o de Alagoas. Mas os senhores já participaram de tantas CPIs e sabem: uma CPI a gente sabe como começa, não sabe como termina. Só por haver...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não pode fazer censura prévia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu sei que não pode fazer...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos vivendo em tempos democráticos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro, Senador Renan Calheiros, mas, assim, eu acredito que, para o bem da CPI, como existem todas essas operações feitas, e a gente vai rastrear... Inclusive, o meu plano de trabalho, porque eu fiz um plano de trabalho também, contrapondo o plano que foi feito – não sei se o senhor chegou a ver –, mas no plano de trabalho a gente procurava equilibrar. O que eu percebo, e espero estar errado – e vou pedir desculpa se estiver errado, publicamente –, é que existe, no meu modo de entender, um direcionamento, isso não é justo, quando se foca o Governo Federal, quando se tem prejulgamentos em entrevistas que houve aqui de alguns colegas membros da Comissão, fazendo já uma antecipação de julgamento de quem é o culpado, de quem é o inocente. Isso tira credibilidade do trabalho que a gente vai fazer, isso dá um conflito, não dá isenção.

Por isso que eu estou colocando a minha candidatura, para a gente tentar encontrar uma maneira conciliatória de começar bem. É para o bem da CPI, para a gente buscar a verdade. O Governo Federal, concordo, tem que buscar a verdade, e Estados e Municípios, porque foi muito dinheiro! Foi muito e muito dinheiro, a gente sabe disso.

Então, por exemplo, eu propus chamar, no meu plano de trabalho, Senador Renan Calheiros – e conto com o seu apoio, para que a gente possa trazer... Não é para buscar a verdade? Vamos trazer, por exemplo, a Subprocuradora-Geral da República, Dra. Lindôra Araújo, que fez um trabalho junto aos Governadores, pediu explicações sobre hospitais de campanha, por exemplo, e os Governadores demoraram, demoraram, quando entregaram, ela já constatou irregularidades, e deu na imprensa isso. Então, vamos... Eu fiz um requerimento para aprovar, não sei se a gente vai fazer isso hoje, para trazê-la aqui.

O Ministro Marco Aurélio Mello também é importante que a gente possa ouvir, respeitosamente, que possa vir ao Senado, já que tirou atribuições de Estados e Municípios... Aliás, tirou do Governo central, do Governo Federal, atribuições e passou para Estados e Municípios. Esse impacto... É importante a gente ter o monitoramento dos dados do STF. Esse impacto poupou vidas, mais vidas? Como é que foi? Ou foi menos? Tudo isso. Eu acho justo que a gente faça um trabalho aqui, para dar uma resposta para a sociedade, e não mostrar que é palanque político, que nós estamos antecipando aqui projetos políticos de A, B ou C, porque há também supostos presidencialistas participando da Comissão, pois sai o nome na imprensa.

Então, tudo isso tira o brilho de um trabalho que pode ajudar, Senador Renan Calheiros, para que a gente, nas outras pandemias que poderão vir – e os especialistas dizem que existe essa possibilidade –, possa aprender com os erros do passado, avaliar tudo isso e não errar no futuro. Eu acho que esse é o legado importante.

Por isso eu queria defender a minha candidatura, um possível acordo amplo aqui, não apenas de uma parte dos nossos colegas, que a gente pudesse ter essa possibilidade, mas me foi tirada essa possibilidade, sem a intenção – eu acredito no Senador Otto Alencar –, me foi tirada essa oportunidade de tentar começar certo, no meu modo de entender, esta CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Que Deus nos abençoe, nos dê sabedoria, porque precisamos ter muita responsabilidade com o País! Seria uma covardia, seria uma desumanidade a gente, com uma CPI dessa, já estar definindo quem é culpado, quem não é, antes de começar, e também com palanque político para 2022. O povo brasileiro não merece isso de nós, ele quer a verdade – toda a verdade e não apenas uma parte da verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Declaro encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que proceda à abertura do painel eletrônico para a apuração dos votos.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Omar Aziz, 8 votos; Senador Eduardo Girão, 3 votos.

Está eleita, então, a chapa, como Presidente, o Senador Omar Aziz e, como Vice-Presidente, que foi candidato único, o Senador Randolfe Rodrigues, com 7 votos, e 4 votos em branco.

Portanto, eleito o Senador Omar Aziz, como Presidente, e o Senador Randolfe, como Vice-Presidente.

Eu os convido para que possam assumir, de acordo com a votação, a Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19.

Devo aproveitar para me dirigir ao Senador Eduardo Girão. Da nossa parte, Senador Eduardo Girão, eu sempre trabalhei com muita isenção, com muita imparcialidade, dentro da verdade dos fatos. Isso é uma tradição da minha vida. Eu vejo V. Exa. falar sempre sobre isso e quero dizer que concordo, mas já procedo assim há 35 anos. Em todos os cargos que eu ocupei – e foram cargos importantes no meu Estado –, sempre me pautei dentro desse nível de isenção e imparcialidade na busca da verdade.

Passo aqui a Presidência ao Senador Omar Aziz, eleito agora Presidente da CPI. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero convidar o Vice-Presidente, Senador Randolfe.

Primeiro, eu quero agradecer a confiança dos Senadores. Que a gente possa fazer um trabalho bastante transparente, literalmente técnico!

O seu discurso, Fernando Bezerra, se as pessoas prestaram bem a atenção, mostra que o Governo quer colaborar. E nós estamos, há mais de duas horas aqui, discutindo. Existe uma pressão muito grande para que a gente tome decisões aqui equilibradas, coerentes, que possam ajudar o Brasil a melhorar essa questão da pandemia. Tenho certeza de que o debate será proveitoso, de que esta CPI irá levar uma esperança maior na aquisição de vacinas, na aquisição de *kits*, na aquisição de tecnologia, para que a gente possa dar uma esperança a milhares de pessoas.

Não dá para a gente discutir questões políticas em cima de quase 400 mil mortos. Eu não me permito fazer isso. Eu não me permito porque, infelizmente, eu perdi um irmão há 50 dias e eu não viria a uma CPI desta, Senador Girão, querendo puxar um lado contra outro. Não haverá prejulgamento pela minha parte. Eu espero que Deus possa nos abençoar muito aqui neste trabalho para que a gente possa sair daqui com a cabeça erguida, mostrando os caminhos que o Brasil tem que seguir, aquilo que nós acertamos, aquilo que nós erramos e nos equivocamos, sem prejulgamento, sem nenhum prejulgamento, como estamos sendo prejulgados. Se isenção, se não há isenção... Porque morre gente de esquerda, de centro, de direita, morre pastor, morre padre, morre ateu, morre umbandista. Não há cor para doença, não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há classe social para doença, tanto é que meu querido Líder Senador Otto certamente me disse: "Omar, não é distanciamento social, é distanciamento físico de uma pessoa para outra". Esta CPI não pode servir para se vingar de absolutamente ninguém. Esta CPI tem que fazer justiça a milhares de órfãos que a Covid está deixando, órfãos, crianças que perderam o pai e a mãe, que têm um futuro incerto; à mãe que chorou a morte do filho; ao pai que perdeu o filho; à mulher que perdeu o marido; ao marido que perdeu a mulher; a nós que perdemos amigos e parentes. Esta CPI não é de onze Senadores e sete suplentes, esta CPI está no lar de cada brasileiro nesse momento: 86% da população brasileira conhece alguém ou é parente de alguém que faleceu da Covid! Não há nada igual na história do Brasil! Não é uma CPI diferente.

Por isso, faço um apelo a todos os companheiros Senadores e Senadoras que vão participar da CPI: vamos levar esse trabalho técnico sem buscar nada além da verdade, a verdade, seja contra quem for. Não falem, pelo amor de Deus, que aqui alguém quer proteger. Não podemos proteger ninguém que falhou ou errou em nome de quase 400 mil óbitos.

Daqui a 60 dias, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós chegaremos a meio milhão de mortes pela Covid. Enquanto nós estamos trabalhando aqui neste momento e passamos mais de duas horas discutindo, há um cidadão brasileiro, há uma mãe que está falecendo, há um filho que está perdendo o pai e a mãe, e é isso que eles esperam da gente. Ninguém de nós aqui conseguirá fazer milagres, mas poderemos dar um norte ao tratamento e ter um protocolo nacional, descobrir coisas que deixaram de ser feitas e quem deixou de fazê-las, seja ele ministro, assessor, Governador ou Prefeito deste País.

Por isso, eu quero agradecer a todos vocês pela confiança no meu nome e pela confiança no nome do Randolfe. E vamos tratar esta CPI, daqui para frente, com toda a dignidade que o povo brasileiro espera da gente. Dito isso...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o meu segundo...

Pois não, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para questão de ordem.) – Eu quero rerepresentar a minha questão de ordem já que o Presidente Otto disse que o momento era agora. Já está sobre a mesa. Fica rerepresentada a minha questão de ordem sobre a participação dos dois Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. leu uma questão de ordem por quase meia hora.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quase meia hora.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Essa mesma se encontra sobre a mesa. Eu quero reafirmar o meu pedido, essa questão de ordem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou indeferir o seu pedido.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E quero pedir que V. Exa. decida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para responder questão de ordem.) – Eu indefiro a sua questão de ordem por entender o seguinte: não existe Senador pela metade. Todos nós somos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores por completo. E o Senador Renan tem colocado uma coisa é verdadeira: o Estado de Alagoas... Se o Senador Renan não pode fazer parte de uma CPI, ele não é Senador. Só quem não pode fazer parte de uma CPI... Senadores...

A segunda questão, Senador Jorginho, eu acho que essa discussão já está muito madura em relação à própria sociedade. Nós estamos aqui malhando em ferro frio. Veja bem, Senador Jorginho, o Senador Renan deve ter votado a PEC da guerra. Votou? Deve ter votado. Votou ajuda para os Estados e Municípios? Votou. Se ele é suspeito, ele não deveria ter votado ajuda para Estados e Municípios, porque ele está beneficiando o Estado de Alagoas também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Que é o meu papel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o papel do Senador. Então, essa questão...

Ontem mesmo, tivemos esse constrangimento novamente de um juiz de primeira instância... Felizmente o TRF colocou na linha essa questão. É uma coisa com que o Senado está acostumado e, se a gente ficar discutindo aqui o questionamento de um companheiro, colega Senador, sobre essa questão, Senador Jorginho... Eu me sinto bastante constrangido em dizer pra V. Exa. que eu não vou acatar sua questão de ordem e eu vou indicar o Senador Renan Calheiros como Relator da CPI da Covid.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se for essa questão, já está indicado o Senador Renan. Por favor, essa questão já está passada. Se for outra questão, com o maior prazer, Senador Marcos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer duas ponderações com V. Exa. A decisão de V. Exa. já está tomada.

Na fala inicial de V. Exa., V. Exa. fala do papel desta CPI como instrumento para fazer justiça aos brasileiros mortos pela Covid. E eu queria respeitosamente divergir de V. Exa., porque essa CPI não tem esse papel, por mais que nós gostaríamos que tivesse força instrumental para formulação de políticas públicas durante a sua vigência atinentes ao enfrentamento da pandemia. CPI investiga fato terminado e, sobretudo, do passado. Então, ela é um instrumento, sim, de controle político da administração; mas ela não serve a esse propósito de fazer justiça aos mortos.

Eu também tive casos na família dessa mesma gravidade. E ainda tenho, porque dois da minha família neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou entendendo o que V. Exa. está falando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque V. Exa. disse que esta CPI será instrumento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Às vezes, eu não consigo entender. O que é que V. Exa. está falando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque V. Exa. disse que esta CPI será instrumento para fazer justiça às mortes pela Covid.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, é isso.

Não, veja bem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela não se presta a esse papel.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, presta-se, sim. Eu me presto, você se presta para isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como pessoa, mas não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... seja diretamente ou indiretamente, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não a CPI, mas não a CPI, mas não a CPI! Apenas para consignar.

Outro aspecto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É justo, é justo as pessoas não terem a segunda dose para se vacinar? Isso é justo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, a CPI não vai garantir UTI, não vai garantir vacina, com todo o respeito a V. Exa.

Outro aspecto, Sr. Presidente, com relação à questão da suspeição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa discussão já foi, já foi, já foi definida pela Mesa, Marcos!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Calma, Sr. Presidente! V. Exa. está nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não estou, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Calma, Presidente, respira!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcos, vou dizer uma coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respira, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa-me dizer uma coisa!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixa-me manifestar a minha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A única coisa que eu não estou é nervoso, só que V. Exa. está desde o primeiro... Nós estamos há duas horas e meia, aqui, e há três ou quatro Senadores querendo não instalar. Qual é o medo da CPI? É medo da CPI ou medo do Senador Renan? Diga-me você: é medo da CPI ou medo do Senador Renan?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, eu não tenho medo de nenhum Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, eu não estou entendendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não tenho medo de nenhum Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próprio Líder, o seu Líder, o seu Líder de Governo, Senador Fernando Bezerra, disse que não tem medo da CPI e quer dar transparência. V. Exa., que é liderado pelo Líder do Governo no Senado, está questionando agora, novamente, a questão do Senador Renan e diz que eu é que estou nervoso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, V. Exa. está açodado. Fique tranquilo! Não vou provocar V. Exa. com relação à escolha que fez. V. Exa. está passando o carro na frente dos bois. Calma!

Quanto à suspeição, Sr. Presidente, ela não se dirige apenas, de maneira objetiva, às situações, como as aventadas aqui. Eu considero que antecipar juízo de valor em relação àquilo que se vá investigar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acarreta a suspeição e é preciso ter cautela – e aí digo isso aqui, genericamente ou em sentido amplo mesmo; todos nós, todos nós –, para não incorreremos nesse tipo de comportamento, nesse tipo de conduta.

Considero um ponto relevante dizer que há quem declare o Presidente da República, por exemplo, um genocida. Bom, alguém que, antes de estar aqui ou estando aqui, já declara o Presidente da República um genocida que tipo de isenção tem para investigar, que tipo de isenção tem para buscar conhecer os fatos e fazer deles juízo de valor? Então, esse tipo de opinião, antes da apuração dos fatos, tem alguma lógica; reflete responsabilidade, interesse pela verdade? Os fatos, Sr. Presidente, devem falar mais alto que as opiniões pessoais e as paixões políticas. Toda investigação séria deve ter esses princípios, e uma CPI não pode ser diferente.

Quanto a haver atores da Oposição e outros que defendem o Governo, isso permite o equilíbrio numa CPI. É natural que aconteça, com moderação, responsabilidade, mas nenhum dos lados deve prejudicar. É o alerta que estou fazendo, aqui, em sentido amplo à Comissão, porque nós vamos ter aqui 90 dias para trabalhar e perseguir os fatos. Acima de tudo, há que se ter serenidade e compromisso em um exame racional dos fatos, das provas que forem carreadas, sem açodamento. Nosso dever maior, Sr. Presidente, é com o País, com o Estado nacional, com a República. Portanto, era apenas esta a ponderação que gostaria de fazer em relação à questão das condutas de prejulgamento.

Quanto à decisão de V. Exa., V. Exa. já a tomou e não cabe a mim aqui ficar reprisando argumentos contra ou a favor.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga. Ele estava inscrito antes.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Meu Presidente Omar Aziz, eu quero, primeiro, cumprimentar V. Exa., porque V. Exa. assume a Presidência desta CPI, cujo fato determinado, Senador Marco Rogério, lamentavelmente, de forma muito triste, foi o que aconteceu no meu Estado, no Estado do Amazonas, e que continua acontecendo. Na primeira onda e na segunda onda, entre janeiro, fevereiro e março, nós assistimos a brasileiros amazonenses morrendo por falta de oxigênio, a brasileiros e amazonenses amarrados à cama de UTI, porque não havia *kit* de intubação, porque não havia sedaço para que eles pudessem continuar intubados de forma humanitária.

Portanto, a chegada do Senador Omar à Presidência desta CPI vem revestida destas questões que são muito acima de questões partidárias.

Quero cumprimentar o desempenho do Senador Otto, que presidiu a instalação desta CPI.

Sr. Presidente, a instalação desta CPI tem que ter como base o compromisso com a verdade, a transparência com a ciência, a responsabilidade com a vida de mais de 210 milhões de brasileiros. Ele precisa ser o norte desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que promete ser uma das mais marcantes da nossa história.

O que diferencia esta CPI de todas as anteriores é que nós não vamos nos debruçar apenas sobre fatos passados, mas também sobre o presente e até mesmo sobre o futuro. Muito mais do que apontar culpas, temos, a partir do trabalho desta Comissão, a oportunidade de apontar caminhos que levarão a salvar milhares de vidas. E é isto, Senador Renan, que nós, membros da Comissão e membros do MDB, vemos em V. Exa.: um Senador que é decano desta Casa, quatro vezes Presidente do Senado da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República, que conhece como poucos o funcionamento do Senado e que terá esta missão, que é uma missão verdadeiramente histórica, de ser o Relator da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ao investigar erros e omissões do Governo Federal e eventualmente de governos estaduais e municipais na administração de recursos repassados pela União, temos a chance de corrigir as decisões e os rumos adotados até agora no enfrentamento da pandemia – decisões e rumos tão equivocados que impuseram ao País um rastro dramático de medo, de perdas e sofrimento na saúde, na economia e na área social.

O legado da falta de planejamento e da falta de vontade política na luta contra a Covid pode ser medido dia após dia pelo agravamento da crise que fecha as portas de tantas empresas e empurra uma multidão de brasileiros para a fome e o desemprego. Esse legado pode ser mensurado também a cada dia pela escalada galopante de vidas perdidas para o coronavírus.

Caminhamos em ritmo acelerado para a marca de 400 mil mortos nos próximos dias. O Brasil é o segundo país no mundo em número absoluto de mortes pela Covid, o décimo segundo em número de mortes por milhão de habitantes e o terceiro em número de infecções.

A ausência de estratégia e coordenação nacional multiplicou a dor e a angústia dos profissionais de saúde, os heróis desta pandemia, que travam uma luta muitas vezes inglória diante da insuficiência de leitos, de remédios e insumos básicos nos hospitais, tais como oxigênio, *kits* de intubação e EPIs médicos. Basta lembrar a crise de abastecimento de oxigênio no Amazonas, quando acompanhamos, horrorizados, milhares de pessoas morrendo asfixiadas, em desespero. O sentimento ainda é de revolta e de indignação diante do drama enfrentado pelo meu povo, o primeiro a enfrentar uma variante muito mais letal e contagiosa do novo coronavírus.

Esta CPI, Sr. Presidente, é uma resposta a todos os amazonenses que sofreram os dois meses mais negros da nossa história. É uma resposta que temos a obrigação de dar a todos os brasileiros, particularmente a todas as famílias que perderam seus entes queridos para a Covid-19. Quantas, de norte ao sul, não tiveram sequer a chance de lutar pela vida e de receber algum tipo de tratamento por falta de vagas nas UTIs? E o que dizer do procedimento desumano de pacientes intubados amarrados a macas, sem sedação, por falta de medicamentos?

Faltaram recursos? Não foi o caso. O Congresso e o Governo Federal fizeram a sua parte. Aprovamos um orçamento de guerra e garantimos todos os meios necessários, do ponto de vista financeiro e orçamentário, para o enfrentamento da pandemia.

Fomos surpreendidos com problemas inesperados? Também não foi o caso, Sr. Presidente, decisivamente. A tragédia que vivemos hoje no Brasil é uma tragédia mais que anunciada. Não faltaram alertas de que o caos sanitário que assolou o Amazonas iria se repetir Brasil afora, alertas inclusive de minha parte registrados nos *Anais do Senado* em meus pronunciamentos.

Não há justificativa para a falta de medicamentos e insumos, não há justificativa para a crise de abastecimento dos *kits* de intubação. Ora, por que não tratamos de prevenir o problema usando os aviões da FAB para trazer e distribuir esses *kits*?

Mas nada, senhoras e senhores, se compara ao erro primário da falta de programação e disposição e de espírito público na compra de vacinas. No mundo inteiro, a notícia da descoberta da vacina fez com que o medo desse lugar à esperança, mas, no Brasil, onde a ciência foi tantas vezes atropelada pela desinformação, pelo negacionismo e pela irresponsabilidade, o Governo se negou a planejar e a negociar antecipadamente a compra de imunizantes. Não há justificativa para a recusa de 70 milhões de doses oferecidas pela Pfizer ainda no ano passado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos colhendo o que plantamos. Temos uma vacinação a conta-gotas e um abismo assustador entre o número de imunizados e o percentual mínimo necessário para frear o contágio.

Comemoramos, sim, cada avanço. Já somos 29,5 milhões de brasileiros vacinados com a primeira dose. Em termos absolutos, ocupamos o quinto lugar do *ranking* global de vacinação, mas caímos para a posição de número 57 quando se trata do número de doses aplicadas a cada cem mil habitantes.

Senhoras e senhores, esta CPI não pode também ignorar os tropeços da nossa diplomacia, hoje mais do que nunca fundamental nas negociações para a aquisição das vacinas, nem pode fechar os olhos para a perda de foco, de tempo e energia com disputas federativas e conflitos políticos completamente inoportunos, alimentados ao longo da pandemia.

A falta de transparência tem sido outro pecado imperdoável. Inúmeras informações sobre o avanço da pandemia ou sobre ações desencadeadas pelo Governo simplesmente não vêm a público. Pior, somos bombardeados a todo tempo com dados desencontrados por parte das autoridades sanitárias. Previsões sobre a chegada e a distribuição das vacinas mudam a cada dia. Ontem, em audiência com a Comissão de acompanhamento da Covid no Senado, o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, admitiu a dificuldade do fornecimento de imunizantes para a aplicação da segunda dose da CoronaVac. Um mês atrás, o então Ministro Eduardo Pazuello havia autorizado a aplicação das vacinas inicialmente reservadas para a segunda dose.

Para concluir, Sr. Presidente, brasileiros e brasileiras se veem perdidos em meio à inexistência de coordenação e de estratégia no combate à pandemia. Hospitais e profissionais de saúde, com todo o seu heroísmo, também se encontram desorientados, sem uma orientação clara de ação, até mesmo em termos de protocolo de tratamento da doença.

Certo é que não existe uma responsabilidade isolada no desenho dessa tragédia. Há muitas responsabilidades compartilhadas por diversos atores. São erros que precisam ser esclarecidos para que possamos seguir em frente, para que possamos ter a esperança de sair o mais rápido possível deste *tsunami* que vem destruindo a saúde, as empresas e a economia diante de um enorme desafio. Enfim, temos um longo trabalho pela frente.

Resta salientar que esta CPI não tem nem pode ter, de forma alguma, Presidente, o objetivo de servir de palco político partidário a quem quer que seja. Vida e esperança são valores que nos unem a todos, independentemente de coloração partidária, classe econômica, raça. São esses os valores que precisamos honrar nesta Comissão.

Presidente, que Deus o abençoe na condução desses trabalhos e lhe dê sabedoria, para que, junto com o Relator, possamos construir um caminho para salvar vidas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Senador Izalci, Senador Ciro e Senador Luis Carlos Heinze...

Depois, eu vou passar a palavra ao Relator. Aliás, primeiro eu vou passar a palavra... Depois eu passo a palavra ao Vice-Presidente e passarei a palavra ao Relator, para a gente já tratar dos objetivos finais.

Senador Izalci, por favor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero parabenizar todos pela eleição e também, pela relatoria, o Senador Renan.

Eu queria fazer mais um apelo. Aliás, primeiro, eu queria dizer que nós não estamos colhendo o que plantamos; nós estamos sofrendo as consequências porque não plantamos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria fazer um apelo a V. Exa. e ao Relator, em especial. Eu sei que o próximo procedimento é a elaboração do plano de trabalho e, ao mesmo tempo, aprová-lo. Então, primeiro, eu gostaria de sugerir, como participei de várias CPIs e sou auditor, sou contador, para facilitar... Nós temos 18 membros: 11 titulares e 7 suplentes. Tirando o Relator, o Presidente e o Vice-Presidente, sobram 15. Se V. Exa. concordar, e eu faço este apelo, nós poderíamos criar cinco subcomissões para agilizar, porque foi ampliada a CPI, e eu acho que ela merece alguns detalhamentos. Por exemplo, como eu disse aqui, seria fundamental nós termos uma subcomissão para tratar exatamente de legislação, indicações para o Executivo – isso pode ser feito inclusive durante a CPI; não é preciso terminar a CPI para isso –; uma subcomissão também que tratasse da questão da vacina, dos medicamentos, do oxigênio, das empresas, dos pesquisadores; outra para o Governo Federal; uma para Estados; outra para Municípios. Acho que, com essas cinco subcomissões, daria para colocar três membros em cada subcomissão dessas.

Eu faria um apelo também para que V. Exa. colocasse no plano de trabalho... Há vários requerimentos já, mas V. Exa. já poderia colocar o requerimento de informações que foram apresentadas – eu quero agradecer ao Senador Girão, que também apresentou requerimentos –, informações que já existem na Polícia Federal, no Ministério Público Federal, no Ministério da Saúde e na Presidência, para a gente ter essa documentação, que demora a chegar. A gente tem experiência e sabe que demora. Até chegar aqui para a gente, isso demora. Então, se V. Exa. puder contemplar, no plano de trabalho, já a questão da requisição dos materiais constantes dessas instituições... Há requerimento para isso.

Essas seriam as minhas considerações.

Quero desejar muito sucesso nesse trabalho, que, tenho certeza, a população brasileira vai acompanhar. A gente precisa realmente fazer um belo trabalho.

Parabéns a V. Exas.!

Faço, então, esse apelo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fala o Senador Ciro e, depois, o Senador Heinze.

Senador Ciro, por favor...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas quero parabenizar a sua eleição. A imprensa está toda aqui me ligando, perguntando se eu votei no senhor. Eu votei no senhor. O senhor me pediu, e eu vou entrar na minha vida pública e sair dela cumprindo a minha palavra. Mas um dos motivos pelos quais eu votei no senhor, Sr. Presidente, foi o que o senhor me disse: que será um Presidente imparcial. Eu espero que o senhor faça um grande trabalho. Existe uma expectativa enorme do País sobre esta CPI.

Quero parabenizar aqui o Senador Randolfe e dizer ao Senador Renan Calheiros: agora, neste atual momento, eu não vejo obstáculo nenhum de o senhor ser o Relator da CPI. Há uma hora, há duas horas, existia uma decisão judicial, que era absurda, do meu ponto de vista. Mas existia uma decisão judicial, e, aqui nesta Casa, não pode haver um manual de que algumas decisões se cumprem e outras não se cumprem. Então, vamos logo definir como é isso. É um absurdo, e esta Casa é que está dando esse tipo de voz ao Supremo, à Justiça, de interferir nas decisões e na vontade dos Senadores. Se esta CPI hoje está funcionando, Senador Marcos Rogério, é por conta de uma decisão judicial. Então, eu sou contra, totalmente, tanto a decisão do Senador Otto quanto a do Presidente da Casa, que se posicionaram no sentido de que decisão judicial não deve ser cumprida. Tem que ser cumprida, por mais absurda que ela seja!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Senador Renan, que eu não vejo obstáculos para o senhor ser Relator atualmente. Eu vejo preocupação – não vou negar para o senhor – por algumas posições. Eu espero que essas minhas preocupações se percam no tempo. Eu espero que o senhor saiba honrar essa vontade aqui do nosso Presidente e da maioria ao ser Relator.

Eu tenho total divergência em relação a uma questão que o senhor colocou na semana passada, a de que, no caso de alguma acusação contra seu filho, o senhor vai se isentar. Não tem! Não há meio Relator: ou é Relator ou não é. Não tem como se isentar, até porque esta Casa vai votar um relatório geral. Então, não há isso. Espero que não haja nenhum tipo de acusação contra seu filho, que é um grande amigo meu – o senhor sabe disso. Mas, se isso vier a ocorrer, esta Casa tem que tomar uma posição, porque eu não concordo de forma nenhuma com um Relator se afastar e designar um sub-relator para uma questão, até porque o relatório vai ser final. Então, eu espero e rogo a Deus que isso não ocorra, porque senão esta Casa terá... Eu não vi isso em lugar nenhum, em nenhuma outra CPI. E olha que eu já tenho mais da metade da minha vida participando de CPI aqui no Congresso Nacional.

Então, parabéns, Presidente Omar Aziz! Espero que o senhor faça um excelente trabalho, porque é disso que o País precisa. Um grande abraço!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu liguei para o Senador Ciro, pedi o apoio dele, como liguei para o Marcos Rogério, falei com o Senador Girão – ele me disse que era candidato – e liguei para o Senador Jorginho também. É o meu papel querer unificar aqui a CPI para a gente trabalhar.

O Senador Girão me disse que era candidato, até porque o Girão tem uma relação de amizade muito próxima a mim. Ele me disse: "Omar, eu sou o candidato". Eu tenho que respeitar. Esta é uma democracia, todo mundo vota em quem quer aqui.

Eu agradeço a sua confiança, Senador, até porque nós estamos juntos aqui. Eu estou aqui há seis anos, a gente se conheceu logo no início do meu mandato, e essa relação prosperou durante esses anos.

Inscreveram-se, além do Senador Luis Carlos, o Senador Alessandro e o Senador Eduardo Girão, mas eu preciso andar com os trabalhos. Eu vou pedir para vocês falarem o mais rápido possível, por favor.

Senador Luis Carlos Heinze, por favor...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, primeiro, quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, pela posse, juntamente com o Senador Randolfe e o Renan, que será o nosso Relator.

Apenas faço uma colocação, Senador Renan, a V. Exa. como Relator: foram colocados aqui os recursos de Manaus como fato determinado. O Governo Federal, no ano passado, liberou mais de mais de R\$10 bilhões para o Estado de Manaus e para as Prefeituras do Estado do Amazonas. No final do ano, em 31 de dezembro, havia ainda na conta do Fundo Municipal de Saúde, do Fundo Estadual de Saúde, R\$681 milhões. Senador Renan, eram R\$681 milhões. Como é que vamos responsabilizar o Presidente da República ou o próprio Ministro da Saúde pela falta de oxigênio em Manaus ou em qualquer Município do Estado do Amazonas? Havia recursos no orçamento. E até hoje existe um projeto da minha autoria que permite que ele possa ser utilizado agora em 2021. Então, havia dinheiro. Não vale dizer que aquele assunto é por falta de recursos do Governo Federal; houve recurso, e esse é o ponto importante.

Há outra questão.

Aqui está o Deputado Mauro Pereira.

Mauro, nos hospitais filantrópicos do Rio Grande do Sul, Senador Omar, nós tínhamos, em março do ano passado, 933 leitos de UTI. Em março de 2021, quando fizemos a reunião com o Ministro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pazuello, nós tínhamos 3.008 leitos. Triplicaram o número de leitos de UTI no Rio Grande do Sul e assim deve ter sido no Brasil; leitos de UTI em que 80% praticamente são em hospitais filantrópicos e santas-casas do meu Estado. Por isso é importante tomar ciência também dessa questão, porque esses recursos saíram... Como conseguiram triplicar o número de leitos? Com recursos federais diretos, quase 600 bilhões, e recursos dos Municípios e dos Estados que tiveram de aplicar quase 11% em saúde. E as prefeituras devem ter ajudado os hospitais, por isso eles conseguiram triplicar o número de leitos no meu Estado.

Nós temos quase 30 mil leitos de UTI-Covid no Brasil, dos quais 1.824 são em santas-casas e hospitais filantrópicos. Desses leitos... Alguém falou aqui em inação do Governo. Já há hoje... Eu tinha a posição, sexta-feira, de quase 22 mil leitos renovados, pagando R\$1,6 mil reais por mês, durante seis meses. Só aqui são quase R\$6 bilhões já garantidos do Governo Federal para esses hospitais.

Então, essas questões estão acontecendo e não ouço ninguém falar isso. Eu estou falando aqui. E são dados reais de leitos de UTI que estão determinados hoje. Já saíram recursos do Governo Federal neste ano, para fazer isso aí.

E quando falo em número de vacinas – o Senador Izalci que está aqui e nos ajudou com uma proposta do nosso Senador Wellington Fagundes – há os laboratórios de medicamentos veterinários, que, quem sabe, Senador Omar, seja uma saída para nós.

O Senador Rodrigo Pacheco convocou uma reunião a nosso pedido, do Senador Izalci, do Senador Wellington, do Senador Confúcio, para que nós liderássemos um movimento com os quatro grandes laboratórios de medicamentos veterinários, com Butantan, Fiocruz, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Anvisa.

Aconteceu essa reunião e estão negociando. Eles podem fazer 200, 300, 400 milhões de doses. Quem sabe aí seja uma saída para nós, para a fabricação de vacinas, Senador Renan Calheiros. E foi explicado pelos técnicos que o mesmo sistema de vírus inativado que hoje o Butantan está usando para a vacina contra Covid é usado para a vacina da aftosa. É outro vírus, claro, mas o sistema é o mesmo. Já está havendo a negociação, a partir daquela nossa reunião, Senador Izalci, com o Butantan, entre as empresas e o Butantan. Quem sabe seja uma grande saída. Que no mundo falte, mas no Brasil podemos ter essa saída. E foi iniciativa do Senador Wellington. Inclusive V. Exa. é Relator de um projeto que Wellington fez para permitir isso aí. Então, são casos positivos que estão acontecendo no Brasil. Isso também nós precisamos relatar e dizer aqui.

O Brasil é o quinto país em número de vacinados. Quando alguém fala o número negativo, não fala o número positivo. E há crítica, Senador Omar e Senador Renan, prestem atenção. Eu pego o relatório do dia 1º de abril e há a Organização Mundial da Saúde criticando as vacinações na Europa, primeiro mundo. Na Europa! Muito aquém do que eles tinham previsto.

Agora aqui no Brasil tudo é errado. Não! Há coisas muito certas que aconteceram com o Governo Federal, com as prefeituras e com os governos estaduais. V. Exa. fala dos hospitais que o seu Estado fez. O.k. Por que São Paulo se nós devemos debater aqui dentro? O.k. Mas são recursos! E foram repassados recursos pelo Governo Federal para Estados e Municípios de qualquer Estado da Federação. Nesse sentido, eu quero fazer essa colocação.

Quando a gente fala em números negativos, é o décimo país em mortes por milhão e é o 34º país em novos casos de Covid. É o 34º! São números positivos, mas a alguém não interessa falar isso. Essa é a realidade que eles não mostram.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até a semana passada os Estados Unidos, que mais vacinaram, tinham mais mortes por milhão do que o Brasil. Hoje nós estamos na frente deles, mas a Inglaterra, que também vacinou mais do que nós, e a Itália estão atrás de nós em número de mortes por milhão. Então, essas estatísticas são usadas como quiserem.

Vamos falar números sérios, números certos, e não culpar alguém preestabelecidamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza, Senador Luis Carlos, nós teremos toda a boa vontade de analisar ponto a ponto. Eu acho que é unânime aqui que o que não faltou, para Estado e Municípios, foram recursos no ano passado. Isso é unânime. Só que é o Ministério da Saúde, Senador, que faz a política de saúde brasileira, inclusive sanitária. Essa é a política, porque o Ministério da Saúde não tem atividade-fim. Quem tem atividade-fim são Estados e Municípios. Os Estados com seus hospitais e os Municípios com atenção básica. E a política, quem faz todo o papel político da saúde é o Ministério da Saúde. É isso também.

Então, veja bem, não basta ter dinheiro, também tem que ter uma política, um planejamento. E talvez tenha sido essa uma das fases que pode ter acontecido.

Não faltou recurso. Um exemplo que V. Exa. deu foi que os hospitais filantrópicos saíram de 900 para 3 mil leitos. Acontece que não há pessoas especializadas no Brasil, em quantidade, para trabalhar dentro de uma UTI. Não há médico intensivista à vontade, muito menos enfermeiros intensivistas. É lógico que nós não estávamos esperando uma pandemia. Tudo isso nós temos que planejar, como disse o Senador Fernando Bezerra, porque, daqui a alguns anos, podemos ter outra, maior do que essa. Não basta ter UTI. O equipamento não funciona sozinho. Tem que ter um médico para entubar, e não é qualquer médico que sabe entubar, não é qualquer um, não é qualquer enfermeiro que pode auxiliar. Então, essas questões todas serão tratadas aqui pela CPI.

Sua preocupação: 100% válida. Eu acho que é isto que nós temos que fazer também: tomar decisões.

Eu tenho ainda o Senador Alessandro, o Senador Girão, o Senador Angelo Coronel. E, por favor, depois eu tenho que passar para o Vice-Presidente, que não abriu a boca ainda.

Senador Ciro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora o Senador Renan...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas quem marca é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas o Senador Renan primeiro vai falar com V. Exa. sobre a questão do plano de trabalho. Aí ele deverá fazer uma orientação aos Senadores, para que eles deem suas opiniões, e a gente marca logo em seguida a próxima reunião.

Senador Alessandro, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com muita brevidade, quero parabenizar os eleitos, Senador Omar Aziz e Senador Randolfê, parabenizar o Senador Renan pela confiança que recebeu do Presidente Omar Aziz, e tentar repor apenas a verdade em alguns pontos, que eu acho muito importantes. Esta CPI não se realiza por força de ordem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

judicial, ela se realiza por decisão do Senado, através de um dispositivo constitucional que assegura à sua minoria direito de CPI.

Infelizmente, foi necessário buscar o Judiciário para garantir um direito que é direito dos Senadores.

Reposta essa verdade, quero reiterar o desejo que tenho de garantir que esta CPI seja uma análise sobre fatos. E justamente porque é uma análise sobre fatos – e basta ver os dois requerimentos de instalação –, não há que se falar em suspeição e impedimento. Não existe nenhum investigado indicado em nenhum dos requerimentos. Então, não existe essa situação no momento e, se ela surgir mais adiante, será devidamente analisada.

E, por fim, quero solicitar ao Relator, ao Sr. Presidente e ao Sr. Vice-Presidente que se dê celeridade aos trabalhos. Temos muita urgência naquilo que será apurado pela CPI.

Boa sorte a nós todos!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Senador Alessandro.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Meu querido irmão, Presidente agora desta sessão, Senador Randolfe Rodrigues; Senador Renan Calheiros e também Senador Omar Aziz, que acabou de ser eleito Presidente desta CPI: os olhos do Brasil estão voltados para esta CPI. Eu queria cumprimentar os que foram eleitos e fazer um apelo, um apelo pelo bem do Brasil: não transformemos isso aqui numa inquisição, isso não é justo, isso não é o correto no momento que a gente vive da Nação.

Eu já disse aqui e vou reiterar que vou pedir desculpas publicamente do que eu estou falando se eu estiver equivocado mais na frente, daqui a 90, 120 ou 180 dias; mas a minha percepção da maneira como foi construída, toda formatação do acordo, tudo que ocorreu é que a tendência é de desgastar apenas o ente, o Governo Federal. Eu estou falando isso com uma isenção de independência, que eu tenho realmente. Quem me conhece... Senador Randolfe, nós estamos em muitas causas que são contrárias a políticas do Governo Federal em alguns aspectos, mas o mais importante é que eu quero ser justo. Eu sou Brasil, então eu vejo o encaminhamento que está sendo dado – eu espero estar errado e vou pedir desculpa publicamente –, que é para pegar um para Cristo e deixar outros para lá. Isso não é cristão. Se vamos fazer a coisa com responsabilidade, vamos olhar para todos com muita verdade, serenidade. Esse apelo eu quero fazer para que a gente não faça parte de algo que não é saudável para a Nação, que seria, como eu disse, um desrespeito, uma covardia com o povo brasileiro.

Acho que nenhum projeto de poder, nenhum, nenhum projeto de poder justifica uma situação como esta se for se encaminhar para esse termo. Eu vou estar aqui, com muito respeito aos senhores, tentando colaborar com as minhas limitações e imperfeições, mas vou estar me posicionando de forma serena, tranquila, firme, com algum tipo de direcionamento que a gente está vendo. Eu acho que tem outras formas de se buscar a alternância de poder, de se questionar um projeto.

Então, eu quero terminar aqui agradecendo a oportunidade.

Viu, Senador, Omar, eu o cumprimentei pela vitória. Não faço jogo de Governo, não faço jogo de oposição, mas eu acredito que a gente vai precisar provar com trabalho, com dados. Porque prejulgamentos nós já tivemos, isso é fato, está na mídia, prejulgamentos nós já tivemos. A gente vai precisar provar realmente serenidade. Que Jesus nos abençoe, nos guie, nos ilumine e nos conduza para que a gente seja realmente justo com este momento do País!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Girão.
Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente Omar e Vice-Presidente Randolfe, queria parabenizá-los pela eleição; cumprimentar também o nosso Relator, Renan Calheiros, que foi tido como o carrasco desta CPML. Não entendi o porquê, eu acho o Senador Renan tão tranquilo, na dele, e não vejo por que essa alcunha de o carrasco, sei que ele vai agir com total imparcialidade.

Mas eu queria também aproveitar a oportunidade, já estou protocolando alguns requerimentos de convite e convocações do Ministro da CGU, Wagner Rosário, do presidente da Pfizer no Brasil, do Presidente da União Química, fabricante da Sputnik V, de embaixadores da China e da Rússia, de presidentes do Instituto Butantan e da Fio Cruz. Por quê? Porque eu estou preocupado em imunizar a população brasileira que ainda está aí lutando, e orando, e rezando por novas vacinas. Então, nós temos que pensar de agora para frente. Quanto à questão de quem errou, fica aí por conta da relatoria, do Plenário, que irá votar favoravelmente, ou não, ao relatório, e à justiça, indiciando criminalmente, ou não.

O importante, para mim, nesta ótica, é nesta CPI lutarmos juntos, coesos para salvar vidas. E só podemos salvar vidas imunizando o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Angelo.
Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente Omar, eu quero cumprimentá-lo, mesmo não tendo votado em V. Exa., até porque o Senador Ciro abriu o voto dele. Mas desejo a V. Exa. muito boa sorte.; V. Exa. é um homem experiente, preparado, e poderá ser um grande Presidente. Não tenho absolutamente nada contra, pessoalmente, V. Exa., nem contra o Randolfe, em quem votei, e não tenho nada contra o Senador Renan, desejo a ele muito sucesso, muito sucesso.

Eu quero cumprimentar, então, V. Exa. pela eleição, na certeza de que o senhor, na sua capacidade, vai ser o timoneiro desta Comissão muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A responsabilidade, tanto minha, como Presidente, como de todos os membros, sejam titulares ou suplentes os Senadores e Senadoras, é a mesma, eu acho que o objetivo é o mesmo aqui.

Antes de passar a palavra, eu vou decidir aqui uma questão, que é a seguinte: cada partido vai ter direito a ter um assessor aqui dentro para que a gente possa trabalhar. Então, vejam bem, cada partido dos titulares. Então haveria nove assessores aqui dentro. O pessoal da segurança vai fazer o crachá para não chegar aqui e haver problema, até por segurança, porque hoje mesmo nós chegamos a ter mais de onze Senadores aqui em plenário, está certo. Então, a proposta que a Mesa faz é que cada partido tenha direito a um assessor. Se o MDB tem dois Senadores, vai ter um assessor; se o PSD tem dois Senadores, terá um assessor, e assim por diante. O PSDB tem um, é um assessor, e assim por diante. São nove assessores e o pessoal que fica ali na câmara, que é do Senado. E ninguém mais aqui dentro do Plenário, para proteger o trabalho aqui da CPI.

Senador Humberto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – A minha pergunta é só para esclarecer o seguinte: estando ou não o Senador presente, está certo. Porque a gente pode estar no remoto e é importante que o assessor tenha acesso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele vai ter um crachá, ninguém terá dois crachás.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele terá um crachá. E o crachá é de assessor do partido tal. Ele tem acesso ao Plenário, não há problema.

Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Em relação a essa questão, não sei se a melhor decisão seria por partido ou por bloco, para que a gente pudesse ter algum equilíbrio aqui também durante os trabalhos da Comissão entre aqueles que têm uma visão mais crítica ao Governo e aqueles que vão fazer a defesa das ações do Governo.

Então, em relação aos assessores, eu não sei se seria interessante se a gente pudesse permitir um assessor também pela Liderança do Governo e um pela Liderança da Oposição, para que a gente pudesse ter algum equilíbrio nisso, porque, enfim, a disposição da Liderança do Governo, mesmo não sendo membro nem suplente, é acompanhar, para poder se colocar à disposição na agilização...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vejo problema nenhum em V. Exa., como Líder do Governo, ter um assessor aqui dentro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em relação à Oposição, eu não quero tratar a CPI como situação e oposição. Então, a Oposição não terá ninguém aqui. A Rede tem o seu assessor, o PT vai ter o assessor dele... Então, só V. Exa., como Líder. E, aí, por uma questão até de mais informações para passar para a gente, às vezes, imediatamente, a gente abrirá mão só para a Liderança do Governo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra ao meu Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, que, tenho certeza, com a experiência...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

Senador Randolfe, com a palavra, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Omar.

Eu queria primeiro agradecer a confiança dos colegas.

Recaem sobre nós, sobre o meu colega de Presidência, Senador Omar Aziz, e sobre o Relator, o Senador Renan Calheiros, enormes responsabilidades, assim como para todos os demais colegas, membros efetivos e suplentes, desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito, colegas, nenhuma, na história do País, desde a República – lembremos que a primeira CPI que houve neste Congresso Nacional foi no ano de 1954, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CPI da Última Hora –, nenhuma tratou diretamente sobre o impacto da vida e da morte de brasileiros e brasileiras.

Esta CPI se inicia sob o espectro de mais de 380 mil brasileiros que já perderam a vida, sob a responsabilidade de mais de 380 mil famílias enlutadas. Que isso inspire a nossa atuação aqui.

Eu sempre repito – e a frase não é minha, é do meu colega de bloco parlamentar que muito me honra estar comigo nesta CPI, Senador Alessandro Vieira –: nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito investiga pessoas; investiga fatos, e os fatos devem levar às pessoas, as pessoas que foram responsáveis pelos fatos.

O objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito é investigar ações e omissões no combate ou no enfrentamento à pandemia da Covid-19 e os fatos conexos que existem em relação à utilização de recursos federais.

Quero também aqui destacar que o que dá luz a esta CPI não foi uma decisão judicial; foi a vontade das Sras. e dos Srs. Senadores. Foram 34 Sras. e Srs. Senadores que assinaram o nosso primeiro requerimento, em 13 de janeiro. Um destes, de boa memória para todos nós. Muito me honra o requerimento com o qual iniciamos a coleta de assinaturas ter tido a assinatura do colega Major Olimpio. Apensou-se a esse o requerimento de autoria do Senador Eduardo Girão, com a assinatura de outros quarenta e tantos Sras. e Srs. Senadores.

Faço referência ao Major Olimpio porque eu acho que a memória dele deve estar presente na nossa atuação aqui; eu acho que a memória de tantas e tantos brasileiros que perderam a vida deve ser honrada por nós na atuação desta CPI. Eu falo do Major Olimpio porque me lembro da atuação de S. Exa. quando o então Ministro Pazuello esteve presente no Plenário do Senado, da firmeza das indagações que Olimpio teve naquela circunstância.

Esta CPI – quero assegurar a vocês – não será de Governo, não será de Oposição. Esta CPI tem que buscar os fatos que nos levaram a uma situação que é indubitável: nós somos o segundo País do Planeta que mais mata pessoas por Covid-19. Na média por milhão, nós somos o que mais mata nas três Américas. Há duas semanas, de cada dez humanos que morreram de Covid-19 no Planeta, três foram brasileiros. Um país que corresponde a 2,7% da população do globo foi responsável, há duas semanas, por 30% das mortes de Covid-19. Não me parece que esse seja um dado à toa, me parece que tivemos responsabilidades para chegar até aqui. E é isso que temos que aqui trabalhar e investigar.

Talvez esta CPI – talvez, porque eu acho que trará – não traga uma vacina, uma dose de vacina a mais, e eu acho até que trará. Mas esta CPI tem a obrigação de investigar por que ainda não temos as vacinas, por que não temos as vacinas necessárias desde dezembro ou janeiro. Talvez esta CPI... Aliás, esta CPI não recuperará as vidas que foram perdidas, mas esta CPI tem que investigar se essas vidas poderiam ter sido poupadas, se essas mortes poderiam ter sido evitadas, se as medidas necessárias por parte de todos – de todos –, de todo o Poder Público foram tomadas.

Que Deus abençoe a nós, a todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito! Que façamos um trabalho que honre a memória dos três colegas daqui que perderam a vida em decorrência da pandemia e, em especial, que honre a memória dos mais de 380 mil brasileiros! Que ela seja também em homenagem às hoje mais de 380 mil famílias brasileiras que estão enlutadas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Eu vou passar a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, desejo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inicialmente agradecer aos Senadores do meu partido, na pessoa do Líder Eduardo Braga, que me confiaram a tarefa no momento histórico mais grave e trágico da Nação brasileira. Quero agradecer ao querido amigo Omar Aziz, a quem devo a minha designação para relatar esta importantíssima Comissão; meu querido amigo Humberto Costa, grande Líder e excepcional Ministro da Saúde; Otto Alencar, querido amigo, que não se quedou, em nenhum momento, diante do despropósito de uma liminar de primeira instância que objetivava subtrair competência do Congresso Nacional e impedir o livre exercício do papel de cada Senador, inclusive com censura prévia; Tasso Jereissati, referência política, ética, moral, um dos maiores líderes da vida nacional e referência para todos nós nesses momentos de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Estendo, evidentemente, a gratidão aos Senadores das demais legendas que subscreveram para que eu pudesse sistematizar uma caudalosa investigação que ora se inicia e que será, como todos sabem, árida e acidentada, mas exitosa, tenho certeza.

Quero parabenizar também o Senador Randolfe Rodrigues pela iniciativa humanitária, agora, Vice-Presidente da Comissão.

Faço ainda uma referência especial ao Supremo Tribunal Federal, que não tem faltado à Nação brasileira na defesa altiva da nossa Constituição terrivelmente democrática.

Eu quero também cumprimentar este amigo querido Ciro Nogueira, grande líder, amigo dileto. Para além de eventual qualquer divergência, eu sou amigo de muita gente aqui no Senado Federal, nesta Comissão também muito mais, mas nenhum é mais meu amigo quanto meu amigo é o Senador Ciro Nogueira.

Quero cumprimentar o Marcos Rogério; o Marcos Do Val; o Eduardo Girão; o Jorginho; o Fernando Bezerra, esse amigo querido e dileto; o Alessandro Vieira – e eu já falarei aqui da importância fundamental das suas sugestões para que nós possamos iniciar esse trabalho.

Eu tenho certeza de que, para além de qualquer divergência inicial, o que nos compete é construir alianças para que esta Comissão de Inquérito possa caminhar cada vez mais com absoluta maioria construída em torno da busca da verdade. Esse é o propósito de todo mundo, como disse o Presidente Omar, haja o que houver.

Como Relator, eu me pautarei pela isenção e imparcialidade que a função impõe, e, independentemente de minhas valorações pessoais, a investigação será técnica, profunda, focada no objeto que justificou a Comissão Parlamentar de Inquérito, e despolitizada.

É impossível esquecer todos os dias fúnebres em mais de um ano de pandemia, mas é impossível apagar abril, o mês mais mortal, e apagar o dia 6 de abril, com uma morte a cada 20 segundos. Esses números superlativos merecem uma reflexão, merecem um momento, mesmo que seja de 20 segundos.

Presidente, eu queria pedir a V. Exa. 20 segundos de silêncio para que com eles nós possamos homenagear aqueles que morreram por Covid no Brasil, as suas famílias, aqueles que estão acometidos da doença e aqueles que, lamentavelmente, ficaram sequelados.

(Soa a campainha.)

(Faz-se 20 segundos de silêncio.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nós estamos discutindo aqui o direito à vida, não se alguém é da direita ou da esquerda. Minhas opiniões ou impressões serão subordinadas aos fatos. Serei Relator das minhas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convicções, mas serei igualmente o redator do que aqui for apurado e comprovado. Nada além, nada aquém.

A CPI não é uma sigla de comissão parlamentar de inquisição; é de investigação. Nenhum expediente tenebroso das catacumbas do Santo Ofício será utilizado. A CPI, alojada em uma instituição secular e democrática, que é o Senado da República, tampouco será um cadafalso com sentenças prefixadas ou alvos selecionados.

Não somos discípulos nem de Deltan Dalagnol, nem de Sergio Moro; não arquitetaremos teses sem provas ou PowerPoints contra quem quer que seja. Não desenharemos o alvo para depois disparar a flecha. Não reeditaremos a República do Galeão. Agindo com imparcialidade, a partir de decisões coletivas, sem comichões monocráticos, ninguém arguirá nenhum tipo de suspeição no futuro desse trabalho.

Os verdugos são inservíveis ao Estado democrático de direito. Eles negaram apoio à Comissão Parlamentar de Inquérito. Negaram, por todos os meios, a chance de que ela fosse instaurada. Agora, tentaram negar que ela funcione com independência. O negacionismo em relação à pandemia ainda terá que ser investigado e provado, mas do negacionismo com relação à CPI da Covid já não resta a menor dúvida.

As CPIs vicejam quando os canais tradicionais de investigação se mostram obstruídos e isso é um ensinamento histórico. Aqui, em uma Casa de verdadeiros democratas, que convivem e respeitam a divergência diuturnamente, são respeitados o contraditório, o sagrado direito à defesa, a presunção da inocência e a paridade de armas, garantias civilizatórias que tanto foram negligenciadas nos últimos tempos no Brasil e que só contribuem para reprovável erosão das instituições.

Não estaremos – queria repetir – investigando nomes ou instituições, mas fatos e os responsáveis por eles. As gestões do Ministério da Saúde evidentemente podem ser apuradas, podem ser investigadas a fundo – ainda não é o caso –, mas não é o Exército Brasileiro que estará sob análise, instituição permanente de Estado cuja memória remete para os 454 mortos em combate na Segunda Guerra Mundial, com o universo de 25 mil pracinhas que foram para a Itália. Esse pequeno número de baixas reflete a liderança de um estrategista de guerra. Imaginem, Srs. Senadores, Sr. Presidente, um epidemiologista conduzindo nossas tropas lá em Monte Castello!

Na pandemia, o Ministério da Saúde foi entregue a um não especialista, a um general. O resultado fala por si só: no pior dia da Covid, em apenas quatro horas, o número de brasileiros mortos foi igual ao de todos que tombaram nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial. O que teria acontecido se tivéssemos enviado um infectologista para comandar nossas tropas? Provavelmente um morticínio, porque guerras se enfrentam com especialistas, sejam elas guerras bélicas ou guerras sanitárias. A diretriz é clara: militar nos quartéis e médicos na saúde! Quando se inverte, a morte é certa, e foi isso que lamentavelmente parece ter acontecido. Temos que explicar como, por que isso ocorreu.

Estaremos, aqui – e já me encaminho para encerrar –, para averiguar fatos e desprezar farsas. Para tanto, usaremos das instâncias técnicas do Estado, da Polícia Federal, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, da Consultoria do Senado e outros organismos que se fizerem necessários. A Comissão será um santuário da ciência, do conhecimento e uma antítese diária e estridente ao obscurantismo negacionista e sepulcral, responsável por uma desoladora necrópole que se expande diante da incúria e do escárnio desumano. Essa será, Presidente Omar, a Comissão da celebração da vida, da afirmação, do conhecimento e, sobretudo, da sacralização da verdade contra o macabro, o oculto, a morte e contra o ódio. Os brasileiros têm o direito de voltar a viver em paz.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao contrário do que vociferavam os franquistas do início do século – abro aspas: "Viva a morte! Abaixo o conhecimento!", fecho aspas –, estaremos aqui para proclamar, dia após dia, viva a ciência, glória ao conhecimento, respeito à vida! Tenham absoluta certeza de que este fórum – e anoto a qualificação e experiência aqui reunidas – será uma fonte permanente de reposição e resgate da verdade por sua capacidade intrinsecamente regeneradora.

Já seria muito importante nesta fase que nós andamos dar um basta à mentira, à mentira que lamentavelmente sufocou a sociedade brasileira durante esses últimos tempos. Entre a ciência e a crença, fico com a ciência. Entre a vida e a morte, a vida eternamente. Entre o conhecimento e o obscurantismo, óbvio, escolho o primeiro. Entre a luz e as trevas, a luminosidade. Entre a civilização e a barbárie, fico com a civilidade. E, entre a verdade e a mentira, lógico, a verdade sempre. São escolhas simples que opõem o bem ao mal, e creio que todos nesta Comissão convergem com relação a esse sentimento.

Nossa cruzada será contra a agenda da morte. Contrapor o caos social, a fome, o descalabro institucional, o morticínio, a ruína econômica, o negacionismo não é uma predileção ideológica ou filosófica; é uma obrigação democrática, moral e humana. Os inimigos desta relatoria são a pandemia e aqueles que, por ação ou omissão, incompetência, desídia ou malversação, se aliaram ao vírus e colaboraram de uma forma ou de outra com esse morticínio.

A discussão aqui, embora muitos anseiem deliberadamente rebaixá-la ou até mesmo embaçá-la, é muito mais abrangente. Esta não é apenas mais uma Comissão Parlamentar de Inquérito, como disse o Presidente Omar Aziz; no contexto histórico, humanitário e social, ela é a principal Comissão Parlamentar de Inquérito de todas as Comissões que aqui se formaram, porque estaremos tratando de vidas, do futuro e da esperança, estaremos proclamando, acima de tudo, valores civilizatórios. Em detrimento de achismos medievais, estaremos defendendo a vida, o conhecimento, a ciência, a civilização, as instituições, o SUS e a própria democracia.

Vamos dar um basta aos suplicios, à inépcia e aos infames. Não deixaremos de lembrar diariamente o tamanho da nossa tragédia que hoje já lembramos aqui. Os brasileiros estão morrendo em uma velocidade assustadora. Não temos tempo a perder com manobras regimentais, obstruções, diversionismo, politiquices e chicanas. Nossa missão é interromper esse cronômetro da morte ao qual me referi no início. Não estamos diante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para maquinar as ações persecutórias. Não estamos aqui diante da atenção integral da Nação e do mundo para brindar ninguém, engavetar, tergiversar ou procrastinar.

Tudo será investigado, como exige a carta democrática, de maneira transparente, acessível; e as decisões, colegiadas, como sempre fiz nas quatro vezes em que tive a honra de presidir esta Casa. Fui forjado no movimento estudantil, libertário, crítico e democrático; respeito as instituições, o mecanismo de freios e contrapesos; venero a democracia; tenho repugnância ao fascismo; e antecipo que intimidações – e todos os dias nós as vemos –, sob qualquer modalidade e arreganhos, não nos deterão.

O maior mérito desta Comissão Parlamentar de Inquérito é existir. Está instalada e funcionando. O Brasil precisa de muita luz, e isso não é uma mera metáfora. O papel da Comissão é iluminar todos os compartimentos escuros no combate à pandemia. Só o seu espectro no horizonte já acelerou, nos últimos dias, uma série de providências administrativas que estavam congeladas em vários órgãos da República, ou mesmo sobrestadas, ou mesmo esquecidas.

O Brasil, infelizmente, é um dos piores países no enfrentamento da pandemia. Esta Comissão tem doravante a obrigação de esquadriñar como e apontar os responsáveis pelo quadro sepulcral. O Parlamento não pode ser um mero espectador, não pode abdicar de exercer suas prerrogativas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalizadoras para colaborar com a solução ou o abrandamento do drama atual. Não podemos virar as costas para a Nação. Há uma ameaça real de virarmos um *apartheid* sanitário mundial. Ninguém nos quer por perto. Brasileiros são discriminados no mundo, e corremos o risco de boicote aos nossos produtos.

Não é admissível que, diante dessa tragédia, deixemos de apontar ao mundo internamente os responsáveis – e eles existem e transitam entre nós buscando uma invisibilidade ou terceirização impossíveis. Para identificá-los, nós vamos ouvir médicos, especialistas, epidemiologistas, infectologistas, cientistas, laboratórios, agentes públicos, representantes de organizações de saúde, conselhos de Medicina, enfim, elaborar um cronograma de oitivas, de diligências e de acesso a documentos que permitam diagnóstico técnico e realista desta realidade desoladora.

Não foi por acaso o flagelo divino que nos trouxe a esse quadro. Há responsáveis, evidentemente; há culpados por ação, omissão, desídia ou incompetência; e eles, em se comprovando, serão responsabilizados. Essa será a resposta para nos conectarmos com o Planeta. Os crimes contra a humanidade não prescrevem jamais e são transnacionais – Milošević, Augusto Pinochet são exemplos da história. Façamos a nossa parte.

Já estou encerrando, Presidente Omar.

Quero, encerrando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, expressar, em meu nome e em nome do Senado da República, se me permitem, nossos sentimentos mais profundos nessa solidariedade mais sincera a todas as vítimas que perderam entes queridos nesta pandemia.

Não conseguiremos enxugar as lágrimas que foram e ainda serão vertidas. Não teremos como consolar todos, fechar a cicatriz eterna da perda do ente querido. Não recuperaremos vidas ceifadas. Podemos preservar vidas e temos a obrigação de fazer justiça, de apontar, com responsabilidade, equilíbrio e provas, os culpados por esta hecatombe. Quem fez e faz o certo não pode ser equiparado a quem errou. O erro não é atenuante; é a própria tradução da morte. O País tem o direito de saber quem contribuiu para os milhares de mortes, e eles devem ser punidos imediatamente e emblematicamente.

Nesta relatoria está um Senador vivo, ex-Ministro da Justiça, quatro vezes Presidente do Senado e Líder da nossa bancada – cargo hoje honrosamente exercido pelo nosso querido amigo Eduardo Braga – em algumas oportunidades.

Já vivi adversidades, mas, como todos sabem e me conhecem, não eternizo a mágoa. Tenho a perfeita noção do que o abuso de autoridade pode causar. Podem esperar um trabalho isento, objetivo, técnico, desapaixonado, destemido e colegiado – tudo neste Comissão será aprovado por este Plenário e será, antes de qualquer coisa, discutido pormenorizadamente com todos vocês –, sem medo de absolver quem merecê-lo e sem hesitação para imputar quem é responsável.

Minhas premissas são as constitucionais, a competência desta Comissão para apurar os fatos determinados, a imparcialidade e a existência de prova.

Essa é uma tragédia que – tenho absoluta convicção, Presidente Omar – poderia ter sido atenuada com atitudes corretas, tempestivas, responsáveis e humanitárias.

Vidas negras importam, vidas brancas importam, vidas pardas importam, vidas amarelas importam, vidas mestiças importam. Vidas, todas elas importam. A vida é o bem supremo da humanidade, dádiva divina.

Em nome de Deus, origem da vida, peço que nos ilumine nesta tarefa de resgate e da valorização da vida e da liberdade.

Antes de lhe devolver a palavra, Presidente Omar, eu gostaria somente de combinar com V. Exa., com o Plenário, com o Vice-Presidente e com os Líderes um procedimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até hoje, nós recebemos uma proposta de plano de trabalho do Senador Alessandro Vieira, muito boa e irretocável em alguns aspectos; depois, recebemos uma proposta de plano de trabalho do Senador Randolfe Rodrigues, igualmente irretocável; e, ontem à noite, eu recebi uma proposta de plano de trabalho do Senador Humberto Costa. Peguei algumas ideias no debate do noticiário, mas são ideias esparsas.

Eu queria combinar com os senhores e com o Presidente, se V. Exa. consentir, para darmos um prazo de 24 horas para que quem quiser, Girão, apresentar propostas para um plano de trabalho possa fazê-lo, para que, eventualmente, não pareça que essa é uma proposta do Alessandro ou do Randolfe ou do Renan ou do Humberto Costa apenas. Tudo aqui será votado pela maioria, e eu, na medida em que o trabalho avançar, serei cada vez menos um Relator monocrático, porque quero ser um sistematizador, um redator de tudo que evidentemente se discute aqui.

Então, sem prejuízo desse prazo, eu queria propor alguns poucos encaminhamentos, que seriam os seguintes: primeiro, solicitar o inteiro... São pedidos de informação recomendados, inclusive, naquela relação de preocupações que o Governo colocou.

1. Estamos solicitando o inteiro teor dos processos administrativos de contratações e das demais tratativas relacionadas a aquisições de vacinas e insumos no âmbito do Ministério da Saúde. É um pedido de informação.

2. Estamos requisitando todas as regulamentações feitas pelo Governo Federal no âmbito da Lei 13.979, de 2020, que trata das medidas de enfrentamento de emergência de saúde pública, especialmente sobre temas como isolamento social, quarentena e proteção da coletividade.

3. Solicitamos todos os registros de ações e documentos do Governo Federal relacionados a medicamento sem eficácia comprovada, tratamentos precoces, inclusive indicados em aplicativos como o TrateCov, plataforma desenvolvida pelo Ministério da Saúde.

4. A Comissão está requerendo também todos os documentos e atos normativos referentes às estratégias e campanhas de comunicação do Governo Federal e do Ministério da Saúde, em particular, além dos gastos orçamentários.

5. Requisitamos documentos e informações sobre o planejamento e critérios de definição dos recursos para o combate à Covid e sua distribuição entre os entes subnacionais, além de suplementação orçamentária.

6. Propomos a requisição de todos os contratos, convênios e demais ajustes da União que resultaram em transferências de recursos orçamentários para Estados e capitais, inicialmente. Como são quase seis mil Municípios, nós vamos pedir os demais na medida em que a investigação avance.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso que V. Exa. está pedindo são os convênios que o Governo Federal fez com os Municípios?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São essas informações.

7. No caso emblemático do caos da saúde pública no Amazonas, estamos solicitando que as autoridades sanitárias de Manaus encaminhem todos os pedidos de auxílio e de envio de suprimentos hospitalares, em especial oxigênio, além das respostas do Executivo federal.

8. Estamos propondo convocar o atual Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e os três últimos ministros que o antecederam.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – De forma cronológica?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pedimos para convocar esses quatro. E o Presidente, na medida em que conversasse com eles, acertaria a ordem e os dias da... A ideia do Presidente é começar na próxima terça-feira, para que nós não percamos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós iniciariamos na terça-feira com o ex-Ministro Mandetta.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Renan, não é melhor... O senhor disse que ia receber as sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, veja bem!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas isto aqui é sem prejuízo das sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente começa quando começou a Covid, para saber o que foi feito de lá para cá. Hoje eu quero saber sobre o que a sociedade brasileira tem interesse.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a forma cronológica, senão não há CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ainda não foram investigados. Começar isto aqui e querer carimbar como investigados já dificulta a convocação. Então, nós trariamos isso num clima de debate, de isenção, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que foi que o Ministro Mandetta deixou? Ele foi o Ministro que mais tempo ficou, no início da pandemia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só a título de informação, Presidente e Senador Renan Calheiros, os requerimentos vão ser – é a primeira pergunta – deliberados amanhã? É isso? Eu queria perguntar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A proposta que eu tinha pedido aqui era a seguinte: amanhã nós deliberaremos o plano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Certo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No plano, já estão embutidos vários requerimentos, inclusive os que forem sugeridos hoje aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, eu quero saber como eu devo protocolar para o senhor o plano de trabalho que nós fizemos com relação ao plano de trabalho da Comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aqui na Comissão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Há um protocolo aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos definir os horários aqui. Nós daríamos um prazo até amanhã, às 12h, para isso ser entregue. Pode ser, Senador Renan? E aí, às 16h de amanhã...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – O senhor está chamando para as 10h de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, coloque para quinta-feira, pela manhã, então, essa reunião, para deliberar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, o que eu vou decidir aqui é que o prazo para a entrega da colaboração dos Srs. Senadores ou de quem faz parte da CPI aqui, suplente ao titular, para o Senador Renan seria até amanhã, às 12h. Correto?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Para contribuir com o plano de trabalho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós o apresentariamos às 15h aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E nós o apresentariamos às 15h, para votar.

É só a sistematização, Senador Ciro, não é nada de...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixe-me fazer uma ponderação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não vai votar requerimento, não, não é?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixe-me fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Os requerimentos são estes aqui de que nós estamos falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma proposta para além do plano, não é? Aí nós já deixaríamos essas quatro pessoas convocadas como testemunhas em uma coisa mais sutil e mais inteligente da Comissão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma sugestão, Sr. Relator, Sr. Presidente, Vice-Presidente, se me permitissem.

Eu acho que a iniciativa do Senador Renan Calheiros no sentido de que o plano de trabalho possa expressar, naquilo que for possível, um amplo consenso dos membros da Comissão é um passo acertado. Acho que essa é uma boa decisão que vem na direção do bom encaminhamento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, se o Sr. Presidente fixa para entregar com 24 horas, e nós estamos já às 14h, nós deveremos entregar isso até as 14h de amanhã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Ao meio-dia! Ao meio-dia!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu não estou querendo... Não há nenhuma jogada aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu teria três horas para fazer o relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Renan, não há nenhuma jogada aqui de procrastinação, mas digo isso para que, de fato, as sugestões possam ser feitas por todos os membros. V. Exa. mesmo citou, há pouco, que já tinha recebido a contribuição do Senador Randolfe, do Senador Alessandro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Foram pedidos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... do Senador Humberto Costa, mas os outros membros não tiveram essa oportunidade. Que V. Exa. possa receber e que, com calma, V. Exa. possa avaliar, para fazer um trabalho de compilação! V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse, no seu discurso, há pouco, que V. Exa. será um fiel redator de todas as sugestões, contribuições e, sobretudo, dos depoimentos que aqui serão prestados nesta Comissão. Então, eu quero fazer um apelo a V. Exa. para que a gente não cometa nenhum tipo de açodamento.

Eu acho que nós poderemos acatar a sua sugestão de aprovar esses pedidos de informação porque isso agiliza o trabalho. Um pedido de informação desses leva tempo para ser respondido. Então, não vejo nenhuma dificuldade de aprovarmos esses sete pedidos de informação que V. Exa. está sugerindo, de nós os aprovarmos hoje, até para darmos aqui a demonstração de que todos querem que os trabalhos possam funcionar com celeridade, com presteza.

Queremos discutir a questão como foi sugerida pelo Presidente Omar Aziz. A presença dos Ministros da Saúde, ou dos ex-Ministros da Saúde, encerrando com o atual Ministro, parece que é a ordem correta, para a gente, primeiro, ouvir o ex-Ministro Mandetta, depois o Ministro Nelson Teich, depois o Ministro Pazuello e, por último, o atual Ministro Marcelo Queiroga, ainda na condição de convidados, como V. Exa. mesmo esclareceu, até porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Vamos aprovar isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... estamos iniciando a investigação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Até para organizar isso!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – É uma proposta de mediação à proposta apresentada...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – ... por S. Exa. o Senador Omar Aziz.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Senador Fernando Bezerra, eu queria fazer uma ponderação para que nós pensássemos... Minha ponderação é apenas no sentido da ordem da vinda dessas pessoas. Por quê? Nós estamos no ápice da pandemia. É lógico que é importante a gente ir atrás do passado, mas é importante a gente também contribuir para que enfrentemos esse resto de pandemia.

Veja, de ontem para hoje, o que aconteceu: uma das vacinas que estava para ser adquirida foi rejeitada pela Anvisa. Isso está levando a uma grande discussão sobre se foi correto ou não foi correto. Tudo indica que foi correto. Então seria relevante a gente começar por ouvir os que hoje estão exercendo esse trabalho à frente da...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Humberto, o Ministro Marcelo Queiroga está, toda semana, na Comissão de acompanhamento da Covid.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas aqui eu acho que é mais importante.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, pela ordem...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu acho que nós não vamos criar nenhuma dificuldade para prestar as informações sobre o presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Peço só um minutinho.

Senador Alessandro, por favor...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, só para fins de encaminhamento, nós, nesta etapa, estamos debatendo esses primeiros requerimentos sugeridos pelo Relator, e o plano de trabalho será responsável por ordenar a sequência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, perfeitamente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não há por que não se discutir, como bem reconhece o Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Randolfe e, depois, o Senador Eduardo.

Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que nós não temos divergência no encaminhamento.

Meu caro Líder Fernando Bezerra, meu caro Líder do Governo, acho que nós não temos divergência. Eu queria até propor isto, em atendimento, em atenção ao encaminhamento proposto pelo Relator, pelo Presidente e por V. Exa.: nós poderíamos apreciar e encaminhar já esses requerimentos urgentes e imediatos que o senhor relatou aqui há pouco e chamar uma reunião da Comissão para quinta-feira, pela manhã, com o tempo necessário para apresentar. Então, é a minha proposta.

O que o Sr. Relator apresenta aqui é um caminho. Olha, é fundamental nós ouvirmos os três ex-Ministros da Saúde e o atual Ministro da Saúde. Eu até concordo com a ordem que está sendo apontada pelo Senador Omar. Nós faríamos uma sequência dos três ex-ministros. Em seguida, ouviremos o atual ministro.

Então, eu queria sugerir ao Plenário, como encaminhamento, para acatarmos, darmos por aprovados os requerimentos aqui apresentados pelo Senador Relator Renan Calheiros e chamarmos, para quinta-feira pela manhã, a próxima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, já recebendo as colaborações, contribuições dos colegas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mantém-se as 24 horas. Mantém-se, aliás, o prazo até amanhã, às 2 horas da tarde; não é até quinta-feira.

Senador Eduardo Braga, pela ordem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero aqui concordar com a proposta do eminente Senador Randolfe e, ao mesmo tempo, dizer da minha concordância com a cronologia da vinda desde quando começou, ou seja, que venha o Ministro Mandetta, que venha o Ministro Teich, que venha o Ministro Pazuello, que venha o Ministro Queiroga, que venha o Diretor-Presidente da Anvisa.

Apenas apelo a V. Exa., Sr. Presidente, para que fique claro que, a partir a reunião de quinta-feira pela manhã, nós estaremos em sessão semipresencial, ou seja, a partir de quinta-feira, nós poderemos ter



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião presencialmente e remotamente com os Senadores, para que alguns Senadores que têm comorbidade etc., que hoje vieram a esta sessão para poder cumprir o Regimento, possam participar da reunião de quinta-feira com a mesma intensidade daqueles que não têm problema de comorbidade e estarão presentes.

Então, estaríamos de acordo com a proposta de darmos o prazo até amanhã, ao meio-dia, mantendo a cronologia dos convidados e fazendo a primeira reunião de quinta-feira já no regime semipresencial, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nesse caso, dois Senadores aqui, o Senador Otto e o Senador Tasso, que vieram à sessão, são pessoas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você também é do grupo de risco.

É lógico que a gente não quer que aconteça qualquer coisa com os colegas, com os companheiros.

Senador Marcos Rogério, por favor... Depois, fala o Senador Izalci.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu faço aqui algumas brevíssimas ponderações.

Primeiro, começando pelo final da fala que V. Exa. fez, não sei qual vai ser a deliberação de V. Exa. e do Colegiado no sentido de como a Comissão vai funcionar, se ela vai funcionar pelo sistema presencial ou pelo sistema remoto. Eu, particularmente, sustento a tese de que CPI deva funcionar presencialmente, tanto que hoje nós funcionamos aqui naturalmente, com a presença dos Senadores. Então, não há prejuízo no funcionamento da CPI de maneira presencial, prova disso é o que aconteceu hoje. Agora, há prejuízo no funcionamento remoto, inclusive prejuízo formal. A proposta de V. Exa. de nos oportunizar a entrega de sugestões para compor o plano de trabalho eu acho que é o caminho adequado. Eu estou apresentando requerimentos solicitando informações aos Estados, aos 27 Estados com o Distrito Federal, pedindo informação detalhada com relação aos repasses federais e à sua utilização, como foi utilizado, em que foi utilizado, todo detalhamento: empenhos, transferências, pagamentos, enfim, todos. E estou solicitando também... Neste primeiro momento, estou solicitando das capitais as mesmas informações. No momento seguinte, poderemos elencar aí as cidades acima de 100 mil habitantes e vamos avançando na medida em que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só de cidades, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse primeiro momento, só as capitais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para que V. Exa. receba alguma coisa de fato concreta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... dependendo do número de habitantes, não faz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato. Isso é objeto, inclusive, do recorte fático do Requerimento nº 2, de CPI.

Com relação à proposta que o Senador Renan faz, eu não vejo prejuízo, naqueles atos que são atos de ofício, de se encaminharem as providências iniciais. Só quero alertar a Comissão com relação a se deliberar nesta sessão. Esta sessão é convocada para instalação, eu penso que nós não teríamos como deliberar. Agora, acho que os atos preparatórios que ele está mencionando são atos que sequer carecem de deliberação. Alguns atos são atos naturais da Comissão, pedido de informação e tal. Aquilo que for objeto



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de aprovação de requerimento acho que deveria ser feito com a pauta publicada, sob pena de a gente ter uma nulidade absoluta e não é o caminho que nós todos almejamos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou sendo informado que pedido de informação, de solicitação tem que ser deliberado aqui pelo Plenário. Tem que ser pautado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Faz um acordo, para a gente não dizer que não fez nada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vejam bem, se vocês forem dar uma...

Senador Fernando Bezerra, Senador Izalci e Senador Marcos Rogério, se vocês derem uma olhada nesse requerimento, não tem absolutamente nada que não seja unanimidade aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem nada que, nada, nada, nada que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É um convite para os quatro: o ministro...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – A disposição do Governo é de colaborar. E aqui reitero. Agora, é evidente que a gente está vendo, seja pelo discurso inicial do Relator, seja pela disposição de outros membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que nós vamos ter uma Comissão altamente politizada. Então, eu acredito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não da nossa parte, não da nossa parte.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Meu prezado Presidente e Relator Renan Calheiros, se tirarmos os muitos adjetivos da sua fala inicial, a gente certamente teria um discurso que iria nesta direção que todos nós queremos. Mas abundou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Querido Fernando, só um aparte.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... abundou adjetivos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Querido amigo Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... em relação à atuação do Governo. Eu não quero aqui ser muito crítico nem severo, mas, em alguns momentos, até de prejulgamentos.

Então, eu só queria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Querido amigo, só um aparte, Fernando, meu querido amigo. Se houve uma tentativa de politização, ela ocorreu exatamente na 1ª Vara de Brasília, tentando impedir que esta Comissão me alçasse à condição de Relator; essa que foi a politização, não o que o meu discurso contém nas entrelinhas, jamais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só queria voltar porque, se esta é uma reunião para a instalação e eleição do Presidente e a designação do Relator, e se os pedidos de informação carecem de uma deliberação, isso tem que estar em pauta. Então, nós não vamos ter nenhum prejuízo, eu concordo, de aprovarmos aqui a convocação dos ministros na cronologia que foi sugerida pelo Senador Omar Aziz.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, eu vou dar um encaminhamento aqui para a gente encerrar este assunto. A gente, amanhã à tarde, amanhã à tarde, aqueles que querem colaborar, até meio-dia, entreguem para o Senador Renan. Na quinta-feira, às 10h da manhã, nós aprovamos o plano de trabalho, e, na terça-feira que vem, o Ministro Mandetta estará aqui no nosso Plenário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguma questão?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu estava inscrito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, eu queria fazer uma colocação aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou inscrito, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É só porque eu fiz uma colocação que me parecia pacificada pelo Presidente, mas o Líder Marcos Rogério está fazendo aqui uma questão...

Não, não, Omar, deixe-me fazer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixem-me explicar um negócio aqui: o Regimento pede para a gente pautar qualquer tipo de requerimento, é isso o que eu estou querendo; eu quero deixar a questão legal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, ok! Mas nós estamos aqui já numa... Tem que ser pautado, agora nós estamos aqui diante de um fato concreto. Vejam, há um entendimento já na Casa com relação, inclusive, ao Plenário. Nós votamos PEC de forma semipresencial, nós votamos tudo, então é preciso deixar claro aqui, que não é o meu caso, porque eu já estou vacinado, já estou além do prazo de imunização, mas há...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mesmo assim, não confie, mas mantenha a máscara, enfim, todas as condições. Agora, o Líder Marcos Rogério está me dizendo: "não, todas as sessões terão que ser presenciais.". Eu queria, portanto, pedir a V. Exa. que, se for o caso, paute para que nós possamos deliberar no Plenário, porque esta é uma questão importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será a presença. A presença do Presidente da CPI, do Vice-Presidente e do Relator, com certeza, será presencial todas as vezes. E será semipresencial para aqueles que não puderem participar. Aqueles que puderem estar aqui em Plenário serão uma ótima companhia, mas não inviabiliza, absolutamente, nenhuma votação, nenhum questionamento, não inviabiliza nada. Até porque não há nada mais importante do que emendar a Constituição brasileira, e até isso nós fizemos via remota.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive, Presidente, só lembrando ao colega Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu indago a V. Exa....



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que há um ato de S. Exa., o Presidente da Casa, que regula isso; um ato de S. Exa., o Presidente Rodrigo Pacheco, do seu partido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está equivocado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Do qual, inclusive, o senhor inclusive é Líder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. está equivocado e tenta tergiversar a verdade, com todo o respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não estou, basta o senhor ler.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há ato do Presidente que trate...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O colega talvez tenha tido dificuldade de leitura.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há ato do Presidente que trate de CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fica a critério do Presidente da Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há ato do Presidente que trate de CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É sobre o funcionamento do Senado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, a pergunta que eu faço a V. Exa. é: V. Exa. disse que V. Exa., e o Relator estarão presencialmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Vice-Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o Vice-Presidente. Indago com relação aos depoentes: estarão presencialmente ou remotamente? Porque isso é determinante. Eu estarei presente aqui, não estarei no sistema remoto. E acho que os Senadores, cada um sabe fazer o juízo das suas circunstâncias e condições, deveriam estar todos aqui, pois, se quiseram fazer o funcionamento da CPI neste momento, é porque sabiam das consequências derivadas dessa decisão. Acho que devem estar presencialmente. Eu estarei.

Agora, indago a V. Exa. em relação aos depoentes. Não cabe depoimento remotamente. Você não pode ter orientação para depoente, você não pode ter constrangimento para depoente, não pode ter ameaça para depoente. O depoente tem que estar na bancada aqui...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, mas quem está questionando isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, foi dito aqui que a sessão será semipresencial. Eu estou indagando se os depoimentos serão tomados semipresencialmente ou presencialmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, os depoimentos são presenciais. Eu falei que a votação pode ser via remota. É diferente. A participação pode ser via remota.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, e, se V. Exa. me permite, até para arguir ao querido Senador Marcos Rogério, para o conhecimento dele. Talvez ele não tenha conhecimento, mas há o ato do Presidente que regula o funcionamento da Casa, que, inclusive, possibilita que nós, Presidente Omar, alteremos a Constituição brasileira pela via remota, por voto da via remota. Como se não bastasse, há aqui a resolução do Presidente Rodrigo Pacheco, em relação ao funcionamento da CPI, que diz que o funcionamento da CPI da Pandemia, após sua instalação, será definido pelo respectivo colegiado. Por óbvio, temos que seguir o funcionamento das demais Comissões e o ato de S. Exa., o Presidente da Casa. Parece-me até uma polêmica de falta de leitura ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está muito claro no ato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu fiz aqui algumas sugestões e gostaria de reforçar mais uma vez com o Relator.

Pelo que eu recebi, que estou lendo aqui agora, nós tivemos um aditamento, vamos dizer assim, da CPI apresentada com relação a Estados e Municípios. O encaminhamento que, pelo menos, rapidamente, lendo aqui, a gente não está entrando muito na questão de Estados e Municípios, como está previsto, mas quero só pedir a V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Porque isso aí... Nós apresentamos alguns em poucos requerimentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Por isso que eu gostaria de complementar esse.

Primeiro, eu fiz um pedido a V. Exa., não sei se já está nas sugestões apresentadas até agora, a questão de requerer toda a documentação das entidades, tipo Polícia Federal – V. Exa. sabe que há mais de 74 operações –, documentos do Ministério Público Federal, Tribunal de Contas, tratando desse tema, porque isso demora muito a chegar. Então, eu gostaria exatamente de solicitar que, no plano de trabalho, já viessem os requerimentos aprovados. E vários requerimentos...

Há alguma disposição, Relator, Presidente, de criar alguma subcomissão ou não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O plano está feito aqui...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas há alguma sugestão já nesse sentido ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nas Comissões temporárias não existem subcomissões, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já participei de algumas com subcomissões, mas foram sub-relatorias, vamos dizer... Sub-relatorias. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, o que eu quero colocar, Senador Izalci, é que isso aí nós vamos ver. Vamos primeiro fazer um plano de trabalho, vamos ver, porque há muita coisa ainda...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou sugerir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e, no momento certo, a gente discute essa questão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... a subcomissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa é a primeira questão. A segunda é... Vamos aqui... Até amanhã, meio-dia, os Senadores que queiram dar sugestões ao Relator, depois ele vai compilar... Na quinta-feira de manhã, nós aprovamos o plano de trabalho e aprovamos esses pedidos de informações que estão aqui. Correto?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Há mais alguns que serão sugeridos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, tudo bem, mas aí...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele vai pautar, já está pautado.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aqui na própria CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, já pauta, já publica na pauta esses requerimentos todos.

Esses requerimentos todos serão pautados hoje pela Secretaria aqui. O.k.?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, nós só vamos ter um problema amanhã... Amanhã não é o problema. Pelo fato de a gente não ter um plano de trabalho e querer a contribuição de todos, nós amanhã vamos aguardar o tempo necessário para ele fazer a compilação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor chama a próxima reunião para quando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu chamo a próxima reunião para quinta-feira, às 10h da manhã.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, 10h. Às 9h. Vou marcar às 9h. Às 9h.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não vai haver reunião de Liderança se houver CPI. Os Líderes vão estar todos aqui.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu já não estou fazendo a reunião amanhã, Senador, por esta razão: para não querer criar problema por causa do plano de trabalho.

Está encerrada a reunião.

Convocada para quinta-feira de manhã.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 14 horas e 13 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, e ainda dos Senadores não membros Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Nelsinho Trad, Jean Paul Prates, Rose de Freitas, Simone Tebet e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Ministério da Saúde, em especial pela Secretaria De Atenção Especializada à Saúde (SAES), cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, que comprovem ações do órgão no sentido de prover o Sistema Único de Saúde (SUS) com Ventiladores artificiais para o atendimento a pacientes com COVID-19, como termos de referências, atas de reuniões, planilha de distribuição por unidade da federação, critérios de distribuição, entre outros." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 2 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito do fornecimento de EPI, como máscaras cirúrgicas, máscaras n95, aventais, luvas descartáveis, sapatilhas, saneantes, óculos de proteção, especificando os termos de referência, editais, atas de reuniões, contratos, cópias das notas fiscais e ordens bancárias emitidas, além de eventuais orientações sobre o uso correto desses dispositivos" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 3 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito do fornecimento, pelo Ministério da Saúde, de máscaras inapropriadas para uso em estabelecimentos de saúde e quais medidas foram tomadas em relação à empresa fornecedora." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 4 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela ANVISA, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito do fornecimento, pelo Ministério da Saúde, de máscaras inapropriadas para uso em estabelecimentos de saúde e quais medidas foram tomadas em relação à empresa fornecedora." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 5 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito da falta de medicamentos no SUS para o chamado "kit intubação" e medidas adotadas pelo Ministério para suprir eventual



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falta." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 6 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelo Ministério da Relações Exteriores, informações e documentos sobre a viagem a Israel, entre os dias 6 e 10 de março, de Delegação brasileira chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 7 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, cópia de todos os documentos e comunicações com o Ministério da Saúde, encaminhados ou recebidos, a respeito da crise de fornecimento de oxigênio aos estados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 8 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), cópia de todos os documentos e comunicações com o Ministério da Saúde, encaminhados ou recebidos, a respeito da crise de fornecimento de oxigênio aos estados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 9 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelas empresas produtoras e fornecedoras de oxigênio hospitalar e representantes do setor, listados neste requerimento, cópia de todos os documentos e comunicações com o Ministério da Saúde, encaminhados ou recebidos, a respeito da crise de fornecimento de oxigênio aos estados" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 10 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito da crise de fornecimento de oxigênio aos estados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO Nº 11 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, informações a respeito da crise de fornecimento de oxigênio hospitalar." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO Nº 12 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, informações relativas à crise de fornecimento de oxigênio hospitalar no estado." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO Nº 13 de 2021** que: "Requer que sejam informadas, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, quais providências foram tomadas para evitar o fechamento, e garantir a reabertura de leitos hospitalares fechados por falta de recursos humanos nos Hospitais Federais do estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO Nº 14 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhadas, pelos órgãos listados neste requerimento, cópias de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito das ações de comunicação no combate à pandemia da Covid-19, como, por exemplos, cartilhas, campanhas publicitárias em mídias digitais e físicas, atas de reuniões, etc, inclusive a discriminação dos respectivos contratos, valores gastos e demais custos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO Nº 17 de 2021** que: "Requer o compartilhamento de dados obtidos na CPMI das Fake News que tenham pertinência temática



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o combate à Covid-19, para serem utilizados na CPI da Pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO Nº 18 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, do Ministério da Economia, cópia de documentos referentes a negociações e aquisição de vacinas, como: Termos de referência para compra de vacinas; Termos de cooperação; Contratos; Convênios; Atas de reuniões; Notas técnicas; Ofícios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO Nº 19 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelo Ministério das Relações Exteriores, informações e documentos sobre a adesão do Brasil ao consórcio internacional de vacinas contra a Covid-19, Covax Facility, promovido pela Organização Mundial da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 20 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelo Ministério da Saúde, em especial pelo Departamento de Logística em Saúde - DLOG, cópia de documentos referentes a negociações e aquisição de vacinas, como: Termos de referências; Editais; Atas de reuniões; Contratos; Notas fiscais; e Ordens bancárias emitidas." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 21 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, e pela sua Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações, cópia de todos os documentos referentes a negociação e aquisição de vacinas para o combate a COVID, como: Termos de referência para compra de vacinas; Termos de cooperação; Contratos; Convênios; Atas de reuniões; Notas técnicas; e Ofícios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 22 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, e pelo Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis - DEIDT, cópia de todos os documentos referentes a negociação e aquisição de vacinas para o combate a COVID, como: Termos de referência para compra de vacinas; Termos de cooperação; Contratos; Convênios; Atas de reuniões; Notas técnicas; e Ofícios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO Nº 23 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos - SCTIE, do Ministério da Saúde e pelo Departamento do complexo Industrial e Inovação em Saúde, cópia de todos os documentos referentes a negociação de vacinas e aquisição de vacinas para o combate a COVID-19, como: Termos de referência para compra de vacinas; Termos de cooperação; Contratos; Convênios; Atas de reuniões; Notas técnicas; e Ofícios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO Nº 24 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos - SCTIE, do Ministério da Saúde e pelo Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – DAF, cópia de todos os documentos referentes a negociação de vacinas e aquisição de vacinas para o combate a COVID, como: Termos de referência para compra de vacinas; Termos de cooperação; Contratos; Convênios; Atas de reuniões; Notas técnicas; e Ofícios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO Nº 25 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos referentes a negociação de vacinas e aquisição de vacinas para o combate a COVID, como: Termos de referência para compra de vacinas; Termos de cooperação; Contratos; Convênios; Atas de reuniões; Notas técnicas; e Ofícios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues.

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO Nº 26 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados pelo Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito do fornecimento, ou não, pelo Ministério da Saúde, de seringas e agulhas para a vacinação da população contra a COVID, com termos de referência, atas de reuniões, notas fiscais, ordens bancárias emitidas e planilha de distribuição por unidade da federação, devendo ser enviado, também, eventuais pedidos de Estados que não foram atendidos pelo Ministério." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues.

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO Nº 27 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito da previsão de recursos e da fixação de despesas do orçamento de 2021 para as ações de combate à pandemia no âmbito do SUS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues.

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO Nº 28 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito das providências tomadas pelo Ministério para garantir fornecimento, aos Sistema Único de Saúde (SUS), de testes de Covid-19." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues.

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO Nº 29 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, que relatem a necessidade de abertura de leitos (geral, de enfermaria e de UTI) para o tratamento da COVID-19, incluindo qual foi a resposta do Ministério da Saúde à solicitação." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues.

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO Nº 30 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Ministério da Saúde, em especial pela Secretaria de Atenção Especializada em Saúde (SAES), cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, acerca da habilitação e cancelamento de leitos de UTI e de enfermaria durante o período da pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues.

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO Nº 31 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Ministério da Saúde, em especial pelo Departamento de Regulação, Avaliação e Controle, informações sobre o número mensal de leitos (geral, UTI e enfermaria) disponíveis a partir de março de 2020 até o presente, e sobre quantos foram habilitados e cancelados por estado e municípios mensalmente durante o período." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues.

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO Nº 32 de 2021** que: "Requer a remessa, pela Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis, de cópias das atas de reunião, resoluções e decisões decorrentes em cumprimento à Portaria SVS nº 28, de 2 de setembro de 2020." **Autoria:** Senador



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO Nº 33 de 2021** que: "Requer a prestação de informações e a remessa de documentos, pelo Departamento de Logística e pela Secretaria de Vigilância em Saúde, acerca dos testes de covid-19 que venceram ou chegaram perto de vencer que estavam guardados em depósito no aeroporto de GuarulhosSP." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 32 - REQUERIMENTO Nº 34 de 2021** que: "Requer a prestação de informações, pelo Fundo Nacional de Saúde, de todas as transferências de recursos financeiros repassados às unidades da federação realizadas na ação do orçamento de combate à covid-19, informando os critérios utilizados para a definição de valor por unidade da federação." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 33 - REQUERIMENTO Nº 35 de 2021** que: "Requer a prestação de informações e a remessa de documentos, por diversos órgãos e entidades, acerca produção e distribuição de cloroquina e do tratamento precoce." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO Nº 36 de 2021** que: "Requer a prestação de informações e a remessa de documentos, pela a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, acerca das ações de vigilância no mapeamento da pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 35 - REQUERIMENTO Nº 37 de 2021** que: "Requer a remessa de cópias das atas de reuniões, registros em áudio e/ou vídeo das reuniões, resoluções do Centro de Operações de Emergência Para o Novo Coronavírus, em cumprimento à Portaria nº 3.190, de 26 de novembro de 2020." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 36 - REQUERIMENTO Nº 38 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Ministério da Saúde, em especial pelo Departamento de Logística, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, que comprovem ações do órgão no sentido de prover o Sistema Único de Saúde (SUS) com Ventiladores artificiais para o atendimento a pacientes com COVID-19, como termos de referências, atas de reuniões, planilha de distribuição por unidade da federação, critérios de distribuição, contratos, cópia das notas fiscais e ordens bancárias emitidas, entre outros." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO Nº 57 de 2021** que: "Requer que seja formulado pedido oficial desta CPI para que os pesquisadores Deisy de Freitas Lima Ventura, Fernando Mussa Abujamra Aith e Rossana Rocha Reis produzam relatório atualizado acerca do mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2021** que: "Requer diversas informações e documentos listados a órgãos públicos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 39 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2021** que: "Requer a elaboração de estudos comparativos pela Consultoria do Senado Federal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO Nº 81 de 2021** que: "Requer ao Tribunal de Contas da União: 1) Arquivo eletrônico contendo cópia integral de todos os processos abertos para apurar desvios de recursos federais repassados a Estados, Distrito Federal e Municípios em razão da pandemia da Covid 19; 2) Arquivo eletrônico contendo cópia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integral do processo aberto para apurar supostas omissões do ex-ministro Eduardo Pazuello na gestão da pandemia da Covid 19; 3) Arquivo eletrônico contendo cópia integral do relatório de auditoria produzido em razão de requerimento aprovado pela Comissão Técnica da Covid do Senado Federal." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 41 - REQUERIMENTO Nº 82 de 2021** que: "Requer Arquivo eletrônico (planilha) contendo os registros (data, local, autoridades envolvidas etc) relativos aos deslocamentos do presidente Jair Bolsonaro pelo comércio de Brasília e entorno do Distrito Federal desde 01/03/2020." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 42 - REQUERIMENTO Nº 90 de 2021** que: "Requer o compartilhamento, com esta CPI, do inquérito civil instaurado pelo MPF destinado a apurar se houve improbidade administrativa no contrato firmado entre o Consórcio Nordeste e a empresa Hempcare." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 43 - REQUERIMENTO Nº 92 de 2021** que: "Requer o compartilhamento de informações pelo MPCE" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 44 - REQUERIMENTO Nº 94 de 2021** que: "Requer o compartilhamento de informações pelo MPF - Empresa Hempcare" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 45 - REQUERIMENTO Nº 96 de 2021** que: "Requer o compartilhamento de informações pelo MPDFT" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 46 - REQUERIMENTO Nº 98 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas informações pelo Ministério da Saúde" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 47 - REQUERIMENTO Nº 101 de 2021** que: "Requer o compartilhamento de informações pelo Departamento de Polícia Federal - DPF" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 48 - REQUERIMENTO Nº 103 de 2021** que: "Requer o compartilhamento de informações pela Procuradoria da República no Distrito Federal - PRDF" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 49 - REQUERIMENTO Nº 104 de 2021** que: "Requer informações ao Instituto Butantan" **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 50 - REQUERIMENTO Nº 105 de 2021** que: "Requer documentos à Controladoria Geral da União" **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 51 - REQUERIMENTO Nº 107 de 2021** que: "Requer documentos junto à farmacêutica Pfizer" **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 52 - REQUERIMENTO Nº 110 de 2021** que: "Requer convocação do diretor-presidente da Anvisa, Sr. Antônio Barra Torres" **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 53 - REQUERIMENTO Nº 117 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Eduardo Pazuello" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 54 - REQUERIMENTO Nº 121 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Antônio Barra Torres, diretor-presidente da Anvisa." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 55 - REQUERIMENTO Nº 122 de 2021** que: "Requer que seja convocado o senhor Marcelo Queiroga." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 56 - REQUERIMENTO Nº 128 de 2021** que: "Requer a convocação do Presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres." **Autoria:**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 57 - REQUERIMENTO Nº 129 de 2021** que: "Convoca o Ministro da Saúde Marcelo Queiroga, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 58 - REQUERIMENTO Nº 130 de 2021** que: "Convocação de Nelson Luiz Sperle Teich, ex-Ministro de Estado da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 59 - REQUERIMENTO Nº 131 de 2021** que: "Convocação do Luiz Henrique Mandetta, ex-Ministro de Estado da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 60 - REQUERIMENTO Nº 132 de 2021** que: "Convocação de Eduardo Pazuello, ex-Ministro de Estado da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 61 - REQUERIMENTO Nº 137 de 2021** que: "Requer o compartilhamento de dados Inquérito das Fake News, em curso no Supremo Tribunal Federal." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 62 - REQUERIMENTO Nº 138 de 2021** que: "Requer seja determinado ao PRODASEN a instituição de grupo de trabalho de TI dedicado a esta CPI, especialmente para a constituição de bancos de dados destinados a armazenar os documentos eletrônicos que serão enviados a esta comissão, para fins de acesso remoto aos membros desta Comissão." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 63 - REQUERIMENTO Nº 139 de 2021** que: "Solicita aos 26 Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de até 200 mil habitantes, o envio a esta CPI, em 15 dias, em meio magnético, de cópia integral: 1. de todas as notas de empenho (em PDF), 2. de todas as ordens bancárias (em PDF), 3. de todas as notas fiscais (em arquivo XML), 4. de todos os processos administrativos de despesa – independentemente de ter havido licitação ou dispensa ou inexigibilidade (em PDF) relativos à aplicação de TODOS os recursos federais destinados a cada um daqueles entes federados para o combate à COVID 19, incluindo, ainda: 4. os extratos bancários (em arquivo Excel) e 5. os documentos bancários de comprovação de todas os débitos e créditos ocorridos nas respectivas contas (em arquivo PDF)." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 64 - REQUERIMENTO Nº 140 de 2021** que: "Solicita às 27 Diretorias Geras de Polícia Civil e à Diretoria Geral da Polícia Federal o envio de cópia integral (em PDF) de todos os inquéritos ou investigações em qualquer fase, relativos à aplicação de TODOS os recursos federais destinados aos Estados, DF e Municípios de até 200 mil habitantes para o combate à COVID 19, bem como de todos os bancos de dados criados pelos respectivos órgãos policiais, relativos à mesma matéria." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 65 - REQUERIMENTO Nº 141 de 2021** que: "Solicita a 27 Procuradorias Gerais de Justiça (dos Estados e do Distrito Federal) e ao Ministério Público Federal o envio, em PDF, de cópia integral de todos os inquéritos ou investigações em qualquer fase, relativos à aplicação de TODOS os recursos federais destinados aos Estados, DF e Municípios de até 200 mil habitantes para o combate à COVID 19, bem como de todos os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancos de dados criados pelos respectivos órgãos policiais, relativos à mesma matéria." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 66 - REQUERIMENTO Nº 142 de 2021** que: "Solicita a cada um dos 27 Tribunais de Contas Estaduais, aos Tribunais de Contas Municipais e ao Tribunal de Contas de União o envio, em PDF, de cópia integral de todos os processos de investigações, em qualquer fase em que se encontrem, bem como de todas os relatórios de auditorias e inspeções (com seus anexos e papéis de trabalho), relativos à aplicação de TODOS os recursos federais destinados aos Estados, DF e Municípios de até 200 mil habitantes para o combate à COVID 19, bem como de todos os bancos de dados criados pelos respectivos órgãos policiais, relativos à mesma matéria" **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 67 - REQUERIMENTO Nº 143 de 2021** que: "Solicitação do envio, em PDF, de cópia integral de todos os processos de investigações, em qualquer fase em que se encontrem, bem como de todas os relatórios de auditorias e inspeções (com seus anexos e papéis de trabalho), relativos à aplicação de TODOS os recursos federais destinados aos Estados, DF e Municípios de até 200 mil habitantes para o combate à COVID 19, bem como de todos os bancos de dados criados pelos respectivos órgãos policiais, relativos à mesma matéria." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 68 - REQUERIMENTO Nº 152 de 2021** que: "Requerimento de Informações aos Prefeitos de Capitais." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 69 - REQUERIMENTO Nº 153 de 2021** que: "Requerimento de Informações ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 70 - REQUERIMENTO Nº 154 de 2021** que: "Requerimento de Informações aos Governadores de Estado e do DF." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 71 - REQUERIMENTO Nº 156 de 2021** que: "Requer informações à PGR e à PF." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 72 - REQUERIMENTO Nº 157 de 2021** que: "Requer que o Facebook Brasil encaminhe vídeo para a CPI." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 73 - REQUERIMENTO Nº 158 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 74 - REQUERIMENTO Nº 174 de 2021** que: "Requer à CPMI das Fake News: conteúdo apurado durante os trabalhos no que diz respeito à pandemia." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 75 - REQUERIMENTO Nº 175 de 2021** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal: conteúdo do inquérito das fake news no que diz respeito à pandemia." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 76 - REQUERIMENTO Nº 176 de 2021** que: "Convoca o presidente da ANVISA, Antônio Barra Torres, para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 77 - REQUERIMENTO Nº 191 de 2021** que: "Requerimento de Informações a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sobre medicamentos, laboratórios e fabricantes." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 78 - REQUERIMENTO Nº 192 de 2021** que: "Requerimento de Informações as Prefeituras dos Municípios de Capitais, sobre protocolos e medicamentos adquiridos, dentre outras informações." **Autoria:** Senador



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 79 - REQUERIMENTO Nº 193 de 2021** que: "Requerimento de Informações sobre vacinas ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 80 - REQUERIMENTO Nº 194 de 2021** que: "Requerimento de Informações aos Governadores de Estado e do DF sobre protocolos medicamentosos." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 81 - REQUERIMENTO Nº 195 de 2021** que: "Requer a Convocação do Sr. Luiz Henrique Mandetta, ex-Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 82 - REQUERIMENTO Nº 196 de 2021** que: "Requer a Convocação do Sr. Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 83 - REQUERIMENTO Nº 200 de 2021** que: "Requer a Convocação do Sr. Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 84 - REQUERIMENTO Nº 201 de 2021** que: "Requer a Convocação do Sr. Nelson Teich, ex-Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 85 - REQUERIMENTO Nº 217 de 2021** que: "Requer que sejam convocadas as seguintes pessoas: 1. ANTÔNIO ÉLCIO FRANCO FILHO - ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde; 2. EDUARDO PAZZUELO - Ex-Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 86 - REQUERIMENTO Nº 235 de 2021** que: "Convoca Luiz Eduardo Ramos, Ex-Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Eduardo Pazuello, Ex-Ministro da Saúde, e Rodrigo Otávio da Cruz, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 87 - REQUERIMENTO Nº 267 de 2021** que: "Requer o compartilhamento do acervo documental da CPMI FAKE NEWS na parte em que haja correlação com disseminação de notícias falsas relacionadas a pandemia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 88 - REQUERIMENTO Nº 270 de 2021** que: "Convoca Nelson Teich, ex-Ministro de Estado da Saúde." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 89 - REQUERIMENTO Nº 271 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Luiz Henrique Mandetta, ex-Ministro de Estado da Saúde." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 90 - REQUERIMENTO Nº 272 de 2021** que: "Convoca o Sr. Antônio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para prestar depoimento a esta Comissão" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 91 - REQUERIMENTO Nº 273 de 2021** que: "Convoca o sr. Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 92 - REQUERIMENTO Nº 276 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 93 - REQUERIMENTO Nº 277 de 2021** que: "Requer à Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (AM) o envio de cópia de todas as correspondências, ofícios e demais comunicações que façam referência, ainda que indireta, apedidos de auxílio material ou humano, bem como de envio de suprimentos, msumos e equipamentos médicos e hospitalares, em especial oxigênio hospitalar,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com as respectivas respostas do Poder Executivo Federal." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 94 - REQUERIMENTO Nº 278 de 2021** que: "Requisita ao Ministério da Economia cópia de contratos, convênios e demais ajustes celebrados pela União." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 95 - REQUERIMENTO Nº 279 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde que preste informações e encaminhe documentos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 96 - REQUERIMENTO Nº 280 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde o envio de informações e documentos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 97 - REQUERIMENTO Nº 281 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Comunicações o envio de informações e documentos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 98 - REQUERIMENTO Nº 282 de 2021** que: "Requisita ao Ministério da Saúde cópia do inteiro teor dos processos administrativos concernentes à celebração de contratos de fornecimento de vacinas contra a Covid-19, bem como de seus insumos, ainda que não tenham sido concluídos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 99 - REQUERIMENTO Nº 283 de 2021** que: "Requer ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República cópia de todos os atos normativos editados pelo Governo Federal com a finalidade de regulamentar a Lei nº 13.979, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, notadamente quanto às medidas restritivas previstas em seu art. 3º." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 100 - REQUERIMENTO Nº 284 de 2021** que: "Requer ao Ministro da Saúde cópia de todos os atos normativos editados pelo Governo Federal com a finalidade de regulamentar a Lei nº 13.979, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 101 - REQUERIMENTO Nº 285 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde o envio de cópia de todos os documentos, produzidos no Ministério ou sob sua guarda, que recomendem, avalizem, incentivem ou tolerem, direta ou indiretamente, o uso de medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19, ainda que para uso preventivo da doença ou logo após os primeiros sintomas, inclusive documentos e informações produzidas por aplicativos de informática como o TrateCov, desenvolvido pelo próprio Ministério." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 102 - REQUERIMENTO Nº 292 de 2021** que: "Requer a atualização do estudo intitulado "A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19", elaborado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Universidade de São Paulo (USP) no âmbito do projeto "Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil", coordenado pelos professores Deisy de Freitas Lima Ventura, Fernando Abujamra Aith e Rossana Rocha Reis, a ser apresentado à CPI no prazo de 30 dias" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 103 - REQUERIMENTO Nº 298 de 2021** que: "Requer informações ao Tribunal de Contas da União: a) discriminação de informações orçamentárias e financeiras de recursos repassados pela União aos entes



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federativos; b) discriminação sobre os contratos firmados pelo Ministério da Saúde e que foram auditados pelo TCU; b) cópia de relatórios produzidos para apuração de fatos e responsabilidade em casos correlatos ao objeto desta CPI." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 104 - REQUERIMENTO Nº 299 de 2021** que: "Requer a informação ao Supremo Tribunal Federal: a) documentos enviados no inquérito instaurado pelo Procurador-Geral da República para apurar as responsabilidades no colapso da saúde em Manaus." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 105 - REQUERIMENTO Nº 300 de 2021** que: "Requer informações às Secretarias Estaduais de Saúde e à Secretaria de Saúde do Distrito Federal dados acerca de: a) Carência dos medicamentos e insumos que compõem o Kit intubação em todo o país, bem como do suprimento de oxigênio; b) Detalhamento de recursos recebidos pelas secretarias do governo federal. Incluir descrição do valor recebido, data de recebimento, ação orçamentária e status (aprovado, empenhado ou pago), e objeto executado." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 106 - REQUERIMENTO Nº 301 de 2021** que: "Requer informações à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República a respeito de propagandas, campanhas ou inserções midiáticas realizadas pelo Governo Federal em temas relacionados à pandemia do COVID-19, sua prevenção e tratamentos, : 1. O valor total despendido; 2. Sobre cada inserção, campanha ou propaganda: a. valor da contratação; b. contratante; c. mídia de veiculação (se impressa, rádio, redes sociais, etc); d. se publicidade via influenciadores digitais, incluir nome dos influenciadores; e. forma de contratação; f. data de veiculação; g. conteúdo específico, quando possível com link de acesso à íntegra do conteúdo; h. público-alvo; i. expectativa de público efetivamente alcançado; j. valor das despesas individualizadas; k. Indicar a modalidade de licitação em cada uma das contratações realizadas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 107 - REQUERIMENTO Nº 302 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério da Saúde: 1. As datas de anúncios de vacinas realizadas pelo Ministério, a quantidade de vacinas anunciadas em cada oportunidade e o cumprimento da entrega das vacinas nos prazos indicados; 2. A quantidade de equipamentos de proteção individual (máscaras, álcool gel, etc.) efetivamente distribuídos pelo Ministério, com a discriminação do insumo, data e destinatário da distribuição e valor gasto; 3. Sobre propagandas, campanhas, publicidade ou inserções midiáticas realizadas pelo Ministério em temas relacionados à pandemia do COVID-19, sua prevenção e tratamentos: a. valor da contratação; b. contratante; c. mídia de veiculação (se impressa, rádio, redes sociais, etc); d. se publicidade via influenciadores digitais, incluir nome dos influenciadores; e. forma de contratação; f. data de veiculação; g. conteúdo específico, quando possível com link de acesso à íntegra do conteúdo; h. público-alvo; i. expectativa de público efetivamente alcançado; j. valor das despesas individualizadas; k. Indicar a modalidade de licitação em cada uma das contratações realizadas. 4. A indicação do (s) responsável (is) pela concepção e desenvolvimento do aplicativo TrateCOV, bem como dos especialistas consultados para a curadoria dos tratamentos recomendados. 5. A disponibilização da íntegra do conteúdo do aplicativo, bem como o seu código-fonte e seus documentos preparatórios (gráficos, fluxos de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação) e a indicação do valor despendido para desenvolvimento do aplicativo; 6. A justificativa oficial do Ministério para a retirada do ar do aplicativo TrateCOV; 7. O número de acessos ao aplicativo TrateCOV, por data e localidade bem como a quantidade de diagnósticos e indicação de tratamento indicadas; 8. A discriminação de todos os dados relativos aos medicamentos adquiridos com a finalidade de auxiliar no tratamento de pacientes com suspeita de ou acometidos de Covid-19, contendo: a. nome do medicamento e de seu princípio ativo; b. fornecedor; c. quantidade adquirida; d. data de compra; e. valor de compra por medicação; f. valor total de compra; g. modalidade de licitação em cada uma das contratações realizadas. 9. A respeito dos medicamentos adquiridos, requer-se, por medicação: a. a quantidade expedida para cada ente da federação, b. a quantidade efetivamente utilizada até a presente data; c. a quantidade de medicação em estoque. 10. Os dados acerca da efetiva carência dos medicamentos e insumos que compõem o Kit intubação em todo o país, bem como do suprimento de oxigênio; 11. A discriminação dos protocolos expedidos pelo Ministério da Saúde para atendimento a pacientes suspeitos de acometimento pela COVID-19, bem como a sua data e forma de sua divulgação para os profissionais de saúde; 12. A indicação do valor destinado pelo Governo Federal para o governo de Amazonas e a cidade de Manaus quando do acometimento da crise gerada pela superlotação dos hospitais em 2021. Envio com detalhamento por ação, empenho e pagamento; 13. A discriminação de todos os contratos firmados pelo Ministério para o combate à Covid-19, contendo empresa contratada, valor do contrato e discriminação do objeto do contrato. Indicar qual foi a modalidade de licitação aplicada em cada uma das contratações; 14. Plano de trabalho, em todas suas versões, formulado pelo Comitê de Operações de Emergência (criado pela portaria 188/2020) para auxiliar a aquisição de bens e serviços necessários para a atuação na situação de emergência (conforme aludido na portaria nº 188/2020 do Ministério da Saúde)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 108 - REQUERIMENTO Nº 303 de 2021 que: "Requer à Procuradoria-Geral da República: a) documentos enviados no inquérito instaurado pelo Procurador-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal para apurar as responsabilidades no colapso da saúde em Manaus." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 109 - REQUERIMENTO Nº 304 de 2021 que: "Requer ao Ministério das Relações Exteriores: 1. Relação de reuniões, eventos e outras ocasiões em que a Pasta atuou para conseguir vacinas e insumos para o país, contendo: a. Data de reunião, evento ou ocasião; b. Partícipes; c. Objeto ou ata da reunião, evento ou ocasião. 2. Acordos, doações, cooperações técnicas ou outros benefícios recebidos pelo país, intermediados pelo Ministério das Relações Exteriores, contendo: a. Descrição do objeto ou benefício; b. Publicação ou formalização do acordo, doação, cooperação técnica ou outro benefício. 3. Gestão do orçamento destinado para enfrentamento à pandemia a. Detalhamento de execução da integralidade dos recursos recebidos pela ação 21C0 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) em 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 110 - REQUERIMENTO Nº 305 de 2021 que: "Requer informação ao Ministério da Economia: 1. Justificativa para a ausência de indicação de recursos para o combate



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Covid-19 no Projeto de Lei Orçamentária de 2021." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 111 - REQUERIMENTO Nº 306 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Defesa : 1. A discriminação de todos os dados relativos aos medicamentos adquiridos com a finalidade de auxiliar no tratamento de pacientes com suspeita de ou acometidos de Covid-19, contendo: a. nome do medicamento e de seu princípio ativo; b. fornecedor; c. quantidade adquirida; d. data de compra; e. valor de compra por medicação; f. valor total de compra; g. modalidade de licitação em cada uma das contratações realizadas. 2. Sobre compra de insumos para produção própria de medicação com a finalidade de auxiliar no tratamento de pacientes com suspeita de ou acometidos de Covid-19: a. princípio ativo; b. fornecedor; c. quantidade adquirida; d. data de compra; e. valor de compra por princípio ativo; f. valor total de compra; g. modalidade de licitação em cada uma das contratações realizadas; h. quantidade de medicação produzida a partir dos insumos. 3. Sobre produção de cloroquina ou hidroxicloroquina: a. O quantitativo de comprimidos de cloroquina 150 mg produzidos com cada quantitativo de insumo de sal difosfato adquirido; b. O quantitativo de comprimidos de cloroquina produzidos por mês em 2020; c. O quantitativo de comprimidos a serem produzidos em 2021; d. O quantitativo de comprimidos distribuídos por ente da federação, por mês; e. O quantitativo de comprimidos em estoque pelas Forças Armadas (ou por contratados para este finalidade); f. O quantitativo de comprimidos em estoque por ente da federação. 4. Sobre doação recebida de cloroquina ou hidroxicloroquina ou princípios ativos: a. a lista de doadores, nacionais ou estrangeiros; b. a data de doação; c. o quantitativo recebido, por medicação ou princípio ativo. 5. Sobre o orçamento utilizado na fabricação de remédios: a. Total do valor utilizado da ação 21C0 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) para produção de cloroquina, hidroxicloroquina ou princípios ativos; b. Detalhamento de execução da integralidade dos recursos recebidos pela ação 21C0 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) em 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 112 - REQUERIMENTO Nº 307 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério da Cidadania: 1. Indicação dos recursos recebidos do governo federal e os efetivamente executados usados no pagamento do auxílio emergencial até a presente data, com discriminação do valor por mês; 2. Indicação de número de beneficiários, mês a mês; 3. Indicação de valor médio de benefício mensal por indivíduo por estado da federação, mês a mês. 4. Listagem com número de fraudes ao auxílio e medidas tomadas para resolução." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 113 - REQUERIMENTO Nº 308 de 2021** que: "Requer informação à Casa Civil da Presidência da República: a) discriminação dos instrumentos normativos expedidos a respeito da pandemia no âmbito de todos os órgãos da Administração Pública Federal, contendo data, órgão responsável, ementa ou resumo e íntegra ou link de acesso ao normativo na internet;" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 114 - REQUERIMENTO Nº 340 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministra Ana Arraes, informações acerca de todos os processos, de qualquer tipo,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionados ao Plano Especial de Acompanhamento das Ações de Combate à COVID-19 em andamento naquela Corte de Contas, mediante concessão de acesso aos autos a representante indicado por esta Comissão." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 115 - REQUERIMENTO Nº 342 de 2021** que: "Requer aditamento ao RQS 139/2021" **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/04/29>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas pelos administradores públicos federais, estaduais e municipais.

A presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho elaborado pelo Relator e de requerimentos.

Questão de ordem, Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – A questão de ordem, Sr. Presidente, é uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Só um minutinho.

Senador Ciro, por favor.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Um pouco antes de o senhor chegar, nós estávamos discutindo com os membros da Comissão, e nós gostaríamos de fazer uma sugestão para o bom encaminhamento desta sessão de hoje. Qual é a nossa sugestão? Que nós votássemos tudo que for necessário para a realização das sessões na próxima semana, todos os requerimentos de informações, mas, no que diz respeito a plano de trabalho e convocação de outras pessoas que não serão ouvidas na próxima semana, nós gostaríamos de mais tempo em uma reunião subsequente, até porque o plano de trabalho foi entregue apenas ontem à noite. Então, nós gostaríamos de mais tempo para analisar tanto o plano de trabalho quanto os requerimentos de convocação de pessoas. Eu acho que isso seria mais inteligente e daria mais oportunidade aos Senadores de estudarem todo esse material, que será fundamental para o bom andamento da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu peço a palavra...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Marcos Rogério pediu antes; depois será V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Antes, porém, gostaria de deixar consignado, uma vez que o Senador Ciro mencionou a questão do plano, que esta é a previsão do art. 108, §1º: a disponibilização. Ele até mencionou a disponibilização ontem à noite, mas eu não tomei conhecimento desse plano de trabalho. Eu acho que ele não foi disponibilizado ainda. Até este momento, não há plano de trabalho.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Os requerimentos foram apensados ontem à noite; o plano de trabalho não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – O plano de trabalho eu acho que ainda não foi.

Mas, Sr. Presidente, na forma do disposto nos arts. 403 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal e com base no que estabelecem os seus arts. 145 e seguintes, encaminhamos a V. Exa. a presente questão de ordem para que seja estabelecida a exigência do funcionamento presencial da presente Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, é totalmente pacífico, tanto na doutrina como na jurisprudência, o entendimento de que o Poder Legislativo possui duas grandes funções institucionais, quais sejam, a de legislar e a de fiscalizar o funcionamento do Governo.

Para cumprir essa última missão, as Casas Legislativas contam com diversos instrumentos, como a convocação de ministros de Estado, o requerimento de informações, a possibilidade de sustação de atos normativos exorbitantes, o trabalho de suas Comissões de fiscalização e controle, entre outros. Entretanto, nenhum desses instrumentos é mais forte do que a realização do inquérito parlamentar, por intermédio das CPIs.

Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, no Mandado de Segurança nº 24.831, julgado em 22 de junho de 2005, cujo Relator foi o Ministro Celso de Mello, o Parlamento recebeu dos cidadãos não só o poder de representação política e a competência para legislar, mas também o mandato para fiscalizar os órgãos e agentes do Estado, respeitados, nesse processo de fiscalização, os limites materiais e as exigências formais estabelecidas pela Constituição Federal. O direito de investigar, que a Constituição da República atribuiu ao Congresso Nacional e às Casas que o compõem – art. 58, §3º –, tem, no inquérito parlamentar, o instrumento mais expressivo de concretização desse relevantíssimo encargo constitucional, que traduz atribuição inerente à própria essência da instituição parlamentar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse mesmo sentido e em diversos outros, como no caso dos MS 24.849, 26.441 e 37.760, este último que determinou a instalação da presente CPI, o Excelso Pretório deixou muito clara a obrigação de as Casas Legislativas darem andamento ao inquérito parlamentar, quando atendidos os requisitos constitucionais para tal.

Ora, dar andamento ao inquérito parlamentar não pode, em hipótese alguma, ser entendido como uma questão formal, ou seja, não se pode admitir que a Casa Legislativa instale uma CPI sem que esse Colegiado tenha condições para o seu funcionamento, em verdadeira fraude ao texto constitucional. Citando novamente o Ministro Celso de Mello, em seu voto na Medida Cautelar nº 33.663, as Comissões Parlamentares de Inquérito, que atuam no Parlamento, devem dispor, na condução do procedimento investigatório, de todos os meios necessários e pertinentes à colimação de seus objetivos. Entre esses meios, destaca-se, sem dúvida, o poder de tomar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão, de ouvir indiciados e de inquirir testemunhas sob compromisso, bem como de realizar acareações. E, deve-se ressaltar, de realizar muitas dessas atividades em sessões secretas, quando o tema ou a conveniência da investigação assim o exigir.

Ora, todas essas providências são comprometidas, se não inviabilizadas, se a CPI não funcionar de forma presencial. Efetivamente, a oitiva e eventual acareação de testemunhas e de indiciados não se limitam à atividade de ouvi-los da forma que acharem mais conveniente. O procedimento demanda cuidados especiais. Impõe-se que seja assegurado que sejam ouvidos sem qualquer forma de ameaça e coação e que, nesse procedimento, não sejam instruídos e orientados, salvo nos casos assegurados pelas normas de processo penal. Ademais, é fundamental que haja a necessária interação entre interrogado e interrogando, que permita avaliar, corretamente, as reações e o comportamento do primeiro.

Tudo isso fica absolutamente comprometido se não se realizar de forma presencial. Além disso, não se pode admitir que as inquirições sejam interrompidas ou até encerradas por falhas de comunicação, tão características de sua realização de forma remota, por mais avançados que sejam os recursos tecnológicos. E essa questão é ainda mais grave quando se constata que, por serem rotineiras nesse tipo de procedimento, não se pode assegurar se as falhas são reais ou fictícias, fornecendo poderosos instrumentos para que os inquiridos se livrem de responder sobre pontos indesejados.

Isso sem considerar a necessidade de sigilo de alguns depoimentos, bem como da separação de testemunhas. Não há como, sem ser leviano, assegurar que depoimentos desse tipo não acabem sendo vazados, por mais que se busquem garantias tecnológicas.

Esses problemas existem, mesmo na interação entre os Senadores da CPI, fundamental para o bom andamento dos trabalhos, que fica extremamente prejudicada se não for presencial. Ou seja, tudo conduz à impossibilidade da realização da CPI de forma não presencial, se se deseja que ela atinja verdadeiramente seus objetivos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é por outra razão, Sr. Presidente, que a Casa suspendeu o funcionamento de outras CPIs durante a pandemia e que o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, estava aguardando o momento sanitário mais adequado para promover a devida instalação deste Colegiado. Conforme lembrou S. Exa. para os veículos de imprensa à época, o momento não era de "fazer funcionar uma Comissão que exija a presença física, para exame de prova, para elaboração de laudos periciais, exames de documentos, inquirição de pessoas, incomunicabilidade de testemunhas. São requisitos de uma CPI que exigem que a CPI seja presencial". Entretanto, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal, o Presidente registrou que "obviamente decisão judicial se cumpre, e eu vou cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal, porque tenho responsabilidade institucional e cívica, mas será o único órgão a funcionar presencialmente no Senado Federal".

Assim, realizar a CPI, de forma não presencial, será fazer um simulacro de inquérito parlamentar, equiparado a não a instalá-la, o que o Supremo Tribunal Federal decidiu ser inconstitucional.

Impõe-se, dessa forma, se se quer que a CPI exista para cumprir a sua missão constitucional, que ela funcione presencialmente, ou estaremos cometendo uma fraude com o povo brasileiro.

É a presente questão de ordem que apresento para deliberação de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para contraditar, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para toda questão de ordem eu vou estabelecer um tempo mínimo, para que não pareça para quem está nos vendo, neste momento, que a gente está querendo protelar ou não fazer a CPI. É um direito fazer questão de ordem, mas vamos estabelecer um tempo mínimo de três minutos para questão de ordem. Então, toda vez em que se for ler, que se fizer já uma questão de ordem lendo, que se estabeleçam três minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas serão três minutos, aqui na CPI.

O ordenamento da CPI, a forma como ela vai funcionar cabe a mim, como Presidente, fazê-lo.

Só um minutinho.

Senador Rogério Carvalho, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.)
- Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Presidente e todos os colegas Senadores.

A primeira questão, Presidente, é que hoje só há uma situação em que se questiona o trabalho remoto da Justiça brasileira que é audiência de custódia. Portanto, todo o resto da Justiça brasileira tem funcionado de maneira remota. Portanto, esses argumentos, no momento de pandemia e no momento extraordinário que vivemos, não se sustentam. Ademais, é importante dizer que esta CPI foi a garantia do direito da Minoria de exercer a sua função plena parlamentar e foi concedida por uma decisão da Corte Suprema do Brasil, da Corte Constitucional do Brasil. Portanto, não se sustentam o requerimento e a questão de ordem do colega Senador Marcos Rogério, por quem eu nutro um grande respeito e admiração.

Por fim, Sr. Presidente, nós estamos funcionando de forma semipresencial. A manipulação de provas, em tempos de tecnologia, basicamente se dá por meios eletrônicos, e não em meios físicos. É possível, com toda a tecnologia, a gente fazer acareações, audiências públicas, reuniões secretas, tudo o que a gente precisar de forma presencial, semipresencial ou remota. A tecnologia nos permite isso em tempos extraordinários, que é o que nós estamos vivendo.

Por fim, eu quero só lembrar que, depois de indicado o Relator, na sessão inicial da instalação da CPI, ele anunciou que, na sessão seguinte, seriam apresentados requerimentos de convocação. Portanto, nós temos aqui todas as condições para apreciarmos requerimentos de convocação, porque, em tempo, foi anunciado, e esse anúncio foi feito pelo próprio Relator, já apontando qual seria a pauta previsível de hoje que estamos aqui para discutir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci e, depois, Senador Randolfe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só quero lembrar que essa matéria foi discutida em Plenário. O Senador José Serra fez uma nota técnica, a Senadora Mara Gabrilli colocou a nota técnica claramente e foi decidido que na CPI pode ser feito virtualmente. É só para lembrar dessa sessão em que foi questionada essa questão de ordem do Senador Rogério.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Izalci, por nos lembrar dessa sessão.

Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para corroborar os argumentos dos colegas Izalci e Rogério Carvalho.

Em primeiro lugar, Presidente, há o funcionamento de audiências – inclusive de audiências de inquérito e de investigação, audiências de custódia –, que, em tempos de pandemia, é regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, Resolução 314. Quero, *ipsis litteris*, fazer a leitura para o Sr. Presidente e demais colegas. O uso da videoconferência como modalidade válida de realização de procedimentos criminais foi regulamentado por essa resolução. De acordo com essa decisão do CNJ, as audiências e os atos em processos penais e de execução penal – fala-se de processos penais e de execução penal – deverão ocorrer em tempo real, permitindo a interação entre o magistrado e as partes, e pelo instrumento da videoconferência.

Corroborar isso a circunstância do tempo de pandemia que vivemos. Foi por isso que, ainda no início da pandemia, no ano passado, o então Presidente em exercício Antonio Anastasia, depois referendado pelo Presidente Davi Alcolumbre, inclusive do mesmo partido de S. Exa. o Senador Marcos Rogério, estabeleceu o Ato da Mesa Diretora nº 7, instituindo o sistema de funcionamento remoto do Congresso Nacional. Isso foi corroborado também, à época, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia. Tanto é assim que nós já alteramos, inclusive, a Constituição, já fizemos emendas à Constituição através do sistema remoto.

No mais, a resolução é um ato do Presidente Rodrigo Pacheco, Presidente desta Casa, inclusive liberado, eminente colega Marcos Rogério, para o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito. No seu art. 2º, diz: "A CPI da Pandemia reunir-se-á nas dependências do Senado Federal, em sistema semipresencial, para sua instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente [...]". Fala-se aqui em sistema semipresencial inclusive para a eleição.

Além do mais, Presidente, o senhor tem o art. 89 do Regimento, para ordenar e dirigir os trabalhos desta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa. me permite apenas uma ponderação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não vou esticar esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, lógico, até porque eu não vou permitir esticar, senão fica muito... As pessoas não estão entendendo.

Senador Marcos Rogério com a palavra por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa.

São duas pequenas e brevíssimas ponderações, Sr. Presidente.

A primeira é em relação ao tempo da questão de ordem: o 403 estabelece o tempo de cinco minutos. Mas, em relação a esse ponto que o Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. usou muito mais do que cinco minutos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, agradeço, só estou lembrando o que diz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. se apegue, quando é favorável à posição de V. Exa., aos cinco minutos. Está certo, é verdade, o artigo diz isso. V. Exa. usou muito mais, e eu não cortei a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, e eu agradeço a V. Exa. pela tolerância. Apenas em relação à questão da...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não enxergo uma questão nisso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque foram estabelecidos três minutos como padrão, e o Regimento diz cinco.

Em relação à questão da reunião da instalação e eleição, o ato da Presidência foi específico para essa finalidade. O que eu estou questionando aqui são os depoimentos de testemunhas, de convidados desta Comissão pelo sistema remoto.

Em relação à questão dos Senadores, mesmo quando você tem o sistema presencial, não é obrigatória a permanência aqui. Tem que ter dois Senadores para se tomar o depoimento de alguém.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu só estou... A questão de ordem é em relação à oitiva de testemunhas, de depoentes por videoconferência. É isso. O



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apelo que estou fazendo na questão de ordem é que se faça presencialmente em relação a esses depoimentos e não em relação aos Senadores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, se V. Exa. me permitir, eu queria tentar colaborar com o melhor ordenamento dos trabalhos.

É evidente que esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito democrática, regimental, plural. Todos nós nos conhecemos e nos respeitamos, mas nós estamos diante de uma evidente obstrução. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito era para ter sido instalada em fevereiro. Os senhores não quiseram a instalação; nem o Governo – não quiseram. Nós tivemos que conquistar a instalação no Supremo Tribunal Federal, ou seja, até para começar nossos trabalhos...

Hoje nós chegaremos a 400 mil mortos! Antes de qualquer coisa, nós temos que saber o que é que nós podemos fazer, esta Comissão Parlamentar de Inquérito pode fazer para que a gente atrase esse calendário. Isso é de uma falta de sensibilidade! Querer discutir como vai ser um depoimento que só acontecerá na terça-feira, fazendo com que nós percamos tempo dessa forma? Isso não vai dar bem.

Eu já conheci – e estou aqui há muitos anos no Congresso – muitas tropas de choque, mas essa é a primeira que recorre ao Supremo Tribunal Federal numa questão já decidida e é a primeira que recebe, por meio eletrônico, requerimento feito pelo Governo para registrar aqui, ou seja, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Isso nunca deu certo em lugar nenhum. Então, nós vamos nos respeitar, mas deixe a Comissão trabalhar, deixe a Comissão cumprir o seu papel. Nós não temos como continuar desta forma: atrasando, atrasando, atrasando, atrasando. A sociedade quer esta CPI. Todas as pesquisas de opinião pública realizadas demonstram isso.

O próprio Governo que os senhores representam apresentou 23 questões e, a partir daí, colocou 23 itens obrigatórios. Então, nós temos um roteiro já estabelecido não pela Comissão, não apenas pelo requerimento, mas pelas questões que foram postas pelo Governo.

Num telefonema ao Senador Kajuru, o Presidente da República disse, em alto e bom som e em português claro, que precisava dispersar o foco da CPI, precisava investigar Estados e Municípios, porque senão um relator qualquer iria apresentar um relatório contra ele. Ora, não há segredo nisso, absolutamente nenhum segredo – nenhum segredo.

Os senhores levantam suspeição a cada dia, até a suspeição na primeira instância de um procedimento do Presidente desta Comissão. Não tem nada a ver. O que é que tem a Justiça com a Comissão Parlamentar de Inquérito? Nós não temos jurisdição com a Justiça; nenhuma, absolutamente!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós vamos caminhar democraticamente pela maioria, mas vamos caminhar dessa forma. Nada vai obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos os colegas!

Eu quero primeiramente ressaltar o equilíbrio que nós tivemos na primeira sessão aqui, o respeito entre os colegas. Isso acho que eleva o nível, a harmonia num momento tão sério da nossa Nação.

Eu queria responder ao Senador Renan Calheiros, com todo o respeito a ele... Ele não respondeu à questão de ordem do nosso colega Marcos Rogério, que é uma questão, no meu modo de entender, nada de procrastinar, absolutamente. É legítima. Até porque eu não entendo como é que se faz uma acareação tecnologicamente. Vai que o sinal na hora cai, na hora de uma resposta importante! A gente sabe como é que funciona um inquérito. Então, tem certas situações que não tem realmente de como você fugir. Essa é uma questão óbvia.

Sobre a questão do mandado de segurança, Senador Renan, é um direito que cabe, independente de... Olha, o povo brasileiro está com a atenção... Tem razão. O povo brasileiro está olhando aqui cada um de nós, o que é que cada um de nós vai fazer, qual é a intenção de cada um de nós aqui com esse trabalho. E nós temos que ter muita responsabilidade com o País neste momento. O mandado de segurança foi legítimo, foi buscar, da mesma forma que esta CPI veio através da Justiça, mandando fazer o Supremo Tribunal... O povo brasileiro que é contra o Governo e o povo brasileiro que é favor do Governo acha que existe um conflito de interesse do senhor. A gente recebe isso. O povo brasileiro dos dois lados acha que existe um conflito de interesse, com todo o respeito, porque o senhor tem um filho que é Governador. Não tem como fazer meio relatório. Se fosse possível, tudo bem! Mas não tem como fazer meio relatório.

Então, assim, só para a gente procurar ter o respeito nesta Comissão, que eu acho bacana, todos nós aqui temos qualidades, temos virtudes. E a gente, poxa... Vamos fazer uma coisa não... A forma democrática, como o senhor falou, eu não vejo isso. Foi combinado um plano de trabalho entre os sete. Todas as reuniões são feitas entre os sete: vamos lá, vamos jogar. A gente, poxa, tem que ser ouvido. Nunca nós somos ouvidos para fazer um trabalho aqui independente, um trabalho sério.

Então, quero apoiar a questão de ordem do Senador Marcos Rogério. Eu acho importante que a gente possa ver tecnicamente como é que pode funcionar daqui para a frente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E vamos credenciar a Dra. Thaís, viu, Presidente? Não nos esqueçamos de credenciar a Dra. Thaís...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe eu explicar aqui.

Senador Eduardo Girão, eu tive uma reunião ontem à noite com o Vice-Presidente, Senador Randolfe, e com o Relator, Senador Renan Calheiros, e, até aquela hora, já tinha mais de 200 requerimentos. Já eram 11h. E hoje de manhã chegamos a 288 requerimentos até o momento em que saí do meu gabinete até aqui. Então, não foi feita uma reunião de sete Senadores. O Senador Otto está na Bahia, o Senador Humberto está em Pernambuco, o Senador Tasso viajou no mesmo dia. Só tinha nós três, não tinha mais nenhum Senador que estivesse fazendo... Até porque eu tinha dado um prazo até o meio-dia de ontem para que houvesse a colaboração dos outros Senadores. Então, o plano de trabalho não tem muito segredo, vocês vão analisar. E o Senador Ciro colocou uma coisa pertinente: quer dar uma olhada antes para poder contribuir mais ainda, que é o importante para a gente.

Em relação ao Senador Marcos Rogério, é um direito regimental pedir para a gente suspender. Veja bem, a CPI... Eu fui muito claro na minha posição. Minha posição – e isto eu deixei claro, Senador Eduardo Girão – é de que eu não gosto de interferência e não aceito interferência de outro Poder em relação ao Senado, mas, a partir do momento em que o Presidente do Senado acatou a decisão, cumpre a nós fazermos. Nisso eu me posicionei dentro do grupo de Senadores. Eu disse: "Olha, eu não acho, não acho justo".

Então, veja bem, em momento algum, eu achei que uma decisão do Supremo obrigando a gente a fazer alguma coisa aqui no Senado seja justa, nem para formação da CPI e nem para tirar um Senador, alguma coisa. Eu não acho isso. Eu acho que nós temos que decidir os nossos problemas aqui dentro do Senado. Essa é a primeira questão.

Em relação à questão de ordem do Senador Marcos Rogério, que é regimental, que é um direito dele, nós já tínhamos discutido isso. Nós dissemos: "Hoje nós vamos aprovar o plano de trabalho e os depoentes, ou convidados, ou testemunhas, para que a gente inicie na terça-feira, dia 3, para ouvir essas pessoas". Então, essa é uma pauta que já está definida. Vai ser semipresencial? Vai, vai ser semipresencial.

Agora, se eu fosse convidado ou chamado e tivesse que dar uma solução, este é o melhor espaço para a pessoa falar, para poder se defender ou para contribuir com o Brasil. Não há espaço maior. Uma pessoa que é acusada de um fato pode vir aqui e aquela versão que está sendo dada ser desmentida aqui dentro da CPI por ela mesma. É um espaço que não é para prejudicar ninguém. Eu não concordo com o prejudgamento. Não entro nesse discurso. Eu quero aqui fazer um trabalho respeitando os meus colegas. Todos são iguais aqui. Ninguém é melhor do que ninguém aqui dentro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos continuar com o trabalho.

A Mesa, neste momento, não acata essa sua questão de ordem. Eu peço, Senador Marcos Rogério, que contribua para a gente poder trabalhar. Nós temos uma boa relação. Eu quero fazer um bom trabalho e tenha de mim a certeza de que a gente vai ser o maior equilíbrio aqui para a gente fazer o melhor no Brasil. E eu tenho certeza de que V. Exa. quer a mesma coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Senador Omar, Presidente, o testemunho de V. Exa. é verdadeiro e é recíproco, da minha parte, o respeito que tenho por V. Exa. nessa relação sempre muito franca e respeitosa, desde a nossa atuação na CAE.

O que V. Exa. mencionou em relação à decisão do Supremo no grupo de Senadores é verdadeiro, e eu vi a posição de V. Exa. Apenas espousei aqui minha preocupação em relação aos depoimentos, porque V. Exa. já disse na sessão anterior que o Presidente, o Vice e o Relator estarão presencialmente aqui – eu também quero fazer o esforço para estar presencialmente aqui em todas as reuniões. Com relação aos convidados, aos inquiridos é que apresentei essa questão de ordem com a preocupação de que a gente estivesse presencialmente. Acho que é o modelo correto, acho que é o modelo recomendável, mas a decisão de V. Exa. está tomada e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu agradeço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...vamos à frente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu agradeço.

Eu vou passar a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora, eu queria, Sr. Presidente, que nós retomássemos a partir da sugestão que fizemos na reunião anterior, sem prejuízo do plano que apresentaremos, que especificará as etapas da investigação na forma do fato determinado no requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu gostaria de propor, inicialmente, alguns requerimentos de informação – passarei a lê-los – e alguns requerimentos de convocação, especificamente os dos quatro últimos Ministros da Saúde – os três ex-Ministros que exerceram o cargo durante a pandemia e o atual Ministro da Saúde.

Eu submeterei também à consideração de V. Exa. a convocação do Presidente da Anvisa e a do ex-Secretário de Comunicação do Governo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Com esse aí eu não vou concordar, Senador Renan.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós vamos votar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu não concordo com que ele seja votado hoje...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos fazer o seguinte...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... porque o Regimento não permite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já havia sido anunciado na última reunião.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não foi colocado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... no sistema, e o sistema exige 48 horas, Senador Renan.

Eu gostaria, Senador Renan... Eu não quero insistir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer só um acordo aqui.

É só um minutinho, Ciro! Desculpa, Senador Ciro!

Na terça-feira, vamos ouvir o Ministro Mandetta...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e o Ministro Teich. Na quarta-feira, iremos ouvir o Ministro Pazuello, o ex-Ministro Pazuello. Na quinta-feira, iremos ouvir o atual Ministro Queiroga e o Presidente da Anvisa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No dia 10... Nós votaremos, nesta semana, a convocação para os dias 10, 11 e 12. Nós iremos fazer reuniões na terça, na quarta, na quinta e, talvez, na sexta-feira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O número de pedidos em relação aos requerimentos que foram protocolados pelos Srs. Senadores é de quase 300. Eu quero sistematizar, para que, na semana que vem, a gente possa... Há muitos pedidos dos Srs. Senadores que são parecidos. Há o mesmo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedido para convocar o Ministro Pazuello, há o mesmo pedido de informação para Estados e Municípios. Às vezes, um pede "até 200 mil habitantes"; outro, "500 mil". São coisas em que podemos chegar a um acordo sem muita discussão, para dar celeridade ao trabalho. É essa a proposta que eu quero fazer aos Srs. Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, se me permite uma tentativa de contribuição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu acho que é assim: quanto a ouvir os ex-Ministros, obviamente toda a Comissão está de acordo em ouvi-los, numa ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cronológica.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... cronológica, sem qualquer resistência.

Com relação a outras autoridades, há requerimentos, e nós vamos votar.

Eu apresentei vários requerimentos também convocando Governadores e outras autoridades.

O que eu proporia aqui era que a gente buscasse, para ficar algo equilibrado, colocar um convocado que é fruto da sugestão do Relator ou dos Parlamentares que são de oposição, alternando com convocações que estão sendo sugeridas também pelas bancadas mais ligadas ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a semana que vem é unânime. Vamos fechar a semana que vem...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É o que eu sugeri no início, Sr. Presidente. Eu fiz essa sugestão, conversando aqui com o Senador Randolfe e com os demais membros. Vamos fechar a pauta da próxima semana, de acordo com a sugestão do Relator, com os Ministros e com o Presidente da Anvisa.

Na próxima semana, nós, respeitando o Regimento, analisaremos o plano de trabalho e as demais convocações. Podemos hoje aprovar todos os requerimentos de informação, eu não tenho o menor problema. Agora, no que diz respeito à convocação de pessoas, até também respeitando a ideia do Senador Marcos Rogério, nós temos que intercalar, até respeitando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Intercalar não. Nós temos que apreciar cada nome.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apreciar. Aqui só virá quem for convocado por maioria, é a regra. Eu não posso fazer acordo para convocar...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ninguém em detrimento da verdade que se quer numa comissão parlamentar de inquérito.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Renan, não vai ser convocado ninguém que não seja aprovado. Isso é lógico. Isso é óbvio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro! Então, não dá para fazer acordo político.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro Nogueira...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ninguém está fazendo acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Srs. Senadores...

Prazer, Senadora Leila, tê-la aqui presente com a gente.

Senadora Leila, do Distrito Federal.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos! Saúdo o também o Vice Randolfe e o Relator, Senador Renan.

Todos sabem que eu não sou membro desta Comissão, mas eu estou aqui representando o PSB, como Líder, e também a Bancada Feminina, que, desde a última sessão, já se pronunciou a respeito da sua participação. Então, estaremos aqui presentes nas reuniões presenciais na medida do possível, claro, para não criarmos aglomerações. E eu vim participar e acompanhar a discussão a respeito do plano de trabalho, depois eu gostaria de me pronunciar, Sr. Presidente.

Obrigada pela saudação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem Senadores pedindo...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só uma sugestão, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu acho que vocês poderiam votar os requerimentos e, no segundo momento, se reunirem para fazer a alternância, estipular quem viria primeiro e, depois, fazer esse trabalho de alternância. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não há... Só quero deixar claro para todos os Senadores: todos os requerimentos dos Senadores serão apreciados. Veja bem, ninguém faz um requerimento sem ter um objetivo de contribuir com a investigação, seja quem quer que seja. Nós não vamos aqui fazer o seguinte: "Não vou convocar ou convidar fulano porque...". Não, não tem isso! Seja ministro, seja assessor, seja Governador, seja Prefeito, seja secretário, seja quem quer que seja, presidente de empresa, o dono da Pfizer, sei lá... Nós temos que acabar... Senão parece que a gente está fazendo o seguinte: "Cirurgicamente, vamos aqui só chamar alguém que vai falar mal do Presidente ou do...". Não será isso! Não vai ser isso! A CPI vai ter transparência e vai ser técnica. Cada um tem sua opinião. Eu não creio que um Senador vai se prestar a fazer um requerimento só para protelar as coisas.

Então, Senador Marcos Rogério, Senador Girão, Senador Jorginho, Senador Ciro, Senadora Leila, Senador Izalci, Senador Rogério Carvalho e Senadores que estão nos vendo neste momento, não é uma CPI cirúrgica, é uma CPI plena. Está bom? Não é cirúrgica. Eu não me permito... Eu não tenho aqui nada a proteger A, B ou C. Só que a gente vai ter equilíbrio. As pessoas ficam dizendo: "Vai convocar fulano?". Espera aí, calma. Não é assim. A gente também não pode expor uma pessoa aqui pelo simples fato de que não gosta da pessoa, não vai ser isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar logo o requerimento? E eu quero passar a palavra depois para a Senadora Zenaide e para o Senador Jean Paul, que estão nos vendo neste momento.

Só um minutinho? Em respeito aos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Está disponível o plano de trabalho? Só para me informar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu passo a palavra em um minutinho.

Senadora Zenaide Maia, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Vamos votar os requerimentos também.

Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Só um instantinho, porque senão...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu queria falar sobre as questões de ordem que eu ouvi aí.

Eu não tenho dúvida de que esta CPI... E o que realmente o povo brasileiro quer saber é quem são os responsáveis por 400 mil mortes. E vão investigar, como falou agora o Senador Omar e o Senador Renan Calheiros. A população brasileira quer saber isto: quem é responsável por deixar faltarem vacinas, por não ter uma publicidade educando o povo para se prevenir quanto à Covid-19, por deixar faltar oxigênio. É isso a essência do que o povo brasileiro realmente quer. E eu não tenho dúvida de que nesta CPI, administrada por todos aí, os 11, nós vamos descobrir. E a população está vendo isso, não está querendo nada além disso, seja quem for esse responsável. Eu não tenho dúvida de que os 11 componentes... E eu, como a Senadora Leila, a gente vai continuar acompanhando. É importante isso. Aqui... Como o Senador Omar Aziz falou, a gente está aqui em nome da quantidade de 400 mil pessoas que morreram, e muitos de morte evitável, porque deixaram faltar oxigênio, porque deixaram faltar o kit intubação.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente e Sr. Relator, aproveito para cumprimentá-los, pela primeira vez aqui, pela Liderança da Minoria – farei como a Senadora Leila: participarei regularmente como Liderança da Minoria aqui na CPI, sempre que possível presencialmente –, mas, ao cumprimentá-los pelo início dos trabalhos, queria salientar, em uma época agora de discussão do plano de trabalho, a importância de que a CPI trabalhe tanto sobre o que aconteceu quanto sobre o que acontece agora, neste momento, em relação ao combate da pandemia. Por que digo isso? Porque vejo uma preocupação em se trazer a linha cronológica, a metodologia essencialmente cronológica, de pegar do passado até hoje. E uma das razões pelas quais nós defendemos que a CPI fosse instalada neste momento, ainda no curso da pandemia, é justamente a possibilidade que ela tem de mudar o curso de algumas metodologias, de alguns hábitos, de alguns protocolos e de alguns acontecimentos, que estão acontecendo agora e, provavelmente, estão levando pessoas à morte.

Neste momento, enquanto estamos discutindo o plano de trabalho, quero ressaltar que ontem o Ministério da Saúde achou – achou! – num aeroporto, não sei onde aí, 100 mil doses da vacina CoronaVac. O Ministério da Saúde "achou"! Esse é um fato, para dar um exemplo, de coisas que nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos que arrumar tempo no plano de trabalho, sempre reservar um pedaço das reuniões para discutir o presente, o que a gente ainda pode mudar; não o que já aconteceu.

Então, ao Senador Renan, como Relator, ao definir o plano de trabalho, e ao Presidente, ao definir a forma de atuar das nossas sessões, peço que reservem sempre um tempo para as coisas atuais, as coisas que estão acontecendo na mesma hora e que, dependendo do esclarecimento e da discussão que nós tenhamos, podem ainda ser corrigidas.

Outro exemplo: estamos neste momento, Senador Omar, com falta absoluta de medicamentos para intubação. Todos aqui sabem disso. Mas a situação é crítica, porque as entidades de saúde, as unidades de saúde, tanto públicas, quanto privadas, quanto filantrópicas, todas elas, não têm condição mais de comprar medicamentos. Isso é uma coisa que foi interrompida, porque o Governo Federal, o Ministério da Saúde, requisitou dos fornecedores, diretamente dos fornecedores de quem eles compravam, toda a sua produção, centralizou a distribuição, e não está dando conta de distribuir isso de forma conveniente.

Nós temos aqui cidades como Mossoró, no Rio Grande do Norte, que estão à beira do colapso. Pessoas estão intubadas e vão se despertar sem remédios, sem anestésicos. Imagine a situação de uma sala com 60 leitos, com 60 pessoas despertando com um respirador, um tubo na garganta, por falta de remédios, porque as entidades – repito – privadas, filantrópicas, públicas não estão conseguindo comprar os medicamentos diretamente de seus habituais fornecedores, com quem eles têm contratos regulares.

Para isso, tem que ser aberto espaço. Meu ponto é este: durante os trabalhos da CPI, todos os dias eu farei esse mantra: tem que haver nem que seja meia hora de discussão sobre o presente, sobre o que a CPI ainda pode fazer para salvar vidas. Precisamos introduzir isso não só no plano de trabalho, como na metodologia e na pauta das agendas das reuniões, toda vez que nos reunimos, falar do presente, falar do que ainda pode ser mudado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agradeço, Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jean Paul, na última reunião da CPI, na terça-feira, aqui todos concordaram com uma coisa: várias CPIs já foram feitas, e geralmente, CPI onde tem desvio de recurso, desvio de função, quando se inicia a CPI ou se inicia uma investigação do Ministério Público, cessa. As pessoas fogem, uma não conversa com a outra e tal. Cessam os desvios que estão tendo ali, pelo medo do que pode acontecer. Diferentemente, a CPI da Covid não vai cessar o vírus de infectar as pessoas. Então, nós estamos conscientes de que, ao mesmo tempo em que vamos investigar, também vamos procurar fazer propostas, proposituras, para que a gente possa ter vacina, ter remédio,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter EPIs. Isso já foi dito aqui por todos os Senadores, que também concordam com o que V. Exa. colocou. É unânime aqui dos Senadores que não basta a gente estar aqui investigando, mas também tentando melhorar o atendimento e diminuir o número de óbitos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Perfeito. Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar em votação...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, eu gostaria já de colocar a nossa demanda para analisar esse aspecto dos medicamentos para a intubação, e da centralização feita pelo Ministério da Saúde, porque o Governo do Rio Grande do Norte e as cidades que estão envolvidas nesse desespero estão oficiando o Ministério da Saúde, sem resposta condizente. Então, se o Ministério resolveu centralizar a distribuição desses medicamentos, que ele dê satisfação, dê resposta aos Governos locais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Senador Jean Paul, nós estamos em uma votação agora.

Eu vou passar a palavra ao Relator, para que a gente veja os requerimentos, agora.

Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, voltando ao que fizemos aqui anteriormente, na reunião da semana passada, eu encareço que V. Exa. submeta à apreciação os seguintes requerimentos de informação. Nós estamos solicitando o inteiro teor dos processos administrativos de contratações e das demais tratativas relacionadas às aquisições de vacina e insumos, no âmbito do Ministério da Saúde. Igualmente estamos requisitando toda...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – V. Exa. poderia só citar os números dos requerimentos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente citará na hora de apreciar. Se V. Exa. puder simplificar em favor de uma maior produtividade...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É porque são 280. À medida em que V. Exa. coloca o número, a gente sabe qual é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está equivocado, não são 280...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se puder atender. Se não, eu faço questão depois e pergunto ao Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sem problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque interrompe.

Igualmente estamos requisitando toda regulamentação feita pelo Governo Federal no âmbito da Lei 13.979, que trata das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, especialmente sobre temas como isolamento social, quarentena e proteção de coletividade.

Solicitamos também todos os registros de ações e documentos do Governo Federal relacionados a medicamentos sem eficácia comprovada, tratamentos precoces, inclusive indicados em aplicativos como TrateCov, plataforma desenvolvida pelo Ministério da Saúde.

Estamos requerendo também todos os documentos e atos normativos requerentes a estratégias e campanhas de comunicação do Governo Federal e do Ministério da Saúde em particular, além dos gastos associados.

Pedimos também, Presidente, além disso, documentos e informações sobre planejamento e critérios de definição dos recursos para o combate à Covid e sua distribuição entre os entes subnacionais, além da suplementação orçamentária, obviamente.

Estamos requerendo também todos os contratos, convênios e demais ajustes da União que resultaram em transferências de recursos orçamentários para Estados e capitais, inicialmente. E, no caso emblemático do caos de saúde pública no Estado do Amazonas, estamos solicitando que as autoridades sanitárias de Manaus, da prefeitura e do Governo, encaminhem todos os pedidos de auxílio e de envio de suprimentos hospitalares, em especial oxigênio, além das respostas do Executivo federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, há um equívoco aqui nesse requerimento. Esse requerimento tem que ser encaminhado à Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas, porque a Secretaria Municipal de Manaus é atenção básica, ela não tem nenhum hospital, não tem absolutamente nada com urgência e emergência, que é tudo de responsabilidade do Estado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. O requerimento está...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que você pede aqui são os esforços e tal, o oxigênio... Isso não foi tratado com o Município, foi tratado com o Estado. Eu só quero que mude aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não há problema. Eu estou pedindo das autoridades de Manaus, não estou pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Secretaria Municipal de Saúde de Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, se me permite... Sr. Relator, só...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Dez segundos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Relator, por favor...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Até por economia processual, por que nós não aprovamos todos os requerimentos de informação? Para que ficar citando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque os requerimentos de informação terão que ter um parecer de cada um e votados, têm que ser aprovados pela maioria. Claro!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Requerimento de informação, Sr. Relator...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Requerimento de informação, Sr. Relator?!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não vamos transformar esta Comissão Parlamentar de Inquérito numa batalha eleitoral, política.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O que é que tem a ver isso, Senador?!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se alguns dos senhores têm problemas a ajustar nos seus Estados...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Quem está mostrando que tem problema para ajustar é o senhor, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... precisa ter fato determinado para isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tem fato determinado...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Todos têm fato determinado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vai ser assim. Nós queremos investigar...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor está com medo de aprovar os requerimentos de informação, é isso o que o senhor está mostrando!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou com medo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Então, vote!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou com medo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Então, vamos pedir as informações!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho que com medo está quem não quer que a Comissão...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor está demonstrando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa obstrução não tem mais sentido, as pessoas estão sem entender.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, um minutinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu pedi a V. Exa. foi um prazo para sistematizar somente todos os requerimentos. Como ele é Relator, ele tem, lógico, prioridade. É por isso que está havendo isso. Todos os requerimentos serão aprovados, só estou pedindo para sistematizar. São quase 300 requerimentos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aprovados não, apreciados. Serão apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, apreciados, mas eu me antecipo, pois, para mim, qualquer tipo de informação que um Senador quiser é justo ele ter essa informação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Vejam bem. Eu estou colocando essa questão, porque o Relator é lógico que tenha prioridade como Relator de pedir essa informação. Por isso, ele se antecipa em cima do quê? Do requerimento com que foi criada a CPI, tanto pelo Senador Randolfe quanto pelo apensamento feito pelo Senador Eduardo Girão. É isso o que estou entendendo desses requerimentos aqui, que estão contemplando, mas é lógico que nenhum Senador vai fazer um requerimento de informação que nós não vamos apreciar; vamos apreciar todos. Só peço aos Senadores um prazo para poder sistematizar. São muitos requerimentos, Srs. Senadores! Só isso. Não tem problema para mim, não tem problema!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para contribuir.

Acho que V. Exa. faz uma colocação e uma ponderação correta. Acho que, pelo número de requerimentos apresentados, há que se ter uma sistematização para que nós possamos votar.

E, com relação ao requerimento em pauta, eminente Relator, efetivamente, a sugestão é a Secretaria Estadual de Saúde, porque no requerimento de V. Exa. está escrito que seja requisitado à Secretaria Municipal de Saúde. Seria à Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas o envio de cópia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É isso o que estou querendo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Desculpe, eu não ouvi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi este o requerimento apresentado: é pedir informações ao Governo do Estado...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, é porque, quando V. Exa. leu o requerimento... Está aqui!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi isso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É só isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Autoridades sanitárias de Manaus.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É que as autoridades sanitárias, eminente Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – De Manaus? Inclui as do Governo do Estado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Renan, Senador Renan, está escrito literalmente aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está errado, está errado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas V. Exa. leu errado, então. Eu só estou querendo corrigir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu li o correto. O requerimento é que pode estar meio capenga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É apenas para fazer a correção.

E que fique registrado em ata que o requerimento trata, portanto, de Secretaria Estadual de Saúde e autoridades sanitárias correspondentes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que fique registrado, então. Está corrigido.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos permitir que o Relator...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos ouvir o Relator, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, estamos requerendo também, no caso emblemático, com a correção devida ao requerimento, essas informações.

E há estes requerimentos de convocação do atual Ministro da Saúde e dos três ex-Ministros da Saúde, de convocação do Presidente da Anvisa e de requisição à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal do material até então apurado, que trata de *fake news* e do que é correlato com essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, nós discutimos aqui, inclusive o Senador Ciro apresentou a proposta, que nenhum Senador vai pedir informações irrelevantes ou que não tenham sentido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Informações, como eu disse desde a instalação, demoram para chegar. Então, nós estamos simplesmente pedindo as informações. Se vão depois convocar outras pessoas em função... É outra história.

O que eu gostaria de pedir e reforçar é que todos os requerimentos, como foi proposto aqui, todos, de qualquer Senador, de informações fossem aprovados, como sempre aprovamos em todas as CPIs de que eu participei – de que eu participei, sempre. Aprovaram todos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os requerimentos todos são apreciados.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se a maioria entender que é o caso, aprova, mas não há essa coisa de aprovar todos, porque isso não será em benefício da verdade que se quer aqui...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Informação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o telefonema do Presidente para o Kajuru. Como?!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se V. Exa. fez o requerimento, vamos pedir as informações. Estou dizendo informação, ninguém pode me negar solicitar uma informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu tenho muita dificuldade...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já estou aqui há muito tempo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas eu tenho muita dificuldade de compreender o papel...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que os senhores estão tentando desempenhar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou dizer a V. Exa. um exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tenho muita dificuldade!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, estou com a palavra. Só um minuto, então, deixe-me concluir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um requerimento aqui solicitando informação ao Tribunal de Contas da União. Há alguma dificuldade de solicitar ao Tribunal de Contas as informações relacionadas à pandemia? (*Pausa.*)

Não.

Ao Ministério Público Federal há problema? À Polícia Federal há problema?

É isso que eu estou dizendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma questão de ordem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Informações, Renan. Informação qualquer um pode pedir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadores, deixem-me propor um encaminhamento aqui para tentarmos compor.

O Senador Ciro pertinentemente apresentou aqui no início que... Não havia concordância na convocação, por exemplo, do Sr. Fabio Wajngarten. Nós construímos um acordo aqui, nós temos um roteiro proposto pelo Relator de convocações para começarmos o serviço na semana que vem, pacificado.

O que o Relator está propondo são os primeiros requerimentos que têm a ver em especial com os depoimentos que teremos na semana que vem, sem prejuízo, sem embargo da apreciação dos demais requerimentos. O Sr. Presidente já fez uma convocação nova de reunião para a terça-feira seguinte à semana que vem. Nessa nova reunião, que será uma reunião deliberativa, aí apreciaremos o conjunto dos demais requerimentos. Então, eu acho que nós poderíamos compor para começar o serviço, para começar o trabalho. O Relator está propondo requerimentos pertinentes com os depoimentos da semana que vem. A gente conclui a semana que vem, inaugura a Comissão Parlamentar de Inquérito, recolhe os primeiros depoimentos com as informações que vão chegar e, na terça seguinte, como propôs o Relator, como propôs o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu me comprometo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... nós faremos a apreciação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Randolfe, me desculpe... Presidente, me desculpe, só para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, só um minutinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não tem... É através das informações que vão convocar ou não, gente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se não tem informação...

Está bom.

Pois não, Presidente. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou querendo aqui deixar todo mundo falar à vontade...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... até porque nós estamos iniciando e tal. Eu não quero aqui dar uma de, porque eu estou presidindo, ser melhor do que ninguém, mas isso tudo dá para se ajeitar.

Eu não aceito, como Presidente, que nenhum pedido de informação pertinente dos Senadores não seja votado. Quem não quiser dar informação – o órgão – que vá à Justiça, e a Justiça que diga. Agora, aqui na CPI, todos os pedidos de informações dos Senadores serão apreciados e votados – apreciados e votados. Se alguém estiver contra, justifica. "Ah, eu quero saber quanto se gastou no Município do interior da Paraíba". É um direito que o Senador tem de pedir ou não, se ele tiver alguma coisa que falaram para ele que houve lá.

Vejam bem. É só pedir para sistematizar, mas nem para isso há compreensão de se esperar dois dias para sistematizar! Já que V. Exas. querem apreciar, eu não tenho como... Entrando um requerimento atrás do outro no sistema, vindos de todos os gabinetes, eu não tenho como ser... Eu não sou o The Flash para pegá-los e colocá-los para votar aqui. Só foi isso que eu pedi, Senador Izalci. Eu não estou me negando a votar requerimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O meu entendimento é que nós vamos votar todos os requerimentos.

Eu, se for por voto de desempate, votarei a favor de qualquer informação que vocês queiram.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa. me permite uma ponderação, Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, o Senador Humberto, no remoto, está solicitando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A ponderação que faço a V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, o Senador Humberto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

Depois, o Senador Humberto Costa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – V. Exa. faz uma ponderação absolutamente coerente com a condução dos trabalhos: é preciso sistematizar.

O que o Senador Ciro propôs aqui foi que nós aprovássemos aqui aqueles que virão na semana que vem para dar depoimento a esta CPI. Acho que nisso nós estamos de acordo.

Agora, com relação aos requerimentos de informação, eu tenho sete requerimentos de informação que estão aqui, todos dentro do objeto da CPI. Então, quando se sistematizar, que se votassem todos conjuntamente, e que não se votasse fatiado hoje, porque o Relator apresenta alguns aqui, dos quais um ou outro pode ter... Eu acho que informação... É aquilo que já foi dito: não há por que temer pedido de informação. Então, a proposta que faço, na linha do que V. Exa. mencionou, é que: sistematize todos, inclusive os do Relator, e votaremos todos juntos. Pode ser na próxima semana ou quando V. Exa. pautar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um minutinho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, depois, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Humberto Costa, que está remotamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Queria me inscrever, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa. (Pausa.)

Abram o som do Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu primeiramente gostaria de pedir a V. Exa. e ao Secretário da Mesa, a quem fosse, que tivesse condições de acompanhar as demandas de quem está no remoto. Senão, nós vamos ter membros de primeira e de segunda classe dentro da CPI: quem está presente fala, quem não está presente não fala. Essa é uma questão relevante.

A segunda coisa que eu considero, pelo menos no caso específico de Manaus... Não quero dizer que haja qualquer irregularidade praticada pela prefeitura, porém há uma questão concreta: na crise que se desenvolveu em Manaus, as UPAs, por exemplo, foram espaços onde aconteceram intubações e, em alguns casos, até intubações. Portanto, a demanda de oxigênio, por exemplo, é algo que também entraria na responsabilidade municipal em qualquer outro lugar. Por isso, eu quero colocar que concordo com o requerimento apresentado pelo Senador Renan, em que se deve incluir também a prefeitura. Obviamente que, se a prefeitura considerar que não é de sua responsabilidade, ela vai responder e dizer: "Olha, isso não foi da minha alçada". Porém, por conta dessas questões que eu estou dizendo, até Unidade de Saúde da Família foi usada para atendimento emergencial, e não foi só em Manaus, foi em muitos lugares. Então, a própria informação da prefeitura deve ser: "Eu demandei para o Governo do Estado, e não recebi. Eu demandei para o Ministério da Saúde, e não recebi". Ou, então: "Eu cumpri a minha responsabilidade de fazer". Então, eu queria fazer essa colocação.

Eu sou favorável a que nós possamos fazer os pedidos de informação no maior volume possível para todos e tal. Agora, eu acho que é importante fazer uma seleção, porque nós sabemos que aqui há uma discussão política de como nós devemos encarar o objetivo central da CPI, que é para garantir a investigação sobre a postura do Governo, e outras tentativas que existem de tentar desviar esse foco. Então, eu acho que é importante não aprovar caso por caso como a gente tem feito em todas as CPIs.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu posso falar, Sr. Presidente, agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oh, Senador Humberto, V. Exa. está remotamente, e as pessoas estão aqui. Eu disse que, primeiro, iria falar um e o senhoralaria depois.

Agora, o senhor quer conhecer mais sobre o funcionamento de saúde do meu Estado, aí já é demais! As UPAs não têm... A atenção básica que a Prefeitura de Manaus tem não tem utilização de oxigênio, a não ser no Samu, no transporte de pacientes que é feito pela prefeitura. Nas Unidades



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Básicas de Saúde, não era utilizado; elas o utilizavam principalmente nos hospitais de referência. Então... Mas vamos fazer um ofício para a prefeitura, e, daqui a cinco, dez dias, ela responde dizendo que não tem nada a ver. Aí, depois, vocês fazem para o Estado. Eu só quis, aqui, cortar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nada impede de fazer para os dois...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, nada impede, mas tudo bem! Eu só quis, aqui, botar para ter celeridade na informação, mas, já que querem mandar, vamos mandar só para a prefeitura... Não! Só vou mandar para Manaus só!

Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o que eu tenho a propor, o que eu gostaria de falar com o senhor e com os membros desta casa é que não existe a menor tentativa de nós impedirmos qualquer tipo de andamento da CPI. O que nós queremos... Porque, senão, eu vou ter que recorrer ao Regimento, Senador, que talvez tenha sido até produzido pelo senhor – foi o senhor que redigiu esse Regimento –, ao art. 108, que impede até a votação desses seus requerimentos, porque eles não estavam no sistema 48 horas antes.

O que eu quero é que sejam votados todos os requerimentos em bloco. O que o senhor quiser destacar para que seja votado separadamente, tudo bem, não tem o menor problema! O senhor destaca, e nós votaremos separadamente. Mas eu não vejo problema nenhum para esta Casa os Senadores terem acesso às informações.

Então, nós votaremos em bloco e, caso o Relator deseje que algum requerimento seja votado em separado, nós votamos. Vamos fazer isso, Sr. Presidente?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, rapidamente aqui para complementar o colega Ciro Nogueira, eu queria, por favor, aqui, apoiá-lo, porque informação... Como colocou o Senador Renan Calheiros – e eu concordo com ele –, temos que apurar toda a verdade, e não apenas uma parte da verdade. Então, informação, gente, isso é uma coisa tão básica, Senador Eduardo Braga. Requerimento de informação, eu acho que não tinha que ter travamento para isso. Poxa, vamos aprovar, aprova-se o que o Senador Renan quer, todos; aprova-se o que o Senador Eduardo Braga quer, o Senador Izalci, o que eu... Sabe? É para dar celeridade. É para dar celeridade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Desde que dentro do fato determinado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro, dentro do fato determinado. O Senador Randolfe...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vamos dispersar o foco, não é bom...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, o Senador Randolfe acabou de falar uma coisa aqui, ele disse: olha, vamos aprovar o que o Relator colocou, porque está relacionado com a semana que vem, com os trabalhos da semana que vem, só que essas informações demoram. Essas informações demoram, talvez não cheguem a tempo para ajudar nos trabalhos da semana que vem. Então, vamos aprovar as dos trabalhos da semana que vem e já as outras, porque, senão, vai travar. Só isso. É trabalhar em... Vamos aprovar em bloco, resolve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vai travar, nada vai deter esta Comissão de fazer...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Omar, me perdoe: existe uma clara maioria aqui das pessoas que querem aprovar isso. Até agora só o Relator é que está com uma posição divergente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro Nogueira, enquanto V. Exas. estão falando, eu já mandei sistematizar aqui pelo menos os requerimentos de pedido de informação.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Pronto, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Certo? Inclusive os feitos pelos Senadores e os outros, e aí a gente vai agora passar o dia todo aqui discutindo um a um. Porque eu pedi para fazer um trabalho...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, uma questão de encaminhamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho. Eu não tenho pressa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma questão de encaminhamento depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou aqui para a gente fazer a CPI, só não dá é para querer dizer que um pedido de informação é mais importante do que o outro. Para mim, o Senador que faz um pedido de informação é tão importante como qualquer um de nós, ninguém é maior do que a CPI aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem o Presidente é maior do que a CPI, nem o Vice-Presidente é maior do que a CPI, nem o Relator é maior do que a CPI. A CPI é maior do que todos nós aqui, e a pandemia é muito mais importante do que essa discussão que nós estamos travando aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho. Só um minutinho, Senador Rogério.

Nós vamos votar os requerimentos de informações, correto? Em relação ao Fabio Wajngarten e à Pfizer, nós iremos votar terça-feira a convocação dele aqui em Plenário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu tenho uma sugestão de encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou colocar em votação primeiro.

Em votação o requerimento de informações que o Senador Renan Calheiros leu aqui e também os convocados para, a partir de terça, quarta e quinta-feira, serem ouvidos. Na terça-feira será ouvido o ex-Ministro Mandetta, o ex-Ministro Teich; na quarta-feira, o Ministro Pazuello; e na quinta-feira, o Ministro Queiroga e o Presidente da Anvisa.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. Estão aprovados os pedidos de informações.

Agora, estou aguardando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu pedi uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora uma questão de ordem para V. Exa., Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria sugerir como encaminhamento que os demais requerimentos de informações fossem apreciados na próxima... Como é reunião administrativa, na próxima terça-feira, e já haveria tempo regimental... Tempo suficiente para o processamento, e aí nós deliberaríamos sobre os requerimentos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu estou confiando na sua palavra, Presidente. O senhor disse que colocaria hoje.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou mandando sistematizar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, eu estou mandando sistematizar, e vamos votar. Quem quiser votar contra o pedido, que vote. É o normal.

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Eu tenho requerimentos que não são pedidos de informação, mas são...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

Sr. Presidente, são requerimentos de convite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não serão apreciados hoje, Senador Luis; só na semana que vem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só na semana que vem, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, eu quero... Se for na semana que vem, não tem problema, só que eu não quero que se deixe esse espaço, porque são pessoas importantes pelo fato determinado, é sobre tratamento precoce. Eu quero que essas pessoas venham aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... para que nós possamos deliberar. O.k.? Sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, nessa questão de convites e convocações, nós decidimos – já está aprovado por este Plenário –, na semana, terça, quarta e quinta. Certo? Então, a semana tem sete dias; nós vamos ficar três. E tem as reuniões ainda administrativas, que nós temos que fazer. Então, essas três são...

O Senador Líder Alessandro, com a palavra, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De certa forma, o senhor já encaminhou a questão que eu ia apresentar, mas só recorde aos colegas e a V. Exa., em especial, que essa questão toda, esse debate se prolongou desnecessariamente, porque V. Exa. já tinha apresentado a decisão, no sentido em que os requerimentos que já estavam acordados sejam apreciados, e os demais serão apreciados na próxima reunião, na terça-feira.

Há de se seguir uma ordem lógica mínima nos trabalhos. Não há como um requerimento de um Senador deixar de ser apreciado; é claro que ele será apreciado, é claro que ele será votado.

Então, é um pedido, é um apelo que eu faço a todos os colegas, para que a gente tente ter o foco mais claro e faça essa tramitação de uma forma tranquila. Não há como, repito, o requerimento de um Senador da República, do nosso Senador da República ser apresentado e não ser apreciado – é claro que serão apreciados.

Então, que a gente possa ter um encaminhamento e o andamento dos trabalhos mais produtivo, já parabenizando pelo início, que promete uma semana, a próxima semana de muito trabalho e de muitas informações relevantes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu vou suspender a reunião por meia hora, enquanto sistematizamos. Depois, vamos ver requerimento por requerimento. Pode ser?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só a título de informação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os requerimentos de informação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu fiz uma proposta de encaminhamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, são muitos requerimentos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu fiz uma proposta de encaminhamento e quero colocar para apreciação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Inclusive, tem que ver se o senhor vai apreciar também os que vieram diretamente do Palácio do Planalto, que a imprensa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está divulgando hoje. Nós não podemos votar requerimento para tirar o foco da investigação que nós estamos fazendo. O Brasil não vai perdoar nenhum dos senhores que está fazendo isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o foco da CPI não pode ser aquele que é dado pelo Relator. Os dois requerimentos de CPI, Sr. Presidente, foram subscritos pelos Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Marcos, também não pode ser o que veio do Palácio do Planalto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator deve respeitar o Senado Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Houve 20 requerimentos feitos no Palácio do Planalto

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta CPI não pode ser a CPI do ódio, Sr. Presidente, do direcionamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Houve 20 requerimentos feitos no Palácio do Planalto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com todo o respeito, a direção dos trabalhos desta CPI está a cargo de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Há 20 requerimentos feitos no Palácio do Planalto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Votar também os que vieram do Palácio, essa é a proposta?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, é bom respeitar o direito de cada Senador falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas é uma pergunta. Nós...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É uma pergunta: vamos votar os 20 vieram do Palácio do Planalto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós vamos votar os que vieram do Palácio também?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Vamos votar se foi assinado por um Senador, Senador Renan.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os que foram feitos pelo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor não vai impedir de votar nenhum requerimento, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, vamos votar tudo, mas vamos votar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não contem comigo para votar favoravelmente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu sei quais são os requerimentos que o senhor não quer, Senador.

(Soa a campainha.)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Vote contrário.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador Omar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu respeito muito o senhor, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É rápido. Só a título de informação, são quantos requerimentos de informação, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem mais de 300 requerimentos aqui, entre informações, convites, convocações e outras coisas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k. Obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Inclusive, vários que vieram do Planalto diretamente com a assinatura da pessoa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não sei qual é o medo que o Relator tem das informações que virão a partir dos requerimentos! Qual é o medo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Medo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, V. Exa. está apresentando um medo absurdo aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Talvez o medo seja de quem quer o obstruir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A não ser que V. Exa. considere os Senadores dessa bancada menores do que V. Exa., porque o requerimento que eu apresento ou que outro Senador apresenta tem o mesmo peso que o de V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que eu sei, pelo tempo que estou na Casa, é que essa coisa de tropa de choque, de pegar Senadores novos, com carinha de novos, para vir aqui defender coisa indefensável do Governo... Isso não vai passar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Afaste o seu ódio, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vai passar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Afaste seu ódio, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vai passar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acalme-se, Senador, respire!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tropa de choque... Eu nunca vi tropa de choque recorrer ao Supremo Tribunal Federal! Tropa de choque é tropa de choque. Recorrer ao Supremo?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, posso fazer uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço aos senhores...

A Senadora Leila, não.

Só um minutinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma questão de encaminhamento feita pelo Senador Rogério e eu queria submetê-la à apreciação deste Plenário. Após apreciar o questionamento, aí, sim, eu vou pedir um tempo. Caso a questão dele não seja aprovada...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Omar, só um segundo.

Foi feito um encaminhamento, e eu só não levei em conta a questão do Regimento, que impedia a votação dos requerimentos do Senador Renan, confiando na palavra que o senhor me deu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim, sim, sim, sim.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu confio na sua palavra, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas a minha palavra vai ser mantida!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ser mantida. Vai ser mantida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, a Senadora Leila fez uma questão de ordem. Depois que a Senadora falar, eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que aconteceu foi o seguinte, Senador Eduardo. Tenho aqui vários pedidos de informações. Eu, pessoalmente, só pedi um tempo, estou pedindo para a gente suspender por meia hora a sessão até sistematizar, para a gente analisar os pedidos de informações e submetê-los a votação. Eu não vejo dificuldade nisso, nenhuma dificuldade nisso. Aliás, por que vamos só pedir informações de um lado e não do outro que as pessoas querem? Então, não, nós vamos dar transparência a tudo.

E o Senador Renan e o Senador Randolfe também concordam, até porque tem um monte de pedidos do Senador Randolfe aqui, de informação, são vários! Tem do Senador Eduardo Braga, tem de outros Senadores aqui. Então, não vejo... Mas a prioridade agora é a semana que vem, os que nós vamos ouvir na semana que vem.

Para essas informações, nós vamos dar um prazo. O prazo de encaminhamento à Secretaria da Mesa do pedido de informações do Senador Renan é de 5 dias úteis para responder à CPI.

A reunião está suspensa por meia hora.

(Suspensa às 10 horas e 44 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 21 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a nossa reunião da CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra ao Líder do MDB, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro cumprimentar V. Exa. porque creio que, prudentemente, V. Exa. suspendeu os trabalhos para que nós pudéssemos, junto aos membros da CPI e aos membros a direção desta CPI – V. Exa., Senador Randolfe e Senador Renan Calheiros –, buscar o entendimento para que pudéssemos viabilizar a votação, no dia de hoje, de um número efetivamente creio que quase recorde de requerimentos que deram entrada numa importante CPI como é esta, que trata do enfrentamento à pandemia no meio da pandemia.

Portanto, eu gostaria de dizer, em nome do MDB, do nosso entendimento para que aprovássemos em bloco, Sr. Presidente, os requerimentos de pedido de informação como listados. E aí eu pergunto a V. Exa. se leio só os números dos requerimentos ou se V. Exa. o fará de acordo com a lista que está para que nós possamos votar, depois, obviamente, de ouvido o eminente Relator. Mas creio que encontramos um entendimento importante para avançarmos nos pedidos de informação e para darmos curso àquilo que o Brasil precisa, que são encaminhamentos para salvar vidas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, acho que já foi citado pelo nobre Líder Eduardo. Apenas parabenizar o bom senso da sua atitude no que diz respeito a esse acordo e pedir... Tenho o Requerimento nº 148, em que fiz um aditamento apenas para acrescentar alguns itens no pedido de informações. E eu gostaria que ele fosse votado também com esse aditamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Senador Omar Aziz, no mesmo caminho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... do Senador Ciro Nogueira, dois requerimentos que não estão nessa lista, que já entraram, estão no sistema desde hoje pela manhã: o Requerimento 158 e o Requerimento 156. Também apenas, nada mais, pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Vejam bem, o que eu falei aos Srs. Senadores é que está entrando no sistema toda hora e não dá para eu sistematizar. Isso foi sistematizado de manhã, bem cedo. Quando se entrou, às 9h, não estava ainda...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Só para esclarecer...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. só está fazendo um adendo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É o 139, desculpe-me. Eu falei 148. É o 139, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a questão do Senador Eduardo Girão, sem problema também, vamos colocar os dois pedidos de informação do Senador.

Eu vou passar a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros, para que leia o número, o autor e o tema, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quando chegar ao 139, eu passo a palavra para fazer o adendo ou posso ler diretamente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja com ele quais são os números.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Senador Ciro.

Está perfeito.

Requerimento do Senador Randolfe Rodrigues: requer que sejam encaminhados, pela Anvisa, cópia de todos os documentos e comunicações encaminhados ou recebidos a respeito do fornecimento, pelo Ministério da Saúde, de máscaras inapropriadas para uso em estabelecimento de saúde.

Requerimento...

Porque aqui tem por ordem de Senador.

Requer a prestação de informações e a remessa de documentos por diversos órgãos e entidades acerca da produção e distribuição de cloroquina e do tratamento precoce, Senador Randolfe Rodrigues.

Requerimento de informações à Anvisa sobre medicamentos, laboratórios e fabricantes, do Senador Marcos Rogério.

Requerimento que pede a remessa, pela Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis, de cópias das atas de reunião, resoluções e decisões decorrentes do cumprimento à Portaria SVS nº 28, de 2 de setembro de 2020, Senador Randolfe Rodrigues.

Requerimento que requer ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República cópia de todos os atos normativos editados pelo Governo Federal, com a finalidade de regulamentar a Lei 13.979, de 20...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só os números, porque vai ser divulgado tudo isso aí. V. Exa. vai ler...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Distribui cópia de todos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só os números, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o Relator lê... Não, autor e número. Acho que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o autor e o número.

E aí vai ser distribuído para todos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ser colocado à disposição de todos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O Senador Renan Calheiros requer... *(Pausa.)*

Requerimento 283, do Senador Renan Calheiros; 308, do Senador Alessandro Vieira; 37, do Senador Randolfe Rodrigues; nº 7, do Senador Randolfe Rodrigues; nº 8, também do Senador Randolfe; nº 29, do Senador Randolfe; o 35 – não tenho aqui em mãos o nome o Senador –, que requer a prestação de informações e a remessa de documento por diversos órgãos e entidades à Conitec; o 59, do Senador Alessandro Vieira à Consultoria do Senado Federal; do 105, do Senador Angelo Coronel; do 143, do Senador Ciro Nogueira; do 17, do Senador Randolfe Rodrigues; do 174, do Senador Alessandro Vieira; do 267, do Senador Renan Calheiros; do 57, do Senador Alessandro Vieira; do 101, do Senador Eduardo Girão; do 9, do Senador Randolfe Rodrigues; do 154, do Senador Marcos Rogério; do 194, do Senador Marcos Rogério; do 139, do Senador Ciro Nogueira; do 157, do Senador Randolfe Rodrigues; do 34, do Senador Randolfe Rodrigues; do 104, do Senador Angelo Coronel; do 35, também...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador, 35 tem vários já na relação. V. Exa. já leu três vezes, mas deve ser o mesmo requerimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu também não tenho o nome do Senador.

Do 58, que requer diversas informações, do Senador Alessandro Vieira; do 307, do Senador Alessandro Vieira. Aí lá vem: do 18, do Senador Randolfe Rodrigues; do 58, do Senador Alessandro; do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

278, do Senador Renan; o nº 1, do Senador Randolfe; o nº 2, do Senador Randolfe; o nº 3, do Senador Randolfe; o nº 5, do Senador Randolfe; o nº 10, do Senador Randolfe Rodrigues; o nº 13, do Senador Randolfe Rodrigues; 14, do Senador Randolfe Rodrigues; 20, do Senador Randolfe Rodrigues; 21, do Senador Randolfe Rodrigues; 22, também do Senador Randolfe Rodrigues; 23, do Senador Randolfe Rodrigues; 24, do Senador Randolfe Rodrigues; 26, do Senador Randolfe; 27, do Senador Randolfe também; 28, do Senador Randolfe; 30, também do Senador Randolfe; 31, do Senador Randolfe Rodrigues; 33, do Senador Randolfe Rodrigues; 36, do Senador Randolfe Rodrigues; 38 também; 58, do Senador Alessandro Vieira; 98, do Senador Eduardo Girão; 153, do Senador Marcos Rogério; 158, do Senador Eduardo Girão; 193, do Senador Marcos Rogério; 279, do Senador Renan; 280, do Senador Renan; 282, do Senador Renan; 284 também; 285 também; 302, do Senador Alessandro; 281, do Senador Renan; nº 6, do Senador Randolfe; 19, do Senador Randolfe; 58, do Senador Alessandro; 35/2, do Senador Alessandro Vieira...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... 305/2; 306/2, do Senador Alessandro Vieira; 304/2, também do Senador Alessandro Vieira; 92, do Senador Eduardo Girão; 96, que requer o compartilhamento de informações, do Senador Girão; 90, do Senador Eduardo Girão; 94, do Senador Eduardo Girão; 25, do Senador Randolfe Rodrigues; 152, do Senador Marcos Rogério; 192, do Senador Marcos Rogério; 107, do Senador Angelo Coronel; 58, do Senador Alessandro Vieira; 82, do Senador Eduardo Girão; 140, do Senador Ciro Nogueira; 156, do Senador Eduardo Girão; 103, do Senador Eduardo Girão; 156, do Senador Eduardo Girão; 58, do Senador Alessandro Vieira; 303/2, do Senador Alessandro Vieira; 141, do Senador Ciro Nogueira; 138, do Senador Ciro Nogueira; 14, do Senador Randolfe Rodrigues; 58, do Senador Alessandro Vieira – alguns estão repetidos, como bem lembrou aqui o Senador Izalci...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o tempo de fazer, foi muito escasso para a gente fazer....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O 301 é do Senador Alessandro Vieira; 277, do Senador Renan; 12, do Senador Randolfe Rodrigues; 11, do Senador Randolfe Rodrigues; 58, do Senador Alessandro Vieira; 300, do Senador Alessandro Vieira; 137, do Senador Randolfe Rodrigues; 175, do Alessandro Vieira; 268, do Senador Renan; 269, também; 299, do Senador Alessandro Vieira; 142, do Senador Ciro Nogueira; 58, do Senador Alessandro Vieira; 81, do Senador Eduardo Girão; 298, do Senador Alessandro Vieira; e 292/2, do Senador Alessandro Vieira. Faltou o 141, do Senador Ciro Nogueira, com o devido aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem dois do Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cadê os dois do Senador, quais são os números?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O 82 e o 101.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi lido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Já foi lido?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi lido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os que aprovam os requerimentos de informação permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Há dois requerimentos, meu e do Humberto, que não foram lidos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minuto.

Estão aprovados esses requerimentos.

Por favor, o requerimento de informação do Senador Humberto Costa e do Senador Rogério Carvalho.

Veja os números, por favor. *(Pausa.)*

Senador Otto Alencar, da Bahia, assistindo à gente.

Um abraço, Senador Otto.

Senadora Soraya...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria, Sr. Presidente, antes da deliberação, fazer a retirada de dois requerimentos assinados por mim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, vamos votar primeiro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que pedem informações ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k. Pode pedir. Peça, Senador. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já? Já está pedido?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Retiro os dois que pedem informações ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só estão faltando votar os dois...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria... Eu estou aqui pedindo para verificar porque tem um requerimento de minha autoria, que é o de nº 340, que não está aqui na relação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar junto com o do Senador, para votar junto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É o 340.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento 340, do Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E os do Senador Rogério Carvalho e do Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E mais uma vez, Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. para retirar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para retirar dois requerimentos de informações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... os dois requerimentos de informação ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Renan vai passar o número, para retiramos de pauta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – O senhor falou que foi lido, mas não foi lido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Me dá só os números, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto, está aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Senador Eduardo Girão, os Requerimentos 82 e 101, que não foram lidos, também vou colocar junto com os outros, para a gente aprovar também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Omar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu quero parabenizar V. Exa. pela condução da sessão, agradecer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado, Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... ao Relator Renan Calheiros e também ao Vice-Presidente Randolfe, por esse entendimento. Eu acho que informação é a matéria-prima que todos temos para verificar se tem ou não indícios, se tem algum problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está certo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aprovação em conjunto, em bloco, é uma medida importante. Então, parabenizo V. Exa. e parabenizo o Relator.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que ficou demonstrado há pouco, Senador Izalci... A Senadora Leila não participou, nem o Senador Jorginho, mas o que ficou demonstrado claramente é que todos nós temos objetivos em comum em relação a tentar ajudar nessa questão da pandemia.

Divergências sempre haverá – não tem jeito, isso é política; há divergências de encaminhamento, de pensamento, o que é normal –, mas espero que sempre prevaleça o consenso aqui. Eu vou procurar sempre o consenso, para que não pareça – e é isso que nós não queremos – que as pessoas que estão nos vendo neste momento achem que aqui cada um quer tirar... Que é um cabo de força. Com isso, a postura do Senador Eduardo Braga, como Líder do MDB, do Senador Renan e do Senador Randolfe foi muito importante para a gente chegar nesse consenso.

Então, eu quero agradecer a compreensão e a ajuda que os senhores estão me dando para a gente presidir esta sessão.

Então, só estou aguardando os dois requerimentos, do Senador Rogério e do Senador Humberto Costa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estou passando aqui. Estou passando.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Os números, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, a gente encaminha à Secretaria. Pode ser?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Pode ser.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, pronto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Diga só os números.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Precisa dos números.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já protocolou... É que os números só saem depois.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, com relação àquela questão do Amazonas, eu acabei tomando a liberdade, Relator e amigo Renan Calheiros, de a gente fazer o ajuste para a Secretaria Estadual e Municipal, para que nós possamos... Eu pediria a V. Exa. que orientasse a Secretaria para ajustar o texto de acordo com a competência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Adendar ao requerimento do Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Opino favoravelmente,

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor. Só estão faltando dois requerimentos. Eu não creio que vocês tenham tantos requerimentos assim aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vai ficar para terça feira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, só um minutinho, só para aprovar o requerimento do Senador Eduardo Girão e o pedido do Senador Eduardo Braga, que ele já fez aqui. *(Pausa.)*

Então, estão aprovados os requerimentos por unanimidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a presença de todos.

Está convocada essa reunião para terça-feira, às 10h da manhã.

Tem a ata. Cadê a ata? Tem que aprovar a ata.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Terça-feira, às 10h, iremos ouvir o Ministro Mandetta. Logo em seguida, iremos ouvir o ex-Ministro Teich. O.k.?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na quarta-feira, o Ministro Pazuello...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na quarta-feira, o Ministro Pazuello; na quinta, o Presidente da Anvisa e o Ministro Queiroga.

(Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia quatro de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Jean Paul Prates e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Mara Gabrilli, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru e Lucas Barreto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Luiz Henrique Mandetta, em atendimento aos requerimentos 131/2021, 195/2021 e 271/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Depoimento do Sr. Nelson Teich. Oitiva do Nelson Teich, em atendimento aos requerimentos 130/2021, 201/2021 e 270/2021. **Resultado:** Oitiva adiada para 05.05.2021. **3ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 374 de 2021** que: "Requer seja solicitado ao Tribunal de Contas da União a disponibilização de servidoras para auxiliarem nos trabalhos desta CPI." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/05/04>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) - Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

Estão marcadas para a presente reunião as oitivas dos Srs. Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich.

Antes eu tenho um requerimento aqui da Mesa, que será útil para todos os Senadores da Comissão, que solicita ao Tribunal de Contas da União a disponibilização de duas servidoras para auxiliar nos trabalhos desta CPI.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) - Primeiro, eu gostaria de um esclarecimento sobre duas coisas. Eu espero que esta seja a última vez que a Comissão coloque requerimentos que não estejam na pauta 48 horas antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Eu não sou contra isso, mas que não aconteça porque está ferindo radicalmente o nosso Regimento.

E o segundo sobre o qual eu queria um esclarecimento: esse requerimento não está pedindo duas servidores; ele está identificando as servidoras. Eu queria saber o motivo pelo qual se chegou a esses nomes dessas servidoras. E eu soube até que essas servidoras já estão aqui na CPI, acompanhando os trabalhos. O correto seria nós pedimos ao Tribunal de Contas que cedesse dois servidores para auxiliar os trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Ciro, eu vou... Eu não sei quem são as servidoras, eu não sei se elas estão aqui, então não posso afirmar nada, da mesma forma como estou colocando aos senhores que, necessariamente, eu posso pedir qualquer pessoa para me auxiliar aqui sem depender de falar com ninguém, como V. Exa. pode também.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Perfeito, eu só gostaria de saber, Sr. Presidente, como se chegou aos nomes dessas servidoras.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou sendo aqui bastante democrático para a gente ter o trabalho, até porque se é uma servidora ou servidor, eu não conheço as pessoas. Estou sendo sincero com V. Exa. Não sei quem são.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas alguém sabe, não é, Sr. Presidente?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Pela ordem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para questão de ordem.) – Eu queria...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para questão de ordem.) – Eu queria aqui, por gentileza... Já conversei com o Senador Renan Calheiros antes de começar a sessão, analisei o plano de trabalho, que ainda não foi votado aqui nesta sessão, e eu gostaria de pedir, através desta questão de ordem, algo que eu considero justo, equilibrado para que esta Comissão possa ter mais credibilidade perante a sociedade.

Então, infelizmente, o plano de trabalho que eu protocolei aqui talvez não tenha chegado ao conhecimento do Senador Renan Calheiros, mas eu repito que já conversei com ele, e ele foi acessível ao pedido que eu vou fazer aqui, que é para que a gente tenha uma alternância. Ora se ouve alguém relativo ao Governo Federal, o.k., concordo plenamente, o nome que se quiser chamar, mas também a gente precisa ouvir órgãos importantes com relação ao outro requerimento. A gente não pode esquecer que são dois requerimentos que definiram esta CPI, o requerimento do Senador Randolfe e o meu requerimento, que foi aprovado, subscrito pela maioria dos Senadores desta Casa.

Então, eu queria ler a questão de ordem aqui, porque eu considero que nós vamos ter o apoio aqui dos colegas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, Sr. Senador Omar Aziz, apresento questão de ordem com fulcro no art. 403 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a decisão do Exmo. Presidente do Senado Federal de apensar os Requerimentos nºs 1.371 e 1.372/2021, o escopo desta CPI passou a ser a investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, entre outros ilícitos, valendo-se, para isso, de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública.

Sendo assim, extrai-se do teor do Requerimento nº 1.372/21 que o objeto da investigação deve ser também apurar fraudes na aplicação de recursos federais destinados ao combate à Covid-19 por parte de gestores estaduais e municipais.

Nesse sentido, destaco a Lei nº 1.579, de 1952, que dispõe que as CPIs poderão, abro aspas: "determinar diligências que reputarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar da administração pública direta, indireta ou fundacional informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença".

Entretanto, Sr. Presidente, a despeito do desejo dos 45 Senadores signatários do Requerimento nº 1.372, de 2021, não há, no plano de trabalho, até o momento, nada que se assegure a investigação de irregularidades na aplicação dos recursos federais pelos entes estaduais e municipais, conforme preconizado no requerimento que norteou a criação e instalação desta CPI.

Com efeito, destaco que, até o final do ano de 2020, a Polícia Federal – uma das entidades mais acreditadas pelo povo brasileiro – já havia realizado 61 operações policiais para apurar indícios de irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvios de recursos públicos. Essas investigações vão desde compras de máscaras e aventais, até aquisição de respiradores e contratos de hospitais de campanha para atender os pacientes com Covid-19, em contratos que movimentaram algo próximo a R\$2 bilhões.

Como resultado, Governadores e secretários de saúde foram afastados e, alguns, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conclua, por favor, Senador, que...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... tiveram a prisão autorizada pela Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, Senador, não dá para V. Exa. pedir uma questão de ordem e passar meia hora falando sobre a questão de ordem; não é a primeira vez. Que V. Exa. seja objetivo na sua questão de ordem! O que eu estou entendendo é que V. Exa. acha que nós estamos fazendo uma convocação ou um requerimento cirúrgico, esquecendo os Estados e Municípios e só tratando do Governo Federal. Não vai acontecer isso aqui, não, Senador. Quanto a todos aqueles que estiverem sujeitos à votação de requerimento, para se convidar, convocar, como testemunha, ou coisa parecida, ou pedido de informações, será aprovado por este Plenário; não é uma coisa minha, ou sua. Agora, V. Exa. me pega, no início da sessão, para fazer uma questão de ordem de meia hora? Aí, fica difícil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente, eu tenho cinco minutos para fazer a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já passaram, Senador. Eu estou lhe dando mais tempo ainda. Por isso que eu estou pedindo para V. Exa. concluir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente...

Presidente, para contraditar e para V. Exa. resolver.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Deixe, deixe-me concluir, Presidente; me dê mais dois minutos de tolerância, por favor.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só vou pedir aos Srs. Senadores e Senadoras que, para qualquer questão de ordem, vamos ser bastante sucintos, porque sabemos qual é... V. Exa. está fazendo uma explanação de que todos nós temos conhecimento aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O.k.

Ao seguirmos o plano de trabalho, tal como foi apresentado e ainda não votado, incorreremos em um desvirtuamento da relevante prerrogativa parlamentar de fiscalizar a Administração Pública, limitando indevidamente e mesmo impedindo a apuração das irregularidades que devem ser investigadas pela Comissão. Ora, Presidente, não cabe à CPI e, em especial, ao nobre Relator, por consequência lógica, se omitirem de investigar tudo aquilo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está sedimentado nos objetivos transcritos em ambos os requerimentos aprovados, em grave afronta ao que consagra o §3º do art. 58 da Constituição Federal.

Sr. Presidente, não se coaduna com os preceitos republicanos e com o respeito à tradição desta Casa, a mais antiga de nossas instituições, sobrepujar um legítimo instrumento de investigação parlamentar de forma enviesada, em clara afronta ao papel de controle do Legislativo. Sr. Presidente, para concluir, ao enveredar por esse caminho, o nobre Relator parece revelar a intenção de resguardar tais gestores, na linha da suspeição já arguida. Ora, trata-se de deliberada e inaceitável tentativa de se insurgir contra o desejo de uma maioria mais que qualificada do Senado Federal.

Diante do exposto, Sr. Presidente, e para não mais me alongar, peço para que V. Exa., em atenção aos ditames regimentais e constitucionais, atenda ao que foi estabelecido pelo Presidente do Senado, no sentido de que sejam preservados os objetivos dos dois, dos dois requerimentos!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Assim...

Só para concluir, por favor, colega...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Vá lá, colega!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
... meu irmão Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- V. Exa. tem todo o tempo do mundo!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Assim, seria chamado um convidado convocado relacionado a um requerimento e outro relacionado ao diverso, de forma a permitir que tenhamos o maior número de informações possíveis sobre os fatos a serem investigados, dentro do prazo regimental. Tal demanda ora formulada encontra embasamento, por analogia, no art. 94, §1º, do Regimento. Aí, eu não vou citar aqui, porque o tempo já foi.

Ademais, quero ressaltar que, em que pese termos enviado, desde a semana passada, ao gabinete do Relator, nossa sugestão de plano de trabalho, a qual engloba expressamente o conteúdo do meu requerimento, ou seja, a investigação de desvio de recursos públicos federais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinados para Estados e Municípios, o meu plano de trabalho foi completamente ignorado pelo Relator.

Diante disso, buscando uma justa adequação no formato desta CPI, venho suscitar a possibilidade de complementarmos o plano de trabalho apresentado pelo Relator – e repito, ainda não votado –, somando a esse trechos da minha sugestão, promovendo assim uma equiparidade no tratamento dos Requerimentos 1.371 e 1.372, fato que não se vislumbra até o momento.

Então, eu peço, Presidente, para que a gente tenha um equilíbrio nesta CPI, que seja algo realmente justo, independente. Eu peço ao senhor que possa acolher – eu já conversei com o Senador Renan Calheiros sobre isso –, para que a gente possa de alguma forma atender e fazer com que sejam alternados os depoimentos, para que venha toda a verdade, não apenas uma parte da verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Presidente, contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe e depois Senador Marcos Rogério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E Senadora Eliziane.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, a questão de ordem é para a gente começar os trabalhos.

Presidente, é em toda sessão, homem – em toda sessão. Parece que ficam embromando, empurrando com a barriga, atrasando o serviço. Estamos com depoente aqui esperando. O plano de trabalho está consagrado. Já houve várias comissões parlamentares de inquérito em que, em algumas, o plano de trabalho foi apresentado e votado, sim, sim; e outras em que não foram votados. Eu lhe dou uma lista.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– E outra coisa: é só ler.

Ciro...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone.*) – Cite uma. Estou pedindo para o senhor falar uma!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Ciro, Marcos, Girão, bora trabalhar, homens! Vamos trabalhar!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Eu queria que o senhor me citasse uma CPI em que não foi aprovado o plano de trabalho, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Calma! O Palácio do Planalto está tranquilo. Não precisa de o senhor ficar desesperado assim, não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Olha, eu não gostaria de viver para ver o dia de hoje, Senador, em que o senhor é contra votar um plano de trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Ciro, o Palácio do Planalto está tranquilo. Não precisa de você ficar desesperado em nome deles, não, homem!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Não estou desesperado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Fique tranquilo!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Desesperado está o senhor que parece que quer encobrir o desvio dos Governadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não, não! Eu sou oposição ao Governador do meu Estado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Mas não parece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Eu sou oposição ao Governador do meu Estado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Não parece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Eu sei que você está com a assessoria direta da Dra. Thaís, lá do Palácio do Planalto. A Dra. Thaís o deve estar assessorando diretamente. Está fazendo os seus requerimentos. As suas orientações estão vindo diretamente de lá. Mas tenha calma, porque esta CPI vai investigar. Ela vai conduzir o seu trabalho. Não adianta...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa, deixe-me falar o que o Senador Renan já falou anteriormente, o Senador Renan já falou: ô tropa de choque atrapalhada, homem! Vão para o Supremo Tribunal Federal para tentar obstruir toda vez. Parece que tem uma coisa pessoal contra o Relator. Toda vez! Tem uma paixão aí pelo Relator, homem. Toda vez ficam querendo questionar os trabalhos do Relator. Está no plano de trabalho aqui feito. Olha aqui: emprego de recursos federais. Só era ler, homem! Só era ler! Só era se dar ao trabalho de ler o plano de trabalho. Está aqui.

Então, Presidente, a minha questão de ordem é para a gente trabalhar. Já temos depoentes aqui. Vamos começar os depoimentos. Que V. Exa. indefira essa questão de ordem...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu gostaria de saber por que o senhor é contra votar o plano de trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Teve aqui um exercício de maioria. Eu sei que vocês não são acostumados. Democracia se faz com respeito à minoria, mas respeitando sobretudo a vontade da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, para concluir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Oito Sras. e Srs. Senadores votaram no Presidente Omar e na gente para ser Vice-Presidente. O Senador Omar designou o Relator. Agora vamos trabalhar. Toda vez ficam obstruindo; toda vez, embromando; toda vez, atrasando esta CPI. Homem, bora trabalhar!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, pela ordem. Eu fiz a questão de ordem aqui e Senador Randolfe fez as considerações dele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, com a palavra o Senador Marcos Rogério, pela inscrição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu gostaria também de falar, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois a Senadora Eliziane.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Depois sou eu, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, apresento a presente questão de ordem também para questionar o plano de trabalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O plano de trabalho, ao delimitar a extensão do escopo da investigação, acaba por restringir excessivamente a investigação a ser realizada quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados por ações de prevenção e combate à pandemia, ou seja, o plano de trabalho apresentado pelo Relator de forma monocrática, em descumprimento ao requerimento do Senador Girão, sem discussão e votação pela Comissão, é mais um plano de ataque do que um roteiro de investigação.

O plano de trabalho afirma que – aspas – "ouvimos os membros do colegiado e procuramos atender a todas as sugestões que chegaram ao nosso conhecimento" – fecha aspas. Contudo, Sr. Presidente, o plano de trabalho não foi discutido com os integrantes da CPI e sequer votado. As linhas gerais do plano de trabalho abordam a investigação a ser empreendida em relação às ações realizadas pelo Governo Federal: ações de enfrentamento à pandemia, com ênfase em vacinas e outras medidas para contenção do vírus; assistência farmacêutica, com ênfase em insumos para tratamento de enfermos; estruturas de combate à crise, com ênfase na atribuição de responsabilidade e competências; colapso da saúde no Estado do Amazonas; ações de prevenção e atenção à saúde indígena; e emprego de recursos federais, com esvaziamento da atuação desta CPI em relação à investigação quanto ao uso de verbas federais pelos entes federados – o que acaba por permitir que um órgão auxiliar do Legislativo, que é o TCU, tenha atribuição para fiscalizar a utilização das verbas federais pelos entes federados, ao tempo que veda que esta CPI, em estrita observância ao despacho do Presidente do Senado, venha perseguir semelhante objetivo.

O roteiro de trabalho não detalha a linha de ação da CPI para que seja possível investigar possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitação, superfaturamentos, desvios de recursos públicos, assinaturas de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, Sr. Presidente, que utilizaram recursos originários da União Federal.

No dia 03/05, Sr. Presidente, portanto no dia de ontem, o *site* da UOL repercute a informação de que – abre aspas – "o Senador Renan Calheiros (MDB-Alagoas), afirmou hoje que a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado não tem como objetivo investigar possíveis desvios de dinheiro nos Estados no contexto da pandemia da Covid-19" – fecha aspas. Na referida matéria, o Relator ainda declarou – abre aspas: "Acho que esta CPI não é uma CPI para investigar desvios de recursos" – fecha aspas. Ora, a seletividade é muito evidente, mas espero, com todo o respeito, que não prevaleça. Os que tanto quiseram CPI neste momento não podem pensar que farão uso dela para projetos pessoais ou de poder, selecionando a quem investigar. Aqui vale a regra: recebeu recurso federal? A CPI tem que investigar a todos, doa a quem doer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Sr. Presidente, indago a V. Exa.: o plano de trabalho vincula os requerimentos dos membros desta CPI?

É a presente questão de ordem.

Agradeço a V. Exa. por meu ouvir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Presidente, eu queria também me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

Se há alguém, Senador Marcos Rogério, que tem insistido na questão técnica de apurar fatos relacionados, seja onde for, seja Estado, Município... Eu tenho insistido muito nisso, tenho falado isso publicamente. Eu não sou proprietário da CPI, o Senador Randolfe não é, o Senador Renan não é. Quem decide, no final, sempre será o Plenário. E eu vou poder mostrar isso no decorrer do tempo. Acontece que nós mal começamos, a gente ia ouvir a primeira pessoa hoje, o ex-Ministro Mandetta. Nós nem ouvimos ainda.

Então, veja bem, a pedido do Senador Ciro, eu tenho que publicar... Só se houver um acordo para a gente votar o requerimento antes de 48 horas. E eu espero que a gente faça esses acordos até para dar celeridade.

No caso específico, não vamos colocar aqui Governo, Oposição. Eu sou uma pessoa muito transparente e quero colaborar com todos. Não dá para a gente fazer uma CPI e achar que a gente mandou bilhões e bilhões para os Estados e Municípios e que nada aconteceu lá. É obrigação nossa fazê-lo.

Agora, a prioridade que... A gente queria seguir a cronologia, por isso da chamada primeiro - o que foi consenso aqui - dos ministros que assumiram, chamar as pessoas responsáveis pela produção de vacina. Mas eu creio - viu, Senador Eduardo Girão? - que, com o tempo, tudo isso que nós estamos discutindo agora - são fatos que estejam relacionados à Covid - nós temos obrigação de fazer, seja em qualquer Estado, seja no meu Estado, no Estado de qualquer um dos senhores. Sem essa questão de que seja oposição, ou situação, ou perseguição. Eu acho que o objetivo de todos nós é vacinar todos os brasileiros.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Claro. Claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então vamos trabalhar em cima disso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas isso não está no plano.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso não está no plano de trabalho.

Eu queria só contraditar rapidamente o Senador Randolfe, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, olha...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... ele foi desrespeitoso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem foi desrespeitoso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ele foi desrespeitoso, falando que tem paixão por Relator. Isso aqui não é brincadeira, isso aqui a gente... A regra da boa convivência é o respeito, é o respeito. Eu quero o andamento desta CPI para investigar tudo e não apenas, como eu percebo, inclusive, pelo plano do trabalho aqui... Inclusive, estou distribuindo à imprensa o plano de trabalho do Senador Renan Calheiros, que ficou muito bom apenas para o Governo Federal, apenas focado no Governo Federal, acoplado ao plano de trabalho que foca também Estados e Municípios.

Se a gente aprovar os dois, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o Senador Randolfe, que sempre vai ao STF... O senhor sempre vai ao STF também. Eu acho que o senhor não pode criticar quem vai buscar o direito no STF, porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu gostei do "também".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é, pois é. Porque eu acho que a gente não pode ter esse tipo de dois pesos, duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos focar, Presidente. Vamos focar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar aqui: a leitura feita pelo Presidente Rodrigo Pacheco foi muito clara. Quando a pessoa... O seu pedido de CPI prevê



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados e Municípios. Quando ele diz... Quando ele recebe o documento do Supremo Tribunal Federal, ele coloca muito claro: relação a Estados e Municípios, todos os fatos correlatos a recurso do Covid. Está claro. Vai ter que haver investigação, até porque foi isso que foi aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Então, vamos alternar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, aí é uma outra coisa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Vamos alternar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, só um minutinho. O senhor me desculpa. É uma proposta sua de alternar; a minha proposta é seguir a cronologia da Covid. É outra coisa.

Que os Governadores, caso a gente tenha, com as informações que foram solicitadas pelos senhores... Nós não recebemos nem as informações dos Estados. Vamos aguardar. O senhor já recebeu? V. Exa. pediu informações de Estados e Municípios, há o requerimento do Senador Ciro Nogueira que pedia a Estados e a Municípios acima de 200 mil habitantes. O que nós votamos aqui primeiramente foram Estados e capitais. Vamos esperar pelo menos chegarem as informações para, depois, nos debruçarmos sobre as informações e, em casos concretos correlatos, faremos tudo isso que o senhor está dizendo, Senador Eduardo Girão. Eu não vou me furtar a fazê-lo. Não espere de mim outro procedimento, só que agora eu acho que nós temos uma cronologia a seguir. Espero que haja a compreensão de V. Exa. e que nos ajude a fazer essa investigação com toda a transparência, sem dizer essa questão de querer usar isso como palanque político para 2022.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, uma ponderação a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não farei isso.

Quem está inscrito agora é a Senadora Eliziane, pela ordem. Depois o Senador Izalci, V. Exa. e a Senadora Simone Tebet.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que o Ministro Mandetta está aí desde as 10h, e o senhor fica postergando a decisão.

Será que o Senador Eduardo Girão não sabe que qualquer requerimento tem de ser votado no Plenário da CPI? Ele apresenta o requerimento, e ele será aprovado ou não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É óbvio. Não pode ser alternância como ele quer. Ele apresenta o requerimento, que vai ser votado pelo Plenário, como foram votados os requerimentos de convocação e de informações. E cada um vota com a sua consciência. Não é por alternância, como V. Exa. quer; é votação no Plenário. Cada um vota com a sua consciência. Quer convocar fulano de tal, convoca. V. Exa. quer que se convoque, outro não quer; ganha a maioria. Isso é óbvio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Otto, já há vários requerimentos aprovados...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, mas vai ser colocado em votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos alternar?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não. Alternar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos lá, Presidente.

Presidente, V. Exa. me assegura a fala?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou assegurar a fala da Senadora Eliziane Gama, até porque existe uma questão que é importante: a participação das mulheres nesta CPI. Elas não são titulares nem suplentes, mas a importância delas nesta CPI será de uma grande ajuda.

Senador Girão, o senhor tem a minha palavra de que todos os comprometimentos de investigação, independentemente de quem quer que seja, serão feitos. Nós não começamos a ouvir nem a primeira pessoa, e já está criando caso em relação...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, não é só isso não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dê-me um tempo pelo menos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... o Ministro Pazuello já mandou comunicar que não pode vir, que está gripado. Eu recebi essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Ministro Pazuello vai chegar um comunicado aqui. Eu fui comunicado hoje de manhã. O Ministro Pazuello teve contado com dois coronéis auxiliares dele neste final de semana que estão com Covid. Segundo a informação que eu tenho, ele vai entrar em quarentena e não virá depor amanhã. Essa é a informação. Não é oficial, é extraoficial.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Já falaram com V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eles já conversaram comigo sobre isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É para postergar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só que eu disse que tem que mandar... Eu tenho de comunicar V. Exas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele anda sem máscara e não pode vir na CPI?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente Omar, só lembrando exatamente isto: que vai sem máscara para o *shopping* e não pode vir para a CPI.

Presidente, quero cumprimentar V. Exa. Na verdade, quero parabenizá-lo. V. Exa. tem tido uma postura de muita coerência, de muita firmeza e também de muita serenidade na condução dos trabalhos.

Cumprimento V. Exa., cumprimento o Senador Renan Calheiros pela sua postura, aliás, pelo plano de trabalho. Acho que nós precisamos focar aqui na política nacional. Nós temos o SUS (Sistema Único de Saúde), que tem que ser valorizado, que tem que ser prestigiado, e precisamos estar trabalhando nessa direção, até porque, ao final, os encaminhamentos... Independentemente de indiciamentos, nós também teremos os encaminhamentos com boas propostas para o Brasil.

Mas, Presidente, eu queria centrar aqui fundamentalmente na palavra de V. Exa. agora há pouco. Nós tivemos, desde o início dos trabalhos, e eu participei do primeiro dia aqui de sessão... De lá para cá, a gente viu a imprensa nacional sempre destacando exatamente a falta de um membro, de uma mulher aqui, no colégio, na Comissão. Eu queria fazer um pedido a V.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. de uma concessão. Nós tivemos a postura do Presidente Rodrigo Pacheco. Aliás, eu queria parabenizá-lo, primeiro, pela implantação da Liderança Feminina. Eu estou vendo aqui a nossa Líder Simone, que, aliás, trabalha com muita maestria a condução dessa Liderança. Ele fez a implantação dessa Liderança aprovando um projeto de lei de nossa autoria. E, nos trabalhos da Comissão que faz o acompanhamento da Covid, ele criou, teve uma iniciativa – só pedindo aqui aos colegas – muito importante, que foi, sempre no início dos trabalhos, dar um espaço, na verdade, para uma fala de um membro representante da Comissão.

O que é o meu pedido a V. Exa.? Eu estou vendo aqui a Simone Tebet, nossa Líder, a Soraya, a Leila – não sei se há mais outra mulher – e eu. Nós somos, então, hoje, quatro mulheres participando desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há a Senadora que está aqui, a Senadora Zenaide.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A Senadora Zenaide, minha querida Zenaide, na internet, no sistema do Zoom.

Presidente, e no melhor cenário aqui, nosso, por não sermos membros da CPI – no melhor cenário –, nós seremos o 18º integrante a inquirir na Comissão, porque a gente tem que esperar todos os membros titulares, que são 11, e depois os sete suplentes. Então, se a gente corre, chega aqui às 10h da manhã em ponto e faz a assinatura, a gente vai ser a 19ª a falar. Eu não estou pedindo aqui que haja um membro titular na Comissão; não é isso o meu pedido. O que eu quero pedir a V. Exa.? Que as mulheres tenham a oportunidade de se inscrever na lista ou de membro titular, ou de suplente. Eu acho que a gente, na verdade, vai ter a oportunidade de pelo menos inquirir.

Eu não estou aqui pedindo para votar; eu acho que aí já é de fato membro. Quem quiser votar contra vote, Senador Ciro, não há nenhum problema, V. Exa. tem todo o direito de votar contra.

Então, eu estou fazendo aqui um "pela ordem" ao Presidente da Comissão, pedindo que, se possível, possa colocar isso aqui em apreciação aos membros, para que a gente possa minimamente ter um pouco mais de oportunidade antecipada de inquirir. Senão, não há nenhum problema, Senador Ciro. Eu quero dizer que eu espero 18 Senadores, e eu serei a 19ª a falar, até porque eu cheguei aqui, nesta Comissão, às 10h da manhã, junto com os demais colegas. Eram 9h30 da manhã...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu cheguei às 9h30.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... fiz a minha... Cheguei antes de V. Exa. e vou me inscrever sem nenhum problema, a gente espera 18. A gente fala, mas a gente vai falar!

Mas eu queria que V. Exa. fizesse a apreciação do pedido.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só quero fazer um apelo. A Senadora Simone está inscrita. Eu só quero fazer um apelo: o convidado já está esperando aqui há um tempão. Eu acho que, amanhã, caso não venha o ex-Ministro Pazuello, eu vou pedir para o meu gabinete entrar em contato com o Ministro Teich para que nós fizéssemos com ele amanhã, e hoje só ouviríamos o Ministro Mandetta. Correto?

E amanhã, esses requerimentos que há para ser votados, Senador Ciro, conforme o acordo feito na semana passada por V. Exa., que pediu para a gente adiar para esta semana... E eu não publiquei porque eu achei que nós tínhamos entrado num acordo de que nós votaríamos aqui os outros requerimentos, correto?

V. Exa. fez esse apelo para mim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) - Não, é porque o colega Senador fez uma colocação aqui para mim, e acho que fui mal interpretada, até para esclarecer: o meu pedido é que a gente possa se inscrever. Eu não estou pedindo vaga cativa na Comissão, mas que a gente tenha oportunidade de se inscrever, entre suplentes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas qualquer Senador pode se inscrever aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, Presidente. Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... após os titulares e suplentes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Fora do microfone.*) - Poderia se inscrever uma representante da Liderança como se fosse uma titular.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Eu não concordo, Sr. Presidente. Isso aí não está no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas aí eu tenho que pedir, tenho que ter a anuência dos Senadores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente, a minha questão de ordem é um minuto, se V. Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Izalci estava na frente, Simone. Só um minutinho, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Presidente, se V. Exa. me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Só para tentar colaborar com a organização dos trabalhos, em reunião de oitiva só é permitida questão de ordem que trate da reunião. (*Fora do microfone.*)

São reuniões convocadas especificamente para ouvir determinada pessoa. Se a questão de ordem for sobre aquele fato... Era isso somente, Presidente, que eu gostaria de passar para V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é um minuto a minha questão aqui.

Foi feito o Requerimento 96, de 2021, que requeria o compartilhamento de informação com o Ministério Público do DF – aqui do Distrito Federal –, notadamente uma cópia integral da Operação Falso Negativo. Ocorre que o referido processo foi movimentado pela 12ª Vara Criminal Federal de Brasília, tendo em vista que os recursos públicos investigados têm natureza federal.

Então, eu queria pedir a V. Exa. se poderia já encaminhar o ofício também para a 12ª Vara. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. É só a mudança de vara.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Passou da hora de chamarmos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria, antes de mais nada, de agradecer a V. Exa. pela deferência que fez à Bancada Feminina. A Bancada Feminina foi questionada por parte da imprensa e também por membro desta Comissão da ausência presencial, embora estivéssemos virtualmente assistindo à implantação da CPI na semana passada, e eu venho neste momento dizer que a Bancada Feminina se faz presente, sim, nesta Comissão, mesmo sem direito a um assento. Por quê? Para, à luz dos fatos e apenas sob a luz dos fatos, buscar a verdade. Ou, como diriam no juramento num tribunal do júri: toda a verdade, nada mais que a verdade.

Os fatos desta CPI, Sr. Presidente, são sabidamente conhecidos e determinados – talvez esse seja o grande diferencial desta CPI – e, infelizmente, continuados. Não são fatos de luz, são fatos de escuridão, porque nós estamos diante da perda de mais de 400 mil vidas de irmãos e irmãs brasileiras – vidas interrompidas, vidas paralisadas, vidas perdidas. Por isso, a Bancada Feminina, Sr. Presidente, não poderia se fazer ausente neste momento. O que nós queremos é, com toda a isenção... Porque somos uma bancada heterogênea; nós não somos oposição, nem situação, nós temos Senadoras que representam os mais diversos matizes ideológicos.

Então, eu quero dizer aos Srs. Senadores: não tenham medo da palavra e da fala de uma Senadora neste momento, nesta Comissão. Nós estaremos aqui porque nós queremos buscar a verdade, sob a luz dos fatos, buscar a luz da vida. Nós, que temos o dom de conceder esta mesma vida, estamos vendo mães e filhos perderem para esse coronavírus, para essa pandemia, prematuramente, o convívio e a vida de muitos familiares.

Então, é com esse espírito, Sr. Presidente, que a Bancada Feminina se apresenta neste momento. Estão aqui a Senadora Eliziane, a Senadora Soraya, a Senadora Leila, e Senadoras, as demais, estão no modo virtual, na defesa da vida. Não nos move, repito, nenhum outro sentimento, Sr. Presidente. Por isso é que nós queremos, independentemente do escopo do objeto desta CPI, que foi apresentado aqui na questão de ordem pelo Senador Girão – apenas para finalizar –, colocar um ponto que entendemos muito claro: o despacho do Presidente Pacheco, quando anexou o requerimento do Senador Girão, foi taxativo, e não poderia ser



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente, à luz do que já decidiu o Supremo Tribunal Federal e a própria Constituição Federal. Ele deixou muito claro aqui que a fiscalização dos recursos da União será feita independentemente de ser responsabilidade do Governo Federal ou dos demais entes, mas – mas, repito, mas – excluiu as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios na forma do Regimento, o que diz isso, o que diz a Constituição, o que diz o Supremo Tribunal Federal.

Por isso que eu entendo, Sr. Presidente, que essa discussão é infrutífera. Basta apresentar os requerimentos, e o Plenário, V. Exas. vão deliberar.

Não é porque o recurso é federal, foi repassado para Estados e houve malversação do dinheiro público que ele pode ou deve ser investigado por esta Comissão – isso é uma atribuição, uma decisão, obviamente, colegiada do Plenário –, mas, única e exclusivamente, de acordo com a Constituição, se os recursos federais, quando repassados e mal utilizados, tiverem de alguma forma autoridade federal envolvida. Mas essa é uma questão que vai ser decidida pelos membros desta Comissão.

Da minha parte, eu só quero desejar a todos muita sabedoria. Que Deus possa iluminar o Relator e demais membros, porque nós precisamos passar deste tenebroso e longo período de lágrima e dor que a sociedade brasileira está vivendo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Simone.

Eu vou... Eu vou...

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – É apenas pela ordem, Sr. Presidente, para sugerir o encaminhamento na linha do que o Relator já sugeriu, no sentido de que as questões de ordem apresentadas que não tenham ligação com os atos desta reunião, que são oitivas, sejam recolhidas por V. Exa. e decididas oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. O.k. É isso que nós faremos amanhã.

Eu vou... O Requerimento 374, de 2021, que solicita ao Tribunal de Contas da União a disponibilização de duas servidoras para auxiliarem o trabalho da CPI.

Aqueles que concordam com a sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

3ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 374, DE 2021

Requer seja solicitado ao Tribunal de Contas da União a disponibilização de servidoras para auxiliarem nos trabalhos desta CPI.

Autoria: Senador Omar Aziz)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu convido o ex-Ministro Dr. Mandetta para que possa sentar-se aqui, à mesa. (*Pausa.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou estipular... Antes de eu falar com o Ministro sobre os termos do art. 203, nós faremos o seguinte: a proposta da Mesa é cinco minutos de pergunta, cinco de resposta, três de réplica e três de tréplica para os titulares.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão diferente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não! Pois não!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria tomar como base a nossa CPI da Fake News, que tem uma quantidade de integrantes muito maior – são mais de 60 –, e o Senador Angelo Coronel, o Presidente, adotou uma estratégia que, para um Comissão que tem 11 membros titulares e sete suplentes, eu acho que cabe muito bem, que era de definir um tempo: 15 minutos, em que se faria inquirição e resposta também. Sempre funcionou muito bem. Eu acho que cinco minutos, com tréplica, réplica, não seria o ideal. E, como V. Exa. tem a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que eu estou tentando é que a pessoa que está sendo aqui inquirida responda a você uma pergunta e você possa ter o direito de que a resposta seja objetiva, da forma como V. Exa. fez. O que acontece? Se V. Exa. fizer uma pergunta e a pessoa que está sendo inquirida aqui responder e a resposta não lhe satisfizer, você só vai falar lá no final.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, no caso lá se utilizava aquele tempo todo para que fossem feitas pergunta e resposta e, inclusive, podia ser feito assim. A minha preocupação é que cinco minutos é muito pouco para se fazer uma formulação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, V. Exa. me permite uma sugestão, um encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Veja, nós estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, a grande propriedade dos membros desta Comissão é inquirir as testemunhas e, eventualmente, algum investigado. Para inquirir, o método da inquirição – arguo aqui o depoimento, inclusive, de um delegado que esteve na CPI, que é o colega Alessandro Vieira – necessita de tempo para buscar a verdade da inquirição. Cinco minutos, de fato, Presidente, são totalmente insuficientes. Então, no escopo da questão de ordem apresentada pelo Senador Humberto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seriam 15 minutos entre o Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dialéticos? Seriam 15 minutos dialéticos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem, não há problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perguntando, respondendo; perguntando, respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A proposta que estou fazendo é de 16 minutos, acima de 15 inclusive, mas tudo bem, será dessa forma, sem problema nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu acho, inclusive, que nós podemos estabelecer 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso não tem... Não há nenhum tipo de discussão que a gente possa levar... Fica a proposta do Senador Humberto Costa: seriam 15 minutos de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acho que poderíamos estabelecer 20 minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, são 15.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Sem o tempo do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, o Relator não tem tempo, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Relator vai... Até porque, creio eu, quando tiver chegado no quarto ou quinto Senador, muitas das perguntas que o Senador está preparado para fazer já deverão ter sido respondidas. Sempre isso aconteceu, em qualquer lugar, até porque, como é fato determinado, não há muito como você fugir daquele fato.

Então, eu vou pedir ao Dr. Mandetta... Eu vou ler aqui, Dr. Mandetta... O senhor faz, sob a palavra de honra nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A partir deste momento, o senhor está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal. O nosso convidado é testemunha.

Eu vou passar a palavra ao Senador Renan Calheiros, para que ele possa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) - Eu queria fazer uma colocação a respeito do tema.

Eu acho que ao Ministro Mandetta poderia V. Exa. disponibilizar um tempo para que ele pudesse discorrer sobre o período em que esteve à frente do Ministério, mostrando desde o início, quando ele assumiu, até o fim, certamente, inclusive, mostrando a curva epidemiológica da doença nesse período. Depois o Relator formularia as perguntas que deseje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Otto, por mim, não vejo problema nenhum. Acho que tudo o que será perguntado ao ex-Ministro Mandetta é relacionado ao trabalho dele. O que ele vai responder depois será o que ele vai expor agora aqui, mas, se quiserem, eu dou o tempo, e, se ele achar por bem querer esse tempo, é diferente. Isso não é uma audiência pública, em que a pessoa vem aqui... Isso aqui é uma CPI. Ele não veio aqui... Mas eu dou, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Prorrogação quem decide é V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, tudo bem. Eu vou dar dez minutos.

Dez minutos é tempo suficiente para ele falar ou tem que ser mais? (*Pausa.*)

Então, eu darei ao ex-Ministro Mandetta dez minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vocês é que decidem.

Sr. Presidente, apenas para fazer uma...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Bom dia a todos e a todas, em tempo que cumprimento o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz, o Relator, Senador Renan Calheiros, e em vossos nomes cumprimento a todo o Senado da República. Por favor transmitam ao Presidente Senador Rodrigo Pacheco meu respeito à condução dos trabalhos desta Casa Legislativa.

Cumprimento a todas as Senadoras aqui presentes, Senadora Eliziane Gama, Leila Barros, e em especial as duas Senadoras por Mato Grosso do Sul, Senadora Simone Tebet e Senadora Soraya Thronicke. Por favor, transmitam a todas as Senadoras o meu respeito e a minha admiração pelo trabalho de todas.

Este episódio coronavírus é um episódio fulcral, Senador Ciro. Se o Eric Hobsbawm for escrever *O Breve Século XXI*, ele vai começar pela grande pandemia. O vírus se transformou num ataque global, mundial, e não há nenhum raciocínio individual que prevaleça sobre o raciocínio coletivo.

A minha presença no Ministério da Saúde remonta ao ano de 2019. No ano de 2019, nós encontrávamos um Ministério e várias ações acabaram se conspirando favoravelmente para soluções em 2020. Nós estávamos com o País com o retorno do sarampo e abrimos logo de cara um retorno pela vacina.

A vacina foi um instrumento de reinserção do Brasil nos fóruns multilaterais. A vacina foi como nós entramos na Organização Mundial da Saúde, foi como nós entramos na ONU e foi também a vacina a única pauta sugerida para o Brasil para a assembleia de 2020, em que a proposta brasileira seria a vacina como um patrimônio global da humanidade, um valor global, quase que vaticinando a discussão sobre futuras epidemias. Foi ali que nós demos os passos da atenção primária: Saúde na Hora, Médicos pelo Brasil, o Conecta SUS, que foi feito no início



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa gestão, para fins de construir uma conectividade numa rede completamente desprovida de conectividade.

Mas os dois fatos principais no mês de dezembro, que impactaram, foi que nós conseguimos, pela primeira vez, habilitar a totalidade de leitos de UTI que estavam pendentes no Ministério da Saúde. Foi a maior habilitação da história do SUS.

Nós zeramos o déficit de habilitação de 2019, 2018 e 2017. Naquele mesmo mês, nós entregamos a renovação da frota Samu com 40% de ambulâncias novas, já que ela não tinha sido renovada nos anos anteriores. Isso possibilitou que as unidades de CTI e urgência estivessem mais bem equipadas.

Nós fizemos o seguimento dessa epidemia por semanas epidemiológicas, a cronologia. E nessa cronologia, nós iniciamos uma série de ações de acompanhamento tempestivo dessa evolução, de antecipação à Organização Mundial da Saúde, da percepção da gravidade da epidemia, da mobilização dela do Ministério da Saúde – do ministério e com outros ministérios, interministeriais –, uma abordagem sistêmica e integral dessa pandemia. E logo no início dos meses, em dezembro, nós captávamos, pelo Ministério da Saúde, rumores de uma pneumonia atípica, sem nenhuma manifestação nem da Organização Mundial da Saúde nem da China.

O Brasil foi um dos primeiros países que... No dia 3 de janeiro de 2020, nós questionamos a Organização Mundial da Saúde a respeito desses rumores. Somente no dia 24 – em 24, não é? – de janeiro é que a Organização Mundial da Saúde faz a sua reunião para fazer a análise da informação da China, e a informação que tínhamos era muito primária. Nós tínhamos uma informação: trata-se de um vírus novo, da classe coronavírus, que faz uma pneumonia, que tem transmissão comunitária e tem transmissão entre humanos. Basicamente era essa a informação que nós tínhamos, era a pedra bruta.

A primeira reação da Organização Mundial da Saúde foi dar um alerta internacional nesse comitê dela de emergência e manter todos os voos da China, manter o funcionamento. A orientação era que nós tínhamos que simplesmente ficar vigilantes. Somente no dia 30 de janeiro é que a Organização Mundial da Saúde faz esse reconhecimento, e ela recomenda que o Regulamento Sanitário Internacional seja cumprido.

No dia 28 de janeiro, a gente faz a reunião do nosso primeiro escalão e coloca para ser diária a comunicação com as pessoas. Qual a razão de você comunicar diariamente? Nos princípios básicos da gestão de epidemias, a comunicação, o plano de transparência total de informações para se adquirir credibilidade, para evitar as *fake news*, para construir a primeira linha de defesa que ocorre exatamente dentro das famílias, ela é: organizar um plano de comunicação direto com a sociedade. Passamos a fazê-lo ainda no mês de janeiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Questionamos uma série de situações de como construir as soluções para esta pandemia, soluções que passaram por verificar legislação, competência de Estados, Municípios, a quarentena, o isolamento, a falta de legislação sobre quarentena – a última vez que isso tinha sido utilizado no Brasil foi em 1917, na gripe espanhola. Eu vim a esta Casa e, com o entendimento tanto da Câmara quanto do Senado, nós votamos a lei que garantiu a ambiência mínima de legislação para podermos fazer uma série de medidas que precisávamos fazer. Organizamos as posições e reforcei a questão de definir critérios de isolamento, restrição, obrigatoriedade de exames, isso tudo sendo competência do Legislativo; saúde indígena, em que foi feita a adoção de medidas não farmacológicas para os profissionais de saúde indígena – a Organização Mundial de Saúde só decreta a epidemia do coronavírus uma emergência de saúde pública de interesse internacional em 30 de janeiro –; o primeiro repasse mensal ao Previde Brasil; a abertura, o encaminhamento da pandemia via atenção primária, em 31 de janeiro; elaboramos o projeto de lei, trouxemos a esta Casa; fizemos o treinamento, através da Fiocruz, para fazer os exames de PCR-RT para todos os laboratórios centrais dos Estados. E o Brasil também fez, por minha determinação, a capacitação de todos os países da América do Sul e Central.

A Comissão Intergestores Tripartite, que reúne Estados, Municípios e Governo Federal, foi convocada especificamente para o coronavírus, para que eles construíssem os seus planos de contingência em cada Estado, e deliberamos que ela seria permanente. O SUS é um grande pacto federativo, é ali que se trabalham União, Estados e Municípios, por pactuações. A partir do momento em que eu a convoquei permanente, eu solicitei ao Conass e ao Conasems que viessem para o Ministério da Saúde. Talvez aquele momento tenha sido o momento em que o SUS estava mais uno, já que as pactuações eram feitas de maneira típica de situação de emergência.

Organizamos a operação de retorno de brasileiros que estavam em Wuhan, na China, com a organização de quarentena. Estreitei, procurei, provoquei reunião com o Embaixador da China, mesmo sabendo das dificuldades momentâneas – Presidente, se eu estiver exarando, eu paro no momento em que estiver falando, mas ainda estamos bem no começo –, o embaixador da China, quando presto solidariedade e encaminho carta para o ministro da saúde da China. Esse ministro da saúde da China se tornara, além de um ministro de Estado com quem eu me encontrava sistematicamente nas reuniões do Brics, ele se tornara uma pessoa com quem estreitei relações de amizade. E a China, nesse momento, havia fechado as exportações de todos os equipamentos de proteção individual, de todos os respiradores, deixando somente para consumo interno da China. E o Brasil, assim como o resto do mundo, concentrou as suas compras, tanto a parte pública quanto privada, nessa ótica, nessa lógica de economia da península asiática, onde 94% desses equipamentos de proteção individual são



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzidos. Há uma dependência, houve uma desindustrialização do mundo ocidental muito grande, que optou pela compra internacional. Nesse momento, não havia mercado.

Nessa reunião, também provocada pelo Brasil, eu me desloquei a Assunção e fizemos a reunião de ministros de saúde do Mercosul, em Assunção, com o ministro da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, quando fizemos todo o trato sobre o trânsito de fronteiras internacionais e decisão de nos comportarmos em bloco, articulados com os povos andinos.

Ainda, naquele momento, nas reuniões de primeiro escalão, as compras, os demais insumos, portaria de repasse de recursos para Estados e Municípios, campanhas de esclarecimento à população que deveriam ser feitas no âmbito do Ministério da Saúde, capacitação de agentes comunitários, o recebimento e o diálogo contínuo com todos os senhores – uma situação difícil de atender com a presteza que deveria um Ministro de Estado pela plethora de solicitações de Senadores a respeito da situação em seus respectivos Estados, mas, nessa época, no mês de fevereiro, janeiro e fevereiro, nós não tínhamos nenhum caso identificado de vírus no Brasil. Nós estávamos em estágio de vigilância, nós fazíamos os testes e os testes davam negativos para o coronavírus, basicamente era um adenovírus e, em alguns, o H1N1.

Também da reunião com o Embaixador do Japão sobre a crise do transatlântico submetido à quarentena, declaramos e caracterizamos que, em 11 de março, somente em 11 de março, dez dias após o Brasil ter questionado a Organização Mundial de Saúde sobre "estamos em pandemia?" – houve inclusive uma resposta do Presidente diretamente ao Brasil dizendo que não –, somente em 11 de março é que a Organização Mundial da Saúde decreta, reconhece uma pandemia, o vírus como pandemia, ou seja, ele estava presente em todos os continentes.

Ali, naquele momento, ficou claro que não estávamos frente a um vírus pesado, um vírus lento, como é característica dos vírus SARS, MERS, típicos daquela região, que eram vírus pesados, vírus que você, com um bloqueio, eliminava. Este não! A partir do momento em que é uma pandemia, é transmissão humana, é transmissão sustentada, está nos cinco continentes. Trata-se de um vírus leve, trata-se de um vírus competente para fazer a transmissão inter-humana na velocidade com que fez em todo o mundo.

Isso disparou uma corrida mundial de insumos e testes. O mercado teve um aumento assustador de preços, desaparecimento dos itens, países ricos bloquearam exportações, retiveram insumos, equipamentos necessários e parte dos editais de compra de equipamentos dando vazio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O grupo de trabalho com a CGU, órgão do ministério para a lisura dos processos de compra... A CGU foi a primeira a ser provocada. Na sequência mandei reuniões com o Supremo Tribunal Federal com a presença do Presidente do Senado, do Presidente da Câmara e todos os Ministros daquela Corte para dar ciência dos fatos; reunião com a Procuradoria-Geral da República e câmara técnica, com todos os promotores estaduais e federais que compuseram uma tomada de decisão conjunta com o ministério.

O Tribunal de Contas da União, na pessoa do Presidente José Múcio, fez uma reunião com todos os conselheiros e a designação de dois técnicos do TCU para acompanharem permanentemente as ações do Ministério da Saúde coordenadas entre os órgãos da República para o enfrentamento da pandemia.

O vírus é maior do que todas essas estruturas individualmente. Este vírus não ataca indivíduo; este vírus ataca a sociedade. E ele ataca o Legislativo, o Judiciário, o Executivo, o sistema de saúde, o sistema de educação. Todos esses pontos foram levantados para que nós tivéssemos união para podermos fazer um investimento.

Atenção básica sem material, sem máscara, sem equipamentos de proteção individual, impossibilitando a utilização do nosso exército de agentes comunitários de saúde, da nossa rede capilarizada em todo o País.

A iniciativa de se fazer por telemedicina, que não era normatizada, não era ainda legalizada, que fizemos por portaria e implantamos um programa para fazer o atendimento, a consulta médica, a prescrição e os atestados que fossem necessários.

Para os testes, testes rápidos, de difícil compra, ausentes, começamos a convocar, chamar toda a iniciativa privada. Os testes foram adquiridos pela Vale do Rio Doce dentro da China, por conjuntos bancários, e doados ao Brasil por essas empresas que se prestaram a fazer esse trabalho.

Nós preenchemos 5.811 vagas no Mais Médicos para médicos detentores de registro, CRM, em 1.920 Municípios. Organizamos o cadastro e cadastramos 4 mil médicos para dispor para a atenção básica.

Nós ultrapassamos 100 casos confirmados somente no dia 14 de março.

A reunião da PGR, a determinação urgente para que se verificasse e se redimensionasse, baseado no que aconteceu em Bergamo, na Itália, a rede de gás e oxigênio disponível e o seu redimensionamento para o enfrentamento em uso coletivo.

A determinação para uso o mais rápido possível da estratégia de telemedicina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alteração no rito de habilitação de CTI, universidades públicas e privadas de saúde, não fechamento dos cursos; o sexto ano de Medicina, para que ele iniciasse os seus trabalhos, por serem jovens, sob orientação de outros.

Suspensão de cirurgias eletivas; unidades hospitalares que deveriam fazer, todas, os seus planos de contingência.

E a coordenação pelas secretarias estaduais.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia, esclarecimento sobre a lista de medicamentos.

Passamos, no dia 16 de março, uma parcela única para o teto de média e alta complexidade de R\$424.154.750,00.

O Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo coronavírus em povos indígenas, feito em 16 de março.

Em 17 de março, o primeiro óbito no Brasil pelo novo coronavírus.

A reunião diária do gabinete de ministros em que participaram secretarias, assessores de ministros, diretorias de integridade.

Em 18 de março, a reunião do primeiro escalão em que nós introduzimos todo o ordenamento de atendimento para os pacientes brasileiros.

Habilitação de 2.540 leitos de UTI em 18 de março por 90 dias, com a necessidade de ampliação.

Ministério da Saúde e empresas produtoras de equipamentos médicos e similares para intensificar a produção de respiradores no Brasil. Aqui, Senador Humberto, aquelas firmas que tenho certeza de que eram típicas do começo dos anos 2000, que produziam respiradores, a Takaoka, antiga Takaoka, a Magnamed, todas elas muito pequenas e que tinham uma capacidade de produção de não mais de 800 respiradores até agosto. Nós chamamos Brastemp, Crysler, Fiat, Positivo, Flex, fizemos um *pool*, escalonamos a produção, e eles entregaram 15 mil respiradores até o mês de agosto.

Habilitação de mais de mais 2.500...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Mandetta, eu dei tempo suficiente... Eu, primeiro, acolhi um pedido do Senador... Eu era contra, está certo? E eu pensei que você ia fazer uma exposição... Até porque, como vai haver perguntas, e aí nas perguntas o senhor pode



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responder tudo isso. Mas já ultrapassa 20 minutos, e eu tinha dado 10 minutos, o senhor pediu mais um tempo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem prejuízo, porque nós vamos fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu acho que é sem prejuízo.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não tem problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque V. Exa. irá depois...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Eu já no início percebia que seria... Falei: vou falar até o limite que for razoável, e aqui tem outro espaço.

Quando eu questioneei a Comissão se podia ter colocado por semana epidemiológica, isso teria sido muito rápido. Fica uma sugestão: quem tiver explicações a dar possa fazer o recurso da parte audiovisual, porque fica muito mais fácil do que por escrito.

Enfim, para concluir, aqui nós temos essa narrativa por semana, que é como o Ministério da Saúde trabalha: semana epidemiológica – semana 1, 2, 3, 4... E, nessas semanas, todas elas têm pontos que impactaram diretamente a condução da epidemia. Então, elas estão todas aqui devidamente relatadas.

O que só me resta dizer foi a tomada de decisão em cima de três pilares: a defesa intransigente da vida, que foi o princípio número 1 – não haveria nenhuma vida que não fosse valorizada –; o SUS como meio para atingir; e a ciência como elemento de decisão. Esses foram os três pilares sobre os quais nós construímos o eixo de prevenção, de atenção, de testagem, de hospitalização e de monitoramento da doença. Eles estão todos aqui. Se houver algo a que eu possa me socorrer, eles estão todos aqui.

E eu fico à disposição dessa Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros, Relator da CPI da Pandemia.

Pois não, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Não, Presidente, só para... Eu já tinha me inscrito com V. Exa., mas só para V. Exa. também organizar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, Senador Randolfe, Senador Humberto Costa, Senador Eduardo Girão, Senador Ciro Nogueira, Senador Eduardo Braga, Senador Marcos Rogério, Senador Otto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Senadora Simone aqui está se inscrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá.

Dos titulares, quem está inscrito são essas pessoas.

Senador Tasso, como titular, vai fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Abre o som do Senador Tasso, por favor.

Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência.*) – Sim, eu me inscrevi, eu levantei a mão aqui pelo vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Então, é o seguinte: Senador Randolfe, depois Senador Tasso. O acordo feito aqui era: um presencial, um semipresencial. O.k.?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para eu entender: vão todos os titulares, depois todos os suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aí depois os não membros? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os não membros. É isso. Só que amanhã, Senadora Eliziane, a pedido seu e das Senadoras mulheres nós termos uma reunião para a gente ver como contempla a participação das senhoras.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com o nosso apoio, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o apoio de todos os Senadores aqui, é lógico. Uma discussão bem ampla, porque a participação de todos... Por mim podem vir os 81. Eu vou abrir a palavra para todos eles sem problema nenhum. Mas, no caso específico das senhoras mulheres, há consenso. O Senador Ciro, o pessoal que mais apoiou... Eu acho que é o partido que mais tem mulher na Câmara e mais mulher no partido dele aqui mesmo, no Senado. Não tem ninguém que tenha mais mulher do que o PP. Então, ele vai ser acuado pelas mulheres do partido dele.

Bom, Senador Randolfe... Desculpe, o Senador Renan; depois, o Senador Randolfe; aí, o Senador Tasso; e, depois, o Senador Humberto. O.k.?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito; Senadoras; Lideranças presentes; em primeiríssimo lugar, eu quero agradecer a presença, nesta Comissão, do Ministro Mandetta. Sua presença é muito importante, fundamental mesmo, para que a gente possa avançar nesse depoimento e, através dele, recolher informações, considerações, números, testemunhos. É exatamente tudo o que nós queremos no foco determinado da nossa investigação.

Esta é a nossa primeira reunião de oitiva, mas será uma semana muito importante, para que nós possamos dar os primeiros passos. Nós estamos tendo algumas dificuldades, hoje, novamente verificadas aqui, com enfrentamentos, tensões. Eu estou dizendo isso para, em meu nome, como Relator, fazer uma autocritica, pedir desculpas e dizer que, hoje, eu estou demonstrando – e serei assim, em todas as reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito – que eu não vou, de forma nenhuma, aceitar a provocação de amigos e de companheiros; eu, calado, estaria errado.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito não será nem do Governo, nem da oposição. Nós temos aqui um compromisso fundamental, que é a busca da verdade, esteja onde estiver. Qualquer meio que for necessário para que nós possamos acessar a verdade nós vamos ter que fazer, dentro do fato determinado, porque a Comissão pode tudo, absolutamente tudo, no limite da Constituição e no limite do despacho do Presidente do Senado Federal.

Então, Ministro Mandetta, o Brasil e o mundo nos acompanham, e nós precisamos saber, ao longo dessa investigação, se houve – por ações, ou por omissões, ou por negligências, ou por desídias, ou por incompetência – o que foi mesmo que nos levou a esse quadro dantesco de mais de 400 mil mortos, de milhões de infectados e de milhões também de sequelados. A sua presença, hoje, aqui, fundamentalmente objetiva que V. Sa. nos ajude nesse objetivo,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse propósito. E me permitam os Srs. Senadores e V. Sa., porque eu vou começar a fazer as perguntas.

Ministro Mandetta, durante a sua gestão, em 3 de fevereiro do ano passado, o Ministério da Saúde, devido à infecção pelo coronavírus, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), por meio da Portaria 188 e conforme o Decreto 7.616. Ficou, então, estabelecido o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública, o COE-Covid-19, como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional. Uma das competências do COE, como todos sabem, é a de articular-se com os gestores estaduais, distritais e municipais do SUS. Diante disso, pergunto a V. Sa.: como o Ministério da Saúde estabeleceu o diálogo com Governadores e Prefeitos?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Sr. Relator, o COE tem uma das funções angulares que é o monitoramento de todo o andar da epidemia e as sugestões. Toda pactuação é feita de maneira tripartite no SUS. Quando fiz a primeira tripartite, passei à permanente. Então, era através do Conselho Nacional de Secretários Estaduais, Conselho Nacional de Secretários Municipais e o Ministério da Saúde a deliberação contínua. Todos os dias, durante o mês de fevereiro, março, de segunda a segunda – somente um dia nós não trabalhamos, que foi a Sexta-Feira Santa –, das 7h30 da manhã às 9h30 da manhã, com a presença de todos os representantes do Estado, Municípios, TCU, etc., no Auditório Emílio Ribas, eram feitas todas essas pactuações. E, em qualquer momento que ocorresse a necessidade, eles estavam presentes dentro do Ministério da Saúde para deliberação. De uma maneira tripartite, eram todas as pactuações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que unidade do ministério ficou responsável por coordenar as esferas do SUS quanto à aquisição de bens e à contratação de serviços necessários para o enfrentamento da pandemia?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – O nosso sistema de governança organiza-se em secretarias especializadas de atenção primária, atenção especializada, atenção indígena, gestão do trabalho, e elas remetem à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, que então organiza todas as demandas, necessidades de abastecimento, sempre coordenadas pelo Ministro, com a presença do Secretário também, que eu esqueci, de Vigilância, que era o Wanderson Kleber de Oliveira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como funcionava essa coordenação durante o seu período à frente do Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – De maneira harmônica, com reuniões diárias; com tentativas de compra; frustrações por muitos processos deles se darem vazios; articulação



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional; o próprio fuso horário com a China, nós revezávamos o período noturno, nós trabalhávamos de 20h a 21h, cada dia um ficava para tentar argumentar com os chineses; além de esforços interministeriais. Ela funcionava de uma maneira muito harmônica e muito em consonância com o que nós deliberávamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Brasil é um país de dimensões continentais, composto por Municípios de grandes heterogeneidades sociais, econômicas, culturais e geográficas. Nesse contexto, a prestação de apoio técnico e a normatização realizadas pelo Ministério da Saúde, de acordo com as atribuições da Lei nº 8.080, a Lei Orgânica da Saúde, são elementos fundamentais de suporte às cidades, notadamente aquelas de menor porte e arrecadação também, que tantas vezes não possuem sequer técnicos capacitados para organizar adequadamente a prestação da atenção à saúde da população. Assim, nós fazemos alguns questionamentos, Sr. Ministro. Quais normas técnicas foram elaboradas em sua gestão para guiar os Municípios, no combate à Covid, uniformizando a atuação do Sistema Único de Saúde?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sr. Relator, seriam talvez as inúmeras que estão aqui. A função do Ministério da Saúde é antecipar, dialogar e antecipar, colaborar, dar suporte técnico, fazer as portarias de acordo com a necessidade do sistema de saúde e das deliberações desses Municípios que são muito frágeis.

Nós fizemos inúmeras portarias técnicas: o protocolo de atendimento, o protocolo de atendimento respiratório, a organização da unidade básica de saúde como porta de entrada, a telemedicina. São todas elas portarias, porque a telemedicina, ao mesmo tempo em que faz o registro, ela comunica à secretaria municipal, que dispara o monitoramento dos casos suspeito lá dentro do Município.

A portaria técnica sobre até sistema de sepultamento, isso tem que ser padronizado em Território nacional – é duro padronizar. Nem o luto esta doença nos dá o direito de tê-lo. Mas é feito dentro de parâmetros científicos, técnicos, com orientação técnica do Ministério da Saúde.

A questão de protocolos medicamentosos, portarias técnicas do Ministério da Saúde. Enfim, temos uma lista grande de portarias sobre testagem... E elas estão todas no *site* do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais manuais e protocolos de manejo de pacientes ou de caso suspeito de Covid foram editados de que o senhor se lembra na sua gestão?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nós editamos a portaria sobre fluxo de entrada dentro do sistema – de os pacientes fazerem a sua entrada pela atenção primária; fizemos o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fluxo de teleatendimento completo; fizemos o fluxo de todos os hospitais, de acordo com o plano dos Estados para que se separasse... Há uma confusão entre leitos de CTI existentes e colocar pacientes com Covid ao lado de pacientes que estão em leitos existentes: você contamina. Então, você precisa de leitos de CTI em separado para esses pacientes – também foi feita a orientação. A orientação sobre a metragem de todos esses CTIs, já que não se pode trabalhar com o conceito rígido de normas de CTI numa situação como essa. Foi feita a orientação de todo protocolo de exames de testagem de PCR. A própria compra dos *kits*, você faz a coleta nasal e oral. Isso tudo é feito dentro de técnicas; todas elas foram padronizadas.

Enfim, há um número quase que diário ou semanal: nós temos duas, três orientações técnicas para Estados e Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta mais direta, mas também uma oportunidade: a recomendação de que os pacientes deveriam procurar os serviços de saúde apenas quando apresentassem sintomas mais severos da Covid – como falta de ar, por exemplo –, dada em certo momento da sua presença no ministério, o senhor considera hoje que foi adequada?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Isso não é verdade, Senador.

Nós estávamos no mês de janeiro, no mês de fevereiro, e não havia um caso registrado dentro do País. O que havia naquele momento eram pessoas em sensação de insegurança, de pânico, porque viam, no mundo inteiro, situações, a televisão passando hospitais sendo construídos na China, a própria Itália com o seu *lockdown*. E as pessoas procuravam hospitais no intuito de fazer testes. Naquilo, 99,9999% dos casos eram de outros vírus e 0,0001% era indefinido. Nós só fizemos transmissão comunitária depois do dia 24 de março. Num momento de virose... Para viroses, a orientação sempre foi que você observe a virose, que você não vá imediatamente para o hospital, porque aglomera. E, se você tiver lá, sim, um paciente positivo, ele vai contaminar na sala de espera.

Eu tenho visto essa máxima ser repetida e eu tenho percebido que é mais uma guerra de narrativa. Todas as orientações são para dar entrada pelo sistema de saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tendo em vista o que estabelece o art. 16 da Lei Orgânica da Saúde, o ministério elaborou um plano estratégico detalhado para viabilização de medidas de gestão e de assistência farmacêutica previstas no Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus? Em caso positivo, em que momento da pandemia?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – A data precisa, Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não precisa, mas uma referência.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nós iniciamos os protocolos a partir do momento em que nós tivemos o primeiro caso positivo no Brasil – foi no dia 26 de fevereiro, na Quarta-Feira de Cinzas. Depois disso, nós ficamos fazendo casos pontuais. Somente em 24 de... Somente em março é que nós falamos: temos transmissão sustentada, ou seja, temos uma situação de pandemia.

As orientações foram feitas em algum momento nessa data, mas muito claras, muito específicas e todas elas no *site* do ministério, todas elas para consulta pública e todas elas verbalizadas diariamente por mim, porque, em situação de pandemia, você cria muitas falsas versões. Nós combatíamos naquela época, por exemplo, a teoria de que: "Olhe, cidades quentes, tropicais não vão ter problema". Eu me lembro dessa teoria, ela era uma cantilena. Eu alertava Manaus, tinha uma preocupação com Cuiabá: "Olha, não. Cuidado! Não acreditem, se preparem". Nós tínhamos a teoria de isolamento vertical: "Olhe, isole só os idosos". Não era verdade, a gente tinha que orientar. Todas as nossas orientações foram assertivas, foram pela ciência. Embora algumas pessoas tenham compreendido, outras não compreenderam, mas nós tivemos todas as nossas afirmações comprovadas pelo decorrer da doença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As atribuições delimitadas pelo referido Plano de Contingência Nacional para o Ministério da Saúde, que deveriam, por exemplo, monitorar estoques de insumos e medicamentos no âmbito dos Estados, eram realistas e exequíveis?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Tem que monitorar, Senador.

Nós fizemos a lista de tudo que era necessário. Nós sabíamos, por exemplo, sobre esses *kits* de intubação. Esses medicamentos relaxantes musculares tiveram um aumento expressivo na Europa, nos Estados Unidos. Nós olhávamos o que passava lá. Eu não pude ler aqui, mas eu liguei o Brasil – eu fiz o maior comitê de especialistas *ad hoc* ao ministro, quase 50 – à sociedade europeia, à sociedade norte-americana e tinha os números deles diariamente comigo, em diálogos com o Ministro da Saúde da Itália, com a equipe da saúde da Inglaterra, e sabíamos o que eles passavam lá. Então, há o monitoramento de quais medicamentos, quais gases, qual o tamanho da estrutura, o que estava acontecendo. O Ministro da Saúde apropriava e procurava antecipar os problemas. Talvez por isso, naquela chamada primeira onda, muitas dessas ações tenham passado despercebidas, porque o sistema teve dificuldade, mas ele atravessou. E, depois, na segunda onda, como ela foi em paralelo, o sistema estressou, e aí essas preocupações vieram à tona.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram promovidas ações, por exemplo, para garantir e monitorar o estoque estratégico de insumos laboratoriais para diagnóstico da Covid-19?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Com toda dificuldade, Senador Renan.

Nós tínhamos uma dificuldade enorme no mundo de ter os *kits*. A Fiocruz era a nossa única fonte de produção e, ainda assim, para produzir, dependia de reagentes trazidos do mercado internacional. Nós tínhamos uma produção, naquele momento, aquém do que nós precisávamos. O mercado estava congestionado, convulsionado. Ainda assim, nós tomamos todas as medidas. Iniciamos o processo para aquisição de 24 milhões de *kits*, que depois acabou... Eu fui exonerado, e não pudemos fazer todo o plano que faríamos. Era: testagem, separar, monitorar, evitar a transmissão.

Nesse primeiro mês de fevereiro e março, o que nós tínhamos era um SUS que, perigosamente... Nós ficamos quase a zero no Brasil de máscaras. Essas máscaras que hoje são tão comuns, as pessoas usam um pouco e largam, na época, isso era um produto que levou o Presidente dos Estados Unidos a vir em público com uma máscara na mão. Não havia nem para a rede privada. As pessoas falavam: "Usa a de pano e esteriliza". Nem lavanderias hospitalares nós não temos mais na quantidade que tínhamos para poder esterilizar máscara de pano. E as pessoas continuam tendo fraturas, apendicites, infartos. Nosso sistema ficou extremamente vulnerável e próximo do colapso, mesmo sem ter casos de Covid naquele momento em número suficiente, por conta do próprio mercado, que foi completamente absorvido pela fúria de aquisição de países como Estados Unidos e Europa, sem nenhum tipo de... Era a lei do capitalismo mesmo; quem pode mais adquire.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram promovidas ações para monitorar o estoque de medicamentos no âmbito federal e estadual?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Todos esses medicamentos eram monitorados. Nós tínhamos a Secretaria de Atenção Especializada, a SAE, era uma das competências. Nós tínhamos uma coisa que, em saúde e também em várias áreas de almoxarifados no mundo, de logística, é a curva ABC. Você tem tanto em estoque (A), você tem tanto em consumo (B), qual é a capacidade de fazer a reposição (C)? Essa curva ABC foi colocada como o rito de uma série de medicamentos e de situações em que você tinha sinal amarelo, sinal vermelho. E você teria, por obrigação, que entrar, como Ministério da Saúde pactuado com Estados e Municípios, quando o sistema estadual e municipal não tivesse condições de... Foi por causa disso que o Ministério da Saúde fez, a pedido dos Estados e Municípios, a compra de equipamento de proteção individual. A briga, a guerra de respiradores entre as unidades da Federação, com ordens judiciais para dentro do Brasil, para retirar um do outro... O Ministério da Saúde entra e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organiza e pacifica toda a questão de monitor, respirador e pacifica isso para todas as unidades federativas. Depois que ela entra para o normal, isso volta para a competência de Estados e Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo especialistas, uma das ações mais efetivas para o controle e a disseminação da Covid-19 é a realização de testagem em massa da população, política essa que foi recomendada principalmente após os bons resultados terem sido observados em países que a adotaram, como Alemanha, Coreia do Sul, já no início da própria pandemia.

Ainda assim, o Brasil não lançou essa estratégia em nenhum momento, incluído o período compreendido em sua gestão. Por que sua gestão não estruturou uma política de testagem em massa da população?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sr. Senador, no mês de março, nós iniciamos todo o processo de aquisição da testagem: 24 milhões de testes. Não adianta comprar só o teste; tem que processar os testes de maneira automatizada.

Nós fizemos o *pool* de laboratórios, Dasa e outros, uma série de parceiros – isso era de responsabilidade do Secretário Wanderson –, para construirmos toda a lógica de testagem, entrega do resultado, através de aplicativo, diretamente para a pessoa e para a Secretaria de Saúde. Disparamos o processo de aquisição com todas as dificuldades, mas isso só foi recebido, só foi assinado o recebimento dos testes... Já era o Ministro subsequente, o Ministro Teich, e depois eu soube que os testes não foram... Essa estratégia não foi utilizada. Essa era, de uma maneira muito clara, a nossa estratégia: testar, testar, separar para diminuir o índice de transmissão desse vírus, o RT do vírus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro Mandetta, havia impedimento técnico para tanto?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não havia o teste.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não havia o teste.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não havia como você adquirir, era uma carência mundial. Nós fizemos um convênio com a Organização Pan-Americana da Saúde, com a Opas, para, via intercedência com a Opas, aumentar a produção. Ela nos solicitou 15 dias. Nós entramos em contato com a Mundial da Saúde. Nós fizemos licitações. A Fiocruz entrou em compra internacional, a iniciativa privada brasileira também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No início, nós tínhamos aqueles chamados testes rápidos, que eram testes... E o próprio PCR-RT, que é o padrão ouro. Aquele seria o nosso guia, e os testes rápidos seriam testes complementares auxiliares. Lembrando que, a cada vez que se testa, os contactantes ficam em casa, os contactantes ficam em isolamento com o protocolo. Não é só a testagem; é coleta, testagem e, após a testagem, as medidas referentes àquele teste positivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em sua avaliação, a testagem realizada pelos Estados e Municípios foi apropriada?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Eu acho que nós tivemos, num determinado momento, um caminho traçado pelo Ministério da Saúde para testagem, para utilização da atenção primária, para regularizar a questão... E tínhamos um caminho, nós sabíamos para onde nós iríamos. Nós tínhamos claramente que nós iríamos testar, bloquear o máximo possível os contágios, identificá-los cedo e nós iríamos tratar, via atenção primária, e ampliar a nossa rede de atendimento hospitalar.

Isso era a maneira como nós focávamos. Nós não tomamos nenhuma medida que não tenha sido pela ciência, e a ciência é essa, é isso que recomendávamos. Agora, *a posteriori*, nós vimos pararem muitas coisas e não colocarem outras no lugar. A testagem é uma delas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual foi o apoio dado pelo Ministério da Saúde a Estados e Municípios para a compra de respiradores e, por exemplo, ampliação de leitos de UTI durante a sua presença no ministério?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Senador Renan... Permita-me, Ministro Mandetta, fazer um apelo, pela ordem, ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) - Eu acabo de ser informado, Senador Renan, de que esta CPI deixou de ser transmitida neste momento pela TV Senado, para que seja transmitida a sessão do Congresso. Apelo a V. Exa. para entrar em contato com o Presidente do Senado, porque reputo esta CPI, a matéria, de interesse do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Com certeza. Esta Presidência fará isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) - Presidente, ontem eu informei ao Senador Presidente Omar, quando ele estava



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saindo aqui, no revezamento, informei a ele também, Senador Eduardo, e ele estava, se não me engano, tomando providências em relação a isso. Realmente procede.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esta Presidência tomará providências, colegas Senadores.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Renan, pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu havia feito uma pergunta, Ministro Mandetta: qual foi o apoio do Ministério da Saúde a Estados e Municípios para a compra de respiradores e ampliação de leitos de UTI.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nós iniciamos, Senador, com um cálculo, lá no início ainda, no mês de janeiro, de que nós precisaríamos de algo em torno de 2 mil. Lembro a V. Exa. de que nós falávamos naquele momento de um vírus pesado, de um vírus, como vinha sendo transmitido, um vírus lento. A partir do mês de março, quando nós vimos que era um vírus competente, um vírus leve, nós redimensionamos isso para 15 mil. Para se abrirem 15 mil leitos em 37 dias, que foi o que a gente conseguiu, nós fizemos com os Estados a seguinte situação: olha, na indústria nacional, quem vai escalar, quem vai levar para cima a indústria nacional é o Ministério da Saúde.

Fizemos os requerimentos, juntamos grandes empresas produtoras de mecânica fina, como essas que eu já citei anteriormente – tenho receio de citá-las e perder a memória de alguma, mas foram todas, todas fizeram *pro bono* –, para poder escalar a entrega de 15 mil, lembrando que os leitos são o respirador, o monitor e mais toda a rede que vem por trás. E os Estados e Municípios continuaram as suas tentativas, não era inibitório, não era que eles não procurassem, eles procuraram até o momento... Nós abastecemos todos os Estados e Municípios no decorrer daquele tempo, passamos aquela primeira onda sem ter desassistência – viver ou morrer é designio de Deus, agora, dar a chance para a pessoa lutar pela vida é dever do Estado. Passamos a primeira, dando essa oportunidade para as pessoas lutarem por suas vidas, por conta desses mecanismos, e gradativamente os Estados e Municípios fizeram as suas ações complementares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que não se obteve sucesso na compra centralizada de respiradores pelo Governo Federal?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Obtivemos, Senador: foi dali que saíram quase 15 mil respiradores, a um custo de R\$13 mil o respirador, para todo o Território nacional. Se não tivesse sido aquela estratégia, com certeza, agora... No início, quando todos queriam comprar de uma maneira desorganizada, vamos assim colocar, era briga entre Estado A contra Estado B, eram empresas vendendo isso para duas, três vezes a sua capacidade de entrega, inflação... Então, naquele momento, quando... O Ministério da Saúde, é sua função monitorar, entrar; nós entramos, arbitramos, fizemos a encomenda e conseguimos garantir o abastecimento de toda a rede nacional, que foram esses respiradores, inclusive os que estão até hoje segurando a epidemia. E todos os 15 mil foram entregues.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A coordenação do Ministério da Saúde poderia ter evitado as dificuldades que levaram à responsabilização de gestores de Estados e Municípios?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, aí já é mais distante do ministério. O que a gente faz é pactuar as linhas macro. Esse recurso é para enfrentamento do corona de acordo com o seu plano de contingência. Por exemplo, ao mandar um recurso para uma cidade de pequeno porte, muita gente fala assim, "Ah, mas ela não tem CTI"; mas ela tem necessidades: ela precisa da ambulância, que às vezes está estragada; ela precisa de uma sala de estabilização; ela precisa reforçar o seu atendimento, abrir estruturas laterais... Então... Agora, como ela faz isso? A saúde no Brasil é um histórico de municipalização, é um histórico de atividades estaduais.

Quanto ao primeiro recurso que nós passamos, nós passamos pela ótica do *per capita*.: "Quantas pessoas moram aí?" Acho que foi R\$2 por pessoa.

Quanto ao segundo recurso que passamos, já passamos pela ótica de produção, remetendo para bipartite. Por quê? Em Estados, por exemplo, como o Pará, a rede de hospital todinha de Belém do Pará é do Estado, não é do Município. Então, quando você passa direto para o Município, penaliza o Estado. Isso tudo é pactuado, isso tudo é organizado com esses Municípios e os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, só para comunicar aos colegas que o sinal da TV Senado já está restabelecido para a transmissão de CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bom, parabéns a V. Exa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Relator, eu só queria fazer uma breve interrupção.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não entendi... Se a compra de respiradores era centralizada e se havia uma integração perfeita com os representantes dos Estados e Municípios, por que, ainda assim, os Estados partiram para comprar respiradores? Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - V. Sa...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) - Porque há um hiato, Senador, entre a tentativa, antes da pactuação... "Olha, o Governo Federal vai ter que entrar para arbitrar", porque chegou um momento em que você tinha a ordem judicial do Estado A contra o Estado B, para entrar dentro da fábrica e falar... Bom, ele tinha 40 prontos. Ele iria entregar para a cidade A, aí eu entrei com uma ordem judicial para... Eles começaram a predar e escalonar preço.

Então, há um período em que essa competição aqui dentro ficou de uma maneira insustentável. Nesse momento é que entra o Ministério da Saúde e fala: "No nível nacional, nós vamos fechar o preço, nós vamos escalonar a produção e nós vamos entregar os respiradores".

O Brasil foi o país que comprou os respiradores pelo valor mais baixo do mundo e os entregou 100% na ponta. Isso não impede de os Governadores, de os Prefeitos, enfim, daqueles que têm iniciativa, tentarem comprar através de representantes, comprar da China, comprar da Coreia, comprar desses lugares, coisa que o Ministério da Saúde tentou também, em nome de todos, mas as licitações davam vazias, davam sobrepreço... O Ministério da Saúde, nós tomamos a decisão de pegar a indústria nacional, que estava acanhada, e usar plataformas de produções enormes de outras indústrias similares, abrir os respiradores, fazer a cópia de todas as peças, organizar as prensas e produzi-los todos aqui. O Brasil se utilizou... O Ministério da Saúde se utilizou dessa estratégia, que foi o que pacificou a questão dos respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Houve continuidade na política de expansão de leitos iniciada na sua gestão?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Após a minha saída? Senador Renan...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor sabe informar...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu acompanhei isso a média distância. Me parece que o financiamento dos leitos, que era a maneira como nós tínhamos colocado para induzir para que os gestores tivessem as condições de pagá-los, parece que ela perdurou durante aquele período e depois ela foi suspensa mais no final do ano, mas eu não saberia dizer por que foi. Agora, no meu período, eu posso afirmar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Considerando a avaliação feita pelo Tribunal de Contas da União, nós gostaríamos, eventualmente, de saber se foram adotados ou não critérios técnicos para a disponibilização de recursos aos entes subnacionais, como, por exemplo, a incidência *per capita* da doença, as estimativas de sua propagação, a taxa de ocupação de leitos e a estrutura dos serviços de saúde existentes.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Tinha. O primeiro repasse nós fizemos sob a ótica do *per capita*, porque nós não tínhamos casos, mas nós sabíamos que todos tinham que se preparar. Então foi passado: "Quantos habitantes moram aí? Vou dar tanto de dinheiro por habitante". Essa foi a primeira ótica para que eles pudessem se organizar através de medicamentos, enfim, das necessidades que eles teriam.

O segundo repasse já é um repasse feito sob a ótica de: terá que ser pactuado na bipartite. Por quê? Alguns Estados têm hospitais; outros Estados não têm hospitais, quem os têm são os Municípios. Então, arbitrar daqui a cada Estado levaria muito tempo. Então, nós pactuamos o quê? Isso aqui é um recurso para ser repassado na ótica da produção de média e alta complexidade dos Estados. Agora, onde será alocado? Pelo critério da bipartite.

E o critério guarda-chuva, o cobertor geral, é o plano de contingência. Assim como nós fizemos o plano nacional de contingência e enfrentamento do coronavírus, todo Estado teve que fazer o seu plano estadual e todo Município teve que fazer o plano municipal, e as despesas deveriam ser alocadas de acordo com o plano municipal, estadual ou federal do enfrentamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Durante sua gestão, Ministro, alguma empresa ou entidade apresentou perspectivas de vacinas com resultados promissores?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, naquele momento nós tínhamos uma lista de iniciativas. A Organização Mundial da Saúde dava publicidade a isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós torcíamos... Nós sabíamos, tínhamos a perfeita convicção: doença infecciosa a vírus a humanidade enfrenta com vacina desde a varíola, passando por pólio, passando por difteria, por todas elas. A porta de saída era vacina! Nós monitorávamos, mas elas ainda estavam ou no momento de concepção de fórmula ou na Fase I, que é a fase em que você está no ratinho, dentro do laboratório. Infelizmente, a grande maioria das vacinas, das ideias, morrem na Fase I.

Em maio, depois de eu ter saído do Ministério, é que a primeira vacina começa a ter o primeiro teste em humanos, que é a Fase II. Os laboratórios normalmente concluem a Fase II, que é um estudo menor, e ali é que eles começam a fazer o contato com os países para dizer: "Olha, minha vacina na Fase II marcou "x" por cento de proteção. Vou para a Fase III, mas a Fase II é muito promissora". Ali é que eles começam a abordar os países com a proposta de encomendas, não é nem compra: encomende ao preço tal tantos milhões de doses. Se ele passa da Fase III...

O mundo adotou uma coisa chamada *fast track*, metodologia rápida. Em tempos normais, você faz Fase I, Fase II, volta, tem 2A, 2B, 3A, 3B, 4, aí você autoriza. O mundo optou, por decisão do mundo... Fazendo a Fase III, você pode protocolar na agência o pedido do registro, mas a partir do momento da Fase II, que já tem teste em humano – é um número menor, é dentro de um protocolo internacional –, é que os laboratórios começam a oferecer. Então, na minha época não foi oferecido, mas eu rezava muito para que fosse. Teria ido atrás delas como atrás de um prato de comida. A gente sabia que a saída era pela vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, na época não havia ainda plano diretriz para a aquisição das vacinas.

E dos insumos para a aplicação – seringas, agulhas, por exemplo?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nós tínhamos, Senador, naquele ano, realizado a maior campanha de gripe da influenza. Nós conseguimos antecipar um prazo com o Butantã, para que não tivéssemos a coincidência de uma epidemia de gripe com uma epidemia de coronavírus. Aquele ano, nós tínhamos mudado as cepas dessa vacina – eram cepas atualizadas – e nós aplicamos um recorde de 80 milhões de doses em 34 dias, com seringa, agulha, luva, material, e o SUS funcionou para, em 35 dias, vacinar 80 milhões de doses, com uma dose em cada pessoa, toda ela adquirida, enfim, organizada através da pactuação.

Havendo necessidade, o SUS é o melhor sistema para aplicar as vacinas. Basta tê-las e basta ter os insumos. Fazendo com organização, nós temos histórico de megacampanhas de vacinação, em que a gente consegue vacinar o fundo de vale da Amazônia, consegue vacinar as favelas, consegue vacinar o Pantanal, consegue vacinar o Jequitinhonha e consegue



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinar a Avenida Paulista. O SUS é muito bom; basta colocar os insumos. Nós nunca tivemos dificuldade em abastecê-lo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para nós, a pergunta que faremos vai permitir uma consideração muito importante para que nós possamos atingir o nosso propósito. Como se deu o processo de elaboração e a discussão do anteprojeto da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro? Que ministérios instruíram esse processo? V. Sa. chegou a receber orientações do Presidente da República sobre o conteúdo do anteprojeto encaminhado ao Congresso?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Esse projeto de lei nasce, se V. Exas. atentaram para a data em que o Brasil reconhece a emergência... Nós reconhecemos dia 3 de fevereiro. Qual é o critério para você decretar emergência, no Território nacional, de uma doença infecciosa? É transmissão sustentada. É quando você tem uma doença que você está mantendo a transmissão de pessoa a pessoa em todo o Território nacional. Isso só ocorre em março, mas decreta-se a emergência em fevereiro, por conta da perspectiva de trazer aqueles brasileiros que estavam na cidade de Wuhan – foi feito um voo daqui até lá –, de lá trazê-los para cá, e não havia legislação para amparar.

Há muito, o Brasil assinou o acordo internacional que está não sei se no Senado ou na Câmara. Ele foi promulgado. Nós precisamos agora colocar esse regimento sanitário internacional que nós acordamos com o mundo – e já foi validado pelo Congresso... Nós precisamos agora colocar isso no nosso marco legal, e não tínhamos feito isso. O Wanderson Kleber, que é quem tem essa incumbência, trouxe. Eram 86 artigos.

Eu trabalhei pessoalmente para que ele fosse um projeto de lei que pudesse ser feito com os artigos de que precisávamos naquele momento – se não me engano, são 16 ou 17 artigos. Vim pessoalmente aqui. Conversei tanto com o Presidente Rodrigo Maia quanto com o Presidente Davi Alcolumbre na véspera. Expliquei o alcance, a necessidade. Eu me reuni com todas as bancadas na Câmara. Houve algumas sugestões, nós adaptamos ali, mas ele foi feito realmente no âmbito de uma iniciativa do Ministério da Saúde, para poder amparar essa operação Wuhan, e ela foi votada, se não me engano, em 24 horas. Ela foi votada na Câmara, e, no dia seguinte, o Senado reconheceu a urgência. Foi votada às 10 da noite, e foi sancionada no dia seguinte, que é o que deu as condições para se fazer aquela operação de repatriamento. E é a mesma lei que dá as condições de se transitar durante toda esta pandemia, é aquele marco legal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda sobre a Lei 13.979, Ministro, sua redação originária previa em seu art. 3º a possibilidade de as autoridades sanitárias brasileiras adotarem, no âmbito de suas competências, medidas para a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção da população, tais como o isolamento social. Contudo, o Governo Federal nunca encampou essa medida e ainda tentou impedir que Estados e Municípios determinassem o isolamento, conforme recurso interposto junto ao Supremo Tribunal Federal no bojo da ADI 6.341. O isolamento naquela fase da pandemia seria adequado ou contraindicado?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Adequado. Adequado, porque você...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por quê?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Por causa do índice de transmissão do vírus. O vírus era muito competente. Nós estávamos com um sistema que não tinha, naquele momento, condição de responder. Essa doença infecciosa... Está aqui o Senador Otto, médico ortopedista como eu, e nós sempre aprendemos que doença infecciosa viral é prevenção. Para isso não há outra maneira. Não é possível se fazer gestão de doença infecciosa sem separação. Quando se tem hepatite, quando se tem doença infecciosa, separa-se talher, copos – o Senador Humberto, aqui também, já é veterano de várias epidemias. Não é possível se fazer qualquer tipo de gestão sem prevenir infecção.

E por que era importante naquele momento? Primeiro, porque tínhamos baixo número de casos. Segundo, porque essa doença, ela entrou... Diferentemente de outras doenças infecciosas, ela entrou pelos ricos. Ela era uma doença que, no início, estava no Einstein, estava no Sirio, estava no Leblon, estava na Barra da Tijuca, estava em Ipanema... Ela não estava no povão. Quando ela entrasse nas pessoas que estão nas áreas de exclusão e essas pessoas viessem em direção ao Sistema Único de Saúde, esse sistema tinha de ser preparado e redimensionado.

Então, naquele momento, era fundamental que se fizesse uma fala una de prevenção de todos os brasileiros e se fizesse isolamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, de onde partiu, quais foram as razões para a resistência quanto ao isolamento proposto por alguns Estados e Municípios?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Olha, Sr. Senador, o que eu vi foi o que todos viram. Nós fizemos as recomendações, como eu lhes disse, em três pilares: vamos preservar vida, nessa doença, quem não valoriza a vida em primeiro lugar tem dificuldade com ela; o segundo pilar, SUS, para poder fazer isso como meio, com as inúmeras ações que fizemos; e o terceiro pilar a ciência. Fora disso daí, eu não posso... Eu vi vários que ficaram fora desse tripé e que acabaram conspirando a favor...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só para esclarecer: mas a lei permite que Estados e Municípios possam tomar medidas de isolamento, a lei que foi aprovada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não foi essa a pergunta.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não a tenho em minhas mãos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, só estou querendo deixar claro que a lei aprovada permite...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, se puder interromper no meio eu também vou querer interromper, Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu não a tenho em minhas mãos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu espero que a gente possa...

A palavra está com o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei de onde partiram as resistências para o isolamento. E ele disse que essas questões foram colocadas publicamente por vários atores, foi essa a resposta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Mas a lei que é de iniciativa do Governo permite...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, aí eu vou querer também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Continuando, Presidente, continuando já para encerrar.

A Presidência da República se colocou publicamente contra a adoção da política de isolamento social, defendendo o uso de uma estratégia chamada de isolamento vertical, mesmo que nunca tenha apresentado claramente à sociedade um plano com relação a isso para seu emprego no País. Qual era a sua resposta em relação à adoção das políticas de distanciamento social?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sr. Senador, todas as recomendações as fiz com base na ciência, vida e proteção, as fiz em público em todas as minhas manifestações de orientação dos boletins, as fiz nos conselhos de ministros, as fiz diretamente ao Presidente, as fiz diretamente a todos os secretários estaduais, todos os secretários municipais, a todos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles que, de alguma maneira, tinham no seu escopo que se manifestar sobre o assunto. Sempre as fiz de acordo com o que é preconizado para doença infecciosa epidêmica, no quadro que estávamos enfrentando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então houve, permita-me simplificar, e pergunto se é isso mesmo, discordância de sua posição com a do Presidente da República?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Sim, senhor.

Eu sou médico, Senador. Eu não tenho... Naquele momento ali era uma decisão de... Fiz aqui no início, o Presidente falou aqui: "A testemunha tem que falar a verdade. O senhor assim promete?" "Juro, prometo." Jurei, na minha formatura; jurei quando tomei posse como Deputado Federal, defender a Constituição, o princípio da vida. Ali não era uma situação de diferenças políticas. Aqui peço desculpas aos Senadores que não consegui atender: o Senador Izalci, que me ligava sobre Brasília, a sua angústia; o Senador Omar, sua angústia sobre Manaus, etc., mas ali era um momento republicano, ali era um momento absolutamente... Eu conversava com o Governador do Ceará, com a Governadora Fátima, do Rio Grande do Norte, assim como conversava com o Governador de São Paulo, todos eles para que nós fizéssemos aquilo que se esperava de união. Era a única maneira de sair. Então, as enfrentei e coloquei a todos com muito respeito. Nunca discuti com o Presidente, nunca tive discussão áspera, mas sempre as coloquei de uma maneira muito clara, ao Líder do Governo, enfim, a esta Casa, ao Senado, à Câmara. Solicitei comissão externa, solicitei apoio da USP, da Unicamp, da Universidade Federal de Pernambuco, do Evandro Chagas, de medicina tropical. Na questão relacionada a medicamento, falei: "que faça uma pesquisa".

Nós não temos problema nenhum, nós, médicos, não temos problemas nenhum com as drogas terapêuticas. Se nós não as respeitarmos, como que nós vamos usar morfina, Senador Girão? Que é um medicamento duro de ser usado. Usar quimioterapia? Cai cabelo, machuca a pessoa. Porque existe um princípio: prescrevo-lhe porque tem um benefício, vou correr o risco para atingir o benefício. Se você não tem qual é o risco... Se você sabe o risco, mas não sabe o benefício, você cai em um princípio filosófico da Medicina de Hipócrates, que é *non nocere*, não se pode ser mais nocivo, sem essa relação risco/benefício não se prescreve.

Então, sempre baseado no que eu tinha de melhor a oferecer para o meu País, como médico, como cidadão, como pessoa que estava ali com a melhor equipe de saúde pública da história daquele ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito obrigado, Ministro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma nova pergunta sobre esse mesmo tema.

Houve alguma comunicação oficial a respeito do tema entre o ministério e a Presidência da República?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O ministério apresentou ao Ministério da Saúde alguma proposta técnica sobre o assunto à Presidência da República?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim.

O Ministério da Saúde não só apresentou, o Ministério da Saúde foi o primeiro a criar o conselho interministerial, *a posteriori* foi criada um conselho sob a coordenação da Casa Civil, do Ministro Braga Netto, foram feitas reuniões de ministros com a presença do Presidente, em vários momentos nos quais foi explanado e reexplanado.

Eu, no dia 28 de março, Senador, achei por bem escrever uma carta ao Presidente da República, uma carta pessoal. Eu pedi uma reunião específica que foi feita no Palácio do Alvorada, dentro da biblioteca, com a presença de todos os ministros. Entreguei nas mãos dele essa carta. Se quiser, posso lê-la.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não precisa, Ministro.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – ... dando a ele todo o...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O senhor pode dispor para esta CPI o conteúdo da carta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, V. Exa. está inscrito logo após o Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode disponibilizar a carta para a Comissão. E eu ainda tenho uma última pergunta, Ministro, sobre isso.

A Presidência da República apresentou, em algum momento, alguma proposta técnica sobre o tema ao Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não.

Proposta técnica vindo da Presidência ao Ministério? Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Ali o que havia realmente era um mal-estar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sobre esse tema, o isolamento vertical?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Não, não.

Ali nós seguíamos o que nós tínhamos de seguir, as recomendações que nós tínhamos em nossas mãos e o que a gente presenciava, o que era público, isso não é nenhuma novidade para ninguém, para os senhores, para a imprensa, enfim, é que havia, por parte do Presidente, um outro olhar, uma outra decisão, um outro caminho que ele decidiu do seu convencimento, não sei se através de outros assessores, de pessoas que não estavam ali no Ministério da Saúde, mas, do Ministério da Saúde, nunca houve nenhum assessoramento naquele sentido de embasar aquelas medidas; pelo contrário, era muito constrangedor até para um Ministro da Saúde ficar explicando que nós estávamos indo por um caminho, e o Presidente estava indo por outro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ministro, segundo noticiado pela mídia, o Presidente da República, no dia 21 de março de 2020, teria declarado que já estaria ocorrendo um aumento da produção de cloroquina pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército. Uma semana depois, V. Sa. afirmou que a cloroquina não seria o remédio que veio para salvar a humanidade. Àquela altura, portanto, a ordem para aumentar a produção desse remédio partiu do Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Não, não partiu do Ministério da Saúde. A única coisa em relação à cloroquina que o Ministério da Saúde fez, após consulta ao Conselho Federal de Medicina e aos conselheiros todos, a *doc* e do ministério, era para o uso compassivo. O uso compassivo é uma utilização que se faz quando não há outro recurso terapêutico para os pacientes graves em ambiente hospitalar, mesmo porque a cloroquina é uma droga que, sim, para uso indiscriminado e sem monitoramento, tem margem de segurança estreita. Então, ela também não é um medicamento, não é aquela coisa, assim, "se bem não faz mal, também não faz". Ela é um medicamento e, como todo medicamento, ela tem uma série reações adversas, ela tem uma série de cuidados que tem que ser feitos, e a automedicação com cloroquina e outros medicamentos poderia ser muito, muito perigosa para as pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Obrigado, Ministro.

V. Sa. sabe ou lembra quem determinou a ação?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não passou pelo Ministério da Saúde, Senador. Eu não sei se isso foi diretamente a algum, provavelmente a algum... Foi uma determinação feita, na minha época, como ministro, à margem do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito, perfeito.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Mesmo porque a cloroquina nos é produzida regularmente para uso a que se convém, que é malária, lúpus, pela Fiocruz. E nós tínhamos já a quantidade necessária para aquilo a que ela se presta. Ela não é um medicamento difícil de ser comprimido, é uma produção relativamente simples, e não havia necessidade... Nós tínhamos um estoque muito bom de cloroquina para atravessarmos aquele momento, no que dizia respeito ao que ela necessitava, mesmo que usássemos para os pacientes de ambiente hospitalar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta sobre o mesmo tema: naquela fase da pandemia, o Governo Federal fez algum planejamento para distribuição de cloroquina para Estados e Municípios?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Através do Ministério da Saúde, não, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quanto à preservação da saúde indígena, houve alguma ação do ministério para distribuição de cloroquina para as comunidades indígenas?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Naquele momento em que eu estava no ministério, não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já estou me encaminhando para o encerramento.

Em uma entrevista concedida ao jornalista Pedro Bial, V. Sa. relatou que entregou por escrito ao Presidente da República uma previsão de que a pandemia ceifaria a vida de 180 mil brasileiros.

Em abril do ano passado, quando de sua saída do ministério, o número de mortes tinha alcançado, se não me engano, cerca de 2 mil vítimas, perdão, 6 mil vítimas.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Mil novecentos e cinquenta e duas, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mil novecentos e cinquenta e duas, menos de duas mil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais foram os fundamentos utilizados para chegar nesse número de 180 mil? Qual foi a reação do Presidente diante da sua estimativa? Que providências ele lhe pediu que fossem tomadas para evitar que esse cenário se concretizasse? Que soluções foram apresentadas ao Presidente?

Desculpe ter acumulado essas perguntas todas, mas porque, como elas têm a ver uma com as outras, se V. Sa. pudesse respondê-las de uma só vez, seria mais interessante.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Os cenários não são projetos de adivinhação. Tem pessoas que acham que isso é uma coisa, é um chute; isso tem uma técnica, isso tem uma ciência para se fazer. Então, como ele tem variáveis, eu constituí três, pedi três cenários: me dê um cenário otimista, um cenário otimista imaginando que o Brasil fosse uma ilha, como a Nova Zelândia, que a gente tivesse um colchão social, que a gente tivesse condição de fechar, enfim...

Coloquei ao então Secretário Gabbardo e falei: "Me faça o cenário mais otimista de todos. Que tudo dê certo, que todo mundo faça, que nós tenhamos aquela disciplina oriental e que nós tenhamos todos os nossos passos acertados". Eles estimaram... E falei: "O cenário é até 31 de dezembro de 2020; não vamos ultrapassá-lo para 2021". Então, lá do Gabardo, veio um cenário de 30 a 40 mil óbitos.

Ao Secretário Wanderson eu disse: "Me traga o realista, com as dificuldades do Brasil, com as dificuldades de distanciamento, com as dificuldades de nosso mundo ocidental, que é a mesma que você tem na Itália, que você tem nos Estados Unidos, no mundo ocidental, esse nosso direito de ir e vir, as conquistas, o brasileiro com toda a sua característica de abraço, de beijo, de vínculo familiar, de almoço, enfim, essa nossa mistura maravilhosa, mas, assim, com a gente enfrentando, cada um fazendo a sua parte dentro do máximo das suas possibilidades". O Secretário Wanderson me trouxe um cenário que seria de 80 a 90 mil óbitos.

E ao infectologista Julio Croda: "Me dê o cenário se nós formos... Se não fizermos a testagem, não conseguirmos, não tivermos uma performance técnica e se a nossa questão social falar mais alto e se for muito complexo, com o que vocês sabem do vírus, sem que a gente consiga interromper nada". Ele me deu, até 31 de dezembro, 180 mil óbitos.

Eu levei, expliquei; 180 mil óbitos, para quem tinha na época menos de mil, era um número muito difícil de você fazer uma assertiva dessa. Eu acho que ali ficou dúvida, porque tinha ex-secretários de saúde, Parlamentares que falavam publicamente: "Olha, essa doença não vai ter 2 mil mortos; essa doença vai durar de quatro a seis semanas". Havia uma construção também de pessoas que falavam absolutamente o contrário. E eu acho que, naquele momento, o Presidente entendeu que aquelas outras previsões poderiam ser mais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apropriadas para aquele momento. E foi nesse dia mesmo que eu entreguei essa carta para ele explicando essas situações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para um pequeno detalhamento: V. Sa. respondeu e muito bem, de maneira convincente, sobre as premissas que ensejaram o cálculo e os estudos, mas qual foi a reação do Presidente diante da sua estimativa? Houve reação?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Olha, Senador Renan, todas as vezes em que a gente explicava, conversava – e isso, às vezes, no ambiente do Conselho de Ministros, eu não era uma voz solitária no Governo, não –, eu tinha a concordância de um número enorme de pessoas. O Presidente, no mais das vezes, ele compreendia, ele falava: "Então, vamos, vamos... Dê seguimento!", porque você não pode ser Ministro sem relatar. Eu achava que eu estava fazendo um bom trabalho, inclusive, mas passavam-se dois, três dias, e ele voltava para aquela situação de quem não havia, talvez, compreendido, acreditado, apostado naquela via.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele recomendou...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Era uma situação dúbia. Mas, eu volto a repetir: eu nunca tive uma discussão áspera com o Presidente, eu nunca tive! Era sempre: eu explicava, ele entendia, mas infelizmente, na prática – aí é uma coisa pública –, vocês todos viam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos tratando, exatamente, da discussão, do acalorado...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não, eu explicava com tranquilidade, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, eu sei, eu sei. É isso, exatamente isso!

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – E ele compreendia, ele falava: "O.k., eu entendi".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele recomendou, em algum momento, alguma providência para que aquelas estimativas não se concretizassem?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não recomendou?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Aquilo ali ficou como uma coisa assim: tem outras pessoas que também falam outras coisas. Enfim, não, não, não, não foi aquilo que foi capaz de unir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer, o Presidente não apresentou nenhuma solução, nenhuma sugestão nesse sentido em função da declaração?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Senador, eu me lembro de o Presidente sempre questionar a questão ligada à cloroquina, como a válvula de tratamento precoce, embora sem evidências científicas; eu me lembro de o Presidente, em algumas vezes, falar que ele adotaria o chamado confinamento vertical, que era também algo que a gente não recomendava. Eu acho que ele tinha uma outra, provavelmente, eu não saberia lhe dizer, mas provavelmente uma outra fonte que dava para ele – aí ele teria que dizer –, que dava para ele o porquê. Do Ministério da Saúde nunca houve a recomendação de coisas que não fossem da cartilha da Organização Mundial da Saúde, dessas estruturas todas. Era o que a gente tinha, não por sermos donos da verdade; não, pelo contrário, nós éramos donos da dúvida. Eu torcia muito para que aquelas teorias: "Ah, o vírus não vai chegar no Brasil, não vai ter!"... Agora, se eu adotasse aquela teoria e chegasse, teria sido uma carnificina, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida!

Todos sabemos e acompanhamos que – já estou no final – a sua forma de tratar a pandemia desagradava e era contestada pelo Presidente da República e por muitos de seus assessores também. Quem eram os principais críticos no Palácio do Planalto e entre os Ministros do Governo da sua forma de enfrentar a pandemia?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Olha, frontalmente, eu não consigo me lembrar de ninguém frontal, porque não... Agora, eu tinha... Por exemplo, chegou-se a uma hora que era um dilema: "Vou optar pela economia, e não pela saúde". Então, seria natural que o Ministro da Economia tivesse um contato maior com o Ministro da Saúde, o que não ocorreu.

Algumas... Mesmo na hora que foi para o Palácio do Planalto, que era o Ministro Braga Netto, o que havia era sempre assim, uma tentativa... Me pediram, por exemplo, um dia, para eu não falar na coletiva, para eu simplesmente estar e sair. Então, eu estive e saí. Depois que eu saí, ficaram outros ministros. Mas como a imprensa fazia perguntas técnicas sobre a pandemia, os outros ministros não sabiam responder. Aí mandaram eu voltar. Mas, assim, dizer que eu tivesse um ministro que fosse frontalmente contra mim...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teve o episódio lastimável do Ministro Onyx gravado com ex-Ministro Osmar, na televisão, falando que tinham que me tirar do cargo, etc., mas nada que tenha sido frontal, sentado numa mesa, nada nesse sentido, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Deixe-me fazer uma interrupção aqui.

Dr. Mandetta, quem já exerceu uma função de governar, ser gestor de um Estado, geralmente quando um secretário vai conversar com o Governador de algum assunto que o Governador às vezes não concorda, sempre tem um ministro, tem um secretário que chega e diz: "Olha, Mandetta, não vai tratar desse assunto com o Presidente, ele não gosta de tratar disso". Alguém alguma vez fez esse tipo de pedido dentro do gabinete do ministro, do Palácio, chamou antes para ter uma conversa com o senhor, antes que V. Exa. tivesse uma reunião com o Presidente?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Especificamente do Presidente, nós tivemos alguns momentos. Por exemplo, eu chamei para o Ministério da Saúde, que ia lá diariamente, o Ministro Wagner Rosário, da CGU. Todos os dias, o Ministro Wagner Rosário ia ao Ministério da Saúde ou para assinar, ou para aconselhar, ou para testemunhar atos administrativos, então, eu conversava com ele. O Ministro Tarcísio – quando tomou-se a deliberação de fazer o hospital de campanha aqui na divisa entre Brasília e Goiás, por ser uma área mista, foi o único hospital feito pelo Governo Federal – também era alguém que conversava comigo e conversava muito com o Presidente; foi ele que organizou inclusive a ida até lá ao Entorno de Brasília, o que acabou se transformando num episódio muito desagradável. No dia em que houve uma reunião, na semana anterior a eu sair, estava certa a minha saída... Eu acabei permanecendo por todos os ministros militares, de alguma maneira, falaram: "Olha, é melhor a gente seguir a ciência". Eu almocei com o então Ministro da Defesa Fernando, que me aconselhou, falou: "Converse com o Presidente". Eu ia lá todo dia de manhã ou de tarde, falava: "Presidente, estou aqui. Alguma orientação, alguma coisa sobre as coletivas?". Mas nada que tenha sido assim: "Olha, vá lá e faça isso"; uma coisa guiada, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já estou encaminhando para o encerramento, Presidente Omar.

Em entrevista ao *El País* de agosto do ano passado, V. Sa. disse que – aspas: "Ele se aconselhava muito pouco com os ministros. Tinha um aconselhamento paralelo. E, quando você tem pessoas que te aconselham falando o que você quer ouvir, dizendo que você está certo e que isso vai acabar, não escuta a ciência". Quem eram essas pessoas a que V. Exa. se referia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Olha, Senador, eu, por exemplo, testemunhei várias vezes reunião de ministros em que o filho do Presidente, que é Vereador no Rio de Janeiro, estava sentado atrás tomando as notas da reunião. Eles tinham constantemente reuniões com esses grupos dentro da Presidência. O Ministro da Saúde é um ministro que é convocado pelo Presidente para conversar, ele é chamado para conversar, ele é chamado para prestar as suas explicações. Eu estive dentro do Palácio do Planalto quando fui informado, após uma reunião, que era para eu subir para o terceiro andar porque tinha lá uma reunião de vários ministros e médicos que iam propor esse negócio de cloroquina, que nunca eu havia conhecido. Quer dizer, ele tinha um assessoramento paralelo. Nesse dia, havia sobre a mesa, por exemplo, um papel não timbrado de um decreto presidencial para que fosse sugerido, daquela reunião, que se mudasse a bula da cloroquina na Anvisa, colocando na bula a indicação de cloroquina para coronavírus. E foi, inclusive, o próprio Presidente da Anvisa Barra Torres, que estava lá, que falou: "Isso não". E o Ministro Jorge Ramos falou: "Não, não, isso daqui não é nada da lavra daqui. Isso é uma sugestão". Mas é uma sugestão de alguém. Alguém pensou e se deu ao trabalho de botar aquilo num formato de decreto.

Então, por essas questões indiretas – de: "Ah, está tendo uma reunião com outros médicos, com outras pessoas, com outros auxiliares..." –, eu imagino que ele construiu fora do Ministério da Saúde alguns aconselhamentos que o levaram para essas tomadas de decisões que ele as teve, mas eu não saberia lhe nominar a cada uma delas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Thaís Amaral participava dessas reuniões?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Thaisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Thaís.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Thaís Amaral...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é? Não lembra.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, eu tinha a minha assessora de assuntos internacionais: Thaisa. Mas não me recordo se o nome...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Thaís.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não me recordo desse nome.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma entrevista, V. Sa. disse que o Presidente queria reduzir o número de entrevistas sobre a Covid, amenizar os números e empurrar a responsabilidade para Governadores e Prefeitos – prática que, aliás, parece continuar nestes dias. Pergunto: que ações específicas V. Sa. pode mencionar como exemplo dessa conduta do Presidente? Havia algum outro plano de comunicação para substituir as entrevistas diárias concedidas pelo Ministro da Saúde?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Aquelas entrevistas só existiam porque...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, estou terminando. Faltam duas.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – ... não havia o plano... Não havia... O normal, quando se tem uma doença infecciosa, é você ter uma campanha institucional, como foi, por exemplo, aids: havia uma campanha onde se falava sobre aids, como se pega, e orientava as pessoas a usarem preservativo. Era difícil para a sociedade brasileira fazer, mas havia uma campanha oficial. Não havia como fazer uma campanha, não queriam fazer uma campanha oficial. Então, havia necessidade de manter a questão das informações. Mas, realmente, era para... Havia um pedido assim: "Coloque o número, essa coisa... Por que não coloca o número dos curados e está colocando só o número..." Então, a gente passou a colocar – se é uma informação, vamos colocar a informação, a informação positiva. Mas não havia essa iniciativa de comunicação.

E me perdoe: eu perdi uma parte do raciocínio da pergunta. Não sei se a contemplei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Poderia mencionar alguma como exemplo dessa conduta do Presidente?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu acho que é o próprio questionamento, não é? O questionamento inicial sobre atitudes de Governadores. Você tinha uma situação dúbia; você tinha alguns Governadores que estavam fazendo, e são públicas.

Você teve o Governador Caiado tendo uma reação difícil dentro do Estado de Goiás; o Governador de São Paulo, uma situação difícil. Começou-se uma narrativa em relação aos governos dos Estados em relação às medidas que visavam diminuir a concentração de pessoas e segurar o sistema enquanto eles se preparavam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para um exercício de memória: que ações iniciadas durante sua gestão – é a penúltima pergunta – foram descontinuadas depois da sua saída do ministério?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu acho que foi descontinuada – e não colocaram nada no lugar – a questão do acesso, da telemedicina como porta de entrada; eu vejo a questão da testagem, cujo processo de compra foi iniciado e, ao chegar, não foi executado daquela maneira como a gente pensava no plano – era um plano pensado em aconselhamento, acolhimento, entrada, testagem, separação de positivos e contactantes, diminuição de risco e medidas por índice de transmissão, e acompanhamento dessas ações –; eu acho que a questão da pesquisa – a gente orientou a realização de uma pesquisa sobre medicação, sobre cloroquina. Nós aguardávamos a pesquisa. O próximo ministro fez uma portaria sem aguardar a conclusão da pesquisa. Que eu possa me lembrar, os pontos principais são esses.

Depois, são ações mesmo. Eu não posso falar nada sobre vacinas, porque as vacinas não existiam quando eu estava no ministério, mas, se eu me lembrar do plano, é lógico que a gente teria uma iniciativa muito... Nós seríamos muito proativos na direção de vacinas para podermos tê-las como uma solução.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, o que motivou – é a última pergunta – sua exoneração em 16 de abril?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu acho que foi exatamente essa... Eu não pediria jamais demissão do cargo. Eu fui nomeado para ser Ministro da Saúde do Brasil pelo Presidente. O cargo de Ministro da Saúde é, em situação de pandemia... Eu tinha um paciente doente. Eu tinha que ficar com o meu paciente, à revelia de tudo e de todos, baseado no que eu tivesse de melhor. Eu acho que o Presidente não gostou, não quis, achou por bem ter um outro ministro, também colega, que vem aí na sequência, o Teich – ficou lá 20, 30 dias – e depois encontrou um ministro que parece que é com quem ele teve melhor afinidade nas suas ações.

O meu compromisso era com o meu paciente chamado Brasil. E eu não o deixaria em hipótese alguma, mas também não negociaria os valores, não negociaria a formação que eu tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Após sua saída, V. Exa. teria percebido algum tipo de represália ou de perseguição de agentes ou órgãos do Governo em decorrência de suas ações frente ao ministério?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Causou-me muita estranheza o fato de eu ser o primeiro Ministro da Saúde do Brasil a quem se imputou uma quarentena de 180 dias. Eu acho que naquele momento... Isto é uma coisa que eu até sugiro: que se regulamentem melhor os critérios de quarentena, porque não poder trabalhar naquele momento por ter... Eu acho que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele momento era um momento até para que todo mundo que pudesse ajudar poder trabalhar. Acho que aquilo dali não teve...

Não é que seja perseguição. Foi um entendimento da Comissão de Ética da Presidência da República de que o ex-Ministro da Saúde não poderia... E foi só a mim. Ao outro ministro não foi dado esse entendimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Estou plenamente satisfeito.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Às questões de internet, às questões de *fake news*, a essas a gente está bem habituado, e elas foram conforme o de costume.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tem o couro grosso já.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou passar a palavra ao Senador Randolfe, que, por 15 minutos, irá conversar com o Dr. Mandetta. Logo após, é o Senador Tasso Jereissati. Depois, em seguida, o Senador Humberto Costa.

Senador Randolfe, por 15 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E eu vou ser bem rigoroso. Eu queria que marcassem os 15 minutos, porque eu vou encerrar exatamente nos 15 minutos.

Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Presidente, como os primeiros questionamentos o Relator muito bem fez sobre o histórico da chegada do vírus, Sr. Ministro, eu queria partir, então, de um questionamento para ficar claro o que o Sr. Relator fez, respondido por V. Sa.

Quais eram os adversários que o senhor percebia no Governo às medidas que propunha para o enfrentamento da pandemia? V. Sa. disse que houve uma reunião do Palácio do Planalto em que estava o filho do Presidente sentado a uma mesa e outros interlocutores. V. Exa. poderia declinar qual dos filhos do Presidente estava presente e qual o papel dele nessa reunião e dos demais que estavam e que eventualmente se opunham às suas diretrizes?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) - Olha, a presença...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha dificuldades... Por exemplo, relações com a China: eu tinha um Ministério de Relações Exteriores que eu precisava muito porque eu era dependente de insumos que estavam na China, insumos que eu tinha que trazer para dentro do Brasil. Então, era mais do que necessário que nós tivéssemos um bom diálogo com a China. Então, eu tinha dificuldade com o Ministro de Relações Exteriores. O outro filho do Presidente que é Deputado, Eduardo, tinha rotas de colisão com a China, através do Twitter, mal-estar. Eu fui até certo dia ao Palácio do Planalto, e eles estavam todos lá, os três filhos do Presidente, e mais assessores que são assessores de comunicação. Disse a eles: "Olha, eu preciso conversar com o Embaixador da China, eu preciso que ele nos ajude, pedir uma reunião com ele. Posso trazer aqui?". "Não, aqui não". Eu ia trazer essa... Acabei fazendo por telefone. Eu ia fazer essa reunião na Opas, que é um mecanismo internacional. Então, isso era difícil...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Então, existia uma oposição a qualquer diálogo com a China?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Existia uma dificuldade de superar essas questões. No início, há uma viagem do Presidente para a Flórida, e ele encontra o Presidente Trump. Na volta dessa viagem, inclusive, foi o dia em que eu recebi o Senador Jorginho Mello e o Senador Nelsinho Trad no meu gabinete, preocupados porque um dos secretários havia contraído a doença. E foi naquele mesmo dia à noite que eu fui no Congresso. O Senador Nelsinho Trad, já contaminado, deu um beijo na testa da Senadora Mara Gabrilli. Ali eu percebi e falei: "Eles não estão entendendo". Quer dizer, não havia ninguém compreendendo a extensão daquele problema. Era um momento em que o Presidente Trump chamava o vírus de vírus chinês, havia um mal-estar da China com os Estados Unidos, e aqui, de alguma maneira, fazia-se esse tipo de conflitos com a China, que eu achava, naquele momento, que dificultava muito a boa vontade. Por isso eu fui até a embaixada, por isso eu liguei para o Ministro da Saúde pedindo pessoalmente que eles ajudassem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O Supremo Tribunal Federal, em decisão liminar do Ministro Marco Aurélio, em 14 de março de 2020, depois ratificada pelo Plenário em 15 de abril de 2020 - V. Exa. sai do ministério no dia 16 de abril -, deliberou, decidiu sobre a competência no enfrentamento à pandemia, que essa responsabilidade era, por óbvio, tripartite: da União, dos Estados e dos Municípios. Entretanto, antes, o Presidente da República procurou centralizar, unificar a política de combate à pandemia somente no Governo central.

V. Exa. imagina, se não tivesse havido essa decisão do Supremo Tribunal Federal, repartindo e assegurando as competências de Municípios e de Estados, qual teria sido o impacto da pandemia? Seria mais eficaz se tivesse ficado somente sob o controle do Governo Federal?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É muito difícil de lhe responder, Senador Randolfe, muito difícil. Eu acho muito complexo que o Poder central consiga entender as particularidades. Eu entendi aquela divisão de funções basicamente como reconhecimento do pacto federativo do SUS, quer dizer, nós estávamos ali pensando em como organizar uma doença, mas eu não saberia lhe dizer como teria sido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Então, o senhor considera a decisão do Supremo Tribunal Federal plena, perfeita, conforme a Constituição e que não retira as atribuições...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– ... do Governo Federal?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, pelo contrário. Era exatamente aquilo que nós estávamos fazendo: monitorando aconselhamento, fazendo portarias técnicas e, quando tínhamos situação, alertando. Eu me lembro, em Fortaleza, de o Governador ter flexibilizado num domingo, de ter falado: "Olha, eu vou abrir tudo amanhã". E nós recebemos os números de Fortaleza, às 10h30, 11h da manhã, e os números eram assim: vai ser uma espiral absurda. Eu falei: "Ele não deve estar tendo esses números. Não é possível que ele tenha deliberado isso dessa maneira". Eu liguei do meu gabinete...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Ele, o senhor fala o Presidente da República?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – O Governador. Não, o Governador do Ceará. Eu liguei para ele e falei: "Olha, vou lhe mandar os últimos números – que nós estamos aqui no nosso monitoramento – sobre Fortaleza, para que o senhor embase a sua decisão de uma maneira consciente do que há aqui". Ele os viu, retificou o próprio decreto no dia seguinte, e era assim, com essa harmonia entre os entes federativos, que a gente imaginava que poderia construir uma situação melhor para todos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Ministro, as perguntas sobre vacinas, por óbvio, vamos deixar para os próximos, para os seus sucessores, mas me permita. Em abril de 2020, foi anunciado o consórcio internacional Covax Facility. O Brasil só aderiu através de lei, a rigor da MP 1.003, e agora Lei 14.121, em março de 2021. E aderiu ao instrumento do consórcio do Covax Facility em setembro de 2020. Até 18 de dezembro de 2020, 190 nações do globo já haviam aderido, e, assim mesmo, quando o Brasil aderiu, foi somente com a cota mínima para imunização da população, de 10%.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor atribui isso, esse atraso, a essa política externa que o senhor relatou por conta do Ministério das Relações Exteriores? Essas orientações que eram dadas por parte do Ministro Ernesto Araújo, das pessoas mais próximas do Presidente da República?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Acho que principalmente de Relações Exteriores, porque havia o mundo, o multilateralismo estava em xeque para essas pessoas, e aquilo é um esforço multilateral. A impressão que eu tenho é que quem representou o Brasil lá nesses fóruns, embora o assunto fosse um agrupamento de países, não deve ter sido... Eu não estava no ministério, mas não deve ter sido o Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ministro, na sua obra *Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus*, na p. 28, há um relato que me parece muito interessante: "Uma semana antes de viajar...". Abro aspas aqui para citar, Presidente:

Uma semana antes de viajar, meu chefe de Gabinete, Robson Santos [...], me informou que havia recebido da Presidência uma solicitação para exonerar quatro integrantes da minha equipe: João Gabbardo [...], Erno Harzheim [...], Francisco [...] Figueiredo [...] e Jacson Barros [...].

Com o pedido já vinham quatro novos nomes para substituí-los, todos do Rio de Janeiro e sem qualquer experiência em gestão do SUS. Não havia sido isso o combinado. Quando assumi a pasta, o presidente me garantiu que a escolha da equipe seria de minha responsabilidade. Pedi para falar com Bolsonaro e fui até o Palácio da Alvorada com o Robson para tentar entender o que estava acontecendo e fazê-lo compreender que aqueles cargos eram peças fundamentais na engrenagem do ministério.

Ele alegou que aqueles quatro nomes que estavam no ministério [abrem-se aspas] não eram "gente nossa" e que, por sugestão do filho, Flávio Bolsonaro, queria trocar essas pessoas.

Eu lhe pergunto: alguma dessas trocas... Parece-me que as trocas não chegaram a se concretizar, lhe pergunto: por quê? Posteriormente à sua saída, os nomes sugeridos vieram a assumir algum desses postos? E por fim, a que o senhor alega essa iniciativa do Presidente da República de substituir os seus quatro secretários?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Eu acho que... Eu não me lembro dos nomes, Senador Randolfe, eu não tenho... Eu procurei, na época de redigir o livro, não tenho nenhuma anotação dos nomes, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Os nomes que eram indicados?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É. Mas, assim... O Ministério da Saúde, há muitas gestões, necessita de uma... Passou muito tempo com gestões mais de acomodamentos políticos do que de acomodamentos técnicos. Foi uma das razões pelas quais eu aceitei ser Ministro da Saúde, para que a gente pudesse montar uma equipe técnica. Essas pessoas não eram pessoas que foram escolhidas por eu não ter nenhum vínculo com elas, pelo contrário, foi desempenho, mérito, entrevista. O Wanderson Kleber de Oliveira é enfermeiro do Hospital de Forças Armadas aqui de Brasília, um dos melhores técnicos do mundo em epidemia, foi quem desvendou zika a campo, quem enfrentou febre amarela, é pós-graduado no CDC, pelo SUS. Gabbardo, idem, 43 anos de sistema. Erno Harzheim foi o secretário municipal revelação do Brasil, com os melhores indicadores, enfim. E assim nós fizemos o trabalho.

Quando eu voltei – eu ia para a Suíça na semana seguinte –, eu recebi essa informação de troca dessas pessoas. Eu argumentei que isso não... Aí eu entendi, eu acho, que eles se preocupavam mais com a questão do Rio de Janeiro, com alguma coisa relacionada àquilo. Eu fui para Genebra e na volta veio a pandemia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O senhor não saberia dizer qual era essa coisa do Rio de Janeiro?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Qual era... Não, assim, imagino que deva ser alguma coisa porque eram todos do Rio de Janeiro. Não sei se quem levou a ele levou alguma coisa de Rio de Janeiro, porque eram quatro pessoas do Rio de Janeiro. Mas, quando eu volto, como volta a pandemia, eu digo: "Olha, vou continuar com essa equipe na pandemia", e continuei. Então esse assunto não prosperou, foi um assunto que ficou ali como um registro de um momento. Mas ele não, não deu seguimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Presidente, para mim faltam três minutos, eu vou fazer então... Vou suprir o método dialético de perguntas e respostas e fazer todas as perguntas. Aí eu peço a S. Exa. o Ministro que se atenha à resposta destas e peço a V. Exa. o tempo somente para ele concluir as respostas, que considero importante ter nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Ministério da Saúde, durante sua gestão, recebeu alguma pressão ou ordem direta por parte do Presidente da República e seus assessores para tomar medidas ou manifestar contrariedade contra a adoção das medidas de combate à Covid-19 recomendadas pela Organização Mundial de Saúde, como isolamento e quarentena?

Dois. Na sua avaliação, a postura e as ações do Presidente da República contra o isolamento social tiveram impacto no agravamento da pandemia e no aumento do número de mortes no Brasil?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Três. A tragédia brasileira poderia ter sido evitada? O Brasil tinha condições de enfrentar de forma melhor esta pandemia?

E, por fim, Sr. Presidente, em março de 2020, o Governo lançou a campanha O Brasil não pode parar, manifestando oposição a quaisquer medidas de isolamento. V. Sa. teve conhecimento antecipado dessa campanha? Se sim, V. Sa. tentou se contrapor a ela? E qual a opinião de V. Sa. sobre essa campanha?

São essas as minhas perguntas, Presidente. Eu peço só ao senhor a condescendência para que o nosso depoente possa responder a elas.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Vamos lá. Eu vou responder a elas bem objetivamente para tentar me ater ao tempo dado pelo Presidente.

Em relação a se o Ministério da Saúde foi pressionado – a primeira pergunta –, não; ele foi confrontado, ele foi publicamente confrontado. E isso dava uma informação dúbia à sociedade. O objetivo do Ministério da Saúde era dar uma informação, e o Presidente dava outra informação. Então, essa dubiedade. Mas diretamente a mim, pressionado para mudar, somente com atos que ele executava. Se a postura trouxe um impacto, sim. Você não pode, em tempos de epidemia... Você tem que ter a unidade. Você tem que ter a fala única. Esse vírus não ataca... O raciocínio não é individual. Esse vírus ataca a sociedade como um todo. Ele ataca a educação, a cultura, o esporte, o lazer. Ele ataca tudo: a economia, o emprego, microempresas. Ele ataca o sistema de saúde a ponto de derrubá-lo, e, aí sim, o sistema de saúde não pode atender quem tem apendicite, quem tem... Lá em Manaus, por exemplo, tinham 60 crianças em UTI neonatal que dependiam de oxigênio. E, acaba o oxigênio, você faz o quê? Elas não estão... Você começa a fazer mortes correlatas, etc. Então, você tem, sim, esse impacto, porque você... Houve uma ruptura, não é? A medicina ficou completamente dividida. O conselho, de uma maneira, não consegue se pronunciar. As pessoas começaram a ver... "Sim, eu posso fazer isso, eu sou leal, eu faço dessa maneira".

A tragédia: sim, o Brasil podia mais, o SUS podia mais, a gente poderia mais. Poderíamos estar vacinando já desde novembro do ano passado.

E essa campanha O Brasil não pode parar... Eu me lembro de que isso daqui apareceu e saiu muito rápido, porque essa campanha foi uma campanha feita pelo Prefeito de Milão, e ele fez, e 15 dias depois Milão assistiu a uma das maiores tragédias sanitárias. E o vídeo era exatamente igual. Não passou pelo Ministério da Saúde, ele simplesmente estreou, mas, depois que estreou, ficou pouco tempo e foi retirado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati, por favor, abra... Por 15 minutos.

Senador Randolfe, assumo aqui por favor que eu estou tentando fazer contato com o Ministério do Exército. É que agora já não seria mais presencial, mas semipresencial, e eu tenho que ter a certeza, porque está mantida a presença do General Pazuello amanhã aqui, às 10 horas da manhã, porque até agora nós não recebemos nenhum comunicado oficial, nada oficial. E, se não tiver tempo, se não tiver tempo de receber oficialmente, eu não mudarei, será presencial a presença do General Pazuello aqui. Então, eu não vou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente Omar, o Ministro Pazuello não precisa ficar de quarentena; basta ele fazer o teste, o que seria já uma demonstração de boa vontade com a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, tive toda boa vontade em relação ao que foi comunicado para mim hoje cedo. E o que me foi comunicado foi que o Ministro Pazuello teve contato com dois oficiais que são assessores dele, esses oficiais contraíram o coronavírus, o Ministro Pazuello estava preocupado em transmitir aqui na sessão e ficaria de quarentena. O.k. Então me comunica, que eu vou passar aos membros da Comissão, porque a decisão final é do Colegiado, não é minha, sozinho.

Então, eu desci há pouco, saí daqui, fui lá, liguei: "Não, tá chegando." Esse "tá chegando" vem desde às 8h da manhã.

O Senador Ciro disse: "Não, ele vai fazer virtual". Eu não tenho, absolutamente... Primeiro, para fazer virtual, tem que ter toda uma estrutura montada e saber se lá, onde ele estará virtualmente, não vai cair o sistema, e muita coisa...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, só para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Já não ficou definido aqui para a Comissão que poderia ser feito de forma virtual?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Semivirtual, mas tem que ser comunicado com antecedência, porque o Senado precisa se deslocar para o lugar, para que se faça o *link* com a Comissão e não haja nenhum subterfúgio de dizer que o *link* caiu, está certo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque é simples, a gente entra e sai na hora que quer.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí caiu internet... Aí... É isso que eu quero dizer. Por isso é que tenho de ser comunicado, para que a Secretaria daqui possa tomar as providências.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só para uma correção: este Plenário não decidiu autorizando depoimentos virtuais em nenhum momento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós decidimos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A questão de ordem foi que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O que foi decidido aqui é: semivirtual a presença de Senadores...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os depoimentos seriam presenciais. Isso está nas atas aí, é só procurar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para... Eu reiterarei a V. Exa. naquele momento justamente nesse ponto. V. Exa. pode, neste momento, até mudar de posição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, naquele momento, Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, tudo o que nós falamos aqui está gravado, é simples, é só ver.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então solicite a sua assessoria, Sr. Presidente, porque eu reiterei a V. Exa. justamente este apelo: para que fossem presenciais os depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe o que é? Deixe eu dizer uma coisa: se o Ministro Pazuello está de quarentena, não tem problema a gente esperar 14 dias para ele vir aqui. Não tem problema – você está me entendendo? –, mas será presencial. Sabe por quê? Não haverá subterfúgios na minha presidência. Então, nós vamos esperar. Eu só quero que seja comunicado pelo Comando do Exército que o Ministro Pazuello teve contato. Eu não quero exame nenhum. Para mim...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apelo a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, o Exército tem fé pública, e principalmente o Comandante do Exército tem fé pública. Se ele disser para mim que isso ocorreu, eu não preciso pedir nenhum exame, nenhum teste. Zero. A palavra do Comandante do Exército basta para mim. Mas será presencial, Senador Ciro e Senador Marcos Rogério. Eu espero 14 dias, mas ele vem aqui para ser ouvido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só estou registrando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sem problema!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu gostaria então, Presidente, que o senhor esclarecesse a questão de ordem que foi formulada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A questão de ordem é o seguinte: foi pautada... Se houve um entendimento que os depoentes seria semipresencial, foi um equívoco. Semipresencial é a presença dos Senadores. Dos depoentes, será presencial.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa foi a resposta, e eu reiterei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu agora me deslocar para tentar resolver esse problema, porque nós estamos com a maior boa vontade para resolvê-lo. Se o General Pazuello se sente preocupado, e nós também estamos preocupados que ele venha para cá com coronavírus, não há problema: a gente espera. A CPI vai demorar 90 dias. O que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai acontecer é que, como o Ministro Pazuello falou em "pixuleco", aí o Fábio falou que o Ministro era incompetente, vai só demorar um pouco para a gente chegar às conclusões. Só isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Presidente Omar, mas para não ter nenhum prejuízo para o andamento dos trabalhos da CPI, existiria, por parte da maioria da CPI, impedimento para ser remota?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Existe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Qual seria a justificativa de uma testemunha se recusar a comparecer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Fernando Bezerra, meu Líder, se o caso é suspeita de Covid, esperamos a quarentena, sem problema nenhum. Por que até semana passada não tinha pressa, e agora tem pressa de ouvir?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Perfeito, Sr. Presidente. O senhor tem razão. Eu só quero esclarecer que todos os depoimentos de testemunhas serão presenciais, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, todos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Perfeito. V. Exa. Está mudando a posição, Sr. Presidente, em relação à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k. Se V. Exa. Entendeu de uma forma e eu não me interpretei bem, eu peço desculpas a V. Exa., Senador Marcos Rogério. Eu fui mal interpretado. Eu quis dizer que era semipresencial a presença dos Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Quanto a isso eu concordei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas depoimento via remota não é uma coisa como nós estamos fazendo aqui. Está aqui o ex-Ministro Pazuello tranquilamente respondendo...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Mandetta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Desculpe. O ex-Ministro Mandetta vai responder a todos os senhores. Então, se o caso específico do Ministro Pazuello é a questão da Covid, nós aguardamos 14 dias. Está certo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero que V. Exa. assuma. Eu só quero dar um pulo lá em baixo, quero conversar com o General do Exército, General Paulo Sérgio, para saber qual é a decisão que eles irão tomar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, no sistema remoto, Senador Tasso Jereissati com a palavra, para questionar o depoente.

Pode liberar o som do Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpellar. *Por videoconferência.*) - Presidente Randolfe, Relator Senador Renan, Ministro Mandetta, Sras. Senadoras, eu vou tentar ser breve, Ministro Mandetta, e fazer uma pergunta só e tentar... Apesar de ela não ser tão objetiva, para mim é muito importante para entender o pensamento e as atitudes do Presidente Bolsonaro, e que eu considero fundamental nesta CPI.

Eu imagino, e eu acompanhava pessoalmente todas aquelas suas coletivas, as que V. Exa. dava àquela época, e ninguém sabia direito o que aconteceria, o que se devia fazer, etc., quando nós começamos a notar uma evidente confrontação do Presidente com V. Exa. Quando eu digo confrontação, não era através de palavras, mas através de atitudes: o senhor defendendo de uma maneira enfática o afastamento social e o uso de máscaras, e, durante esse período em que o senhor vinha à televisão falar do afastamento social, porque na época era a única arma que se conhecia mundialmente, em função das experiências anteriores, e V. Exa. já explicou bem isso, o Presidente o afrontava. E foram dezenas. Chegou alguém a nos falar aqui que foram mais de 60 aglomerações sem máscara a que o Presidente foi, que presenciou, durante essas suas apresentações na televisão.

Eu imagino que V. Exa., em algum momento, ia não só a uma reunião de ministros, mas pessoalmente ao Presidente e explicava cientificamente: "Presidente, o afastamento social é por causa disso, disso e daquilo, segundo a organização tal, o instituto tal, segundo o que aconteceu na gripe espanhola ou na Aids, etc., etc. É fundamental. Isto vai causar milhares, dezenas de milhares de mortes, se nós não adotarmos uma atitude de afastamento social e uso de máscara". Eu queria entender, quando ele continuava a fazer, qual era a argumentação dele: se ele realmente acreditava em alguma outra teoria, se ele realmente fazia aquilo por puro impulso - por impulso: "Porque eu gosto de estar perto do povo, eu gosto de ir ali, e eu não acredito nisso, eu não acredito e pronto" - ou se tinha alguma coisa por trás disso, alguma ideia por trás disso.

O senhor falou uma coisa que me chamou a atenção: que o senhor presenciou, determinada vez, uma reunião com vários médicos, e, inclusive, o filho do Presidente estava presente também, em que esses médicos contrariavam as suas indicações e as suas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendações. Esses médicos tinham alguma teoria, alguma argumentação científica, alguma base histórica na contra-argumentação? O senhor falou aí do Ministro Osmar Terra, e a pergunta é – ele foi o grande defensor, contra o isolamento social e repetia que não iria haver mais de 2 mil mortes –: ele tinha alguma teoria atrás disso ou era apenas uma opinião pessoal dele? E qual foi a argumentação dele, por exemplo, dentro dessa mesma ideia, que eu quero entender, o que tinha atrás do pensamento do Presidente e de seus assessores, para que não fosse feita uma campanha que todos os países do mundo estavam fazendo àquele momento?

Essa é a minha questão, e só essa questão, em homenagem aqui ao nosso Presidente Randolfe, para economia de tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Tasso.

Com a palavra o depoente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – É muito difícil você entender qual é a teoria. A impressão que eu tenho é que havia algumas teorias que eram mais simpáticas. Uma delas era: o brasileiro vai se contaminar, ele mora em aglomerados, ele mora sem esgoto, então, vai se atingir o coeficiente de proteção de rebanho. Acho que essa pode ter sido talvez a inspiração dessas pessoas para levar até o Presidente, eu acho que esse era um argumento que eles poderiam colocar nesses termos.

Nessa reunião desses médicos com os outros ministros, não estavam os filhos não, estavam outros ministros, vários, Jorge Ramos, estava Barra Torres, estava Ministro Heleno, enfim... Olha, você sobe para a reunião e estavam dois médicos, aquela Nise Yamaguchi, que era chamada para dar essas coisas sobre cloroquina...

Eu acho que basicamente existia outra versão. Nós tínhamos um caminho, nós tínhamos uma caminhada com o que tínhamos ali do Ministério da Saúde, acoplado com tudo que a gente tinha de instituições mais históricas, Adolfo Lutz, Fiocruz, fazendo, ligando com Harvard, ligando com o que a gente tinha de melhor e convivendo. Era uma época, e isso é comum em pandemia, começam teorias, elas brotam diariamente: teorias sobre o teste, teorias sobre... Porque é o desconhecido, a ciência vai tateando. Há pessoas que, embora tenham feito essa previsão que o senhor cita do nosso colega de Câmara, o Osmar, ainda hoje ele falou: "Está vendo, agora estão caindo os casos, conforme eu previ". Nós estamos em 410 mil, ele previu 800, mas ele está mantendo firme que é conforme a previsão dele. São pessoas que acreditam, não é uma coisa assim... Eles acreditam naquele caminho. Não é errado acreditar naquele caminho, só que as evidências científicas têm que ser a base para a tomada de decisão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu posso dizer, Senador Tasso, é isso. Se eu alertei o Presidente? Alertei, falei. Só o término, o final dessa carta: "Nesse sentido, tendo em conta que a atuação do Ministério da Saúde no preparo, vigilância e resposta à pandemia, em consonância com o regulamento sanitário internacional do decreto de 30 de janeiro de 2020, fundamenta-se nos fatos apurados, nas evidências científicas e na observância dos princípios e regras que alicerçam os direitos e garantias fundamentais de todo cidadão brasileiro, recomendamos expressamente que a Presidência da República reveja o posicionamento adotado, acompanhando as recomendações do Ministério da Saúde, uma vez que a adoção de medidas em sentido contrário poderá gerar colapso do sistema de saúde e gravíssimas consequências à saúde da população brasileira".

Quer dizer, tudo o que eu podia fazer em termos de orientar "não vai nesse caminho, que esse caminho é extremamente perigoso" foi feito. Agora, ele tinha provavelmente outras pessoas que diziam: "Olha, isso que o Ministro da Saúde está falando está errado; vá por esse caminho". É uma decisão dele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Tasso, mais alguma pergunta ao depoente? (*Pausa.*)

Só liga o som do Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Ele tinha consciência de que não adotando as posições científicas aceitas mundialmente as consequências poderiam ser de uma mortandade em enorme escala no Brasil?

O senhor... V. Exa. alertava ele...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Sim, senhor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - ... qual era a consequência da não obediência a esses ditames internacionais?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Sim, senhor.

Alertei sistematicamente, inclusive fazendo as projeções. A projeção de 180 mil óbitos até 31 de dezembro e, na verdade, nós tivemos 191 mil. Nós erramos por 11 mil. Eu dei por Estado e por cidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Tasso.

Eu estou dando sequência, o próximo é o Senador Humberto Costa.

Pergunto ao Senador Otto Alencar se...

É porque não consta aqui na relação, eu já vou providenciar a inscrição de V. Exa.

Senador Humberto, os seus 15 minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sr. Ministro, eu quero continuar nessa tecla.

Recentemente, um ex-assessor de V. Exa., chamado Ugo Braga, disse em um programa de internet que nesse evento ao qual V. Exa. se referiu, no dia 11 de abril de 2020, em Águas Lindas de Goiás, o Presidente da República, em determinado momento, teria dito ao Governador Caiado a seguinte frase: "Vamos contaminar todo mundo logo de uma vez". Em uma alusão à disseminação de Covid-19 para atingir a imunidade de rebanho.

No dia 3 de abril, V. Exa., ou poucos dias antes, essa é uma matéria do dia 3 de abril da revista *IstoÉ*, diz que numa conversa com o Presidente, em que travava esse diálogo sobre a necessidade ou não do isolamento social, V.Sa. teria dito a ele: "Nós estamos preparados para o pior cenário com caminhões do Exército transportando corpos pelas ruas com transmissão ao vivo pela internet".

Eu pergunto a V. Exa., primeiro, V. Exa. ouviu o Presidente da República travar esse diálogo com o Governador Caiado?

Segundo, qual foi a resposta do Presidente da República a essa sua colocação de que nós poderíamos em breve estar assistindo àquela romaria de caminhões do Exército com vários corpos?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Bom, nessa ida à Águas Lindas, eu me lembro que era exatamente por esse hospital de campanha que o Ministro Tarcísio estava organizando a construção. Eu disse a ele: "Cuidado, porque se for até lá nós vamos... Vai acabar aglomerando. Não vamos, tem que ter muito cuidado".

Eles queriam ir de carro, acabou mudando e fomos de helicóptero. Eu fui dentro do helicóptero com o Presidente. O combinado era chegar, olhar, o público bem separado, mas na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hora em que o helicóptero, que ele olhou, que ele viu que o público estava na beirada, ele desceu do helicóptero, subiu as rampas e foi até as pessoas.

Eu fui até onde estava a comitiva do Governador Caiado. Quando ele volta de lá, ele vai em direção para dar um abraço no Governador Caiado e fala essa frase em tom de brincadeira, não é uma coisa... Fala em tom de brincadeira: "Vamos contaminar logo todo mundo". Mas o Governador Caiado sacou muito rápido um frasco de álcool em gel, usou nas suas mãos e ainda passou um pouco na mão do Presidente para dar aquela certa sensação ali... Isso foi uma coisa pontual.

E a outra é em relação à...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - À dos caixões.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - ... *Istoé*. Eu usei essa figura de linguagem porque o Secretário Wanderson tinha dito numa coletiva que a próxima normativa técnica que ele ia dar era exatamente sobre sepultamento. E o Presidente achou que aquilo era muito mórbido. "Pô, vocês vão baixar uma regra sobre caixão?" Mas é necessário, porque você tem toda a questão de lençol freático e, por isso, dois sacos plásticos grossos; você tem uma série de coisas ali. E, no dia dessa reunião, explicando, explicando, foi o dia que eu entreguei essa carta, inclusive, eu falei: "Olha, o senhor tem que estar preparado para todos os cenários, inclusive, para um cenário de colapso funerário", que, infelizmente, aconteceu em Manaus, que é aquela cena de Manaus com as pessoas enterrando as pessoas com trator, jogando os caixões um em cima do outro. Foi nesse sentido. Logicamente que ele escutou, mas não foi isso o suficiente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Mas ele respondeu o quê?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - A sensação que eu tinha era de que eu era o mensageiro da má notícia. Você sabe que, quando você dá as notícias que você tem que dar... E eu acho que lealdade é isto: você não deixar a pessoa depois dizer: "Olha, eu não fui assessorado, não me foi explicado". Eu usei essa figura de linguagem e acho que isso só serve, no final das contas, para acabar falando "Ah! Esse ministro só me traz notícias duras", e acabou gerando mais distanciamento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu pergunto isso a V. Sa. porque, com toda certeza, V. Sa. teve acesso a dois estudos: um promovido pela ONG Conectas, juntamente com pesquisadores da Universidade de São Paulo, da Faculdade de Medicina; e um outro estudo produzido pela Universidade de Michigan, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro estudo, que analisou não somente as frases e falas do Presidente e outras pessoas do Governo, mas mais de três mil resoluções legais administrativas e, mais do que administrativas também, jurídicas, em que a posição do Governo leva claramente à uma conclusão de que o Presidente da República assumiu por conta e risco a adesão à tese de que a busca da imunidade coletiva ou imunidade de rebanho deveria ser... Foi a linha que ele adotou. Tanto que várias vezes ele disse: "Isso é como chuva, todo mundo vai se molhar. Quando 70% tiver pegado, está tudo bem", o que, se é verdade, Ministro, é uma ação altamente criminosa, sabendo, inclusive, das consequências em termos de números de mortes e mais.

Então, pergunto a V. Sa. se V. Sa. manifesta algum reconhecimento de que possa vir a ser essa a teoria a que V. Sa. se referiu na sua resposta ao Senador Tasso Jereissati. É possível que o Presidente tenha adotado essa estratégia?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Acho que sim, porque essa era uma fala muito comum dessas personagens que eu citei. Eu me lembro de que eles se apropriaram de um estudo feito sem muita técnica científica, uma constatação.

Eles falaram assim: os doadores de sangue de Manaus, logo depois da primeira onda, saiu – eu não me lembro onde, se foi publicado, mas enfim – que mais de 50% teriam anticorpos contra a doença e que, portanto, já estaria muito próximo do fim, ainda em julho, junho ou julho, do ano passado. Olha, se Manaus, 50%...

Uma outra coisa que eu acho que foi muito negativa, quando me perguntaram da interrupção: o inquérito epidemiológico da Universidade Federal de Pelotas, porque ele parou de ser feito, porque ele era nossa bússola. Eu contratei para fazer todos os Estados. Você sabe quantas pessoas têm anticorpos. O inquérito da cidade de São Paulo em janeiro desse ano deu 13% – feito pela cidade –, ou seja, 87% poderiam ter, por isso que eu disse: "Vocês terão uma epidemia".

A impressão que eu tenho era que era alguma coisa nesse sentido, o principal convencimento – mas eu não posso afirmar, você tem que perguntar a quem de direito – era um entendimento assim: "As pessoas vão contrair isso, porque moram em favela, porque estão aglomerados, porque não têm esgoto, porque o brasileiro vai se contaminar e vai morrer só quem tem que morrer; só está morrendo idoso". E embarcaram nessa teoria. A impressão que eu tenho é que isso pode ser, mas não saberia, a não ser que alguém informe.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão que eu queria trazer para V. Exa.: nós precisamos aprender com erros e acertos, afinal de contas muita gente considera que essa pode ser a primeira de uma série de emergências sanitárias que nós vamos enfrentar.

E eu vi que V. Sa. falou de todo trabalho que foi feito lá, mas eu gostaria de levantar alguns questionamentos.

Primeiro, nós tivemos um intervalo de aproximadamente uns dois meses entre o que aconteceu na Europa, particularmente na Itália, e já tinha acontecido na China, em termos de mortes, em termos de colapso do sistema de saúde, enfim... Nós tivemos esse espaço de tempo. E V. Sa. fez aí uma descrição de uma série de ações, mas muitas dessas ações não aconteceram.

Por exemplo, houve, no dia 12 de março, um compromisso do Governo de garantir 2 mil leitos de UTIs para Estados e Municípios. V. Exa. saiu do Governo me parece que no dia 16 de abril e entregou apenas 17% desse número de leitos, apenas 350, com uma distribuição desigual pelo Brasil e 15 Estados fora desse desenho. Eu lhe pergunto por que não foi cumprida essa? Por que não foi cumprida a questão dos testes?

V. Exa. no dia 18 de março, junto ao Presidente da República, numa entrevista coletiva, chegou a dizer que a testagem seria um desperdício de dinheiro – testar a população brasileira.

Durante o período em que V. Sa. estava lá, o Brasil ocupou – acho que a posição hoje é até pior –, o Brasil ocupou a posição de número 60 entre 75 países em termos de testagem, está certo?

Então, eu quero ouvir de V. Exa. o que gerou essa... Além disso, a questão de equipamentos de proteção individual foi meramente porque o comércio, o mercado estava extremamente aquecido? Ou será que não houve, da parte da equipe de V. Sa., uma certa dificuldade de promover isso?

Segundo, muitas dessas coisas o Brasil tinha condição de produzir – produzir! No entanto, não produz. E, ao mesmo tempo, nós tivemos cortes absurdos no Governo Bolsonaro, inclusive no orçamento do Ministério da Saúde, dinheiro para instituições que poderiam ter feito esse desenvolvimento. A Fiocruz vivia passando um pires, aqui, para pegar emenda parlamentar, no ano de 2019, quando V. Sa. era o Ministro.

Então, eu queria ouvir isso que V. Sa., porque vai servir também – se, de fato, o meu julgamento é correto –, vai servir para que, em outras situações, quem lá estiver no ministério possa ter um desfecho melhor.

É o que eu pergunto a V. Sa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Vamos lá: sobre esses 2 mil leitos iniciais, eles foram feitos, foram contratados, eles conseguiram entregar algo em torno de mil; esse era um número inicial. Quando nós, em março – nós fizemos esse primeiro movimento ainda em fevereiro –, quando, em março, nós vimos que era um vírus altamente, que ia precisar de muito mais, nós conseguimos fazer o maior esforço industrial de todos os países do mundo. Eu saio com a entrega de 350 dessa escala, dessa *scale-up* – como a gente chama –, dessa força-tarefa de várias multinacionais que entraram naquilo, mas ela vai por semana e pacifica todo o Território nacional com quase 15 mil respiradores. Esse é um *case* de profundo sucesso.

Nós tivemos uma informação da China, Senador Humberto, que até hoje é questionada. Ora, nós vimos uma epidemia numa cidade chamada Wuhan, de 12 milhões de habitantes; foi a primeira vez em que a maioria de nós aqui escutou que existia uma cidade chamada Wuhan. Onde estão as cidades de 4, de 3, de 7, de 8, de 1, de 2 milhões, como Belo Horizonte, como Brasília, na China? Eles fizeram um hospital de campanha, televisionaram, permaneceram cinco semanas, desfizeram o hospital de campanha. Onde está a epidemia de Pequim, que tem 26 milhões de pessoas? A informação da China é objeto, hoje, de investigação internacional pela própria Organização Mundial da Saúde, tentando entender por vias indiretas.

A China, quando ela proibiu exportação... Se 94% dos itens são de lá, e ela fecha a exportação por mais de 30 dias, é porque ela mandou abastecer só o seu mercado interno, e o mundo ficou em compasso de espera. Então, era muito difícil se entender o que estava acontecendo lá. Somente quando entrou no mundo ocidental, somente quando a Itália caiu – o primeiro caso brasileiro, 26 de fevereiro, foi no dia em que a Itália decretou *lockdown*, na região da Lombardia, em Milão –, aí que nós fomos ver: caiu o sistema de saúde da França; na Inglaterra, as enfermeiras com saco de lixo na cabeça; depois de um tempo, nós vimos cair Nova York, Califórnia, Florida. Aí que o sistema foi caindo no mundo ocidental, e a gente conseguiu ainda, com muito esforço – não foi pouco, não! –, a gente conseguiu não deixar desabastecer o Brasil, ativar o setor industrial inteiro.

Agora, contra cortes de orçamento, Senador Humberto, aí isso é um histórico em que a gente pode colocar, aqui, o SUS inteiro – não é? A gente tem vários cortes de orçamento, a gente tem inúmeros cortes de orçamento. Que a Fiocruz passeia por aqui, com o pires na mão, todo ano, pedindo emenda – eu fui Deputado Federal por oito anos. É hábito dela pedir emendas, assim como de outras instituições.

Então, o que a gente fez foi o máximo das nossas possibilidades com ciência, com todo o denodo, e conseguimos passar aquela primeira onda com o máximo de atenção e carinho com o povo brasileiro, que era o que era possível fazer pelo SUS.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, Sr. Presidente, eu queria somente entregar ao ex-Ministro Mandetta aqui um documento do Datasus, porque ele foi muito enfático em dizer que não houve, no período que ele estava no ministério, nada em relação à cloroquina que não fosse nas suas aplicações habituais. Eu tenho aqui um registro do Datasus referente à data de 27 de março até 16 de abril, em que há, sob o nome do programa Covid-19, o envio para todos os Estados do Brasil de 560 mil unidades da cloroquina. Pode ser que V. Exa. não soubesse, mas eu vou passar...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... e V. Exa. poderá...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – As ações foram para a cloroquina de uso hospitalar, para uso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas está escrito aí Covid-19.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Para uso compassivo em ambiente hospitalar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aquele nos casos graves.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Graves e moderados e graves, porque os hospitais falaram: "Olha, embora você coloque isso, essa medicação não é hospitalar". Os hospitais não trabalham com cloroquina. Cloroquina é sempre uma coisa de atenção primária. Então, foi solicitado e foi remetido a eles no âmbito do uso compassivo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

Próximo inscrito para questionar o depoente, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Randolfe Rodrigues, meu colega Senador.

V. Sa. Luiz Henrique, permita-me chamá-lo assim, porque é o nome do meu primogênito, Luís Henrique, eu fico mais à vontade ainda.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Francisco de Assis, grande pacifista e humanista, tem uma frase que é muito inspiradora que diz o seguinte: as palavras podem até convencer, mas é o exemplo que arrasta. A gente viu várias aglomerações do Presidente da República. Inclusive, o Senador Izalci Lucas aqui presente fez um requerimento, eu acolhi prontamente, pela independência, e apresentei esse requerimento para ver a agenda presidencial desses encontros. E eu queria saber a opinião do senhor com relação à liderança maior do País dando esse tipo de exemplo.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Olha, eu acho que todos nós, em algum momento, acertamos e erramos. Existe a necessidade de se ver em que circunstâncias que isso se dá. Se há o dolo intencional, se há aquela coisa: "Vou fazer exatamente para confundir, para induzir", eu acho que isso é o que divide.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Então, o senhor considera que foi um equívoco de sua parte a despedida do Ministério da Saúde, em abril de 2020, em que a gente já tinha números preocupantes da pandemia? O senhor foi flagrado abraçando, cantando, sem máscara, aglomerando no interior do próprio Ministério da Saúde. E em novembro de 2020, numa situação mais delicada ainda que a Nação vivia, o senhor estava jogando sinuca em ambiente de aglomeração, sem máscara, ao lado de pessoas sem máscara. Isso foi um erro ou isso é hipocrisia?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não. A Teresa era funcionária do Ministério da Saúde. Naquele momento, o Ministério da Saúde estava muito comigo, Senador. Na semana anterior, eu já era ameaçado de demissão, e eles desceram todos para o chão do Ministério da Saúde para me receber e comemoram que eu permaneci; e eu os mandei trabalhar.

Nós trabalhávamos com o conceito de biossegurança forte. O uso do colete do SUS não era nada além do que a recomendação do Wanderson, já que ternos e gravatas, como não são lavados todos os dias, podem ser elementos de transmissão.

Conseguimos atravessar com toda a equipe sem nenhum caso. Naquele dia foi o dia em que foi testado todo mundo no teste rápido, e a Teresa é uma funcionária de carreira, e eu a abracei simbolicamente, despedindo. Não deveria, mas era muita emoção naquele momento ali. Era uma equipe muito unida.

Quanto ao segundo ato, nós estávamos em novembro, estávamos em eleições municipais. Todas as cidades estavam já com as suas regras estabelecidas. Esse estabelecimento estava aberto, era um sábado à noite, estávamos eu e meu filho tendo uma conversa de pai para filho, e você pede alguma coisa para comer, estava ali, e eu vi que eles bateram fotografia. Mas, dentro do que eram as regras da minha cidade. Assim como depois,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltando de uma visita que faço anualmente – e este ano já fui, e foi nesse dia que eu fui a Aparecida: eu sou devoto de Nossa Senhora Aparecida –, e desci pelo litoral e parei ali para ver uma praia. E parei durante duas horas e fui embora também. Mas todas elas dentro das regras que eram estabelecidas para aquele momento nos locais em que eu estava.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Muito obrigado.

V. Sa. falou aí que no dia 3 de janeiro do ano passado o Brasil emitiu um comunicado – não sei se é essa a expressão – para a OMS, perguntando se existia uma pandemia. No dia 24 de fevereiro, a OMS respondeu, dizendo que existia. Eu lhe pergunto: por que o senhor, como Ministro da Saúde do Brasil, não recomendou expressamente que quase um mês depois, no dia 21 de fevereiro, uma festa tradicional do Brasil chamada Carnaval... Inclusive o senhor deu uma entrevista – e estou aqui com ela – a UOL (ao Bastidores do Poder, Rádio Bandeirantes, que foi republicado pelo UOL), dizendo o seguinte: "Coronavírus preocupa no Carnaval, mas não tem como parar a vida". Ou seja, por que o senhor não falou com o Presidente, não pediu, de alguma forma, aí para que as pessoas não realizassem – as Prefeituras, os Estados –, não realizassem o Carnaval no Brasil, Ministro?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Primeiro, com o Presidente, com certeza, não teria sido o mais fecundo.

Agora, a gente seguia, nesse momento, Senador Girão, as recomendações da OMS. A OMS não mandou fechar voos da China; as feiras de negócios continuaram a acontecer. Expressamente ela dizia que não era para fazer restrição de movimentação. Não havia nenhum caso registrado dentro do Brasil. Nós estávamos sob efeito de vigilância, os brasileiros... O mundo estava ainda andando.

Eu não posso... Até para ilustrar, eu fui um dos poucos ministros de Estado do mundo convidado para o Fórum Econômico de Davos, na Suíça. O Presidente do Estados Unidos Trump estava lá; não tinha ninguém de máscara, não tinha nenhum álcool em gel. Isso era no dia 22, 23 de janeiro. As reuniões eram todas em salas fechadas, estava frio do lado de fora, tinha delegação de China para todos os lados, e não havia nenhum tipo de alerta sobre absolutamente nada, embora a gente já captasse. Esse era o mundo, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Tá.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Esse era o mundo. No mundo inteiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Agora, o Presidente pediu para que não se realizasse o Carnaval.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Presidente da República.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Essa informação... Não para o senhor?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas ele chegou a falar isso publicamente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – A mim, não. Nunca.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Outra pergunta: o senhor falou que o Brasil foi pioneiro em comprar 15 mil respiradores. Eu não lembro o preço unitário que o senhor falou.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Treze mil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Treze mil? Treze mil reais?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É. Para a indústria brasileira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Preço barato. Realmente tenho que parabenizar pelo...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Aqui conseguiu o melhor preço, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Agora, como é que o senhor me explica, se há uma mínima comunicação, que o senhor disse que existia, entre o Ministério da Saúde e os governos dos Estados e prefeituras... Por exemplo, o Consórcio Nordeste, que reúne nove Governadores de Estados do Nordeste, comprou 300 respiradores de uma indústria – não me pergunte o que é que tem a ver, eu que lhe faço a pergunta, se o senhor sabe –, da indústria da maconha, de empresas que comercializam o produto à base de maconha. Eu não sei o que que isso tem a ver com Covid e com respirador, mas comprou a um preço de R\$150 mil, e até hoje esses respiradores não chegaram.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a minha capital, Fortaleza, por exemplo, comprou respiradores, acredite, por R\$234 mil a unidade, enquanto foi por R\$13 mil que o Ministério da Saúde comprou. O senhor tem como, de alguma forma... Não havia informação nenhuma de que Governadores e Prefeitos estavam fazendo essa festa com esses valores?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Senador, nós fazemos aquilo que é da nossa competência. Nossa competência àquele momento foi: vamos organizar a indústria nacional e vamos fazer uma encomenda de 15 mil e vamos dar a ela todas as condições de material, equipamento, agilidade para ser feito, no menor tempo possível, o maior número de respiradores de que a gente necessita. Agora, entre ela estartar e ela entregar, é esse *gap* que a gente vai aumentando. Ninguém tinha, naquele momento, 15 mil respiradores em cima da prateleira. E tudo pactuado dentro do sistema. Isso não os impede de tentar comprar.

Agora, à época eu conversava muito com o Ministro Moro, Senador Girão. E o Ministro Moro me mandou, para dentro do Ministério da Saúde, por solicitação do ministério, o então Superintendente da Polícia Federal. Eu fiz a reunião com ele e falei: "Estou repassando todos esses recursos aqui. Os senhores devem fazer toda essa parte de monitoramento, para que vocês possam fazer...". Dei para eles os dígitos, os localizadores todos para que eles pudessem fazer o zelo pela coisa pública.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Mais uma pergunta: diante de tantas mortes e risco de colapso nos hospitais, com grande carência de vacinas e quase impossibilidade de se fazer um *lockdown* 100% efetivo, em uma guerra que a gente vive, que a gente viveu no período em que o senhor era ministro, não dispondo de "armas certificadas" – entre aspas – para fazer esse combate e devendo usar todos os recursos possíveis, apoiando a autonomia do médico e do paciente, evitando a perseguição e menosprezo a dezenas de milhares de médicos que adotam, disponibilizar na rede pública de saúde, com os necessários cuidados na sua administração, os diversos medicamentos seguros e com evidência científica... E eu faço aqui um parêntese: evidência científica é uma coisa muito usada, muito batida, mas a ciência está dividida com relação a tratamento preventivo, profilático ou tratamento imediato ou precoce. Existe uma divisão clara; alguns países adotam, outros não. E é importante que, nesta CPI, a gente possa ter um equilíbrio para ouvir, para buscar a verdade.

Eu lhe pergunto: o senhor não considera que errou por ter sido um opositor à opção do tratamento precoce ou imediato, proporcionando à população pelo menos o direito, pelo menos o direito a essa tentativa de tratamento extremamente segura, segundo especialistas e médicos renomados que nós tivemos a possibilidade de ouvir aqui no Senado já, amplamente disponível



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a um excelente custo-benefício, com chance de reduzir a mortalidade, transmissão, a síndrome pós-Covid e até prevenir a infecção em um país em que menos de 10% dos Municípios possuem leitos de UTI? Será que o senhor vai ter algum remorso se no futuro, dentro de pouco tempo, se confirmar a expectativa de muitos médicos brasileiros reunidos em associações que estão fazendo com resultados clínicos evidenciados? Eu queria saber do senhor isso. O senhor vai ter remorso?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Não, Senador. Aqui é ciência, aqui é estudo.

Eu jamais, na minha vida, tomei decisões sem estudar. E a gente quando estuda, principalmente quando tem uma situação como essa em que você tem uma doença que não está determinada, a gente tem que acreditar nas bases do seu estudo. Aqui tem advogados, aqui tem engenheiros. A base da Medicina é ramo da Filosofia; ela é Hipócrates. Ali, ela diz que, sem diagnóstico, não há tratamento. Parece uma coisa simples, mas quanta gente erra isso mundo afora! Ali ela diz *non nocere*, não pode sem risco-benefício, Senador.

Do mesmo modo que bate na tecla da cloroquina, existem, por exemplo, pessoas que preconizam...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não estou falando só de cloroquina. Estou falando de ivermectina.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Tem pessoas que preconizam ivermectina também sem fundamento científico. Ela é inerte? "Ah, se não servir para nada, pelo menos serviu para matar verme", como eu escuto. "Não, pode usar porque está sendo usado em tal lugar". Tem que restar comprovado, tem que estar dentro da agência, tem que estar dentro da bula, tem que estar dentro do compêndio.

Eu tenho aqui a bula - eu não vou ler, porque ela é muito grande. Eu tenho a bula da cloroquina e a bula da ivermectina. Eu recomendo a todos vocês que leiam para que vocês possam saber pelo menos os efeitos colaterais.

A autarquia federal responsável de fazer exatamente a proteção da sociedade a isso - ela é fruto da Revolução Francesa - são os conselhos. O conselho deveria ter dado o parâmetro. Os médicos ficaram cada cabeça uma sentença.

Eu tenho, por exemplo, ozonioterapia intrarretal, que está sendo preconizada. Eu vi cloroquina sendo usada como nebulização, partindo de comprimido com talco. Essa via inalatória é uma via tão... De margem de segurança muito menor do que a gastrointestinal. Então, o que está vendo, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que alguma substância funcione. Se tem uma pessoa que espera muito da ciência, sou eu. Agora, alguém tem que ser racional, alguém tem que falar: "Eu vou pelo estudo".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.

Deixe-me só fazer a última pergunta: na gripe H1N1, em que não havia evidência científica de que medicamentos como oseltamivir, nome comercial do Tamiflu, seriam eficazes para o tratamento da enfermidade, que médicos, graças à autonomia do médico, do paciente e de apoio que receberam, começaram a prescrever, mesmo assim obtendo ótimos resultados. Somente mais tarde veio a comprovação científica da sua eficácia na redução de tempo de hospitalização, o que resultou em grande número de vidas poupadas.

A pergunta que eu faço nos 15 segundos que restam: em outras palavras, para o senhor, a administração do Tamiflu para o H1N1, quando não havia evidência científica de sua eficácia, foi um crime?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Não, ela foi um acerto da ciência. A ciência não comete crime, doutor; a ciência vai à luz dos fatos, quer a gente goste do resultado ou não. A ciência parte da dúvida. Não existe verdade absoluta; você vai lá e submete a sua verdade, e submete aos pares - e submete aos pares. Se não fosse assim, o Iluminismo não teria existido, a era da ciência, nós estaríamos nas trevas, nós estaríamos ainda com credices e "bruxices". Para isso existe a ciência, para isso ela é feita, para tomar decisão baseado nela. Para o bem, quer eu goste, quer eu não goste, ela está ali, é límpida, igual água de rocha. Tem que colocar ali. E, muitas vezes, a gente acredita numa coisa e depois a gente fala: "Puxa, o que eu acreditava realmente não era... Ela mudou". E é assim, a nossa lavra é dessa maneira. É assim com o meu filho, que tem 25 anos e é residente de cirurgia geral, e é assim com meu pai, que tem 90, é médico e é meu conselheiro de filosofia.

Nós temos aí... Eu estava aqui hoje, eu estava usando este anel de médico aqui. Esse meu avô deu para o meu pai, o meu pai deu para mim, e eu dei para o meu filho. E é por ali que a gente vai, é assim. E, quando a gente fala: "O cientista tem que decidir dessa maneira", a Igreja Católica já fez loucuras até com Galileu Galilei, fê-lo desfazer que a Terra era o centro do universo.

Então, não existe. Deixe-os trabalhar, eles vão trazendo. No caso da H1N1, eles trouxeram a evidência científica, foi, colocou, fez, ótimo, usamos, foi, consertou, depois veio a vacina, a vacina... Acabou de usar o medicamento. Existem os consensos, os consensos são mundiais. Eles são mundiais: os Estados Unidos procuram, a Europa procura, todos os países



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procuram hoje uma solução entre as substâncias que existem. Substâncias primárias demoram para ser sintetizadas, mas alguém tem que ficar dentro do livro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senador Eduardo Girão.

O Senador Ciro Nogueira é o próximo a questionar o depoente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para interpelar.) - Ministro Mandetta, muito obrigado pela sua presença aqui, nesta Casa.

Eu vou volta a um tema que foi abordado pelo Relator, porque houve um equívoco da sua parte no que diz respeito às datas. O senhor diz que foi de janeiro para fevereiro, mas essa recomendação aconteceu no mês de abril. Em sua gestão, o senhor chegou a recomendar que as pessoas com sintomas leves da doença não procurassem atendimento médico; elas deveriam permanecer em casa - e é uma frase até um pouco difícil para pessoas que querem acreditar na ciência - fazendo orações, tomando chá e canja de galinha. O hospital ou posto de saúde somente deveria ser procurado em caso de febre alta ou desconforto respiratório. No entanto, sabe-se que a Covid-19 frequentemente é uma doença silenciosa, progressiva, que demanda cuidados médicos imediatos diante de tantos fatos.

Queria saber o que levou o senhor, que é um médico, a fazer essa recomendação, que, no meu ponto de vista - não sou médico - é uma recomendação equivocada, que resultou em enorme subnotificação e sem dúvida contribuiu para que muitos transmitissem o vírus sem saber que estavam infectados, que vários sofressem o agravamento da doença sem qualquer assistência médica e milhares adentrassem os hospitais de todo o País quando a doença já estava em estado avançado, acabando perdendo sua vida. Considerando que metade dos pacientes que são internados precisam ser intubados, que dois terços dos pacientes que são intubados acabam não resistindo, o senhor não acha que essas recomendações suas foram fundamentais para atingirmos esses exorbitantes números de mortes no nosso País?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) - Senador Ciro Nogueira, ontem eu recebi essa pergunta, exatamente nessa íntegra, do Ministro Fábio Faria. Acho que ele inadvertidamente mandou para mim a pergunta; quando eu ia responder, ele apagou a mensagem. Então, vou responder para o senhor, mas também para o meu amigo, que foi Parlamentar comigo, Ministro Fábio Faria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, quando a gente tem uma doença viral, você tem alguns princípios. Os princípios primeiros são: temos vacina? Não temos. Temos medicamento retroviral? Não temos. Como vamos conduzi-la? Vamos observar o paciente, vamos vê-lo, vamos cuidar desse paciente. Ontem, até por conta dessa pergunta, eu fui ver qual era a recomendação da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, ontem. Ela é exatamente: entre em contato com o seu provedor de saúde imediatamente se você sentir os sinais de perigo – dificuldade de respirar, perda da capacidade de fala, confusão, dor no peito. De cada cem pessoas, Senador – cem –, 85 vão evoluir bem, vão fazer formas leves, muitas vezes formas de espirro ou assintomáticas, e vão sair tomando chá, vão sair da maneira como a gente se trata. Quinze por cento vão ter algum grau de complicação. Desses 15%, você vai ter um número aproximadamente de 90% que vai ser forma moderada, não vai precisar intubar, e 5% vão evoluir para intubação, com medicamento ou sem medicamento.

Nós construímos toda uma lógica de atendimento, que era aumentar a porta de entrada da atenção primária, abrir as unidades de saúde até meia-noite, inclusive em cidades pequenas, trazer a telemedicina para que todos pudessem ter um aconselhamento médico ou de um enfermeiro de nível superior, monitorar todos esses pacientes com ligações diárias. Agora, quando se criou essa narrativa, ela é uma narrativa muito interessante de internet. Eu percebi essa narrativa vindo, vindo, ela é repetida, ela é repetida, ela sobe nos *trending topics*, depois ela abaixa, normalmente ela flutua. Eu a vejo como uma guerra de narrativa, sabe? Uma guerra de narrativa de quem só fez por ciência. Eu só fui no que eu tinha em cima da minha mão, em cima da mesa: o que é ciência? O que está na Organização Mundial da Saúde? O que preserva a vida? O que a gente pode fazer pelo SUS? Agora, o ideal é que eu tivesse os equipamentos de proteção individual. O ideal é que eu tivesse as máscaras, que eu pudesse mandar meus agentes comunitários visitarem em casa. Seria o grande diferencial.

Nós preparávamos, naquela hora, o plano de manejo de áreas de exclusão, que são as favelas, para se fazerem microssistemas lá dentro e áreas de organização, que não pudemos terminar, mas o atual Secretário do Rio, Soranz, que é da Fiocruz, implantou lá agora e estão colhendo os frutos daquele sistema de monitoramento dentro de favela com essas informações.

Então, a luta ali é uma luta renhida. Agora, tem que ter a decisão de estar do lado da ciência. Esse era o que nós tínhamos.

Falar de tratamento seria, naquele momento, criar um *kit* ilusão. A pessoa poderia falar: "Não, eu posso ir, que, se eu tomar isso daqui...". E foi assim que eu perdi amigos. Eu perdi tantos amigos que tomavam esses medicamentos prévios e falavam para mim: "Olha, se der algum problema, eu tomo isso daqui". Eu tenho um amigo meu que não vacinou pai e mãe de 95 e 90 anos de idade – amigo que me ligou e que falou: "Meu pai e minha mãe estão doentes".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu falei: "Mas não vacinou?". Ele falou: "Não vacinei porque eu embarquei nesse negócio daí. Eu dei para eles tomarem ivermectina, cloroquina". Se pegar quantos entraram lá dentro... "Não, eu...". Está errado? Não está errado? É assim: é lavar as mãos, usar máscara, manter distância – não temos ainda uma substância – e, lógico, cuidar... Cuidem! Não aglomerem! Esse é o principal... De tudo o que eu falei, eu acho que essa foi a mensagem que, graças a Deus, aonde eu vou as pessoas falam: "Eu escutei. Eu organizei a vida da minha mãe, da minha tia, da minha avó, da minha sobrinha, dos mais vulneráveis".

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Para esclarecer, Ministro Mandetta. Esta frase é sua? O senhor recomendou que as pessoas ficassem em casa fazendo orações, tomando chá e canja de galinha?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Primeiro, orações eu faço todo dia. Eu não tive nem um dia, Senador, que eu tenha entrado no...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não, eu só gostaria de saber se a frase é sua.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – ... no Ministério da Saúde que eu não tenha rezado uma ave-maria.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu também rezo todos os dias!

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – E hoje, antes de vir para cá, eu li a oração de São Jorge.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Você faz muito bem.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Caldo de galinha é uma coisa também que eu aprendi com a minha avó, com a minha mãe que deve se tomar quando você está doente; repouso, orações, hidratar... As recomendações lá são: prepare um quarto separado, hidrate, monitore, use o termômetro. Elas são assim...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ministro, só para esclarecer. É verdade ou não, Ministro?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Se o senhor está dizendo... Porque o senhor consultou isso em algum lugar. Eu posso ter dito, não me lembro. Mas, enfim, a pessoa que está com virose deve fazer repouso, deve tomar um alimento hiperproteico. Agora, na linguagem do povo brasileiro, uma canja de galinha é uma alimentação hiperproteica. Ele



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entende, ele sabe o que eu estou falando. Repouso... Ele sabe do que eu estou falando. Não tomar golpe de ar, tomar chá, chá de raiz de fedegoso... Quantas vezes falei: "Tome, é bom, hidrata".

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Perfeito.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - É sim, deve ser.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Vamos para o próximo ponto, Sr. Presidente.

Ainda no mês de março do ano passado, o Ministério da Saúde requisitou toda a produção nacional de ventiladores mecânicos pulmonares, a fim de centralizar a distribuição desses equipamentos. A medida gerou atrito com Governadores e Prefeitos que já tinham contratado a aquisição desses produtos. No entanto, no dia 24 de março, foi noticiado pela imprensa que o senhor autorizou a exportação de ventiladores e máscaras para a Itália. Isso é verdade?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Máscara...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - E ventiladores.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Não, não é verdade. Máscaras, apenas máscaras. Três milhões de máscaras. Nós estávamos na Quaresma...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - E aqui nas nossas informações constam respiradores.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Respirador, não. Respirador, não. Isso aí foi exatamente na sequência de quando a Economia solicitou que a Receita Federal fechasse as exportações. O Ministro da Saúde da Itália telefonou, o Roberto Speranza, e pediu em caráter humanitário que liberasse... Ele tinha adquirido, e não foram liberados os respiradores. Foram liberadas apenas as máscaras, com ciência do Presidente, 2 milhões de unidades, que davam para meio dia de atendimento...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Dois milhões e meio.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Dois milhões e meio, não é?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Dois milhões e meio.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Que davam exatamente, segundo ele me falou, para meio dia de consumo da Itália.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor acha correto...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Acho.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ...enquanto o País estava precisando...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Acho. Acho que, quando a gente tinha um pouco ainda para segurar e eles não tinham nada, estavam morrendo, o Presidente, quando eu conversei com ele, falou...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Esse material não faltou ao País?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Olha, nessa quantidade nós conseguimos receber o último navio que saiu da China. Ele chegou e conseguiu restabelecer a nossa quantidade mínima, mas, sim, sim, é uma decisão de que fiquei muito orgulhoso de ter tomado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

Outra situação, Sr. Ministro, diz respeito, na sua gestão, à estrutura de atenção básica ao SUS, referência internacional de atendimento público no mundo. Em 19/3, mais de um mês depois de a Organização Mundial da Saúde ter declarado emergência sanitária internacional e reconhecido o estado de pandemia, o senhor contestou a recomendação do Diretor-Geral Tedros Adhanom de que toda a população fosse testada e que aqueles que estivessem com Covid-19 ficassem isolados, chegando a afirmar que o teste em massa seria um desperdício de dinheiro público. Com base em que critério o senhor proferiu essa orientação?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nós não tínhamos transmissão sustentada, a transmissão sustentada é do dia 24. E, depois, quando ele fez essa fala... O mundo tem 8,5 bilhões de habitantes. Fazer uma testagem em 8,5 bilhões de pessoas – ele estava dando uma orientação para o mundo –, diante de uma probabilidade enorme de eu fazer o teste hoje e hoje à noite me contaminar ou amanhã me contaminar, que foi a contestação que fiz para ele... Como testar 17 bilhões de pessoas no Planeta se a capacidade de produção do Planeta não chegava a três? Ela era uma orientação infundada. Eu disse a ele que ele reconhecesse a pandemia e, na pandemia, você faz a testagem de acordo com o zoneamento epidemiológico. Era uma discussão técnica. Porque a orientação dele, quando ele fala "vamos testar 100% da população do mundo", seria inexequível.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha última questão, Sr. Presidente.

Queria um esclarecimento – sei que já foi tocado por outras pessoas que fizeram arguição – no que diz respeito à cloroquina. Nas suas palavras... Eu queria entender se a cloroquina funciona para casos graves ou não. Nas suas palavras: "O Ministério da Saúde está propondo um protocolo [são palavras duas] de uso de cloroquina para pacientes graves hospitalizados para que a gente possa oferecer uma alternativa terapêutica a curto prazo." Eu queria entender se, na sua opinião, ela funciona ou não funciona, porque existiu essa recomendação.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – A cloroquina, Senador Ciro, na China, veio como uso compassivo. O que é a palavra "compassivo"? Por compaixão. "Olha, eu não tenho elementos, então eu vou experimentar uma droga A, B ou C". Eles experimentaram de tudo, porque era novo. Eu me lembro de que houve uma discussão no ministério sobre broncoscopia, um tipo de exame invasivo em que eles entravam no brônquio do indivíduo para lavar o pulmão – lógico que a gente viu que aquilo era um absurdo.

E aí a Organização Mundial de Saúde falou assim: "O.k., acho que deve ser testada para uso dos graves, compassivo". Então, nós adotamos o uso compassivo, mas, ao mesmo tempo, eu solicitei para o Prof. Rizzo que ele fizesse o estudo com mil pacientes sobre cloroquina. Ao mesmo tempo em que eu falei "utilize nos pacientes graves", eu coloquei para que se pesquisasse. Mas a confusão que se dá é que eles queriam, depois eles criaram a teoria de que ela deveria ser usada em larga escala, em uso na atenção primária indiscriminado, em larga escala. Esse daí, como não havia comprovação, eu particularmente nunca recomendei que fosse adotado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas quando o senhor fez essa recomendação, o senhor achava que fosse...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Para uso compassivo e associado a uma pesquisa. O uso compassivo é aquela coisa, a última tentativa, a tentativa heroica. A gente tem a esperança, tomara que ele funcione. Infelizmente, ele não funcionou nem como uso compassivo, nem para o caso moderado, e até agora não tem convencimento sobre o tratamento no caso primário.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Ciro Nogueira.

Ato contínuo, Senador Eduardo Braga. Suas perguntas ao depoente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Presidente, caro Ministro Mandetta, primeiro quero lhe agradecer por estar aqui nesta CPI acho que ajudando o povo brasileiro a compreender como salvar vidas, que, em última análise, é a principal missão desta CPI, nosso eminente Relator, querido Renan Calheiros. E, nesse sentido, Ministro Mandetta, eu ouvi muito atentamente as suas falas iniciais, busquei anotar a cronologia, porque acho que neste caso a cronologia é fundamental.

O amigo disse que, retornando de Davos, no dia 28 de janeiro, reuniu o primeiro escalão do Ministério da Saúde, diante das informações de que o mundo estava enfrentando uma possível pandemia, que ainda não estava declarada como pandemia, mas algo grave estava acontecendo.

No dia 30 de janeiro, dito por V. Exa., a Organização Mundial da Saúde estabeleceu estado de alerta mundial para a Covid-19.

No dia 3 de fevereiro, o Ministro Mandetta disse também que houve o reconhecimento de emergência no Brasil.

No dia 11 de março de 2020, a OMS declara pandemia mundial para a Covid-19.

Qual é a minha grande dúvida, Ministro Mandetta? Sabendo que essa doença era uma doença infectocontagiosa, como foi dito pelo Ministro Mandetta; sabendo que ela se transmite, portanto, por contágio, das gotículas, como foi dito inúmeras vezes; ora, sabendo também que essa doença não estava ainda no Brasil – o Ministro Mandetta disse aqui várias vezes que, até o dia do Carnaval, não havia doente no Brasil –, Ministro, por que nós não estabelecemos barreiras sanitárias nos aeroportos, evitando que uma doença que entrou no Brasil...

O primeiro paciente brasileiro, em 26 de fevereiro, veio da Lombardia, da Itália, e ficou internado no Albert Einstein, hospital de classe alta ou classe média alta. O primeiro paciente da minha querida Manaus foi exatamente no dia 13 de março, Ministro, e ele veio de Londres.

Ora, Ministro, nós não deveríamos ter feito uma barreira sanitária nos aeroportos, evitando assim que essa doença invadissem o Brasil e contaminassem milhares de brasileiros, como fez? Essa é minha primeira pergunta.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – V. Exa. está coberto de razão, Senador. As barreiras são feitas de acordo com o tamanho da sua fronteira. Nós temos, de fronteira seca terrestre, 17 mil quilômetros; da Atlântica, navios e transatlânticos, uma enormidade que eu diria incomensurável de se dizer; e a aérea. Elas são de responsabilidade da Anvisa, as fiscalizações de portos e aeroportos. Não havia como se fazer proibição de voos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havia nem recomendação para isso no mundo inteiro, eles não fizeram essa recomendação.

Eu me lembro de que, na semana anterior ao Carnaval, eu fiz uma reunião na sexta-feira de Carnaval, e, até então, somente as pessoas oriundas da China ou em contato com gente da China é que eram suspeitas. Só que nós falamos: mas o indivíduo sai da China, troca de avião na Alemanha, para passear, vai até a França, vai a Portugal, entra em contato com todo mundo... Quer dizer, que orientação é essa?

O mundo globalizou. As probabilidades, a lei das probabilidades, são progressões geométricas e infinitas. Então, ficávamos nós aqui no Ministério da Saúde com a vigilância, correndo atrás disso. Mas teria sido pouco eficaz, eu imagino, que a gente conseguisse com tantas probabilidades.

Mas deveríamos ter mais fiscais de vigilância, principalmente em portos e aeroportos? Sim. Era subdimensionado. Eu cobrava da Anvisa. Eu acho, aí os senhores podem levantar, mas eu acho que concurso público para fiscal portuário e aeroportuário há muitos anos não há. Essa categoria está gradativamente sendo aposentada. Mas era cobrado muito da Anvisa sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, eu apenas quero insistir dizendo o seguinte: a coordenação nacional pertencia e pertence ao Ministro da Saúde.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Certeza.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Acho que engenheiro de obra pronta é sempre muito fácil, e apontar o dedo também é muito espaço. No entanto, eu sempre questionei por que que o Ministério, Estados e Municípios não cuidaram do grande meio de transporte do século XXI. Se nós estivéssemos falando da gripe espanhola, eu não tenho dúvida de que transatlântico, cruzeiro, etc., talvez fossem o grande veículo da mobilidade do vírus. Entretanto, no século XXI, Ministro, se nós tivéssemos fechado os aeroportos brasileiros por uma barreira sanitária, muito provavelmente nós teríamos conseguido frear ou desacelerar o ritmo que aconteceu de pandemia no Brasil. Essa é uma opinião, e acho que o Brasil, lamentavelmente, não avançou nessa direção.

Eu gostaria de fazer também uma outra pergunta a V. Exa.: desde a primeira curva, desde a primeira onda de contaminação ou da pandemia, como queiram chamar, eu creio que nós tivemos dois grandes desafios no Brasil, para não dizer dois grandes problemas. Primeiro, é absolutamente verdadeiro reconhecer que, no início, não se conhecia direito a doença. Até a existência de um protocolo não existia, mas é fato que, logo a seguir, os melhores hospitais, as melhores práticas da Medicina, identificou-se um protocolo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No início não se falava de uso de corticoide. Logo depois ficou claro que, no período da inflamação, o corticoide era a diferença entre você ir para a UTI ou não ir para a UTI, em vários casos. Eu, que tive Covid, sei o efeito que o corticoide teve para desinflamação de forma positiva.

Por que nós não conseguimos pegar a definição bem-sucedida de protocolos dos hospitais de ponta e não unificamos no Brasil?

Segundo: por que não estabelecemos um planejamento e um treinamento de profissionais?

Ministro Mandetta, lamentavelmente, houve muito erro na técnica de intubação! Lamentavelmente, um país da dimensão continental que tem o Brasil, muitas vezes, em função do uso máximo da força de trabalho da saúde, nós fomos obrigados a usar médicos que não estavam treinados para fazer intubação! E, um ano, dois meses e nove dias depois, nós ainda temos carência de treinamento.

Pergunto a V. Exa., ao Ministro Mandetta: será que não faltou planejamento? Será que não faltou a uniformização de um protocolo nacional para salvar vidas? Será que não faltou treinamento, para que os profissionais... E aqui eu quero dizer a minha homenagem aos profissionais de saúde deste País, verdadeiros heróis, e do mundo, porque eles estão há um ano, dois meses e nove dias, na linha de frente do combate, na linha de frente do combate!

Mas, Ministro, qual a sua resposta sobre esses três pontos?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Veja bem, Senador, é a história de como voltar no tempo. O País optou por uma linha de educação em saúde em que determinou um curso de 7,4 mil horas para esse profissional médico. Formava-se um número relativamente pequeno... Acho que na época de meu pai não passavam de oito faculdades de Medicina no Brasil. Na minha época já eram mais ou menos 50 ou 60. Nós fizemos uma expansão muito grande, nós passamos de 140 para 340, mais os médicos brasileiros que foram se formar no Paraguai, na Bolívia, e o Brasil tem um problema muito grave de não fazer educação continuada dessas pessoas. Mesmo os que se formaram há muito tempo não precisam demonstrar nada de capacidade. A gente dá um CRM, e o cara fica com o CRM o resto da vida, sem passar por um congresso, um curso, nada! Isso talvez fosse interessante para quando o Juscelino Kubitschek, que foi o único Presidente médico deste País, quando ele fez esse formato: o médico brasileiro vai sair cirurgião geral e clínico geral. Como eles eram poucos, eles eram muito bem informados. Eles iam para o interior e conseguiam ir com uma... Foram verdadeiros heróis que desbravaram este País. Agora ela está muito complexa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a formação médica é o pano de fundo dessa pergunta de V. Exa. Nós temos um número insuficiente de intensivistas, nós temos um número insuficiente... Se acontecer a infantilização da doença, que pode ser o capítulo final dessa pandemia, quando você pressiona de cima para baixo e chega, o vírus começar a ficar muito transmissível para zero a 20 anos e começar a levar criança em estado grave, o número de CTIs pediatria, especializados em intensivismo pediátrico no Brasil, é muito baixo. Nós vamos ter um outro colapso, só que para a infância e a adolescência. Então, são problemas estruturais que nós temos muito graves, acho que sim.

Protocolo, sim. Ali, naquele momento, nós fizemos os protocolos hospitalares de oxigênio e aguardávamos exatamente as novidades. Por exemplo, no começo, a gente tinha linha de pesquisas sobre corticoide andando, tinha uma linha de pesquisa sobre o anticoagulante. Falava-se muito em anticoagulante naquela época, mas ainda não se sabia em que momento, em que fase... Falava-se muito das terapias com outras drogas, e nós botamos a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Incorporação de Insumos *full time* para exatamente protocolos, protocolos, protocolos. A ideia era essa.

A do corticoide foi a primeira de consenso mundial. Ela reduz em 30% a chance de a pessoa ser intubada e, mesmo sendo intubada, ela reduz 54% a chance de óbito. Então, o corticoide se impôs.

Hoje você já tem muita coisa. Nós começamos fazendo ventilação com alta pressão, depois de 60 dias eles viram que a pressão mais baixa do ventilador dava uma condição melhor, com ciclos menores. A padronização também foi *a posteriori*. A fisioterapia respiratória, inclusive, trabalhou demonstrando muita coisa por produção. Do início, nós saímos do zero e fomos construindo.

Agora, hoje você tem, na rede médica e de enfermagem no Brasil, um dos países que mais perdeu médico, enfermeiro e fisioterapeuta no mundo. Quer dizer, nós já não tínhamos muito... E aqueles que lá permaneceram contaminaram sua mãe, seu pai, sua mulher, seus filhos, perderam pais, filhos... Esse pessoal está completamente, mentalmente arrasado. Então, assim, meu respeito absoluto. Lutaram como gigantes. Não "quebraram a mão", como a gente diz. Há lugares que não pagaram nem o salário e eles continuaram indo.

Então... Mas temos um problema de educação em saúde. A enfermagem brasileira está fazendo curso, Senador Braga, a distância, o MEC autoriza. Você abre a internet a R\$39,90. E o enfermeiro é que vai manipular diretamente, dentro do seu intracath, o medicamento. Então, assim, há algumas coisas que são discussões pertinentes para esta Casa, de pano de fundo, que eu acho que essa pandemia vai exigir de todos nós uma reflexão muito séria sobre a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade desses profissionais, mas concordo com o senhor que os nossos índices estão muito aquém daquilo que a gente precisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, Sr. Presidente, só pra concluir: falamos de barreiras sanitárias, falamos de planejamento, falamos de treinamento, nunca é tarde para começar... Um ano, dois meses e nove dias depois nossos intensivistas precisam de uma reciclagem... Isto não quer dizer que nós não estejamos aqui aplaudindo os trabalhadores da saúde. A minha reverência, a minha homenagem...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Só um adendo, Senador, para que fique claro.

Os intensivistas são poucos, então, o que aconteceu foi a entrada de muito médico recém-formado sem residência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Exatamente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não é nem que ele não seja intensivista; ele não fez a residência. Botaram o cara de branco e falaram: "Você vai lá dar o plantão. Eu estou precisando fechar a escala".

Então, assim, o intensivista eu até...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, o que eu estou tentando dizer é que, um ano, dois meses e nove dias depois, as universidades federais, neste País, de norte a sul, poderiam ter uma orientação do ministério para fazer um grande intensivão sobre intubação, por exemplo.

E, Sr. Ministro, eu gostaria de fazer apenas uma última pergunta, porque o meu Estado, o Estado do Amazonas, é um dos fatos determinados desta CPI.

V. Exa. foi ministro e acompanhou o grande problema que impactou a rede de saúde do meu Estado na primeira onda, onde nós vivemos a mesma coisa que o Brasil enfrentou com relação à questão dos equipamentos de proteção individual, em relação a respiradores etc.

Eu pergunto, Ministro: faltaram recursos aos Estados e aos Municípios repassados pelo Governo Federal na gestão de V. Exa. para que pudessem buscar a compra de equipamentos de proteção individual ou respiradores? Foi estabelecido um preço de referência? Foi estabelecida alguma orientação com relação à forma de comprar, se é que os recursos foram repassados?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Os recursos foram repassados. Não acho que foi uma questão de recursos, não. Eles tinham os recursos, eles poderiam fazer o uso que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estivesse dentro do plano de contingência. Adquirir respiradores não é função do Governo Federal. Quando ele repassa, ele fala que tem que estar na referência do que se vai fazer para a Covid, mas não dizer, olha, isso você pode, você não pode comprar. Esse é um critério deles.

Agora, Manaus, naquela cronologia, acontece junto com Fortaleza, Ceará. É interessante que o vírus... Ao mesmo tempo, essas duas. O Pará, que é ali no meio, foi um pouco depois, assim como o Amapá foi um pouco depois do Pará. Depois, ela foi descendo pelo litoral e ela foi uma epidemia em diferentes momentos, em diferentes regiões. Ela não foi em paralelo como essa segunda. Então, naquela pandemia é mais factível de se analisar a performance dos governos, porque eles tinham o mesmo problema sobre a mesa e tomaram decisões diferentes com os seus técnicos.

A impressão que eu tenho, Senador, entrando um pouco, porque conheço a sua ansiedade – por várias vezes, dialoguei com V. Exa. sobre o Amazonas, sobre as características do Amazonas –, é de que lá houve uma interrupção. Eu falava com um secretário e, daqui a pouco me ligavam e falavam: não, foi demitido aquele, agora vem um outro. Aí entrou uma secretária que não era de lá, que não conhecia a rede, não conhecia o ministério.

Eu mandei para Manaus um grupo de especialistas em gestão de crise, médicos especialistas em gestão de situação de crise, para poder mediar o conflito entre prefeitura e Estado... Ali me parece que vocês terão que fazer uma imersão própria para ver, porque aquilo não se repetiu em outras unidades federativas. Lógico... "Ah! Aqui eu decidi comprar, paguei um pouco mais, um pouco menos". Mas a impressão que eu tenho é de que ali existe um fator. Vocês passaram por uma epidemia em 2019 de H1N1, dura, que nós conseguimos, no final das contas, a questão das vacinas; por uma epidemia em 2020, onde a performance não foi boa, nem estadual, nem municipal, inclusive com colapso funerário; e por uma em 2021, onde perdeu-se até a noção de oxigênio, que foi para mim a coisa mais grave que eu vi até agora. Então, acho que ali, V. Exa...

Eu estou à disposição, assim, para depois nós nos debruçarmos e vermos no que eu posso ajudar para que isso não ocorra mais com Manaus, mas tem características ali que são...

Mas não houve, não houve falta de dinheiro, e eles tomaram as decisões da compra dos seus equipamentos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, Presidente, eu quero agradecer ao Ministro Mandetta e dizer mais uma vez: não faltou dinheiro; faltou competência, gestão, transparência e fiscalização, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo é o Senador Marcos Rogério, mas só para, a pedidos, declinar o nome de todos os inscritos.

Como membros efetivos, após o Senador Marcos Rogério: Senador Otto Alencar e, por último, como efetivo, o Senador Jorginho Mello. Em seguida, os membros suplentes: Senador Alessandro Vieira, Senador Rogério Carvalho, Senador Luis Carlos Heinze. E, por fim, os não membros que estão inscritos: Senador Izalci Lucas, Senadora Eliziane Gama, Senador Fernando Bezerra, Senador Jean Paul Prates e a Senadora Leila Barros, agora.

Senador Marcos Rogério, por gentileza, para indagar o depoente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro cumprimento o Ministro Mandetta, que comparece a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de reiterar aqui, antes de começar a fazer as perguntas ao Ministro Mandetta, que minha maior preocupação nesta CPI é que nossos trabalhos se desenvolvam de forma isenta e imparcial, sem prejulgamentos, porque, se não for assim, estaremos diante de um tribunal de inquisição.

Sr. Ministro, no dia 11 de março de 2020, V. Exa. foi ouvido na Comissão Especial da Câmara dos Deputados para falar sobre a pandemia do coronavírus, que havia sido reconhecida como tal pela Organização Mundial da Saúde exatamente naquela data. Naquele dia, já havia mais de 118 mil casos no mundo. O senhor declarou que considerou um reconhecimento tardio da pandemia por parte da OMS. Que tipo de impacto esse reconhecimento tardio pode ter causado, principalmente porque, naquela data, já havia infectados, ao redor de todo o globo, com ampla circulação entre os países de todos os continentes? Qual o impacto dessa declaração tardia da OMS?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) - Meu caro Senador Marcos Rogério, nós tivemos um alerta mundial dum vírus chamado SARS. Foi toda essa pressão, aí falaram: "Não, esse vírus é lento". Aqui no Brasil, foram construídas salas de isolamento com fluxos dentro de pronto-socorro - isso era 2002. Acho que os mais experientes aqui talvez lembrem. Depois, na sequência, nós tivemos uma epidemia de H1N1, que veio acompanhado com um medicamento. Depois, nós tivemos uma de MERS, mesma coisa: preparamos para que viesse da península asiática, e ela não veio. Por sorte, não aconteceu, ou seja... O Brasil deu um alerta de emergência internacional com o zika vírus. Quase que as Olimpíadas não foram feitas no Brasil por causa daquele alerta de microcefalia em gestante, mas aquilo não se repetiu fora do Nordeste, ali daquela região de Pernambuco, região de alguns Estados ali. Nem a Bahia não foi muito afetada, mas o mundo inteiro teve uma emergência colocada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando se dá uma emergência mundial, o mundo inteiro pede informações.

Eu acho que, entre os rumores, que nós perguntamos, 3 de janeiro; a China ter falado que tinha um vírus em 10 de janeiro; a Organização Mundial da Saúde falar que ela ia dar um alerta, não uma emergência, em 24 de janeiro; depois, somente em 30 de janeiro, que ela falou: "Tem uma emergência, mas ela está confinada à China, mantenham os voos, mantenham o ritmo mundial"; para, depois, em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde falar: "Olha, é uma pandemia"... Eu acho que esses 45 dias, aqui, de espera por essa sentença: "Olha, é um vírus rápido", eu acho que isso fez com que vários...

Eu conversava muito com os ingleses – o Boris Johnson, por exemplo –, eles estavam nessa linha; os Estados Unidos estavam nessa linha; a Itália estava nessa linha; o Brasil estava nessa linha de: "Olha, é um vírus. Vamos nos preparar, mas não vai precisar parar nada". De repente, só quando entrou no mundo ocidental – o primeiro país que caiu foi o Irã, mas ficou aquela coisa, o Irã tem um embargo, o Irã é teocrático e tal –, após a Itália cair, a França cair, a Alemanha cair e a Inglaterra cair, em intervalo de 15 dias, aí que o mundo foi apresentado à doença. A minha crítica é porque eu acho que eles levaram muito tempo para fazer isso. Nós poderíamos ter organizado muito melhor o mundo inteiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sabemos que, no início do mês de março, diversos Estados brasileiros já registravam os primeiros casos de infectados com o coronavírus, liderados por São Paulo, 19 casos; Rio de Janeiro, 8 casos; e Bahia, 2 casos – justamente os três Estados que costumam reunir mais pessoas por ocasião do Carnaval, inclusive estrangeiros. Segundo dados oficiais do Ministério do Turismo, somente os destinos principais receberam 36 milhões de visitantes. Sob sua gestão, o Ministério da Saúde já havia declarado Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da infecção pelo novo coronavírus, no dia 3 de fevereiro de 2020, mais de um mês antes de a OMS reconhecer a existência da pandemia. Mesmo assim, diversas cidades do País, principalmente São Paulo e Rio, realizaram normalmente o Carnaval.

Poucos dias depois, o País começou a ver sua espiral de casos subir. Já na primeira quinzena de março, eram 893 casos suspeitos no Brasil. E todos sabemos que, em muitos Estados, inúmeras cidades demoraram a realizar a testagem de uma parcela minimamente significativa da população. O que se viu foi, logo, o aumento do número de casos e de mortes, diante de um sistema de saúde insuficiente para o atendimento. Acredito que seja desnecessário perguntar se era ou não prudente realizar o Carnaval, diante daquele quadro, porque não teria o menor sentido pensar diferente, se já vivíamos a necessidade de medidas sanitárias para evitar a contaminação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta é: considerando a intensa circulação de pessoas no Carnaval, e o contato com os estrangeiros, e seu reflexo nacional, é possível aferir, ainda que empiricamente, o grau de impacto que isso pode ter causado nos primeiros meses seguintes? Nós teremos que, já em maio, o Brasil passou de 30 mil casos de Covid.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É difícil falar como aferir, mesmo que empiricamente. O Brasil é um continente, Senador. Se eu falar da importância do Carnaval, talvez, para o Estado do Amazonas, talvez ela não seja tão grande como é a Festa do Boi-Bumbá. A Zona Franca de Manaus se comunica, por exemplo, com rotas internacionais de negócios que se comunicam muito mais com Miami e com rota internacional de China – pela própria característica da Zona Franca de Manaus – do que com o eixo Carnaval.

A Organização Mundial da Saúde, naquele momento, dizia: "Não parem". Ela sequer mandou suspender os voos da China para os Estados Unidos, para o resto do mundo. Continuou funcionando normalmente. Eles têm 1,6 bilhão de pessoas e o turismo de negócio deles é absurdo. Tinha uma feira atacadista de calçado no Rio Grande do Sul, lá na terra do Senador Heinze, que ficou nesta situação: vai fazer a feira? Porque os chineses descem lá para fazer a aquisição daquilo ali. E nós consultamos as orientações e era: "Faça!". Então, foi um mês de informações dúbias.

Eu trabalhava diariamente esperando. Cadê os casos? Vamos testar. Vamos testar através dos laboratórios. Capacitem os laboratórios, coloquem nos laboratórios os testes. O próprio teste do primeiro caso, que foi feito pelo Fleury, o Fleury teve que passar pela contraprova do Adolfo Lutz, do SUS, porque ele não tinha padrão ouro, só nós tínhamos o padrão ouro – mesmo o laboratório Fleury, em São Paulo. O Einstein tinha que mandar os seus primeiros casos para o SUS. Então, nós fizemos uma alta vigilância – alta vigilância.

Sabíamos que se fosse um vírus lento, como o SARS, como o MERS, provavelmente ele ficaria contido na península asiática; se ele fosse um vírus extremamente competente para andar, nós teríamos uma pneumonia de interesse mundial. E acabou dando essa segunda. Lá pelo dia 11, 12 de março é que eles reconheceram isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. fez menção, agora há pouco, indagado que foi...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Só um minutinho. É que eu não estou conseguindo escutar o Senador, se ele pudesse...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É para aumentar o som para ele me ouvir.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, é que ele está falando ao telefone, está entrando aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bem.

Para que não haja posterior exploração equivocada da fala de V. Exa., o que V. Exa. alegou, agora há pouco, em relação à declaração do "fique em casa". Em relação à questão dos medicamentos, o senhor tem conhecimento de algum medicamento que tenha sido utilizado pelos milhares de médicos do mundo que tenha na bula a indicação para Covid? Porque pensar diferente, e por isso estou fazendo essa pergunta, neste momento, considerando tudo que está sendo administrado pelos médicos aos pacientes, seria o mesmo que afirmar que estão administrando placebo ao paciente. Se se afirmar que, para administrar para a Covid tenha que ter na bula a prescrição para Covid, considerando ser essa uma doença inusitada e que ainda não há nenhum medicamento protocolado com registro específico para Covid... É a indagação que faço a V. Exa. considerando a fala anterior sobre estar na bula.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Olha, Senador, eu acho louvável que pessoas leigas tenham essa percepção que V. Exa. tem. Olha, tem tantos remédios aí no mundo, tem tantos remédios na farmácia, será possível que não pode dar um remédio desse? Vamos salvar as pessoas. É nobre. É bonito. Assim que a humanidade anda. Só tem uma coisa nessa história: aqueles que estão presos na verdade científica têm que demonstrar. É assim que funciona. Tenho certeza de que se eu falasse o que eu acho, por exemplo, que seria maravilhoso na promoção de justiça, eu posso ter um critério que V. Exa., em menos de dois minutos,alaria: "Olha, Aristóteles não colocou. O princípio do direito romano não deixa". Nós já temos mais de ano – não é? –, entre os primeiros casos na China. Daqui... No segundo semestre vai fazer dois anos.

Os países do mundo inteiro estão procurando, Senador. A China procurou, a Alemanha procurou, os Estados Unidos procuraram, todo mundo procurou, todo mundo procura. É louvável que as pessoas queiram sugerir e fazer. Agora, até agora, nós não temos uma coisa assim: "Este medicamento é para a Covid". Não temos.

E esses grupos vão, de tempos em tempos, escolhendo uma droga. No começo era a cloroquina; depois da cloroquina, veio o Annita; depois do Annita, veio a ivermectina; depois da ivermectina, veio... Outro dia, estavam querendo colocar um medicamento para câncer de próstata. Olha, agora já tem medicamento que é da classe dos mAb. A cada hora está saindo um.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O problema não é só a cloroquina. Nós não temos problema nenhum com... Se tem uma coisa que médico gosta é de droga terapêutica. A gente manipula coisa pesada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Gostaria de ouvir V. Exa...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Então, nesse assunto, eu acho louvável que a pessoa que não é dessa... Que queira, que se tente tudo, mas é preciso ter uma coisa chamada Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

Eu quero fazer esse teste? Eu submeto à Conep. Eu testo, é fácil de testar, eu explico para a Conep, vou dar o remédio e vou dar a farinha, a mesma caixinha, com a mesma coisa. Tem um grupo externo que vai fiscalizar. Aí eu vou ver, em quem tomou farinha ou em quem tomou remédio, se há diferença dos dois grupos. Isso chama-se estudo duplo-cego randomizado. E os que foram feitos até agora não mostraram eficácia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu compreendo as explicações de V. Exa., embora o que nós temos observado, Brasil afora e mundo afora, é a utilização de uma série de medicamentos sem que se tenha passado por esse controle. Alguns foram até objeto de estudos. Por exemplo, é o caso da colchicina, que muitos médicos estão administrando ao paciente e que é um medicamento indicado para gota. Mas há estudo em Ribeirão Preto, São Paulo, e há estudos no Canadá indicando a sua utilização. Não passou por nenhum teste, não passou por nenhuma comprovação científica ainda, mas administra-se, e há médicos dizendo que há bons resultados.

Mas, no Brasil - e não sei, não tenho esta informação em relação a outros países do mundo -, adotou-se uma cultura de administrar um negócio chamado *kit* Covid. E eu sou da ideia de que quem administra medicamento ao paciente é o médico; o resto, é "palpitação", é palpiteiro de plantão. Isto acontece no dia a dia: quantas bulas nós não recebemos nos nossos whatsapps da vida de alguém dizendo que se tomar chá de quina, isso é bom para Covid? Se tomar o chá de picão, é bom para Covid; se fizer a nebulização de não sei o quê, isso é bom para a Covid. A gente recebe isso o tempo todo e não é de médicos, não é de especialistas, nem é da classe política. Em época de pandemia e Copa do Mundo, a gente tem muitos, alguns milhões, de especialistas em criar soluções que não estão assentados para oferecer essas soluções. Repito: quem deve administrar medicamento ao paciente é o médico.

Agora, nós temos uma situação hoje, no Brasil, em que se administra genericamente ao paciente de Covid - isso é na rede SUS e em muitos particulares também: "Vamos, diagnóstico Covid". Primeiro, tem que entender o que é diagnóstico: é só o teste? Ou é uma sequência de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exames que vai aferir como é que está a questão de infecção, complicação aqui, complicação lá? Não, é o teste da Covid.

Bom, está com Covid? Então, você tem aqui o *kit*. É a tal da azitromicina, é um corticoide ou anticoagulante, é uma vitamina D e outros medicamentos mais. Se você não tem um diagnóstico complementar, um exame que identifica o quadro real do paciente, esse protocolo é um protocolo correto? Porque ele está sendo administrado no Brasil inteiro.

Concluo com V. Exa., fazendo a última pergunta. Na visão do senhor, que conhece e acompanha o Brasil há muito tempo: qual o impacto da corrupção na preparação do Brasil para enfrentar a pandemia? Os bilhões que foram para a corrupção, apurados na Lava Jato, no mensalão e no petrolão e desviados para investimentos em outros países, fizeram ou não falta à estruturação da rede de saúde no Brasil?

São os questionamentos que faço.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Fazem desde o dia que Cabral pisou aqui. Isso aí é um problema que este País tem que tomar a sua decisão de enfrentar não como uma coisa esporádica, mas enfrentar todo dia. Isso daí é fruto... Isso aí é base de inúmeros problemas, não só na saúde, na educação, na nossa falta de preparo para uma série de ações mundo afora.

Agora, falta repetir, Senador: acho louvável que todos queiram ter a solução. A única coisa que a gente deve solicitar para eles é que não pode testar, é proibido. Esta Casa aqui mesmo fez... É proibido fazer teste em ser humano, senão a gente vai para uma medicina meio mengeliana. Esse negócio de ligar uma nebulização, bater um comprimido, amassar como amassa um alho... O comprimido tem talco. Aí, coloca numa solução ali e coloca a pessoa para inalar. A menina morreu. Será que morreu da inalação? Morreu do talco? Morreu do quê? E ninguém... E, assim, nós estamos achando graça. E não dá para ser assim.

Agora, precisa esta Casa fazer alguma lei? Não! Estão todas elas aí. Agora, querer fazer mau uso da lei... Aí, os exemplos também foram públicos, de quem deveria cumprir a lei.

O que eu fiz foi me ater à questão ciência, não tem outro caminho para sair disso. Se a gente sair da ciência, a gente quebra o nariz e quebra o nariz das pessoas junto. E as pessoas entram nesse transe de que elas precisam daquilo dali. Há interesses comerciais grandes, Senador.

Eu tenho situações de que você... Principalmente os que ficam na internet falando: "Eu sou médico, eu não perco nenhum paciente, eu sou ótimo, eu dou isso, eu dou aquilo", porque virou agora... Aquilo dali é terra de ninguém nesse assunto. Ligue lá no consultório dele e pergunte: "Quanto que é para acompanhar o meu caso aqui? Eu estou com Covid, eu estou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupado". "Olhe, por telemedicina é R\$2 mil". O cara está atendendo 50 por dia. São 100 mil por dia, durante uma pandemia, vendendo, muitas vezes, isto que o senhor falou: a esperança de tudo se acertar.

Poxa, se eu tratar uma coisa aqui... Oitenta e cinco por cento vai funcionar? Um cara que vai ter 85% de chance de acertar, é um bom... E os que não funcionarem? "Olhe, realmente esse caso era mais grave e tal". Quer dizer, tem que ter muito cuidado. Sabe, eu acho que a gente tem que ter muito cuidado, a gente está lidando com a boa-fé das pessoas. E acho que a gente mecanismos inúmeros aí, que já deveriam ter se manifestado, já deveriam ter colocado os pingos nos is. Mas eu digo: enquanto eu estive no Ministério da Saúde, eu fiquei em cima do que é científico. Certo ou errado, eu vou por ali, rezando para que alguma coisa funcione; rezando até para a cloroquina funcionar. Rezava por ela também, rezava por ivermectina, rezava por todas elas. Uma hora é colchicina, outra hora é Annita, outra hora é isso, outra hora é aquilo. Cada hora vai vir uma, porque elas fazem parte e elas vêm com o mesmo risco de origem: a ausência de um estudo duplo-cego randomizado na Conep. E aí começa a dar margem para tudo. E não demora; é estudo para 60, 90 dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, o seu tempo já...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Líder do PSD, meu amigo, sempre meu Líder, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Agradeço, Presidente Omar Aziz. Quero também agradecer a presença do Ministro Mandetta.

Da forma como ele enfrentou todas as perguntas, é muito difícil perguntar depois de tantos colegas que formularam tantas perguntas que eu gostaria de ter formulado. Mas ouvi todas as respostas e apenas vou voltar a um assunto que o Senador Eduardo Braga colocou aqui. É a questão, Ministro, das barreiras sanitárias.

Eu sei que essa doença chegou de avião, chegou pela classe média alta e alta, e foram identificados perfeitamente os principais locais onde a doença chegou. As barreiras sanitárias são fundamentais para contenção de todo tipo de virose e de outras doenças também. Eu, por exemplo, enfrentei na Bahia, quando fui Secretário da Saúde, o cólera, que veio dos canaviais de Pernambuco e de Alagoas para a Bahia. Coloquei barreiras sanitárias em todas as entradas do meu Estado para controlar a doença. Em um período de oito meses, nós já tínhamos um silêncio epidemiológico – silêncio epidemiológico é você não ter mais nenhum caso da doença no seu Estado em função das barreiras sanitárias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu pergunto é o seguinte: por que o Ministério da Saúde, através da Anvisa ou do próprio Ministério, não estabeleceu um convênio de cooperação técnica com os departamentos de vigilância sanitária dos Estados, para trabalhar em cooperação técnica e conter essa doença para que não se espalhasse para todas as classes sociais? Isso é perfeitamente viável. Em alguns Estados, inclusive, a doença chegou mais tarde porque os departamentos de vigilância funcionaram nesse sentido. Mas a dificuldade que tinha, inclusive o meu Estado, de estabelecer essa cooperação com o Ministério da Saúde e também com a Anvisa era muito grande. Então, a primeira pergunta é por que não houve essa cooperação. Nós temos um sistema tripartite, e é perfeitamente viável essa cooperação técnica. A primeira pergunta é essa.

A segunda pergunta é a seguinte: a Covid-19 é uma doença virótica e, claro, ela só pode ser evitada ou redutível por vacinação. Não existe nenhuma medicação que, se tomando antes, possa evitar a doença. A medicação que se está usando hoje são aquelas medicações que, depois de a doença contaminar o paciente, podem ser usadas para diminuir os efeitos letais da doença. Por exemplo, a ivermectina há profissionais de saúde que usam na primeira fase da doença, que é a fase da boca, da mucosa, onde o vírus passa de quatro a cinco dias para depois descer para a forma mais grave, que é a pneumonia virótica e a microtromboembolia. Então, se usa realmente na primeira fase.

Outras medicações – dexametasona, anticoagulante, Clexane, heparina –, uma série de antibióticos que está se usando, começou com azitromicina, já se está em Rocefin, Avalox, que são antibióticos mais potentes. Também oxigênio e outras medicações são usadas.

A única crítica que sempre fiz à hidroxicloroquina não é pelo uso dela no ambiente hospitalar, como o Ministro falou; é uma receita geral para o Brasil inteiro tomar, porque a hidroxicloroquina é uma medicação que pode causar parada cardíaca ao paciente que é portador de arritmia, o coração bate sem o ritmo normal. E o que é que a hidroxicloroquina faz? Ela aumenta o espaço QT, que é o espaço entre um batimento e outro. Se ela aumentar muito o espaço QT, o coração para e não volta a bater mais se você não estiver num ambiente hospitalar, tiver um cardioversor para fazer o choque, para o coração voltar a bater. Então, a medicação com hidroxicloroquina, receitar para o Brasil inteiro, de forma desordenada, na minha opinião, é uma grande irresponsabilidade, seja por médico, por curioso, pelo Presidente da República ou quem quer que seja. Na Bahia, um dos meus colegas, desavisado, que não sabia que tinha arritmia, perdeu a vida porque tomou hidroxicloroquina, no Município de Ilhéus. Então, essa é uma coisa muito grave.

Agora, o que eu pergunto é o seguinte a V. Exa., que conviveu com esse momento todo no Ministério da Saúde: a doença Covid-19 é assintomática, leve ou moderada em 85% dos pacientes?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Um pouquinho mais.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Oitenta e cinco por cento dos pacientes?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Coloca moderada, pode ir a 95%.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Até 95% dos pacientes.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Oitenta e cinco, leves e assintomáticas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Até 95% dos pacientes, e só desenvolve a forma grave, de dez, 5%.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Cinco por cento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Que é a pneumonia virótica.

O que eu pergunto é o seguinte: existia a consciência, dentro do Governo, de que, dando a hidroxicloroquina, o paciente, que não iria ter problema nenhum, se tomasse a água ficaria bom também... Eu pergunto é isso: existia essa consciência de que deveria se dar porque a maioria ficava boa e só a minoria ia para a forma grave? Isso eu pergunto, se existia essa consciência dentro do ministério, porque é muito fácil: 95% tem a forma leve, assintomática, eu vou dar a hidroxicloroquina; se o cara ficar bom, fui eu que mediquei, ele está bom. O que eu pergunto é isto: se existia essa consciência, porque, se existisse, é crime, é crime contra aquele que tomou a medicação de forma desordenada.

E, com a hidroxicloroquina, no mínimo, o paciente tem que fazer um eletrocardiograma para saber se ele tem arritmia, hipertensão, uma coisa dessa natureza.

Então, são as duas perguntas.

E a última pergunta que eu faço, que eu considero mais grave do que V. Sa. falou, é identificar quem, dentro de um Governo, tenta alterar a bula de uma medicação para que essa medicação seja a medicação de escolha para a doença. Eu vou dizer o que é medicação de escolha: é como o Tamiflu para H1N1. Nós não temos medicação de escolha para Covid-19. Vamos ter daqui a oito anos, oito meses, um ano – vamos ter, sim. O cara vai comprar na farmácia a medicação e vai tomar depois de contrair a doença, tomar e melhorar. Mas o Tamiflu não evita o H1N1; você toma depois que tem a doença.

Então o que eu pergunto é isso, eu queria perguntar, e V. Exa. pode até afirmar se souber: quem quis alterar a bula da hidroxicloroquina? O que é um fato muito grave; se fosse permitido isso, seria a coisa mais grave na Medicina, que é uma falta de ética, de transparência, de honestidade médica, de integridade médica. O médico, acima de tudo, tem que ser honesto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até aquele que não é médico e quer receitar tem que ser honesto, para não levar a óbito a pessoa que vai usar a medicação.

São as três perguntas que eu faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, eu posso, dentro do que V. Exa. perguntou, Senador Otto, fazer mais algumas perguntas, Ministro?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só para ajudar, porque se trata de quem entende, quem é médico. O Dr. Otto Alencar já, por mais de uma vez, provou que é médico, ele já atendeu aqui em Plenário alguns Senadores que tiveram problemas, então...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Só foram dois...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas já atendeu.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – E não pagaram a consulta, nenhum dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles não pagaram a consulta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – E não pretende atender mais nenhum, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Uma pergunta que eu quero fazer: todo médico que tem Conselho Regional de Medicina sabe dos efeitos colaterais que tem a cloroquina? Primeira pergunta.

Segunda pergunta: quando a gente era criança, a mãe da gente dava... O vírus ficava um tempo dentro do corpo e o próprio corpo tirava a gripe da gente, e a gente achava que era chá de limão com mel, mas não, eram cinco, seis dias, e a gente ficava bom, não é, Dr. Rogério? Era isso que acontecia, e a mãe da gente dizia: "Não, quem te curou foi chá de alho e tal". E não era; era um ciclo. Que eu saiba é isso, pelo que eu li é isso. Eu lhe pergunto, e isso é uma pergunta: aqueles médicos que prescreveram cloroquina após todos os órgãos terem dito que a cloroquina não salva do Covid, mas cria efeitos colaterais, esses pacientes que têm esses efeitos colaterais, quem vai ser responsável por isso? Porque estão pedindo para virem médicos aqui que defendem. Eu tenho dito: olha, é melhor não trazer. Porque a gente quer saber quantos pacientes foram salvos, quantos pacientes atenderam, saber os pacientes que foram atendidos para a gente saber, hoje, se eles têm efeitos colaterais, para responsabilizar quem prescreveu esse medicamento. Ai... Porque a CPI vai além disso: vai comunicar aos médicos que irresponsavelmente... Porque, no meu Estado, houve médica que veio de São



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo para atender em Manaus, e prescreveu inalação de cloroquina, e matou mulheres. Houve médico que inalou cloroquina e morreu.

Então, veja bem, a responsabilidade do profissional... De um leigo não, o cara fala o que quer, "toma isso que é bom, não sei o quê", mas o profissional de Medicina... Por isso a pergunta, junto com a que o Senador Otto fez, é: todo médico que está no Conselho Regional de Medicina sabe dos efeitos colaterais que a cloroquina causa no ser humano? É a primeira pergunta. Caso sim, nós vamos fazer uma investigação também daqueles pacientes que têm hoje efeitos colaterais do que foi prescrito pelos médicos, para que eles respondam no Conselho Regional de Medicina.

Por isso eu quero também... Estão dizendo que a gente não quer ouvir os profissionais de saúde médicos que defendem a cloroquina. É bom eles virem, porque depois nós vamos atrás dos pacientes deles para saber como é que eles estão hoje.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Bom, posso responder a isso, Sr. Presidente.

Primeiro, pelo Senador Otto. E aqui eu peço uma licença, neste momento, para chamá-lo de "Dr. Otto", porque ele deu uma aula aqui, abordando até cardiologia, até intervalo de...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Otto disse que ortopedista não é médico, outro dia.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É, mas eu vou lhe dizer: eu sou ortopedista...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Dr. Mandetta, só para esclarecer. O senhor me fez aquela pergunta, e eu até... A Sbot nem entendeu direito. Eu sou *bullying*, Mandetta também, desde que me formei médico ortopedista, dizendo que ortopedista não é médico. E eu sou médico, fiz todo o curso de Medicina, fiz residência como ele fez. Até o sexto ano, eu fazia cirurgia geral, clínica médica. Aí você me chamou de médico e, como eu sou *bullying* aqui dentro do Plenário... Inclusive, toda pessoa, Mandetta, que entra aqui neste Senado...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Mas eu também sou solidário, eu sou ortopedista...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é. Toda pessoa que entra mancando aqui no Senado o Senador Tasso Jereissati diz que fui eu que operei, e não fui eu que operei... (*Risos.*)

Nunca operei ninguém de Brasília. Quando ele brincou, eu disse: "Olhe, sou médico ortopedista"...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – O Caiado, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como sempre, fazem *bullying* com a gente há muito tempo. Aí, o conselho, a Sbot (Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia) entendeu errado, e eu até me retratei, porque eu não tive nunca a intenção de desqualificar. Logo eu, que sou ortopedista e vivi a vida inteira de cirurgia, trabalhando nos hospitais. E como você também. Está explicada, então, a coisa agora a você?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – E especialista em cirurgia de quadril.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Agora, eu quero dizer aqui ao Senador Tasso que ele não continue com essa brincadeira, senão, eu vou perder os meus doentes aqui, o Kajuru, o Cid, essa turma toda que ainda confia no meu trabalho.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Então, voltando aqui... V. Exa. não estava na hora, eu pedi licença e peço licença aqui para chamá-lo não de "V. Exa.", não de "Senador", mas vou chamá-lo de "Dr. Otto", porque a aula que foi dada aqui sobre efeito colateral, ciência e ilusão – Senador Wellington –, ciência e ilusão... Quer dizer, havia a consciência, a consciência do fato de que estava se fazendo uma indução a uma utilização, mesmo sem evidência científica? Sim, havia. Eu disse textualmente: "Não se pode promover, não se pode fazer propaganda de algo que não tem consistência. Aguarde, aguarde o estudo e se renda ao estudo". Quanto tempo que aguardam um estudo? Isso não é estudo. Estudo de duplo-cego para cloroquina é um intervalo curto de tempo. Ela é uma medicação via oral.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Pois é.

Mas eu dizia... A pergunta do Senador Otto é se havia consciência de que isso estava sendo feito por parte do Governo. E eu disse a ele que eu dei a eles exatamente essa explicação. Parece que eu estava me vendo na explicação que V. Exa. dava. Isso foi consciente, sim, e não houve nenhum momento em que eles não tiveram isso.

Cooperação técnica para essa questão de vigilância. Ali há uma área cinzenta, Senador, ali há a Anvisa, ali há a vigilância sanitária estadual, a vigilância sanitária municipal. Os técnicos da Anvisa são insuficientes. Eles estão... Eu não sei... A maioria daqueles que ficavam em aeroportos, que ficavam naquele quadrado da Anvisa – às vezes, as pessoas falavam assim, "olha, eu tenho que viajar para um país que exige vacina de febre amarela", e a gente procura no aeroporto o local da Anvisa –, eram ainda aqueles oriundos da antiga Funasa, antiga Sucam, lá de trás, que foram envelhecendo e foram... Então, são funcionários que fazem contrato por tempo, não têm aquele vínculo de capacitação. Então, a cooperação técnica sofre por causa disso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, deveriam... Eu vou aqui responder agora especificamente a do Presidente Aziz: deveriam saber, Presidente, deveriam saber, sim, a bula e, mais do que a bula, deveriam saber a farmacodinâmica completa dessa droga. Prescrever e falar "eu vou na tentativa e erro"...

E chamo atenção para uma coisa. Quais são os pacientes que complicam? Quais são os que vão parar em hospital e ser intubados? Nessa última onda agora, 86% tinham mais de 60 anos; na primeira, eram quase 90%. Quem é que tem uma arritmiazinha cardíaca? Quem é que tem um rim um pouco obstruído? Quem é que tem opacidade de visão? É exatamente esse. Quem é que estava com maior receio, porque era exatamente a faixa etária dele que estava todo dia morrendo, morrendo, morrendo? Perguntei ao meu pai, que tem 90 anos, e ele falava: "Essa doença é para a minha geração, meu filho. Estou perdendo meus amigos, colegas médicos, todos". O meu pai, se tomar uma cloroquina... Ele tem oito stents, e uma prótese de aorta, e uma prótese renal. A probabilidade de ele enroscar é enorme! Então, esses sofreram em dobro, porque eles tinham muito medo do que tomar, porque eles tinham as comorbidades. E esse negócio de tratar como "joga isso daí para a população" foi muito complicado. Eu acho que muita gente tropeçou no destino aí por... No mínimo, o princípio da cautela, que é um dos princípios da Medicina, foi roto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - E a bula?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Eu estou com a bula aqui, que eu vou deixar como sugestão, comentada pela Farmanguinhos, que é a produtora da cloroquina. Então, ela pegou do Goodman...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Quem quis alterar a bula?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Ah, sim, a questão da bula. Foi uma reunião, eu saindo de uma reunião de ministros... Eu iria ser demitido naquela segunda-feira, mas eu fui demitido na outra semana, portanto dez ou doze dias antes de eu ser demitido. Na reunião, todos sentamos lá, eu cheguei e sentei e havia um papel em branco, mas sem papel timbrado, sem nada, à frente de todos da reunião, que era uma minuta, uma sugestão de minuta. Eu perguntei... Estava o Ministro Jorge Ramos, e eu falei: "Mas, Ministro, isso daqui é um decreto para quem? Para o Presidente?". Ele falou: "Não, não, não, não. Isso daqui não... Pensaram aí, mas isto aqui está fora de questão. Eu já falei que juridicamente isso aqui não existe e tal". E foi a única coisa que houve, mas existia, alguém teve essa ideia. Não saberia dizer para V. Exa. quem a teve, mas isso aconteceu e foi quando o presidente da Anvisa falou: "Olha, isso não pode, isso não tem...". Imagino até que deva ter sido alguém externo, que vem para essas reuniões sem saber como é que funciona até a competência do próprio gabinete, do próprio Presidente. Acho que deve ter sido alguma coisa nesse sentido, mas ela foi prontamente encerrada, rechaçada naquela reunião.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem, muito boa tarde a todos os senhores e a todas as senhoras!

Cumprimento o Ministro Mandetta.

Hoje é um dia triste para nós de Santa Catarina pelo ocorrido lá no meu Estado, na cidade de Saudades, onde um jovem adentrou uma creche e tirou a vida de três crianças com dois anos a três anos de idade e de duas professoras. Eu quero lamentar isso, um fato muito triste para todos nós, que a gente tem que lamentar e procurar saber agora o que levou esse jovem de 23 anos a fazer isso, com um facão. Infelizmente, foi uma tragédia.

Quero cumprimentar o Ministro Mandetta. Nós somos devotos da mesma santa, Nossa Senhora Aparecida. V. Exa. é devoto de Nossa Senhora Aparecida, e eu também.

Lembro-me de quando eu estive no seu gabinete, junto com o Senador Nelsinho, todo assustado, pedindo orientação do que nós faríamos. Eu fui para casa, e o Senador Nelsinho veio a uma reunião e ainda beijou a Senadora Mara, o que foi bem famoso... Mas com o maior carinho e a boa convivência dele.

Ministro Mandetta, eu queria pedir a V. Exa... Lá no meu Estado, o Município de Rancho Queimado e Chapecó fizeram um tratamento inicial, um *kit* Covid. E o resultado foi extraordinariamente positivo. Eu queria perguntar a V. Exa. se o senhor ouviu falar sobre isso, se o senhor conhece, porque evitou mortes, limpou o hospital e foi um resultado extremamente surpreendente.

Eu queria perguntar a V. Exa.: o ataque inicial da cloroquina não foi utilizado, muitas vezes, porque foi defendida pelo Presidente Bolsonaro? Lá eles fizeram exatamente isso, até porque, pela Lei do Ato Médico, a Lei 12.842, de 2013, o médico tem autonomia individual e coletiva para receitar o que ele entender que pode receitar. Então, por exemplo, muitas pessoas foram salvas porque os médicos receitaram, fizeram o primeiro combate a esse vírus até então sem remédio, mas estávamos lutando no escuro... Quando V. Exa. era Ministro, ainda não havia nem vacina, era chutômetro.

Então, por exemplo, o Carnaval. O senhor, mesmo não concordando com a cloroquina, o senhor anunciou e encaminhou para os Estados uma quantidade... Foram distribuídos, no dia 24 de março de 2020, 3,4 milhões de unidades do medicamento. Foi para atender fatos leves ou graves? Eu gostaria de saber, porque senão há uma contradição, ser contrário e fazer essa distribuição através do Ministério da Saúde. Foi no dia 25/03/2020.

E eu queria perguntar também sobre o Carnaval.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Carnaval teve a etiqueta respiratória, que foi o senhor que lançou, que fez, alegando que o Carnaval é a vida que segue: "Estamos colocando uma etiqueta respiratória para lavar as mãos várias vezes por dia; se for espirrar, colocar o cotovelo à frente". Falar isso no Carnaval é meio difícil, porque as pessoas têm que ter mais etiqueta respiratória. Não foi um erro não ter suspenso o Carnaval, que foi 20 dias depois dessa etiqueta?

Queria perguntar o que o senhor acha dos 420 bilhões que foram mandados para Estados e Municípios, se isso foi suficiente para o combate à pandemia em todos os aspectos: compra de leitos, remédio, equipamentos, respiradores, até porque há Estados que estão respondendo a investigações no Ministério Público Federal, que é o caso de Santa Catarina e outros Estados, por terem pagado folha de pagamento, outras despesas, funcionários, com esse dinheiro. Então, eu queria saber a sua impressão sobre esse volume de dinheiro encaminhado. Foi suficiente? O senhor acha que foi suficiente? Se tivesse sido empregado totalmente para o combate à Covid, nós teríamos evitado muitas mortes desse volume a que nós estamos chegando? Até porque muitas coisas que a gente fez com o remédio e continua fazendo é uma luta no escuro, é uma adivinhação. Não tem nada de ciência, porque é a vacina agora, e uma vacina que foi construída com muita rapidez. O senhor, que é médico, sabe a quantidade de anos que se demora para ter eficácia numa vacina.

E eu queria também ver a sua opinião sobre o *lockdown*.

Muitas empresas, muitos empregos nós perdemos. Se tivesse feito um protocolo sobre como trabalhar, como se proteger, rígido, e não tivesse proibido muitas atividades de funcionar, o senhor acha que o resultado seria pior ou seria melhor do que o que aconteceu? Hoje nós estamos passando por uma dificuldade muito grande: empresas fecharam as portas, desapareceram. Empresas de eventos, por exemplo, 15 meses sem entrar um centavo, desapareceram, elas não estão em dificuldade. As microempresas, que sustentam hoje 56% do emprego formal no Brasil, passam por uma dificuldade tamanha, graças ainda a uma linha de crédito que o Senado aprovou, que a Câmara aprovou, que nós aprovamos, que foi o Pronampe, que salvou alguns milhares de empregos. Então, eu pergunto, para encerrar, a V. Exa., sobre esse aspecto, se a gente poderia... Se o *lockdown*, da forma como cada Estado fez, cada Município fez, foi uma bagunça danada: pode ficar sentado, no outro não pode consumir bebida de álcool até tantas horas, enfim, foi uma bagunça geral. Se tivesse havido um protocolo nacional, nós não podíamos ter evitado o fechamento de muitas empresas e a perda de muitos empregos?

Agradeço a V. Exa. e espero que a nossa santa proteja o Brasil, evitando todas essas tragédias e todas essas mortes que nós estamos vendo todo santo dia.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Amém.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, primeiro, lamentar, Senador Jorginho, por esse ato que ocorreu em Santa Catarina hoje, mas reforçar para todos que, neste momento, talvez o Ministério da Saúde deveria estar trabalhando na síndrome pós-Covid. A sanidade mental, o equilíbrio, a saúde mental é uma das mais atingidas por essa doença, tanto pela parte do vírus propriamente dito como do total. Então, já está na hora de a gente fazer os ambulatorios pós-Covid em todo o Território nacional, para poder reestruturar.

Não conheço o de Chapecó, porque ou se faz uma coisa como uma pesquisa e demonstra, ou se faz como uma coisa, uma iniciativa de médicos que vão fazer isso, vão entregar, e isso daí você vira lenda. A lenda é: ouvi falar que lá, não sei onde, funcionou muito bem. Outro dia...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Eu estive lá, eu estive lá. Isso é verdade.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Sim, mas, se não há técnica de registro, com comissão externa, etc...

Eu me lembro de que, até dois meses atrás, as pessoas falavam assim: a Índia está usando uma série de medicamentos, de ivermectina, e por isso está ótimo. Eu me lembro, faz 45, 30 dias isso. Então, assim, eu volto a dizer, gente... Eu acho até que vocês não devem... Quem sou eu, não é, o Senado da República, eu os reverencio... Mas deixa isso no campo da ciência, deixa isso para eles baterem boca, porque a gente politizar e discutir se é a favor ou contra drogas, elas vão ser secundárias aqui dentro. O Conselho Federal de Medicina é a autarquia federal, criado em 1958, exatamente para dar essa normativa. E ele fala o seguinte: eu não vou dar nenhuma normativa, cada cabeça é uma sentença. Então, nem culpabilizar o médico não vai culpabilizar, porque ele falou: cada um faça o que quiser, nós estamos em estado de natureza. É igual ao Humboldt, Locke fala: antes do Estado, tem o estado de natureza. Em Medicina, nós estamos abandonados do ponto de vista coletivo. Não há posição coletiva, há posição individual.

Então, eu não conheço o caso específico, mas não vi que Chapecó, pelos números que vi a distância, não vi que ela tenha sido muito poupada. Não conheço especificamente isso daqui.

Carnaval. A gente já comentou isso também três ou quatro vezes. Suspende ou não suspende o Carnaval. Organização Mundial de Saúde: não suspende voos, viagens, barreiras, etc., etc. No Brasil, nenhum caso até então, embora sendo testados. Pode ter tido impacto? Claro que sim, assim como jogos de futebol, finais de campeonato, academias, reuniões familiares, igrejas, cultos, cultos de massa... As pessoas pensam no Carnaval, é uma festa profana, mas existe muita gente que faz agrupamentos de igreja, agrupamentos evangélicos,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrupamentos católicos, enfim, aquele feriado é um tempo em que as pessoas se apropriam. Isso é difícil e foi difícil.

A Índia agora está discutindo exatamente isto: deveria ter tido o feriado deles, que eles fazem às margens do Ganges, ou não?

Se foram suficientes R\$420 milhões? Nós passamos muito mais que isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Quatrocentos e vinte bilhões?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Isso deve ser... O senhor deve ter computado tudo, não é? Aí não saberia lhe dizer, eu não sei a que fim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Isso.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Estou dizendo em saúde, enquanto eu estava, que é o que eu posso falar, no período em que eu estava lá, os repasses que eu fiz tinham um objeto, eles tinham razão de ser, eles estavam dentro do plano de contingência e foram repassados aos Estados e Municípios para que eles fizessem bom uso. E estávamos construindo um sistema satisfatório.

Em relação à *lockdown*, o Brasil não fez nenhum *lockdown*, o Brasil fez medidas depois do leite derramado. Depois que a gente chega e fala assim: "Vai entrar em colapso o sistema de saúde, então fecha. Vai acabar o remédio, então fecha. Lá em Manaus, acabou o oxigênio, então fecha".

A gente foi sempre um passo atrás desse vírus em relação a essa questão de *lockdown*. Aqueles que fizeram preventivo pela técnica foram muito poucos.

A própria Araraquara que fez, fez depois do leite derramado, ou seja, fez depois que o sistema está sendo atacado pelo vírus. Aí não é que você faz porque você vai decidir, aí o vírus impõe.

Esse vírus não negocia nada com ninguém, Senador, não negocia com microempresário, com grande, com pobre, com rico, com torcedor do Bolsonaro, do Lula, do Palmeiras, do Corinthians, ele é, fato, ponto. Ele está aí e vai pegar carona, é só dar mole para ele.

Quem quer jogar a favor do vírus, está aqui a cartilha a favor do vírus. Quem quer jogar contra o vírus, está aqui a cartilha.

O mais importante que nós perdemos foi a continuidade de equipe. Nós perdemos uma coisa que é muito difícil, Senador, que é construir uma comunicação direta com a sociedade,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como eu construí ali dentro, em que ela tinha credibilidade e falava: "Eu quero saber o que é que esse Ministro fala". Isso foi uma pena, isso foi horrível, que se tivesse qualquer outro lá poderia ser. Nós perdemos completamente o vínculo com as pessoas.

Então, eu vejo que nós estivemos, nesse assunto *lockdown*, sempre atrás, sempre fazendo fechamentos para ver se não piorava ainda mais a situação. É o que eu vi. E a economia sofrendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes de V. Exa. sair do ministério, o senhor deixou um planejamento sugerindo um *lockdown* antecipado e não depois?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Isso daí a gente tinha, ali dentro, o nosso grupo que estava construindo, junto com o Wanderson, todos os critérios.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas tem esses critérios?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Um dos critérios... Estou tentando me lembrar pela memória.

Um dos critérios era que quando chegasse a 80% de taxa de ocupação hospitalar teria que ser começado a levantar imediatamente a comissão de crise, cruzar com o índice de transmissão e tomar as medidas prévias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Ministro, mas acontece que a P1, a variante lá em Manaus, foi letal a tal ponto que, quando chegou em 70%, em um dia, já estava faltando oxigênio.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi um dia...

Eu estava lá.

Eu sei quantos telefonemas eu recebi naquele momento de angústia que a gente passou, assim mesmo aumentamos o número de leitos, lá foi aumentado o número de UTIs e tal.

O que estou perguntando, porque até o dia que o senhor ficou deve ter ficado algo que o senhor estava planejando. *Lockdown* antecipado, por exemplo.

Agora, na Inglaterra, segundo eu li ontem e vi ontem, a Inglaterra fez um *lockdown* total e já está experimentando fazer *show* com 5 mil pessoas, seis mil pessoas, baseado na vacinação que foi feita, lógico, e também no *lockdown* que eles fizeram total.

Havia algum planejamento nesse sentido...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para o...

Mesmo que o senhor fosse continuar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente, deixe a gente perguntar, Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, é porque parece que a P1 um apareceu no dia do doente. Uma das coisas que tinha que ter sido feita eram os inquéritos endemiológicos e o mapeamento, que nós paramos de fazer, Senador. Esses casos de Manaus, essa cepa foi captada no Japão por seis japoneses que visitaram Manaus e voltaram para o Japão, porque nós não fizemos a testagem. Provavelmente essa cepa estava ali dentro em processo de expansão. Ela não começa assim, começou hoje, amanhã acabou o sistema. Ela vai pegando ar, ela vai pegando ar, e você se testa, você observa... Nesta sala aqui, antigamente, com a cepa anterior, um caso positivo contaminaria oito pessoas. Opa! O que está acontecendo que agora um caso positivo nesta sala está contaminando 30 pessoas? E está acontecendo isso na outra sala e na outra sala... Você fala: Opa! Antes que isso aconteça na cidade inteira, vamos entender se é uma cepa nova. Então, faltou ali preparo, estudo de monitoramento de cepa. Mas, enfim, eu acho que isso é uma coisa que a gente podia depois... Eu me comprometo, como me comprometi com o Senador Braga, de a gente discutir muitas coisas relacionadas a Manaus.

Eu me lembro, aqui neste Senado, de que tanto o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, quanto o Senador Trad, Nelsinho Trad, naquela viagem com o Senador Jorginho, os dois se trataram de Covid com aquela primeira orientação. Os dois ficaram, os dois tiveram lá as suas dificuldades respiratórias e passaram por aquilo ali tomando Novalgina. Era o que havia, era o que eles tinham, com todo o suporte, com todo o monitoramento. Olha o risco! Provavelmente, outros Senadores, pelo perfil que eu conheço, tomaram todos os *kits*. É difícil, não é fácil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, vamos para a inscrição.

Os suplentes inscritos são o Senador Angelo Coronel, o Senador Alessandro Vieira, o Senador Rogério Carvalho, o Senador Luis Carlos Heinze, o Senador Izalci Lucas, a Senadora Eliziane Gama, o Senador Fernando Bezerra, o Senador Jean Paul Prates, a Senadora Leila Barros e a Senadora Simone Tebet.

Eu vou propor – eu acho que muito se discutiu – reduzirmos o tempo de 15 para dez minutos? Pode ser? (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ser?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – É só reduzir a posse de bola agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que, pela quantidade de perguntas que foi feita, para muitos já foi esclarecedor. O que vocês querem colocar, muitas vezes, são opiniões dos Senadores...

Eu estou fazendo uma proposta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que para os suplentes seria justo manter o mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu não estou falando de suplentes, eu estou falando de Senadores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, é só fazer um apelo e as pessoas vão diminuir o tempo. Acho que aqueles que tiverem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Quem quiser só dez minutos, eu não estou impondo, não. Eu estou dizendo, estou fazendo uma pergunta. Não estou nem fazendo diferenciação, Senador Randolfe.

O Senador Angelo Coronel está via remota.

Por favor, Senador Angelo Coronel com a palavra.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, senhores e senhoras.

Eu vou direto ao assunto para evitar que o tempo seja estendido.

Dr. Mandetta, vou fazer três perguntas simples, só mesmo para esclarecimentos.

Às vésperas de sua demissão, o senhor concedeu entrevista coletiva no Ministério da Saúde, na tarde do dia 8 de abril de 2020, portanto, oito dias antes de ser confirmada a sua saída. Pela manhã daquele dia 8, o senhor havia se reunido com o Presidente Jair Bolsonaro. Sobre esse encontro, o senhor declarou em coletiva: "A reunião foi para colocar situações, colocar os números que nós temos, o Presidente dando suas orientações, uma reunião de trabalho boa, bom clima, toda a equipe tranquila, todo mundo trabalhando. Foi muito bom. E devemos ter outra", palavra do Dr. Mandetta. E o senhor prosseguiu: "O Presidente é muito parceiro, muito voluntarioso; tem um pensamento muito forte no Brasil. E a gente vai dando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passos rumo a uma unidade, unidade muito boa por parte do Governo". Oito dias depois de fazer esse comentário, o senhor foi demitido do cargo de Ministro da Saúde. Desde então, passou a criticar fortemente a postura do Governo Federal. Virou, inclusive, um dos mais duros críticos do negacionismo do Governo e do Presidente Bolsonaro.

Pergunto: o que aconteceu nesse intervalo? A mudança de postura do senhor com relação ao Governo foi apenas porque perdeu o cargo do poderoso... Cargo de Ministro da Saúde? Porque, às vésperas de sair do Governo, o senhor elogiava a postura do Presidente e só passou a criticar no segundo momento? Fica essa primeira pergunta.

Uma segunda pergunta, Sr. Presidente.

Em março de 2020, a gestão do senhor fechou contrato com a empresa Reagen Produtos para Laboratório por dispensa de licitação no valor de R\$3,2 milhões. Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), houve sobrepreço de 1,2 milhão. Além disso, apesar da dispensa de licitação para acelerar a compra, a empresa ainda pediu mais prazo para entregar os produtos contratados. Acredito que seja bem provável que ministros não se envolvam com compras; mas como o senhor explica os contratos emergenciais firmados na sua gestão, em especial o contrato com a Reagen? O senhor recebeu pressões ou pedido de alguém para essas compras emergenciais?

Para concluir, Sr. Presidente Omar Aziz.

Dr. Mandetta, só por curiosidade: o Ministro Pazuello, em uma de suas entrevistas na sua saída do Ministério da Saúde, disse que recebeu muita pressão de Parlamentares para liberação de verbas. O senhor também recebeu essas pressões?

Agradeço, Sr. Presidente Omar Aziz, pelo espaço concedido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Ministro.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Vamos lá, Senador Angelo Coronel.

Primeiro, na permanência. Cada vez que se conversava com o Presidente, ele compreendia. A gente falava: "Olha, não pode aglomerar; não vamos aglomerar; vamos usar máscara; usa o álcool gel". Então, a gente saía de lá, sim, animado, porque era um corpo total que falava: "O.k.". E ele compreendia, ele falava que ia ajudar. Só que passavam dois, três dias e ele voltava para aquela situação de aglomerar, de fazer as coisas. Isso foi indo até que chegou uma hora que ficou realmente muito difícil para ele me manter no cargo, já que eu deixei claro que eu não abandonaria o cargo jamais e que, se ele quisesse, ele me demitia. Ele me demitiu e ele continuou fazendo a mesma prática. Então, agora, como cidadão, eu posso, sim, criticar, porque eu não vi, mesmo após eu ter saído, mesmo após eu ter visto negar o uso



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de máscara, negar o uso de higiene das mãos, negar a compra de vacina, negar a questão da testagem, negar... Uma série de negações, negações, negações...

De mim, como cidadão, hoje, 410 mil vidas me separam do Presidente, até o momento, até o dia de hoje.

Quanto a compras, devem ser endereçadas a quem de direito. O ministério faz muitas compras; o nosso ministério é um dos ministérios mais responsáveis por compras de uma série de produtos. Esse deve ter sido alguma coisa, uma compra, mas não me lembro de nenhuma empresa ou de nenhuma gestão com que tenha sido feita. A Juliana está aqui, ela está escrevendo aqui; enfim, posso perguntar lá. Não tem mais nem senha dentro daquele Ministério da Saúde, para poder saber do que se trata, mas vou procurar saber lá.

Quanto à fala do Ministro Pazuello, eu acho que ele é que tem que explicar – não é? – que pressão é essa. O que eu conheço é a pressão legítima de Parlamentares da Câmara, do Senado, para que se levem os recursos para os seus Estados. Eu acho que isso para qualquer um que é um homem público, eu acho que isso é absolutamente, eu entendo como legítimo. Eu fui o Ministro em 2019 que mais recebeu Senadores e Deputados, no âmbito do ministério, e vim a essas duas Casas inúmeras vezes. E acho normal, entendo normal, porque entendo que essas pessoas públicas não estão aqui a convite de ninguém; elas estão aqui eleitas. E a gente que está num cargo... Eu não disputei, eu não quis disputar a última eleição. Eu estava Ministro; vocês estão eleitos. Eu os recebia, mas nunca vi absolutamente nada que não tivesse sido absolutamente dentro do que se espera de homens públicos; nunca, nunca presenciei nada que pudesse desabonar a conduta de quem quer que seja que tivesse estado lá!

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O.k., Presidente, sem nenhuma réplica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador. *(Pausa.)*

Eu não estou ouvindo o Senador Angelo Coronel. *(Pausa.)*

Ah! Obrigado, Senador; obrigado pela participação.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, tentando ser o mais objetivo possível: que providência ou providências relevantes V. Sa. tentou adotar no Ministério da Saúde, e não conseguiu, e por qual razão?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Olha, eu acho que as primeiras seriam aquelas relacionadas a se eu tivesse o ritmo do vírus. Eu acho que a falta de clareza da China e da Organização Mundial da Saúde, durante 45 dias, foi determinante não só para o Brasil, mas para o mundo. Depois, a falta de condições internacionais, a falta de liderança; o mundo claramente não tem governança mundial para um problema como esse; eles vão ter que se entender. Foram os Estados Unidos passando por cima, a Alemanha passando por cima; houve a guerra das máscaras; houve medidas completamente desumanas, naquele período, mundialmente, que não deixavam, que nos imobilizaram; a nossa desindustrialização é um crime, é uma burrice. Eu gostaria muito de ter podido contar com muita coisa.

Agora, a única coisa que eu posso dizer, Senador, é que todas as medidas que eu tomei foram pela ciência e com o máximo de zelo com que eu podia tomar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Sr. Ministro, é fato que o Presidente da República e Ministros com grande poder de decisão, como Paulo Guedes, até o dia 28 de março de 2020, pelo menos, nunca se interessaram em sentar e analisar os dados da saúde?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim, é fato. O Ministro Paulo Guedes, a primeira vez em que ele escutou o Ministro da Saúde explicar o que era a doença foi no dia dessa reunião em que o Trad foi. Foi lá na CCJ, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, com a presença do Ministro Ramos, com a presença do Presidente do Banco Central.

Eu estava indo para o Rio de Janeiro, eles pediram para eu voltar. Essa reunião foi feita por conta da votação, por parte da Câmara, do reajuste do BPC. E lá é que eu pude explicar o que era a doença. Foi a primeira vez que o Ministro da Economia soube. Isso nós já estávamos – eu não sei a data precisa – provavelmente em março. Foi a primeira vez que o Ministro da Economia me ouviu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Sa. alertou direta e objetivamente o Presidente da República, em reuniões presenciais e através de documento escrito, no sentido de que a conduta presidencial de gerenciamento da crise iria levar o Brasil a uma catástrofe, com milhares de mortos? Se sim, quem pode confirmar esse seu relato?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Todos os ministros. Nós tínhamos reuniões de ministros na presença de todos. Todos os ministros que participavam todas às terças-feiras. Teve reuniões específicas sobre isso. Além de eu ter entregue uma carta em mãos ao Presidente. Nessa carta, além daquele trecho que eu li, coloquei claramente: imperioso –



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imperioso –, sobretudo, zelar pelos médicos, enfermeiros e todos os profissionais de saúde, por serem a principal linha de frente do trabalho em saúde no País, constituindo o grupo de maior risco, uma vez que são os mais expostos – por escrito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Sr. Ministro, V. Sa. alertou o Presidente da República no sentido de que a realização de gastos públicos relevantes com medicamentos como a cloroquina, sem aval científico relevante, poderia ser enquadrada como crime de improbidade?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Inclusive, o parecer, dentro do nosso ministério, da AGU, que trabalhava comigo, é que, quando um ministro vai fazer a compra de qualquer item, ele tem que passar pela Conitec, que é a comissão de incorporação técnico-científica. Eu não posso, como ministro, decidir comprar um remédio qualquer porque eu quero, eu preciso passar por um comitê técnico. E esse medicamento não passava no comitê, porque o primeiro item do comitê é: onde está a evidência científica?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Então, esses gastos todos foram feitos sem passar pela incorporação na Conitec, portanto, a minha AGU colocou claramente que aquilo não seria correto do ponto de vista da probidade administrativa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Aproveitando essa sua resposta, eu gostaria que o senhor reservasse algum tempo para esclarecer não só à CPI, mas a quem nos acompanha, essa diferença que existe entre a autonomia na relação médico-paciente e o desenvolvimento de uma política pública com gastos. Na autonomia médico-paciente, como o Conselho Federal de Medicina já assinalou, é possível você ter uma certa liberalidade no uso de medicamentos fora da bula, mas não é possível fazer uma política pública, muito menos gastar centenas de milhões de reais, sem evidências científicas qualificadas. É isso mesmo?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Exatamente, por isso que você tem que passar por essa comissão de incorporação; caso contrário, você teria uma... Imagine na coisa pública a diferença básica. Na iniciativa privada, você pode fazer tudo, desde que a lei não lhe proíba; e, na coisa pública, você pode fazer tudo, desde que a lei te autorize.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – E a lei não autoriza que o Ministro da Saúde proceda dessa maneira sobre a sua ótica pessoal ou de quem quer que seja. Não pode o interesse particular... Senão nós estaríamos em completa distonia com o princípio da coisa pública.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E, para encerrar, Sr. Presidente, economizando o tempo da CPI.

V. Sa. entende que é possível afirmar com clareza que as ações e omissões do Governo Federal contribuíram de forma expressiva para a disseminação do vírus, o aumento no número de internações e de mortes no Brasil?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Entendo que esse é o trabalho de V. Exa. e de todos os pares dessa... Cabe a mim relatar quais eram as orientações dos órgãos científicos, técnicos.

Nós sabíamos das dificuldades que teríamos; nunca fomos iludidos de achar que isso aqui seria uma solução igual à da Nova Zelândia. Mas posso lhe dizer que o Brasil podia ter feito muito melhor – eu acho que esse é o ponto. Assim, é o meu sentimento como gestor e a minha frustração de não ter sido capaz de explicar isso de uma maneira ainda mais clara, mesmo escrevendo, desenhando, explicando: "Olha, o vírus é um bichinho que está no ar". Foi realmente lamentável.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Ministro Mandetta, com quem eu tive a honra de compartilhar um mandato, no mesmo período, de Deputado Federal, com quem eu tive grandes embates durante o debate sobre o Programa Mais Médicos...

Eu tinha várias perguntas, mas aqui eu acho que várias questões foram esclarecidas. Acho grave esse debate sobre a prescrição ou a recomendação de medicamento não validado cientificamente. Acho mais grave ainda a sugestão de alterar a bula de um remédio para que ele possa ser levado ao consumo humano. O Estado tem a tarefa de proteger a vida e não de colocar em risco a vida da sua população. Então, isso é uma situação gravíssima.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Ministro, o que me faz refletir é que nós estamos com 408 mil mortos neste momento e nós tivemos um certo tempo entre o anúncio da existência de um vírus e a transmissão comunitária no Brasil. A gente teve algum tempo para, pelo menos, saber que era um vírus altamente contagioso, saber... Quando começou a transmissão, era informado que era um vírus altamente contagioso, que ninguém conhecia bem ao certo, que não tinha um tratamento específico para esse vírus, que não tinha tratamento definido para a doença Covid. Certo? Ou seja, nós estávamos tentando tirar do que tinha acontecido, do que estava acontecendo na Itália, depois na Espanha, na Inglaterra e na Alemanha alguma experiência que pôde ser utilizada aqui. E a gente já sabia de antemão que a única arma possível para enfrentar ou para, pelo menos, reduzir a mortalidade era evitar que as pessoas se infectassem. E para evitar que as pessoas se infectassem tinha um mecanismo, o isolamento. Depois ficou claro e provado que além do isolamento a gente começou a descobrir quais eram os tipos de insumos que poderiam ser utilizados para ajudar na higienização ou na antissepsia ou na desinfecção, como a gente queira chamar, álcool em gel. O uso de máscara ficou comprovado que reduz bastante a transmissão; pode evitar até 95%, dependendo da qualidade da máscara, do risco de você se contaminar, pelo menos pelo ar. E o que me chamou atenção nisso tudo? Algumas declarações.

A primeira declaração, do Presidente da República: "É uma gripezinha". "É uma gripezinha" significa dizer o seguinte: "Meu filho, se exponha. Minha filha, se exponha. Vai passar". Porque numa gripezinha, como disse o Senador – porque eu estou aqui desde o começo – Omar Aziz, a minha mãe me dava limão com mel ou mel com chá de alho e limão, certo? E estava tudo bem, era um expectorante. Mas a gripe mesmo ia embora quando o ciclo do vírus se ia. E ele passou essa ideia para a opinião pública.

Depois, o que é mais grave ainda: o Ministro do Desenvolvimento Social do Governo Jair Messias Bolsonaro, médico, ex-presidente do Conselho Nacional de Secretários estaduais de Saúde, presidente do Conass, ex-Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, Osmar Terra, vai a público e diz: "Ah, vai morrer menos do que morreu com H1N1. Toda epidemia tem um ciclo. Vão morrer 900 pessoas".

Depois, Sr. Presidente e Sr. Relator, empresários do entorno do Presidente... E eu faço questão de dizer aqui nesta Comissão: o dono do Madero, desse restaurante que as pessoas frequentam, – o dono do Madero! Madero! Guardem esse nome – disse que morreriam 5 mil pessoas. Mas tudo bem. Deixe morrer 5 mil pessoas, e a gente salva empregos, a economia. É assim mesmo.

Depois, declaração do Ministro da Economia: nessa mesma direção. Declarações do Presidente do Banco Central: nessa mesma direção.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, meus amigos, caros colegas Senadores e Senadoras, nós estamos diante não de um negacionismo desprovido de dolo ou um negacionismo que representa uma ação culposa, mas, na verdade, de uma tese que prevaleceu desde o início desta pandemia: a tese de que era preciso deixar as pessoas expostas para adquirir naturalmente imunidade e resolver rapidamente o problema econômico, do emprego, da renda. E isso foi feito de forma intencional, porque, se não fosse intencional, Senador Ciro Nogueira, o Presidente não sairia passando a mão no nariz e pegando na mão das pessoas. O Presidente não aglomeraria. O Presidente não sairia no final de semana no entorno de Brasília para aglomerar. O Presidente não faria decreto e nem vetaria lei que obrigava o uso de máscara, e ele o fez. O Presidente não impediria que Prefeitos e Governadores, na tentativa de conter a expansão do vírus... Não tentaria impedir, no STF, com uma ação, dizendo que ele tinha de coordenar e proibindo que Governadores e Prefeitos fizessem isolamento social efetivo. O STF interveio e colocou a lei que diz que é concorrente a atribuição de Prefeitos, Governadores e Presidente da República na área da saúde. São concorrentes. Então...

É discurso mesmo, porque isso é fundamental, e esta é uma Casa para fazer discurso em defesa da vida!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador Rogério. V. Exa. tem o direito de falar até a hora em que o senhor quiser. É que...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe-me concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o nosso convidado precisa se levantar e ir... (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, ele vai me ouvir aqui.

Segure aí, porque o que estou falando é algo muito importante para a gente não se perder.

Esta é uma investigação sanitária, sobre crime de saúde pública contra a vida, porque, Ministro, dez respiradores a mais ou a menos não iriam provocar 408 mil mortes. Prescrever ou não cloroquina não iria provocar 408 mil mortes, a não ser que a cloroquina fosse um artifício para gerar nas pessoas a ideia de que elas estavam protegidas e poderiam se expor. A não ser que fosse para isso... E a gente tem clareza em estar apontando todos os elementos para isso.

Então, se a gente pegar todos os eventos e todas as falas do Presidente e da sua equipe, agiu como promotor da expansão da pandemia, porque, por trás, tinha uma tese, da imunidade de rebanho. A gente trabalha com o conceito da imunidade de rebanho com vacina. É com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacina, e não expondo as pessoas a uma câmara de vírus, transformando o Brasil num meio de cultura para novas cepas.

Para concluir, no Orçamento de 2019, não tinha, Senador Renan Calheiros, recurso para Fiocruz. Foi preciso a oposição, Humberto Costa – eu estava lá no Congresso –, tencionar para colocar 2 bilhões no Orçamento da União para aprovar o Orçamento de 2019 para 2020, que é o dinheiro da transferência de tecnologia, para a AstraZeneca estar aqui hoje.

O Brasil, Sr. Ministro, não tinha plano de imunização até dezembro de 2020. O Brasil deixou de responder 11 correspondências da Pfizer, e sugiro que sejam solicitados ao diretor, ao ex-diretor da CNM, que tem essa documentação, ou mesmo à direção da Pfizer, esses *e-mails*, que foram mandados para o Ministério da Saúde, oferecendo a vacina no mês de setembro do ano passado, e o Governo não deu a menor bola.

Nós só fomos ter, Presidente, plano nacional de imunização sabe quando? Quando o Ministro Lewandowski pediu e obrigou que o Governo apresentasse o plano de imunização, e aí o Presidente mandou uma medida provisória com R\$20 bilhões para compra de vacinas. Tarde! Tarde, sabe por quê? Porque a curva fez isso. A gente chegou ao final do ano, as pessoas se contaminaram com uma nova cepa muito mais contagiosa, e a gente viveu uma explosão, a gente viveu Manaus no Brasil inteiro, Sr. Presidente – viveu Manaus no Brasil inteiro.

Nós podemos ter agora...

Olha o outro absurdo – para encerrar, Sr. Presidente –: querem transformar educação em atividade essencial. Parece que a crueldade vem de dentro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador já...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estou concluindo, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram mais de 15 minutos já.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas eu vou concluir, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque se V. Exa... Ele não vai nem responder.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele não precisa responder nada. Eu só estou fazendo uma declaração – só estou fazendo uma declaração.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão das escolas – só para eu concluir, Sr. Presidente – a questão das escolas é essencial. Com essa cepa que pega todos, sabe o que significa, Ministro? Uma terceira onda de proporções inimagináveis. Então, todas as ações do Governo são no sentido de expor a população, de forma natural, ao vírus, em torno da tese da imunidade de rebanho, sem vacina, largando à própria sorte e agindo contra a vida dos brasileiros. Isso é doloso, é uma ação dolosa deste Governo contra a vida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

V. Exa. pode se dirigir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ele não fez nenhuma pergunta a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou só fazer um comunicado aqui. Eu estou permitindo que o Ministro Mandetta possa sair.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Presidente, mas nós poderíamos conceder ao Ministro o sagrado direito. Poderíamos conceder o sagrado direito. Enquanto isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o mesmo Ministro falou que aquele remédio para a próstata também não tem eficácia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Presidente, só um encaminhamento.

Eu acho que nós podemos conceder ao Ministro o direito sagrado de ele se retirar.

Nós acabamos de receber, Presidente – o senhor comunicou à Direção da CPI –, um comunicado do Comando do Exército sobre a participação do ex-Ministro Eduardo Pazuello.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou ler agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Então, acho que V. Exa. poderia fazer a leitura do comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou ler.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- E sugiro que V. Exa. já determinasse a data de comparecimento do ex-Ministro a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou ler: "Sr. Presidente, cumprimento cordialmente V. Exa...".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) -
Enquanto V. Exa. lê, o nosso Ministro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) -
O Mandetta não poderia aproveitar, enquanto V. Exa. lê...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu já pedi para ele ir.

1. Cumprimentando cordialmente V. Exa., informo que o General de Divisão EDUARDO PAZUELLO, convocado para audiência nessa Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, encaminhou expediente no qual apresentou fato superveniente a convocação, no sentido de haver tomado contato com dois servidores do Poder Executivo Federal, recentemente acometidos de Covid-19.
2. Do exposto, encaminho a V. Exa. a documentação referida, ao tempo em que solicito a possibilidade de análise da situação, bem como a adoção das providências consideradas cabíveis.

Respeitosamente,

General de Divisão FRANCISCO HUMBERTO MONTENEGRO JUNIOR. Secretário-Geral do Exército.

É o Secretário-Geral do Exército a quem a Comissão encaminhou a convocação do ex-Ministro Pazuello, que é a forma como o Exército autoriza, e ele está nos encaminhando isso. E nós já tínhamos conversado com o General Paulo Sérgio sobre esse assunto.

Do [...] [General de Divisão] Eduardo Pazuello

Ao Sr. Comandante do Exército

[...] Convocação para a audiência [...]

Este é um ofício que ele mandou ao Comandante do Exército.

[...] Convocação para audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia.

1. Sobre a convocação deste Oficial General, informo-vos que tomei conhecimento, ontem, que dois servidores do poder executivo federal que estavam em contato direto comigo apresentaram laudo positivo para a COVID-19.
2. Por conseguinte, apresento a V. Exa. duas propostas para atender a convocação da CPI:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Manter a data/hora da audiência prevista anteriormente, alterando para a forma remota;
- Adiar o referido depoimento para um outro momento mais oportuno, a ser definido pela própria comissão.

Eu proponho que ele seja ouvido dia 19, daqui a 15 dias, aqui neste plenário.

Fica dessa forma definido.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Agora Senador Luiz Carlos Heinze.

O Senador Randolfe vem aqui.

Após ele, vem o Senador Marcos Rogério... Aliás, agora é Marcos do Val primeiro, depois Senador Luis Carlos Heinze. É um remoto e um aqui presente.

Senador Marcos do Val, desculpa. Depois o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem. *Por videoconferência.*) - Presidente, eu passo a palavra porque a minha pergunta já foi contemplada pelos meus amigos Senadores. Então, eu passo a vez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senador Marcos do Val.

Então, ato contínuo, passamos para o Senador Luis Carlos Heinze, que é o próximo.

O senhor tem 15 minutos para questionar o depoente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpellar.) - Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, meu colega Deputado Mandetta, prazer.

Infelizmente, Deputado, ex-Ministro, é uma CPI política.

Senador Renan, V. Exa. tem mais anos de política do que eu, mas eu estou sentindo essa questão. PDT tem candidato a Presidente, PSDB tem candidato a Presidente, PT tem candidato a Presidente, e outros mais. Seguramente, alguém está de um lado para derrotar o atual Presidente da República. Esse é o ponto, Mandetta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora uma pergunta sobre uma pesquisa realizada em Manaus. V. Exa. diz que o Conep é sério, acredito que seja.

Eu vou lhe apresentar algumas perguntas – vou fazer quatro ou cinco –, porque esse caso é grave.

A Prevent Senior tem uma carteira de mais de 400 mil idosos fortemente atingidos pelo Covid-19. No entanto, no início de 2020, passam a adotar o tratamento ambulatorial com hidroxiquina, azitromicina, ivermectina e outras vitaminas e, desde então, têm tido um resultado importante na redução do tempo de internação e mortalidade. Por que o senhor, na época, passou a fazer críticas públicas e desabonadoras acerca da empresa? Isso aconteceu, e eu recebi.

É um ponto importante para mim, porque essa empresa – eu conversei com eles – está publicando os dados, Senador Renan – preste bem atenção –, publicando os dados do tratamento que fizeram com, não sei, centenas, milhares de pacientes. E são pessoas idosas.

O senhor é citado nos agradecimentos de estudos feitos por Borba e colegas de Manaus nos quais as doses letais de cloroquina, como definidas na literatura, foram administradas a pacientes idosos hospitalizados levando a uma mortandade inaceitável, que ainda está sendo esclarecida pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público estadual do Amazonas, dada a repercussão mundial no sentido de desabonar o uso da cloroquina. Qual foi a natureza do seu envolvimento nesse trabalho?

O estudo em questão teve a participação de várias instituições e autoridades, pesquisadores de diversos órgãos citados do Estado e da Federação sob sua gestão. Por que estudar o uso de cloroquina em pacientes graves quando é razoável esperar maiores ganhos na fase precoce oligossintomática da infecção?

O que motivou a escolha de cloroquina como fármaco a ser aplicado em pacientes graves, quando, desde a década de 40, é reconhecida a hidroxiquina, que tem menor toxicidade e melhor tolerância?

Uma vez que há indicação de que foram utilizadas doses elevadas superiores a duas vezes a dose limite, o que norteou a escolha da dosimetria?

Crucialmente, por que os sujeitos das pesquisas foram expostos a uma dose letal?

Não estão aqui o Senador Eduardo Braga e o Senador Omar Aziz, que eu gostaria que estivessem, para ouvir. Trata-se do Estado deles. E esta Casa, Sr. Presidente, ajudou a financiar essa pesquisa, com recurso também do Senado Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alta dose: 600mg, quatro comprimidos de difosfato de cloroquina, duas vezes ao dia, por 10 dias seguidos. Morreram 16 pacientes, Senador Bezerra, dos 41 testados.

Baixa dose, Senador Girão: 450mg. Morreram seis pacientes em 40 testados.

Eu vou lhe deixar as perguntas, todas, e gostaria que o senhor me respondesse.

Confio na Conep, posso confiar. Agora, eu levei cinco meses – V. Exa. era Ministro, passou o Ministro Nelson Teich – e consegui sentar com o Pazuello para registrar um projeto com ivermectina, de duas cientistas do Estado de Pernambuco, da Universidade Federal de Pernambuco, lincado também ao hospital Santa Casa, que V. Exa. conhece, do Rio Grande do Sul.

Alguma coisa sobre isso, se o senhor puder me falar? Aí, depois, eu dou sequência.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Meu caro Senador Heinze, a quem de direito que fez a pesquisa devem ser colocados esses questionamentos. Eu acho que é pertinente. Eu acho que deve se perguntar às pessoas que se comprometem a pesquisar. Não é porque está fazendo uma pesquisa... Alguém autorizou essa pesquisa, com essa dosagem. Eu acho que tem que ser investigado, visto, enfim.

Agora, Senador Heinze, eu sou de Mato Grosso do Sul. O senhor, do Rio Grande do Sul, o senhor conhece o meu Estado, o senhor já esteve lá várias vezes. Nós dois somos do agro, sou proprietário também, sou produtor rural. Eu vi no meu Estado a aftosa. O senhor provavelmente não a viu no seu Estado porque o Rio Grande do Sul acabou com a aftosa muito antes do que outros Estados, Santa Catarina também. Mas eu me lembro de pessoas que passavam creolina no lombo do gado, jogavam cal no chão do mangueiro e falavam que a vacina era coisa de gente equivocada. O meu Estado teve que sacrificar milhões de cabeças, milhares de cabeças, nós ficamos embargados durante dois anos, sem poder vender nem dentro do Brasil porque havia produtores... E nós precisamos, na época, fazer um grande convencimento, gastar com lagro, gastar com sanidade animal, ir lá, pegar o frasco da vacina, voltar, guardar, porque as pessoas tinham essa crendice.

O que diferencia crendice de ciência? Alguém tem que sentar e falar: "Vamos lá, faça assim e assim". Procure uma universidade de primeira linha, não precisa ser na Conep, faça no conselho de ética da universidade, registre a pesquisa, coloque isso daí sob supervisão de terceiros. Isso não é uma coisa difícil de fazer. Eu não vejo... Eu vejo assim: é um achismo. O achismo é a coisa mais próxima do caos quando você tem doença: "eu acho que é assim", "na minha opinião é assim", "o meu protocolo é assado", o meu não sei o que... Isso aí é o caminho mais perto para o desastre. Tem que ter alguém que olhe, fiscalize, e fale o.k., mesmo assim sujeito a revisão permanente, porque é assim que as coisas são. Agora, quem fez pesquisa, fez



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

errado, fez com dose maior, dose menor, responda: quem autorizou a pesquisa? Quem estava supervisionando a pesquisa? Quem são as pessoas que pesquisaram? Pergunte a eles e a verdade sempre prevalece.

Ah, Prevent Senior. A crítica que eu fiz foi a seguinte, Senador. Eles fizeram um plano de saúde louvável somente para idosos. Ótimo. Eu acho que os idosos... Puxa vida, até que enfim alguém viu os idosos como um pessoal que precisa comprar um plano de saúde e foi para a administração dos riscos. Só que essa doença... Eu já havia comunicado lá que casas asilares, asilos de pessoas de terceira idade... E o hospital deles é somente de pessoas de terceira idade. Ali o cuidado tinha que ser duas, três, quatro, cinco, seis, dez vezes maior do que o cuidado num hospital convencional.

No mês, se não me engano, de março, na cidade de São Paulo, que era quem abastecia os números, nós chegamos, em final de março, numa situação em que quase 70% dos óbitos era concentrado num mesmo hospital. Agora, eles são pessoas sérias, fizeram lá a revisão dos seus procedimentos, recalcularam enfermagem, fizeram protocolos de biossegurança lá dentro, adotaram isso daí, não sei baseados no quê, mas estão dentro da regra. O Conselho falou "pode tudo", eles fizeram o que eles acham que é certo e devem ter lá o ponto de equilíbrio. Mas que, no início, embora a gente falasse "atenção, idosos, está na hora de cuidar"... Num hospital que era só de idosos, quando pegou em um, foi pegando em todo mundo, de cima abaixo.

A crítica era nesse sentido.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - O.k.

O senhor falou em ciência. Do médico virologista francês Luc Montagnier, Senador Girão, laureado com o Nobel de Medicina - não é qualquer um. Em entrevista recente ao jornal francês *France Soir*, o cientista afirmou que tomará hidroxicloroquina e azitromicina, dois medicamentos baratos, genéricos e sem patentes, caso contraia o vírus da Covid.

Satoshi Omura, outro vencedor do Nobel da Medicina. A principal contribuição de Omura foi a invenção da ivermectina, outro medicamento sem patente que tem demonstrado constante eficácia no tratamento da Covid-19. Seu posicionamento a favor do medicamento foi externado logo depois que a Associação Médica de Tóquio passou a recomendar ivermectina para evitar o agravamento da doença.

Cientistas.

Aqui eu tenho Didier Raoult, outro renomado cientista, que foi execrado. E aqui, Senador Renan, Senador Randolfe, começa a história. Esse Didier Raoult, cientista francês, falou isso. O



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trump, nos Estados Unidos, replicou. Aí veio a turma do Biden, matou o Trump e ajudou isso na eleição. Na sequência, Bolsonaro fala isso, depois de vários médicos falarem isso aqui também. Hoje é uma questão política.

Dr. Mandetta, Dr. Humberto Costa, eu nunca vi assassinato de reputação da classe médica brasileira. Há mais de 14 mil médicos chamados Médicos pela Vida, Senador Girão, do Amapá ao Rio Grande do Sul, utilizando esses protocolos. Não tem números.

Rancho Queimado, 419 casos, duas mortes. Dr. Armando Taranto aplicou esse tratamento na comunidade de Rancho Queimado, de que o Senador Jorginho Mello falou aqui. Duas mortes, dois óbitos. Nesse processo aqui, a Prefeita gastou R\$49 mil. Duas mortes com pessoas de 84 anos, os dois com 84 anos.

Eu tenho aqui Ilhabela, São Paulo. O Prefeito Cássio Prado é médico; 6.052 casos, 34 óbitos – 0,56% a letalidade.

Porto Seguro, na Bahia, a Dra. Raíssa, hoje Secretária da Saúde: 150 mil habitantes, 18.566 pessoas infectadas, 153 óbitos.

Eu estou juntando, Senador Renan, esses números do Brasil, para nós discutirmos aqui. Não tenho medo de discuti-los, tenho certeza do que falo. Eu tive Covid, a minha esposa teve Covid, nos salvamos. Eu tive quatro assessores com Covid, e duas esposas deles com Covid, seis pessoas. A minha filha, a minha neta, o meu neto, com Covid, e tudo com esse tratamento.

Deputado Mandetta, Marrocos, 36 milhões de habitantes. A letalidade de mortes por milhão, 244, usa esse tratamento.

Camarões, país pobre, Senador Randolfe, 41,7 mortes por milhão de habitantes. El Salvador, que agora destituíram o Supremo Tribunal Federal deles, usa o tratamento, 329 mortes por milhão de habitantes. E o Brasil, com 1.929, não usa esse tratamento. Isso é importante. Falaram que não tem recomendação. Como é que vai ter recomendação, Dr. Mandetta, se a pandemia começou em janeiro, fevereiro do ano passado? Que recomendação eu vou ter?

Esses médicos estão usando esse tratamento aqui. São dezenas, milhares de médicos que estão fazendo esse tratamento no Brasil e estão achando resultados positivos.

E o caso da Aids? O cara não procurava Aids. Usou um remédio de câncer, e hoje está curando a Aids.

Estão usando isso aqui e está dando resultado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Big Pharma, senhoras e senhores, a Big Pharma está norteando isso aqui. Um mercado bilionário, trilionário de vacinas está norteando isso aqui e assassinando reputações.

Senador Randolfe, o seu Estado tem o primeiro protocolo nesta direção – o seu Estado. Parabéns ao Dr. Pedro Omar, médico – coronel, médico – que implementou esse processo. E aqui eu tenho... O Governador é do PDT, o Prefeito da capital é do Cidadania, oposição ao Governo, e adotaram esse procedimento. E eu queria que o Brasil o adotasse, Senador Renan.

Seguramente, Senador Girão, nós não teríamos 400 mil mortes se não fosse esse caso de médico de direita, médico de esquerda, cientista de direita, cientista de esquerda.

O Dr. Paolo Zanotto, cientista da Universidade de São Paulo, já sofre, Dr. Mandetta, três processos administrativos porque ele ousou, dentro da USP, fazer isso aqui. O.k. Qual é o problema? Tem gente que é contra? Trabalhe contra. Ele é a favor. Trabalhe a favor. Esse cientistas não podem fazer isso. E médicos.

Aqui é a ciência que está mandando. Estou lhe dando dados concretos. Estou pegando... Falei agora com a Dra. Raissa, de Porto Seguro, médica, hoje Secretária de Saúde. O processo começou em abril do ano passado. São dados reais. Ninguém está inventando nada. E a letalidade é muito menor nesses casos.

Caso de Manaus, Deputado Mandetta. Para Manaus, por exemplo, o Governo Bolsonaro liberou, ano passado, 93 bilhões extraorçamentários – começou no seu mandato como Ministro –, extraorçamentários, para os Estados e Municípios.

O meu Estado, Rio Grande do Sul, tinha 900 leitos de UTI. Com o dinheiro que foi do Governo Federal para os hospitais, que foi também para as Prefeituras, que tinham que aplicar 11% em saúde, saltou de 900 para 3.005 o número de leitos de março do ano passado para março deste ano. Esse é o dinheiro que foi do Governo Federal para lá. Essas coisas aconteceram.

Vacina, Dr. Mandetta. O senhor ouviu falar de vacina de aftose. Vou falar. V. Exa. é pecuarista e também sabe o que pode fazer. O Senador Wellington Fagundes estava aqui. Quando fala, a crítica aqui é em cima do Governo brasileiro. E a União Europeia? Eu ouvi crítica, no dia 1º de abril, da Organização Mundial da Saúde contra a Europa, que estava muito aquém da vacinação. A Alemanha vacinou 30 milhões de habitantes. Nós temos 46, 47, 48 milhões.

Tudo errado aqui? Não! Tem coisas certas. O que nós não podemos fazer aqui é politicagem. Talvez V. Exa. seja candidato a Presidente – quem sabe, a Vice-Presidente, não sei, na coligação com alguma chapa dessa aqui. O povo está julgando e julgará.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu gostaria é que os médicos viessem, médicos de um lado e médicos de outro lado, e que falem desse assunto. A Medicina vai falar. Eu não falo por mim. Sou agrônomo, mas faz três semanas que estou focado nisso aqui. Estou lendo, estou ouvindo, conversando com pessoas que conhecem o assunto. Não sou chutador, o.k.? Falo com as pessoas e vejo esse médico que me emocionou quando falou em Rancho Queimado. Passou 1.804 pessoas; testou 419 positivos. só dois óbitos. Tratou todo mundo desde o início do tratamento, precoce, na hora certa. Sabem quanto a Prefeitura aplicou? Quarenta e nove mil reais. Está bom.

E vamos parar com esse assassinato de reputação desses médicos pela ciência e também pelo interesse econômico. A Pfizer já está registrando um substitutivo da cloroquina. Cloroquina custa R\$50, R\$60, R\$70 a caixinha; ivermectina R\$20 ou R\$30. Esse remédio quem sabe custe R\$500, R\$1 mil, R\$2 mil. Esse remdesivir custa US\$1,5 mil, Senador. Quem pode comprar?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Conclua, colega, por gentileza.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Muito obrigado. Já falei.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senador Heinze. Esta Presidência teve a tolerância necessária para que V. Exa. pudesse concluir o raciocínio.

Dr. Mandetta.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Volto a repetir, Senador, acho louvável procurar, mas acho importante submeter e discutir, porque assim que é feito. Não tem como a gente falar: eu torço por "a" ou por "b". Para mim, uma substância "a", "b" ou "c", desde que ela se imponha... As academias da Europa, dos Estados Unidos, Nova York, Califórnia, todo mundo quer, todo mundo está procurando. Então, tomara que Rancho Fundo tenha descoberto a maneira de...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Rancho Queimado.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Rancho Queimado, perdão. É que eu fiquei com aquela música bonita do Rancho Fundo. Que Rancho Queimado tenha descoberto a fórmula e ela se imponha, espero que sim.

Lá na minha casa eu fiz diferente, Senador. Moro com a minha mulher, médica, que atende pacientes com Covid; meu filho, que é residente de cirurgia geral num hospital Covid;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha sogra, que tem 87 anos; e eu. Fizemos uma metodologia de prevenção, de lavar a mão, de tirar a roupa, de colocar, de botar a lista no chão...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) -
Concordo, concordo, concordo.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - ... de não abraçar, de não beijar, de almoçar em ambientes separados. Conseguimos atravessar o ano passado todinho, meu pai não pegou, minha mãe não pegou, eu não peguei, minha mulher não pegou, meu filho não pegou e minha sogra não pegou. Hoje estamos vacinados.

Então, acho assim: são modelos, poderíamos ter pegado nós todos e poderíamos estar nos 85% que tivessem formas leves e que saíssem do outro lado, e estaria tão feliz como V. Exa. ficou pela contaminação geral que citou aqui. Então, é só uma questão de qual é o risco que cada um corre. Não é que não tem tratamento a doença; tem a prevenção. Quem executa a prevenção tem alta probabilidade de não contrair. Eu particularmente prefiro a vacina, acho que a vacina, desde Jenner, desde a varíola, que a gente exterminou, todas elas, inclusive as vacinas que vieram depois para o mundo animal, as vacinas foram responsáveis pela redução da mortalidade infantil. Enfim, prefiro as vacinas. Não acho inteligente expor as pessoas para contrair doença acreditando em remédios; acho que a vacina tem mais possibilidade de organizar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) -
Gostaria, Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Por favor. O seu tempo já se concluiu.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu sei. O que o Deputado Mandetta, Ministro, puder nos responder, o.k. O que não puder, eu vou fazer um convite ao Conep, aos próprios pesquisadores que estão aqui relacionados, porque isso aqui, para vocês terem ideia...

Eu não tenho medo de desafio, Renan; desta questão aqui. O Senador Omar: "Ah, já quer trazer médico". Eu vou trazer os médicos aqui. Essa pesquisa foi publicada em uma revista de ciência chamada *Jama*, internacional, para assassinar a reputação de um produtozinho de R\$50, R\$70. Você imagina? Assassinar a reputação no mundo e tiveram que se retratar por causa desta pesquisa, que eu quero saber a fundo quem é o responsável, e o Ministério Público já está investigando. Dr. Mehra, da Harvard Universidade, fez uma pesquisa também contra a cloroquina e teve que se retratar. Não se pode fazer isso com remedinho barato que o seu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado, Senador Randolfe, está usando. E aqui há o protocolo do seu Governador e dos 16 Prefeitos do Amapá usando esse protocolo. Aqui está o protocolo!

Isso eu gostaria que o Brasil tivesse. Seguramente, eu não teria 400 mil mortes, teria 200 mil, porque hoje negaram o que esses médicos receitaram.

E o Conselho Federal de Medicina, Ministro Mandetta, autorizou usar. O médico é o responsável e usa o que ele quiser. Pronto, quem quiser usar, pode usar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Heinze.

A próxima, no sistema remoto, é a Senadora Zenaide.

Senadora Zenaide?

A Senadora Zenaide está...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Primeiro, eu quero parabenizar esta Comissão bem formada, com esse olhar diferenciado. O que a gente está querendo saber é como chegamos a mais de 400 mil óbitos. Com certeza, quem trabalhou nisso aí...

Mas eu queria que... Como não é muito para perguntar, porque eu não sou membro, eu queria dizer primeiro o seguinte: todos nós sabemos que as doenças causadas por vírus não costumam ter uma medicação específica para tratamento na fase adulta, então, as vacinas são essenciais.

Outra coisa, eu sou médica, mas isso não me dá o direito de prescrever um medicamento que a ciência não já tenha provado que tenha eficácia terapêutica comprovada para aquela patologia. Eu não posso ficar praticando achismo. Vou fazer para isso e para aquilo.

Gente, há 30 estudos no mundo, no mínimo, sobre essas drogas. Hidroxicloroquina, ivermectina, todas essas que apareceram pessoas para dizer e todas provaram que não há eficácia, quisera que houvesse. Meu Deus, como eu queria que houvesse eficácia terapêutica, o que já é uma raridade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, as vacinas é que salvam vidas com as viroses. Foi assim... Eu acho que houve duas coisas no mundo que mais aumentaram a vida média do homem e da mulher também – o que eu quero dizer é de todos os seres humanos –, que foram justamente o tratamento de água e as vacinas.

Agora, eu queria dizer o seguinte: não adianta dizer o contrário. Eu acredito que... Tenho certeza de que, se o Governo Federal tivesse assumido a coordenação, não negasse a gravidade, mesmo depois de muito tempo – claro, porque houve uma época que ninguém sabia –, mas, já sabendo que havia, por que uma pandemia, uma virose tão grave como essa não tem uma campanha publicitária dizendo às pessoas como precisam se defender?

Isso aqui não somos nós que estamos criando. O mundo todo viu, a gente já tinha experiência de outro. Por que Wuhan fechou a cidade toda enquanto não chegavam as vacinas?

Então, gente, vacinas é essencial.

E não adianta essa história de todo mundo. É como...

Agora, eu falo pelo ex-Ministro Mandetta: se há experiência, cadastre, registre, faça. Você não pode fazer... Ciência não é achismo, não, gente! A ciência é uma coisa importante. Não adianta dizer que um médico tem autonomia para prescrever qualquer medicamento. Você pode, e eu, que sou médica, posso, mas para aquele que a ciência já provou que tem eficácia terapêutica comprovada. Você não pode sair fazendo experiência com isso.

Acho que tem de esquecer esses medicamentos, porque isso não existe, e tentar atender ao máximo os pacientes em UTI com um bom serviço. A gente sabe que essa doença é muito mais grave do que tudo, porque afeta não só o sistema respiratório. Mas sabemos que há vacina.

Então, existe o erro do Governo, sim! Negou, não assumiu a coordenação, mudou de ministro por quatro vezes, por três ou quatro vezes, durante a pandemia!

Quem foi a favor do isolamento social e do uso de máscara? O mundo todo fez isso. Em 1929, já houve isso. É preciso isolar! Na minha casa... Sou filha de um pequeno agricultor. Com 16 anos, quando tinham sarampo, meus irmãos bem mais velhos eram isolados dentro do quarto, para que a doença não pegasse nos outros. Querem mudar isso com história de dar medicamento? É médico de direita ou de esquerda?

Eu quero dar um exemplo aqui. Aqui, na capital do Rio Grande do Norte, mais de 40% dos óbitos estão na capital, e o Prefeito, que é médico, adotou esse *kit* anticovid, com corticoide, com hidroxicloroquina, com ivermectina, com isso tudo, e não funcionou. O que não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode acontecer é as pessoas quererem se aproveitar, porque mais de 80% têm a forma leve ou, então, nem têm sintomas, e dizer que isso ocorreu porque estavam tomando a ivermectina ou a hidroxicloroquina ou seja o que for! Não é, gente! Vamos lutar pela vacina, não vamos permitir... Se isso resolvesse, a gente não estava com mais de 400 mil óbitos. Isso é muito grave! Há menos de cinco dias, eram 400 mil, e já são 410 mil!

Então, não existe tratamento específico para essa virose, por enquanto. Isso tudo é achismo, não é ciência. A vacina é que, realmente, vai resolver esse problema. E, como nós não temos vacina suficiente, porque o Governo não a comprou em tempo hábil, nós vamos lutar pelo distanciamento social, pelo uso de máscara e pela higienização das mãos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Dr. Mandetta...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) - A Senadora Zenaide foi colega minha no Parlamento como Deputada Federal. As colocações dela são basicamente aquelas que eu fiz aqui, hoje à tarde.

Quero só lembrar - aqui fiquei vendo a Senadora Zenaide falar - que, quando eu era Deputado, houve a pílula do câncer. Era uma conversa muito parecida com isso aí. Eram pessoas dentro do Plenário, eram Parlamentares falando: "Cara, eu estou sendo pressionado, eu tenho que votar isso aí". Entrou lá um projeto de lei. Colegas médicos nossos de diferentes partidos ficaram encantados com aquela história, referendando uma teoria. Eu fui o único Parlamentar naquele dia, Senador Humberto, na Câmara, a levantar a mão e a falar... Eles iam votar por acordo. Eu falei: "Eu gostaria de declarar meu voto contrário". E declarei o voto contrário, dizendo que em ciência isso não se fazia. Então, estou muito acostumado a ficar do lado da ciência. Eu nunca vi tamanha agressão! Na época, falaram que eu estava... Era a indústria farmacêutica, era uma conspiração dos poderosos, que era porque eu não queria que descobrissem a cura do câncer, etc. etc. A Câmara votou, esta Casa aqui votou e a Presidência da República sancionou.

O Brasil gastou os 10 milhões numa pesquisa e, no final, falaram assim: "Bom, já que ela não tem serventia para nada, podia dar ela como complexo vitamínico". Então, não é assim que faz ciência, não. Ciência é para gente que está a fim de fazer sério. Senta lá, bota na frente dos caras... A Alemanha está procurando, o mundo inteiro, o PIB está parado, a economia parada. Vocês acham que nós vamos parar porque o conceito de alguém vai ser assim ou assado? Seria muita inocência da nossa parte a gente achar que é um grande complô mundial contra medicamento A, B ou C, não é? Tudo tem limite.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Muito obrigado, Dr. Mandetta.

Pergunto à Senadora Zenaide se tem mais alguma indagação.

Senadora Zenaide...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Só quero dizer ao povo brasileiro: faça o distanciamento social. Vacine-se quando a vacina chegar. Use a máscara. Higienize as mãos. Não existe tratamento, como, aliás, não existe para a maioria das viroses. Existe prevenção com vacinas. Vamos salvar vidas. Eu acho que esta CPI está certa, temos que mostrar de onde veio o erro e parece que continua, porque não há como não dizer que é necessário fazer isso. E vamos fazer o seguinte: já que vidas não sensibilizam este Governo, vamos falar de economia. País doente não se recupera economicamente, gente. Vamos falar das cifras, já que a vidas não estão dando essa importância toda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigada, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Obrigada, Mandetta.

Mandetta, a gente tinha embates, diferenças políticas, mas na hora em que o negócio era paciência mesmo, a gente estava do mesmo lado.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado Senadora Zenaide.

A próxima inscrita a indagar o depoente é a Senadora Eliziane Gama.

V. Exa. tem 15 minutos para os questionamentos, indagações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Sr. Presidente, não há nenhuma dificuldade. Muito pelo contrário. Mesmo se for eu, eu cedo a palavra para ela. Mas quando anunciado, parece que eu estava. Mas eu faço questão que a Senadora Eliziane fale, então, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecemos o cavalheirismo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu vou falar depois do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... e peço, Senador Izalci, perdão pelo equívoco aqui desta Mesa.

Então, Senadora Eliziane Gama, 15 minutos.

Em seguida, Senador Izalci.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) - Eu lhe agradeço, Presidente Randolfe, pelo equívoco, porque falar depois do Senador Izalci... Ele esgota todas as perguntas que V. Exa. possa imaginar. Então, eu estou feliz de não ter que falar depois dele, senão eu não teria mais perguntas para fazer. *(Risos.)*

Sr. Ministro Mandetta, eu queria cumprimentar V. Exa. e iniciar com o seguinte: eu lembro que eu participei da primeira reunião que o senhor fez ainda como Ministro da Saúde, na Câmara dos Deputados, e ali participamos todos nós, do Senado, da Câmara dos Deputados, e V. Exa. explanou o cenário que estava por vir, não é? Apresentou o do momento e apresentou o que estava por vir. Quero dizer que fui para casa naquele dia muito preocupada e disse: Meu Deus do céu, o cenário é um cenário terrível, catastrófico. E alguns até achavam que o senhor estava pregando o caos naquele momento.

Eu vi agora a publicação de uma carta que V. Exa. mandou ao Presidente da República. Infelizmente, depois, Ministro, os números foram piores ainda do que V. Exa. relatava naquele momento de expectativa.

O nosso tempo, de fato, aqui é muito pouco; então, vou ser bem aqui concisa para que V. Exa. possa me responder.

Algumas pessoas falavam em números - "Vão morrer mil pessoas, 800 pessoas" - que eram apresentados naquele momento por alguns integrantes, inclusive, do Governo. Hoje nós chegamos a mais de 400 mil mortes no Brasil, chegamos a bater recordes internacionais. Todo mundo já falou aqui das ações que foram feitas e das que não foram feitas pelo Governo Federal. A minha pergunta para o senhor é específica, é direta: o Governo central, o Governo Federal poderia ter evitado essas 400 mil mortes que hoje nós estamos acompanhando no País?

Quero fazer aqui outras perguntas, Ministro. O senhor falou, agora há pouco, aqui que tinha um aconselhamento paralelo e que o filho do Presidente participava, inclusive fazendo algumas anotações. O senhor e sua equipe, em algum momento, se sentiram intimidados com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a presença de alguém que, em tese, não era integrante da equipe técnica do Governo? Ao mesmo tempo, ele atrapalhava o dinamismo das atividades? Até que ponto, por exemplo, ele chegou a fazer alguma interferência, chegou a agir, chegou a intervir impedindo, por exemplo, que algumas das ações do Ministério da Saúde viessem a acontecer?

A outra pergunta é: alguns ex-ministros e aliados do Governo do Presidente Bolsonaro afirmam nas redes sociais que o Ministro Paulo Guedes disse, no primeiro dia da pandemia oficialmente reconhecida no Brasil, que o senhor, o seu ministério saiu com R\$5 bilhões para combater a doença. Estão dizendo que o senhor nunca falou desse dinheiro e não falava desse dinheiro. Eu queria que o senhor falasse um pouco dessa declaração e aproveitasse até este espaço aqui para dizer se existia esse volume, o que foi feito ou se é apenas mais uma falácia dos aliados do Governo.

Uma outra informação que eu obtive agora há pouco – alguém me ligou aqui no telefone até me pedindo que eu fizesse esse questionamento ao senhor – é que teria havido, por exemplo, uma reunião sua com o então Ministro da Justiça Sergio Moro e que o senhores teriam procurado a Procuradoria-Geral da República com o objetivo de buscar um apoio jurídico e uma forma legal para agir em relação a portos e aeroportos do Brasil, fechando-os naquele momento, antes da primeira morte por Covid-19, no ano passado. Houve, de fato, essa reunião? Houve algo nesse sentido e nessa direção?

Uma outra pergunta, Ministro: a imprensa atesta que o senhor teria sido o pivô da primeira crise entre o Presidente da República e os Governadores do País, mais precisamente em março do ano passado, quando o Presidente não teria gostado de vê-lo ao lado do Governador de São Paulo, João Doria. Isso naturalmente foi colocado, inclusive, pela imprensa. O senhor, no exercício do seu cargo de Ministro, chegou a ser alertado, admoestado pelo Presidente ou enfrentou desconforto por causa desse relacionamento com os Governadores? Só lembrando que eu fui Vice-Presidente da Comissão que acompanha as ações do Covid no período de pandemia, e nós conversamos com os Governadores e Prefeitos, e a informação era sempre a mesma: não havia comando da política nacional e não havia comunicação com o Governo Federal. Os Governadores reuniam-se entre si para tentar encontrar alternativas, assim como também os Prefeitos, através da Confederação Nacional de Municípios, mas não havia um entendimento, uma conversa, uma interlocução com o Governo Federal.

De fato, houve esse alerta ao senhor em relação a essa conversa com os ministros?

E, agora, mais recentemente, Ministro Mandetta, alguns dias atrás, o Ministro Guedes disse que longevidade é incompatível com saúde do Tesouro. Queria que o senhor comentasse um pouco acerca dessa fala do Ministro da Economia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero finalizar, Ministro, fazendo uma pergunta para o senhor para o futuro. A gente está vivenciando tudo isso neste momento. Eu vejo claramente uma inação do Governo Federal, que é muito clara, é muito patente: o elementar, o básico, o uso de máscara, o uso de álcool gel, a aglomeração. Eu fico, Ministro, até me perguntando, como alguém que não é da área, mas sou muito humana e defendo a vida, até como cristã que, na verdade, sou – eu não consigo entender, sinceramente eu não consigo entender –: o que passa pela cabeça do Presidente da República e por que ele incentiva a aglomeração? Eu não consigo entender. Por que ele não incentiva o uso de máscara? Por que ele não incentiva o básico, que nem tem custo para o Governo Federal? Eu não consigo entender. Eu fico me questionando: meu Deus, o que passa pela cabeça do Chefe maior do Poder Executivo brasileiro, que não orienta o mínimo? Parece-me algo, às vezes, até intencional. Será que ele quer mesmo que as pessoas morram? Eu estou fazendo, assim, uma pergunta com toda a alma, com uma verdade dentro de mim, porque eu não consigo entender isso. E parece algo tão elementar que não precisaria a gente estar questionando isso aqui, meu Deus do céu! O atual Ministro, agora, fazendo o incentivo da máscara... Ele fala e, no outro dia, o Presidente deixa de lado, não considera o nível de importância daquilo que, de fato, é elementar.

E, de fato, agora para finalizar, Presidente, Ministro, durante o seu governo, a gente já via ali uma defesa grande em relação a medicamentos, a incentivo de medicamentos sem comprovação científica. O senhor, em algum momento, foi pressionado, na verdade, a fazer, de fato, essa defesa do uso – e aí eu coloco especificamente – da cloroquina e da ivermectina, que foram, na verdade, medicamentos sempre incentivados e orientados pelo Governo Federal? E a gente sabe que está num momento de pandemia em que não há um medicamento... Até agora, inclusive, a gente não tem um medicamento, não é?

E eu queria cumprimentá-lo quando V. Exa. falou, agora há pouco, acerca do papel do Conselho Regional de Medicina. Gente, aqui nós somos Parlamentares. Eu não sou médica, eu não sou da área médica, eu sou jornalista, como aqui também há médicos, mas nem todo mundo tem conhecimento da área médica. Então, há coisas que me parecem que não são de nossa responsabilidade. Eu acho que a gente precisa trabalhar a normatização, a legislação, mas há coisa que é muito própria da área técnica da saúde, até mesmo questionar se usa ou não usa cloroquina. Eu acho que não sou eu que tenho que dizer, sabe? Quem tem que dizer isso é o médico. Se o médico entende que tem que aplicar e tem que usar cloroquina, então vamos usar. Se ele também disse que não é para usar, não vamos usar. E aí vai ivermectina e todos os demais medicamentos. Uma apologia transformou, na verdade, esses medicamentos num caráter ideológico, e isso pode matar como pode salvar vidas, a depender do tipo de receita, ou melhor, do tipo de orientação que é dada pela classe médica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Ministro. Eu queria parabenizá-lo e lhe dizer que o senhor fez muito pelo Brasil, o senhor orgulhou muito o Brasil, e eu, pessoalmente, fiquei muito triste quando o senhor saiu do Ministério da Saúde. Foi uma grande perda para o Brasil. Infelizmente, foi uma grande perda para os brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senadora Eliziane.

A senhora terá cinco minutos ainda de crédito, se quiser posteriormente usar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Coisa boa demais. Mas deixe-me ouvir o Ministro primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Está bem.

Com a palavra o depoente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu não estou entendendo o sorriso do Líder Fernando. *(Risos.)*

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) - Bom, Senadora Eliziane Gama, primeiro, agradeço a conclusão de vossa fala.

Quando a gente trabalha, quando a gente faz um trabalho como médico ou, enfim, como eu fiz ali, como Ministro, a coisa que mais nos conforta é quando alguém faz um elogio e agradece. Então, em meu nome... Minha vaidade fica muito elevada, mas transfiro esse elogio de V. Exa. para a equipe. Era uma equipe absolutamente ímpar, que dificilmente vai se reunir novamente, pelo perfil das pessoas, pelo momento de vida que estava e como elas conseguiram fazer com que isso chegasse até o SUS como um todo. Essa equipe nunca se intimidou. Uma das perguntas que V. Exa. me faz é se essa equipe foi intimidada. Nunca tiveram, ninguém teve nenhuma coragem de chegar para mim e dizer: "Quero que faça assim porque tem que ser assim". Não dava nem espaço para isso. A equipe ficou desconfortável de ver que todos os arrazoados que tínhamos, depois de explicar uma, duas, três, quatro... Todas as vezes eu explicava, as pessoas entendiam, mas, passava um ou dois dias, faziam o contrário do que tinham entendido. Então, isso era desconfortável, e era uma coisa pública, não era uma coisa... Não havia uma briga por trás de uma porta. Era simplesmente um Ministro dando suas orientações e um Presidente fazendo outras coisas que ele achava, provavelmente por estar sendo assessorado por outras pessoas que não eram daquelas que estavam ali no Ministério da Saúde, que era o ministério técnico para tal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse Ministro Guedes, da Economia, saiu... Eu vi aquilo. Um desonesto intelectualmente, uma coisa pequena, um homem pequeno para estar onde está. Quando eu estive na Câmara, o recurso que a Câmara... Falou: "Olha, nós temos aqui que, se foi votado, que seria usado pelos Parlamentares, nós vamos debater como fazer". E ele falou: "Ele saiu com R\$5 bi e não comprou vacina". As pessoas, nessa internet aí, nesse mundo... Há um mundo virtual que é muito também responsável por essas coisas, sabe? Eu acho que o Presidente, muita gente acha que a vida é daquele mundo virtual, se pauta por quantos *likes* ou pelo que acontece ali, enquanto o vírus e a doença estão no mundo real, estão aqui, ó, estão no mano a mano. E esse Ministro não soube nem olhar o calendário para falar: "Puxa, enquanto ele estava lá, nem vacina sendo comercializada no mundo havia". Eu tenho muita... Só posso lamentar. Diferentemente do Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Este, sim, ligava, perguntava, mandava informações que captava no mercado, extremamente atencioso com coisas de economia e impacto nas coisas públicas, ajudou muito. O desse da Economia não ajudou nada. Pelo contrário, falava assim: "Já mandei o dinheiro, agora se virem lá e vamos tocar a economia". Vamos tocar a economia talvez tenha sido uma das vozes que tenha influenciado o Presidente.

Longevidade *versus* saúde do Tesouro. Isso daqui... Eu peço desculpas aos idosos do Brasil por estarem incomodando o Ministro da Economia. A geração de vocês aqui, a nossa geração, principalmente da Soraya, da Leila, que é esportista, da Eliziane, das mulheres que estão aqui... As mulheres vivem mais que os homens porque elas se cuidam mais, elas são mais atenciosas, elas previnem mais, elas têm mais atenção ao assunto saúde. Os homens são muito menos ocupados do tema saúde. Então, tenho certeza de que vai vir das mulheres o exemplo para a gente viver mais pela prevenção. E o século XXI vem com coisa boa, vem com genética, vem com terapia gênica. A ciência, essa mesma da qual as pessoas debocham, falam: "Ah, cientista, eu quero que ele fale que isso aqui é bom, que aquilo ali é ruim"... Essa mesma ciência que é responsável pelo aumento da longevidade é que vai fazer com que Deus as abençoe para que sejam úteis. Mas que vai ser na geração delas, que são mais jovens do que eu, que, com certeza, nós vamos ver as pessoas viverem uma média de 90, de 100, de 110 anos. Espero que isso seja uma realidade em breve e que vivam muito mais e melhor.

O que passa na cabeça do Presidente, que é a pergunta da Senadora Eliziane, eu acho que a primeira coisa para responder é que tem que ter sentimento, tem que ter coração para tomar a decisão pela vida. Aí eu acho que não é bem na cabeça o problema, é mais coração.

E a pressão por medicamentos, não. Não, de espécie alguma. Ali a gente sabe que, na hora em que tivesse, a gente iria colocar. Volto a repetir: nosso mantra era ciência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado. Eliziane.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Só para finalizar aqui, Ministro. Eu queria perguntar em relação ao comportamento do Ministro da Economia naquele momento, durante a sua gestão. Como é que se deu, se havia também interferência em relação às ações técnicas do Ministério da Saúde.

E também lembrando aqui, até para que não fique nenhum tipo de algo confuso, a minha defesa é exatamente pela ciência, tecnicamente respaldado na ciência. Aliás, eu até uso lá que a gente trabalha isso muito. É a junção da fé, do otimismo, da esperança e da ciência que vai realmente salvar o Brasil.

Mas eu queria também que o senhor nos colocasse se houve interferência do Ministro da Economia.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Não, não. Interferência direta no Ministério da Saúde, não. Eles tinham assim: "Quando que vai liberar? Quando que vai abrir? Quando que vai...". Eu falava: "Não é uma questão de quando abrir ou quando não abrir. Nós precisamos abastecer, nós precisamos colocar as máscaras, colocar os equipamentos, precisamos trazer os equipamentos". Achavam muitas vezes que eram soluções... Acho até que esse diagnóstico meio precipitado que eles botaram na cabeça deles de que o problema era logística, porque eu vi muito esse negócio: "O problema é logística, não é?". Aí, vieram com sucessores para logística...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Aí veio o Pazuello, não é?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - ... como se o problema fosse logística.

Então, eu acho assim... Comigo não... Eu só achei distante... Num momento em que o que mais ameaça a economia é um problema de saúde, aí é dedução minha, pessoal... Se fosse um problema de educação... Se fosse um problema de outra área e eu fosse ministro, eu iria até o ministro par e falaria: "Escuta, me explique o que está acontecendo para eu pautar minhas ações". Mas isso nunca aconteceu, havia um distanciamento.

E o Presidente começou a repetir este mantra "entre saúde e economia, prefiro ficar com a economia", quando isso é um falso dilema, porque é óbvio que todas as sociedades que não resolveram o problema de saúde demoraram o dobro do tempo que as outras, quando optaram pela economia em detrimento de solucionar as duas juntas. Não é que haja uma melhor que a outra, mas havia, sim, um distanciamento, um distanciamento... Distanciamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Senador Izalci Lucas, de antemão, logo com um pedido de desculpas desta Presidência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Não, não se preocupe, não, Presidente. Eu quero, inclusive, como a Senadora Eliziane praticamente esgotou as perguntas, encaminhar.

Eu vou fazer o encaminhamento, Presidente, primeiro como contador e auditor que sou e depois como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nós temos hoje um orçamento, conversando com V. Exa., Senador Luiz Mandetta... Senador, não, Deputado e Ministro, meu amigo. E eu diria já a V. Exa. que, se um dia eu chegar ao Executivo, como Governo, V. Exa. seria muito bem como Ministro ou como Secretário de Saúde. V. Exa. tem todo meu respeito e admiração pelo seu trabalho.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós temos aí um orçamento, Mandetta, do ministério em torno de 132 bilhões, conversando com V. Exa. Aqui no DF, nós devemos ter 8,3 bilhões. E a gente sequer tem controle de estoque de medicamentos. Aqui é assim. No sistema, não há nenhuma integração entre hospital, posto de saúde... Você pega dez receitas médicas iguais, você vai a dez lugares e pega o mesmo medicamento, porque não há integração de sistema. Eu fui contador de hospital. Então, eu conheço bem o que acontece nos hospitais privados. Quando você pede lá 30 gotas de dipirona, são 30 gotas. No hospital público, vai uma caixa, vai uma... As pessoas vendem pelo menor preço, entregam pela metade, não há controle.

O que impediu todos os ministros e também os secretários de informatizarem realmente o Sistema Único de Saúde, já que nós estamos no século XXI? Eu, como Presidente da frente, sei que, em vários países, tudo isso já é 100% digital. É natural você hoje... Para V. Exa., como médico, seria muito fácil abrir o computador e ter todo o prontuário do paciente, inclusive todos os exames. Então, como nós temos um sistema universal, o que é que impede ou o que foi que impediu?

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, com esse controle, essa implementação dessa informatização, a gente vai reduzir aí, no mínimo, 30%, 40% do custo de corrupção, inclusive dando mais tempo para o cidadão cuidar da sua família ou utilizar seu tempo. Hoje, aqui na Capital da República, as pessoas ainda acordam de madrugada e pegam ônibus, com 4 ou 5 horas para ir e para voltar, para marcar uma consulta, sendo que bastaria apertar aqui e, em um segundo, você teria a consulta já solicitada. Então, eu gostaria exatamente de...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesta CPI, como eu disse ao Senador Renan, que é o nosso Relator, uma das propostas não é só apurar irregularidades, é propor também melhorias na legislação e no controle. É por isso que falei da criação, inclusive, de uma sub-relatoria de legislação e indicação para o Executivo, para melhorar.

Nós temos agora, na Comissão do Futuro, a incumbência de trazer... Inclusive, a primeira convidada da audiência pública é a Presidente da Estônia, porque lá, sim, é 100% digital. Lá é do tamanho do DF ou um pouquinho menor do que o DF, mas lá tudo é digital, seja na educação, seja na segurança.

Na educação, nós já percebemos: o Brasil demorou muito a colocar luz na educação. Hoje a gente percebe que 70% dos alunos sequer têm internet, sequer têm acesso à tecnologia. E, na saúde, é a mesma coisa. Acho que esta Comissão da Covid vai trazer luz também à falta de gestão pública no sentido de a gente colocar no século XXI essa questão.

Essa é a minha primeira indagação. V. Exa., como Secretário que foi do Mato Grosso e agora também como Ministro, talvez possa nos ajudar com relação a isso. Houve uma tentativa na área da segurança no sentido até de incentivar essa integração de informação, pois, por incrível que pareça, também não tem, muito menos na educação.

Isso foi como Presidente da frente. Agora, como contador.

E, como Presidente da frente, V. Exa. acabou de dizer que também é do agro. Eu participei de várias reuniões, junto com o Senador Wellington, que acabou de sair, e fui o Relator, inclusive, de um projeto de lei no sentido de tentar, com toda a estrutura que existe no Brasil de vacina animal ou da indústria farmacêutica animal, a possibilidade de a gente produzir a vacina humana nessa estrutura. Então, nós já aprovamos aqui no Senado. Eu perguntaria, pela experiência de V. Exa., se também concorda que a gente pode talvez vislumbrar uma solução para a vacina com relação à utilização da plataforma do Sindan, que já se dispôs não só a colocar toda a plataforma nas condições da Anvisa, para que a Anvisa possa realmente fiscalizar e autorizar... V. Exa. concorda com isso?

E quero já reforçar também... V. Exa. acabou de dizer que as pessoas não valorizam, pelo jeito que V. Exa. colocou - e é verdade -, ciência, tecnologia e inovação. Nós aprovamos aqui uma medida provisória que foi fruto de uma audiência pública que nós fizemos - na do Covid - em que o Ministro Guedes, pela primeira vez, falou em recursos e colocamos 20 bilhões para a compra de vacinas. Nós temos agora - tínhamos, porque cortaram do Orçamento - 200 milhões, segundo o Ministro Marcos Pontes, para fazer já Teste 1 e 2 em três vacinas 100% nacionais, das Universidades de Minas e de São Paulo. E, evidentemente, para fazer o Teste 3, com 25 mil pessoas, ficaria em 710 milhões, até o Teste 3, mas cortaram do Orçamento. Então,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., como Ministro e também experiente nessa área... Acho que é muito clara essa questão das mudanças, das variantes. É muito melhor a gente ter o domínio da vacina e poder realmente enfrentar as novas variações do que propriamente comprar vacina todo o tempo. Então, indago a V. Exa. sobre essas questões.

Com relação ao resto, eu já fui contemplado com as perguntas dos nossos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antes de passar a palavra ao depoente, é só comunicar – a Presidência já devia ter comunicado, mas o faz agora – às colegas Senadoras e aos colegas que há um lanche e um café lá no fundo. Então, embora um pouco tarde, está comunicado. Foi providenciado, principalmente, a partir da chegada, em peso, da Bancada Feminina. Faço isso advogando, aqui, pelo Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que, diga-se, de passagem, Sr. Presidente, está aqui desde as 10h da manhã e ainda...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... só teve uma representante com direito a fala. Então, nós trocamos esse lanche agora pela reunião amanhã cedo, o que, tenho certeza, de forma carinhosa, vai ser atendido pelo nosso Presidente, para que possamos pelo menos ter uma Senadora na lista de inscrição dos Senadores titulares e uma na relação dos Senadores suplentes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já advogo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – E que não seja...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Alternado, obviamente, com a alternância das colegas, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone, manifesto aqui a posição, inclusive, da direção desta CPI. Já era para ter sido no dia de hoje – já era para ter sido no dia de hoje! Como não houve acordo com o Plenário o plano da CPI, não deliberamos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Aproveite que V. Exa. está aí e decide logo, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É, mas eu tenho fé de que não haverá mais resistências amanhã para, inclusive, incluirmos, dentre as falas prioritárias, uma representante da Bancada Feminina.

Passo a Presidência para o seu titular e passo, de imediato, ao Dr. Mandetta, o depoente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Primeiro, gostaria de agradecer à Senadora Leila Barros por, gentilmente, ter me mandado uma barrinha de cereal, que foi o que me salvou aqui até agora, já que o lanche estava muito distante.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Fiquei preocupada com o senhor, Ministro.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) - Como aqui não tenho mais o Líder do Governo, nem o da Oposição, agora sou um simples cidadão... Obrigado, Senadora Leila. Quando eu estava no Governo, o meu Líder do Governo falava: "Serve lá uma barrinha". Não é, Fernando? Obrigado, obrigado a você.

Sistema de informática é o prioritário em termos de gestão. Por que não sai? Primeiro, pelo histórico. São mais de 400 programas nesse Ministério da Saúde que não falam entre si. Os Estados criaram outras ferramentas; os Municípios, outras ferramentas. Bons projetos que o Ministério Público, etc., criminalizou, que pararam. Enfim, muito difícil para a coisa pública andar com o sistema de informática.

Qual foi feito no ano passado? Fui até o Tribunal de Contas da União, expliquei. Fizemos um desenho de todo o País, o impacto do investimento, e escolhemos, de comum senso, um Estado para levantar todas as dificuldades naquele Estado - como seria a conexão, como seria a rede, o que seria fibra ótica, o que seria satélite, o que seria carência de pessoas, qual seria o sistema, etc., etc., etc. Estado escolhido: Alagoas. Fui lá, junto com o Governador Renan Filho, e começamos a informatização, um programa chamado Conecta SUS, para, com as dificuldades que tivéssemos em Alagoas, sentarmos com o Tribunal de Contas da União e falarmos: "Olha, isso deve se repetir, em maior ou menor grau". Por que Alagoas? Porque é um Estado que tem uma Zona da Mata com cidades de bom perfil econômico, como a capital, etc.; tem a sua parte mais difícil do Polígono das Secas; tem cidades médias; tem cidades em que você tem uma conexão muito boa; e tem cidades em que você tem uma comunicação muito ruim; tem distritos. Então, ele foi o Estado escolhido para fazer o piloto do Conecta SUS. Teria sido, neste ano de 2021, a pactuação nacional para a informatização, para chegar a 2023 com o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prontuário eletrônico universal como base. O primeiro Estado a ser informatizado teria sido Alagoas. Mais uma das políticas que foram interrompidas.

Na questão de fábricas do agro ou fábricas humanas, tanto faz, fábrica é fábrica. O que ela vai... Tem que ser com qualidade e certificado pela agência que regulamenta. Agora, colocar dentro a tecnologia... Se ela se prestar para aquele nível, a mesma máquina que faz um comprimido para uso animal faz para uso humano. É só uma questão de você ter toda a certificação dos processos.

Investimento em pesquisa. Nós queimamos, Senador Izalci, US\$40 bilhões pela nossa dependência só em saúde. – é a balança comercial saúde. Só nessas brincadeiras de remédio, ciência, ressonância, tomografia, são US\$40 bilhões. Você queima a safra de soja do Mato Grosso inteiro, do Mato Grosso do Sul inteiro e de meio Paraná só para pagar a nossa dependência tecnológica em saúde. São inúmeras as coisas que nós poderíamos fazer aqui, algumas que nós fizemos no passado e paramos de fazer por não termos a política e a coerência de fazer investimento contra resultado. Acho louvável a gente colocar o dinheiro para fazer as vacinas, etc., mas há que se criar uma cultura no Brasil de investimento para gerar patente, para gerar o produto, para gerar dinheiro. A USP tem 1,2 mil itens patenteados; um corresponde ao faturamento de 99% de todos os outros. É um medicamento chamado Vonau. Só um corresponde a todas as outras patentes da USP somadas. Então, está mais do que na cara de que ou a gente acorda ou a gente vai ficar sempre assim, fora da festa, produzindo produtos primários, mandando dinheiro e fazendo superávit para pagar a nossa dependência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só, então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com todo o respeito, Senador Renan, com relação a Alagoas, onde eu, inclusive, no mês de julho, vou passar pelo menos uma semana, como sempre faço, eu quero só dizer....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou aconselhá-lo a não procurar o Senador Renan; procure o ex-Senador, gente boa, Benedito de Lira. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está certo, mas me deixe só dizer o seguinte: a proposta que nós lançamos aqui na Comissão é exatamente de a gente fazer políticas públicas de Estado para Estados e Municípios, mas tomando como referência a Região Metropolitana do DF, porque aqui é apenas um Município em um só Estado. Assim, todas as vezes que os Prefeitos ou os Governadores vierem aqui, fica fácil de você mostrar. "Olha, está aqui implantado. Você implanta no resto do Brasil".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Só que o DF, dificilmente, espelha a complexidade de um Estado. E ele é muito rico, é muito...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nem sempre, Mandetta. Eu vou dizer a V. Exa...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu escolhi o Estado de Alagoas... E, na época, não fui eu; foi um grupo lá que escolheu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu entendi.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – ... exatamente para retratar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu entendi perfeitamente. Eu só quero lhe informar – e até para informar a todos os que estão nos assistindo, pois as pessoas pensam que Brasília é a Esplanada – que Brasília, hoje, tem 3,2 milhões de habitantes, mais 2,6 milhões em volta, na Região Metropolitana. Nós temos aqui, a 10km de Brasília, a 10km do Congresso, Santa Luzia, que não tem nada, é zero, assim como Sol Nascente e Pôr do Sol, que precisam realmente... É só para termos uma vitrine e um piloto aqui.

Parabenizo V. Exa. e parabenizo também Alagoas. Não sei se já está implantado o sistema lá. Alagoas já chegou a concluir o processo?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Quando eu deixei o ministério, estavam em processo final de ver a conectividade toda... Exatamente quando a gente ia lançar, foi quando eu deixei o ministério.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, prezado Ministro Mandetta, esta CPI está unida para apontar caminhos que possam aprimorar a legislação sanitária brasileira, para que a gente possa estar mais preparado, ainda no decorrer desta pandemia, porque ela prossegue, mas, sobretudo, para as novas ocorrências que possam surgir no nosso futuro.

E esta CPI está dividida na tentativa de querer criminalizar eventuais erros, equívocos ou omissões. Na realidade, eu tive a alegria de ver o seu testemunho, Ministro, de que V. Exa.,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolhido pela sua capacidade técnica, independente de indicação partidária, V. Exa. teve na figura do Presidente da República, o Presidente Jair Bolsonaro, a liberdade para compor a sua equipe e, segundo palavras de V. Exa., a melhor equipe já montada na história do Ministério da Saúde.

E aqui pinço dois eventos que marcam a sua passagem quando do enfrentamento da pandemia: a edição do alerta de emergência nacional de forma rápida, expedita, célere, já antevendo a gravidade do que nós iríamos enfrentar, e a iniciativa de V. Exa., apoiado pelo Presidente da República, na aprovação da Lei 13.979, que é a que dá o arcabouço para que a gente possa definir as medidas de enfrentamento no curso da pandemia.

Mas veja, Sr. Presidente, Sr. Relator, mesmo com essa equipe altamente qualificada, eu não tenho dúvida de que o Ministro Mandetta pode lamentar alguns equívocos e pode estar também amargando algumas frustrações. Tento aqui vincular a possível equívoco o não financiamento à vacina brasileira – na realidade, muito reclamado por muitos membros aqui do Senado que o Brasil deveria, desde o seu primórdio no enfrentamento, ter definido recursos para a produção, aqui no Brasil, de uma vacina 100% brasileira – e a frustração... Mesmo o Ministro tendo dado a ordem para um amplo programa de testagem e ter iniciado as compras dos *kits*, a gente percebe que essa foi uma diretriz não seguida pelos Estados e pelos Municípios brasileiros, que pouco fizeram ou nada fizeram do ponto de vista da testagem como instrumento de enfrentamento da pandemia.

Eu queria também, Sr. Presidente, aqui destacar que no dia de hoje eu tive a curiosidade de puxar os dados computados até ontem em nível mundial, Senador Renan, que são fornecidos diariamente pela Universidade de Oxford, e o Brasil se encontra, hoje, na 38ª posição com 69,9 mil casos por milhão de habitantes. E veja que curioso é: essa performance brasileira é igual à do Reino Unido, ela é igual à da Itália, ela é inferior à da França, da Espanha e de Portugal. Eu cito esses países porque esses países todos têm governos de tendências político-ideológicas distintas. Esses governos todos tiveram políticas de isolamento social mais duras ou mais brandas. E tudo leva a uma avaliação de que essa doença efetivamente é nova, desconhecida, e que está a desafiar a ciência, está a desafiar os pesquisadores, está a desafiar os gestores.

Nós não podemos nem alardear que esta vacinação em curso será suficiente para lograr a imunização da população brasileira ou mundial. Talvez seja preciso, Senador Renan, novas campanhas de imunização no próximo ano. Isso ainda não é dado. E é por isso que eu queria também conhecer a opinião do Ministro em relação a uma opção que foi feita pelo Governo brasileiro após ele ter saído do Ministério, que foi a aposta feita na parceria com a AstraZeneca, com a Universidade de Oxford, para que, num acordo de transferência tecnológica, pudesse permitir ao Brasil fabricar vacina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interessante saber, porque a população brasileira precisa saber que são no Brasil as duas únicas plantas da América Latina e da África que produzem vacina, e que o Brasil vai ser, dos países emergentes, Senador Renan, o primeiro a produzir a vacina 100% nacional.

Eu falo isso porque eu sei que V. Exa. vai ter muita dificuldade para poder provar dolo, intenção, má-fé em relação às ações do Governo brasileiro. O Governo brasileiro pode ter tido falhas, pode ter cometido equívocos, pode ter mal avaliado, mas nós vamos assistir, no curso deste ano, as iniciativas se provarem acertadas. Eu não tenho dúvida nenhuma de que, logo, logo, tanto o Butantan, quanto a Fundação Bio-Manguinhos vão nos dar a tão sonhada autonomia para a produção da vacina aqui no Brasil.

Eu queria, por fim, Sr. Presidente, sabendo que o Ministro Mandetta foi Secretário Municipal de Saúde, Deputado Federal, conhece como poucos o Sistema Único de Saúde do nosso País, porque viveu por dentro... E aqui, Senador Renan, é importante, porque está se tentando provar que, pela política de distanciamento ou pela política de tratamento precoce, isso pode ter contribuído ou não para o maior ou menor número de óbitos no Brasil. Vai ser difícil, Senador Randolfe, traçar essa trajetória.

A pergunta que também tem que ser feita no Sistema Único de Saúde, subfinanciado há anos – e aí o testemunho do Ministro Mandetta –, é: quanto nós investimos por saúde e por habitante relativo a outros países? E as dificuldades que ele vivenciou, como Ministro da Saúde, de demandas acumuladas para atender Estados, Municípios, santas casas? A pergunta, Senador Renan Calheiros, que tem que ser respondida: se não tivesse havido a decisão do Governo Federal e do Congresso Nacional de alocar recursos adicionais para financiar o enfrentamento da pandemia, quantos brasileiros a mais teriam morrido? Olha que não foi pouco dinheiro! Só com a rubrica do Covid, foram R\$57,8 bilhões. Só com compensação de recursos do FMP e do FPE, se alcançaram R\$127 bilhões, Ministro Mandetta. Na hora em que as atividades pararam por causa do *lockdown*, em que se procurou proteger a população – e era correto –, faltou dinheiro no caixa das prefeituras e dos Estados brasileiros. E quem foi que bancou a diferença nesse caixa para que não fossem interrompidos os serviços essenciais de saúde, de segurança pública, de educação?

Senador Renan, eu não sei se V. Exa. sabe, mas é bom saber: nós paralisamos as aulas das crianças e dos adolescentes brasileiros. O Brasil já vai com mais de 70 semanas com a educação pública parada. Você sabe por quantas semanas se paralisou na Europa e no mundo rico? Doze semanas. Sabe por quantas semanas ficaram paralisados os países da América Latina? Vinte e duas semanas. A pergunta é, Senador Renan: nessas políticas de isolamento, é preciso, sim, flexibilizar, para que a gente possa atender a interesses múltiplos, porque, com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa criança que vai repetir um ano e talvez dois, o prejuízo para a Nação é quase que irrecuperável.

Por isso, eu quero encerrar esta minha manifestação para dizer que eu acho que o Ministro Mandetta inaugurou bem a fase de depoimentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi correto, foi sincero, foi transparente, falou do que ouviu, foi equilibrado nas respostas mais duras que recebeu do Relator e de outros Senadores, mas um fato ele não vai poder negar: ele, como Ministro da Saúde, deixou um arcabouço que vem servindo como guia para que aqueles que o sucederam pudessem ter implementado.

Eu encerro a minha intervenção perguntando a ele: como avaliar, como poder imputar se uma política de isolamento mal ou bem-sucedida é responsável por mais ou menos mortes? Como uma política de tratamento precoce poderá ser criminalizada por mais ou menos mortes e não deixar de pesar e de considerar as medidas concretas e efetivas que foram tomadas pelo Governo Federal?

Nós estamos ainda por assistir às próximas cenas deste filme.

Nós queremos nos solidarizar com os brasileiros que perderam entes queridos, amigos, pessoas próximas; um número excessivo, grandioso, que nos remete à obrigação de a gente poder aperfeiçoar a legislação para que a gente possa se desincumbir das nossas responsabilidades.

Mas eu tenho a impressão de que, se tivermos equilíbrio, se tivermos bom senso, a gente poderá fazer um grande trabalho, que o País espera, sem se deixar levar por paixões políticas, partidárias ou ideológicas. Acho que o que o País menos quer, neste exato momento, é transformar esta CPI em palanque eleitoral, para que, aqui, a gente possa desfilar as nossas vaidades ou se valer de críticas, se servindo da dor de milhões de brasileiros.

O Brasil não espera isso da gente. O Brasil espera que a gente possa apontar caminhos que nos levem às respostas que nós precisamos para que o Brasil possa superar esta pandemia, se reencontrar com o crescimento, o desenvolvimento, recuperar emprego e recuperar renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Mandetta, por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Caro Senador Líder do Governo, Fernando Coelho, alerta de emergência nacional, PL 3.979, liberdade completa, equipe técnica. Esse foi o compromisso, e assim se deu. Mas, no final, houve assim uma possibilidade de troca. Mas eu acho que foi, sim. Eu acho que, há muito tempo, não retirando aqui o mérito dos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meus antecessores, mas sucedi o Ministro Occhi, que era a primeira vez que lidava com o ambiente da saúde; antes do Ministro Occhi, o nosso colega Ricardo Barros, também colega de muita visão do Parlamento, mas de pouca vivência do Sistema Único de Saúde... Se formos voltando no tempo, vamos ver vários momentos em que ou o Ministro ou a equipe embaixo não era uma equipe extremamente técnica.

Eu não quis disputar a última eleição. Não gostei da última legislatura. Não quis. De 2014 até 2018, foi um ano de "fora, Dilma", um ano de "fora, Cunha", um ano de "fora, Temer". No quarto ano, eu disse "fora eu". Fiquei na minha casa, fui trabalhar.

Eu estava me mudando para o Rio de Janeiro quando eu fui chamado. Eu falei: "se for técnico, eu vou". O problema foi que, na hora em que veio a necessidade do trabalho técnico, aí, naquele momento, não queriam mais um trabalho técnico. Aí é que está o equívoco. Eu não consigo entender por que chamou um Ministro e disse a ele: "Seja um Ministro técnico, tenha uma equipe técnica!" Eu montei a melhor. Eu me assessoriei com o que nós temos de melhor. Se não são os melhores, são aqueles que mais tempo estão expostos a decisões duras em saúde. Duras! E na hora dessa gente trabalhar, esta liderança não quis uma liderança técnica.

Portanto, eu não posso deixar de me colocar aqui, na fala de V. Exa., já que é uma pergunta de V. Exa.

Não financiamento de uma vacina brasileira.

Tudo começa com a concepção. Conceber uma vacina! Conceber uma vacina, agora que o Butantan... Parece-me que agora que o Butantan conseguiu conceber uma vacina se utilizando de uma parceria, socorram-me aqui, que eu não estou me lembrando, é de um hospital...

Mount Sinai! Mount Sinai, com o vírus... New Hampshire...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ministro, eu não quero interromper V. Exa., é por que tem declarações de V. Exa. de que preferia adquirir a vacina do que financiar a pesquisa da vacina. Eu, eu posso...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não.

Não, enfim, eu digo, as vacinas, a plataforma da Organização Mundial da Saúde, ela tinha, quando eu era Ministro lá, quantas vacinas estavam em desenvolvimento no mundo. Na plataforma, cada vacina que estava em desenvolvimento no mundo. No mundo! Informou que estava em desenvolvimento de vacina no mundo. Lógico que se nós tivermos uma vacina aqui será muito bom, mas nós não tivemos essa opção, não, de fazermos investimento em vacina



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daqui. Nós tínhamos conceitos, ideias, mas entre o conceito e a ideia, e o mundo é global, você tem que ter muita parceria internacional para fazê-la.

Talvez aqui a Fiocruz, o Butantan talvez também tenha condições de fazer essa teia mundial, para depois descrever e poder fazer Fase 1, Fase 2 e Fase 3; mas é importante.

Os dados em posição do Brasil, acho que isso daí é digno de nota. A opção pela AstraZeneca/Fiocruz, eu acho que foi uma decisão válida, você optar... Acho que a Oxford é uma instituição séria. A opção de se querer a transferência da tecnologia pra produzir a IFA também é uma opção correta, assim como a outra. O Ministério da Saúde estava, quando eu estava lá presente, ao lado dessa instituição, tanto da Fiocruz quanto do Butantan. Nunca tivemos... Nunca tive nenhum problema de lados nessa história, sempre aquele que puder correr mais, que corra e faça.

E acho que agora, os demais aspectos fazem parte da discussão típica desta Casa. Acho que vocês têm total condições de fazerem essa discussão, de balizarem a sociedade e concluírem.

Volto a repetir, Senador, trabalhei com muito orgulho para o Brasil como Ministro da Saúde. Os meus valores, os conheço bem. A quem eu mais tenho que dar satisfação é à minha consciência. A minha consciência é absolutamente tranquila pela tomada das decisões que foram tomadas naquele momento. Acho que teria muito a colaborar em muitos itens, porque acho que tem que melhorar a legislação para poder ter performance, inclusive governança em tempos de emergência e calamidade.

Fico imaginando se fosse uma guerra convencional! Acho inadmissível, numa guerra convencional, você prescindir de militares. Acho que seria, seria impensável, numa invasão militar ao Brasil, nós sermos comandados por um médico, ou um padre.

Acho impensável um Presidente de Banco Central ou um Ministro da Economia que não seja economista ou formado naquela área ali. Acho que esse foi um erro que a gente pagou. Foi duro, duro! Agora, parece que estamos pelo menos com alguém que tem um linguajar; ele não tem muita experiência. Mas foi muito duro, foi virar muito as costas para tudo aquilo que pessoas ficaram, por dez, vinte, trinta, quarenta ou cinquenta anos estudando, para não serem sequer ouvidas.

Então, acho que isso é governança. E acho que governança em emergência ou calamidade é uma coisa... Esta Casa vai ter que colaborar com um marco legal de governança muito melhor do que esse que nós temos. Há um vazio, há um *vacuum legis* que precisa ser preenchido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O problema é que há pecados por ação, por omissão e por obediência.

Agora, aqui, vou fazer uma ressalva, Dr. Mandetta: o Brasil já teve ministro que não era da área de saúde. E foram muito bons, porque montaram uma equipe. E ali não era o Exército Brasileiro. Era um cidadão que foi para lá...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Mas era uma equipe, Senador. Talvez eu tenha me expressado errado. Não estou falando da figura do ministro. O Ministro Serra, talvez, tenha sido o ministro que mais impactou a história do Ministério da Saúde contemporâneo. Ele era economista, mas a equipe... Eu acho que o desmanche da equipe é que é complicado. Mas, enfim, essa é uma decisão para todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos o Senador Jean Paul. Depois, só vem mulher, porque eu não vou colocar mais homem para falar aqui, não!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Omar, eu vou fazer o seguinte, Senador Omar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ou fala agora ou não fala nunca mais!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não! Eu vou passar a minha vez para o último. Eu vou ser a bandeja aqui, o final, para dar vez às Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu disse que só falava mulher agora.

Então, Senadora Leila Barros...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas não pule a minha vez. O último serei eu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou fazer só um resumo final.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois será a Senadora Simone.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Prometo ser rápido.

Senadora Leila, por favor...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila, Senadora Simone...

A Senadora Rose de Freitas ainda está aqui? (*Pausa.*)

Senadora Rose de Freitas...

O Senador Rodrigo Cunha está por via remota.

Depois da Senadora Leila, vem a Senadora Simone e o Senador Rodrigo, e encerro com o Senador Jean Paul.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, quem vai encerrar sou eu, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Rodrigo já ganhou carona na Bancada Feminina. Disse "mulheres"!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila, por favor...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu cumprimento, primeiro, o senhor, Senador Omar Aziz, pela condução dos trabalhos, assim como o Vice-Presidente, Randolfe Rodrigues, e o Relator, Renan Calheiros.

Cumprimento também, de forma muito carinhosa, pela presença, o Ministro Mandetta.

Eu acho que foi bem desgastante! Nós estamos finalizando esta audiência.

Eu fiz questão de passar o dia aqui praticamente ouvindo o senhor para fazer alguns questionamentos, mas, durante a própria audiência, já foram sanados muitos dos meus questionamentos. Mas eu quero cumprimentar o senhor pela tranquilidade, pelo preparo e pela transparência aqui nas respostas não só ao Relator, mas também aos membros titulares e suplentes, assim como aos Senadores que estão participando desta Comissão nesta audiência de hoje.

Eu sei que vou ser repetitiva, Ministro, mas eu tenho uma curiosidade muito grande sobre algo que me tem incomodado muito. O senhor falou, comentou sobre o distanciamento da equipe econômica na gestão da crise quando o senhor era presidente. A gente sabe que, desde o início da crise, percebe-se essa falsa dicotomia entre saúde e economia, com muitas discussões sobre o prejuízo à saúde *versus* os prejuízos à economia, o que, sem sombra de dúvida, também gera sofrimento e, indiscutivelmente, muita miséria. O que a gente está vendo é um cenário de miséria em nosso País. Pessoalmente, eu não tenho dúvida de que, a exemplo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de países que enfrentaram a pandemia em curto prazo, a abordagem mais eficaz seria enfrentar essa pandemia com todo o vigor e depois estabelecer condições que permitissem a abertura gradual da economia.

Então, eu pergunto ao senhor de forma muito clara: O senhor buscou trabalhar em conjunto com o Ministro Guedes no combate à pandemia? Se a economia não procurou, se o senhor tentou em algum momento, esboçou em algum momento essa relação com o Ministro Guedes? E qual foi o grau de cooperação e coordenação entre os dois Ministérios? Até porque a gente sabe que sem vida não existe economia, nem vice-versa, não é? Então, eu acho que é muito preocupante o que o senhor passou para nós aqui. Foi o que mais me chamou a atenção, fora vários outros temas.

Dentre eles, a minha segunda pergunta, que nós vamos encarar nas próximas reuniões, porque eu faço questão, vou estar presente aqui junto com a Bancada Feminina, que é a questão do medicamento, da cloroquina. No seu entendimento, qual a razão de o Presidente ter insistido na cloroquina, no tratamento da Covid? O senhor acredita... E não há aqui paixões. Eu estou sendo muito clara, objetiva, porque mais para a frente isso vai ser muito importante para outros questionamentos a outras figuras que estarão aqui nesta Comissão. O senhor acredita que pode ter havido algum beneficiamento nas várias compras de cloroquina?

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

E mais uma vez felicito o Ministro Mandetta por estar aqui conosco nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro Mandetta.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Senadora Leila, o distanciamento da equipe econômica era real. Eu não posso negar. Eu dialogava um pouco com o segundo escalão sobre algumas questões, mas entre ministros, telefonemas, recados para conversar com o Ministro não eram respondidos. Algumas reuniões no ambiente de gabinetes de ministros. Havia uma visão muito menor da gravidade. Eu dizia: A crise vai longe. Eles imaginavam, no início... O Ministro ainda imaginava e falou que o Brasil cresceria 2,5%, na expectativa dele, mas que com a Covid cairia para 2%. Cairíamos 0,5% do PIB. Eu disse: Olha, não está compreendendo o tamanho da confusão. É bem mais do que isso. Então, era sempre uma coisa muito distante uma do outro. Acho até, ousado dizer de que essa ideia de que iria haver um efeito rebanho e que acabaria em setembro, outubro, como eles pensaram: Olha, em setembro, outubro isso acabou, porque já tem o efeito rebanho. Acho que isso acabou induzindo a fazerem a proposta de um auxílio de R\$600, imaginando que levaria três, quatro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meses de auxílio e depois ele se desfaria, não vendo que a doença estava só no seu primeiro terço. Ainda tinha a segunda terço e a terceira terço para completar.

Então, acho que sempre houve um distanciamento. Para pautar decisões econômicas num momento de epidemia de saúde infecciosa me parece que teria sido necessário que esses dois Ministérios tivessem notas técnicas conjuntas, porque acho que muitas tomadas de decisões acabaram sendo equivocadas, até por pessoas do mercado, até por pessoas que estavam lá com seus empreendimentos e que precisavam saber qual era a perspectiva, para onde que nós estamos indo?

Eu disse a todos eles quando ia crescer, quando ia ser o aumento, quando é que ela ia estabilizar, quando é que ela ia cair, o intervalo para ter uma segunda onda, o número possível de mortes em 2020, o número possível de mortes até o final da pandemia. Todas essas informações eles tinham. Agora, por que pautaram de uma maneira diferente, eu realmente fico em dívida com a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou passar a palavra à Líder da Bancada Feminina, comunicando à Senadora Simone Tebet que dificilmente algum Senador será contrário à participação efetiva das mulheres.

Nós daremos a palavra a uma mulher escolhida entre vocês - eu não sei qual vai estar aqui -, tanto nos titulares como no suplente. Após o Relator fazer o questionamento, após o Vice-Presidente fazer os seus questionamentos, logo em seguida, será a terceira inscrita para se posicionar, da mesma forma que será também uma das primeiras como suplente, para vocês não ficarem esperando o dia todo aqui. Nós vamos fazer essa...

Eu creio que não vai ter problema nenhum para que a gente possa, a partir de amanhã, já ouvindo aqui o Dr. Nelson Teich, que estará aqui às 10h - porque o ex-Ministro Pazuello vai só estar dia 19. Antes de a gente iniciar a sessão, eu vou conversar com os Senadores e aí ter uma decisão.

Eu acho que a Líder da Bancada conversa com as Senadoras que estão presentes aqui, de preferência que estejam presentes em Brasília, mas nada contra se tiver também remoto. Eu estava vendo aqui a Senadora Rose de Freitas, do Espírito Santo, muito presente em todas as reuniões. Daqui a pouco, se ela quiser falar, eu vou passar-lhe a palavra. Mas eu acho que fica definido dessa forma para que a gente não tenha nenhum mais... Eu acho que, chegou aqui, é só dizer: "Hoje eu sou a representante feminina", e acabou a conversa.

Senadora Simone.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Presidente, desculpe-me. São 30 segundos.

Só para comunicar, com a permissão da Senadora Simone, a V. Exa. que, a partir das informações prestadas pelo depoente ex-Ministro Mandetta, estou protocolando - e peço, inclusive, a rápida apreciação - o requerimento convocando o Ministro Paulo Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) - Só o cumprimento, Presidente Omar, pela sua decisão, que demonstra sua sensibilidade em relação às mulheres. Eu realmente fico muito feliz com a sua postura e, para mim, não é nenhuma surpresa a postura de V. Exa. com a adoção dessa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você não vale Eliziane, você é minha amiga. (*Risos.*)

Senadora Líder Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Então, faço eu os agradecimentos, Presidente, porque V. Exa., na realidade, deu uma decisão salomônica. Nós somos as últimas e V. Exa. também nos colocou como primeiras e, além de tudo, atendeu ao pedido - no Direito, nós falamos *ultra petita* ou *extra petita*, além ou fora do pedido - que fizemos muito além do que imaginávamos.

Agradecemos-lhe, em nome da Bancada Feminina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. tem a palavra agora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Ministro Mandetta, é uma honra tê-lo aqui. Obrigada. É um orgulho para Mato Grosso do Sul tê-lo tido como Deputado Federal, representando Mato Grosso do Sul na Bancada Federal do nosso Estado, e como Ministro da Saúde.

V. Exa. demonstra, na tarde de hoje, toda a disposição a favor do Brasil, colocando não só a ciência, mas o coração, a alma, o sentimento de brasileiro acima de qualquer posição. Não foi por outra razão que entrou como Ministro e não foi por outra razão que abriu mão do poder de ser Ministro no momento em que percebeu que já não podia mais servir ao País como achava que deveria. Então, nesse aspecto, eu começo, Sr. Presidente, também na mesma linha, dizendo que os colegas não podem confundir a firmeza dos posicionamentos dos membros desta Comissão ou mesmo daqueles que não são membros, como eu, com qualquer



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestação parcial. Nós estamos aqui em busca da verdade. Nós estamos aqui em defesa da vida, de vidas inúmeras, milhares, centenas de milhares que foram interrompidas prematuramente por esse relógio. O relógio da vida parou prematuramente para centenas de milhares de brasileiros. E nós não podemos nos esquecer disso e não podemos perder a nossa capacidade de nos indignar. É verdade que não chegamos à média de 4 mil, que agora está caindo para 2 mil e, se Deus quiser, semana que vem, cai para mil. E, se tudo der certo – e Deus nos ouça e tenha misericórdia desta Nação –, nós conseguiremos baixar para 500 mortes diárias, 300, 200, mas cada vida importa.

E é importante, portanto, entender que esta CPI, diferentemente de todas as CPIs da história do Congresso Nacional, não é sobre uma CPI, sobre um fato determinado, é sobre fatos continuados de omissão, de negligência, de imprudência, de imperícia, dolosa ou culposa, não importa, e não importa de que autoridade. Nós não estamos aqui para dizer que a responsabilidade é do Governo Federal ou do Governo do Estado ou do Governo municipal, mas não caiu do céu essa pandemia no Brasil. E ela não está descoordenada, descontrolada por outra razão a não ser por falta de planejamento estratégico, por falta de vontade política, por falta de ação, Sr. Presidente.

Então, nesse aspecto, eu começo apenas para justificar que aqui ninguém está preocupado com o processo eleitoral de 2022. Nós não seríamos dignos do mandato que temos, diante de tanta dor, de tanto calvário, se algum de nós estivesse preocupado aqui com o processo eleitoral de 2022. Esse não é o posicionamento da Bancada Feminina.

Eu deixo aqui alguns questionamentos, Ministro – vou chamá-lo ainda de Ministro porque orgulha muito o nosso Estado –, num pingue-pongue de "sim" ou "não", porque aí vem a pergunta realmente subjetiva, mas, obviamente, fique à vontade.

O senhor entregou um ofício, uma carta para o Presidente da República no dia 28 de março.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor diz, no dia 16 de março, que, sem a participação do Ministério da Justiça, foi editado o Decreto 10.277, de 2020, que instituiu o Comitê de Crise para supervisão e monitoramento dos impactos da Covid e mais ações, e outros setores foram integrados às medidas sanitárias, repito, sem a participação do Ministério da Saúde. O senhor confirma?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor também alega, em seguida, que, embora não tenha medido esforços dentro do Ministério para proteger a saúde da população e, via de consequência, preservar vidas, apresentou orientações e recomendações que não receberam apoio do Governo Federal, embora tenham sido embasadas em especialistas e autoridades de saúde nacionais e internacionais – por exemplo, orientações como isolamento social e a necessidade de reconhecimento da transmissão comunitária –, repito, no dia 28 de março de 2020. Naquele momento, nós estávamos diante de transmissão comunitária, e o Governo ainda se recusava a reconhecer. É isso?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. também acrescenta que alertou o Governo Federal ou a Presidência da República de que outras viroses viriam no ciclo da epidemia, agravando ainda mais a epidemia da Covid-19. Procede?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Alto risco.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E, por fim, o senhor diz que o Ministério da Saúde, fundamentado em fatos apurados, em evidências, princípios, direitos e garantias fundamentais do cidadão, recomendou expressamente que a Presidência da República revisse o posicionamento adotado, acompanhando as recomendações do Ministério, uma vez que a adoção de medidas em sentido contrário poderia gerar o colapso do sistema de saúde e gravíssimas consequências à saúde da população.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aí vêm as duas perguntas que faço, Ministro.

Quando o senhor diz que poderia haver um colapso do sistema de saúde, por mais subfinanciado que o SUS seja, embora esteja, em nível universal, em todos os Municípios brasileiros, o senhor entende que, apesar de todas as dificuldades, se, naquele momento, todos esses procedimentos – máscara, isolamento social, reconhecimento da transmissão comunitária, informe publicitário, campanha, o Presidente usando máscara e dando exemplo à população, visitando hospitais, reconhecendo a dor das famílias –, o senhor entende – e não estou falando em número de mortes, porque o senhor já respondeu, mas em mais do que isso – que nós teríamos diminuído a falta, a escassez de oxigênio, a falta de oxigênio que asfixiou inúmeras vítimas da Covid, a falta de leitos, a falta de medicamento e o *kit* intubação?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma objetiva, é minha pergunta, e fique à vontade para responder. Diante de tudo isso, dessa omissão, dessa falta de reconhecimento, o senhor entende que, se tudo isso tivesse acontecido, nós hoje poderíamos até ter milhares de mortes, mas nós teríamos um maior conforto a essas famílias que, quando batessem à porta do SUS, teriam mais leitos disponíveis, teriam mais remédios, teriam mais *kits* intubação e oxigênio para salvar as vidas?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Teríamos feito muito melhor, Senadora.

Essa segunda onda que nós estamos passando é o ápice desse tipo de decisão tóxica, equivocada. Se tivéssemos tido a oportunidade de dar exemplo, de fazer uma coisa que se chama educação em saúde, promoção em saúde, que é feita não só pelo Ministro, não só pelo Presidente, mas é feita pelos ídolos, pelos atletas... Era assim que nós fazíamos, por exemplo, com a vacina do Zé Gotinha. Era o Ronaldinho, eram os... Utiliza-se do que o País tem de melhor para unir. Eu acredito que teríamos tido uma onda muito menor. E, principalmente, se houvesse equipe técnica, teria adquirido a vacina, essa segunda onda não teria acontecido, teria sido suprimida por vacinas, porque vacinou acima de 60 anos, duas doses, a gente já quebraria o colapso do sistema hospitalar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

O Brasil é um país de muitos contrastes, é um país continental com uma colcha de contrastes. Oitenta por cento ou mais da população brasileira ou é analfabeta ou tem, no máximo, até o ensino médio, o que significa que a informação não chega a todos os cantos com a mesma rapidez e não chega para todo mundo da mesma forma. Se nós temos dificuldade de entender essa pandemia, o que dirá uma pessoa que, muitas vezes, mal sabe escrever o nome e não consegue ler ou escrever ou, se lê e escreve, não consegue ler e entender o que leu ou o que escreveu. Então, diante disso, eu pergunto se o senhor estava naquele momento, embora fosse o início da pandemia, preparando uma campanha de publicidade maciça, porque tão importante quanto usar máscara e isolamento é dizer e chegar para o cidadão comum que ele precisa, por uma questão de sobrevivência, usar máscara e se isolar.

Se sim, essa campanha nacional foi apresentada, essa proposta foi apresentada à Secretaria de Governo ou à Casa Civil ou ao Presidente da República? E houve alguma recomendação por parte, portanto, do Planalto para que essa campanha não fosse levada adiante.

Eu gostaria que, rapidamente, o senhor pudesse me esclarecer.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nós iniciamos, com o Departamento de Comunicação do Ministério da Saúde, a discutir uma campanha que o Ministério da Saúde, com seu orçamento, iria contratar quando, depois, fomos para esse segundo gabinete – foi levado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para lá – o Secom, que era o Secretário Wajngarten. Ele colocou que iria fazer uma campanha, que iria chamar artistas, enfim, que não ia haver custo. Mas acabou que a campanha que nós faríamos era uma campanha de conteúdo, explicando as consequências. E a campanha que eles iriam sugerir era uma campanha mais ufanista, vamos todos vencer o vírus, verde e amarelo, aquela coisa Brasil.

O conteúdo da campanha, a informação, é que desdobra qual é a informação do Governo. E eles não queriam dar a informação de que, se você entrou em contato, fique em casa, não circule, não aglomere. Aquilo era dúbio em relação ao Presidente. Aquilo imobilizou-os.

O que me restava era usar a nossa tradição oral, verbal e conversar com as pessoas e chegar lá na ponta, em Três Lagoas, em Selvíria, no Mato Grosso, no Amazonas; chegar uma mensagem limpa para eles lá na ponta para que eles pudessem construir suas linhas de defesa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, Ministro, agradecendo, já indo para a última pergunta. Aliás, é uma pergunta em forma de indignação.

Nada me chamou mais atenção, eu acompanhei ou aqui ou do meu gabinete toda a sua fala, do que a fala depois reforçada na pergunta feita pelo Senador Otto de que o senhor participou de uma reunião para a qual foi chamado e sobre a mesa havia um documento sem timbre, portanto um decreto possível a ser assinado pelo Presidente da República...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não sei de quem é a autoria.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... de quem é a autoria, sugerindo a alteração de uma bula de remédio para permitir a inclusão nessa bula de que a cloroquina poderia ter um efeito – não sei se tem porque eu não sou médica, eu sou daquelas que confia na ciência – de que teria um efeito curativo ou, enfim, de proteção ao coronavírus.

O que me espantou, Ministro, foi o fato de que, embora os próprios ministros tenham se recusado a dizer que esse documento era oficial, ali um servidor público federal colocou aquele documento sobre a mesa. Não é um cidadão comum. É um servidor público federal na porta do lado da Presidência da República.

Burlar, alterar bula de medicamento, pelo Código Penal, é crime. Pena de 10 a 15 anos. Falsidade ideológica. Não se abriu uma sindicância, um processo administrativo para demitir uma pessoa que comete um crime dessa grandeza diante de uma pandemia como essa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica aqui a minha maior perplexidade diante desse fato. O que demonstra que, de alguma forma, houve erros e esses erros precisam ser punidos, seja de quem for. Repito: do Prefeito, do Governador, da autoridade federal porque nós estamos falando de crime contra a humanidade.

Pandemia não atinge apenas o cidadão ou a cidadã brasileira. A nossa ação ou a nossa omissão interfere na vida das pessoas de outras nacionalidades. É por isso que nós hoje somos pária para o mundo.

Eu agradeço imensamente e fico aqui na indignação também de uma fala sua quando disse que testemunhou em várias reuniões de ministros que um filho do Presidente estava sentado atrás tomando as notas da reunião. Eles tinham constantemente reuniões com esses grupos.

Eu não vou nem perguntar nesse final de tarde se estamos falando de *lobbies*, de laboratórios, de remédios, se estamos falando aí de que grupos são esses. Mas fica a pergunta aqui no ar, não precisa responder, se nós temos ali um governo paralelo agindo como governo oficial.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Eu acho que... Perdão, Presidente. Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Se V. Exa. quiser.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - O que nós assistimos era uma assessoria dessas pessoas no entorno do Presidente. Você ia ao gabinete eles estavam lá, você ia a sala ao lado... Nunca os vi conversando com laboratórios especificamente, mas havia um alto grau... Eles que preparam essas lives, essas coisas, e era por ali que eles, quase como se eles fossem o mundo virtual, preparassem para o mundo virtual e para o mundo real. Eu me lembro de que, quando o Presidente fez a famosa fala dele à Nação chamando de "gripezinha", no dia seguinte houve reunião de ministros. Nenhum ministro sabia que ele faria uma fala, convocaria horário de rádio e televisão para as 8h da noite. Uma surpresa para todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Jean Paul.

A Senadora Rose pediu inscrição ou não? Não, tá bom. Depois, Senador Rodrigo Cunha, e a gente encerra a reunião.

Senador, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Ministro, obrigado por estar conosco até esta hora, cansados, todos, imagino. Se eu estou cansado, imagino V.Sa.

Quero resumir a minha pergunta, já finalizando esta audiência, ajudando aqui a Relatoria e a todos que estão nos assistindo, com uma rápida, pediria que anotasse, uma rápida avaliação sua, conceitual, como se estivéssemos aqui, em graus de zero a dez, em relação a duas coisas: à efetividade geral da medida e ao efeito que ela teve no Brasil, se foi bem aplicada ou não. Dois critérios: efetividade geral da medida, tecnicamente, medicamente; segundo, como ela foi, qual foi o impacto dela no Brasil, se foi bom ou ruim. De zero a dez, se puder.

E faço isso pela relevância do seu depoimento, Ministro, não apenas como Ministro que ocupou, por um ano e três meses, o cargo de Ministro da Saúde, e deles, dois meses dentro da pandemia, dois meses iniciais, aqueles meses de embate, de choque, de grande ignorância sobre o tema, de todos, palpites, possibilidades, testes, medos, medidas rápidas e firmes que V. Exa. teve que tomar, geração de dados que, a meu ver, foram falhas – até hoje são, porque até hoje temos um consórcio de imprensa gerando dados oficiais –, integração com os gestores, Estados e Municípios, sobre o que, provavelmente, a gente vai falar sobre isso também muito aqui.

Mas enfim, com o seu critério e o distanciamento histórico que tem, a experiência como médico, gestor público e político e Parlamentar, me dizer: testagem, qual a efetividade técnica disso, de zero a dez, e como ela foi feita no Brasil, de zero a dez. No período todo, não apenas no da sua gestão, como observador externo agora, mas observador extremamente qualificado e primeiro depoente desta CPI.

Segundo: confinamento, ou isolamento, ou distanciamento, de qualquer tipo, vertical ou horizontal, mas basicamente isolamento, medidas de isolamento.

Terceiro: tratamento precoce ou preventivo, que até hoje, enfim, essa confusão. Esses medicamentos, kit, como V.Sa. se referiu, "kit ilusão." Qual a efetividade disso?

Quarto: protocolos. Protocolos comuns, normais, uso de máscara, álcool gel etc.

E por fim, busca da vacina.

Cinco itens, de zero a dez, duas vezes.

A segunda coisa é inverter um pouquinho a lógica aqui do Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo, e pedir para finalmente, a segunda e última pergunta aqui, nos dizer, num resumo de toda a sua história aqui, observando e fazendo parte, como protagonista principal,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como Ministro, e na saída, qual foi o maior obstáculo que o Ministro Mandetta enfrentou e que o fez sair do Governo: recursos humanos, recursos financeiros disponíveis para trabalhar ou o superior hierárquico?

Obrigado, Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Posso responder, Presidente? Acho que sim, não é?

Bom, caro Senador Jean Paul Prates, são difíceis algumas perguntas porque elas precisam, exatamente, de pesquisa para responder. Por exemplo, qual é o grau que eu dou de eficácia ou de impacto à testagem. Países que conseguiram fazer a testagem... São dois testes, basicamente. Um é o PCR-RT, aquele que enfia a haste no nariz e na garganta. Ele é o padrão ouro. Ele tem o falso negativo, quando você não consegue pegar. Mas, se deu positivo... Ele não existe falso positivo, ou é ou não é. Então, ele tem essa capacidade. Nesse daqui, eu diria que a gente perdeu muito por não ter usado esses *kits* aqui e eles terem envelhecido, terem perdido o prazo de validade dentro da guarda do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma pergunta, Ministro. É em cima dessa resposta, uma curiosidade. Quantos *kits* PCRs foram comprados para o Brasil? A quantidade de *kits*.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Olha, eu lhe mando por escrito especificamente, mas seriam 24 milhões de testes – foi o que nós dimensionamos – para serem utilizados em usinas de exames. Quando começaram a chegar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, só foram 24 milhões?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, a primeira compra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O total, o total.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – A nossa ideia era... Isso o PCR-RT, tá? Não estou falando do teste rápido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é esse...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – O teste rápido passou de 20 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a capacidade laboratorial de fazer um teste desse e dar o resultado, no Brasil, se não me engano, era em torno de 20 mil por dia. E a quantidade comprada não era compatível com o número de testes. Então, a quantidade de testes ia vencer, porque nós não tínhamos... É isso o que eu quero lhe perguntar. Eu só estou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Eu acho que nós iríamos comprar mais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não. Eu só quero saber qual era a capacidade laboratorial que nós tínhamos. Até porque, no início, V. Exa. falou: "Olha, inclusive o Einstein não tinha condições. Nós mandávamos para o Fleury e não tinha condições". Lá no Estado do Amazonas, quem fazia era o pessoal do... Era o Estado...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - O Lacen.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Lacen. Hoje não. Hoje há dois ou três laboratórios lá que conseguem fazer. E alguns mandavam para fora e demorava uma semana. O cara já ia para o limite da doença e já descobria quando estava para ser intubado. É isso o que eu queria só... Se o senhor não puder responder hoje, eu queria...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Vou tentar fazer de uma maneira bem resumida.

A ideia era montar uma usina central com os grandes, com as usinas de exame, Dasa, Pardini, com esse pessoal que tem uma musculatura enorme. Coletar com aquela vareta lá em Manaus, lá em Roraima, lá no Rio Grande do Sul, despachar isso no mesmo dia para a central, produzir o resultado na central e informar cada cidade de origem da coleta, ou seja, coletar e entregar com 24 horas. Nós fizemos a nossa parte de adquirir os *kits*. Eles fizeram a parte deles de colocar as máquinas e, depois, quando começaram a chegar, o Ministério da Saúde resolveu não fazer e não concluiu. Agora, isso é muito interessante de tê-la inteira, parte por parte. Isso era da incumbência do Secretário Wanderson. Eu vou pedir para ele que faça por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Desculpe, Senador Jean Paul. Mas era uma curiosidade minha, porque, quando começou a vencer o *kit* que foi distribuído, era porque Estados e Municípios não tinham capacidade laboratorial para fazerem os testes. Aquele teste rápido era na hora. Botava ali, era um negocinho numa palhetinha e você via lá se dava IGG ou não. Eu fiz vários, mas depois fui desaconselhado: "Olha, isso aí não tem validade nenhuma".

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Estava dando muito falso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) - E, como o próprio Ministro disse, não adianta nada testar sem depois ter o resultado e o monitoramento, porque o teste é para justamente ajudar no isolamento, etc. e tal. Por isso é que eu coloquei cinco itens.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Por isso, eu acho que isso daqui é uma pergunta que eu tenho que mandar como um documento acessório, porque ela é grande, mas com o fluxograma, onde coletar, onde colocar, era composto de *drive thru*, era composto de escala, reagente, enfim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas as notas que eu pedi são bem gerais, da sua visão de...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Mas teria sido um impacto alto se o tivéssemos feito, e não o fizemos. Acho que isso daqui teria um impacto muito alto. Eu não sei dizer de zero a dez, como V. Exa. me solicitou.

Confinamento ou isolamento. O máximo que você não aglomerar. Não aglomerou, você evita caso. Ponto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nota dez o isolamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nota dez. Não aglomerou, você evita caso.

Se você permaneceu naquela: "Olha, eu tenho que sair. Bom, eu tenho que sair, não tem jeito. Eu preciso ir trabalhar". Álcool gel, máscara, distância, você diminui bastante a possibilidade. Agora, aglomerei, fui à festa, fui jantar com três, quatros amigos... De todas as medidas feitas, medidas até agora, sabe quais são aquelas que mais caracterizam transmissão? Jantares a um metro de distância, sem a máscara, com presença de bebida alcoólica, entre quatro ou seis pessoas. É aquela coisa assim: são meus amigos, eu só vou à casa deles, nós vamos ficar lá dentro, batendo papo. São as reuniões que mais contaminam pessoas no mundo. São essas. Quando você fala: não faça isso, cai a transmissão. O vírus precisa de proximidade, gosta de proximidade e, é lógico, dos grandes eventos, que, daí, são festivais, não é?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o Brasil aplicou isso, de zero a dez, três, cinco?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não. Muito pouco. Muito pouco, quase nada. Nós aplicamos normalmente isso depois do leite derramado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – "Olha, vai acabar o oxigênio! Olha, vai acabar o remédio! Olha, não vai ter... Os médicos estão avisando que já têm 98% de gente no hospital,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai ficar gente na UPA!" Aí é que as Prefeituras e Governos chegavam e falavam assim: "Olha, está proibido o comércio".

A gente deveria ter feito mais educação para que isso fosse das pessoas, como é na Ásia, no Oriente. Eles lançam menos mão dessas medidas rígidas, porque construíram um código de educação muito forte. Era comum... Eu não sei, aqui acho que a maioria viajava antes da pandemia. Quando você via pessoas asiáticas, elas já usavam máscaras em voos internacionais há muitos anos - há muitos anos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - É verdade.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - A Senadora Leila deve ter feito jogos de vôlei... Na década de 90, eles já as usavam. Por quê? Eles já vêm se preparando para... Eles já vêm se preparando porque sabem da gravidade que é a questão viral.

O vírus mudou muitas coisas na humanidade. O fato de os militares prestarem continência para não encostarem a mão um no outro é da Medicina militar, porque eles sabem que, em tempos de guerra, a transmissão de doença pela mão, de um pegar na mão do outro, é o que faz surto de diarreia, de vírus, e é por isso que, muitas vezes, perde-se uma guerra. Por isso é que eles andam com as duas mãos para trás, uma segurando o punho do outro lado. Por isso é que os japoneses se cumprimentam à distância assim. As epidemias têm essa força de mudar padrões, inclusive, de comportamentos. Fico imaginado, hoje, quem é que vai conseguir dar um beijo, dois beijos e ainda falar, como antigamente, "três para casar". Hoje em dia, só se for para o cara que quiser morrer. Mas enfim...

Protocolos, medidas não farmacológicas. Estas daqui são as principais: lavar as mãos - e isso pode ser feito em qualquer lugar do Brasil -; lavar as mãos com água e sabão; lavar as mãos uma vez, duas vezes, cinco vezes, dez vezes; ou o álcool, enfim; usar a máscara. Seriam dramáticas se nós as tivéssemos feito. Dramaticamente teríamos diminuído o número de casos.

A vacina, dramático... Publicação de Israel agora, depois que vacinou: só 0,8% das pessoas que tomaram a vacina acabaram tendo que ir para o hospital. É quase nada perto do número em que eles estavam anteriormente. A vacina terá um impacto frontal, como esperado na história. E ela vai ser a saída permanente. Se vamos ter de tomá-la todo ano, se vai ser bianual, isso a ciência também vai nos dizer.

O obstáculo que me fez sair. A primeira coisa é deixar muito claro: eu nunca pedi para sair, eu não pedi demissão. Eu deixei muito claro que médico não abandona paciente. O Presidente, no dia da minha exoneração, depois que ele me comunicou, eu disse a ele que o.k., que eu deixaria o ministério... Dei conselhos para ele como última vez. Falei: "Cuidar do Rio de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Janeiro, cuidar de Manaus. Não troque a equipe". Ele falou: "Você não quer que eu altere a sua exoneração para 'a pedido'?" Eu disse: "Não. Eu prefiro que seja exonerado pelo senhor mesmo. Pode sair com a sua lavra. Eu acho melhor". Porque, senão, eu estaria até hoje, provavelmente numa CPI como esta, e as pessoas falando assim: "Mas o senhor desistiu, o senhor não quis mais continuar". Não, não teria dinheiro, não teria nada, eu ficaria lá, só que eu não mudaria. Deixei claro que eu não mudaria. Não mudaria a orientação. E, se houvesse mudanças, seria mudança por parâmetro científico. Aí eu mudaria. Caso contrário, eu seguiria com as minhas orientações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Quero cumprimentar o Presidente Omar pela decisão que teve em atender a Bancada Feminina. Quero aqui também deixar claro que eu fiz questão de só falar depois de toda a Bancada Feminina.

Quero cumprimentar também o Ministro Mandetta pela sua transparência, pela forma também extremamente preparada que demonstrou durante todo este dia, que eu venho acompanhando desde cedo.

Eu queria aqui fazer alguns apontamentos.

O fato incontestável é que o Brasil, de fato, não está fazendo uma boa gestão de combate à pandemia. Os dados que os nossos colegas apresentaram aqui deixaram isso mais do que claro para todo o Brasil. Mas o que nós precisamos, de uma vez por todas, é identificar quais as motivações que nos levaram a carregar esse peso, que é irreversível, de mais de 400 mil brasileiros mortos.

Sendo assim, Sr. Ministro, eu tenho aqui alguns questionamentos. Um é direcionado ao plano de gestão da pandemia, pelo qual eu gostaria de questionar acerca de um ponto que considero determinante. A sensação, até o momento, de fato, é que os brasileiros acham ou têm certeza, inclusive, de que a condução da pandemia não teve uma coordenação conduzida de forma estratégica e colaborativa entre os entes federados. Ao que assistimos, na verdade, foi uma judicialização de conflitos entre a União, os Estados e os Municípios. E, sem dúvida nenhuma, o que também chamou bastante a atenção foram as constantes tensões públicas entre os entes.

Então, nesse sentido, Sr. Ministro, eu gostaria aqui de questionar: há conhecimento da intenção da criação de um plano de gestão que envolvesse todos os entes federados de combate à pandemia? Se sim, quando isso aconteceu? E mais: quais as razões para que isso



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tenha sido efetivado à época? Em sua avaliação, o que isso comprometeu na condução do Governo Federal de combate à pandemia?

E outro ponto do meu questionamento é direcionado justamente à viabilização da vacinação. Aqui acompanhei atentamente a explanação do colega Líder Izalci e eu vou mais ou menos nessa linha, porque o senhor afirmou aqui em vários momentos durante o seu depoimento que sabia, desde o início da pandemia, que a saída para a pandemia seria exatamente através da vacina. E, como sabemos, tivemos o desenvolvimento de vacina contra o coronavírus em um ano, ou seja, foi uma velocidade muito rápida, mas também com alto nível de eficácia, de acordo com o que foi anunciado pelos laboratórios, que isso foi possível graças aos investimentos destinados rapidamente às pesquisas. Sendo assim, hoje, 4 de maio de 2021, temos conhecimento do desenvolvimento de vacinas totalmente brasileiras. Porém, ainda há um longo caminho para viabilizá-las, nos deixando assim vários passos atrás no combate ao efetivo problema da pandemia.

Dessa forma, Sr. Ministro, termino aqui fazendo esses questionamentos: existia no início da pandemia a definição de um plano de trabalho efetivo para viabilizar pesquisas nacionais para o desenvolvimento de vacinas? E houve, por parte do Governo Federal, investimento mais contundente para os laboratórios viabilizarem essas pesquisas? Caso seja negativa esta pergunta, de quem é a responsabilidade por essa missão?

São, esses os dois questionamentos, focados tanto na questão da viabilização da vacina quanto no plano de gestão de economia. São essas perguntas que eu gostaria de fazer.

Também aproveito aqui para mencionar um fato que foi falado sobre o prontuário eletrônico, em que o Estado de Alagoas foi escolhido para ser o modelo piloto. Inclusive, eu tive a oportunidade de conversar com V. Exa., enquanto Ministro, no Ministério da Saúde, sobre esse assunto e recentemente, ao assumir a Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, estive com o Ministro de Ciência e Tecnologia e também com o Ministro das Comunicações para saber do andamento desse projeto, que seria o modelo para ser replicado em todo País. Infelizmente, como V. Exa. deve saber, não foi dada sequência. Então, parou no meio do caminho um projeto que tinha tudo para ser uma referência e ser multiplicado por vários outros Estados.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Bem, Senador Rodrigo Cunha, plano de gestão da pandemia... Sim, o plano de gestão, no âmbito do Ministério da Saúde inicia-se com o plano nacional e, depois, se desdobra com o plano estadual, que todos os Estados fizeram – Alagoas tem o seu plano de contingência estadual –, e depois todos, o conjunto de cada Município brasileiro que teve que fazer o seu plano de gestão municipal, é da somatória dos três.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SUS é um pacto federativo harmônico, cabe ao Ministério da Saúde zelar. Somente no momento em que eles falaram: "Vamos agora para outros ministérios"... Aí entra Ministério de Cidadania, Ministério da Economia, porque o plano... O vírus não só ataca o ser humano, mas ataca educação, ataca esporte, ataca cultura, ataca lazer, acaba emprego. Nesse momento, eu não vi a construção dessa proximidade. Mas, no âmbito do SUS, sim. No âmbito do SUS, foi feita, inclusive, a gestão permanente dele com três pernas: federal, estadual e municipal diariamente. Dentro do Ministério da Saúde, ele funcionou tripartite na sua plenitude.

Vacinação, ciência... O Ministério da Ciência e Tecnologia é o ministério-chave que habilita a questão. Eu me lembro de o Ministro Pontes colocando recursos e estando muito animado com um vermífugo chamado Annita. Ele fez um evento, inclusive para toda a imprensa, para todo o Governo, ele colocando os recursos para um vermífugo denominado Annita.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Quem fez, Ministro?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - O Ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia. Isso foi uma... À época, no conselho de possibilidades científicas dele, sugeriram a ele, e ele fez lá... E ciência tem disto: às vezes, você se convence de um caminho, e ele não se materializa. Eu lembro, eu ainda Ministro, que a grande aposta, a grande expectativa do Ministro Pontes era sobre esses efeitos similares aos da ivermectina. Havia um grupo grande que propunha exatamente que esse Annita fosse a grande solução para diminuir, para essa coisa de tratamento precoce, primeira fase, etc. Esse eu sei que recebeu bastante recurso. E, infelizmente, eu não estava mais no ministério para saber qual foi a conclusão. Não me lembro de ele falando, naquele momento, de vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pelo menos o nome é bom, não é? O nome do...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Annita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... tratamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - É verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Presidente, o senhor me permita, porque acho que há informação relevante que o Dr. Mandetta traz, que o Ministro traz.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No anúncio da eficácia da Annita no combate à Covid por parte do ministério, o senhor tem notícia se chegou a ser ampliada a produção do medicamento? O que houve em relação a isso?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Não tenho notícia. Quando eu deixei o Ministério da Saúde, isso estava em gestação. Não sei qual foi.. Eu soube que, no final, restou-se comprovado que não teria a eficácia desejada. Agora, não sei se, entre aquele momento em que se lançou a ideia e a conclusão, foi induzida alguma produção, se foi feito compra daquilo dali. Eu não saberia lhe dizer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O senhor sabe se veio a ocorrer custo, gasto, por parte da União, em relação a isso?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não. Enquanto eu era Ministro, no âmbito do meu Ministério da Saúde, não, mas eu não saberia dizer para V. Exa., porque não acompanhei a execução orçamentária nem do Ministério da Saúde, nem dos outros ministérios, depois que eu de lá fui exonerado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Presidente, me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador Kajuru. Com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO).
Para interpellar. *Por videoconferência.* – Presidente, primeiro, o meu respeito ao senhor.

Lamentavelmente, eu estou assim participando desta CPI. E hoje nem ouvi a palavra do Senador Alessandro Vieira. Assim como ele, eu... Só nós dois somos responsáveis por esta CPI. Do contrário do nosso mandado de segurança, ela não existiria. Então, é muito triste estar ausente dela. Ele é suplente, eu sou totalmente ausente – eu não vou participar de algo que não me convide.

E eu envio mensagens ao senhor, ao Renan, ao Randolfe, pelo respeito que tenho por cada um dos senhores, mas lamento, porque é muito triste participar de uma CPI desta forma.

Vamos lá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan Calheiros, eu estou muito triste com o senhor. O senhor deveria ter entrado num assunto que não entrou, porque não quis. O senhor tinha toda a condição de entrar e não entrou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vou fazê-lo agora.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Os demais Senadores também poderiam ter entrado, porque eu enviei a mensagem e mostrei o motivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Eu não recebi mensagem nenhuma.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - E todos vocês foram ausentes.

Gente, vamos parar com hipocrisia!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, Senador Kajuru, eu não recebi mensagem de V. Exa., não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Não, não, não. Eu não disse ao senhor. Eu disse que enviei mensagem ao Renan, ao Randolfe, ao Otto, à Simone, e eu não disse ao senhor. Eu disse que eu mandei a vários...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - ... integrantes da Comissão. Correto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço desculpas, Kajuru.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Desculpas, Kajuru. Eu não vi também. Eu estava sem o celular.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Os senhores podem não ter visto, mas eu enviei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, mandou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Porque é muito grave o que eu enviei. E enviei também ao nosso convidado, para não dizer convocado, ex-Ministro que aí está, o Mandetta.

Eu deixei claro que este momento nosso hoje faltou demais e, na minha opinião, termina com uma triste conclusão, qual seja: o principal assunto não foi discutido. Qual? E o Presidente Omar Aziz, independente como é, vai entender o que eu quis dizer. Qual é o principal assunto que não foi discutido hoje? O assunto de que, em agosto do ano passado, o Governo teve a Pfizer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - ... ao seu dispor para vender vacinas e o Governo rejeitou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas aí...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Isso é fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu sei, Senador. O senhor tem razão...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Isso não é mentira, Presidente! Presidente, isso não é mentira! Isso aí o ex-Secretário de Comunicação do Presidente da República, o Fábio Wajngarten, declarou à revista *Veja* - está lá em palavras. Isso é fato! E o ex-Ministro que aí está, que é um homem sério e que eu, até então, queria ver Presidente da República - agora estou com dúvida, a menos que ele fale a verdade -, sabe que isso é verdade. Isso aconteceu! Em agosto do ano passado, o Governo brasileiro recusou comprar vacinas da Pfizer para evitar... Quantas mortes?! Quantas vidas perdidas, meu Deus do céu?! E nós não vamos discutir isso aqui na CPI? Nós vamos passar por isso batido, passar esse assunto para frente, sendo que o Ministro que está aí sabe que isso aconteceu?

E o futuro convidado de vocês, o ex-Secretário de Comunicação, vai confirmar isso a vocês, como ele disse em imprensa escrita, declarando à revista *Veja*. Pelo amor de Deus!

Desculpem a verdade, Presidente, com todo o respeito aos senhores. Esta reunião nossa, hoje, foi inútil em relação à falta dessa verdade. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Já concluiu? (*Pausa.*)

Já concluiu?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado.

Senador Kajuru, não tenha dúvida de que a CPI vai se aprofundar muito no porquê de o Brasil não ter comprado vacina da Pfizer. Acontece que, naquele momento, o Ministro Mandetta não participou de absolutamente nada em relação à Pfizer, pelas informações que nós temos.

Você pode respondê-lo?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Posso ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque a gente sabe que é, a partir do Ministro Teich, que começa a... Até porque não havia nem vacina na época em que o Ministro estava no ministério.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) - Eu acho que eu posso ajudar, auxiliar e corroborar com o raciocínio do Senador Kajuru.

O Senador Kajuru me telefonou há uns 10, 15 dias, perguntando quais são os pontos, por onde se vai, qual seria o roteiro... Eu disse que, na minha época, era assim, assim, assim. Depois que eu deixo o ministério, houve alguns pontos que vocês devem ver. O principal deles deve ser vacina, porque é muito claro que nós perdemos o *timing*. Nós deveríamos ter comprado isso assim que foi oferecida a Fase 2, em julho, agosto. Disse a ele que tenho informações, rumores, de dentro do Ministério da Saúde, de que a Pfizer teria ido até o Ministério da Saúde e de que não teria sido atendida, de que não teria sido efetivada a reunião. Na época, não tinha havido ainda essa entrevista do - eu esqueço o nome - Secretário Fábio Wajngarten. Eu disse que isso daí é uma coisa que vocês deveriam pesquisar com essa Pfizer, pesquisar se houve isso ou não houve, porque o não comprar a vacina em julho ou agosto para iniciar a vacinação em novembro com um *mix* de vacinas... Nós não deveríamos ter comprado uma vacina, não; nós deveríamos ter comprado três, quatro, cinco, seis marcas diferentes. Nós não teríamos tido a segunda onda. Então, eu acho que isso daí é um ponto que vocês deveriam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ah, muito importante.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Eu acho que é para isto que o Senador Kajuru deve estar chamando a atenção: se isso aí não foi assim conduzido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse a ele que... Bom, agora, eu acho que, com a entrevista do Secretário Wajngarten, ele já esclareceu que sim, que houve negociações com Pfizer, mas que o Ministério da Saúde... Pelo menos a entrevista que eu vi corrobora os rumores e as informações daquele período.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próprio Governo disse que o contrato era leonino, que o que queriam que o Brasil assinasse na época era um contrato em que a empresa não assumia nenhuma responsabilidade.

Eu acho que ouvimos a todos, Senadores e Senadoras...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, só um aspecto. Eu acho que o Senador Kajuru traz uma questão, que o Ministro Mandetta também comentou.

O Governo ficou durante... E aí eu quero pedir a sua opinião, como médico e como Ministro da Saúde que foi e que, na sua gestão, iniciou as primeiras tratativas de vacina, as primeiras informações sobre vacinas...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (*Fora do microfone.*) – Informações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– As primeiras informações sobre vacinas.

A pergunta que lhe faço é a seguinte. A informação é a de que, no mês de agosto, o Governo brasileiro não adquiriu – o Presidente da República não adquiriu – o imunizante da Pfizer, porque o Presidente da República insistia em não assumir a responsabilidade civil por efeitos adversos, que era uma exigência, ao que me parece, de todos os imunizantes. Para, inclusive, vir a ser adquirida a vacina tanto da Pfizer como da Janssen – hoje foram adquiridas 100 milhões de doses da Pfizer e 38 milhões de doses da Janssen –, foi necessário que este Congresso Nacional fizesse uma lei, lei de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, a qual relatei aqui no Senado. Foi necessário aprovar, em tempo recorde... E aqui eu recordo que, no mesmo dia em que estávamos discutindo a lei eu e o Senador Rodrigo Pacheco, foi necessário o Presidente da Casa ir convencer o Ministro Pazuello sobre a necessidade da lei. Coloco esse fato e esses dados... Na sua opinião...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, há uma especulação muito grande! V. Exa. traz um assunto aqui, que confunde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, mas eu...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho! Que confunde a população brasileira, porque há gente que está gravando vídeo dizendo: "Olha, o Presidente não comprou a vacina, porque o Congresso não aprovou a lei". Vejam bem: através de uma simples medida provisória...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Mas isso é que eu vou perguntar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Através de uma simples medida provisória, o Presidente... Nós autorizamos, através da PEC da guerra, ao Presidente fazer tudo que ele quisesse para salvar vidas. Veja bem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Presidente, mas se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, você traz um assunto que não é o momento, mas tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, acho que é o momento, Presidente. Com licença, só vou pedir a opinião do Ministro. O Ministro participou das primeiras tratativas sobre vacina.

O que o Presidente da República alegava, o que o então Ministro Pazuello alegava era que o Brasil não podia assumir a responsabilidade civil por efeitos adversos. Foi feita uma lei para isso. Isso está na lei. A Lei 14.125 diz isso. Está na lei. A lei diz isso.

A pergunta que faço ao Ministro é exatamente o que o senhor está indagando. O senhor acha que era necessário o advento de uma lei, de uma norma, para isso? Era necessária uma lei? Lembrando até que a vacina da Pfizer tinha sessenta e tantos países que já tinham adquirido o imunizante. O senhor, no Ministério da Saúde, faria essa exigência?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu não li os termos todos, não seria correto da minha parte, mas, a partir do momento em que o Governo distribui um medicamento... E pode ser uma aspirina, pode ser um antibiótico, pode ser o que for. Se o efeito colateral... Se o indivíduo processar, no caso, o Governo brasileiro ou porque aquilo dali não estava acondicionado, enfim, a produção não estava certa, ele vai brigar contra a União. Parece-me que é assim que se... E a União depois chama a parte fabricante como uma parte, mas o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indivíduo, normalmente, questiona ou o Município ou o Estado, enfim... E depois... Acho que isso é uma coisa mais do mundo do Direito, mas, mesmo que fosse, eu, como Ministro da Saúde, se tivesse algum óbice, teria que vir de imediato... Enfim, não dava para não comprar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A iniciativa não poderia ser...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não havia nenhuma... Nada que pudesse ser maior do que uma vacina para uma doença infecciosa!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom. Obrigado.

Antes de encerrar, Sr. Ministro, eu vou pedir à Secretaria e, se V. Exa. puder... Amanhã vou perguntar isto ao Ministro Teich: quantos PCRs foram comprados? Qual a quantidade que nós perdemos por falta de laboratórios para fazer os exames laboratoriais? E por que ele não deu continuidade àquilo que o senhor tinha feito como planejamento? Haveria um laboratório central, e esses exames todos iriam para lá, para a gente ter um teste muito mais eficiente do que o teste rápido. Então, não sei quanto custou. Mas, se a sua assessoria pudesse mandar isso o mais rápido possível para cá, seria muito importante, para que amanhã a gente conversasse com o Ministro Teich e perguntasse a ele por que não foi dado encaminhamento.

Há outra questão, Ministro. No primeiro momento, quando aconteceu a primeira onda em Manaus, eu conseguia falar com o Ministro Mandetta. Eu disse isso em todos os lugares. E, depois, com o acirramento, com a quantidade de mortes, eu não conseguia mais falar com V. Exa. Todas as vezes que eu ligava... Eu ligava para V. Exa., ligava para o Aleluia, ligava para outras pessoas, esperava um retorno, e não havia retorno. E o sufoco que o Amazonas estava passando naquele momento era muito grande! Nós não tínhamos respiradores, nós não sabíamos a diferença entre respirador e ventilador. Nós tínhamos perdido todos os Médicos da Família, médicos cubanos, que tinham saído. E os processos seletivos para a minha região não deram certo – V. Exa. sabe disso –, principalmente no interior, onde não há profissionais capacitados para fazer uma intubação. Se, em São Paulo, tivemos problemas em hospitais de grande nome por falta de médicos intensivistas, imagine na nossa região, em que vivemos esse problema!

Por isso, hoje, eu entendo a quantidade de vezes em que V. Exa. estava na televisão: é que o Governo, naquele momento, não queria fazer propaganda, e V. Exa. tinha de explicar o que estava acontecendo.

Então, em relação a isso que falei, faço uma autocrítica, porque a informação... A imprensa brasileira ajudou a salvar muitas vidas, porque manteve este compromisso de dizer: "Use máscara, use gel, não faça aglomeração". É o que está acontecendo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 26 de dezembro, o Governador do Amazonas decretou *lockdown*, houve uma manifestação, e ele recuou. No dia 11 de janeiro, estava faltando oxigênio, e morreram centenas de pais de família. O que há de gente órfã neste Brasil... Por isso, quando as pessoas falam em *pizza* e que esta CPI não vai dar em nada, quando vejo pessoas querendo discutir essa questão, digo que nós não estamos aqui por nós mais. A minha geração usufruiu... A geração que está aí não vai mais ter o direito de aglomerar, de se sentar à mesa e tomar um drinque; um não pode mais pegar o copo do outro.

Um planejamento é o que nós temos que fazer, para a compra de vacinas no ano que vem, para não passarmos o que nós estamos passando hoje. Se a Pfizer tivesse fornecido as vacinas, 70 milhões de vacinas, nós teríamos vacinado 35 milhões de brasileiros com as duas doses. E, talvez – eu não posso dizer que não aconteceria –, o sofrimento de filhos que perderam os pais, que ficaram órfãos, de maridos que perderam suas esposas, de irmãos que se foram e de amigos que se foram...

Esta CPI é diferente, sim! Ela está na casa de cada brasileiro. Ela não é uma CPI abstrata, não é aquela CPI que, quando começa uma investigação porque houve desvio de recursos ou porque houve corrupção, cessa a corrupção. Esta CPI não cessa a infecção pelo vírus da Covid-19. Nós temos que continuar trabalhando e, ao mesmo tempo, ouvindo quem vem aqui, tirando o máximo deles, para que a gente possa também ser propositivo, para que a CPI não fique somente nas acusações.

É preciso fazer essa mudança para evitarmos que mais famílias sofram. Chegamos a 400 mil, a mais de 400 mil. Em 60 dias, pela projeção, nós teremos meio milhão de irmãos brasileiros que se foram com essa doença. Serão mais órfãos, mais sequelados... O Brasil não está preparado, o sistema de saúde não está preparado para fazer fisioterapia para quem tem o pulmão comprometido. E quem vai para um fisioterapeuta particular paga R\$200, R\$250 a hora. Então, tem gente hoje com problemas na cabeça, com problemas nos rins, fazendo hemodiálise por causa da Covid. E talvez as pessoas, os pseudomédicos, os cientistas que prescreveram medicação sem ouvir a ciência tenham contribuído para muitos sequelados hoje neste Brasil.

Por isso, agradecemos a sua presença, Ministro Mandetta.

E amanhã, às 10h, ouviremos o ex-Ministro Nelson Teich aqui na sessão.

Antes disso, eu quero aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sr. Presidente, será que o senhor poderia... Só para eu corrigir uma falha aqui, que a minha assessoria me trouxe: na hora em que eu li o valor dos leitos, de R\$13 mil, são US\$13 mil, e ainda assim os mais baratos. Mas eu entregarei os dados que citei aqui, caso tenha confundido, porque estava escrito aqui "reais", mas eram US\$13 mil. Perdão. Porque depois podem dizer que eu faltei com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 2ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 26 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia cinco de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Alessandro Vieira e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Paulo Rocha, Rodrigo Cunha, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Rose de Freitas e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Nelson Teich, em atendimento aos requerimentos 130/2021, 201/2021 e 270/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 15 de 2021** que: "Requer a convocação do Senhor Fabio Wajngarten, ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 185 de 2021** que: "Requerimento de Convocação do Sr. Marcellus Campêlo, Secretário de Saúde do Amazonas." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 249 de 2021** que: "Requer seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor Ernesto Henrique Fraga Araújo, ex-ministro de relações exteriores." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 257 de 2021** que: "Requer seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor Marcellus José Barroso Campêlo, secretário de estado de saúde do Amazonas." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 321 de 2021** que: "Requer que seja convocado para prestar depoimento a esta CPI a Sra. Nísia Trindade Lima." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 329 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Fábio Wajngarten." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 330 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Ernesto Araújo" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 331 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Dimas Tadeu Covas" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 399 de 2021** que: "Requerimento de Convocação do Sr. João Paulo Marques dos Santos." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 412 de 2021** que: "Requer a convocação da Senhora Marta Díez, presidente da subsidiária da farmacêutica Pfizer no Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO Nº 422 de 2021** que: "Requer a convocação



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Sra. Nísia Trindade Lima, Presidente da Fiocruz." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO Nº 430 de 2021** que: "Requer a a convocação do Senhor Fernando de Castro Marques, Presidente da União Química Farmacêutica Nacional, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/05>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Nelson Teich e à apreciação de requerimentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pela ordem, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) - Eu queria, antes de nós começarmos, pedir a V. Exa. que nós possamos aqui fazer uma homenagem às centenas de milhares de pessoas que faleceram. E ontem nós tivemos o falecimento de um artista renomado, muito conhecido, muito querido, e acho que essa morte dá uma dimensão simbólica do que nós estamos vivendo, não é?

Perdemos muitas pessoas da área da cultura, perdemos da área do jornalismo, perdemos profissionais de saúde, perdemos, inclusive, Parlamentares, e eu pediria a V. Exa. que nós fizéssemos aqui uma homenagem ao ator Paulo Gustavo e também às mais de 410 mil pessoas que faleceram e às suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pela ordem o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Sr. Presidente, é, em especial, a todas as famílias enlutadas e a Paulo Gustavo, ao que ele representava para a cultura brasileira. A cultura é o espelho e a mensagem de um povo. Que a memória, agora, de Paulo Gustavo, a memória desses brasileiros e o impacto que o Brasil tem neste momento com a perda desse artista tão querido, que deixa um vazio enorme na alma brasileira, inspirem os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Que o nosso trabalho seja em honra a Paulo Gustavo e a tantos milhares de famílias brasileiras.

Então, nesse sentido, solicito a V. Exa. um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Otto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) - Sr. Presidente, a minha... É mais para uma informação que eu peço a V. Exa.

Ontem, foi desmarcada a oitiva do ex-Ministro General Eduardo Pazuello. V. Exa. foi instado a conversar com o Comandante do Exército Brasileiro, o General Paulo Sérgio. Conversei com V. Exa. a respeito do tema. É claro que, pelo respeito que tenho ao Exército Brasileiro e, sobretudo, ao Comandante do Exército... E ele tem fê pública de dizer que o ex-Ministro Eduardo Pazuello tinha tido contato com dois coronéis...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Assessores.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Assessores. E que esses assessores estavam contaminados pela Covid-19. Eu não quero, de maneira nenhuma, deixar de acreditar nisso. Eu acredito piamente. No entanto, por se tratar de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em que a verdade tem que ser plenamente dita na sua essência, se por acaso o próprio ex-Ministro da Saúde, que vai vir aqui no dia 19, desejar, ele pode até trazer a confirmação realmente desses testes que foram feitos, desses PCRs que foram feitos e confirmados, porque dá um conforto maior ainda ao próprio ex-Ministro Pazuello. Como General, eu acredito nele, mas, como existem na imprensa - eu li - várias matérias questionando isso, não fica bem para a instituição do porte do Exército. Seria até confortável que ele pudesse trazer... Eu sei que ele deve ter convivido com essas pessoas e, por isso, deixou de vir aqui. Jamais ia duvidar da palavra de um General do Exército, mas é confortável... Já que a essência da CPI é a verdade, somente a verdade, de forma transparente, correta e ética, se for o caso... Se ele não trouxer, não há problema nenhum, mas, se vier, fica muito mais confortável ainda para o ex-Ministro Eduardo Pazuello.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Presidente, ainda sobre o ator Paulo Gustavo, o Paulo Gustavo fez o Brasil rir com leveza, sem preconceitos. A personagem inspirada em sua mãe conquistou nossas famílias.

Nós o perdemos. A dor e a solidariedade nos unem por ele e pelas mais de 400 mil vítimas da Covid.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou responder ao Senador Otto, logo após o pedido do Senador Humberto, do Senador Randolfe e do Senador Renan, dizendo que o ator Paulo Gustavo fez milhões de brasileiros sorrirem com os filmes e as suas atuações. No meu Estado do Amazonas, não foi diferente: perdemos grandes artistas. Um ícone nacional e internacional foi o Zezinho do Carrapicho, que cantou para o mundo todo o Tic Tic Tac. Assim como ele, grandes artistas parintinenses e amazonenses, infelizmente, também se perderam pela Covid. Então, eu vou pedir um minuto de silêncio e respondo a V. Exa. logo em seguida.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Otto Alencar, Senadores que estão aqui e Senadora Eliziane, para esclarecer de uma vez por todas: eu entrei em contato com o General Paulo Sérgio. O General Paulo Sérgio tem relevantes serviços prestados ao Estado do Amazonas, onde ele atuou como Comandante, no Município de Tefé, do Exército Brasileiro, atuou no Comando Militar da Amazônia e, por dez anos, serviu lá. Liguei para o General Paulo Sérgio, primeiro, para comunicá-lo, dizendo que, com a convocação do ex-Ministro da Saúde Sr. Pazuello, não era o Exército que estava vindo aqui, deixar muito claro e separar o Pazuello do Exército Brasileiro. O Exército Brasileiro não está sendo ouvido na CPI. Disse ainda que, nesse sentido, era importante a gente separar as coisas, para que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se colocasse dúvida da participação do General Pazuello. Fiz isso como Presidente da Comissão, para que não haja nenhum desentendimento entre instituições. Não seria o Exército Brasileiro que estaria aqui.

Ele me comunicou no dia seguinte, ontem de manhã, que, infelizmente, dois assessores do General Pazuello que estiveram com ele numa reunião no final de semana tinham testado positivo. Aí disse a mim que iria mandar um comunicado à CPI, e eu falei: "Nós aguardamos". E esperamos. Depois, houve uma proposta do próprio Pazuello de fazer via remota, tanto é que houve o comunicado do Exército, da Secretaria do Exército Brasileiro e, ao mesmo tempo, uma solicitação do ex-Ministro Pazuello de fazer via remota ou presencial, passada a quarentena. Nós decidimos aqui ouvi-lo depois da quarentena, no dia 19.

Então, o General Paulo Sérgio é conhecidamente um homem de respeito e de trabalho, e eu, de forma nenhuma, duvidei em nenhum momento do que ele me comunicou. Então foi isso. Por isso que não fomos mais além disso, viu, Senador Otto? E, se colocarem qualquer outra coisa na imprensa, foram essas as conversas que eu tive com o General Paulo Sérgio, que, volto a repetir, prestou relevantes serviços no Estado do Amazonas por dez anos, é uma pessoa que conhece muito a região, tem o respeito de todos nós, e adotou, dentro do Exército, política de proteção que teve um número reduzido de militares que se contaminaram pelo Covid através do trabalho dele.

Então, essa questão está... Acho que nós estamos sanados nessa questão. Vamos agora para a pauta de hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, só 30 segundos, se V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - Vamos fazer chegar à mesa de cada um dos colegas membros efetivos e suplentes desta CPI essa publicação que foi organizada pelo Senado na gestão do Presidente Renan Calheiros, no ano de 2006. É uma publicação riquíssima: *O Supremo Tribunal Federal e as comissões parlamentares de inquérito*. Consta aqui um breve histórico sobre as comissões parlamentares de inquérito e toda a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal desde o início da República e desde o advento do instituto de comissões parlamentares de inquérito no ordenamento constitucional brasileiro, que data da Constituição de 1934.

Eu queria agradecer ao Relator, Senador Renan Calheiros, que trouxe a esta Comissão, trouxe para nós a necessidade de republicação dessa publicação, porque é de 2006, quando S. Exa. era Presidente do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, o Deputado Aldo Rebelo era Presidente da Câmara dos Deputados e a Ministra Ellen Gracie era Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Foi uma publicação à época feita pelo Senado junto com o Supremo Tribunal Federal, e nós providenciamos a republicação, sem embargo, Presidente Renan. A publicação aqui está com a jurisprudência consolidada até o ano de 2006, mas, sem embargo de nós já estarmos atualizando para haver uma segunda edição com o que tiver consolidado de jurisprudência de 2006 até a data atual. Mas, pela urgência que havia, Presidente, resolvemos providenciar de imediato 150 exemplares dessa publicação, e aqui eu destaco o nosso agradecimento ao Relator, à época Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora me devolva o meu, que você levou. Eu tinha recebido um livro desse do Senador Renan, emprestei para o Randolfe, e não voltou.

Determino que a Secretaria conduza o Dr. Nelson Teich à Mesa para o início do seu depoimento.
(Pausa.)

Dr. Teich, o senhor foi convocado como testemunha para esta audiência. Eu vou ler um protocolo aqui nosso, do Código de Processo Penal.

O senhor promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A partir deste momento, o senhor está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Se for interessante o senhor usar dez minutos para expor alguma coisa... Senão, nós passaríamos diretamente ao Relator. O senhor fique à vontade.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (*Fora do microfone.*) - Eu tinha escrito um texto de introdução.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não. Quantos minutos são?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (*Fora do microfone.*) - Uns cinco minutos, mas eu falo um pouco da minha história.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bom.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Nelson Teich vai usar da palavra por primeiro, depois eu passarei ao Relator para fazer as perguntas.

Fique à vontade, Dr. Teich.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Bom dia a todos.

Exmo. Presidente, Senador Omar Aziz; Exmo. Relator, Senador Renan Calheiros; Exmo. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Exmos. Senadores que integram o Congresso Nacional, gostaria de agradecer o convite para comparecer perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vejo nos trabalhos desta Comissão uma oportunidade rara de debater com a sociedade as reconhecidas dificuldades e ineficiências do sistema de saúde brasileiro, tanto público quanto privado, bem como de discutir medidas de médio e longo prazo que possam vir a ser adotadas para melhor prepará-lo não só para o enfrentamento de crises pandêmicas como essa, mas também para aprimorar o atendimento cotidiano à população, em especial aquela menos favorecida, que é atendida pelo SUS. Sou bastante grato pela oportunidade de dar minha contribuição para esse debate, o que farei de forma franca e honesta. Meu compromisso é com a minha própria biografia, com a sociedade e com as futuras gerações.

Registro inicialmente, como já mencionei em outras oportunidades, que devo a minha formação toda ao sistema público, inclusive a Faculdade de Medicina que eu fiz foi na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), a residência que eu fiz em Clínica foi no Hospital de Ipanema, que hoje é um hospital do ministério, e a minha formação em Oncologia foi no Instituto Nacional de Câncer, todas elas instituições de referência.

Comecei a minha vida médica trabalhando numa cidade do interior e, ao longo da minha formação, eu tenho MBA em Gestão de Saúde, que foi feito pelo Coppead, no Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, também tenho Mestrado em Economia da Saúde na Universidade de York, que é uma universidade que aconselha o sistema de saúde inglês, e tenho formação em Gestão e Empreendedorismo pela Harvard Business School.

Na iniciativa privada, eu fui fundador de uma empresa que, no seu segmento, se tornou a maior, antes das consolidações, e ela era dedicada ao tratamento de pessoas com câncer. A gente fez um movimento na época de radioterapia em que a gente elevou o patamar da radioterapia no Brasil como um todo. A gente beneficiou um país inteiro fazendo isso.

Antes de eu assumir o ministério, trabalhei como assessor da Secretaria de Ciência e Tecnologia, na área de oncologia, incorporação de novas tecnologias. E, na última eleição, eu também contribuí para a discussão dos planos, na eleição do atual Presidente Jair Messias Bolsonaro. Na evolução, o meu convite soou de uma forma natural; eu acabei sendo, na saída do Ministro Mandetta, uma opção que foi escolhida.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria deixar claro que é importante a gente frisar que as deficiências do sistema de saúde brasileiro são históricas, porque elas se tornaram ainda mais evidentes durante o combate à pandemia, que levou toda a estrutura a um ponto de estresse máximo. A rapidez da propagação do vírus e o pouco conhecimento científico contribuem muito para dificultar os sistemas em geral; eles não estão preparados para uma sobrecarga aguda tão grande. Então, diante desse norte, é difícil imaginar que fosse possível criar um sistema eficiente da noite para o dia, principalmente em meio à pandemia. Uma coisa que eu percebi rapidamente é que um sistema preparado é um sistema que já era preparado, ninguém consegue se preparar da noite para o dia.

Durante a minha gestão, que foi um período curto em que eu estive à frente do ministério, a gente iniciou um programa de controle de transmissão que previa dois projetos que foram iniciados no período em que eu estive: um programa de testagem e um que avaliava distanciamento. A ideia era a elaboração de um protocolo nacional que realmente trabalhasse a transmissão – a gente pode falar um pouco sobre isso. Os países que realmente tiveram sucesso no controle foram aqueles que de início controlaram a transmissão. E a ideia era mesmo trabalhar a parte de testagem, isolamento, rastreamento. Isso envolveria não só o Ministério da Saúde, mas outros ministérios. A gente vai falar um pouco sobre isso certamente.

Também a gente discutiu o início da revisão do diagnóstico e tratamento da doença. E aí não estou falando em tratamento com remédio, estou falando em oxigênio e em começar precocemente a fisioterapia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Talvez fosse melhor aprimorar um pouco a qualidade do som que nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Falar mais perto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu acho que Dr. Nelson Teich fala baixinho mesmo.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu falo baixo mesmo. Aqui melhorou um pouco agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele fala baixinho.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Agora vai.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora melhorou um pouco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Já está acabando. É só o finalzinho também.

Iniciamos também, no período, a revisão do diagnóstico e tratamento, como eu falei. A gente estabeleceu um programa de visita aos hospitais e às cidades para entender exatamente o que estava acontecendo no lugar e entender a realidade não só da situação da doença, mas dos profissionais de saúde. A gente promoveu medida de auxílio a Estados e Municípios, habilitação de leito, elevação do Teto MAC, fornecimento de respiradores, EPI, liberação também das verbas. No âmbito da vacinação, eu trouxe a vacina de Oxford, da AstraZeneca, para o Brasil através dos estudos clínicos. Comecei abordagem com a empresa Moderna, e a gente, na época, no período em que eu estava, fez uma entrevista, uma conversa inicial com a Janssen, que foi para iniciar a parte de estudo também. Lamentavelmente, a minha passagem no Ministério foi curta, de modo que não pude dar seguimento ao desenvolvimento desses projetos.

As razões da minha saída do Ministério são públicas. Elas se devem, basicamente, à constatação de que eu não teria a autonomia e a liderança que imaginava indispensáveis ao exercício do cargo. Essa falta de autonomia ficou mais evidente em relação às divergências com o Governo quanto à eficácia e extensão do uso do medicamento cloroquina para o tratamento da Covid-19. Enquanto a minha convicção pessoal, baseada em estudos, era de que naquele momento não existia evidência de sua eficácia para liberar – a gente vai falar um pouco sobre isso –, existia um entendimento diferente por parte do Presidente, que era amparado na opinião de outros profissionais, até do Conselho Federal de Medicina, que, naquele momento, autorizou a extensão do uso. Isso aí foi o que motivou a minha saída. Sem a liberdade para conduzir o Ministério conforme as minhas convicções, optei por deixar o cargo, agradecendo ao Presidente o convite e a oportunidade de exercer a função, na esperança de ter deixado alguma contribuição com os estudos iniciados e com as diretrizes traçadas.

Feitos esses rápidos esclarecimentos, eu fico à disposição para responder aos questionamentos de V. Exas., não sem antes reconhecer e agradecer o trabalho dos profissionais de saúde num momento tão difícil como este e me solidarizar com as pessoas hospitalizadas e com aquelas famílias de pessoas que faleceram, que são mais de 400 mil pessoas.

E fica aqui também uma mensagem para aqueles que sofrem de doenças não Covid, que é uma coisa que a gente não pode esquecer neste momento – a gente sabe que o sistema sofre em relação a isso –, e para aqueles que enfrentam as sequelas da Covid, que hoje são um número crescente, com a esperança de que a recuperação dessas pessoas seja rápida e plena.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui e estou à disposição para as perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Dr. Nelson.

Eu irei passar ao Relator, que tem tempo disponível para fazer as perguntas necessárias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Em primeiro lugar, eu quero agradecer a presença honrosa de V. Exa. nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. O Brasil conhece sobejamente sua competência profissional, sua formação, seu espírito público e o quanto V. Sa. se expôs e se dedicou para ajudar o País em momento crucial de pandemia, de mortes, de negacionismo material e imaterial, de desídia, de negligência.

Ontem nós tivemos aqui o depoimento do ex-Ministro Mandetta, que foi um depoimento primoroso sob todos os aspectos, convincente, afirmativo, verdadeiro, com informações, com números, com bastidores, com testemunhos, absolutamente com tudo de que nós precisávamos. Foi um depoimento que, me permitam dizer, esteve além da expectativa que nós tínhamos.

Eu estou citando esse fato para dizer, Ministro Nelson Teich, que as expectativas que esta CPI tem com relação ao depoimento de V. Exa. hoje é a mesma expectativa, porque todos nós aqui estamos unidos em torno do objetivo de buscar a verdade e de dar as respostas que a sociedade cobra de todos nós.

Mais uma vez, muito obrigado.

Vamos às perguntas.

Ministro, durante sua gestão, alguma medida estava em andamento para produção ou importação de vacinas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) - Não, no período que eu... A vacina a gente pode separar em basicamente três pontos: quando se têm os estudos clínicos, você ainda não tem uma vacina, está começando o estudo, o desenvolvimento dela; outro é quando você tem uma produção e já começa a ter uma venda antecipada; e depois é quando você tem os resultados e você já sabe que a vacina funciona.

No meu período, não havia uma vacina ainda sendo comercializada - era ainda o começo do processo da vacina - e foi quando eu trouxe a vacina da AstraZeneca para o estudo ser realizado no Brasil, para o Brasil ser um dos braços desse estudo, na expectativa de que, trazendo o estudo, a gente tivesse uma facilidade na compra futura, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi feito algum mapeamento dos estudos ou foram feitos contatos com laboratórios que tinham capacidade tecnológica para eventual produção de vacinas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Nesse momento, não. Nesse momento a gente basicamente tinha Janssen, tinha Moderna, tinha AstraZeneca, cada uma com... Algumas com tecnologia diferente. Na época era bem um começo de tudo, e, aí, minha preocupação realmente era que a gente entrasse nesse circuito do desenvolvimento. Naquele momento o meu foco eram as vacinas que vinham sendo desenvolvidas no mundo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que ações iniciadas durante sua gestão, de que o senhor se recorda, foram descontinuadas depois da sua saída? V. Sa. se lembra?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senador, é difícil comentar sobre o que foi feito depois que eu saí, porque, na verdade, eu não continuei tendo contato com o ministério. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas, de memória, com o objetivo de ajudar o propósito desta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - A minha preocupação é só falar de uma forma superficial de problemas complexos, porque eu estaria... Como é que eu vou falar? Aqui não é uma questão de eu não me comprometer, é uma questão de eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, claro.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - ... falar de uma forma sem conhecimento, sabe?

Eu acho que uma coisa que vai ficar marcada aqui neste depoimento é que a minha condução é técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sem dúvida.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - E tudo que eu faço é baseado em informação, informação de qualidade. Quando eu não tenho essa informação, eu vou buscá-la, mas eu realmente não me coloco de uma forma superficial para problema complexo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá.

E fique V. Exa. completamente à vontade, porque a investigação aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, será verdadeiramente técnica. Nós aqui somos de partidos diferentes, fomos indicados por Lideranças diferentes, mas temos aqui um só objetivo, que é a busca permanente da verdade. Por isso a importância que nós estamos dando - porque nós o conhecemos - ao seu depoimento hoje, aqui.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu agradeço, Senador. Eu só estou colocando isso para a gente - algumas coisas eu vou marcando ao longo do depoimento - só para poder deixar algumas coisas bem claras, tá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ótimo, ótimo.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Embora eu entenda plenamente o objetivo da... Tanto que eu agradeço muito a chance de estar aqui para poder esclarecer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós é que agradecemos.

O Presidente da República, no dia 21 de março de 2020, teria declarado que já estaria ocorrendo um aumento da produção de cloroquina pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército. O ex-Ministro Mandetta, ontem, aqui nesta Comissão, como já falei, garantiu que essa decisão não passou pelo Ministério da Saúde na sua gestão.

Em 23/04, V. Sa. declarou que a recomendação pelo Ministério da Saúde para qualquer medicamento para o tratamento da Covid só ocorreria no dia em que houvesse evidência científica clara sobre o efetivo funcionamento do medicamento.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pergunto, Ministro: na sua gestão, o Laboratório Químico Farmacêutico do Exército continuava a produção de cloroquina?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Excelência, eu não participei disso. Se aconteceu alguma coisa, foi fora do meu conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor não sabia da produção pelo Exército?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não. Nesse momento, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nem teve conhecimento nem informação do ritmo em que a produção ocorria?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E de quem teria determinado a produção?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Também não, porque ali eu tinha uma posição muito clara em relação não só à cloroquina, mas em relação a qualquer medicamento. Quer dizer, é o que eu sempre falo: eu não sou a favor ou contra um medicamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, V. Sa. foi consultado sobre isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não. Sobre isso, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em nenhum momento?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por ninguém do Governo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está bom.

Havia algum planejamento para distribuição de cloroquina para Estados e Municípios?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Que passasse pela minha orientação, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não passava pela orientação do ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ou passava do ministério e não pela orientação de V. Sa.?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Bom, do que eu vivi, naquele período, a gente nem falava em cloroquina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas não ouvia falar?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, não falava, porque, na verdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E as declarações públicas de setores do Governo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Na verdade, o que acontece? O dia a dia, era um dia, era um dia a dia extremamente intenso, porque era um momento muito difícil. Faltavam respiradores, faltava EPI, as mortes aumentando, os casos aumentando. E foi um assunto que não chegou a mim, em relação à produção de cloroquina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E, quanto à preservação da saúde dos povos indígenas? Como ex-Ministro, até conheço um pouco essa realidade. Eu queria saber: houve alguma ação do Ministério da Saúde para distribuição de cloroquina para aquelas comunidades? É uma pergunta objetiva.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Do meu conhecimento, não. Nunca me foi passado, pelo Robson, que estava sendo distribuída cloroquina para a população indígena.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor afirma que não houve a distribuição de cloroquina.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não. Se aconteceu a orientação sem eu saber... Ela pode ter acontecido, mas nunca sob a minha orientação. A minha orientação era contrária.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sua orientação era contrária e o senhor não sabe se houve a distribuição?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu estou falando isso, porque sempre é possível acontecer alguma coisa. É uma máquina muito grande. Mas não era do meu conhecimento e, se tivesse sabido, não deixaria fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito bem. Em sua saída do ministério, Sr. Ministro da Saúde, o senhor afirmou: "Não vou manchar a minha história por causa da cloroquina". Em sua opinião, a recomendação sem fundamentos científicos para prescrição da cloroquina macula a reputação do Ministério da Saúde?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - É uma conduta que para mim, tecnicamente, era inadequada. Até eu vou explicar isso, porque isso não é para a cloroquina; é para qualquer medicamento. Existe uma metodologia para você incorporar um medicamento. Normalmente, quando você vai incorporar... E aí eu vou citar o exemplo da cloroquina, até é um exemplo importante. Quando você faz um estudo clínico, e era isso que eu recomendava na época, ainda existia muita incerteza... E o que eu colocava é que, se tivesse que estudar ou que fazer algum medicamento, isso deveria ser feito através de estudo clínico. Por que através de estudo clínico? Num estudo clínico, as pessoas são monitoradas de perto, você acompanha muito de perto as pessoas, os pacientes. Quando você... Então, por exemplo, até o estudo nos hospitais era mais seguro, porque esse doente, essa pessoa pode fazer eletro; ela é vista todo dia; ela pode fazer exames; se ela tiver intercorrência, ela está dentro de uma instituição que dá condição de ela ser cuidada rapidamente.

Quando você extrapola isso para o ambulatório, esse nível de cuidado, normalmente, se não for num estudo clínico, não é acompanhado. E qual é o problema prático disso? Mesmo num estudo clínico e, em geral, quando você tem o recrutamento das pessoas que vão fazer o estudo, aquelas pessoas com maior risco de ter complicação são excluídas. Então, na prática, você só consegue ter o teste real quando ele é usado em larga escala.

O problema de você trazer o medicamento para o uso ambulatorial para doença leve ou moderada é que a chance de ser extrapolado para prevenção é grande, e, cada vez, você aumenta mais o espectro de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas que vai ser exposto a um medicamento de forma não controlada e com risco. Eu acho que um exemplo claro que fica disso é o uso de cloroquina com nebulização.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito obrigado, Ministro.

Por que, em sua avaliação, era tão grave a recomendação do emprego desse medicamento para o suposto combate da Covid-19, a ponto de ser um dos motivos da sua saída do ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - É um medicamento que tem efeitos colaterais de risco. Na realidade, ali o problema era a gente não ter ainda dados concretos do benefício, mas, essencialmente, era a preocupação do uso indevido mesmo, sabe? Isso é o que eu falei: não vale para a cloroquina; vale para qualquer medicamento. Então, ali era muito mais uma discussão de condução do que do remédio especificamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito bem.

A entrada de Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde deu-se inicialmente no cargo de Secretário-Executivo...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Hã-hã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... segundo cargo mais importante da pasta, não é isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Hã-hã. É um cargo importante. Os outros também são, mas é um cargo muito importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas, na hierarquia, é tido como um segundo lugar?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Isso, segundo. Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - No entanto, o próprio Pazuello, que nunca atuou na área de saúde anteriormente, afirmou desconhecer completamente o SUS.

As perguntas: a nomeação de alguém sem nenhuma experiência na área de saúde pública, em um dos momentos mais dramáticos enfrentados pelo Ministério da Saúde no desafio de proteger a população, era adequada no entendimento de V. Sa.?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Vou responder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquele momento... Quer dizer, uma coisa com que eu me preocupei, quando eu assumi, foi manter o que vinha sendo feito para não parar coisas que já vinham em andamento e que podiam ser importantes. A ideia da conversa com... Quando eu conversei com Pazuello, eu tinha uma referência dele em relação a um projeto, que era o projeto Acolhida, e tinha a relação da atuação dele nos Jogos Olímpicos. Ali eu tinha uma preocupação grande com o problema de execução. Eu tinha ali uma malha que eu teria disponível, que era a malha do Exército, além de toda a estrutura que eu teria já existente. E ele trabalharia sob a minha orientação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, essa indicação foi feita por V. Sa.?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Foi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Do nome dele? Foi o senhor que o indicou?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, não, não! Ele foi indicado para mim pelo Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ah, ele foi indicado pelo Presidente da República?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. tinha conhecimento da experiência do seu Secretário Executivo em matéria de saúde quando fez sua nomeação, quando assinou a nomeação dele?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu tinha... Embora ele não tivesse experiência em saúde, eu contava que, sob a minha orientação, ele executasse de forma adequada o que fosse definido na minha estratégia de planejamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. já explicou que a indicação não foi sua, foi do Presidente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, não! Eu digo assim: na aceitação de ele ocupar o cargo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu sei.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - ... porque o Presidente indicou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vou fazer já outra pergunta: em algum momento dessas tratativas, V. Sa. resistiu à indicação do Secretário Executivo como Ministro?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu parei para pensar. Eu conversei com ele, ouvi o que ele tinha para falar, ouvi a experiência dele, ouvi os pontos que ele colocou, e me pareceu que, naquele momento, em que eu precisava ter uma agilidade muito grande na parte de distribuição, para ajudar ali no problema que a gente tinha de EPI, de respiradores, ele poderia atuar bem. Agora, o fato de tê-lo nomeado não significa que ele iria continuar caso eu não "performasse" bem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso quer dizer que a indicação do Presidente já preencheu, no seu entendimento, os critérios de confiança?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, não! Eu decidi depois de falar com ele, não pelo Presidente, não foi porque o Presidente o indicou. O Presidente até o indicou...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O Presidente sugeriu. Ele o entrevistou e confirmou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Com todo o respeito, querido amigo, eu estou fazendo perguntas ao depoente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não! É para não parecer que a indicação foi imposta, porque a narrativa está sendo conduzida para isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu pergunto o que eu entender.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O Presidente levou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não é V. Exa. que responde.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O Ministro Teich estava dizendo que entrevistou...

(Soa a campainha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Fernando Bezerra, eu acho que o Ministro Teich, com toda a honestidade, está explicando direitinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito bem, está indo muito bem o Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Isso que o senhor está falando... Ele está falando aqui aquilo que o senhor está falando. Fique tranquilo, porque, em momento algum... O Dr. Nelson Teich disse que ele foi indicado pelo Presidente, mas que houve a vontade dele na nomeação. Isso está claro para todos nós. Então, não há como induzir mais do que isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Só não está claro para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Relator tem o direito de fazer quantas perguntas ele quiser.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas eu tenho o direito de dizer que não está claro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Vamos deixar o Relator trabalhar!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... que eu não aceitei.

Então, Ministro, que tipo de relação de confiança, ao final e ao cabo, ficou estabelecida entre ele, Pazuello, e V. Sa., por favor?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senador, nós trabalhamos juntos ali ao longo do período que eu tive. A gente... Eu defini as coisas que tinham que ser feitas. A gente conversava sobre como conduzir, e ele ia executando o que eu falava. Na verdade, quem definia era eu. Quem trabalhava a estratégia, quem discutia o que fazer era eu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ótimo!

Então, quais as atribuições do Secretário Pazuello durante a sua gestão, já que era o senhor que atribuía a competência e a responsabilidade?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Naquele momento, o mais importante para mim era conseguir atender aos Estados e Municípios as dificuldades que eles viviam diante da pandemia. Então, estava relacionado à distribuição e obtenção dos EPIs, dos respiradores, mas, naquele momento, foi isso, porque uma coisa importante é a gente entender o momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele era especialista em operação, logística?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - A qualificação dele era como alguém que tinha experiência em estruturar operações complexas rapidamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele atrapalhou, travou, sabotou alguma ação de sua gestão? Ou ao contrário: ajudou o senhor ou contribuiu bastante?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu acho que ele fez o papel dele. A gente, na época, eu me lembro, por exemplo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, contribuiu bastante.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Contribuiu, acho que ele fez o papel dele. A gente - lembro - buscando ventiladores, respiradores, antes até de ir para distribuição, a gente tentava levar direto. A gente tentou trabalhar essa distribuição. Aquele momento, realmente, era um momento bem difícil, porque era uma coisa que estava faltando no mundo, era uma competição mundial por EPI, por respirador, e, naquele momento, eu me via atuando dedicado e conseguindo entregar as coisas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Houve progresso dele no cargo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Como assim?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele ascendeu, estudou, passou a ter conhecimento que não tinha antes?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu acredito que sim. A gente conversava, a gente estava perto, e eu conversava com ele sobre o porquê das coisas e o que estava sendo feito, como é que isso ia ser trabalhado. Eu acho que, naturalmente, ele deve ter assimilado alguma coisa nesse período.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E, com a sua saída do ministério, o seu então Secretário Executivo, que o senhor acha que evoluiu bastante, Pazuello, já se mostrava suficientemente qualificado para representar a autoridade sanitária máxima do País?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Então, eu só queria colocar que eu não falei que ele era altamente qualificado. Eu só falei que ele tinha tido uma evolução, já que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu queria ouvir o que o senhor verdadeiramente acha.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Então, isso é uma coisa importante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na posição de Ministro, eu acho que seria mais adequado um conhecimento maior sobre gestão e saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ontem, o ex-Ministro Mandetta disse que foi escolhido pelo Presidente Jair Bolsonaro por ser o perfil técnico e sempre pautou os trabalhos do Ministério da Saúde em orientações técnicas. Defendeu que o isolamento social seria necessário quando do agravamento da pandemia. Afirmou ainda que a prescrição de cloroquina, como uma forma de tratamento precoce, sem qualquer comprovação científica, como disse V. Exa., seria medida temerária e inadequada. Além disso, alertou o Governo Federal de que o número de mortes por Covid poderia chegar a 180 mil. Por fim, informou ter sido demitido porque sua forma de atuação não se alinhou com as do Presidente da República. V. Exa. também é médico e, ao que tudo indica, também foi escolhido para a pasta devido ao seu, e aqui foi ressaltado no início, honroso perfil técnico.

Assim, indago, V. Sa. compartilha das orientações quanto a necessidade de que a pessoa à frente do Ministério da Saúde deve se pautar por uma atuação eminentemente técnica?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. compartilha das orientações... Melhor dizendo, o Presidente da República chegou a lhe mostrar a carta enviada pelo ex-Ministro Mandetta?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. teve autonomia para formar sua equipe de trabalho?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Sim, e isso é uma coisa importante.

O Pazuello entrou na Secretaria Executiva, mas as outras secretarias foram todas mantidas em nível técnico.

Então, foi até o que eu coloquei no começo. Eu tinha uma preocupação grande de que o trabalho que havia sido iniciado fosse continuado, até porque você entra num processo naquele momento bem difícil, então, qualquer coisa que fosse travada ou atrapalhada seria ruim. Então, ali, a gente... Todas as outras secretarias foram mantidas em nível técnico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Presidente da República assumiu com V. Sa. o compromisso de permitir uma condução técnica dos trabalhos do ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senador, ele nunca falou nada em contrário, então, eu assumi que sim, que a minha conduta ali deveria ser... Eu seria... Até por ser uma pessoa técnica, não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria muito razoável esperar que eu fosse conduzir sem ser de uma forma técnica. Então, eu assumi que teria autonomia para conduzir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas ele nunca palpitou nem permitiu que alguém palpitasse na definição de suas políticas públicas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, isso não.

A única coisa em que havia uma discussão era sobre a cloroquina.

Inclusive, quando eu entrei, a nossa discussão, a gente até era mais... Não houve, nunca houve uma coisa específica sobre tentar interferir no que eu fazia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que V. Sa. aceitou a missão e apenas 29 dias depois desistiu dela?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu, com a experiência que eu tive na área de gestão, quer dizer, fiquei na gestão em saúde quase 30 anos, com a formação que eu tinha... Inclusive, uma das coisas que eu também me esqueci de colocar foi que eu fundei um instituto de educação e pesquisa na área de oncologia que se tornou um dos maiores do Brasil. Eu achei que era uma pessoa que tinha o preparo para conseguir conduzir o País na pandemia e depois dela. E é uma honra você poder ajudar o teu País, principalmente num momento tão difícil. Então, ali era uma combinação de eu achar que tinha o preparo e a condição e o momento que eu achei que ajudar o Brasil seria uma coisa importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, de alguma forma o senhor se sentiu enganado pelos compromissos que teve por ocasião do seu convite?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senador, eu não diria enganado, eu diria que, no final, percebi ao longo daquele período, e não precisava de um período longo para perceber isso, que eu não teria a autonomia necessária para conduzir como eu acreditava que fosse a forma mais correta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, qual foi a real causa, o real motivo do seu pedido de demissão?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Bom, o pedido específico foi pelo desejo de ampliação do uso da cloroquina.

Mas o que eu quero colocar é que isso era o momento - isso eu já falei mais de uma vez -, esse era um problema pontual, mas isso refletia uma falta de autonomia e uma falta de liderança.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Após a sua saída do ministério, V. Sa. teria percebido algum tipo de represália ou de perseguição de agentes ou órgãos do Governo? Porque ontem o Ministro Mandetta disse que isso aconteceu com ele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, senhor. Comigo não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo.

Seu antecessor no ministério promovia entrevistas coletivas diárias para informação da população sobre o estado da pandemia. E afirmou ontem, nesta Comissão, que o Presidente solicitou que as entrevistas diminuíssem, mesmo sem ter um plano de comunicação formal sobre a Covid-19. Na sua gestão, percebeu-se efetivamente uma diminuição das entrevistas em relação a gestão anterior. Por que motivo isso aconteceu? V. Sa. foi orientado nesse sentido pelo seu superior? Quem foi que deu essa sugestão para diminuir as entrevistas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É, na verdade, essa sugestão nunca veio do Presidente. O que aconteceu? Quando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veio de quem?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu vou falar agora. Eu vou explicar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, por favor.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – O que aconteceu? Quando eu entrei, existia um clima de politização e disputa muito grande. Era um clima muito tenso. Então, eu via que as coisas que eu falava eram mais usadas do que ouvidas. Então, existiu ali um momento, um primeiro momento, em que a ideia era só tentar diminuir um pouco a tensão. Esse momento é um momento em que eu tomo um pouco mais de conhecimento do dia a dia do ministério. Eu já tinha algumas coisas bem definidas na minha cabeça em relação ao que fazer. Até, na verdade, eram cinco pontos que eu tinha ali: um era a parte de testagem, outro era a parte de isolamento, a parte de revisão da linha de cuidado, o quarto eram as visitas e o quinto era informação. Então, ali a ideia era... Inclusive, eu achava que aquelas coletivas deveriam ser até um pouco mais técnicas, no sentido de não só passar números, mas tentar passar alguma comunicação para a sociedade, sabe? Então, ali era um momento em que eu estava também estudando até a melhor forma de aquelas coletivas acontecerem. Então, essencialmente foi isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas houve alguma orientação?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma recomendação? Nem formal que fosse...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... da Secretaria de Comunicação?

Quando tratou do não acolhimento pelo Presidente da República das orientações técnicas do ministério, o ex-Ministro Mandetta, ontem aqui, especulou que a Presidência da República teria um aconselhamento paralelo. Pelo que ouvimos, aparentemente não tinha uma abordagem científica para a gestão da pandemia, mas participava de reuniões com o Presidente - a imprensa ontem publicou fotos, vídeos de várias dessas reuniões com ele e esse comando paralelo - e o instruí a tomar decisões contrárias à orientação do ministério. Ele falou até que tentaram mudar a bula da cloroquina. Questionamos, Ministro: V. Sa. teve uma experiência semelhante como Ministro da Saúde?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, não. Quer dizer, eu conversei com o Presidente algumas vezes, mas, sendo muito honesto com o senhor, eu fazia o que eu achava que eu tinha que fazer no dia a dia. Eu também não ficava discutindo muita coisa, entendeu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - À exceção daquela famosa entrevista que o senhor estava falando com a imprensa e o Planalto tomou decisões. Aquela foi uma exceção?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - É, aquilo ali foi uma situação ruim, porque... Até conversei com eles depois, e eles pediram até desculpa em relação a isso. Aquela condução foi uma condução ruim realmente. Aquilo ali trouxe uma percepção ruim para todo mundo. Isso ali foi... A forma de conduzir ali me pareceu inadequada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa é uma pergunta muito importante para a Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor participou ou não participou de reuniões em que membros desse aconselhamento paralelo se fizeram presentes?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não participei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É uma pergunta objetiva.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não.

Consegue identificar quem eram os principais conselheiros do Presidente da República em assuntos relacionados à pandemia...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... já que havia uma orientação contrária à orientação do Ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não é?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu nem sabia que tinha isso. Na verdade, é o que eu falei, eu ia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presenciou, no dia da entrevista, não é?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - É. Ali no dia da entrevista foi ruim. Mas ali são coisas distintas em relação a uma comissão paralela. Eu acho que não... Em relação à comissão paralela, eu nunca tive nem conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está bem.

Algum Ministério ou outro órgão do Governo Federal rivalizava com o Ministério da Saúde para assumir protagonismo e tomar decisões na condução das ações contra a pandemia?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como Ministro, V. Sa. recebeu pedidos ou sugestões que contrariavam as evidências científicas ou as melhores práticas de gestão até então observadas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Incorporação da cloroquina. Expansão do uso da cloroquina. Só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito obrigado.

Em seus 29 dias, o Presidente da República fez 15 declarações contra o isolamento, públicas. Três em favor da cloroquina. Várias ofensas a Governadores que decretavam medidas restritivas e críticas à decisão do Supremo Tribunal Federal de autonomia correlata dos Estados, Municípios e Presidência da República.

Na sua gestão, as mais célebres frases fora: "E daí?". Quando as mortes somavam cinco mil: "Não sou coveiro". E até o convite para um churrasco quando chorávamos já 9 mil mortes. Quais declarações V. Exa., como médico, reputa mais graves para a explosão do contágio?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senador, aí eu vou ser técnico mais uma vez.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor. É tudo que nós queremos.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Esse tipo de avaliação, esse tipo de mensuração tem que ser feito de uma forma muito científica, porque eu conseguir projetar, a partir de palavras, o quanto isso impactou em mortalidade, isso é muito difícil. Então, eu acho que isso talvez, provavelmente, seja uma função da CPI. Mas a partir de um comportamento, mensurar consequências de casos e mortes, eu acho que eu não seria... Não tem nem como fazer isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só vou passar para o Senador Randolfe. Quinze minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Ministro, o senhor esteve presente na reunião ministerial, dia 22 de abril...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) - Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... que se tornou de conhecimento público depois...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Hã-hã.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... por ordem do Supremo Tribunal Federal.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Em determinado momento da reunião tem a descrição do seu... O senhor começa a situar a equipe de Governo sobre a circunstância da pandemia. Eu pergunto ao senhor: qual a reação do Presidente da República naquele momento? Qual a reação de parte da equipe do Presidente da República à sua exposição?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senador, eu não lembro isso. Isso tem um ano. Então... Mas a minha preocupação, naquele momento... E o senhor deve ter reparado isso assistindo àquela reunião. Naquele momento, o que eu fazia honestamente era pensar a hora em que eu deveria falar, o que eu deveria falar de forma bem objetiva. E ali eu coloquei o que eu achava importante em relação à pandemia, tanto em relação a Covid quanto em relação a não Covid. Mas aquilo foi uma coisa que ficou, que foi falada, e depois a reunião seguiu. Então, a gente não teve uma...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor se recorda da fala do Presidente da República naquela reunião? (*Pausa.*)

Eu vou recordar para o senhor.

Ele diz aqui... Tem a sua exposição, em seguida tem intervenção do Ministro Braga Netto, aí o Presidente diz:

Ontem eu liguei pro Diretor-Geral da Polícia [...] Federal. Chegou ao meu conhecimento uma nota, que era dele, sobre o passamento de um patrulheiro. E ele enfatizou que era Covid-19. Eu liguei pra ele.

Por favor, o que mais? Ele era obeso, era isso? Bem... Como é?

Aí segue o Presidente. Braga Netto interrompe dizendo:

Como... comorbidades.

Aí segue o Presidente da República:

Comorbidades. Mas ali na nota dele só saiu Covid. Então vamos alertar a quem de direito, ao respectivo ministério, pode botar Covid, mas bota também tinha fibrose... montão de coisa. Eu não entendo desse negócio, não. Tinha um montão de coisa lá, para exatamente não levar o medo à população. Porque a gente... Olha, morreu um sargento do Exército, por exemplo. A princípio é um cara que tá bem de saúde, né? Um policial federal, né? Seja lá o que for, e isso daí não pode acontecer. Então a gente pede esse cuidado com os colegas, tá? A quem de direito, ao respectivo ministério, que tem alguém encarregado disso, né? Pra tomar esse devido cuidado pra não levar mais medo ainda para a população.

O que o senhor entende dessa fala do Presidente da República? Qual a mensagem que ele passou para o senhor naquela reunião ministerial? Enfatizando, a partir da sua exposição, qual o sentido da mensagem aqui descrita pelo Presidente?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - O senhor pode repetir aí para mim, só para eu ouvir o que senhor falou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, teve o diálogo, teve a fala do Presidente da República.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - O senhor repetiu... É porque a fala foi longa. A fala foi longa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A fala? Perfeitamente, vou relatar e voltar aqui para o senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele disse: "Ontem eu liguei pro Diretor-Geral da Polícia [...] Federal".

Só recordando ao senhor, primeiro tem a sua exposição; em seguida o General Braga Netto faz uma abordagem sobre a sua exposição – lhe interrompe e faz uma abordagem –; em seguida, na fala do General Braga Netto, o Presidente da República intervém e diz o seguinte:

Ontem eu liguei pro Diretor-Geral da Polícia [...] Federal. Chegou ao meu conhecimento urna nota, que era dele, sobre o passamento de um patrulheiro. E ele enfatizou que era Covid. Eu liguei pra ele.

Aí continua o Presidente:

Por favor, o que mais? Ele era obeso, era isso? O que mais tinha? [segundo o Presidente, referindo-se ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, perguntando se, além de Covid, tinha algo que tinha agravado].

Mais adiante, o Presidente diz:

Comorbidades. Ali na nota dele só saiu Covid. Então vamos alertar a quem de direito, ao respectivo ministério, pode botar Covid, mas bota também tinha fibrose... montão de coisa. Eu não entendo desse negócio, não. Tinha um montão de coisa lá, para exatamente não levar medo à população. Porque a gente... Olha, morreu um sargento do Exército, por exemplo. A princípio é um cara que tá bem de saúde, né? Um policial federal, né? Seja lá o que for, e isso daí que pode acontecer. Então, a gente pede esse cuidado com o colegas, tá? A quem de direito, ao respectivo ministério, que tem alguém encarregado disso, né? Para tomar esse devido cuidado para não levar mais medo ainda à população.

Essa é a fala do Presidente da República, ao que me parece, se dirigindo ao senhor e à conduta do Ministério da Saúde em relação ao registro de óbitos por Covid.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, eu não vejo isso como uma fala para mim. Eu vejo isso como uma fala do Presidente, uma fala de uma pessoa que realmente não respondeu de uma forma técnica, que se colocou como um leigo. A minha função ali como uma pessoa técnica especializada era tentar conduzir o ministério numa outra direção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Eu só queria pedir a sua opinião. Nessa fala, me parece que o Presidente da República – e aí eu quero perguntar ao senhor – pede, nessa reunião, que as mortes registradas não sejam somente registradas como Covid, mas com eventuais outras razões que levaram à morte. Isso não interferiria nos dados técnicos do ministério?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Acredito que não, porque, se a pessoa morreu de Covid e isso está na declaração de óbito, independentemente de haver outras causas, aquilo vai ser computado como Covid. Então, ali seriam os diagnósticos secundários, mas isso não mudaria as coisas. Do ponto de vista técnico de mortalidade, eu acho que não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor afirmou, na resposta ao Relator, que, em nenhum momento, se sentiu pressionado pelo Presidente. O senhor, em nenhum momento... O que levou o senhor a achar que, em nenhum momento, ocorreu nenhum tipo de pressão do Presidente da República em nenhuma circunstância durante a sua passagem pelo ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Vou ser honesto com o senhor. Eu ali ia fazer o que eu tinha o que fazer, fizesse ele o que fizesse. A minha única questão era se eu devia continuar ou não, se eu ia ter autonomia ou não. Então, não ia ter coisa que ele fizesse que me pressionasse. É simples assim.

Eu tinha que seguir o que eu achava que era correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – E aí eu passei aquele período...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E qual a influência disso no seu pedido de demissão?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Foi justamente eu não ter tido autonomia de ter tido um desejo dele de estender o uso da cloroquina. Então, essa foi... Se existiu alguma tentativa de interferência, pode ter sido essa, mas, fora isso, eu segui o que tinha que fazer, independente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Só para colaborar com a pergunta do Senador Randolfe, em que momento o senhor percebeu, teve a certeza de que não tinha mais autonomia para continuar no cargo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Essa é a pergunta bem objetiva do senhor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente. O Relator perfeitamente completou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É só para ajudar, no papel de Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E fez muito bem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Naquela semana, teve uma fala do Presidente ali na saída do Alvorada, onde ele fala que o Ministro tem que estar afinado e cita o meu nome especificamente. Na véspera, pelo que eu vi, teve uma reunião – acho que com empresários – onde ele fala que o medicamento vai ser expandido. À noite, tem uma *live*, onde ele coloca que espera que, no dia seguinte, vá acontecer isto, que vai ter uma expansão do uso. E aí, no dia seguinte, eu peço a minha exoneração.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado. Muito importante essa informação do senhor.

Eu já vou entrar na questão das vacinas, mas ainda sobre as razões que, ao que me parece ficam claras agora, levaram ao seu pedido de demissão.

Qual é o papel da Dra. Mayra Pinheiro no ministério? Me parece que ela participou de uma... Há duas passagens que eu quero destacar aqui sobre a participação dela no ministério: uma coletiva em que o senhor não estava presente e em que ela comunica o protocolo para uso da hidroxicloroquina; e uma reunião em que me parece que ela faz críticas duras à Fiocruz. Qual é a informação que o senhor tem da atuação dela no Ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – No período em que eu estava lá, minha relação era mais ligada à parte de recursos humanos. Então, ali a minha cobrança com ela era em relação a... Tinha alguma coisa em relação aos residentes, pelo que eu me lembro. Mas era muito focado nisso. Não teve... Quer dizer, a parte da... Isso que o senhor falou da cloroquina foi depois da minha saída, né?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hum-hum...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Foi depois da minha saída. Mas, essencialmente, a minha relação com ela era uma relação voltada basicamente na área de recursos humanos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor chegou a receber ordens diretas do Presidente da República para mudar o protocolo sobre o uso da cloroquina?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não. A gente conversava, e ele comentava que ele tinha a posição dele, mas uma ordem eu nunca recebi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O que levou à sua demissão foi a *live*, o anúncio?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, foi... Aquela sequência mostrou que eu não tinha, que eu não teria autonomia para conduzir, e ali não tinha sentido eu continuar. E até em respeito ao



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, à posição dele, ele que me colocou lá, ele que foi eleito pela sociedade, então, até numa posição natural, já que não havia uma autonomia, e isso era um pré-requisito básico para eu continuar, a única... O que eu... Na minha opinião, naquele momento, o certo seria eu sair.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Na reunião ministerial, o General Braga Netto enfatizava a necessidade de um plano de saída do isolamento. O senhor considerava que naquele momento, 22 de abril, era prioridade esse plano de saída?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu diria que sim e eu vou explicar para o senhor. Provavelmente eu vou lhe dar uma explicação que é fora do que normalmente é colocado.

Uma coisa que é importante e que eu colocava sempre é que economia e saúde não são coisas distintas. E eu quero explicar por quê. Você tem... Quando você avalia a sociedade, o nível de saúde de uma sociedade, você tem o cuidado em saúde, mas você tem uma coisa que são os determinantes sociais da saúde e você tem economia, você tem educação, você tem onde a pessoa mora, você tem uma série de coisas. Talvez uma ou duas décadas atrás - eu não sei exatamente como está hoje - achava-se até que a educação era o principal fator de saúde de uma sociedade. A economia é um fator muito importante para uma sociedade. Então, qual é o problema prático? Quer dizer, o que aconteceu que eu achei que foi ruim? A economia foi tratada como dinheiro e empresa, e a saúde, como vidas, sofrimento e morte, mas, na verdade, tudo é gente. Quando você fala da economia, você não está falando de empresa, de emprego, de dinheiro; você está falando de gente, entendeu?

Qual é o problema prático que você tem? Quando você tem um atraso econômico, esses problemas vão acontecer mais na frente. Você vai ter problema ligado à educação, à economia, ao recurso financeiro das famílias, e é muito difícil você medir isso. E você tem um presente onde você tem as mortes, você tem o sofrimento, você tem tudo. Então, é muito difícil você comparar os dois impactos, embora eles existam. Então, quando você discute distanciamento, você não está discutindo distanciamento de dinheiro ou em liberar a economia, você está falando da vida das pessoas. Esse é que foi o grande problema que eu achei. A gente tratou economia como dinheiro e saúde como vida, mas é uma coisa só. Isso leva a um grande problema que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor acredita que se criou, artificialmente, uma incompatibilidade entre ambos, que não existe?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Sim. O que é difícil é você medir, porque, mesmo com as coisas da economia, por exemplo, que vão acontecer lá na frente, em teoria, você pode ter algum tempo para sanar o problema, e a morte está acontecendo agora, você tem que atuar agudamente nisso. Mas, na economia, os determinantes sociais da saúde têm que ser percebidos como coisas que vão afetar a vida das pessoas, a mortalidade, uma série de coisas, mas é difícil medir isso, é difícil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que eu sempre tentei trazer foi isso, quer dizer, quando eu falava em economia, eu falava em pessoas, eu não falava em dinheiro ou empresas, entendeu? Isso é o que eu queria dizer que era uma coisa só.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque eu tenho que entender para poder...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Claro. Só salve meu tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim.

A única diferença do Dr. Teich para o Presidente Bolsonaro é a cloroquina, então.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Presidente, eu acho que... Eu diria que eu tentei deixar claro: a cloroquina foi o fator determinante, mas o problema maior era a falta de autonomia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tudo bem. Pelo que o senhor respondeu, o senhor respondeu sobre questão de isolamento físico e tal...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, eu queria até colocar mais algumas coisas sobre isolamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois é, pelo que eu entendi, é por isso que estou perguntando. A sua diferença para sair do Governo só foi a cloroquina, mais nada? As aglomerações, negar a ciência e outras coisas, nada? Só foi a questão da cloroquina?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, não é questão de se virar, não é questão de se virar. Eu acho que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) - Assimilar.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Assimilar. Não, não. O que é que acontece? Na minha função como Ministro, tendo autonomia, obviamente eu teria que trabalhar o distanciamento, todos os mecanismos de proteção. Então, independentemente... Quer dizer, o Presidente ali podia ter as atitudes dele, mas a minha postura seria buscar tudo que fosse importante para a sociedade, porque o que é importante colocar aqui é o seguinte: quando eu falava sobre isolamento, sobre distanciamento, a ideia era que a gente tivesse um programa nacional para que a gente pudesse ter uma conduta homogênea.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Nesse sentido então, por isso eu lhe perguntava, porque eu considerei perfeita a sua ponderação de que não há incompatibilidade entre saúde e economia, na abordagem que o senhor tinha... O senhor considera que foi um erro essa abordagem que foi feita, inclusive pelo Presidente da República, de que se tinha que escolher entre salvar vidas ou salvar a economia?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Naturalmente é uma posição diferente da que eu tenho. Então, é diferente é diferente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito.

O senhor não subscreveu a Medida Provisória 966, que ficou conhecida como a MP da cloroquina?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E a razão para o senhor não ter subscrito foi exatamente essa divergência que o senhor tinha sobre o protocolo do Governo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k. Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Só concluindo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Em consideração ao tempo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, nós contribuímos com V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - São dois minutinhos. E eu agradeço tanto ao Relator quanto a V. Exa. Melhoraram, inclusive, as minhas indagações.

Mas só uma última pergunta. Sob vossa gestão começaram as tratativas sobre vacinas, inclusive com a AstraZeneca/Fiocruz. O senhor lembra se no contrato com a AstraZeneca/Fiocruz já tinha ali a responsabilidade civil para efeitos adversos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Ali era uma discussão só do estudo clínico, não era uma discussão ainda de compra de vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Da aquisição.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, em nenhuma das tratativas, durante a sua gestão...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... teve diálogo com a AstraZeneca, Butantan?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Só discussão sobre o desenho do estudo clínico, não sobre a aquisição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas o único diálogo foi com a AstraZeneca? Não teve com as outras? Pfizer...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Na minha gestão, a gente teve uma conversa com a Janssen; com a Moderna, eu comecei a contactar a Moderna, e acho que no meu período foi isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Butantan, não?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Butantan... Eu não tenho certeza se o Anderson conversou com o Butantan em paralelo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito. Mas só para lhe perguntar: em nenhuma dessas conversas teve algum diálogo sobre a responsabilidade civil por efeitos adversos?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Foram só sobre os estudos clínicos?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Só.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k., obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E agora uma representante da Bancada Feminina, depois o Senador Tasso, que não vai brigar com as mulheres - ele não é doido, de jeito nenhum.

Quem vai falar pela Bancada Feminina? (*Pausa.*)

Senadora Eliziane.

Depois, V. Exa. aí no Ceará é quem vai falar, Senador Tasso Jereissati, por via remota. Depois, Senador Humberto Costa, Senador Eduardo Girão, Senador Marcos Rogério, Senador Jorginho Mello e Senador Ciro Nogueira, que são os que estão inscritos aqui.

Tem mais algum? (*Pausa.*)

Senador Otto Alencar, depois do Senador Ciro Nogueira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Muito obrigada, Presidente.

Eu quero inicialmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por 15 minutos, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) - Eu queria inicialmente cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela sua postura, pela sua decisão da inclusão de uma representação feminina neste Colegiado na parte de inquisição, de inquirir aqui os que estão convidados.

Eu queria iniciar, Ministro, com o senhor do ponto que, na verdade, foi bem abordado agora há pouco pelo colega Randolf e também pelo Relator Renan, que é acerca da questão do uso da cloroquina. O senhor colocou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senadora Eliziane.

Senador Ciro, ontem nós acordamos isso. Não diga isso.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) - Não ficou definido isso em momento nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Não diga isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Olhe, ninguém, Presidente, ninguém mais do que o meu partido respeita o papel das mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei disso, Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ninguém, não tem um partido político desta Casa que tenha mais representantes mulheres. Agora, se foi um erro das Lideranças não indicarem as mulheres, a culpa não é nossa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho, Senador Ciro, que o que nós estamos entendendo é que a contribuição dos Senadores e das Senadoras... E aqui todos somos iguais, não tem diferença, a única diferença nesse momento é que nós fomos indicados para uma Comissão, só essa.

Agora eu quero fazer um apelo ao Senador Marcos Rogério e ao Senador Ciro – e ontem eu fiz esse apelo a V. Exa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Nós ficamos de discutir, Presidente, esse foi o apelo que V. Exa. fez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós teremos uma reunião após ouvir o Dr. Teich. Eu só peço para que a gente...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas olhe, Presidente, eu vou aceitar hoje, aqui, em respeito à Senadora. Nada contra a Senadora, mas isso não está em Regimento, não foi acordado pela Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – É isso. É isso.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – E a gente fica sempre com o papel de ser o vilão dessa situação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Porque nós queremos cumprir o Regimento, queremos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – É isso.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... que o trabalho seja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Longe disso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... levado a sério?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro, longe disso, porque eu fiz um apelo a V. Exa...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas não aconteceu isso, Presidente, isso não foi acordado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não há vilões aqui, Deus o livre. Não existe isso. O senhor tem um posicionamento e eu tenho que respeitar seu posicionamento, como eu respeito o posicionamento do Senador Marcos Rogério.

Vamos conversar. Já acertamos uma conversa logo após ouvir o Dr. Teich – nós teremos uma reunião da Comissão – em que vamos tratar desse assunto.

Eu vou assegurar a palavra à Senadora Eliziane. E esse assunto vamos encerrar agora. Vamos encerrar, Senadora Eliziane, e vamos tratar diretamente sobre os questionamentos que a senhora vai fazer ao Dr. Teich.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Presidente. Só não entendo por que tanto medo das vozes femininas aqui, Ciro e Marcos Rogério.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Está vendo? É por isto que nós não queremos, Presidente: porque as pessoas ficam querendo dar uma outra versão, como se nós estivéssemos perseguindo as mulheres. Quem perseguiu as mulheres foi seu partido, que não a indicou, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só o seguinte...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos lá! Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, nenhum Senador... Só um minutinho, vamos esclarecer isso porque, neste momento, as pessoas podem interpretar errado o Senador Ciro Nogueira e o Senador Marcos Rogério.

Isso foi uma concessão feita por nós. Não está no Regimento, o senhor tem razão. Em tudo isso não há absolutamente nada que V. Exa. não tenha razão. E ontem eu fiz esse apelo para V. Exa. para que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente pudesse dar, a pedido das mulheres... Mas, no teor do Regimento, nós estamos, sim, fazendo uma concessão neste momento – foi isso que nós fizemos. E não é uma concessão porque elas são mulheres, é uma concessão porque elas têm uma representatividade igual à nossa, foi essa. O nosso entendimento, o meu entendimento foi esse, mas não tiro... Então, dizer que o Ciro é contra a mulher, não é verdade, estou longe disso. Até porque eu acho que a maior bancada feminina é do PP, tanto no Senado como na Câmara.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, a título de informação para o Senador Ciro – não é debate, é só uma informação, Senador Ciro: nós conseguimos aqui no Congresso Nacional a Liderança feminina. A nossa Liderança feminina, Presidente, em que somos 12 Senadoras, nos permite ter, inclusive, direito a destaque, com a alteração do Regimento que nós fizemos. Eu acho até que é algo que a gente precisa debater, Senadora Simone Tebet: em casos de Comissões que não tenham a participação de uma mulher, que a nossa bancada indique uma mulher. Eu acho que de fato nós precisamos alterar.

Agora, vamos analisar do ponto de vista da razoabilidade, Senador Ciro. Esta Comissão tem 18 membros, entre titulares e suplentes. E a gente não tem uma representação feminina. Então, é uma concessão que foi colocada. Como o Presidente Rodrigo Pacheco...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... abre, faz uma concessão, abrindo o debate da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós estamos em pleno depoimento! Por favor!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos adiante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Criado pelo senhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fiz um apelo a V. Exa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Simone.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiz um apelo de ouvir a representação de uma Senadora da República. Não é um... Eu não estou fazendo nenhum favor, não, eu estou dando...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu pedi para a gente conversar daqui a pouco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E não é concessão, não; é compensação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, há uma grande diferença...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem.

Há uma grande diferença de privilégio e prerrogativa. Privilégios são inadmissíveis num Estado de direito, e as mulheres desta Casa nunca vão pleitear. Prerrogativas são diferentes. Nós pedimos ao Plenário desta Comissão, na data de ontem, que pudéssemos ter direito a uma fala na lista dos titulares, na lista dos suplentes. V. Exa., com toda a grandeza, numa decisão salomônica, pôs aos membros desta Comissão, aos que estavam presentes - havia Senador que não estava...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - A senhora está enganada, Senadora, eu estava aqui presente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... e V. Exa., quando deliberou ao final...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - A senhora não fale inverdades, Senadora!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... quando deliberou ao final...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Eu estava aqui presente! Em minuto nenhum esta Comissão deliberou sobre isso!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... deliberou ao final...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Vamos ouvir a Simone!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa., enquanto Presidente, deliberou ao final...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pergunte aos demais se deliberou ou não deliberou. Pergunte aos demais!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estava aqui...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone.*) – Não deliberou em hora nenhuma!

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e fez uma concessão ainda maior à bancada: que nós teríamos o direito de ser a primeira – nós não pleiteamos – na lista da titularidade, o que nós agradecemos, Sr. Presidente.

Então, o que eu quero dizer neste momento, até porque fica muito ruim essa exposição desta Comissão... Nós somos muito maiores do que isso, e o País está precisando neste momento mais do que nunca de união e harmonia e que nós possamos priorizar aquilo que é relevante.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É apenas para dizer, Sr. Presidente, que a questão de ordem já foi resolvida; ontem já foi, de alguma forma, decidido pela Presidência desta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por que 18 homens vão falar e 2 mulheres não podem?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Só um minutinho!

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele decidiu em Plenário, Ciro! Ele decidiu ontem, Presidente!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, ele decidiu, tanto que nós reunimos a Bancada Feminina nesse sentido. Pelo amor de Deus!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra para uma manifestação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora, é muito medo da voz das mulheres! Eu fico pasma com isso!

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É sim, Senador Ciro! Por favor, Senador!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por que desse *show*? Qual o porquê do *show*?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É óbvio que é! É óbvio que é!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir, por favor...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aqui há Parlamentares da base do Governo e da Oposição, há mulheres que apoiam o Governo e mulheres que fazem oposição ao Governo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aqui não é uma questão política, aqui é uma participação feminina, das mulheres, Senador Fernando!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas não é isso não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Fernando, nós temos mulheres que são da base do Governo, e elas vão falar, Senador! Por favor!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Mas não pode ser ao arrepio da representatividade que o povo elegeu!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Por favor, Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Nós não vamos ter direito a voto!

(Tumulto no recinto.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Houve uma inversão de ordem!

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ele decidiu sobre uma questão de ordem!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não pode ser rasgado o Regimento!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não se está rasgando o Regimento!

(Tumulto no recinto.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Ninguém está rasgando o Regimento! Aqui nós não temos direito a voto, Sr. Presidente! Nós não temos direito a apresentar um requerimento! Nós não temos direito a votar, nós estamos apenas pedindo, gentilmente, uma inversão de ordem na Comissão!

(Tumulto no recinto.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Omar, resolva a questão de ordem! Resolva a questão de ordem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Nós não estamos pleiteando aqui a titularidade na Comissão, apenas uma inversão de ordem para falar!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Total desequilíbrio!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para as Senadoras...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não adianta, esse bate-boca não vai resolver...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, peço a V. Exa. que... Veja...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. não está equilibrado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o gesto de V. Exa. em tentar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor, você sabe que eu tenho um carinho pessoal por você. Você não pode se alterar dessa forma, Senador Fernando!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Aliás, nenhum deles!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o gesto de V. Exa. em tentar...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... atender o apelo da Bancada Feminina não encontra respaldo no Regimento Interno.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A gente nem vai votar – a Soraya lembrou muito bem –, a gente não tem nem direito a voto nesta Comissão! A gente só quer falar, Senador Fernando!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando há um ambiente de convergência, de entendimento, esse caminho é o caminho do bom senso, é o caminho da razoabilidade. Quando não há, é a regra regimental que manda, é ela que determina. Todo o Senado Federal tem absoluto respeito pela Bancada Feminina e por sua representação nesta Casa. Agora, foi feito o gesto, votado por todos nós, em relação à Liderança feminina. Agora, quando da ocupação de assento numa Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente, isso tem peso não só na questão da votação, da deliberação dos requerimentos aqui. Isso tem peso em relação à narrativa que está sendo feita no âmbito desta Comissão e para a sociedade.

O que se busca aqui me parece que é engrossar o coro daqueles que querem dar peia no Presidente Bolsonaro, com todo respeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pelo amor de Deus, Senador Marcos!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não dá para entrar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espera aí, espera aí, espera aí, espera aí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente! Eu não vou aceitar isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que é isso?

(Tumulto no recinto.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso não é verdade! Isso não é verdade!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A nossa bancada é plural.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a V. Exa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Soraya aqui, PSL, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui a Senadora Soraya.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a V. Exa. que imponha regra regimental.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso não é verdade! Isso não é verdade! Isso não é verdade!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Que desequilíbrio! Que desequilíbrio!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só pegar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso não é verdade!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se não é verdade, é só ouvirem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Estão colocando uma cortina de fumaça!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, com as mulheres, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não é verdade, Senador Marcos do Val! V. Exa. seja coerente com a sua própria história.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, se a Bancada Feminina quer assento nesta Comissão para agir como titulares da Comissão, pegue o bloco, forme um partido político e terão assento nesta Comissão como membros titulares. Ao contrário disso...

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não crie fatos diferentes, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Marcos Rogério, eu entrei do mesmo jeito que o senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Podem falar!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu entrei nesta Casa do mesmo jeito que o senhor, Senador. Votos legítimos! Voto da população. Eu entrei nesta Casa como o senhor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não se trata de questão sexista. Aqui as prerrogativas são asseguradas pelo Regimento Interno. Então, esse discurso de sexismo, com todo o respeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Entramos todos pela mesma porta!

(Soa a campanha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Entramos todos pela mesma porta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A reunião está suspensa.

(Suspensa às 11 horas e 50 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campanha.*) – Ontem, ao final da sessão, ainda com a presença...

Só um minutinho, por favor. Eu vou esclarecer...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, por favor! Senadora Eliziane!

Ontem, ao final da sessão – só um minutinho, por favor –, eu até fiz um apelo ao Senador Ciro, que preside a Bancada do PP, a maior bancada feminina que há na Câmara e no Senado. E, no final, no final...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Simone. Só um minutinho, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu vou falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... no final, eu disse o seguinte: que, a partir de agora, nas reuniões da CPI – só um minutinho –, falaria primeiro o Relator; depois, o Senador Randolfe, como Vice-Presidente – e hoje também foi questionado isso e nós vamos, depois, discutir –; e, logo em seguida, nós passaríamos a palavra a uma das 12 mulheres. E V. Exa., Senador Ciro, estava aqui. E ninguém me contestou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Não diga isso! Então, eu quero, por favor, que se coloque, agora, no final da sessão, para ver se alguém concorda ou discorda.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone.*) – O senhor está dizendo que eu concordei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. disse que faria uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. ficou quieto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu peço para o senhor rever as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aqui. Pegue as imagens de ontem, eu falando.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Pegue as imagens, e o senhor vai ver que eu não concordei com isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Ciro, todo mundo concordou...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – V. Exa., Sr. Presidente...

(Tumulto no recinto.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa é uma discussão inútil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. Depois nós vamos discutir...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - V. Exa. disse que faria a reunião...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A palavra está assegurada...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... por 15 minutos, à Senadora Eliziane. Vamos lá. Vamos tocar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Pronto.

Presidente Omar, muito obrigada. Eu... É muito lamentável que a gente tenha todo esse debate, mas vamos lá.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Por favor, Senador Marcos do Val, eu não posso falar?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) - Pode.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, pronto. Por favor, a gente não pode falar nada que vocês ficam - sabe? - descontrolados. Com todo o respeito. Pelo amor de Deus.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É você, Senador Ciro. V. Exa. começou a ficar descontrolado desde ontem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É. Ficam provocando.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, pronto. E nem você comigo, Senador Ciro. E nem V. Exa. comigo. Nem V. Exa. comigo...

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Por favor, Senador Ciro. V. Exa. está assim desde o início desta CPI. O que é isso?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não. E nem eu aguentando grito de homem, Senador Ciro. Por favor. O que que é, Senador? O que que é, Senador? V. Exa. pensa o quê, Senador, que V. Exa. vai calar a gente? Do jeito que V. Exa. não admite meu grito, eu também não admito o seu grito. Pelo amor de Deus!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu quero pedir desculpa ao Dr. Teich, que está aqui, veja bem, sendo testemunha e está tirando um dia de trabalho dele. Ele está aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - E relevem. Ele já vem com essa impressão do Governo e tem a mesma daqui?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor!

Eu acho o seguinte: nós vamos acirrando um negócio que não é... Se fosse um fato muito relevante, mas não é nada! Nós vamos... Eu já pedi um apelo ao Senador Ciro e ao Senador Marcos: nós vamos ter uma reunião daqui a pouco, vamos tratar disso lá.

Senadora Eliziane, por favor.

Senador Randolfe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, eu quero iniciar o debate de onde começou. Senador Ciro, V. Exa. não fique me olhando dessa forma achando que vai me intimidar, não. Tá bom?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) - O que é isso?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, está bom. Não, Presidente, é só para dizer, porque o Senador Ciro vira para mim como se estivesse...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Existe... Não é qualquer um que me olha de cara feia.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) - Está bom, está bom, vamos lá!

Ministro, eu queria iniciar com o senhor pelo que foi questionado, agora há pouco, tanto pelo Relator da Comissão, quanto pelo Vice-Presidente da Comissão, acerca da questão do uso da cloroquina. O senhor citou, por exemplo, uma reunião com empresários que se deu, depois teve uma live e, na sequência, V. Exa. fez o pedido de sua demissão. Nesse ínterim, Ministro, entre a reunião com a classe empresarial, que é o que me parece, seriam empresários da área farmacêutica... É isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) - Eu não sei dizer para a senhora. Na verdade, eu ouvi isso depois. Então, eu não sei dizer exatamente com quem foi a reunião. Isso eu ouvi na mídia, para te falar a verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Nesse ínterim, entre a reunião da classe empresarial e o seu pedido de demissão, o senhor teve alguma conversa anterior com o Presidente Bolsonaro? O senhor recebeu, por exemplo, algum tipo de pressão que levasse, nesse ínterim, ao seu pedido de demissão?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Certo.

O senhor ficou muito pouco tempo no Ministério, algo aí em torno... Menos, na verdade, de 30 dias.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Hã-hã.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - E aí os colegas já fizeram as várias perguntas referentes às razões que o levaram a fazer o pedido de demissão. Eu diria ao senhor, eu estaria, por exemplo, falando errado ao dizer que o seu pedido de demissão se deu, além da questão da cloroquina, também pela posição negacionista do Presidente Bolsonaro?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Objetivamente, não. Eu quero deixar bem claro: a minha saída foi porque eu não tinha autonomia para implementar aquilo que eu achava que era certo. Todas as coisas que levavam a esse conceito tiveram peso, mas, especificamente, a razão essencial foi que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu precisava de autonomia e precisava de liderança. Sem isso, eu não ia conseguir fazer o que eu tinha que fazer em termos de estratégia, ação, tudo. Então, essencialmente, foi isso. A cloroquina foi realmente pontual, mas existiam outras coisas que aconteceram que já foram colocadas, mas a minha saída essencialmente foi porque eu não teria a autonomia e a liderança para conduzir da forma que eu achava que devia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Certo.

Nós tivemos ontem, aqui, a presença do Ministro Mandetta, e ele falou acerca desse aconselhamento paralelo, parece que um governo paralelo, não é? O senhor disse agora que o senhor não teve o conhecimento. O senhor, inclusive, deixou claro que, talvez, teve conhecimento aqui, com essa informação ontem, do Mandetta, mas nós temos, na verdade, algumas fotografias de reuniões, com a presença, por exemplo, de um dos filhos do Presidente da República que não integra o Governo - seria um Vereador.

O senhor chegou a participar de algumas das reuniões ministeriais com o Governo, com a equipe do Governo, com a presença do filho do Presidente da República?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - As reuniões dos ministros, não. Eu tive algumas reuniões com o Presidente, mas lembrar da presença de um deles na reunião eu não lembro, é difícil; tem um ano também, é difícil lembrar. Eu nunca me dirigi a eles, eu nunca conversei com eles, nunca discuti nada com eles. Se existia alguma... Eles podiam estar, em algum momento fisicamente ali, mas eles não tiveram nenhuma interferência em qualquer reunião que eu tivesse feito com o Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O senhor não lembra ou o senhor afirma que não havia a presença de nenhum deles? É bom lembrar até porque a gente está aqui com o senhor na condição de testemunha. Não é isso? Só para confirmar, Presidente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É o art. 203 do Código de Processo Penal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Exatamente!

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu não lembro, eu não lembro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, o senhor não lembra?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ou seja, o senhor pode ter participado de reuniões com a presença dos filhos do Presidente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Se eles estavam na reunião, não foram pessoas que tiveram alguma participação ativa, senão eu lembraria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Certo.

Sr. Presidente, ou melhor, Sr. Ministro, acerca da questão das vacinas, o Randolfe fez uma pergunta agora há pouco. Lá atrás - o senhor esteve no ministério de abril a maio, esteve por pouco tempo ali -, já se começava, na verdade, o debate. O senhor faz referência aos laboratórios Janssen e Moderna. Mais na frente, nós tivemos um debate muito acirrado, inclusive de forma muito clara, colocando que o Presidente da República, o Governo brasileiro não teria levado adiante as tratativas que deveriam ser levadas para termos, por exemplo, acesso à vacina. A gente já poderia ter tido vacina no final do ano passado, e, portanto, hoje, haveria uma quantidade bem maior, não é?

O senhor, pelo pouco tempo que o senhor ali passou... Mas, lá atrás, o senhor já iniciou as conversas. Por exemplo, há uma fala sua em uma coletiva. O senhor disse o seguinte: "A gente está conversando com possíveis laboratórios que vão produzir vacina, para que a gente consiga garantir, caso surja, uma vacina, para que o Brasil tenha uma cota, uma parte". O senhor sai em seguida, depois de terem iniciado essas tratativas.

Considerando a experiência que o senhor viveu e, ao mesmo tempo, o cenário em que nós chegamos à vacina, apenas agora no mês de janeiro para fevereiro, o senhor acha que a gente poderia ter agilizado mais? O Brasil poderia ter tido acesso mais rápido a essas vacinas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senadora, eu não tenho acesso ao que aconteceu no ministério depois que eu saí. Todas as informações que eu tenho são informações que eu vejo na mídia. Eu acho que uma opinião dessas, baseada em fatos da mídia, seria superficial. Eu acho que eu não tenho dado forte o bastante para opinar sobre isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Certo.

Durante a sua rápida passagem pelo ministério, o senhor, na verdade, realizou algumas ações importantes, entre elas um plano de diretrizes para o distanciamento. Eu pergunto ao senhor: o senhor obteve algum tipo de engajamento do Presidente da República? Ao mesmo tempo, esse plano teve, além de algum engajamento dele, o engajamento, por exemplo, de alguns dos ministros, do Ministro da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Economia, por exemplo? Qual era a posição deles em relação a esse plano? E, ao mesmo tempo, qual é a sua avaliação? Por que esse plano foi totalmente abandonado com a sua saída?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Bom, esse plano fazia parte - acho que esta é uma coisa importante de a gente colocar - de um programa para controlar o distanciamento, controlar a transmissão, perdão! O que é que acontece? Quando a gente olha, como eu falei, os países que tiveram sucesso, eles controlaram a transmissão. Então, esse projeto foi feito justamente para que a gente começasse uma discussão sobre estratégias de distanciamento. Uma coisa que eu deixei clara na época era que isso não era ou para começar a distanciar ou para sair do distanciamento; era um programa para a gente começar a entender melhor.

Eu até vou lhe explicar um pouco isso. Por exemplo, hoje, o que é que acontece? Hoje, os distanciamentos acontecem, normalmente, nos programas que a gente tem chamado de *lockdown*, quando a cidade fica em uma situação muito crítica. Então, você tem uma sobrecarga dos hospitais, você tem uma sobrecarga da UTI. E o que acontece na prática? A gente não tem aprendido, a gente não aprende com o que a gente está fazendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - É só ele acabar de falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Marcos, só atenção ao depoimento...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Só para terminar de acabar de falar lá atrás.

Então, deixe-me recuperar aqui o que estava lhe falando.

Então, o que acontece hoje? Hoje, o que é o ideal? O ideal é, quando você faz qualquer medida de distanciamento, que você tente entender qual é o impacto daquilo que você está fazendo. Vou dar um exemplo prático. Hoje, às vezes, a gente se bloqueia à noite, bloqueia o final de semana, mas você não sabe, por exemplo, o que acontece durante o dia. Eu vi o maior número que saiu na imprensa dizendo que 86% das pessoas não conseguem fazer *home office*, o que quer dizer que a maioria delas tem que interagir durante o dia, talvez indo para o trabalho. Então, se você não sabe exatamente o que está acontecendo, a sua implantação é mais uma medida, porque você não tem o que fazer, porque está no limite do que você realmente tem alguma coisa de estratégia.

Então, a ideia disso, de você ter testagem, de você ter um programa de distanciamento mais cientificamente trabalhado, o projeto era esse. E esse projeto que a gente começou no período em que eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiquei é o que há até hoje no *site* do Conass e Conasems. Quem trabalhou muito à frente disso foi o Denizar Vianna, que na época era meu assessor. Então, o projeto, hoje, ainda existe; se eu não estou enganado, eu vi isso essa semana, no *site* do Conass e o Conasems, com algum ajuste. O Conass e o Conasams hoje ainda têm isso como referência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Muito bem.

Ministro, eu resgatei aqui também uma outra fala do senhor que diz o seguinte: "É fundamental estar na ponta, entender o que acontece no dia a dia, ver o que está sendo feito. Esse entendimento foi importante para desenho de ações implementadas em seguida. Cada cidade a que a gente vai e a gente está mais bem preparado para o desafio".

Eu quero fazer uma pergunta sobre essa questão da ponta, especificamente sobre o caso de Manaus, em que nós tivemos a falta aí do oxigênio e infelizmente várias pessoas vieram à óbito com esse colapso na falta de oxigênio.

Se essa sua defesa tivesse sido colocada na prática, a gente evitaria, por exemplo, o que a gente vivenciou e acompanhou em relação a Amazonas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Em relação a Amazonas, em relação ao que aconteceu, eu acho que o grande impacto é a informação, você pode visitar uma cidade onde vai fazer um diagnóstico e saber se vai faltar oxigênio ou não.

Eu tinha colocado cinco pontos e um dos pontos em que a gente ia começar uma discussão era justamente sobre informação. A falta de informação impede que você faça um diagnóstico do momento. E, quanto mais detalhada ela for, mais você consegue ver uma linha de tendência e antecipar uma coisa que vai evoluir, porque, ao fazer um diagnóstico daquilo que já está acontecendo, a chance de você mudar aquilo é muito pequena.

Então, o programa de informação é fundamental para que você consiga antecipar movimentos. Nesse caso, mais importante que uma visita no lugar é ter uma estrutura de informação em tempo real mais complexa. Isso que eu acho que faria grande diferença, porque você consegue antecipar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - E, nessa mesma linha, Ministro, o Ministro Mandetta, por exemplo, que o antecedeu, dava entrevista, se não me falha a memória, diariamente, dava entrevista coletiva para a sociedade, dava os números, passava orientação, enfim. Já na sua gestão, a prática das entrevistas foi suplantada. E isto o senhor coloca muito bem: informação é fundamental para o enfrentamento de um caso que é novo, de um vírus que é novo; ninguém sabe o que é, qual o tipo de tratamento, qual o tipo de medicamento, principalmente no momento em que o senhor estava na gestão, em que nem sequer se vislumbrou a prática em relação à



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacina tinha já naquele momento, tanto que a gente já teve em outros países do mundo já perto do final do ano.

Por que o senhor suspendeu as entrevistas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Na verdade, elas não foram suspensas, aconteceram coletivas.

Num primeiro momento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não no mesmo ritmo.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não no mesmo ritmo, mas elas aconteceram.

Num primeiro momento, como eu coloquei, primeiro eu queria entender o que estava acontecendo, queria entender melhor o ministério. As informações continuavam saindo diariamente, só que não em coletiva, mas elas existiam diariamente.

E, ali, a minha preocupação era, como eu falei... Eu achava que aquela... Mais do que passar os números, era tentar interpretar um pouco melhor. Então, a ideia era tentar, vamos dizer assim, melhorar um pouco a comunicação até, por incrível que pareça, mas eu também não esperava sair em 30 dias.

Então, tem um período ali em que eu estava avaliando a melhor forma de conduzir, mas nunca houve um objetivo de reduzir a comunicação, nunca! Nunca, pelo contrário, eu sempre fui uma pessoa que defendeu a informação muito. Então, reduziram, realmente, naquele período, mas nunca houve um objetivo de reduzir ou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Da sua parte.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - É, da minha parte.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É, mas foi feita alguma recomendação em relação à suspensão dessa temporalidade...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... da continuidade das...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... das coletivas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Ali eu realmente estava tentando entender, porque, querendo ou não, você... Era um momento muito difícil, muito complexo e eu tinha que minimamente entender o que estava acontecendo. No espaço de uma semana, oito, nove dias, foi o tempo que eu precisava para minimamente começar a me comunicar com as pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E, para finalizar, Presidente Randolfe, nós tivemos... Eu queria fazer uma pergunta para o senhor de forma mais direta. No seu Governo, havia ali a indicação do General Pazuello. O General Pazuello, Ministro, foi imposto como uma condição? Por que eu pergunto isso? Porque, na sequência, quando ele estava no ministério, ele falou uma frase ao lado do Presidente da República e disse: "Olha, manda quem pode, obedece quem tem juízo", mais ou menos algo dessa natureza. A presença dele no ministério... O senhor chegou – e aí é muito bom a gente lembrar –, quando o senhor foi colocado como Ministro da Saúde, houve uma expectativa nacional pelo seu perfil técnico, pela sua postura, pelo seu histórico. E aí, depois, veio a colocação do secretário e o senhor saiu logo, quer dizer, o senhor não passou nem um mês no ministério, tudo muito rápido. A gente até ficou se questionando: "Meu Deus, o que de fato aconteceu?".

O General Pazuello foi imposto? Foi colocado como condição? Porque depois ele falou exatamente essa frase, ou seja, ele estava dentro do perfil que, em tese, teria que ser feito, independentemente de questões da ciência ou avaliações técnicas. Ele foi imposto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A resposta bem objetiva é não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele foi imposto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Se ele tivesse sido imposto, eu saía com uma semana em vez de um mês. Entendeu?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu que agradeço.

O próximo, no sistema remoto, é o Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso, V. Exa. com a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpellar. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Presidente, Dr. Teich, Relator Renan, Sra. Senadoras, Srs. Senadores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, Ministro Teich, de agradecer a sua presença e a franqueza com que V. Sa. está tratando, está respondendo as nossas questões e tenho duas perguntas a fazer.

A primeira eu tenho um pequeno diagnóstico para fazer. Dois Ministros médicos e técnicos, certo? Ministro Mandetta e Ministro Teich. Dois Ministros que seguem a ciência e a técnica e as orientações, os protocolos das grandes instituições internacionais. Os dois demitidos; ou pedem demissão ou demitidos. No fundo, foi a mesma coisa.

Pontos fundamentais que me parecem não o pontual, mas o fundamental dessa discordância: primeiro, evidentemente, o conhecimento, não desprezar a ciência e o conhecimento; e, segundo, não desprezar a gravidade da pandemia, tratá-la com toda a gravidade com que ela merecia. Já começa desde o início, quando os ministros técnicos falam da gravidade e o Presidente fala de gripezinha.

Outro ponto: vacina. Mas V. Sa. já deixou bem claro que não era bem... Na sua época, era muito inicial a questão da vacina.

Cloroquina: também ficou muito claro pelas declarações de V. Sa. que isso foi inclusive o pontual, o ponto máximo que o senhor não podia ser conivente com aquela recomendação ou protocolo de cloroquina.

Outro ponto, que não foi muito conversado até agora, mas me parece também que é comum a todos os dois ministros técnicos que ou se demitiram ou foram demitidos, é a questão do distanciamento social e do uso da máscara. Eu me lembro de que V. Sa. esteve uma vez aqui no Senado e eu tentei tirar de V. Exa., e eu notei até uma certa indignação por parte de V. Exa. quando eu fiz a pergunta, porque V. Sa. não tinha, até aquele momento, se declarado a favor do distanciamento social e eu notei que V. Exa. disse: "Eu? Absolutamente. Eu sou absolutamente a favor do distanciamento social". Mas aqui tem dois pontos que o senhor se declarou naquele momento, mas, publicamente, desta maneira se falava sobre o assunto com certo constrangimento.

E aqui também me vem a lembrança de uma entrevista coletiva em que estava presente V. Sa. e o depois Ministro Pazuello, seu Secretário naquela época, em que um jornalista lhe fez a seguinte pergunta: "Ministro, por que é que V. Exa. [naquela época] está liberando barbeiro, cabeleireiro, salão de beleza e uma porção de outras coisas? Qual é o motivo? Qual é a argumentação técnica?". E V. Sa. olhou espantado para o Pazuello ao seu lado e disse: "Eu não sabia de nada disso". E o jornalista disse: "O senhor não sabia?". Aí ele perguntou para o Pazuello: "Isso foi hoje? Eu não estou sabendo de nada disso". Aí me parece também que há um claro distanciamento de V. Sa., assim como do Ministro Mandetta, em relação a outra questão fundamental das causas, do drama que nós vivemos hoje: é a discordância em relação à questão do distanciamento social e uso da máscara, insistentemente feito pelo Presidente da República com todos os ministros. E até agora, com o... Mesmo com o Ministro Queiroga, eu noto isso também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso tem a ver com distanciamento e autonomia, porque, evidentemente, se o Ministro da Saúde... E que naquele momento, como V. Sa. classificou, não existia ainda a vacina nem a perspectiva de uma vacina a curto prazo, a grande arma era o distanciamento social, ou único, e uso de máscara, e V. Exa., como Ministro da Saúde, tomando conhecimento de uma atitude do Presidente de abrir para cabeleireiro pela imprensa, pelos jornais; aliás, depois dos jornais. Eles que o avisaram. E também o seu olhar, imediatamente para o lado, em direção ao seu Secretário Pazuello.

Então, isso me parece que dá uma distância fundamental entre a sua diretriz, que é o distanciamento social e o uso de máscara, por essa iniciativa do Presidente e a sua evidente discordância, se é que eu estou correto, e autonomia. O senhor não tinha autonomia nenhuma, porque como é que isso... Uma coisa como essa pode acontecer?

E a outra é da informação, de que a Senadora Eliziane falou, e que não é só a questão das entrevistas coletivas. O Ministro Mandetta fazia não só as entrevistas coletivas... Isso pode ser sequenciado, cada um tem seu ritmo, sua estratégia de comunicação, mas a comunicação é fundamental.

Assim, mas também desapareceu o retrato numérico da Covid no Brasil, de óbitos, de casos, etc., que ele fazia todos os dias. Daí nasceu, inclusive, a necessidade do consórcio de imprensas. O Ministério da Saúde deixou de ser o informante da imprensa ou a fonte de dados da imprensa para que ela pudesse divulgar, na nossa televisão, jornal, rádio, etc., a atualização dos dados do coronavírus. Isso me parece que em sua gestão também desapareceu e se precisou fazer esse consórcio de imprensa.

Essas afirmações que me parece que são comuns aos dois Ministros, técnicos e médicos, e foram razões da demissão ou pedido de demissão, conferem, na sua opinião?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Senador, a entrada do consórcio de imprensa em relação aos dados aconteceu depois da minha saída. Não foi no meu período.

Em relação à comunicação, foi o que eu coloquei. Existiam boletins diários... Não existia uma comunicação na televisão, mas existiam os boletins diários, existia uma comunicação diária, ela continuava, e o que eu realmente fazia naquele momento era tentar trazer, mesmo voltando nas coletivas, para que aquela coletiva tivesse um tom muito mais de informação mesmo... Porque, no final, ela estava assumindo um tom político muito forte. Então, eu também queria mudar um pouco o tom da coletiva tirando-a de uma situação que parecia mais política do que qualquer outra coisa, mais um confronto, e aí eu realmente, naquele momento, foi como eu falei: eu estava entendendo a situação do ministério e pensando qual seria a melhor forma de conduzir. Mas, em momento algum, eu deixei... A informação deixou de existir. E as coletivas, realmente, aconteceram numa frequência menor, mas nunca com qualquer objetivo de blindar ou tirar informação da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Tasso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Não, não... Eu queria... V. Sa. não respondeu à minha pergunta. Eu quero...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Qual, Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Dois ministros médicos, eminentemente técnicos, seguidores das ciências e das orientações das entidades de saúde internacionais, tiveram diferenças fundamentais com a Presidência da República. A cloroquina, V. Exa. deixou claro que sim. A vacina, V. Exa. disse que ainda não existia no seu momento. Agora, distanciamento social e uso de máscara... Aí dei como exemplo...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Ah é! Não...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - ... essa entrevista coletiva que V. Sa. deu ao lado do Secretário Pazuello àquele tempo.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Tá. Posso responder?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - E a quarta é o desprezo pela gravidade da pandemia.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Então...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Une os dois Ministros? É comum ao dois Ministros demitidos técnicos e médicos?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senador, V. Exa. podia só... O terceiro ponto é o do distanciamento?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Distanciamento social e uso de máscara.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Esse aí era o quarto. O terceiro era...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - O desprezo profundo, o desprezo...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - O distanciamento...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - ... ou não importando a gravidade da pandemia, já que o Presidente dizia que aquilo era uma gripezinha que rapidamente iria se acabar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Em relação ao distanciamento, a minha proposta era realmente que... Me lembro de que, na época, falavam em distanciamento vertical, distanciamento horizontal. Realmente, eu não via isso: não era nem um nem outro. Para mim, o que a gente tinha que fazer era um programa em que a gente trabalhasse o distanciamento como uma das ferramentas de uma estratégia de redução da transmissão, que aí teria testagem, teria o distanciamento, que seria ajustado de acordo com as necessidades. E, além disso, você tem que ter o rastreamento, quarentena de contato. Esse tipo de estratégia foi o que deu mais certo. Então, a minha estratégia era voltada a esse bloco. Era um bloco de que para botar bloqueio de transmissão: combinando tudo – testagem, isolamento, rastreamento, quarentena.

Em relação ao uso de máscara, à postura do Presidente, naturalmente a minha posição é diferente, porque a minha proposta ali era outra. Agora, naquele momento, o que eu estou fazendo ali é tentando construir uma política, tentando construir uma forma de condução. Então, nesse momento, eu estou fazendo o que eu acho que é correto para tentar buscar essa condução, essa forma de levar aquela situação daquele momento. Mas, obviamente, a minha posição em relação ao distanciamento, em relação à máscara, é clara. Ela é clara: eu sou... Existe uma necessidade de você usar máscara, fazer distanciamento em situações em que você tem momento de transmissão ou que você tem principalmente a sobrecarga.

Mas um detalhe aí do que o senhor está falando que eu acho importante falar é o seguinte: essas medidas de testagem, de isolamento, rastreamento e quarentena, elas se aplicam em qualquer momento. Então, em relação à calamidade, à situação, eu me lembro, acho que foi na primeira coletiva, em que me perguntaram quando é que ia acabar a pandemia, aonde é que isso ia chegar... Eu me lembro que eu falei: "Olha, eu não sei e ninguém sabe", porque naquela época tinha muito modelo matemático, muita previsão que era feita...

E o que é que acontece? A pandemia traz uma situação única: ela tem uma extrema incerteza, um extremo desconhecimento. E a gente está vendo o que está acontecendo hoje. Você tem uma evolução em que você pode ter variantes, você não sabe quantas vacinas vão funcionar. Então, aquela realidade daquele momento é a mesma realidade de hoje. Quando é que isso vai acabar, que tamanho vai ser esse problema a gente ainda não sabe.

Esse programa em que a gente tem que buscar, de isolamento, de testagem, de rastreamento, é importante que, mesmo que não tenha sido feito antes, seja feito agora, porque, quando os casos começarem a acabar, nada impede que surja uma outra variante, você não sabe o que vai acontecer e você pode voltar para o momento inicial.

Eu tenho até aqui alguns dados que acho interessantes, porque a gente fala em testagem em massa, testagem... (*Pausa.*)

Pessoal, eu precisava que vocês fizessem silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Colegas, peço a atenção do Plenário para darmos continuidade ao depoimento, para garantirmos a palavra ao depoente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Então, eu vou colocar aqui uma coisa para vocês, para vocês verem como funciona.

Os lugares que tiveram melhor resultado... Você tem, por exemplo, Taiwan; você tem Vietnã; você tem Japão. Só para vocês terem uma ideia, Taiwan fez 23 mil testes por milhão, o Brasil fez 217 mil. Taiwan fez 23 mil... Isso são dados de hoje, de ontem. Então, esses lugares fizeram pouco teste. Então, na verdade, não é o teste que faz a diferença, é um programa de controle da transmissão, da qual o teste faz parte; é a forma correta de usar dentro de um ciclo de controle que vai fazer a diferença. Isso vale para qualquer dia, inclusive para hoje.

Felizmente, as curvas parecem que estão diminuindo no Brasil. E aí é hora de você ficar mais atento ainda, porque a gente nunca sabe se surge uma variante nova, o que pode estar acontecendo num futuro próximo. Por isso é que estou querendo colocar...

Em relação ao distanciamento, ele vai acontecer dentro de um trabalho maior, que é um trabalho de controle de transmissão.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) -
Presidente, última questão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Por favor, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Última questão bem rápida.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Fique à vontade, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente, Senador Tasso. Pode falar.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - O senhor avalia, como técnico que hoje naturalmente ocupa, que, se nós tivéssemos desde o início da pandemia o trabalho perfeitamente homogêneo e orgânico dentro do Governo como um todo, não só no Ministério da Saúde, mas, evidentemente, liderado na questão da pandemia e nas medidas a tomar pelo Ministério da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde, e tivéssemos uma continuidade nesse programa, os resultados sobre mortes e casos no Brasil hoje seriam diferentes?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, é muito difícil falar uma coisa como essa, porque isso é uma opinião, não é um fato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Sim, mas como opinião.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não, eu vou dar, eu vou dar... Mas eu só quero deixar claro que é uma opinião. Aí vou colocar coisas que eu... A minha impressão no período do ministério...

Qual é o problema que você tem quando você tem uma pandemia como a Covid? Porque ela sobrecarrega o sistema, e os sistemas não são feitos para trabalhar com ociosidade, eles são feitos para trabalhar com eficiência. Por isso é que o controle da transmissão é tão importante, porque, se você deixa os casos crescerem, você começa a ter dificuldades. Países com grande qualidade de cuidado, como o Japão, tiveram isso. Então, o que acontece? O sistema de saúde brasileiro foi se ajustando ao longo de anos e governos. Isso não foi uma coisa que aconteceu da noite para o dia. Mas o que acontece? Um sistema não consegue se preparar da noite para o dia para enfrentar uma pandemia quando ele é sobrecarregado, tanto que você vê a realidade que aconteceu nos países da Europa, isso tudo. Então, isso que eu estou dizendo é... Isso que V. Exa. comentou o que seria... Não é um... Tem de ser um enfrentamento Brasil; não é enfrentamento do Ministério da Saúde, porque a gente tem pessoas pobres, a gente tem pessoas que vivem em lugares aglomerados no seu dia a dia, pessoas que moram com várias pessoas em um único cômodo, em um lugar com pouco espaço. Então, quando você faz um programa desse, é um programa que vai envolver você fazer o teste, você vai ter de isolar, você vai ter de dar condição para quem não tem condição de se isolar, você vai ter que rastrear... Talvez você tenha que usar medidas tipo assim: uso da telefonia para você conseguir acompanhar quem esteve do lado, quem vai fazer quarentena... Essa pessoa também tem que ser protegida, ela tem que ter condição de se isolar. Então, é muito complexo você conseguir fazer um sistema funcionar a ponto de regredir significativamente as mortes que a gente teve.

Naturalmente, o que eu que posso dizer... O nosso sistema foi eficiente? Não. Por que eu posso dizer isso? Porque eu sei que tiveram alguns que tiveram muito sucesso. Eu tenho uma comparação, eu tenho uma referência. Agora é óbvio que, em condições ideais, a realidade seria diferente. A pergunta é... Talvez um dos grandes momentos que a gente tem hoje na CPI seja a gente mapear as fragilidades e as ineficiências do sistema, para que a gente consiga enfrentar situações futuras, porque nada é mais importante do que estar preparado. Ninguém consegue se preparar da noite para o dia para uma situação como essa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Dr. Teich.

Próximo inscrito...

Senador Tasso... Agradeço ao Senador Tasso.

Próximo inscrito, Senador Humberto Costa, e 15 minutos para o depoente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) - Sr. Presidente, para começar, eu queria aqui comunicar que o Presidente declarou há poucas horas que vai hoje emitir um decreto para impedir Prefeitos e Governadores de fecharem serviços e ainda declarou "Pode ter certeza que esse decreto será cumprido". Só para que haja conhecimento de todos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - V. Exa. poderia repetir?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O Presidente da República anunciou que vai hoje emitir um decreto proibindo que Prefeitos e Governadores fechem serviços e disse: "Pode ter certeza que esse decreto será cumprido". Apenas para que se tenha conhecimento de como o Presidente está enfrentando as coisas.

Ministro Teich, é um prazer recebê-lo aqui. Eu teria algumas perguntas a fazer a V. Sa.

Primeiro, quando V. Sa. assumiu, obviamente estava muito em discussão o tema do isolamento. V. Exa. falou na tese do isolamento horizontal, que talvez fosse a melhor opção para o Brasil, embora em alguns lugares, como na Espanha, na Suécia, principalmente na Suécia, em Milão, na Itália, e na França, inicialmente esse isolamento foi adotado e depois foi retirado. O senhor inclusive apresentou um documento chamado Estratégia de Gestão de Riscos, que flexibilizava bastante essa temática, mas mesmo assim ele não foi implementado. A minha pergunta é se houve algum tipo de pressão de fora do ministério, dentro do Governo, para que o senhor não adotasse essas medidas. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta, Ministro: aqui já foi dito que V. Sa. estava numa entrevista coletiva no dia 20 de março de 2020, quando um jornalista transmitiu a informação de que o Presidente da República havia editado um decreto mudando o conteúdo do que seriam serviços essenciais. Naquele momento, falou-se, inclusive, que dizia respeito a salões de beleza e academias etc. Eu pergunto a V. Sa.: V. Sa. disse que não sabia, que depois questionou, que houve um pedido de desculpas, mas V. Sa. concordava com o teor desse decreto? Aquele era o momento para promover a determinação de que esses serviços fossem considerados essenciais?

A terceira pergunta...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Talvez fosse melhor fazer uma a uma, porque aí você vai acompanhando.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acho melhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom. Então o senhor pode responder essas duas, e eu tenho outras aqui a fazer.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Tá.

A primeira. Quando eu estava lá no ministério, eu fui questionado pelo Conass e Conasems, em uma reunião que a gente teve. À época, no Conass era o Beltrame o Presidente, e ele disse que o Ministério da Saúde tinha que ter algum tipo de posição e liderança, e eu coloquei para ele que a gente já estava fazendo aquilo, que a gente já estava com aquele documento em andamento. Então, ao final, a gente combinou. No final de semana, teve reunião, e eu coloquei que... Eu já tinha até combinado de apresentar numa coletiva, mas eu falei que não iria apresentar para que a gente tivesse a participação do Conass e do Conasems para que aquele projeto fosse um projeto Brasil, não só do Ministério da Saúde. Isso foi revisto no final de semana, aparentemente estava o.k, mas, na semana seguinte, quando a gente teve uma reunião, houve uma preocupação do Conass de que aquele talvez não fosse o melhor momento.

(Soa a campainha.)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – E aí eu optei por segurar um pouco até conseguir trabalhar um pouco melhor com o Conass e o Conasems, porque para mim era importante que aquilo fosse um documento Brasil, não só um documento do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Teich, só um minutinho. Eu queria só pedir a atenção ao Plenário, durante a fala do depoente, para não interromper o raciocínio tanto de quem estiver inquirindo quanto do depoente. Estou assegurando o tempo tanto para as respostas do depoente quanto o tempo para as perguntas do Senador Humberto Costa.

Por favor, doutor.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Em relação àquela entrevista, àquele decreto, o decreto dizia que teria de acontecer de acordo com a orientação do Ministério da Saúde – o próprio decreto diz isso. Mas é óbvio que, idealmente, esse tipo de discussão deveria ter sido prévia. Eu acho que ali foi uma coisa que podia ter sido um pouco... A forma de fazer poderia ter sido um pouco mais estruturada. No decreto... Eu não lembro as palavras, mas no decreto diz que tem que ter uma participação do Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas V. Sa. concordava com o teor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, ali, o que acontece? Cada situação tem que ser avaliada de acordo com o momento. Normalmente, ali a gente tem que tentar entender exatamente o que aquilo quer dizer, por que aquilo foi feito. Então, eu estou tentando ser técnico.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Técnico.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Então, por exemplo, digamos que as pessoas que estariam sendo tratadas como prioridade fossem pessoas que, naquele momento, estivessem vivendo com grandes dificuldades financeiras e estivessem com grandes problemas. Eu teria que abordar isso com detalhes e, por isso, eu acho que a discussão prévia seria ideal, mas eu acho que a gente deveria avaliar caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Humberto, só para complementar a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – E o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O tempo será descontado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Só para complementar a sua pergunta.

Na entrevista, o Ministro foi surpreendido com o decreto.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não sabia?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem certeza se o Pazuello sabia que estava havendo o decreto? Sob pena de falar a verdade.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, pela reação dele, não, ele não sabia também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não sabia?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Acho que ele não sabia. É óbvio que... A minha impressão é de que ele não sabia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Impressão ou é o que o senhor...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Nunca aconteceu nada que me apontasse o contrário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, eu queria que, nas suas outras respostas, o senhor comentasse o fato seguinte, de que o senhor falou que reduziram as entrevistas, o senhor reduziu, mas que o senhor falasse um pouco sobre aquelas entrevistas coletivas que passaram a ser feitas lá no Palácio do Planalto, comandadas pelo Ministro General Braga Netto. Mas o senhor pode responder isso no decorrer da outra questão que eu quero saber.

Eu pergunto a V. Sa...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, quais são essas reuniões mesmo?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor falou que tinha intencionalmente reduzido aquelas entrevistas coletivas que aconteciam no Ministério da Saúde.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso num primeiro momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, na época, o que foi colocado e terminou acontecendo é que elas passariam a ser lá no Palácio do Planalto, comandadas pelo Chefe da Casa Civil. Então, eu pergunto se isso, de fato, aconteceu, enfim.

Mas eu queria perguntar a V. Sa. muito direto, mas muito diretamente: quem foi que pressionou V. Sa. para adotar esse protocolo da cloroquina, com o qual V. Sa. não concordava? O senhor pode nos revelar aqui?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – O senhor pode fazer só a primeira pergunta, a anterior, só para eu responder...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A primeira pergunta é sobre as entrevistas coletivas que passaram a ocorrer no Palácio do Planalto, sob a direção do Ministro Braga Netto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso aí, no meu período, nunca foi colocado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, foi na época do Mandetta?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu não lembro. Não lembro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – As entrevistas coletivas durante o seu...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu mantive nos lugares... Eu mantive no lugar em que eram antes, que era onde o Mandetta fazia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Que era no Palácio do Planalto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Não, era no ministério.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Acho que era no... Eu não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – O senhor não lembra?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu lembro, eu lembro, mas era no mesmo lugar onde o Mandetta fazia, eu não mudei o lugar da entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em nenhum momento as entrevistas coletivas mudaram para o Palácio do Planalto, sob a condução do Ministro Braga Netto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Que eu lembre, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, tudo bem. Minha pergunta sobre quem pressionou ou quem sugeriu ou quem queria que V. Sa. adotasse esse protocolo da cloroquina?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso aí é uma coisa pública, Senador. Existia um desejo do Presidente para fazer isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto a V. Sa. se V. Sa. chegou a pensar algum tipo de política de comunicação para aquele período, feita pelo ministério?

Uma das maiores verbas de comunicação do Governo Federal é do Ministério da Saúde, que nunca fez uma campanha em torno disso. O Ministro Mandetta ontem disse que o Secretário de Comunicação o demoveu de fazer uma campanha, dizendo que ia fazer uma campanha gratuita e tal.

V. Sa. pensou ou chegou a conversar, e qual foi a posição da Secretaria de Comunicação, se houve essa sua intenção?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim, houve a intenção, não é? Porque o ministério mantinha alguma comunicação, fosse por mídia social, alguma coisa assim. Então, existia alguma comunicação. Ali deu para perceber que a gente tinha que intensificar isso. Então, em algum momento ali no meu período, a gente ia trabalhar a comunicação. Nunca houve uma colocação clara para mim de que seriam coisas superficiais. Isso aí, não. Minha proposta era de a gente intensificar a comunicação em relação ao que fosse necessário para ajudar no enfrentamento da pandemia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas o senhor não chegou a conversar sobre isso com a Secretaria de Comunicação, a Secom?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Para ser honesto, eu conversei com uma pessoa que agora... Era da parte que eu não lembro se era da Secom.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas essa pessoa estimulou o senhor a fazer a campanha ou tentou demovê-lo também?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não. Ali eu já fui decidido a fazer. Não tinha... Não era uma discussão, era uma definição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas não houve tempo para implementar?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não houve tempo para isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Procurou quem?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, eu não me lembro do nome da pessoa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Mas como um Ministro não lembra quem procura...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não. A pessoa veio a mim, a pessoa veio a mim. É que é uma pessoa, às vezes, nova. Isso tem um ano. Isso...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Que seja nova, mas tem uma função, senão o senhor não o procuraria.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não. Aconteceu de ele me procurar, porque ele queria que eu visse a campanha que estava sendo desenhada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Ele quem?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, eu posso pesquisar isso. Eu posso ver na minha agenda da época da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Com que legitimidade ele o procurou? Que cargo ele ocupava?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – O senhor tem que nos ajudar...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu vou ajudá-lo, mas, às vezes, eu não consigo lembrar. Isso tem um ano. Foi uma situação isolada em que eu estava começando a avaliar a parte de comunicação. Então, realmente... Eu posso buscar isso aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu exerci um cargo de Ministro no século passado, eu lembro de tudo que me diz respeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Teich, esses encontros fizeram parte da agenda oficial do ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acredito que sim. Eu vou ter que rever, Senador.

Está bom. Vamos propor para esta CPI requisitar a agenda oficial do ministério.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Outra pergunta: V. Sa. deu uma entrevista ao jornal *O Globo*, no final do ano passado, em que falava da sua saída:

Foi um gatilho que me fez enxergar que eu não teria autonomia e legitimidade para fazer as mudanças que precisavam ser feitas. Eu poderia ter pegado carona com o Conselho Federal de Medicina (que defendeu à época a possibilidade de prescrição mais ampla, até então restrita aos pacientes graves) [no caso de cloroquina], mas como vou aprovar um remédio que não funciona?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sua avaliação, como um técnico, como um médico altamente renomado e reconhecido, como o senhor julga a posição do Conselho Federal de Medicina em relação a essa temática da cloroquina? Até porque eu já apresentei um requerimento aqui, porque eu quero que o Presidente do Conselho Federal de Medicina venha aqui para explicar esse posicionamento. Qual é a opinião de V. Exa., que foi Ministro e é um profissional altamente renomado no nosso País, sobre essa postura do CFM?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu acho que é uma postura inadequada, porque ela pode estimular o uso de um remédio de que a gente não tem comprovação, em condições em que o paciente pode estar mais exposto a não ter os cuidados necessários para o uso do medicamento. Então, a minha posição é contrária.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Penúltima pergunta, Dr. Teich: o Ministro Paulo Guedes de alguma forma o ajudou ou o atrapalhou nesse período em que o senhor estava lá no Ministério da Saúde? Ele atendeu as suas demandas e preocupações, enfim, ou não?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Na época, eu não tive muito contato com o Paulo Guedes. A gente nunca teve discussão de dificuldade de orçamento para trabalhar o enfrentamento da pandemia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Com ele especificamente, não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu vou fazer uma afirmação aqui, Ministro, e eu queria que o senhor dissesse se o senhor concorda ou não.

A Universidade de São Paulo, por meio do Departamento de Saúde Pública, de alguns de seus pesquisadores, participou de uma pesquisa com a Conectas, que é uma ONG da área de saúde, e chegaram à seguinte conclusão. Depois de analisar as falas do Presidente e mais de 3 mil decretos e normativas, eles chegaram à conclusão de que o Presidente da República adotou uma tese de que a melhor maneira de enfrentar a pandemia da Covid-19 era garantindo a transmissibilidade mais ampla possível para que fosse gerada a chamada imunidade coletiva, natural ou de rebanho. Obviamente que isso tem uma implicação muito grande.

Assim como - ontem eu falei - uma pesquisa da Universidade de Michigan com a Fundação Getúlio Vargas também colocou claramente que o Presidente da República tinha todos os mecanismos para fazer face à pandemia e os teria utilizado no sentido oposto, que há uma grande responsabilidade dele em relação a tudo o que está acontecendo.

Eu pergunto a V. Sa. se V. Sa. concorda ou não com essas colocações que foram feitas por esses pesquisadores - e eu aqui estou sendo tão somente uma pessoa que reproduz essas questões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Para eu dar uma opinião sobre isso, eu teria que entender no detalhe a metodologia que eles usaram, porque a gente fala sobre ciência, mas a ciência tem limitações. A ciência, como qualquer coisa, é uma ferramenta: ela pode ser bem usada ou mal-usada. O que faz diferença é a metodologia, é a qualidade do estudo. Até em relação... Como é que eu funciono hoje? Hoje você tem instituições mundiais que são uma referência em avaliar qualidade de estudo, compilar e trazer resultado. Então, para eu dar uma opinião sobre isso, eu teria que ter uma avaliação técnica muito boa sobre a metodologia e a qualidade do estudo. Sem isso, eu não consigo lhe dar uma opinião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas a sua avaliação, de quem participou desse processo todo, que conversou com integrantes do Governo, que recebeu sugestões e ideias... O senhor, em algum momento, acredita que essa possa ser uma das teorias que justificaram as condutas e posicionamentos do Governo e do Presidente?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Na minha época isso nunca foi colocado, nunca foi discutido, nunca foi colocado como uma estratégia. Isso eu posso garantir.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k., eu agradeço a V. Exa. e queria aqui, no pouco tempo que me resta, fazer uma colocação.

Eu entendo, Sr. Relator – e V. Exa. vai ter a responsabilidade de expressar o que nós discutimos aqui –, que esta CPI precisa discutir, muito seriamente, essa tese. Eu, inclusive, já fiz o requerimento para que os pesquisadores pudessem vir até aqui e fazer exatamente o que o Ministro Teich pediu, ou seja, nos falar da metodologia, nos falar dos resultados, porque, se isso é verdadeiro, se o Presidente da República fez tudo o que fez dentro de uma concepção de que quanto mais gente se contaminasse no espaço de tempo mais curto possível era o melhor caminho, porque não iria haver custos, se manteria aí o equilíbrio fiscal e, ao mesmo tempo, isso seria efetivo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Seria a imunização natural.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

Inclusive, eu juntamente com o Senador Rogério já pedimos aqui a convocação – ou o convite – do Deputado Osmar Terra, talvez o maior disseminador dessa teoria sem fundamentação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu quero expressar o meu pessoal apoio, meu voto aqui na Comissão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque eu acho que essa tese foi a grande responsável pelos 410 mil mortos que temos até agora. E mais, se essa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tese é verdadeira, ela representa um crime doloso contra a vida humana no nosso País. Então, eu quero, em todas as reuniões desta CPI, eu vou abordar essa temática, porque eu acho que é isso que a CPI precisa comprovar ou não comprovar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) -
Obrigado, Ministro.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Antes de passar para o próximo, Ministro, ficou uma dúvida aqui na inquirição do Senador Humberto. Eu pergunto a V. Exa. se V. Exa. poderia dispor espontaneamente da agenda de sua passagem sobre o ministério para ficar claro com quem V. Exa. teve contato sobre política de comunicação do Governo.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - A pessoa que trabalhava na minha comunicação, o nome dela, era Renato Strauss.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Renato Strauss.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Ele era a pessoa responsável.

E, nesse dia, essa reunião que eu tive foi uma reunião em que as pessoas levaram, para me apresentar, o programa de algumas divulgações que seriam feitas pelo ministério, para minha aprovação e para minha avaliação. E aí, nesse dia, eu comentei com a pessoa que eu ia rever a comunicação em relação à transmissão da pandemia. Então, eu acredito que isso esteja na minha agenda. A minha agenda é absolutamente pública.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- É essa pessoa que o senhor não lembra?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Isso, essa pessoa que se sentou comigo nesse dia, porque ele foi lá para me apresentar um programa que seria veiculado para fazer uma escolha sobre qual seria a melhor propaganda, a divulgação que seria feita. E, ali, eu aproveitei e comentei. Eu não o chamei especificamente para uma discussão sobre uma melhora da comunicação. Foi uma reunião em que ele foi me apresentar um material para que eu avaliasse, e, aí, eu comentei. Mas não foi uma reunião...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor pode disponibilizar?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Claro!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Agradeço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Apenas para contribuir: a agenda do Ministro, no ministério, é a agenda do ministério. Essa informação tem que ser solicitada ao ministério. A agenda é pública. Se ele tem uma agenda particular, ele poderia ceder, mas, como documento - e já há boa vontade por parte do Ministro -, não haveria problema. Mas esse procedimento, formalmente, deve ser endereçado ao Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente, Senador Marcos.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - E, aí, o que eu coloco aqui é que, obviamente, por mim não existe qualquer problema.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - E o que eu quero realmente colocar é isto: não foi uma reunião específica para isso. Eu conversei sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Porque naquele momento eu tinha... Mas foi a pessoa que foi me apresentar divulgações que seriam feitas, para que eu escolhesse uma delas. Basicamente foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

Como V. Sa., como depoente, está sob o compromisso do Código de Processo Penal, no art. 213, de dizer a verdade, então, claramente, aqui, o Dr. Teich disse que não recorda o nome da pessoa, mas se dispõe a trazer posteriormente o nome da pessoa, que consta nas anotações da agenda pessoal dele, e dispor para esta CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (*Fora do microfone.*) – Só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Pois não, Dr. Teich.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – ... uma explicação rápida aqui. É o seguinte: eu tenho um compromisso total com a transparência. Então, eu estou sendo absolutamente verdadeiro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeito.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Então, se eu, por um acaso, fiz aquilo, e eu não consigo lembrar a pessoa que foi encontrar comigo, que eu nunca tinha visto antes... Eu acho que isso não é uma... Não é impossível...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, não. Em absoluto. Em absoluto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Estou sendo absolutamente transparente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeitamente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – ... e honesto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeitamente. Inclusive, só para responder ao Senador Marcos Rogério, o seu compromisso de verdade aqui já dá conta para o senhor, posteriormente, trazer essa informação à CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, faço um apelo a V. Exa. que não impute essa condição ao depoente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não está ocorrendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não está ocorrendo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. fez uma ponderação com base no Código Penal. V. Exa. está tentando construir, com relação a ele...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, não estou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... uma obrigação de fazer que ele não tem condições...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Em absoluto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... de afirmar aqui, a não ser que ele diga que: "eu tenho a informação e sei onde está". Porque ele passou menos de 30 dias no Ministério da Saúde. Pode ser que disponha dessa informação e...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Senador Marcos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... queira declinar. Agora, V. Exa. fazê-lo

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– ... o Ministro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... fazer o compromisso de trazer a informação aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– ... já se dispôs.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. De contribuir... Mas V. Exa. não pode impor a ele essa condição...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O Ministro já se dispôs a trazer a informação para a CPI. Não há polêmica.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não. Mas aí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não, mas não sob... Do ponto de vista penal, o que V. Exa. fez tem consequência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O Ministro já se dispôs a contribuir com a CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguimos então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O Ministro tem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Próximo, Senador Eduardo Girão.

O depoente está à sua disposição. O senhor tem 15 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O depoente quer corrigir a...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senador, eu não tenho acesso a essa agenda hoje. Eu não tenho nada...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor não tem a informação, então?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É isso, Sr. Presidente. Senão, V. Exa. impõe uma condição ao depoente...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não tenho a informação. O que eu coloquei é que eu não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... que tem implicações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito. Então, apresentaremos requerimento para requisitar a agenda do ministério desse período. Não há polêmica.

O próximo inscrito, Senador Eduardo Girão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente, Senador Fernando Bezerra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Girão, Senador Marcos Rogério, Senador Jorginho Mello, Senador Ciro Nogueira, Senador Otto Alencar e aí esgotam-se os titulares.

Aí, vamos para os suplentes: representante da Bancada Feminina, que falta declinar quem será, se a Senadora Kátia ou a Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Sou eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Já está definido?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - É.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senadora Leila, então. Senadora Leila.

Senador Angelo Coronel, Senador Alessandro Vieira, Senador Marcos do Val, Senador Rogério Carvalho, Senador Luis Carlos Heinze.

Aí, os não membros: Senador Fabiano Contarato e a Senadora Simone Tebet.

Desculpe-me. Então, vou corrigir com a Secretaria. Checarei com a Secretaria. Peço só para a Secretaria fazer a devida correção, porque o Senador Fernando Bezerra, de fato, havia pedido a tempo a inscrição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A Mesa corrigirá, Senador Bezerra, com certeza.

Senador Eduardo Girão, V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. O depoente está à sua disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) - Muitíssimo obrigado, Presidente desta sessão agora, neste momento, Senador Randolfe Rodrigues.

Seja muito bem-vindo, ex-Ministro Nelson Teich. Eu... Acompanhando atentamente cada palavra, cada pergunta de cada colega, a gente vê realmente uma análise técnica, uma análise que não tem nenhum tipo de interesse político, partidário. O senhor não é candidato a nada, não é pré-candidato. E isso eu acho que traz mais credibilidade aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem a gente viu uma questão de que a vacinação no Brasil, se tivesse começado em novembro do ano passado, teria poupado muita vida. Eu acho que o interesse de todo brasileiro é que começasse em julho do ano passado, em abril do ano passado, mas o mundo só começou a vacinar, o Planeta só começou a vacinar em dezembro. Então, a gente vê o nível de comprometimento de algumas informações.

Eu queria também dizer para o senhor, que entrou no dia 16 de abril – não é isso? – no Ministério da Saúde...

Eu, inclusive, tive a honra de visitá-lo num dia dramático para os cearenses, aliás, para todos os nordestinos, que foi quando estourou aquele escândalo do Consórcio Nordeste, que não recebeu, pagou antecipado – só no meu Estado foram 50 respiradores pagos antecipadamente pelo Governo do Estado –, e esses respiradores não chegaram até hoje. Eu fui, no dia 1º de maio, num feriado, ao Ministério da Saúde. O senhor me recebeu muito bem – não estava na agenda, porque foi uma emergência –, juntamente com os Senadores Rodrigo Cunha, que participou de forma remota, e o Senador Styvenson Valentim – um de Alagoas, outro do Rio Grande do Norte –, e o senhor, naquele momento, teve muita compaixão, teve uma atenção. O senhor estava no meio de um furacão, mas ali o senhor conseguiu enviar – e eu agradeço, em nome do povo do Ceará – os respiradores para cumprir aquela lacuna que foi deixada pelo Consórcio Nordeste.

Acho que o sentimento mais nobre do ser humano é a gratidão. Então, eu lhe agradeço, Ministro.

Eu queria também colocar, numa forma muito de pinga-fogo, como aquele programa da década de 70. Inclusive, há uma entrevista muito marcante do Chico Xavier lá, que eu já vi algumas vezes. Bem rápido, pergunta e resposta.

Quando o senhor assumiu o Ministério da Saúde, o que exatamente o senhor encontrou no ministério, particularmente, na questão de aquisições de insumos? O que o senhor encontrou?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Era uma situação bem difícil, porque havia uma carência mundial na aquisição de insumos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Um dos aspectos relevantes que o senhor revelou ao deixar o comendo da pasta foi a necessidade de se implantar um sistema de informações.

Quando o senhor assumiu o ministério, ele possuía algum tipo de sistema de informações? Como eram tomadas as decisões?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – O ministério tem... Quer dizer, você tem centenas de sistemas que existem hoje funcionando. O meu maior problema era entender o que acontecia na ponta, porque, por exemplo, eu tinha informação de hospitais em que a mortalidade era de 80% e outros em que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela podia ser de 30%. Então, não ter acesso ao que acontecia na ponta me dificultava a entender o que estava acontecendo nos diferentes lugares do País e me dificultava também, por exemplo, criar uma política de boas práticas onde eu pudesse pegar os lugares com melhor resultado e interagir com outros.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Perfeito.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Esse tipo de informação eu não tinha, e, a partir do instante em que você não tem esse tipo de qualidade de informação, as suas decisões são menos precisas, as suas ações estão mais sujeitas a erro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Perfeito.

Seguindo nesse mesmo rumo, Ministro, o Ministério da Saúde, todos nós sabemos, é o que tem o segundo maior orçamento – só perde para a educação o ministério. São bilhões e bilhões de reais que o Congresso Nacional, inclusive, autorizou o Governo Federal a disponibilizar especificamente no combate à Covid-19. Existe algum sistema integrado – essa pergunta é muito importante –, existe algum sistema integrado que gerencie a distribuição e o emprego desses recursos federais disponibilizados a Estados e Municípios, ou seja, como se pode acompanhar a execução dos recursos?

E eu falo isso, porque foi na época do senhor, justamente naquele momento em que o senhor ficou ali, nos 29 dias, que começaram a crescer rapidamente os hospitais de campanha. Começaram a montar os hospitais de plástico, muitos em estádios municipais. Em vários Estados, aconteceu isso. E esses mesmos hospitais, cinco meses depois – foram cinco meses, em alguns casos –, foram desmanchados da noite para o dia. E todos que acompanhavam a pandemia no Brasil sabiam que viria a segunda onda; os especialistas diziam isso.

Eu queria saber a sua opinião sobre a montagem – tudo bem! – dos hospitais, mas também sobre a desmontagem deles cinco meses ou poucos meses depois, sabendo-se que viria a segunda onda.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Essa é uma discussão de estratégia, porque... Sendo muito franco, a gente nunca sabe se vai haver uma segunda onda, se vão ser três. Então, são algumas escolhas que você tem que fazer como gestor em que você se prepara para diferentes cenários. Um dos cenários podia ser uma segunda onda, porque isso já tinha acontecido em doenças como, por exemplo, a gripe espanhola.

Então, o que me parece ali é que faltou algum planejamento nessa saída, porque o ideal era que você realmente desativasse algumas coisas que estivessem ociosas, mas que você tivesse condição de reativá-las no caso de uma necessidade. Então, para mim, ali era uma discussão mais de estratégia e planejamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Então, de certa forma, isso pode ter colaborado, essa falta de planejamento, com a morte de muitos brasileiros que ficaram nas filas agora e foram atrás dos hospitais de campanha, que não existiam?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Isso é difícil dizer, porque eu teria que casar exatamente onde é que estavam os hospitais de campanha, onde é que as pessoas morreram, qual era a diferença de um lugar para outro. Acho que tem de haver uma análise um pouco... Para dar uma opinião sobre isso, eu tenho que ter mais dados, com mais conteúdo, com mais detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Faltou planejamento de quem?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu acho que faltou um planejamento do sistema. Eu acho que existe aí uma coisa que eu notei - esta é uma opinião -, a gente nunca teve uma necessidade tão grande de liderança e coordenação, porque, ao longo das últimas décadas, talvez, a gente nunca teve uma situação como uma pandemia. Então, o que existiu até hoje me parece muito mais colaboração e interação do que uma posição de liderança, até porque, hoje, o próprio sistema do SUS deixa claro que ele é tripartite e que nele há uma equivalência entre as partes.

Eu não estava mais no ministério na época em que houve essa necessidade de aumento dos leitos, quando você tem uma segunda onda, mas a minha impressão é a de que deve haver mais estratégia e planejamento, e acho que isso tem que ser um movimento Brasil. Eu acho que a liderança deveria caber ao Ministério da Saúde, mas acho que esse é um movimento Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Ministro, cerca de 90%... Eu vou falar uma coisa... O senhor fala muito em ciência, e eu acho bacana isso. É importante. Agora, a ciência está dividida. A gente percebe que, por exemplo, nessa questão de tratamento imediato ou precoce, ou preventivo, ou profilático, existe uma divisão clara no meio científico. Inclusive, nós fizemos - o Senador Randolfe apoiou, inclusive; aliás, todos os Senadores aqui apoiaram - um debate de quatro horas, aqui no Senado Federal, ouvindo cientistas renomados pró e contra. Então, eu acho que muitas conclusões nós tivemos ali. Inclusive, estão disponíveis na TV Senado para quem quiser assistir a esse debate.

E é isto que eu quero perguntar para o senhor: cerca de 90% dos procedimentos médicos não possuem evidências científicas tipo 1A. É razoável exigir isso em plena pandemia somente para o tratamento imediato ou precoce? O senhor considera que é justa a aplicação de dois pesos e duas medidas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu vou dizer como é que eu já coloquei isso, como é que normalmente funciona.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para eu avaliar os estudos, eu tenho que ter acesso à metodologia, para eu poder entender. Eu vou dar um exemplo prático, por exemplo, digamos que a qualidade do estudo... Hoje existem instituições que avaliam a qualidade do estudo. Então, eu vou dar um exemplo simples: digamos que eu pego pessoas com câncer de próstata e eu quero saber o que funciona melhor, se é a cirurgia ou se é a radioterapia. Aí eu vou olhar historicamente e vejo que na cirurgia a mortalidade é menor ou a sobrevida é maior, só que, quando eu olho para trás, eu vejo o seguinte: o cirurgião prefere operar o tumor pequeno, ele não quer operar o doente que tem a comorbidade, ele quer operar o doente mais rígido, e o que não é isso ele joga para radioterapia. Então, na verdade, são duas populações distintas, eu estou comparando populações distintas, e não só no tratamento. Então, esse tipo eu estou colocando como exemplo de metodologia. Por isso é que você tem que ter uma avaliação muito precisa da metodologia.

Em relação ao que o senhor está falando, o que eu digo quanto à liberação de tratamento precoce ou de algum tratamento preventivo, quando ele é acompanhado de um risco que eu considero real para as pessoas, já que eu talvez não tenha o acompanhamento adequado e eu não tenho, eu não consigo... As pessoas mais idosas são as que usam mais remédios, não se sabe qual é a interação medicamentosa. Então, eu acho que, numa situação como essa – daí foi a minha posição –, o mais adequado seria esperar o resultado dos exames clínicos de melhor qualidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pronto.

Eu lhe pergunto: é lícito acreditar que o atraso na adoção dos corticoides, por exemplo, em virtude dessa prática de exigência de prova científica 1A, foi responsável por um expressivo número de mortes que poderiam ter sido evitadas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Nesse caso, a gente tem que ver como é que a ciência evolui. Se você for usar tudo que você acha que pode funcionar para todo mundo, você vai causar um mal enorme provavelmente. Então, é por isso que a ciência tem uma sequência, tem uma lógica, porque, da forma que a gente está falando, há aqueles remédios que funcionam, mas há aqueles que não funcionam e podem ser prejudiciais. Então, aí a gente tem que ter uma sequência lógica de incorporação da ciência.

Então, eu acho que pessoas podem ter deixado de ficar curadas, de sair pela dexametasona? É possível, mas, naquele momento, você não tinha esse dado. E esses estudos são feitos justamente para você entender o que é e o que não é, porque, por exemplo, eu não sei se eu começasse a usar "dexta" para todo mundo, do doente inicial, talvez eu também fizesse muito prejuízo.

Então, eu acho que aí existe uma qualidade metodológica e técnica que tem que ser seguida. A ciência evolui dessa forma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Tá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma última pergunta. O senhor acredita que, de alguma forma, o Presidente da República – que, no meu modo de entender, respeitosamente, errou em ter mostrado um remédio, em ter feito essa apologia –, mas, se não houvesse essa decisão, essa postura do Presidente da República, com os resultados clínicos que têm sido apresentados no mundo, muitas pessoas, eu entrevistei vários médicos também, *lives* e tudo, do Brasil e do exterior, o senhor acha que esse tratamento, que é um procedimento que existe há muito anos, o tratamento... O médico, o senhor que fez o juramento de Hipócrates, que é salvar vidas, da forma como for. Por exemplo, a ivermectina, segundo os cientistas com que a gente conversou, mostra que não tem nenhum tipo de contraindicação, até crianças de 15kg, adolescentes podem, são administrados para vermicifugo, mas tem efeito também antiviral.

Eu lhe pergunto: se o Presidente não tivesse mostrado o remédio, será que esse... Existiria menos animosidade política com relação a isso? E quem sabe mais vidas poderiam ter sido salvas de brasileiros? Já que muitos, como o Senador Heinze colocou aqui ontem, Municípios brasileiros adotaram isso, Estados adotaram isso, outros países têm no protocolo, a associação médica do Japão, médicos europeus, tantos casos, será que a gente não poderia ter poupado a vida brasileira? Será que essa cegueira política de um lado e de outro não comprometeu a gente ter poupado vidas e sofrimento dos brasileiros?

Essa pergunta é muito importante, porque esses medicamentos viraram palavrão. E isso é muito grave, porque eles existem há décadas. Tem medicamento... Por exemplo, a cloroquina, há 70 anos, a ivermectina tem 30 e ganhou até Prêmio Nobel quem fez. Então, eu queria lhe fazer essa última pergunta.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acho que são duas situações distintas: uma é o Presidente mostrar a caixa, por exemplo; e a outra é o remédio funcionar ou não. A minha indicação do remédio depende de eu ter uma comprovação de funcionamento, independente do que o Presidente faça, entendeu? Então, o problema que eu vejo, em relação a você liberar medicamentos de uma forma indevida, é que você não sabe como eles vão ser usados, você não sabe se a dose vai ser alta, você não sabe como é que isso vai acontecer no dia a dia. Então, até para se proteger a sociedade, você tem que tomar esse tipo de cuidado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas a autonomia médica o senhor defende?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acho que a autonomia médica assume que todo médico tem o conhecimento máximo sobre tudo o que ele faz. Se isso não é verdade, a autonomia médica tem que ser avaliada e acompanhada, porque, quando você permite que uma pessoa utilize de forma inadequada os recursos, eu acho que de alguma forma você pode estar prejudicando a sociedade. E isso é uma coisa que tem que ser discutida.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor já concluiu, Senador Girão? (*Pausa.*)

Muitíssimo obrigado, Senador Girão.

Senador Marcos Rogério, 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. O depoente está à sua disposição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) - Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Dr. Teich, o senhor é um médico conceituado, bastante respeitado entre os seus pares e foi convidado a assumir o Ministério da Saúde em meio a um grande desafio em saúde pública que é a pandemia do novo coronavírus; talvez, em nenhum outro momento, um desafio tão grande. Sabemos que não é fácil tomar uma decisão como essa de deixar uma carreira exitosa no setor privado para assumir um cargo de Ministro da Saúde, sobretudo num momento tão delicado. Assim, mesmo diante dessa situação, mesmo conduzido à pasta da saúde por um curto intervalo de tempo, eu quero parabenizá-lo pela disposição em colaborar com o povo brasileiro.

O *site* UOL, em 07/05/2020, noticia que V. Sa., abro aspas, "conduziu reuniões com governadores e representantes das secretarias de saúde estaduais e municipais e que repassou R\$5,3 bilhões", fecho aspas, com a finalidade de, abro aspas, "os Estados e Municípios estruturassem os seus próprios planos de contingência", fecho aspas.

Assim, Ministro, levando em conta que esta CPI também tem como objetivo investigar a correta aplicação de recursos federais pelos entes subnacionais, indago: em qual contexto se deu esse repasse de verba federal? Qual foi o instrumento de transferência de recursos? E no que foram aplicados tais valores pelos Estados e Municípios para estruturar seus planos de contingência? Esse plano de contingência estadual e municipal utilizou recursos federais para compra de equipamentos de proteção individual, de oxigênio medicinal, de equipamentos de terapia intensiva e, ainda, para contratação de profissionais de saúde?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) - Senador, eu fiz o repasse de verbas parlamentares, mas eu não tenho como... Não existe como... A gente não tem um retorno detalhado sobre o uso do recurso. Ele vai e eu não tenho esse dado da utilização dos recursos. Quer dizer, ele foi repassado a partir de verba parlamentar e ele foi usado de acordo, acredito eu, da melhor forma possível.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Esses R\$5,3 bilhões fariam parte das emendas parlamentares ou eram recursos do próprio ministério voltados ao enfrentamento da pandemia?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu acredito que voltados ao enfrentamento da pandemia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Então, convênio do próprio ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É, o que eu... Eu tenho aqui os documentos... Das portarias que foram liberadas. Eu tenho aqui. Mas acho que da portaria é uma liberação voltada para o enfrentamento, na minha opinião, pelo que eu entendi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas eram recursos destinados objetivamente para estruturação da rede de atenção à saúde nos Estados e Municípios?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – À rede de atenção já tinha acontecido um repasse anterior e esse repasse eu... Quer dizer, ele seria para ajudar na estruturação do atendimento à Covid, pelo que a secretaria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso aí foi o que eu entendi, que, na hora em que eu fiz, era isso que eu entendia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse momento, a impressão... Quando V. Exa. assume o Ministério da Saúde, qual a impressão que V. Exa. teve com relação ao papel do Governo Federal, ao papel do Ministério da Saúde no enfrentamento à pandemia? Ele tinha um papel de coordenação, de formulação de políticas públicas, ou ele era mais um financiador da ação lá na ponta, nos Estados e Municípios?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu vou lhe dar a minha posição também pessoal: o que eu encontrei... A minha opinião é que, como eu falei antes, a gente tinha uma relação tripartite, mas sem uma condição de liderança e coordenação do ministério naquele momento. E como eu falei também, isso me parece uma situação que aconteceu de como o sistema se ajustou. Ele não era uma... Isso era a realidade do momento.

Eu acredito que, numa situação em que você precisa de liderança e coordenação, esse papel deve ser exercido pelo ministério. Mas isso é uma coisa que você não consegue construir da noite para o dia, você precisa construir isso trabalhando junto com as outras partes. Inclusive, eu achava que deveria ter... Não só, deveria ter também atuação na saúde suplementar, deveria ter alguma interação. Por isso, a iniciativa privada que contribuiu... No meu período, eu conversei com o pessoal do Todos pela Saúde.

Então, eu vejo realmente o ministério como a grande liderança, mas acho que isso deve ser construído, porque o sistema hoje não foi desenhado, ao longo dos últimos anos e governos, nesse sentido, entendeu?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa visão que V. Exa. traz, essa constatação, na verdade, em parte se deve à decisão que o Supremo Tribunal Federal tomou à época, determinando aos Estados e Municípios a linha de frente no enfrentamento? E, em razão também do modelo do SUS, esse modelo tripartite, que embora seja fundamental para a universalização do acesso à saúde, tira de certa forma, em certa medida, esse papel de liderança, ou esse papel de comando centralizado?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - É. Da forma como a gente trabalha hoje o sistema tripartite, pelo que eu pude perceber, existe uma divisão de responsabilidades e tarefas e ações. Aquele... A decisão do Supremo Tribunal Federal trabalha que existe uma autonomia de Estados e Municípios, mas isso aí acho que... A gente nunca...

Em situações como essa, você precisa de muita cooperação e coordenação. Então, eu acho que isso aí não desfaz o sistema tripartite e não desfaz a necessidade de uma cooperação entre as partes. E acho que um dos aprendizados que a gente tem com a Covid é a necessidade de você realmente resgatar uma posição clara de liderança e coordenação do ministério, e acho que isso vai acontecer também quando ele tiver um gerenciamento maior das informações, do que acontece ao longo do caminho, até de tudo como está sendo feito em Estados e Municípios.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O.k.

Na mesma matéria do *site* UOL, a reportagem relata que, abro aspas: "O Ministério diz ainda que em menos de 30 dias foram habilitados 3.236 leitos de UTI voltados exclusivamente para o combate ao coronavírus em 23 Estados, além do DF, totalizando um repasse de R\$450 milhões para manutenção destes leitos".

V. Sa. pode nos contextualizar como se deram as tratativas para que o Governo Federal socorresse os Estados, por meio da transferência de verbas para leitos nesses Estados?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Esse repasse foi feito pela Saes, e a orientação que eu dei é de que a gente fosse liberando a habilitação e a verba de acordo com os leitos estarem realmente disponíveis para uso e com as necessidades de cada cidade. Basicamente a orientação foi essa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Essa estruturação nos Estados passou justamente por esse auxílio do...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - O que eu coloquei para a Saes é que a gente teria que avaliar as necessidades das cidades, dos Estados e Municípios, e que a gente teria que avaliar e liberar para o começo da operação dos leitos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, eu queria fazer algumas perguntas objetivas, até para que não parem dúvidas, com relação a alguns atos da administração pública federal, por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O que nos interessa aqui é a verdade, nada mais do que a verdade, esteja ela onde estiver e doa a quem doer.

O Presidente Bolsonaro em algum momento lhe deu ordem direta para instituir o uso de cloroquina?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O Presidente não deu ordem a V. Exa.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Ordem direta, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Vou reformular a pergunta: V. Exa. recebia ordens de outros ministros?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Para fazer liberar a cloroquina? Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. não recebia ordens de outros ministros e sobre esse assunto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sobre liberação de cloroquina, também não recebeu ordem de outros ministros?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Outra questão: quem no mundo primeiro defendeu o uso da cloroquina para tratamento de Covid, Ministro?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Bom, no conhecimento que eu tenho, o primeiro estudo que mostrou, que criou uma esperança grande foi um estudo *in vitro*. Depois, teve um estudo francês que caiu.

O que acontece: a maioria dos estudos *in vitro*, eles, quando você evolui para o estudo em humano, aquilo não se repete, não é? Naquele momento, criou-se uma grande esperança. Então, acho que, naquele momento, criou-se uma grande expectativa em relação à cloroquina. Isso é o que eu me lembro em relação ao começo da cloroquina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa. tem conhecimento de países, ainda que nessa fase de estudos, certificações, comprovações, que fizeram uso do medicamento?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sobre outros países, eu não tenho essa informação detalhada, Senador. Eu sei que você teve, por exemplo, nos Estados Unidos, uma autorização temporária que depois foi retirada. Mas saber exatamente o que estava acontecendo nos diferentes países eu não sei. E, para ser honesto com o senhor, a minha decisão independeria do que aconteceria em outros países. Eu tenho uma decisão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro, não é isso que estou indagando a V. Exa.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, é só para deixar claro para o senhor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Perfeitamente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – ... por que eu estou colocando essa resposta em relação a outros países.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a linha de raciocínio. O.k.

Indago a V. Exa., na linha do que já foi instado a falar há poucos minutos, com relação ao papel do médico e à autonomia da relação médico paciente: os médicos que recomendam o uso de cloroquina – que recomendaram ou que recomendam – cometem crime ou falta ética?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acredito que eles, neste momento, com a informação que a gente tem hoje, eu acho que é mais uma... É relacionado mais à competência. Eu não sei... É difícil julgar em relação a crime – crime, eu não sei dar uma posição sobre isso. Em relação à parte ética, eu acho que essas pessoas acreditam no que elas estão fazendo, mas a minha impressão é de que essa prescrição é inadequada. Então, seria, na minha opinião, mais uma coisa em relação à competência do que falar uma coisa criminal, por exemplo. Então, eu não sei se eu caminharia nessa direção.

O que a gente tem hoje, como eu comentei... Existem hoje instituições mundiais, nos Estados Unidos, Organização Mundial de Saúde, Cochrane, Europa, que avaliam as drogas novas, avaliam... Então, o que eu faço é pegar essas instituições que são consideradas como uma referência e balizar o que eu recomendo com base no que elas falam.

Como eu coloquei antes, não existe uma defesa ou uma acusação de um remédio. Se, em algum momento, existir algum estudo de qualidade referendado que diz que o remédio funciona em determinadas situações, eu vou recomendar. Não é uma defesa, entendeu?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Uma médica que faz uma paciente aspirar cloroquina comete um crime ou não?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Ela fez uma coisa errada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ah, errado!

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Errado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, se um médico prescrever veneno de rato para uma pessoa dizendo que aquilo cura, não é crime também? É uma coisa errada? É o quê?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, não, Senador. Eu não estou dizendo que não é crime, eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não. Coisa errada é uma coisa, crime é outra.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você levar a óbito uma paciente, como levaram a óbito uma paciente no meu Estado, porque mandou aspirar cloroquina...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu posso falar, sim, Eduardo. Eu sou Presidente da Comissão, eu só estou querendo ajudar, porque o ex-Ministro Teich está levando a Comissão... Nada objetivo...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - "Eu não me lembro, eu não me..." Eu vou fazer umas perguntas daqui a pouco, e, talvez, se ele não se lembrar, não adianta! Trazer uma pessoa para depor que não lembra, que diz o seguinte: "Houve, saiu, mas a cloroquina..." Houve intervenção, mas não sabe quem interveio. Então, fica difícil para a gente! E ele está sob juramento aqui.

Eu estou querendo não é questionar cloroquina, eu só estou querendo entender o posicionamento médico em relação à prescrição errada de um medicamento. Eu não estou entrando no mérito da cloroquina.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Deixe-me... Eu preciso responder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só para... O depoente vai ter o momento. É apenas para...

A narrativa que está sendo buscada aqui... É porque há um esforço de narrativa para criminalizar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A cloroquina!

Eu estou tomando o depoimento de um depoente e quero a impressão dele sobre esse protocolo com a recomendação médica. É isso! Não se trata aqui de se V. Exa. determinou o uso ou não determinou o uso. É apenas com relação ao exercício da profissão.

Com relação ao uso do medicamento, é uma coisa; a prescrição de um medicamento sabidamente veneno ou animal, é outra coisa.

Indago V. Sa. – e aí pode complementar o raciocínio que estava tendo antes – se existe algum medicamento registrado no mundo que tenha na sua indicação, na sua bula, a recomendação para Covid?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – No mundo, que eu saiba, tem o remdesivir e tem agora os anticorpos monoclonais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – São para Covid?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eles são usados para Covid.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já tem registro no Brasil?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A gente já tem autorização de uso do remdesivir e, obviamente, medicamentos como corticoides que hoje já existem e já são usados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas esses medicamentos são para Covid?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eles são usados para uma série... O remdesivir está sendo indicado para Covid, e o corticoide é usado para muitas coisas, inclusive para Covid.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual a visão que V. Exa. tem com relação ao chamado "kit Covid"? Explico: não necessariamente que contenha a cloroquina



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou a hidroxicloroquina; azitromicina, um corticoide, um anticoagulante, uma ivermectina, vitamina D. Enfim, esses medicamentos têm indicação direta para Covid, porque, caso não tenham, os médicos estariam indicando placebo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu acho que não têm indicação para Covid. Os médicos estão indicando remédios que não funcionam.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É um erro ou é um crime?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu vou aproveitar e responder ao Presidente.

Presidente, a minha colocação quando a gente fala em crime é que eu não tenho o conhecimento jurídico para opinar. Se dentro da lei uma pessoa que prescreve um remédio que claramente pode levar à morte de forma inadequada é considerado um crime, isso vai ser um crime. A minha preocupação aqui é que eu não tenho conhecimento jurídico. E, para quem não tem conhecimento jurídico, realmente é um mundo muito distante para afirmar alguma coisa de tamanha gravidade. Então aqui é só uma limitação de conhecimento jurídico, basicamente isso. Agora que é completamente errado você prescrever nebulização com comprimido de cloroquina claramente é. Agora, se a lei tratar isso como um crime, então vai ser crime. Agora é a lei que vai dizer, não sou eu que vou dizer, entendeu?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Só para colaborar e pedindo a sua licença e a licença do Presidente, a definição do que vai ou não vai ser crime caberá à Justiça criminal. Só para que a gente possa avançar na nossa inquirição sobre fatos concretos sobre os quais a testemunha pode falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Isso. Agradeço.

Eu vou fazer a última pergunta, Sr. Presidente, e já caminhando para o final, me dando por satisfeito com a honestidade do Ministro no trato dos temas aqui, independentemente da posição dele. Mas as falas de V. Exa. significam muito para quem busca uma investigação isenta e imparcial.

Ministro Teich, no seu perfil na rede social LinkedIn, V. Sa. publicou um artigo em 03/04/2020, portanto, duas semanas antes de assumir como Ministro da Saúde. Nesse artigo, o senhor aborda projeções...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só para falar a V. Exa., nós já ultrapassamos, e bastante, os 15 minutos a que V. Exa. tinha direito. Como eu o interrompi e o Senador Alessandro também o interrompeu, nós vamos dar para V. Exa. mais alguns minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Agradeço a V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer só essa pergunta e encerro, Sr. Presidente.

Nesse artigo, o senhor aborda projeções e modelos matemáticos utilizados ao redor do mundo na construção de cenários a respeito da evolução da pandemia. Em determinado trecho a respeito das incertezas associadas a essas estimativas, V. Exa. afirma, abro aspas: "As projeções que são feitas tomando por base modelos matemáticos alimentados com premissas incorretas causam grandes problemas. Os números gerados pelos modelos, que deveriam ser tratados apenas como possíveis cenários, cercados de enorme incerteza quanto à sua possível realidade, acabam sendo tratados como uma evolução provável, quase como um fato concreto" – fecho aspas.

No dia de ontem nesta CPI, o ex-Ministro Mandetta tornou pública uma carta ao Presidente Bolsonaro, em que alertaria sobre a possibilidade de o Brasil ter 180 mil mortes por conta da Covid-19. Infelizmente, para nós e para muitas famílias, essa doença, até o momento, já levou a vida de mais de 400 mil brasileiros, de acordo com dados do Painel coronavírus, do Ministério da Saúde, atualizado no último dia 4 de maio, às 19h25. Para ser mais específico, 411.588 vidas.

No seu artigo, o senhor aborda a projeção do Imperial College London, o qual, em 27 de março de 2020, projetou um cenário mais pessimista: 1.152.283 mortes no Brasil por conta do coronavírus. E, a respeito desse estudo, o senhor anotou que, abre aspas: "Com medidas de supressão precoce, as projeções do número de mortes pelo Imperial College para o Brasil cairiam para 44.212, uma redução de 96%" – fecha aspas.

A sua conclusão foi que, tanto em um cenário quanto em outro, as projeções do Imperial College seriam exageradas.

Fiz todas essas considerações para ouvir de V. Sa., como médico e como gestor, se é possível imputar a qualquer gestor público do Brasil e do mundo alguma responsabilidade por estudos, projeções, estimativas a respeito de previsão de mortes por conta da pandemia do coronavírus.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu só coloquei no comentário, no texto... O modelo matemático é simplesmente um exercício matemático, e você vai chegar a diferentes números, dependendo da premissa que você assumir. O que eu vejo em relação à Covid é que há muito desconhecimento sobre a história natural da doença, sobre a evolução, sobre as coisas novas que acontecem, sobre novos medicamentos, sobre vacina. Então, com essas variáveis não sendo computadas de forma adequada, você pode chegar a números que são simplesmente um exercício.

Então, o que eu vejo: o modelo matemático pode tentar te ajudar a enxergar, mas, na minha opinião, você não tem que usar o modelo matemático para gerir, porque você tem que assumir que você tem que mapear todos os cenários possíveis, e, você agindo da forma correta hoje, é a única chance que você tem de trabalhar melhor o futuro. Então, eu não me basearia em modelos matemáticos. Eu acho que a gente tem que se basear em informação de qualidade, mas não em exercício matemático. E, realmente, o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu falei é o seguinte: um exercício matemático, um modelo acaba criando uma realidade, um parâmetro que é tratado como um fato, quando, na verdade, ele não é. Então, essa é a minha opinião sobre o modelo matemático. Eu acho que ele é muito usado, mas eu, como gestor, não usaria um modelo matemático como uma certeza do futuro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa. Obrigado, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, rapidamente, segundos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Só porque o senhor, na hora, citou o meu nome aqui, e eu estava virado aqui para o Senador Heinze, mas não era questionando a sua interferência, não. O senhor deve e pode falar o tempo que for.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu falei... Não, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas era só porque o senhor fez uma pergunta para ele sobre crime em caso de nebulização da cloroquina, e eu quero repetir para o senhor, porque o senhor não estava aqui no momento: a ciência está dividida com relação a esse assunto, uma divisão clara que nós vamos ver aqui na CPI, e vai ser uma oportunidade para restabelecer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos ver.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Um crime talvez tenha sido o que ocorreu, na minha opinião – respeito quem pensa diferente –, no seu Estado, onde o Ministério Público está, inclusive, fiscalizando aquela superdose que foi dada de cloroquina – não foi nem a hidróxido, foi cloroquina – em pacientes que não podiam receber aquela superdose. Ali foi que se misturou tudo e desqualificou um trabalho sério que estava sendo feito no País.

E eu quero só ressaltar, já encerrando: existem dezenas de estudos científicos, inclusive metanálise – o Dr. Nelson sabe disso –, além de especialistas renomados em Medicina baseada na evidência, como a Dra. Tess Lawrie, que é a favor desse tipo de medicamento. E muitos estudiosos apontam nos estudos contrários falhas justamente decorrentes de doses inadequadas e tóxicas. Só para passar isso, mas a verdade vai triunfar com o tempo. Eu espero que o Ministro Teich não tenha remorso de algumas posições com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Meu amigo e Senador Eduardo Girão, eu torço para que tenha uma doença que não leve mais ninguém. Eu torço por um remédio que não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leve mais ninguém. Todos nós torcemos, o objetivo é o mesmo aqui. Ninguém está aqui querendo "ah, quanto mais morte é melhor", pelo amor de Deus.

Senador Jorginho, só vou fazer um questionamento ao Ministro e passo a palavra para o senhor. É importante isso.

Ministro Teich, ontem o Ministro Mandetta... Eu fiz uma pergunta a ele e eu quero lhe fazer essa pergunta porque isso é muito importante do ponto de vista de planejamento e de recursos públicos que foram utilizados. O Ministro Mandetta encomendou uma quantidade bastante significativa de PCRs – eu não sei a quantidade, e ele também não soube me responder a quantidade de exames que foram comprados. Aí eu disse: "Ministro...". Eu disse, eu fiz esse questionamento e falei: "Olha, a quantidade está vencendo, venceram alguns PCRs porque nós não temos, no Brasil, laboratório suficiente para que a gente possa atender à demanda diária de...". A informação que eu tenho é de que o Brasil todo só tem condições de analisar em torno de 25 mil testes de PCRs. Só que o que se comprou pelo Governo na época do Ministro Mandetta... E ele não soube me responder – por isso que eu vou lhe perguntar, porque V. Exa. sucedeu o Mandetta – quantos testes foram comprados, qual a capacidade real, e se houve planejamento ou não.

Ele me disse que ia fazer um grande laboratório. Eu não quis questionar, porque já estava no final, mas é impossível você centralizar todos os exames de PCR num lugar só. Imagine, lá na Bahia do meu Senador Otto, lá no interiorzão, pegar aquele PCR e trazer para Brasília. Quando voltar, o paciente já deve ter ido a óbito, e não... Então, é uma questão muito séria de planejamento. Porque eu não tinha... Eu perguntei ao Ministro, não quis polemizar, mas me sinto na obrigação nesse momento de lhe perguntar, já que o senhor o sucedeu: quantos PCRs foram comprados pelo Governo Federal? Qual é a quantidade que o Brasil tem hoje de capacidade de fazer? Porque eu, para fazer um PCR, são só dois ou três laboratórios no meu Estado, e aí demora, às vezes, quatro, cinco dias. Por isso...

E me falou que o projeto era um grande laboratório. Eu discordo da centralização: do ponto de vista operacional, centralização nenhuma serve. E eu queria saber disso.

Por isso, Senador Jorginho, estou fazendo essa pergunta, em relação ao que foi me respondido ontem. Se o senhor puder me dar essa informação, eu ficaria muito grato. Já requisitei ao Governo Federal, ao Ministério da Saúde, a quantidade de PCRs que foram comprados e a validade deles; porque se jogou dinheiro fora, se esses PCRs venceram.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – O número de PCR – aqui eu tenho, eu trouxe esse dado – que a gente tinha, na época, a comprar, ainda não estava definitivo, eram 24 milhões de testes. No período em que eu estava, a gente lançou um programa que era o Programa Diagnosticar para Cuidar, em que ele combinava tanto o teste PCR quanto a...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O que eu perguntei para o senhor... Porque o Ministro Mandetta disse ontem que ele iria criar um grande laboratório... Quantos ele comprou ou ele encomendou?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Vinte e quatro milhões foi o número que a gente teve.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Na gestão do Mandetta?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E qual é a capacidade laboratorial no Brasil por dia, para a gente saber a quantidade de teste? E qual é o tempo de vencimento de um teste desse?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Existia um programa de expansão dos laboratórios, isso aqui eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas o programa de expansão era um programa só.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Era um programa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, nós compramos os testes antes de expandir os laboratórios.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Em paralelo. Tanto que, quando eu estava lá, eu assinei um projeto que era o Centro de Diagnóstico Emergencial, que foi feito com o Dasa. A gente estava...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E como seria esse centro?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Deixe-me ver aqui se eu tenho os dados todos.
(Pausa.)

Vou ter que procurar o dado aqui, se o senhor não se importar em esperar um pouco. Esse trabalho aí quem coordenava era o Anderson. O Anderson trabalhava com o Ministro Mandetta e ele continuou comigo justamente para dar sequência ao trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Muito bem, eu vejo que o senhor, com razão, tem dificuldade.

Mas eu vou pedir para pedirem informação ao Ministério da Saúde de quantos foram encomendados, quanto custou e qual é a capacidade real. E, sobre esse centro que possivelmente ia ser feito e não foi, qual seria a capacidade real, porque nós vamos provar por "a" mais "b" que, de 24 milhões



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de testes, nós não teríamos capacidade... E venceria o prazo desses testes e nós não teríamos feito, por isso que venceu. Não venceram muitos testes?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - A informação que eu tenho, a informação da mídia é de que tinham testes para vencer. Estendeu-se a validade deles, mas ainda tinham alguns testes com alguma possibilidade de vencimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Para a gente não chegar aqui... Ontem, por exemplo... Essa era a pergunta para o Ministro Mandetta, ele me respondeu já estava no final. Por isso que eu estou fazendo essa pergunta, para que a gente tenha informações sobre essa questão de testes.

Obrigado, Ministro.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senador, a gente tinha esse... Deixe-me olhar aqui para o senhor. Tem o Boletim COE Covid-19 nº 12, que é um boletim de 19 de abril. Ele traz bastante informação. Então, é um período em que eu já estava lá. E, dia 20, se eu não me engano, é quando a gente assina com o Dasa para justamente começar esse processo de incluir Lacen, incluir laboratório privado, para justamente criar uma estrutura nacional para dar conta do volume de testagem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Sr. Presidente, pela ordem, só para fazer um comunicado à Mesa, com a permissão do Senador Jorginho. Eu encaminhei, agora há pouco, à Secretaria-Geral da Mesa, e já deve estar no sistema, a substituição de um dos membros da Comissão, que está na vaga de suplente do Democratas, substituindo o Senador Zequinha Marinho, em absoluta concordância com ele; em seu lugar, o Senador Fernando Bezerra. Apenas comunicando a V. Exa. que já está como membro suplente nesta Comissão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Jorginho Mello.

Desculpe, Senador, é só para contribuir com o debate.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) - Não tem nada, não.

Eu quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras.

Ministro, agradeço o senhor por estar aqui. O senhor é um médico reconhecidamente bem sucedido e teve a coragem de assumir o Ministério num momento de muita turbulência, no meio de uma pandemia, numa substituição. Então, quero cumprimentá-lo por isso e pelas respostas tranquilas, serenas, seguras, até porque é seu estilo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria lhe perguntar bem pontualmente: qual é a sua opinião, até porque o senhor foi ordenador, o senhor repassou para os Estados e Municípios através da lei que o amparava, a Lei Complementar 173, volumes de recursos acentuados e, pelas informações que a gente tem, Estados e Municípios, em muitos casos, utilizaram para pagar dívidas, para colocar em dia salários, executar obras... Qual é a sua impressão? O que o senhor tem a dizer sobre exatamente isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para expor.) - Eu não tenho a informação precisa - o senhor está me passando essa informação -, mas o recurso deveria, no meu conhecimento, deveria ser usado para ações relacionadas à Covid. Então, eu acho que, se foi usado de uma outra forma, isso tem que ser avaliado para saber realmente qual é a implicação disso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Muito bem.

Mais uma pergunta, Ministro. Na sua gestão o Presidente Bolsonaro sancionou a Lei 13.993, de 2020, com a orientação de inibir exportações de produtos médico-hospitalares e de higiene essenciais no combate à Covid-19. O senhor acredita que isso ajudou a evitar o desabastecimento interno de produtos relevantes para o combate à pandemia?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Quando você mantém no País, você guarda para o País os recursos, ainda mais num momento difícil como aquele, você fortalece a infraestrutura do País para combater a Covid. Essa é a minha impressão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Mais uma pergunta, Sr. Ministro: o senhor tem conhecimento de que alguma pessoa morreu por ter tomado cloroquina, hidroxicloroquina ou ivermectina com orientação médica? O senhor conhece algum caso específico?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - A única... Em relação a usar, eu sei que há pessoas que usaram e tiveram problema. A gente acompanhou até em relação ao que o Presidente falou. Há pessoas que morreram por inalação, que foi um uso indevido. Agora, eu não tenho como saber exatamente o que foi prescrito, por quem e para que pessoa para poder julgar. O que eu sei é só o que é informado na mídia. Eu teria que ter acesso ao prontuário, acesso à prescrição, porque senão é informação de quem está de fora, é uma informação superficial.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Então o senhor não tem informação sobre isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Informação para que eu possa opinar para ter lá um prontuário para atender exatamente o que foi feito e como foi feito, para eu dar uma opinião técnica, eu tenho que ter acesso a essa informação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Muito bem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu agradeço a minha manifestação e concluo.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Obrigado, Senador. (*Pausa.*)

Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Desculpe.

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, são apenas dois questionamentos, Ministro. Agradeço sua presença aqui.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Obrigado, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Eu noto no seu semblante que o senhor veio aqui para contribuir, falando a verdade a esta Comissão.

Acho que, quanto ao que o Senador Jorginho Mello colocou - para ficar mais claro, eu sei que o senhor não tem muito conhecimento -, o senhor tem acompanhado - o senhor é um interessado nesse setor - que existe uma quantidade enorme de denúncias contra os recursos que foram repassados pelo Governo Federal para os Estados e desvio desses recursos, não é, seja na compra de respiradores superfaturados, seja na compra de respiradores que não chegaram. Acho que o senhor tem conhecimento disso, não é? Foi uma série enorme de desvios nos Estados, e, para uma parte desta Comissão, de que eu faço parte, é fundamental que nós esclareçamos esses fatos. Algumas pessoas não acham isso importante; eu acho isso muito importante.

O senhor acha que, se isso for verdade, isso atrapalhou o combate, isso pode ter causado mortes de pessoas no nosso País?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) - Senador, qualquer uso indevido do dinheiro público é ruim e vai ter consequências que vão ter que ser analisadas através de documentos. Eu não posso imputar coisas ao uso indevido do dinheiro, mesmo sabendo que ele, com certeza, prejudica a sociedade, não é? A gente tem... A gente, como um país que não é um país rico, tem um recurso financeiro infinitamente menor do que os países desenvolvidos, de alta renda. Agora, o uso indevido do dinheiro sempre é prejudicial para a sociedade e para o sistema de saúde. Então, isso é o que eu posso dizer. Agora, exatamente o que aconteceu e qual o impacto, isso depende de um levantamento da informação e dos dados.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha última pergunta, Sr. Teich, diz respeito à questão da cloroquina, quando o senhor assumiu o ministério, não é? Existia um protocolo de uso da cloroquina para pacientes graves ou hospitalizados. O senhor acha isso correto, pelos estudos que o senhor tem, ou isso não é recomendado?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Uma coisa é a gente... A gente começava a ter dados, naquele momento, de que o medicamento não era eficaz. Então, o que eu sempre recomendei era que a gente tivesse estudos clínicos para que a gente pudesse avaliar o resultado. No caso dum estudo que mostra que o remédio não funciona, a gente tem que rever o protocolo, não é? Se eu não me engano, a Organização Mundial de Saúde, em 5 de junho, coloca que a hidroxicloroquina e a cloroquina não deveriam ser recomendadas. Então, a minha postura, a minha posição é sempre muito objetiva e simples: se você tem uma validade científica que mostra o uso, você recomenda; se não, não.

A partir do instante em que você tem dados que apontam que não funciona, o ideal seria rever o protocolo. Então, aí tem que ver se esse uso está sendo usado na pesquisa, se não é na pesquisa. É aquela coisa... Porque o que acaba acontecendo é o seguinte: como eu trabalho tudo com complexidade no detalhe, quando eu dou uma resposta, eu acabo não conseguindo não trazer essa complexidade na resposta. Porque o sistema de saúde é absolutamente complexo, é muito detalhe. Então, não tem como eu trabalhar problemas que envolvem muitas - como eu vou dizer? - variáveis ou muitas situações sem tentar minimamente trabalhar com o mínimo de complexidade a resposta.

Então, sendo objetivo com o senhor, é o seguinte: a partir do instante em que eu tenho um dado que mostra que não funciona, o ideal é que você não continue. E uma coisa que também eu uso na prática é o seguinte: você tem várias agências que fazem isso, que estudam isso. Quanto mais consenso é isso, mais natural que aquilo seja a verdade em relação a uma droga ou a uma tecnologia. E, aí, seguir essa orientação, para mim, é a condução adequada, entendeu? Por isso, essa é a forma como eu trabalho.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Sim, mas, na prática, só para esclarecer, foi um erro ou um acerto a utilização da cloroquina para esse tratamento?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Enquanto a cloroquina fazia, era estudada e você não sabia o resultado, não sabia o quanto ela era benéfica ou não, você está diante de uma situação de dúvida. A partir do instante em que você tem o resultado, o uso eu colocaria como errado, porque você já tem um dado que mostra que aquilo não funciona. Então, são dois momentos distintos: um é até você ter a informação; outro, depois dela.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou passar para a Senadora Leila Barros...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Oi?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Um minuto, só um minutinho a V. Exa.

Eu queria só prestar a minha solidariedade ao colega Nelson, porque realmente ele entrou, na minha opinião, numa fria, aceitando ser Ministro da Saúde e, passando um mês, sendo demitido.

Quando o Nelson entrou aqui, eu o vi entrando, fiquei até com... Para lhe prestar solidariedade, porque realmente foi uma coisa... Um mês só e ser demitido porque não aceitou que fosse receitada uma droga pelo Presidente da República para todo o Brasil é uma coisa...

Eu ouvi há pouco o Senador Girão falando que a hidroxicloroquina é antiviral. Nunca foi antiviral. É para um protozoário, malária, o *plasmodium*. Eu fico olhando assim... Esses caras não se formaram em Medicina, não ficaram no banco, não fizeram residência, não estudaram nem química, nada disso, e receitam, assim, na maior... Sabem como é? "Não, pode tomar porque não tem nenhum problema". Dizem que não tem efeito colateral nenhum. A hidroxicloroquina tem efeito colateral no coração. A ivermectina é neurotóxica. Se tomar uma droga, tomar ivermectina com uma quantidade maior do que está prescrito, ela é neurotóxica, dá problema no fígado. Como é que se receita desse jeito?

Então, o que eu defendo é que cada um tenha o seu espaço. Por exemplo, o Presidente da República, se ele falar sobre o Exército, eu vou respeitar. Ele entende do Exército. Mas se ele falar de Medicina... Pelo amor de Deus!

Então, quando o meu colega, Dr. Nelson, entrou aqui, eu vi os seus passos na direção, eu fiquei com pena do meu colega...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Estou-lhe prestando solidariedade, porque não é fácil assumir um ministério e, com 30 dias, ser demitido do ministério porque não quis concordar com a receita dada pelo Presidente da República, que é um membro, um ex-membro do Exército Brasileiro, com todo o respeito que tenho pelo Exército.

Por isso que eu queria lhe prestar solidariedade...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... pelo momento difícil que você passou, meu colega, sobretudo naquela fatídica reunião do passa a boiada, porque aquilo... Quando eu via o seu rosto na televisão eu ficava com pena do que você estava passando ali. Eu, por exemplo, se estivesse naquela situação – aliás, eu nunca aceitaria ser ministro do Bolsonaro –, sairia naquele mesmo momento, porque o senhor passou uma dificuldade. Eu vi que você não aceitava o palavrão, não aceitava a agressão, que não era um ambiente de palavrão nem de agressão daquela natureza.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, minha solidariedade. Espero que você nunca mais passe por esse momento de aperto que você passou na sua vida.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Desculpa só por ter intervindo na fala do Senador Otto. Foi porque eu achei que não tinham concluído, que a lista dos titulares não tinha sido concluída. Eu estou aqui para aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Senador... Só para... Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Não, o senhor pode falar quanto o senhor quiser, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Angelo Coronel, depois, de forma remota; Senador Alessandro Vieira; Senador Marcos do Val, de forma remota; Senador Rogério Carvalho; Senador Luis Carlos Heinze; Senador Fernando Bezerra, já como membro da CPI.

Oi, Senador?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Este Senador, Presidente. Eu queria 20 segundos só, se V. Exa. me permite.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Eu posso aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só estou dizendo aqui quem vai falar, os próximos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Vinte segundos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) - Senadora, se me permite.

Ministro Teich, o senhor pediu demissão, não é?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) - Isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - O senhor não foi demitido; o senhor pediu demissão, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É, eu pedi para sair. Eu pedi para sair.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Parlamentares não membros: Senador Fabiano Contarato e Senadora Zenaide Maia, de forma remota, os dois, após a gente ouvir os Senadores que estão inscritos.

Então, Senadora Leila, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente. Agradeço também aos membros desta Comissão a oportunidade de falar pela Bancada Feminina.

Ministro Teich, agradeço, em nome desta Casa, a sua presença e a sua disponibilidade por estar respondendo, de forma muito tranquila, aos questionamentos aqui de todos nós, Senadores, membros titulares, suplentes e os que estão participando.

Sobre os meus questionamentos, numa entrevista que o senhor deu à CNN, no dia 27 de dezembro de 2020, o senhor afirmou: "Ficamos para trás em relação ao mundo, principalmente em relação aos países ricos, mas também àqueles que se assemelham ao Brasil do ponto de vista econômico". Segundo: "O Presidente deixou muito clara a posição dele, e ele não vai mudar de posição. Ele não quer ser uma liderança da vacinação no Brasil. Não adianta ficar reclamando". E a terceira: "A pergunta hoje é: se o Presidente não quer assumir a liderança, como é que a gente conduz para ter o que é necessário para o País sem a liderança dele?".

Eu pergunto ao senhor: na sua opinião, no cenário da maior crise sanitária da história do País, quem tem a responsabilidade e as condições necessárias para assumir a liderança? Pode o Presidente da República não querer assumi-la?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Eu coloquei aqui antes: para mim essa liderança tem que ser do Ministério da Saúde e, indiretamente, tem que ser do Governo como um todo. Então, essa é a minha posição. Essa liderança deveria ser do Ministério da Saúde e do Governo como um todo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k., mas só dizendo que o senhor citou isso à CNN no dia...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, mas isso é correto. Eu confirmo 100% do que a senhora comentou.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma entrevista à CNN, o senhor citou seis itens que considera essenciais para a vacinação: liderança, coordenação, planejamento, estratégia, informações e poder de execução.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu acrescentei comunicação. Eram sete.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Perfeito.

Perguntado sobre em quais deles o Brasil falhou, o senhor respondeu: "Erramos em todos".

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Perfeito!

Perguntando sobre em quais deles o Brasil falhou, o senhor respondeu: "Erramos em todos". O senhor pode elaborar sobre como, por quais razões e por responsabilidade de quem nós falhamos em cada um desses sete itens?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Essa situação desses sete itens que eu coloquei é uma situação em que você tem uma gestão perfeita, tá? O meu diagnóstico, o que eu vi é que hoje isso não existe, em função de como o sistema foi se ajustando ao longo do tempo. A grande parte dos pontos da saúde é resolvida em nível estadual e municipal. Só que a Covid traz a necessidade... É uma sobrecarga que demanda realmente liderança e coordenação, porque você tem que ter uma definição de estratégia, de planejamento, tudo isso. E isso não aconteceu porque o sistema não tinha uma preparação prévia para atuar dessa forma.

Então, neste momento, eu não estou dizendo que é culpa deste Governo ou de um governo anterior. Eu digo que é como o sistema se colocou, porque essa combinação aí é muito difícil. Ela acontece - a senhora vai entender o que eu estou falando muito bem - em alta *performance*. Isso aí é construído ao longo do tempo. Liderança, coordenação, isso tudo vai acontecendo. Você não consegue isso por decreto. Você vai sendo... Eu digo sempre que o líder é aquele que é melhor estar com você do que estar sozinho. Então essa liderança é conquistada. Mas, como a gente nunca teve uma necessidade tão grande ao longo dos últimos anos, acho que isso não aconteceu. Não houve essa necessidade. Só que isso, para mim, é o que a gente tem que aprender com a Covid para construir daqui para frente. Entendeu? Mas esses pontos eu acho que são fundamentais para uma gestão de alta *performance*.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Perfeito!

O ex-Ministro Mandetta falou ontem do desinteresse do Ministro da Economia - eu sei que o senhor já respondeu, mas eu gostaria de questioná-lo sobre mais uma situação - em relação à pandemia do ponto de vista da saúde e da falta de cooperação e parceria por parte daquele ministério.

Como foi a sua relação como Ministro com o Ministério da Economia? O senhor obteve daquele ministério mais ajuda ou teve dificuldades para o enfrentamento da pandemia?

Eu sei que o senhor esteve lá por pouco tempo, mas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não! No período em que eu lá estive, a gente tinha o recurso necessário disponibilizado para poder atuar. Então, até por isso, não houve uma necessidade grande de eu interagir com o Ministro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas as equipes interagiam?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sempre existe interação de equipes. Você tem... Agora não existia a necessidade de uma interação específica para alguma coisa, porque a coisa, pelo menos do ponto de vista de recurso vindo do Ministério da Economia, estava acontecendo. Então, naquele momento em que você tem um monte de problemas para resolver, quando você não tem uma área que não é um problema naquele momento, ela acaba ficando em segundo plano, porque você não precisa fazer alguma coisa naquele momento. Entendeu?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Alguns colegas Senadores falaram ontem de países que tomaram caminhos diferentes quanto ao enfrentamento da crise, inclusive com base na tese da imunidade de rebanho, como foi o caso da Suécia, da cidade de Milão e do Reino Unido no começo. Porém, sabemos que, nesses locais onde se optou inicialmente por uma postura mais cética em relação ao isolamento social, em algum momento os governantes reconheceram o seu erro e mudaram a estratégia.

Eu sei que o Senador Humberto perguntou isso, mas eu tenho um questionamento: em algum momento, o senhor, como Presidente, ou melhor, como Ministro – perdão ! –, se convenceu dessa tese?

E, na sua opinião, por que no Brasil o Governo nunca reconheceu que errou, que a tese de imunização de rebanho falhou?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Essa tese de imunidade de rebanho, em que você adquire a imunidade através do contato, e não da vacina, isso é um erro. Então, a imunidade você vai ter através da vacina, não através de pessoas sendo infectadas. Então, isso aí não é um conceito correto.

Então, o que acabou acontecendo – eu até comentei antes – é que você teve nos lugares uma sobrecarga dos sistemas, porque você teve muito mais casos que o sistema podia receber. Isso é mais um item que deixa claro como é importante você já estar preparado gerencialmente para enfrentar uma pandemia, entendeu? Isso é mais uma coisa que a gente vai ter que aprender. Mas essa imunidade de rebanho, através de infecções, não, isso é um erro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Presidente, e obrigada, Ministro, pelas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De forma remota, Senador Marcos do Val...
(Pausa.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, o Angelo pediu para retirar a assinatura. Por isso que eu vou chamar uma outra pessoa, de forma remota; depois, V. Exa. O acerto foi um presencial e outro de forma remota, tá?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, boa tarde a todos. É um prazer muito grande estar falando aqui.

Bom, eu vou querer fazer algumas perguntas rápidas aqui ao Ministro.

É muito questionável, quando fala da hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina, que eram remédios que não precisavam nem de receita nas farmácias, eram vendidos há mais de 50 anos, e somente agora passaram a ser um problema a gerar ataque cardíaco – sempre geraram, mas numa medida bem baixa, e isso eu ouvi de vários médicos. O meu questionamento dentro disso é que alguns médicos – ou uma boa parte dos médicos – defendem e querem ter a liberdade de receitar o tratamento precoce e outra parte dos médicos condenam plenamente, dizendo que isso não tem efeito nenhum e que é charlatanismo.

Então, eu queria, dentro da Medicina – eu sei que é difícil um conceito comum, geral, até porque cada um vai para sua especialidade, porque acredita que, na sua especialidade, ele tem um melhoramento, um rendimento melhor... Mas isso é questionável, porque existe um grupo expressivo de médicos brasileiros que são favoráveis ao tratamento precoce, têm números, comprovam, estão trabalhando dentro dos hospitais utilizando, mas não em casos graves, em início de sintomas. Quero deixar claro isso e também que, quando o Ministro se posiciona contrário, se posiciona contra toda a categoria médica, que é favorável. Eu acho que é uma posição muito desconfortável perante seus parceiros de carreira.

Outro fato que eu queria colocar é o seguinte: o brasileiro está questionando o atraso nas vacinas. Eu vi que a primeira vacina que foi aplicada no mundo foi dia 8 de dezembro de 2020, no Reino Unido. A primeira vacina no Brasil foi dia 17 de janeiro de 2021, apenas um mês depois.

Outro ponto que eu queria colocar: a utilização do tratamento preventivo ou tratamento inicial, conforme for, não inviabiliza ou não deixa, como é o meu caso, eu tomo todos os dias... Aliás, repetindo, todos os dias eu tomo vitamina D, vitamina C e, finais de semana, eu tomo uma hidroxicloroquina e uma ivermectina. Isso foi um médico que me receitou, na receita mesmo, fui à farmácia e adquiri a medicação, mas isso não impede de eu ter o meu álcool gel, não impede de eu estar usando máscara, de estar fazendo o meu isolamento social, de estar procurando a vacina. Eu ainda não estou na categoria de ser vacinado. Então, eu estou ansioso para ser vacinado. Então, uma ação não interfere na outra. Se a gente está numa guerra em que a gente praticamente desconhece o inimigo, como dizer que essa tática ou essa munição é a que funciona e a outra não funciona? Nós temos que usar de todas.

E aí eu queria, por último, eu tenho mais duas últimas perguntas. Ao aceitar o seu convite, o convite de virar Ministro do Governo, vendo o Ministro Mandetta saindo, deixando, largando o Governo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e você, assim, assumindo o Governo, o que efetivamente você esperava? E o que efetivamente foi decepcionante?

Última pergunta, Ministro. Durante o período em que você ficou no ministério, se você viu ou ouviu algo no sentido de corrupção, superfaturamento de aparelhos médicos, superfaturamento de testes, recursos que não estavam sendo usados? O senhor presenciou ou ouviu, ou tomou ciência de algum movimento nesse sentido?

Agradeço a disponibilidade e obrigado pela fala, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quem está nos vendo, nos ouvindo - e aí eu vou pedir cautela -, o Senador Marcos do Val falou que toma uma medicação e disse nacionalmente qual é a medicação. Eu recomendo a quem está ouvindo, se for tomar qualquer medicação, por favor, procure um profissional médico para... Não vá pegar a corda, porque, quando a gente fala isso - viu, Marcos? -, como você é referência, às vezes, as pessoas podem utilizar sem saber.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Presidente, só complementando a sua fala, eu deixei claro que eu fui receitado por um médico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois é, não, eu ouvi, por isso que estou aqui fazendo isso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Importante reforçar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Com eu vi que V. Exa...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - É importante reforçar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Porque, quando a gente fala em uma medicação dessa, alguém pode ouvir e vai tomar. Então, ele colocou muito claro que foi receitado, por isso que ele está tomando.

Senador Teich. *(Pausa.)*

Nelson Teich

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) - Senador, em relação à primeira pergunta, eu não sei lhe dizer por que os médicos prescrevem já que existe hoje, dentro das instituições de referência mundial, um consenso em relação aos medicamentos. Eu não posso falar por eles, mas seria... Eu colocaria como inadequada ou errada essa prescrição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que o senhor colocou em relação a... Por que talvez não... Se eu estiver falando a pergunta errada, o senhor me corrija, mas por que não fazer alguma coisa? Primeiro, porque, se a coisa não funciona e pode ter risco, não tem sentido fazer, porque você coloca risco sem agregar benefício.

Em relação aos médicos, eu tenho muito respeito pela classe médica, eu tenho um respeito muito grande, porque eu conheço profissionais de altíssima qualidade, mas o meu maior compromisso é com a sociedade, não é com os médicos.

Em relação à vacinação, a gente realmente começou um mês depois. A gente teve algumas coisas que foram ruins, porque a gente teve aquele atraso da AstraZeneca, em relação àquele erro que eles cometeram na Inglaterra, quando deram metade da dose e fez parar o estudo. Isso atrasou a liberação do medicamento. E a gente teve também um período em que as vacinas eram compradas sob risco, quer dizer, isso foi pelo que acompanhei. O que acontece? Tem um momento em que você não sabe se a vacina funciona e você compra a dose no risco de, se aquela vacina não funcionar, você poder perder aquilo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Vou esperar só um pouquinho...

(Soa a campainha.)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Então... E a gente... Nesse período em que você tem os contratos de risco, a gente tem os países mais ricos investindo pesado na compra.

Por exemplo, o número que eu tenho, que eu vi na mídia, que os Estados Unidos investiram foi de mais ou menos US\$18 bilhões. Isso aí equivale hoje a mais ou menos R\$100 bilhões. Se a gente olhar o orçamento do Ministério da Saúde para 2021, que eu vi que é de 131, dá para ver a diferença de poder que os países têm para tentar antecipar e entrar nesse tipo de contrato de risco.

Eu acho que vale a pena entrar no contrato de risco, mas são cenários. E, depois, você tem as vacinas quando elas já têm a confirmação de resultado e aí você já tem muitas doses já compradas e, quando você entra comprando depois, você entra no final da fila. Então, isso vai explicar por que a gente tem tanta dificuldade nesse momento de receber as doses compradas, não é? Fora todas as incertezas.

Uma coisa em relação à Covid é que ela é cercada de muita incerteza e muitas dificuldades. Então, muita coisa acontece que, no meio do caminho, aquilo muda o cenário, porque alguma coisa diferente aconteceu. Então, por exemplo, se a Índia tiver essa crise, provavelmente a gente tem risco de ter menos insumo ou menos vacina. A gente tem que entender que, em situações mundiais como essa, você está sempre no risco de acontecer alguma coisa que não era prevista. Então, isso tudo fez com que a gente, apesar de ter começado com um mês, ficasse com essa dificuldade que tem hoje.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem um ponto que eu queria colocar, que eu até separei aqui: a gente, nesse momento... Quer dizer, a gente tem hoje, pela Organização Mundial da Saúde, quatro vacinas em Fase IV, mas a gente tem que atentar que existem hoje... Só para vocês terem uma ideia, hoje tem um estudo... Só em Fase III, tem 26 vacinas. E essas vacinas mais novas já vão sendo preparadas para as novas variantes. A gente tem que entender que a mesma incerteza que a gente tinha lá atrás, a gente tem hoje. Então, o fato de a gente... Hoje a gente tem que parar e ver também as vacinas que estão sendo desenvolvidas, além das que a gente tem hoje, porque pode ser que essas vacinas possam ser as melhores opções no futuro. Então, isso tudo é muito importante. Aí já entra na parte de estratégia e planejamento, entendeu?

Então, isso aí é mais ou menos o que eu podia falar. Se tiver alguma pergunta objetiva que eu não tenha respondido, o senhor, por favor, pergunta que eu respondo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Faltou só uma pergunta, Ministro. Na sua entrada, qual era a expectativa que você tinha, ao entrar para ser Ministro, aceitar o convite? E essa expectativa foi frustrada em tão pouco tempo, em 29 dias. E, se durante o período, o curto período em que o senhor ficou, o senhor viu ou ouviu algum comentário, ou presenciou qualquer ato de corrupção, de superfaturamento de equipamento, de testes, algo que você poderia aproveitar o momento e nos repassar.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Bom, a primeira pergunta é... Só para eu lembrar. A primeira é... Ah! A minha entrada.

Quando eu entrei, qual era a minha expectativa? Era ajudar o Brasil. Eu achava que tinha experiência, que tinha formação e que eu poderia trazer uma forma... Eu tinha esperança de trazer uma forma eficiente de abordar não só a Covid, mas o período pós-Covid. E você só consegue saber exatamente as suas oportunidades quando você está dentro. Você não consegue saber as coisas de fora. Até você entrar, só lá dentro é que você consegue entender realmente qual é a sua oportunidade, qual é o recurso que você tem.

Em relação à corrupção, não, porque eu sempre deixei muito claro que... Até porque quanto mais liberdade a gente tinha para gastar, mais rigoroso tinha que ser o processo interno. Então, eu nunca vi nada ligado à corrupção no período em que eu estive lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador Marcos do Val.

Passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, o senhor me perdoe pelo rigor das perguntas, mas é porque a situação exige.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor já manifestou, por várias vezes, ao longo dessa sessão, que é contrário ao uso da cloroquina e hidroxiclороquina para tratamento de Covid, seja precoce ou não. Correto isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Correto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Presidente da República foi informado com relação à sua posição durante a sua gestão como Ministro da Saúde?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Hoje, hoje pela manhã, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, usou as seguintes expressões: ele se referiu a quem é contra a cloroquina e não apresenta alternativas medicamentosas como canalha. Ele disse ou insinuou que essas pessoas atuam por interesses econômicos, no sentido de que teria mais vantagem vender vacina do que vender remédio. E ele voltou a insinuar uma suposta guerra biológica criada, causada pela China.

Eu indago a V. Exa. se o senhor se enquadra em algumas dessas categorias descritas pelo Presidente da República?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não. Não concordo com nenhuma delas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Hoje, Sr. Ministro, nós temos absolutamente claras evidências de que não existe nenhum estudo clínico sério, referendado mundialmente, que aponte no sentido de utilizar esses medicamentos para tratamento de Covid. Correto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Correto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas, mesmo assim, o senhor tem ciência, através da mídia que seja, de que o Brasil fez gastos vultosos com esse tipo de medicamento?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim. Isso eu só sei pela mídia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor afirmou, nesta sessão, Sr. Ministro Teich, que nunca participou de reuniões – nem sequer ouvir falar de reuniões – com técnicos que recomendavam essa ampliação no uso da cloroquina?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Mas o senhor também afirmou que esta foi a motivação principal da sua saída, a causa pontual da sua saída do Ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Então, é possível entender que a responsabilidade pela persistência na indicação de um medicamento para o qual não existe nenhuma referência clínica médica séria no mundo é de responsabilidade exclusiva do Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - É. O Presidente tem a posição dele de defender a cloroquina. Eu saí em função disso, e ele mantém a posição dele.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Mas essa posição é exclusivamente no tocante ao contato que teve com o senhor do Presidente da República? Nenhum outro auxiliar dele serviu de base para essa mesma teoria?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu nunca conversei com ninguém, até para ouvir essa opinião. Eu só conversava direto com o Presidente. Então, nós...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

V. Sa. acredita que o Brasil poderia ter acesso a um volume maior de vacinas com a continuidade das providências que V. Sa. tomou durante a sua gestão? - o início do contato com a AstraZeneca, o andamento do contato da Moderna, Janssen. Enfim, seria possível ter mais vacinas do que o Brasil dispõe hoje?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu acredito que sim se a gente tivesse entrado nas compras de risco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - São duas coisas distintas: uma é o consórcio, que é o do Covax Facility, que a gente poderia ter adquirido doses em maior quantidade; e a outra é daquela fase que eu falei em que você pode fazer compra no risco: que, se a vacina não dá certo, você perde.

Isso eu acho que é uma discussão que tem que... Esse tipo de posição eu acho que tem que ser uma posição Brasil, porque é um grande volume de dinheiro, onde você coloca no risco. Eu acho que aí você tem que ter uma posição Brasil - não pode ser só Ministério da Saúde.

Mas, tendo uma estratégia mais focada em vacina, provavelmente a gente teria tido mais vacina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que tomar só... Tentar trazer também para... Essa é a minha posição, mas, a situação que existe hoje, a gente tem que lembrar que as vacinas, em média, levavam dez anos para serem desenvolvidas – a mais rápida levou quatro –, e o que aconteceu em relação à Covid foi um negócio... É totalmente fora do padrão, não é? Então... Mas eu acho que, numa estratégia onde a gente tivesse foco na vacina, a gente provavelmente teria um acesso maior e mais precoce à vacinação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O contrato firmado com a AstraZeneca – o senhor tem conhecimento – é um contrato da modalidade que o senhor descreve como contrato de risco: foi firmado antes do encerramento da pesquisa. É isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu não sei lhe dizer. Eu acho que ele foi firmado em junho... Eu não sei a data, eu sei que tem uma data onde ele é firmado, eu já não estava mais no ministério. Mas eu... O contrato original com a Astra, eu acho que ele é, se eu não me engano, um contrato de risco.

E aí eu queria até, Senador, só rapidamente, um comentário. Quando fechei a vinda das vacinas do teste, eu fechei com a Oxford. A AstraZeneca nem estava envolvida, só para o senhor saber. Eu fechei direto com a universidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Durante a sua fala, o senhor se referiu a vacinas e contatos que o senhor teve, mesmo que incipientes, com a Oxford, com a Moderna e com a Janssen, subsidiária da Johnson & Johnson. O senhor não se referiu à Pfizer. Tem algum motivo para isso? Ou é só...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A Pfizer, na época, não tinha essa disponibilidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Por fim, como nós temos um bocado de tempo disponível, eu queria que o senhor aproveitasse para esclarecer, mais uma vez, para quem acompanha a CPI e para os colegas Senadores e Senadoras a diferença que existe entre autonomia do médico, na sua relação com o paciente, e o desenvolvimento na política pública com gastos elevados baseados em teorias que não têm nenhum tipo de lastro científico sério. É preciso fazer a diferenciação porque, infelizmente, parece que ainda não entenderam.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Numa prescrição médica em que você compra o remédio – embora eu questione a posição técnica –, isso é um direito do paciente, seja por que motivo for, de comprar o remédio. Quando você fala em dinheiro público e como a gente não tem volumes grandes de recursos comparados ao que a gente precisa, aí eu acho que você não pode usar em coisas que você sabe que não funcionam.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Como última pergunta, Sr. Presidente, as ações e omissões do Governo Federal, que claramente não seguiu esse diagnóstico que o senhor fez nos 29 dias em que teve disponibilidade... O Brasil não teve uma liderança nacional, o Brasil não teve uma política de isolamento, de testagem, e chegamos a este quadro de hoje: mais de 411 mil mortos. A pergunta é: essas ações e omissões contribuíram para acelerar o processo de disseminação do vírus ou, pelo contrário, não contribuíram para retardar essa disseminação?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, isso cai dentro daquela situação em que eu precisaria de um dado científico e técnico para responder. Isso é uma pergunta que... É uma opinião em cima de uma situação que eu acho grave. Então, essa aí... Sem alguma base científica, eu não tenho como lhe responder.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Qual seria a base científica indicada para ter essa resposta, porque ela é muito importante para a CPI?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acho que você tem estudos que você pode avaliar... Hoje existem grupos no mundo que estão estudando o impacto das iniciativas e das não iniciativas.

Eu vou dar um exemplo simples, que é o seguinte. Digamos que eu tenho um lugar em que eu tenho muito câncer de pulmão e eu resolvo controlar, melhorar o problema de câncer de pulmão naquela região. Aí vem um estudo para mim que diz que quem usa isqueiro tem mais câncer de pulmão. É óbvio que não é o isqueiro, é o tabagismo, mas qual é o problema prático? Quanto mais complexa é a situação, mais desinformação você tem, mais incerteza, mais difícil é você entender o que é cigarro, o que é isqueiro. Qual o problema prático para as políticas? Se eu não consigo enxergar o que é que é realmente a causa, em vez de eu fazer uma política para combater o tabagismo, eu solto uma lei para proibir venda de isqueiro.

Existem hoje grupos no mundo que estão tentando entender exatamente o que faz diferença.

Vou até dar um exemplo para o senhor. Eu tenho acompanhado a evolução de vacinação no mundo. A Bloomberg tem uma página onde ela bota num gráfico a evolução da vacinação e a evolução de casos novos. O senhor vai olhar... Às vezes, não tem correlação. Então, por exemplo, Seychelles agora, que é o lugar que mais vacinou no mundo, está tendo que fazer bloqueio. Você pega Maldivas, quanto mais vacina mais caso tem. Você pega o Chile, não teve sucesso. Quando você pega, por exemplo, Reino Unido e Estados Unidos, quando você vê a queda da curva, eles tinham vacinado um percentual muito baixo da população. Então, a pergunta hoje é: o que realmente faz diferença?

É por isso que eu falo que hoje existem métodos de pesquisa que tentam ver pesquisas desse tipo nessa linha. Aí, no caso, eu traria especialistas para fazer isso. Não sou eu a pessoa que vai lhe dar informação técnica de uma metodologia detalhada, mas eu sei que tem pesquisadores que têm condição



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de avaliar e desenhar esse tipo de estudo. E acredito que esteja sendo discutido em centros de pesquisas no mundo já.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agradeço pela sua fala.

E só registro: V. Sa. não é nem agente comunista da China, nem um corrupto contumaz, nem um canalha. V. Sa. é um médico muito bem qualificado que fez um grande esforço pessoal, assumindo uma missão difícil num momento difícil do Brasil. Então, parabéns pelo seu verdadeiro patriotismo!

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ser patriota não é usar uma farda ou fazer patriotada; é defender o seu País além e fora do seu interesse pessoal, que foi o que o senhor fez. Então, parabéns e muito obrigado em nome dos brasileiros!

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro. Inclusive cumprimento V. Exa. pelas perfeitas inquirições, a melhor até agora nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vamos passar ao Senador Rogério.

Só para confirmar uma informação, Dr. Teich, o senhor havia dito aqui que não participou de nenhuma reunião com o Presidente da República sobre o uso da hidroxicloroquina, correto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não. Em reuniões com ele, eu falei sobre o remédio. Eu tinha a minha posição clara de que eu não ampliaria o uso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Mas teve ou não teve reunião sobre o assunto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Teve reunião em que esse assunto foi falado. Se o senhor considerar isso uma reunião sobre o assunto, a resposta é sim, tive, tá?

Só para deixar claros alguns conceitos, você pode estar com a pessoa, e ela fazer um comentário. Então, se um comentário significa ser uma reunião, a resposta é sim, tá? Só para a gente deixar isso bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Teve uma reunião com uma pauta específica sobre esse tema?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sobre essa pauta específica, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- E a reunião do dia 23 abril de 2020, que consta em sua agenda, às 10h, que tem a seguinte pauta:
"Reunião com o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, local Palácio do Planalto, Gabinete do Presidente da República, 3º andar, apresentação de estudo sobre o uso da cloroquina no combate à Covid-19. Participantes: Denise Viana, Secretária de Ciência e Tecnologia; Ministro Walter Braga Netto; Ministro Luiz Eduardo Ramos; Deputado Vitor Hugo; Deputado Hiran Gonçalves; Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira; e Mauro Luiz de Brito Ribeiro, do CFM".

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Essa reunião foi a reunião em que o CFM leva para o Presidente o documento onde ele amplia a autorização de uso da cloroquina.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Então, ocorreu essa reunião?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Essa reunião era com essa pauta?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Essa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O CFM fez isso nessa reunião?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Fez.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Então, houve. Desculpa.

A reunião do CFM, sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Então ocorreu?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Houve sim. Então, pode colocar que sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Mudo o que eu falei. Houve.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Dr. Teich.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só para esclarecer.

Desculpe estar interrompendo, Presidente. Só para esclarecer: o Ministério Teich fala que não houve reunião técnica para discutir o uso da cloroquina; houve uma reunião do CFM e que foi discutido esse assunto que era a ampliação do uso da cloroquina. Não houve uma discussão técnica com estudos, com impactos e tal sobre os efeitos da cloroquina ou não, até porque o Ministro revelou que à época tinha muito dúvida, porque não se tinha nenhum estudo conclusivo sobre o uso da cloroquina. É só para poder colocar no horizonte temporal.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, só um comentário. Não foi uma reunião para discutir; foi para o CFM apresentar o documento ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Senador Rogério Carvalho, o depoente... Serão 15 minutos para sua exposição, para os seus questionamentos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Relator, cumprimentar o Ministro Teich.

Em primeiro lugar, quando se trata de controle de doenças infecciosas, existem tecnologias da saúde pública bastante conhecidas. E as tecnologias da saúde pública são as vigilâncias, principalmente a vigilância epidemiológica, que tem suas técnicas, dentre elas nós temos os bloqueios, bloqueios de aeroportos, bloqueios de entrada e de contato.

Quando você não tem conhecimento sobre uma doença, do ponto de vista sanitário, você tenta, ao máximo, evitar que uma pessoa contaminada ou infectada entre em contato com pessoas não infectadas. Essa é uma regra básica, universal, cientificamente aceita, não há discussão sobre isso.

Nós tivemos, no mundo, países que fecharam suas fronteiras, tiveram alguns casos, tiveram transmissão comunitária, fizeram o isolamento e conseguiram conter a expansão da pandemia com muita eficiência. Nós também, apesar de não termos feito de forma sistemática e contínua, mas, toda vez que nós reduzimos o contato e isolamos, há um efeito na redução de casos novos, no número de doentes e no número de mortes. Então, não há dúvida de que, do ponto de vista epidemiológico, do trabalho de controle da expansão da pandemia, essa técnica está assentada sobre uma regra universal que funciona. Ponto! Eu estou afirmando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, o que nós vimos, do início da pandemia até agora, é uma ação deliberada – e eu tenho aqui registros do Osmar Terra, que era Ministro do Desenvolvimento Social, dizendo que tinha que deixar as pessoas expostas. Essas mesmas falas do Ministro Osmar Terra foram reproduzidas, e eu vou encaminhar para o Relator da CPI todas as gravações em que o Osmar Terra... E já fiz um requerimento para convocar o Deputado Osmar Terra para prestar esclarecimentos à CPI sobre por que ele disse, o tempo todo, que, em 14 semanas, baseado em que, essa pandemia se extinguiria; baseado em que haveria imunidade de rebanho, deixando as pessoas se exporem a um vírus do qual ninguém sabia da gravidade, ninguém sabia do seu potencial de letalidade.

Então, eu acho que aí temos um problema. E um problema... Se a gente pode falar de flagrante delito, nós temos um flagrante delito, ou seja, um delito continuado do Presidente da República, porque, ainda hoje – ainda hoje – ele declara que vai fazer um decreto para acabar com as restrições impostas por Prefeitos e Governadores, impedindo que aquilo que se mostrou mais eficaz na expansão do contágio e da pandemia, que é o isolamento social, deixe de acontecer. E ele faz isso desde o começo da pandemia.

Outra questão que eu queria trazer para reflexão é que os estudos atuais mostram que no cromossomo 6 tem alguns genes já identificados que estão associados com os casos graves, que tem um componente genético, porque a Covid – e o senhor, como médico, sabe – é uma doença inflamatória com uma característica de doença autoimune muito potente, o corpo agredindo o próprio corpo, por uma reação provocada por um vírus – ainda que seja provocada por um vírus. E a cloroquina, ao que me parece, não tem ação anti-inflamatória comprovada, eficaz, e nem tem ação antirretroviral. Toda a terapêutica que me parece estar dando resultado são aquelas que se dão a partir da associação de anti-inflamatórios – o corticoide –, o anticoagulante, porque o processo inflamatório gera um processo de coagulação, pode gerar um processo de coagulação por roubo de carga na cascata de produção da reação anti-inflamatória e você pode ter coagulação intravascular disseminada, e hoje a gente já percebe o uso de anti-inflamatórios utilizados em doenças autoimunes, como artrite reumatoide, que dialoga com a fisiopatologia da doença. Então, me parece que a gente está negligenciando completamente toda a produção de conhecimento sobre a epidemia, a pandemia, como ela se expande e o tratamento da doença.

A pergunta que eu faço para o senhor: existia no Ministério da Saúde, quando o senhor chegou, além da Conitec... A Conitec não é uma comissão específica para a Covid, é uma comissão para a incorporação de novas tecnologias no rol, na lista de ações e serviços de saúde e insumos que o ministério oferece, para garantir a integralidade. Havia uma comissão técnica para definir protocolo de tratamento contra a Covid? Essa é uma pergunta, e já podia responder, que aí eu termino aqui a minha indagação.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – A gente tinha um acompanhamento diário de tudo que estava surgindo no mundo em relação a tratamento. Naquele momento, a gente não tinha qualquer medicamento, mesmo a dexametasona, que foi apresentada depois, que tivesse mostrado benefício contra a Covid. Isso que o senhor está falando é já o quadro que evoluiu para o quadro inflamatório, que é o doente mais grave, que é a exceção, mas naquele momento em que eu estava, já



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha um grupo que trabalhava diariamente o que estava saindo na literatura, mas não existia naquela época um medicamento que fosse cientificamente comprovado como eficaz em qualquer das fases, mesmo na fase mais grave.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Mas, Ministro, o senhor há de convir que nós estamos já há um ano, muito se evoluiu, e nós continuamos defendendo... Nós que eu digo, o Governo continua defendendo o uso de uma droga que já foi descartada por vários estudos feitos por vários centros de que não tem nenhuma eficácia nem contra o vírus nem no tratamento da doença, não é isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Então, pronto.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria aqui também trazer mais duas informações que corroboram...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador Rogério, é rápido.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Guarde meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Está preservado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) - Os estudos que V. Exa. mencionou que não comprovam a eficácia da cloroquina são de quando?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - São estudos que têm... São vários estudos randomizados de duplo-cego que foram feitos por vários...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Mais ou menos em abril...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Do ano passado.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - ... em doentes hospitalizados. Tem um estudo do Jama, tem um estudo do New England...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Eu posso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Por favor, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Eu queria pedir para vocês, se puderem, perguntarem para ele o seguinte: se ele poderia detalhar essa reunião da cloroquina? Algum detalhe, algum bastidor, o que marcou na memória dele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A outra coisa para perguntar era se...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O Relator está se referindo à reunião do dia 22 de abril...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) - Vinte e três.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Vinte e três de abril.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Se podia detalhar algum aspecto, quem falou, quem estava presente, o que é que discutiram.

E uma outra coisa: se a pessoa que teria levado o plano de comunicação teria sido o Hugo Braga?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, não foi o Hugo. O Hugo eu saberia. Foi uma pessoa que trabalhava lá, mas não era o Hugo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor se submeteu à quarentena? Porque ontem o Mandetta disse aqui que foi condenado a uma quarentena de 140 dias, e que os outros ministros não passaram por quarentena.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Quarentena profissional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Profissional. O senhor passou por quarentena?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não passei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E a última pergunta: o senhor ou suas empresas têm contrato com o Governo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Não, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nunca teve?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Nunca tive.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Obrigado, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Só para o depoente poder responder, porque inclusive ele deseja responder, Líder Fernando.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senador, em relação à reunião do dia 23, foi uma reunião onde o Presidente do CFM, essencialmente, apresenta um documento onde o CFM valida o uso de cloroquina em pacientes com doença leve a moderada, desde que de acordo com critério médico. Essencialmente, foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - E a consequência da reunião?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - A consequência da reunião foi que esse documento do CFM se torna público e isso passa a ser uma posição do CFM.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpellar.) - Voltando aqui, Presidente.

Então, nós estamos diante de um delito continuado por parte do Presidente, porque ele insiste em manter ou em aglomerar ou em impedir a medida mais eficaz de combate à pandemia, que é o isolamento, quando nós temos suscetíveis... Ou seja, nos inquéritos que foram feitos... Inquérito é você testar a população ou parte da população para ver qual percentual já tem imunidade ou tem IgG... IgG?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) - É IgG e IgM, dependendo da fase.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - IgG.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - IgG, IgM e IgA, os três.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - IgG?

E menos de 20%, 25% em alguns casos... Nós temos 75% da população suscetível.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Manaus tinha menos de 25.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Manaus, que teve a segunda onda, menos de 25! Portanto, nós temos 75% da população suscetível. Se temos 75% da população suscetível, o risco de uma terceira onda... E a necessidade de manter isolamento de alguma forma e de proteção é premente, ela não está extinta.

Então, eu queria aqui concluir dizendo que nós estamos diante de uma ação – e eu vou repetir – dolosa por parte do Governo central que é manter uma determinada linha que expõe a população brasileira ao risco de se contaminar.

E, por fim, Presidente, queria dizer aqui que a informação de que nós tínhamos 560 milhões de doses contratadas... Foi agora confirmado que são 280 milhões de doses, metade, o que significa que vacina metade da população brasileira, nós não temos vacina para toda a população brasileira.

E também queria deixar uma última pergunta para o Ministro. O senhor avisou ao Presidente da República na reunião, ou disse em algum momento numa entrevista no dia 20 de abril de 2020, que nós poderíamos ter uma segunda onda de Covid-19? O senhor confirma essa declaração que o senhor deu e que, depois, nós vimos que aconteceu? O senhor deu essa declaração, não foi? O senhor informou ao Governo que poderíamos ter uma segunda onda.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É, o que eu... Isso era uma coisa que eu falava... Quer dizer, eu colocava isso claramente, porque... O que acontece? Como a gente tem um desconhecimento da doença... E o que está acontecendo agora, por exemplo, é a evolução das variantes, que, em minha opinião pessoal, eu acredito que tenham impacto grande nas novas ondas, e você vê que isso pode evoluir com novas variantes em cima das variantes. Então, a mensagem que fica é que a gente não sabe como vai evoluir. A gente vê o mundo alternando os epicentros da doença entre os diferentes países. É pouco provável imaginar que isso vá acabar agora. Então, a gente não sabe exatamente onde vai acabar. A gente vê as vacinas surgindo, a gente vê vacinas que, quando são testadas em países que têm cepas, em algumas delas mostram eficácia menor. Então, existe ainda um grande grau de incerteza. Então, a gente hoje tem que se comportar como deveria ter se comportado desde o começo e, aí, a gente ainda tem algumas agravantes, porque a necessidade de informação aumenta, porque agora você tem que conhecer quais são as variantes, como é que elas evoluem, como é que elas estão sendo distribuídas, como é que elas respondem à vacina, como é que elas respondem à reinfeção e como é que elas podem caminhar. E a gente passa a ter necessidade de uma coisa que vai ser uma rotina daqui para frente, que é um laboratório de avaliação genética, para a gente poder fazer o mapeamento genético, até para ver como é que essas variantes e essas evoluções vão acontecer. Isso vai ser fundamental para a estratégia e o planejamento do enfrentamento da Covid. E eu quero deixar claro: a gente está no meio dela e a gente não sabe nem quando vai acabar nem o que vai acontecer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a mensagem que eu deixo aqui é a mesma que eu coloquei antes: existe um nível de incerteza muito grande. É gestão em tempos de absoluta incerteza e desconhecimento do que pode acontecer amanhã.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Esta Presidência vai suspender por cinco minutos, para um *pit stop* necessário ao Ministro, para ele também fazer um rápido lanche ali atrás, e aí nós retomaremos em seguida. Na ordem, os próximos são: Senador Luis Carlos Heinze; Senador Fernando Bezerra, agora como membro desta Comissão, para nossa honra; Senador Fabiano Contarato, no sistema remoto; Senadora Simone Tebet; e Senadora Zenaide Maia - esses três últimos como não membros.

A sessão está suspensa por cinco minutos.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Obrigado, Senador.

(Suspensa às 14 horas e 49 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 57 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Retomando, então, os trabalhos, passamos, pela ordem dos inscritos, ao Senador Luis Carlos Heinze.

V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sr. Nelson Teich, ex-Ministro, é um prazer estar conversando com o senhor. O senhor foi Ministro por um período, já estava no Governo e, quando Ministro e médico que o senhor é, o senhor não recomendava hidroxicloroquina. Havia algum tratamento específico que o senhor recomendava, quando inúmeros médicos usaram esse procedimento? Ou era para ir para casa e tomar paracetamol ou dipirona?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) - Senador, naquele momento, a gente não tinha uma droga específica para a Covid. A minha preocupação na época, que inclusive foi um dos braços que eu levantei - eu disse ao senhor que eram cinco pontos, quatro foram colocados ali -, era justamente você tentar antecipar, de alguma forma, o tratamento. Pela experiência que eu tenho em oncologia, quanto mais precoce o tratamento, maior a chance de cura. Mas essa antecipação você teria... Por exemplo, quando a gente foi para Manaus, a gente viu lá o uso de tendas; para tentar evitar a intubação, a gente vê oxigênio de alto fluxo, que depois foi colocado. Então, existia uma ideia o tempo todo de tentar fazer um diagnóstico mais precoce possível para poder começar a tratar, naquela específica situação, mas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com coisas que já estavam assim... Que podiam funcionar. E aquilo, obviamente, é sempre baseado em acompanhamento, em avaliação clínica. Mas, naquele momento, a gente não tinha um medicamento em que, assim, a base científica mostrasse – base científica que eu digo são essas referências que eu coloquei antes – um resultado positivo. Por isso que eu não recomendava.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor sabe que, quando o Presidente Bolsonaro falou que era uma gripezinha, já tinha sido dito pelo ex-Presidente Trump, dos Estados Unidos, não sei se o senhor acompanhou, e que eles falaram isso – primeiro, o Trump, nos Estados Unidos – quando um cientista renomado mundialmente, Didier Raoult, francês, senegalês, usou esse termo. Dali para cá, Sr. Ministro, ex-Ministro, foi essa guerra política. O Biden e a turma da esquerda, nos Estados Unidos, foram contra o Trump porque ele falou.

O que o senhor viu aqui hoje, embora sua posição seja de médico, é uma guerra política em cima dessa questão. Os médicos têm que cuidar da medicina. Se o senhor é de esquerda ou de direita não interessa; adote o procedimento. Vou lhe mostrar. O Prêmio Nobel da medicina, o cientista francês Luc Montagnier falou na hidroxicloroquina, falou na azitromicina; falou que ele usou. Outro Nobel da medicina Satoshi Omura, do Japão, também falou a mesma coisa. Estou lhe falando em Didier Raoult – cientistas; não são chutadores, não é coisa que não tem fundamentação.

Não sei se o senhor sabe – gostaria de que o senhor me respondesse –, o Ministério da Saúde, na época do Mandetta – não sei se o senhor está sabendo – patrocinou, juntamente com esta Casa e não sei mais quem, que a Fiocruz fizesse uma pesquisa, que foi publicada na *Jama*, atropeladamente.

Senador Randolfe, Senador Relator, eu estou apresentando um requerimento para que nós possamos ouvir os Presidentes da Conep e da Fiocruz, que vêm explicar essa pesquisa. Essa pesquisa – e outra que vou lhe mostrar – tinha um objetivo: criminalizar a cloroquina, e fizeram isso.

Lá em Manaus, na alta dose, 600mg, quatro comprimidos de difosfato de cloroquina – não usaram hidroxicloroquina; usaram cloroquina, que é pior, em pacientes doentes –, duas vezes ao dia, dez dias seguidos, morreram 16 pacientes dos 41 testados. O senhor sabia disso? Baixa dose, 450mg, três comprimidos de difosfato de cloroquina, com redução. Morreram 6 pacientes de 40 testados.

Isso é um crime. Aqui está a publicação da *Jama*, Senador Renan, e essa publicação disse que não prestava, que não funcionava. Fizeram um ato criminoso, e alguém, Sr. Ministro, tem que ser responsável por isso.

Hoje, o Ministério Público de Manaus, lá do Amazonas, está investigando esse fato. O Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, de Goiás e de Minas Gerais já também têm trabalho a esse respeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além desse, Sr. Ministro, há um outro trabalho da *Lancet*. Um artigo foi realizado, envolvendo uma análise com mais de 96 mil pacientes, e concluiu que o tratamento com cloroquina não era eficiente no combate à Covid, na linha de V. Exa., de autoria de Mandeep Mehra, Sapan Desai, Frank... Bom, aqui estão os nomes. Resultado... Pressão de médicos, cientistas do mundo, Senador Renan. O resultado da auditoria revelou tratar-se de uma fraude grave, e os autores foram obrigados a publicar uma retratação no mesmo periódico, *Lancet*. Está aqui, Ministro. Eu não estou chutando, não digo qualquer coisa. Aqui há fatos científicos comprovados.

V. Exa. disse que não tinha condições de receitar. O Conselho Federal de Medicina autorizou médicos brasileiros a usarem o que quisessem. Qual é o tratamento? Ivermectina, cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, vitaminas, sei lá, um pacote de tratamentos que podiam fazer.

É uma guerra, Ministro. Fazer o que nesse momento? Vai para a casa? Vai dormir? Quando estiver mal, vai... E não há leito de intubação, leito de UTI.

Aqui eu tenho uma lista de quase 14 mil médicos – eu vou lhe dar evidências – que usaram esse tratamento e o adotaram do Amapá ao Rio Grande do Sul, os chamados Médicos pela Vida.

Em Rancho Queimado, no Rio Grande do Sul, de 419 pacientes, houve 2 óbitos – 2 óbitos! –, 0,47% de letalidade; em Gramado, no Rio Grande do Sul, de 7.999 pacientes, houve 121 mortes, 1,58% de letalidade; em Ilha Bela, em São Paulo, de 6.052 pacientes, houve 34 mortes, 0,56% de letalidade; em Porto Seguro, Senador Otto, de 18.566 pacientes, houve 153 óbitos, 0,82% de letalidade; em Floriano, no Piauí, de 6.914 pacientes, houve 121 mortes, 1,75% de letalidade; em Porto Feliz, do Prefeito Cássio Prado, que é médico, no Estado de São Paulo, de 6.497 casos, houve 70 mortes, 1,07% de letalidade.

Aqui, Sr. Ministro, há evidências, fatos. É gente que, contrariando as esquerdas e aqueles que eram contra, fez trabalhos. Estou juntando 40, 50 Municípios.

Senador Otto, a Dra. Raissa, do seu Estado, foi criticada...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode falar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Peço a palavra pelo art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode terminar a sua inquirição.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Em seguida, eu concederei a palavra, pelo art. 14, para o Senador Otto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Foi criticada, inclusive, com a Secretaria de Saúde não recomendando. Não havia recursos no ano passado. A comunidade, a sociedade, os empresários bancaram esse tratamento. E o fizeram, e aqui estão os números.

Países, Ministro... Em Marrocos, são 244 mortes por milhão; em Camarões, 41 mortes por milhão; em El Salvador, 329 mortes por milhão; e, no Brasil, 1.929 mortes por milhão. Acho que aqui há evidências em face do que acontece.

Aqui há duas situações que mostram um ataque criminoso a uma substância, e muitos médicos são contrários.

Portanto, é importante que nós possamos ter... Esse é um tratamento, Sr. Nelson Teich, que, como o senhor sabe, não tem recomendação, mas, dentro do Ministério da Saúde, nós temos 99 Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do SUS até fevereiro de 2021, e 73, com pelo menos uma forma de medicamento, só usam *off-label*, e os médicos podem recomendar. Esses médicos perseguidos usaram esse tratamento.

Diga-me a sua posição depois do que eu lhe disse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Teich, por favor...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Em relação ao uso *off-label*, a gente não pode - como vou dizer? -, talvez, misturar as coisas. O uso *off-label* é aquela situação em que você vai usar embora não esteja na bula, mas isso só se aplica a remédios que sabidamente funcionam. Então, são duas coisas distintas: o uso *off-label*...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Aqui funcionaram. Estou lhe mostrando casos que funcionaram!

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Vou responder ao senhor.

Esse material que o senhor tem, eu... Não eu, mas um grupo tem que avaliar... Um grupo neutro tem que avaliar tecnicamente a metodologia desses estudos.

Então, hoje, o que é que eu digo ao senhor? Qual foi a minha colocação? Há instituições que são referência mundial, e eu me baseio nelas. Então, se eu... Ainda mais quando essas instituições conduzem para a mesma orientação, eu fico mais confortável e mais seguro em seguir essa orientação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em relação ao que o senhor colocou, o que eu faria seria uma condução técnica, mas, neste momento, com base no que eu tenho, eu não recomendaria, justamente por eu tratar de instituições de referência mundial.

Respeito as opiniões, principalmente de pessoas de renome, mas isso não é uma razão para eu perder a minha linha técnica de avaliação e liberação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Com relação às vacinas, o Brasil está fazendo o que pode. O Governo já comprou 85 milhões de vacinas, é um problema difícil. Até ontem, acho que o dado era que tinha 44 milhões de vacinados. Apesar das críticas, Ministro, isso é um problema mundial, não é um problema do Brasil. Então, é bom que a gente diga isso. O Brasil está fazendo todo o esforço para poder produzir vacina nossa e também para importar as vacinas que são necessárias para produzir pelo Butantan, pela Fiocruz, enfim, por outros de que nós estamos importando. A Alemanha tem 31 milhões de vacinas, disse ontem, repito hoje ao senhor. Quanto às críticas aqui ao Governo brasileiro, a Organização Mundial de Saúde fez crítica à União Europeia.

Em 1º de abril, foi publicado um trabalho – eu não sei o dado atual agora, de 1º de maio, por exemplo. A Alemanha tem 31 milhões de pessoas vacinadas. Eles estão atrás, e as empresas não entregaram as vacinas. A crítica que... A AstraZeneca, não sei quantos milhões de doses, contrataram e não entregaram. Então, isso não é um problema do Brasil.

Não sei se V. Exa. sabe, o Ministério da Ciência e Tecnologia, hoje, está produzindo vacinas, patrocinando vacinas. Há em torno de dez projetos em andamento, dos quais, o mais adiantado é o da USP, em Ribeirão Preto, e o do Hospital de Clínicas, em Ribeirão Preto – já na Fase II ou III –, para que nós possamos produzir, Senador Bezerra, aqui no Brasil essa vacina. Da mesma forma, a Universidade Federal do Paraná, de Minas Gerais e também de Santa Catarina. Daqui a pouco, Senador Renan, vamos estar produzindo vacinas nossas aqui no Brasil.

E outro trabalho que nós estamos fazendo... Eu foco duas coisas: combate à pandemia com tratamento preventivo... Conforme, Senador Randolfe, eu lhe mostrei ontem, o Estado do Amapá fez um protocolo com diversos produtos, diversos produtos, entre os quais hidroxicloroquina, ivermectina, em vários tratamentos. Está aqui no protocolo: 50, 30, 40 situações, e um deles é isso aqui. É um Estado que fez com o apoio do Ministério Público estadual.

E uma questão importante, só para lhe colocar, nós estamos trabalhando, aqui no Brasil – é bom que saibam e vou repercutir... O Senador Wellington Fagundes levantou uma questão para nós usarmos os laboratórios de medicamento veterinário. Há quatro grandes laboratórios no Brasil que têm condição de produzir 1 bilhão de doses de vacinas. Nós estamos focando, Senador Randolfe, para que esses laboratórios – já discutimos com a Fiocruz, com o Butantan, com a Anvisa, com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Agricultura e com o Ministério da Ciência e Tecnologia – possam produzir vacinas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Escreva o que eu vou lhe dizer, escrevam os colegas que estão aqui: o Brasil terá vacina suficiente – suficiente – produzida por esses laboratórios, para vacinar os 200 milhões de brasileiros duas, três, quantas vezes quiser, porque a pandemia pode permanecer e nós temos que vacinar, no ano que vem, de novo. E o Brasil, Ministro, será exportador de vacina.

Então, o que eu quero colocar aqui: tiremos esta questão ideológica e política, porque o fato é um, o foco é um, é um só. Derrotaram o Trump nos Estados Unidos e querem derrotar o Bolsonaro aqui com essas questões. Agora, o que eu estou lhe falando... Eu sou um técnico, sou um agrônomo. Estudei, estou pesquisando, estou olhando essas questões, o que temos aqui são fatos.

E essa questão criminosa de que essa Lancet se retratou está aqui, se retratou em cima de... Queimou um produto no mundo, um produto que custa R\$50, R\$70. Daqui a pouco, querem vender esse aqui. A Pfizer já está registrando um produto para substituir a cloroquina. O meu, que custa R\$50, R\$60, não vale. Agora, o do Dr. Marcos Rogério, que vai custar R\$500, vai valer. É isso aqui.

Então, infelizmente, Sr. Ministro, alguém está interessado politicamente, estão assassinando reputações de colegas médicos que adotam postura... Dr. Paolo Zanotto, cientista em São Paulo, já tem três processos na USP, porque ele ousou, ousou dizer o que está fazendo. A Dra. Raíssa saiu do hospital lá de Porto Seguro, o Estado a tirou do hospital, porque adotou esse procedimento, resolveu assumir.

Eu tenho aqui 14 mil médicos, 15 mil médicos. E quantos médicos adotam esse procedimento e tem medo? Tem hospitais do Brasil que, se o doutor quiser receitar, ele não pode, é proibido receitar. Como? Por que não? Se ele está dando resultado. Estou lhe mostrando resultados, países e Municípios. Estou juntando aqui, Senador Omar, mais de 50 Municípios brasileiros que adotam esse procedimento e têm resultados positivos em cima do que aconteceu.

Veja, Rancho Queimado, volto a falar, falei ontem e repito aqui. O médico atendeu 1.819 pacientes, 1.819, 419 com Covid, dois óbitos. Sabe quanto ele gastou, doutor? Quarenta e nove mil reais, a Prefeitura de Rancho Queimado gastou. Então, não tem segurança? Como não tem segurança? Um médico reunia Prefeitos, Vereadores, as Lideranças da comunidade e, dessa forma, eles aplicaram o tratamento. Dois óbitos com pessoas de 84 anos – 84 anos! – e ele dá a *causa mortis* dessas pessoas. São evidências, e a Medicina também se faz por evidências o que os médicos, colegas seus no Brasil inteiro, do mundo inteiro estão fazendo. O que nós não podemos é queimar um produto, queimar um produto que é sério, que é certo.

E repito o que disse ontem e vou repetir de novo aqui: morreram 410 mil brasileiros até ontem. Seguramente, se nós tivéssemos tido a coragem de adotar o procedimento, deixado a politicagem de lado, quem sabe não tivéssemos 200 mil mortes no Brasil? De certeza, pelos dados que estou mostrando aqui para vocês, desses Municípios, se nós tivéssemos adotado um procedimento sem a política, sem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminalizar ninguém, seguramente nós teríamos menos mortes no Brasil e no mundo. Os países que adotaram estão mostrando esse procedimento.

A Índia, que adotou o tratamento precoce...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k. Senador, o senhor já ultrapassou mais de cinco minutos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Já vou concluir, não tem problema.

A Índia, que adotou o procedimento, resolveu deixar de lado e adotar a vacina. Olha o surto de reinfestação e voltaram ao tratamento precoce. Tratamento precoce e vacina! Isso é que eu estou preconizando. Vamos trabalhar esse tratamento como coquetel, como o caso que o Amapá identificou, um coquetel de produtos, vitaminas e produtos, "n" produtos, de acordo com o caso. E, quando trata no primeiro dia, no segundo dia ou no terceiro dia, tem sucesso. Agora, pegar um paciente com dez dias, está morto. Por isso, quero dizer, tem doses... O meu trabalho, vacina e também trabalhos precoces e com a Medicina a mostrar enquanto não tiver outras evidências.

Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor está prescrevendo o tratamento precoce?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu fiz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Recomendando?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não, eu fiz. Estou comentando, porque ouço médicos, cientistas; não é da minha cabeça, Senador Renan.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não é da minha cabeça e gostaria que esses médicos...

Já pedi que eles viessem aqui, vão falar, são eles que vão falar. O que eu falo é porque eu ouço médicos falando, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

Eu quero...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente Omar, como o Senador Heinze me citou duas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... eu vou invocar o art. 14, até para responder a ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele também se referiu a mim como falando...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele me citou duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu respeito a opinião de todos. Eu cursei Engenharia Civil por alguns anos e me formei em Engenharia Civil. Agora, o que não dá, Senador Luis Carlos Heinze, é pessoas que nunca passaram na porta de uma faculdade de Medicina quererem saber mais do que um médico.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não. Eu estou falando cientistas. Aqui há cientistas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Senador, o senhor já falou...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui tem sacanagem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se tem sacanagem, o senhor que está dizendo. Eu não estou falando isso, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, está aqui: retratação. Está aqui a retratação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

Eu estou dizendo o seguinte: eu não prescrevo remédio, eu não debato. Tem quem debata isso por mim. Mas eu... Tem aqui, neste Plenário, o Dr. Otto Alencar, tem o Dr. Rogério Carvalho, tem o Dr. Teich, o Dr. Humberto Costa. É impossível eu debater prescrição médica com um deles.

Senador Otto com a palavra, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para explicação pessoal.) – Presidente, muito obrigado.

Eu queria apenas dizer ao Senador Heinze, com todo respeito que eu tenho por ele, que, primeiro, eu não me coloco, Senador Heinze, como alguém de esquerda, muito menos faço politicagem na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Medicina, absolutamente. Eu tenho quase 50 anos de formado em Medicina, fui professor da Universidade Federal da Bahia por concurso, formei vários médicos... E tenho responsabilidade científica muito grande de proferir as minhas opiniões, não por jornais ou capas de revistas – absolutamente! –, na parte científica. Então, eu repilo a colocação de V. Exa. Politicagem é sobretudo posições políticas e de esquerda nesse sentido, até porque meu pensamento foi de centro social, com todo respeito a todas as manifestações ideológicas e doutrinárias.

Agora, leviano é uma doença como a Covid-19, Senador, em que 90% a 95% das pessoas que têm a doença cursam assintomático, leve ou moderado; se tomar um copo de água, é a mesma coisa que tomar um comprimido ou dez ou vinte de hidroxiclороquina. A água é melhor, porque não dá efeito colateral. Então, como 90% a 95% das pessoas cursam dessa forma, não custa nada um charlatão receitar hidroxiclороquina, o doente ia ficar bom de qualquer jeito, e ele diz que foi a hidroxiclороquina que salvou o paciente. V. Exa. deve saber que só mais ou menos 8% ou 5% dos doentes desenvolvem a forma grave, que é a pneumonia virótica, que cursa com microtromboembolia – não sei se V. Exa. sabe o que é microtromboembolia. E parte desses pacientes que desenvolvem a doença... A maioria não desenvolve glicoproteínas. V. Exa. sabe o que é glicoproteínas? Sabe o que é? Não sabe...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... já ouvi falar. Estou ouvindo, estou escutando as pessoas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É anticorpos. Anticorpos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Já ouvi.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só uma parte desenvolve.

V. Exa. é agrônomo, eu não sei se V. Exa. está confundindo aquilo que se faz nos animais com o que se faz nos humanos. Tem uma diferença muito grande. V. Exa. falou até nos laboratórios de bovinos para utilizar em humanos. Pode se readaptar. Mas, certamente, da maneira que V. Exa. falou, com tanta raiva de quem se coloca contra àqueles que prescrevem de forma correta e não são médicos, nesse laboratório de utilização para bovinos, uma vacina antirrábica não ficava inadequada para V. Exa.

Então, isso é o que eu gostaria de colocar, até porque V. Exa. me citou...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... duas vezes sem eu provocá-lo. Então, eu estou respondendo uma provocação de V. Exa., citando Porto Seguro, dizendo que lá teve esses casos. E a informação de V. Exa. é completamente equivocada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por quê? Estão errados os números?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está completamente equivocada!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estão?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Até porque eu já lhe disse e repito agora – V. Exa. não entendeu, paciência! – que para 90% a 95% dos pacientes basta tomar água, porque não desenvolvem a forma grave. Então, se dá hidroxiclороquina e diz: "Não, foi hidroxiclороquina que curou", mas não foi. É porque os doentes cursam assim; só os 5%, 8%, às vezes, 10% cursam para a forma grave.

E, se V. Exa. tiver, por exemplo, a forma grave, que é a pneumonia virótica com microtromboembolia, com obstrução pulmonar, com coágulos, com sangue pisado no coração, o senhor pode tomar uma carreta de hidroxiclороquina que o senhor não fica bom, porque não tem remédio, ainda, de escolha para isso. O remédio de escolha que tem ainda, que dá alguma condição, o ano passado, que é o Remdesivir – o Nelson Teich deve saber disso –, eu mandei, o ano passado, para a Anvisa, no mês de maio, para ser liberado. Liberaram este ano agora, em março deste ano. Estão fazendo a mesma coisa com a vacina Sputnik, que não estão querendo liberar. E tem eficácia a vacina.

Então, eu não conheço, Dr. Nelson, nenhuma virose – não sei V. Exa. – que possa ser evitada por medicamento precoce. Será que quem toma uma carga de medicamento analgésico, uma criança, deixa de ter sarampo, porque tomou analgésico? Não. Vai ter sarampo. Só não tem sarampo se tomar vacina; varíola, a mesma coisa; H1N1, a mesma coisa; paralisia Infantil, só vacina.

As doenças viróticas, Senador, são redutíveis ou evitadas por vacina, por vacinação! Depois que você tem a doença, se desenvolve alguma coisa nesse sentido. O que você pode desenvolver? Para a H1N1, hoje tem uma medicação de escolha para H1N1 que é o Tamiflu. E, daqui oito meses, Senador Heinze, vai ter também um tamiflu da Covid-19. Mas agora, por enquanto, não tem isso! Não tem! Então, não há como querer confundir as pessoas numa doença que cursa levemente, moderadamente, ou é assintomática em mais de 90% dos casos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aí dão hidroxiclороquina...

Eu vou concluir, Senador. Pode ficar tranquilo. Eu vou concluir, até porque eu nunca interrompo V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. sempre muito fidalgo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. sempre muito fidalgo. Eu sei disso e o considero muito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu quero falar, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas eu interrompo. Se V. Exa. quer, não precisa nem ir pedir ao Presidente que eu interrompo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque eu...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu quero falar só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu peço, Sr. Presidente, respeitosamente... É entre os dois. Eu acho que são opiniões absolutamente divergentes. V. Exa., como médico, está falando como médico. Nesta Comissão são Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é que V. Exa. não estava aqui. É que ele citou o Senador Otto, é por isso que ele está respondendo.

(Tumulto no recinto.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele me provocou duas vezes, Senador Marcos Rogério, falando sobre Porto Seguro, sobre uma médica lá que passa hidroxiclороquina.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor como médico vai ouvir médicos falando! Não sou eu falando. Cientistas falando!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Senador Heinze quis me dar uma lição aqui. Eu não aceitei a lição dele, porque eu me acho mais capacitado do ponto de vista médico do que o próprio Senador Heinze. Esse é o problema!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não quis lhe dar uma lição.

Senador Otto, eu o respeito. Agora, vou lhe dizer o seguinte, eu trago evidências, eu trago evidências, eu trago evidências! E os médicos vão...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não quero fazer uma consulta com V. Exa. de jeito nenhum! Eu não me arrisco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não! Eu trago evidências de médicos cientistas. Não estou chutando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Para encerrar, eu lhe peço desculpas, Senador. Vamos desenrolar o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um falou como médico, outro falou como agrônomo. Está tudo resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Senador Renan Calheiros – Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito –, quero cumprimentar o Ministro Nelson Teich pela sua presença aqui para trazer informações e esclarecimentos sobre os fatos que são alvo de investigação desta CPI. Quero me congratular com essas informações. E, sobretudo, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o Ministro foi muito preciso no sentido de fazer uma defesa da ciência, uma defesa da técnica. Muitas vezes em indagações que aqui foram dirigidas ao Ministro Nelson Teich, ele sempre trouxe uma palavra de moderação, de ponderação, sobretudo para não se projetar em cima de determinadas questões que foram colocadas para ele no sentido de lincar as práticas de distanciamento social, de tratamento precoce e os números de infectados ou os números de óbitos, no sentido de que nós estamos diante de uma doença nova, desconhecida, que ainda está em desenvolvimento. Chamou a atenção para os riscos das novas variantes que poderão levar a novas preocupações e novos desafios. Eu estava, há pouco, aqui, vendo as notícias que vinham da Inglaterra, e lá já estão recomendando, Senador Humberto Costa, a terceira vacinação. Mais de 30 milhões de ingleses já estão caminhando para a terceira dose, para poder reforçar, no sentido de dar uma condição de maior proteção para a imunização.

Então, eu quero me congratular, Ministro Nelson Teich, pela forma muito elegante, uma postura muito eficiente, para que a gente possa, de fato, perseguir aqui a verdade, mas que a gente possa primar os trabalhos pelo equilíbrio, pela independência e para que a gente possa, ao final, alcançar aquilo que o Ministro Nelson Teich sublinhou, diversas vezes, no sentido de que o sistema de saúde pública do Brasil não estava preparado para esse desafio da pandemia, não estava preparado para maior integração, para um planejamento centralizado. Isso ele repetiu ao longo das suas respostas. Inclusive, em uma frase que eu procurei aqui pinçar, ele disse: "Não se prepara o País da noite para o dia para um enfrentamento da pandemia".

E isso é verdade, absolutamente verdade, porque, em alguns momentos, alguns companheiros, alguns membros aqui desta Comissão tentaram, de certa forma, forçar uma narrativa de que o Presidente Bolsonaro, por não estar atento às recomendações do distanciamento social ou em relação ao tratamento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precoce, que ele poderia ter perseguido a imunidade de rebanho – uma coisa muito distante uma da outra, até porque as estatísticas que hoje estão disponibilizadas pela Universidade Oxford, pela Universidade Johns Hopkins.... A gente pega os dados de ontem, que eu já tive a oportunidade de trazer a esta Comissão.

Peguem os dados de números de casos por milhão de habitantes da Inglaterra, de Portugal, da Espanha, da Itália, da França. Esses números estão muito em linha com o número do Brasil. Em cada país desse, com matizes políticas e ideológicas distintas, com políticas de distanciamento social – em alguns, mais duras; em outros, mais brandas –, você não tem muita diferença, a estatística não mostra muita diferença em relação ao instrumento da utilização mais ou menos efetiva do distanciamento social.

Querer avançar para levar à responsabilização ou à criminalização pelo elevado número de óbitos no Brasil me leva, aqui, a perguntar: ora, se a estatística que está sendo consolidada, depois de um ano e dois meses de pandemia, mostra que o Brasil é o 38º país do mundo nesse *ranking*, o que leva o Brasil, embora esteja nesse *ranking* em 38º, a estar no *ranking* de óbitos como a terceira posição? Por que, depois de infectados, muitos aqui morrem, quando todos nós sabemos que a estatística também traduz que 85% dos casos, como aqui foi dito, se apresentam de forma leve ou moderada, o que não leva sequer à internação ou à hospitalização? Então, a minha pergunta – e eu queria aí o apoio do Ministro Nelson Teich – é: por que nós aqui estamos perdendo muitas vidas depois que essas pessoas entram no hospital, entram no sistema hospitalar brasileiro? O que aconteceu com o nosso sistema hospitalar nesses últimos dez, quinze, vinte anos? Nós estávamos preparados? Nós tínhamos leitos suficientes? Como estava a estrutura hospitalar brasileira para poder ter levado o Governo Federal, que tinha acabado de assumir, com pouco mais de um ano de Governo, a contratar mais de 18 mil leitos de UTI junto à rede pública, junto à rede filantrópica, junto à rede privada? Aí a minha indagação: será que a gente se houve bem na preparação de profissionais, no treinamento de profissionais?

Eu acho que é isto que nós precisamos tirar de conclusões nesta CPI: precisarmos de uma legislação sanitária mais robusta; precisamos saber onde estão os gargalos do nosso sistema de saúde pública para cobrir os investimentos que não foram feitos no passado, para priorizar, como consequência desta situação que nós estamos enfrentando.

Eu queria ouvir – essa seria a minha primeira indagação ao Ministro Nelson Teich, ele que teve a oportunidade mesmo que por um período muito curto –, como médico, como gestor da área de saúde do Brasil, a visão dele sobre como se encontrava todo o sistema de saúde do Brasil para o enfrentamento desta pandemia. O que poderia ter sido feito lá atrás não deste Governo, mas de todos os outros governos?

Aqui não estou querendo apontar para os governos que vieram antes do Presidente Bolsonaro. O que nós não fizemos ao longo do tempo? Não quero aqui personificar, mas, por certo, deixamos de fazer alguma. E o que nós poderemos fazer a partir de agora? Quais são as prioridades que devem ser



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendadas para que a gente possa ter um sistema de saúde mais qualificado, uma resposta hospitalar mais eficaz, eficiente, para que a gente possa preparar o nosso sistema de saúde para outras ocorrências que podem surgir? Então, essa seria a minha primeira indagação.

E a segunda e última indagação para poder concluir a minha intervenção: V. Sa., Ministro Nelson Teich, falou que teve a oportunidade de trazer para o Brasil os testes da vacina da AstraZeneca/Oxford. E certamente esse primeiro passo que V. Exa. deu foi que teve sequência na assinatura do protocolo de transferência de tecnologia do Brasil com a AstraZeneca. Vocês percebam, e que quero aqui reiterar... Bote a África toda, Presidente Omar Aziz, bote toda a América Latina: só tem duas fábricas de vacina em funcionamento e todas as duas no Brasil, uma do Butantan e uma da Fundação Bio-Manguinhos. E olha que escolha acertada do Governo Federal ao assinar esse protocolo de transferência de tecnologia para que a gente possa produzir aqui a nossa própria vacina, o nosso próprio IFA! E, se Deus quiser, estaremos produzindo 100% aqui no Brasil já a partir do segundo semestre deste ano. E, se se confirmar o cenário que nós estamos vendo na Inglaterra de que vai ser preciso o reforço da vacinação, nós não vamos mais ficar dependendo de fornecedor nenhum, a gente vai produzir aqui a nossa vacina. E isso foi escolha, isso foi opção do Governo Federal, para que o Brasil pudesse ter a sua própria vacina. Então, eu queria ouvir também V. Exa. sobre esse processo de transferência de tecnologia. Como o senhor vê isso? O que nós poderíamos recomendar para que a gente não ficasse nessa dependência absoluta? O que precisaria também ser feito do ponto de vista da indústria de saúde pública no Brasil, para que o Brasil possa responder a outros desafios?

Então, eu deixo essas duas indagações para merecer a atenção e as respostas do Ministro Nelson Teich.

Muito obrigado.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Muito obrigado pelas perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minuto, Ministro. O senhor vai ter em torno de quatro minutos.

É que o Senador Fernando Bezerra faz uma pergunta interessante, até porque realmente o número de óbitos que chega... Qual é a razão que ele fala?

Eu estava lendo, na semana passada, um amigo meu me mandou... Eu estou esquecendo o nome do americano que falou em sindemia, que é uma somatização da pandemia com os problemas sociais, somatizado a algumas doenças crônicas que as pessoas têm e que causam um número de mortes muito grande. É lógico que eu não estou aqui dando uma de... Eu li. Não vou dizer que estou certo ou não. E o Brasil é muito propenso a isso por falta de políticas públicas e algumas coisas mais, que, normalmente, nós teremos de discutir no momento correto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que me chamou a atenção no meu Estado, e é por isso que eu falo isso aqui, é porque nós temos uma incidência... E o Eduardo foi Governador e sabe disso. Nós temos a maior incidência de HPV do Brasil lá no Estado do Amazonas; hepatite, hanseníase, tuberculose e outras "oses" mais, inclusive malária. Há muita gente com malária que toma o quinino, que é a cloroquina, o que afeta muito o fígado das pessoas e, com isso, elas ficam com problemas crônicos para o resto da vida.

Então, quando você levantou essa coisa, isso é importante, essa pergunta foi muito... É uma coisa que nós temos que debater em algum momento, o Senado vai ter que debater isso, o Congresso vai ter que debater.

E eu li, o Humberto leu, e até sugiro ler, é importante. É um americano que criou, na década de 90, a questão da sindemia, que é a pandemia somatizada a problemas sociais, doenças e outras coisas mais.

Então, só para reforçar a pergunta, Dr. Teich, porque eu vejo que o senhor é um estudioso, para que possamos colaborar com isso.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – O problema, começando da última parte da pergunta, que foi, o senhor falou em...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vacinas, transferência de tecnologia, produção, indústria nacional, insumos.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Como é que eu vejo isso? A gente tem que fazer escolhas, não há uma coisa certa ou errada. Quando você, por exemplo, depende da China ou da Índia, onde você tem 90%, 94% do seu insumo, do seu equipamento vindo de lá, você, naturalmente, fez uma escolha econômica, porque você achou que desse lugar você vai trazer mais barato e isso vai liberar recursos para você usar em outras áreas da saúde.

Quando você tem uma situação como esta, você vê o risco que é depender tanto de um país, de outros países. E aí pergunta agora é a seguinte: qual é a nossa estratégia, qual é o equilíbrio ideal entre eu desenvolver o Brasil e buscar a maximização do custo? E essa é uma decisão que vai ter que ser tomada, mas, isso para mim, é uma decisão que é uma escolha estratégica que o País tem que tomar. Então, isso aí... É óbvio que, se a gente conseguir produzir com mais eficiência e mais barato do que no exterior, isso é o melhor dos mundos, mas, se a gente não tem essa realidade, se eu tenho que escolher entre o que é de menor custo e o que me deixa mais protegido do resto do mundo, a gente vai ter que trabalhar. Porque se a gente pensar hoje, você pega a China e pega a Índia, são 2,8 bilhões de pessoas. Se a gente tiver um problema na China, se a gente tiver um problema na Índia, o impacto que isso pode ter mundialmente é enorme, porque eles vão se proteger. Então, essa é uma decisão estratégica, mais do que qualquer outra coisa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao como se preparar, o que eu comentei antes? Os sistemas de saúde não têm tanto recurso. Então, só para os senhores terem uma ideia, com base em 2020, os números que a gente tem do SUS: o SUS hoje tem mais ou menos 212 milhões de pessoas; 47,5 milhões, ou um pouquinho mais, têm saúde suplementar; o restante depende exclusivamente do SUS, são 165 milhões de pessoas. Se a gente pegar o recurso do sistema público e dividir pelas vidas do SUS, isso dá mais ou menos uns R\$2.200 por pessoa, por ano. É óbvio que esse número vai variar a depender de onde você pesquisa, há sempre uma variação, mas não vai ser uma coisa gritante.

Se você olhar países como os Estados Unidos... Por que eu estou citando Estados Unidos? Porque vacina é a tecnologia, coisa nova, e na vacina, tecnologia nova geralmente tem um padrão mundial, ela tem um padrão local. Eles hoje têm mais ou menos R\$65 mil, R\$66 mil para gastar, por pessoa, por ano – que foi um dado de 2020 –, comparado com 2.200 do SUS, mais ou menos. Se você quer um país, como o Reino Unido, que é uma referência do nosso SUS, são mais ou menos R\$24 mil por pessoa, por ano. Só estou colocando a gente aqui num contexto de qual é a realidade financeira: hoje, do nosso financiamento em saúde, mais ou menos 43% vêm da saúde pública, que é mais ou menos... Você divide federal, estadual e municipal. O restante, as pessoas acham, às vezes, que isso é saúde suplementar, convênio; não é. Um pouquinho mais da metade é gasto do bolso. As pessoas têm que pagar por isso, seja se ela tem um sistema público ou suplementar, se é o sistema público... Então, essa é a realidade do País, está certo?

Então, esse financiamento é que vai definir... Por que eu estou colocando isso? Para os países como o nosso, é muito mais difícil sem tentar trabalhar custo, muito. Então, o que acontece? Por que eu estou falando isso? Os sistemas de saúde têm que funcionar com a eficiência máxima. Com eficiência máxima, você normalmente evita ociosidade. Você está falando em equipamentos, está falando em leitos, você está falando em recursos humanos. E aí eu não estou discutindo carências existentes no momento, porque você pode ter um sistema que no momento já tem carência de leito, de profissional de saúde, de equipamento. Eu não estou discutindo essa deficiência do momento. Eu estou dizendo em relação a como se preparar para o futuro. Se você tem um sistema que trabalha assim no limite, a chance de você fazer com que esse sistema responda a uma sobrecarga é mínima, praticamente nenhuma, principalmente quando você não tem informação em tempo real e complexa e de qualidade para entender, fazer um diagnóstico rápido e evoluir.

Por que eu estou falando isso? Final disso tudo: o mais importante é controlar a transmissão, porque você tem que tentar não sobrecarregar o sistema, até porque, quando tudo isso passar – algum dia a Covid vai passar –, se você criou uma estrutura que é além do necessário, você vai assumir que teve um gasto que foi para o momento, você pode ter alguma perda. O que você pode fazer agora também é o seguinte: o que era deficiente antes, o que eu posso aproveitar da estruturação da Covid para eu melhorar a eficiência e a infraestrutura do sistema? Então, isso seria como eu conduziria, entendeu? Então, ele valeria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma coisa fundamental que foi colocada são as doenças não Covid. E hoje a gente também tem o Covid longo, que você vai ter que trabalhar, tem que se preparar para isso. Por exemplo, se você olhar o que aconteceu com cirurgia de câncer, com diagnóstico de câncer, houve uma queda significativa, são pessoas que vão ter consequências futuras, seja de tratamento mais agressivo, seja de morte. Então, realmente o sistema... E o que aconteceu com o sistema? Para ele poder se adaptar rapidamente à Covid, ele teve que sacrificar um pouco as outras doenças. Então, na prática, além de tudo, você sacrificou o sistema como um todo quando você aborda o não Covid também.

Isso que eu estou falando é o seguinte, é a definição de estratégia e planejamento, seja para evitar, em pandemias futuras, que você tenha uma quantidade grande de pessoas com a doença, seja para você definir como é que você quer se estruturar em relação à dependência externa e como é que você tenta aproveitar esse momento para sanear deficiências anteriores. Isso seria como eu conduziria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E esse contrato, essa transferência de tecnologia não foi assinada ainda, não é? A transferência de tecnologia AstraZeneca e Fiocruz?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, não foi assinado. Não foi assinado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu acho que a situação nossa em relação a ter insumos vai piorar com essa declaração de hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É porque hoje continuaram as ameaças do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Hoje foi ruim, viu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E as pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele chama de guerra química e tal. E aí a gente está dependendo... Estamos na mão dos chineses para trazer o IFA. Nós não temos produção do IFA aqui e nem vamos ter tão cedo. A gente depende da Índia para alguns insumos, depende da China para outros insumos. Então, eu acho que essa... Não é momento de a gente cutucar ninguém - não é o momento. Nem aqui entre nós, sabe, Fernando? Você é o Líder do Governo, e eu tenho respeito muito grande por V. Exa., até porque você é capaz de tirar água de pedra, caboclo. É algo difícil, mas você tira.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Neste caso é mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora, eu estou lhe falando, porque agora ele está...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas não subestime...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não dá para subestimar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, não. O assunto foi desviado. Eu só queria fazer uma última pergunta ao Ministro Nelson Teich.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você fez uma pergunta que ele não respondeu, inclusive, sobre a questão das doenças: por que o número de mortes?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, não. Só quero mais uma última pergunta para dar oportunidade aos outros Senadores.

Mas ele, ao falar, falou que o sistema já trabalhava no limite, e aí veio a pandemia. Então, a pergunta que eu deixo para reflexão, porque eu sei que é muito difícil estimar isso, mas houve escolhas e houve opções, ocorreram opções e escolhas por parte do Governo Federal e por parte do Congresso Nacional. E a escolha foi a transferência vultosa de recursos que foram aportados ao sistema de saúde. Sem esses recursos, será que poderia se estimar em que situação nós estaríamos hoje? Um sistema que estava sob limite, sem recursos, subfinanciado, quantos brasileiros mais não poderiam perder as suas vidas?

Então, para mostrar também que tem muitas ações que merecem o reconhecimento daquilo que foi decidido, definido, para que a gente possa fazer um julgamento mais equilibrado e mais justo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu agradeço.

Vou passar para o Senador Fabiano Contarato, pela via remota, por favor.

Depois a Simone. *(Pausa.)*

Você tem que ativar o seu microfone, Contarato. *(Pausa.)*

Não estou te ouvindo. Teu microfone... *(Pausa.)*

Nada ainda. Eu que tenho que ativar ou ele?

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Teu computador, Contarato, deve estar com algum problema. Nós não estamos conseguindo te ouvir. (*Pausa.*)

Enquanto você ajeita aí, eu vou passar para a Senadora Simone...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Está me ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora estou.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Está me ouvindo? Está me ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k. Já estamos ouvindo. Pode falar, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar. *Por videoconferência.*) - Obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores. Obrigado, ex-Ministro, pelo comparecimento.

Eu confesso que hoje eu estou um tanto quanto estarecido. Não estamos aqui... Os Senadores me perdoem a fala de quem defende hidroxiclороquina, ivermectina, mas V. Exas. não estão fazendo a correlação entre causa e correlação. Você pode, efetivamente, ter a utilização de determinada medicação em determinada cidade e diminuir o número de óbitos, mas isso não é comprovação científica, porque senão nós estamos aqui acabando com a ciência.

Quem faz ciência são os cientistas, dentro do laboratório, com pesquisa com seus pares. Então, por favor, daqui a pouco estamos defendendo que a Terra é plana!

A digital deste Governo nessa quantidade de óbitos já está impregnada. E eu quero fazer o alerta nesta Comissão Parlamentar de Inquérito de que não é só do Presidente da República: é de quem, de qualquer forma, tenha concorrido para esses crimes, para essas mortes.

Hoje nós lamentamos a morte do querido Paulo Gustavo, e em sua pessoa saúdo aqui todas as famílias, externo meus sentimentos às famílias dos 412 mil mortos. Agora, essas são mortes evitáveis. Nós estamos falando de gente que está morrendo todos os dias no Brasil já havendo vacina para aplicar.

Nós temos aqui que analisar uma conduta, porque contra fatos não há argumentos. O que se dizia, "é só uma gripezinha", "não passa de 200 mortes", "cloroquina resolve", "gente morre todo dia", "máscara nos faz respirar ar viciado", "eu obedeco ao comandante"... Olha, Sr. Presidente, com todo o respeito, essas pessoas são responsáveis por estar sendo violado o principal bem jurídico, que é a vida humana. Não vamos aqui baixar o nível e falar que hidroxiclороquina e ivermectina... Você poderia ser o Prêmio Nobel de Medicina, mas quem faz ciência são os cientistas, dentro dos laboratórios, pesquisando isso, debatendo com seus pares, não é fazendo da população brasileira cobaia, porque é isso que está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo feito. Quando o Governo repudia uma vacina com comprovação científica e difunde a utilização de uma medicação sem nenhuma comprovação científica, ele está sendo diretamente responsável. E o art. 29 do Código Penal é claro: quem, de qualquer forma, concorre para o crime, responde pelo mesmo crime na medida de sua culpabilidade. E mais ainda: quem deixou de praticar um ato... A omissão é penalmente relevante quando esse agente tenha, por lei, obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Então, tenhamos mais respeito com a ciência, tenhamos respeito com os nossos cientistas, porque analisar... Como muito bem disse o Senador Otto: então, você pode tomar água todos os dias... Então, o que te salvou foi a água? É óbvio que não! Por favor, respeitem a ciência, é isso que eu peço.

E aqui a minha fala vai para o ex-Ministro com alguns questionamentos, e eu peço aqui que ele seja objetivo para respondê-los naquilo que for possível.

Ontem o ex-Ministro Mandetta falou sobre uma minuta de decreto presidencial que alteraria a bula da cloroquina para permitir o uso contra a Covid-19. O senhor chegou a ver ou ouvir algo sobre isso?

O senhor hoje mencionou uma reunião com o Conselho Federal de Medicina, quando foi apresentado um protocolo de uso ampliado para a cloroquina. Após a apresentação inicial do Conselho Federal, qual foi a reação do Presidente e dos demais participantes? Havia algum médico ou especialista contrário ao uso da cloroquina naquela reunião? O senhor sinalizou algum tipo de discordância em relação à posição do CFM?

Outro questionamento.

Uma das principais recomendações dos cientistas e autoridades sanitárias para combater o Covid é evitar aglomeração, coisa que o Presidente propositalmente, dolosamente, intencionalmente faz questão de burlar.

Apesar disso, o Presidente da República foi repetidamente responsável por reunir grandes grupos de pessoas, sem qualquer preocupação com a disseminação do vírus. Nos últimos meses, ele tem viajado o País, realizando grandes eventos e reuniões, o que não só produz aglomeração, mas também serve para disseminar o vírus, até porque ele e membros de sua comitiva raramente usam máscaras ou obedecem às regras de distanciamento.

Assim, gostaria de saber se o senhor, pessoalmente, alertou o Presidente ou demais ministros sobre o risco – esse risco ao qual... E, se o senhor fez isso, qual foi a reação dele?

Além disso, o Ministério da Saúde chegou a preparar diretrizes para os demais órgãos do Governo Federal sobre a realização de reuniões e eventos? Porque o Ministério da Saúde tem essa responsabilidade. Quais são as campanhas para combater, para prevenir a difusão desse Covid-19? Elas foram seguidas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Tribunal de Contas da União identificou que os gastos do Governo Federal com campanhas de publicidade relacionadas à Covid se focaram na divulgação de medidas econômicas, e não nas medidas de prevenção à contaminação e disseminação da doença. Dos mais de 83 milhões gastos, apenas 800 mil foram investidos na divulgação de medidas preventivas. O senhor mencionou um encontro com o responsável pela área de comunicação do Governo. A campanha discutida tinha qual ênfase? Houve resistência por parte da Secom ou de outros órgãos do Governo para realizar campanhas de publicidade com enfoque em prevenção e distanciamento social? Na sua avaliação, qual foi o impacto de mais essa omissão do Governo Federal na disseminação do Covid-19 pelo Brasil?

O Governo Federal tem sido muito criticado – e corretamente criticado – por omitir dados e reduzir ou eliminar a transparência das informações relativas à pandemia. Durante o seu período à frente do Ministério da Saúde, o Presidente Bolsonaro ou algum outro membro de seu gabinete pediu para que o senhor alterasse o conteúdo ou a forma de divulgação das informações sobre Covid-19?

Como avalia as ações tomadas pelo Ministro Pazuello, ao alterar a forma de contar e divulgar o número de óbitos causados pela Covid-19?

Finalizo aqui, Sr. Presidente, agradecendo esta oportunidade e, mais uma vez, pedindo aos colegas que tenham a humildade de enaltecer a ciência, de enaltecer os cientistas, porque ficar falando que o médico X, Y ou Z, na localidade Z, aplicou hidroxiclороquina, como se com isso fosse feita uma correlação entre causa e efeito, é você acabar, de uma vez por todas... Então, acabe com a Anvisa, acabe com a comunidade científica, acabe com os estudiosos, acabe com a Academia. Tenhamos humildade e vamos respeitar.

Agora, não é porque o Senador tem uma formação "a" ou "b" ou "c"... Vamos respeitar a ciência. É a ciência que tem que ser dita. E a ciência, o trabalho dela é fazer a verificação, discutindo com seus pares dentro de laboratório, não é utilizar a população brasileira como cobaia, porque isso já está sendo feito desde o início dessa pandemia, que vitimou 412 mil brasileiros e brasileiras. Nós já temos mais de 15 milhões de brasileiros infectados, que estão com sequelas irreparáveis.

Mas eu volto a falar: a digital nessas mortes, nessas lesões corporais está impregnada pelo Chefe do Executivo e seus ministérios. E, volto a dizer: todos têm que ser responsabilizados. E faço um apelo ao Relator, o querido Senador Renan Calheiros, que tenha essa sensibilidade de atribuir, efetivamente, a responsabilidade a essas pessoas, porque a saúde pública é um direito social expresso no art. 6º, mas há uma ratificação desse direito social no art. 196, quando diz que a saúde pública é direito de todos e dever do Estado.

E eu não posso aqui me furtar, como sempre usei o Sistema Único de Saúde, a ouvir Senador falar que o SUS não está preparado. Temos um Sistema Único de Saúde que é exemplo para o mundo. Quem defende Estado mínimo agora está vendo a importância do Sistema Único de Saúde. Eu defendo um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado com "e" maiúsculo, que dê efetividade a essa garantia constitucional, a esse direito humano essencial, que é o direito à saúde pública como uma proteção ao principal bem jurídico: a vida humana, que está sendo violada sistematicamente pelo Governo Federal e seus ministros. Eu não tenho dúvida disso.

Agradeço a compreensão do Presidente e do Ministro que aqui se faz presente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado. Obrigado, companheiro.

Vou passar...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Senador, o senhor poderia, por favor, me fazer umas perguntas, porque ele fez tantas que eu acho que ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu acho que a maioria das perguntas que ele fez o senhor já respondeu ao longo aqui, que eu vi.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Há alguma que o senhor sugira, assim, mais específica, Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Presidente, uma pergunta que eu tinha feito e que ele repetiu agora, o Ministro, o Senador Contarato - e V. Exa. demonstrou boa vontade para respondê-la, mas eu acho que, como elas aconteceram cumulativamente... -, é sobre o detalhamento da reunião a que o Senador se referiu também, a reunião da cloroquina.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) - Tá. Nessa reunião, essencialmente, o que aconteceu foi: o Presidente do CFM veio com um documento, conversou com o Presidente, colocou para ele o que o CFM faria, que seria estender a autorização de uso para a doença leve, dependendo da condução do médico que estivesse vendo àquele momento, e basicamente foi isso que foi falado, acabou a reunião e eles saíram. Não teve uma extensão disso. Foi realmente uma, uma... Levar o documento para o Presidente. A essência foi isso, Senador. A essência foi. Não teve uma coisa maior do que isso. Foi só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Contarato. (*Pausa.*)

Senador Contarato, mais algum questionamento que ele deixou de responder?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Presidente, só queria que ele esclarecesse se em algum momento ele alertou o Presidente sobre as medidas restritivas, utilização de máscara, os seus ministérios; porque isso é uma constante no Governo Federal. E as campanhas com a Secom? Por que dos R\$83 milhões gastos apenas 800 mil foram investidos na divulgação de medidas preventivas? Nós temos que trabalhar com prevenção, porque a saúde pública é um direito de todos. Então, eu gostaria de ouvir isso do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - No caso específico do dinheiro, ele passou menos de um mês, 29 dias, quer dizer, não teve nem tempo de fazer propaganda. Mas em relação à questão do isolamento, ele já respondeu isso várias vezes. Mas eu peço a V. Exa. para responder novamente para o Senador.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Em relação ao isolamento, a minha posição era que a gente trabalhasse os critérios e trouxesse aquilo para um programa de controle de transmissão, que é o que eu tenho falado aqui durante o depoimento. Isso era o que era o objetivo. E, obviamente, quando eu apresento um documento desse, quando a gente discute isso com o Conass, com o Conasems, eu deixo uma posição muito clara do que eu sou a favor, quer dizer, ali não era uma posição radical de ser a favor ou ser contra tudo. Aquilo você tinha... O problema hoje da Covid, tudo isso, é que você tem ações específicas que têm que ser dirigidas por informação, pela situação do momento. E a abordagem radical de "ah, é a favor de *lockdown*", "é contra o *lockdown*", naquele momento até foi uma coisa ruim, porque transformava uma discussão que poderia ser técnica em uma discussão política.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora Simone Tebet, por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Obrigada, Sr. Presidente; Relator, Senador Renan; Ministro Teich, muito obrigada pela presença.

Eu começo fazendo aqui um pedido de desculpas a V. Exa. Pedir desculpas porque hoje pela manhã V. Sa. acabou presenciando uma cena lamentável aqui nesta Comissão, mas quero tranquilizá-lo de que isso faz parte da democracia. Esse é o bom debate, o bom embate...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Claro.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... e nós sempre conseguimos resolver os nossos problemas apesar das nossas diferenças.

Mas trago novamente essa questão à baila porque, nas tratativas hoje, no início da manhã, vi nitidamente o constrangimento de V. Sa., o que me lembrou também o constrangimento que vi na sua expressão facial e corporal - aliás, diz o ditado popular que os gestos muitas vezes valem mais do que mil palavras -, não só na reunião ministerial com o Presidente da República e os ministros, extremamente constrangido naquele momento, como também naquela coletiva ao vivo em que foi surpreendido com um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decreto presidencial de que V. Sa. não tinha conhecimento e, pelo que me deixou muito claro ali, não concordava.

Então, assim... Faço, portanto, esta primeira consideração porque vejo em V. Sa. aqui não uma testemunha; vejo em V. Sa. aqui um homem da medicina, da ciência, um profissional capacitado a responder não só como testemunha, mas como técnico. Então, vejo V. Sa. aqui como um perito, como médico legista, como aqueles que vão muitas vezes a um depoimento, em um processo, tentar ajudar a formar o juízo de conhecimento, a buscar a verdade, que é o que nós queremos aqui.

Aqui a Bancada Feminina, todas nós estamos aqui em defesa da vida e em busca da verdade. É isso que nós queremos. Então, é com esse espírito que eu peço a V. Exa. que possa responder aos questionamentos na sua opinião, sem nenhuma preocupação com o que vai dizer. Aqui as perguntas que faço não são à testemunha, mas ao homem, ao profissional que tem tudo na vida profissional.

Aliás, começo por isso, Sr. Ministro. O senhor tinha tudo, profissionalmente falando: conhecimento, capacidade, reconhecimento; um homem, repito, da ciência, da medicina e da educação. O senhor trouxe o seu tudo para o tudo de todos no Ministério da Saúde. O senhor procurou trazer toda a sua bagagem, todo o seu conhecimento, todo o seu espírito público em nome do tudo que é a vida de cada um de nós. Foi essa sensação que eu tive quando eu o vi no Ministério da Saúde.

Acontece que o senhor, muito rapidamente, saiu do ministério. Menos de um mês. E o tempo todo diz aqui que o ponto nevrálgico ou ponto crucial foi o embate ou a não concordância que teve com a tal da cloroquina, que, aliás, Sr. Presidente – fazendo parêntese aqui –, nós temos que tomar muito cuidado.

Nós temos prerrogativas como Senadores da República, mas nós também não podemos cometer crimes. Nós temos que tomar muito cuidado. Nós estamos em rede nacional e nós não podemos ter Senadores que não sejam médicos fazendo aqui apologia a um medicamento, que nós não sabemos se tem eficácia, sob pena de exercício ilegal da medicina, independentemente de eu concordar ou não, mas nós temos que tomar muito cuidado com o exemplo que nós damos aqui na Comissão. Repito: nós estamos ao vivo.

Acontece, então, que o senhor disse que a divergência foi com a cloroquina, mas, ao mesmo tempo, disse que isso refletiu o todo. Sobre a cloroquina, eu não quero mais discutir – acho que já fomos longe sobre esse assunto –, eu quero entender esse "todo". Então, eu vou fazer perguntas bem rápidas e objetivas – se o senhor puder me dizer sim ou não – e, depois, uma pergunta subjetiva em que o senhor possa se alongar, se for o caso.

O senhor disse que o Presidente não interferiu. Eu pergunto: o senhor entrou com um propósito – pelo período que estava, não tinha vacina ainda – de avançar com testagem em massa e com uma campanha de afastamento social – não de *lockdown*, mas de afastamento social –, para voltarmos o mais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rápido possível à retomada da economia e com estudos clínicos em relação à vacina. Eu pergunto ao senhor: quantas reuniões o senhor teve com o Presidente da República nesses menos de 30 dias?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Se eu me lembro bem, quatro reuniões.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Oficiais ou apenas foram encontros?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acredito que estavam na minha agenda.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nessas reuniões oficiais, o que dizia ou o que disse o Presidente da República sobre o programa de controle de testagem?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso eu não discuti com ele. Isso aí eu fui fazendo o que eu achava que tinha que fazer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O que o Presidente disse em relação a uma possível fala do senhor, se é que teve, em relação à campanha de afastamento, à campanha publicitária ou quando o senhor falava a respeito do afastamento social, da importância do exemplo, enfim?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Ele nunca me abordou em relação a isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E o senhor nunca conversou com ele a respeito também em reuniões oficiais?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Especificamente não, mas eu estava tocando um projeto, que logo foi esse que foi publicado e hoje está no Conass e no Conasems.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor disse que o Presidente não interferiu, mas eu perguntaria... Diante de toda essa experiência que o senhor tem e diante até das colocações aqui, o problema da mortalidade, da carnificina, do calvário que as famílias estão passando, neste momento de dor e de lamento, é por conta da falta de dinheiro – isso não faltou, realmente, e o que não faltou foi por parte do Congresso Nacional, a injeção bilionária de recursos públicos por parte do Congresso Nacional, diga-se de passagem –, mas foi dito muito que a questão aqui era financeira. Eu pergunto: efetivamente, seria isso o problema todo dessa quantidade de mortes no Brasil?

Havia divergência sobre, de uma certa forma, o que o senhor pensava e o que o Governo pensava em isolamento social, tanto é verdade que volta e meia o Ministro da Economia e o próprio Presidente falavam da impossibilidade de *lockdown* e mesmo de isolamento. Eu pergunto: na experiência do senhor, o senhor acha que, se nós tivéssemos feito aquilo que o senhor pensava para o País em termos de política sanitária e de isolamento social, nós teríamos esse número de mortes? Eu não estou especificando se mais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou menos, mas esse número de mortes? **O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH** – Só um instantinho, Senadora. Eu estou só procurando um número aqui para passar o número certo porque eu fiz essa conta. Eu acho que – deixe-me ver se eu consigo achar aqui – uma coisa que eu dei... Eu avaliei a nossa evolução de mortes e casos e eu vi que, quando você pega o pico de mortes na segunda onda em relação à primeira, o número de casos aumentou 68% e a mortalidade aumentou 180% ou 160%, o que me sugeriu que o vírus tinha uma letalidade maior.

Em relação ao uso de recurso financeiro, não é só dinheiro que faz diferença. É a eficiência com que o sistema funciona. Então, hoje o país que mais gasta dinheiro com saúde são os Estados Unidos, e eles tiveram um cenário muito ruim. Se pegar Luxemburgo, que é o país mais rico do mundo em termos de PIB *per capita*, a gente chegou a ter 1.260 mortes. Então, por que eu estou falando isso? É uma combinação de recurso financeiro, obviamente, mas com uma eficiência na condução do sistema.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É essa pergunta, Ministro. A eficiência do sistema faria com que nós diminuíssemos o número de mortes no Brasil? Essa eficiência do sistema implicaria, naquele momento, um certo isolamento social?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A eficiência do sistema, sim, mas não só sobre o isolamento social.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. A pergunta é, primeiro...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sobre o isolamento, sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – No uso de máscaras?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim.

Eu quero até quero fazer um comentário. O que acontece? Normalmente, você tem, vamos dizer, três blocos da parte da transmissão. Primeiro, a gente lá tem os suscetíveis, os infectados, esses que recuperaram. Com a variante, você pode ter um problema porque o recuperado pode voltar a ser suscetível. Então, você tem que ter esse cenário. Mas a outra coisa é: o que está acontecendo hoje e nas próximas, talvez, duas semanas é uma consequência do que já aconteceu anteriormente, da transmissão que já aconteceu. Daqui para frente, você vai ver que, em algum momento nas semanas futuras, o que você fizer hoje vai fazer diferença. Então, o distanciamento é importante, porque três coisas são fundamentais: o tempo que a pessoa transmite; durante o tempo em que ela transmite, o quão intensa é a transmissão – e aí a variante pode ser mais transmissível –; e o quanto as pessoas interagem. Quando você faz a restrição, o isolamento, o *lockdown*, seja o nome que você vai dar, você restringe o contato e,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naturalmente, você vai fazer os casos e mortes caírem. O problema prático é como você consegue sair disso. E aí a gente tem agora uma opção, que é a vacina, mas que está um pouco lenta.

Então, o que estou dizendo é o seguinte: enquanto a gente não tinha a vacina, a minha sugestão na época era justamente um controle da transmissão, que envolveria testagem, isolamento, rastreamento, quarentena. Qual é o problema prático? Você precisa ter não só um sistema de saúde funcionando, mas um sistema social que consiga abraçar as pessoas que não conseguem se afastar. Então, esse isolamento é necessário, trava os casos e trava as mortes, diminui a sobrecarga do sistema, mas esse planejamento não é simples, porque, na prática, enquanto você não tem uma solução... O que é o ideal hoje? Enquanto você faz o distanciamento e começa a vacinar, em algum momento você tem uma proteção e você consegue sair do distanciamento. Então, por que estou colocando a dificuldade que é de você gerir uma situação como essa? Agora, o que é inegável é que, quando você só tem a opção do distanciamento e da máscara, essa é a opção que você tem que seguir. A resposta a sua pergunta objetiva é sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - O senhor acha que houve, havia vontade política do Governo - eu não estou dizendo do Presidente da República, porque um governo não é personalista nem personalíssimo, por mais que alguns entendam que seja. O Governo é ele e sua equipe, e, obviamente, o Chefe do Executivo - eu já fui Prefeita duas vezes - é responsável, obviamente, pelas decisões certas ou equivocadas daqueles que são nomeados de livre nomeação por ele.

A pergunta é: o senhor acha que havia vontade política desse Governo, no sentido de dar suporte, não só autonomia, mas liderança a V. Sa. em relação a uso de máscaras, gel, isolamento social, campanha publicitária e testagem em massa?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Eu vou ser bem objetivo. Quando eu falei que eu não tinha autonomia, eu não tinha autonomia e liderança, porque, eu... Quer dizer, na minha... Como é que eu vejo isso? Eu acho que, em situações como a da Covid, em que você tem uma situação Brasil, você precisa de liderança e coordenação. E aí você tem que receber essa autonomia para ter liderança para poder ir buscar essa liderança e essa coordenação. Então, realmente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - V. Sa. respondeu todas as perguntas. Eu agradeço.

Se me permitir, desculpe a ousadia, mas é pelo elogio que faço, o reconhecimento ao seu trabalho, à capacidade. Eu tive o cuidado de buscar sua biografia, mas, com todo o respeito, acho que o Governo queria um garoto propaganda, ele queria alguém que fosse uma vitrine para que pudesse continuar fazendo aquilo que entendia ser o certo, rejeitando a ciência, contrariando, e, em nome do negacionismo, contrariando todas as orientações científicas, profissionais e médicas.

Então, aqui não vai... Aqui não é nenhum demérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Ao contrário, é um elogio que faço a V. Sa. Parabenizo-o não só pela entrada, por ter tentado lutar pelo bom combate, mas por ter tido a coragem de sair rapidamente e não ter o seu nome manchado em toda essa história.

Muito obrigada.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH - Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Antes de passar para o próximo orador, eu preciso aprovar os requerimentos de convocações para a semana que vem, porque, se abrir a Ordem do Dia, nós não podemos votar requerimentos.

Ainda faltam a Senadora Zenaide e o Senador Rodrigo Cunha.

Senador Renan, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, só um minutinho, que eu tenho que votar os requerimentos.

Vejam os requerimentos de pedidos de informação também, quais são? Esses?

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É para ler os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Esses requerimentos de convocação para terça-feira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Requerimento que convoca Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan. Senador Alessandro Vieira.

São poucos, eu vou citar o nome e os requerimentos.

Convoca Ernesto Henrique Fraga Araújo, ex-Ministro das Relações Exteriores, Senador Marcos do Val.

Convoca também o Ernesto Araújo, o Ministro das Relações Exteriores, o Senador Alessandro Vieira.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca Fabio Wajngarten, ex-Secretário Especial de Comunicação Social, o Senador Randolfe Rodrigues.

Novamente, no mesmo sentido, o Senador Alessandro Vieira.

Convoca Fernando de Castro Marques, Presidente da União Química Farmacêutica, Senador Omar Aziz.

Convoca Marcellus Campêlo, Secretário de Saúde do Amazonas, Senador Marcos Rogério.

Marcellus Campêlo, também Secretário do Amazonas, Senador Marcos do Val.

Marta Díez, Presidente da Pfizer, o Senador Omar Aziz.

Nísia Trindade Lima, Presidente da Fiocruz, Senador Alessandro Vieira.

Nísia Trindade, também, Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos aprovar esses requerimentos, de comum acordo. Eu conversei com todos. Terça-feira seria o ex-Secretário Fábio Wajngarten com a Pfizer. Quarta-feira seria a presença da Fiocruz e a presença do Butantan. E na quinta-feira a presença do ex-Ministro Ernesto Araújo e a Sputnik.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite, só uma rápida ratificação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Dra. Marta Díez assumiu a representação da Pfizer no Brasil em fevereiro deste ano. O Governo brasileiro tinha tratativas com a Pfizer desde o ano passado. Então, eu queria só complementar, Senador Renan e Senador Presidente. Junto com a Dra. Marta Díez, também o antecessor dela à frente da Pfizer no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ou seja, seria um depoimento com a presença dos dois, do antecessor da Dra. Marta Dias...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Secretário de Saúde do Estado do Amazonas, posterior... Esse também será ouvido aqui por nós.

Aqueles que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para acrescentar, Presidente, Dr. Carlos Murillo, antecessor da Dra. Marta Díez.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) -
Então, Carlos Murillo e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, vamos chamar os dois para virem, está certo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) -
Exatamente. Dr. Carlos Murillo e Dra. Marta Díez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E a gente também, na quarta-feira, vai ouvir tanto a Fiocruz quanto o Butantan juntos, porque eu acho que, tratando-se de vacina, nós não precisamos fazer duas reuniões. Vamos ouvi-los, até porque eu acho que não há divergência em relação às informações que nós queremos saber de IFA, de uma série de coisas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) -
Presidente, qual é a ordem amanhã? Quem fala primeiro: o Ministro ou o Presidente da Anvisa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Amanhã é o Ministro, o Ministro Marcelo Queiroga. É Queiroga o nome dele. Eu o chamo de Quiroga. Até peço desculpas, mas é Queiroga. É o Ministro que fala primeiro. E o Ministro está há pouco tempo também. Ele vem aqui mais mostrar como ele encontrou...

Em votação os requerimentos de convocação.

Aqueles que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada a pauta da semana que vem, e, posteriormente à semana que vem, já o Secretário...

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 331, DE 2021

Requer que seja convocado o Sr. Dimas Tadeu Covas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 249, DE 2021

Requer seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor Ernesto Henrique Fraga Araújo, ex-ministro de relações exteriores.

Autoria: Senador Marcos do Val

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 330, DE 2021

Requer que seja convocado o Sr. Ernesto Araújo.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2021

Requer a convocação do Senhor Fabio Wajngarten, ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 329, DE 2021

Requer que seja convocado o Sr. Fábio Wajngarten.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 430, DE 2021

Requer a convocação do Senhor Fernando de Castro Marques, Presidente da União Química Farmacêutica Nacional, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Senador Omar Aziz

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 185, DE 2021



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento de Convocação do Sr. Marcellus Campêlo, Secretário de Saúde do Amazonas.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 257, DE 2021

Requer seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor Marcellus José Barroso Campêlo, secretário de estado de saúde do Amazonas.

Autoria: Senador Marcos do Val

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 412, DE 2021

Requer a convocação da Senhora Marta Díez, presidente da subsidiária da farmacêutica Pfizer no Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Senador Omar Aziz

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 321, DE 2021

Requer que seja convocado para prestar depoimento a esta CPI a Sra. Nísia Trindade Lima.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 422, DE 2021

Requer a convocação da Sra. Nísia Trindade Lima, Presidente da Fiocruz.

Autoria: Senador Omar Aziz)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor declina de novo aí a ordem da semana que vem? Fica Fábio Wajngarten, Marta Díez e Carlos Murillo para...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria... Eu só queria uma questão.

Eu acho que, para cada cidadão que está sendo convocado, tem uns dez requerimentos, está certo? Eu mesmo apresentei vários em relação a isso daí. Eu acho que seria importante que se desse a público todos os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que dissessem respeito a essas convocações, porque as pessoas nos cobram.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Eu já pedi isso umas dez vezes para a Secretaria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – As pessoas perguntam: "Rapaz, mas vocês não apresentaram requerimento..."

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade. É verdade. Eu já pedi tanto para fazer isso, mas a gente tem dificuldade de comunicação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Exa. em relação aos requerimentos para que a gente votasse um requerimento de minha autoria em relação ao Sr. João Paulo Marques dos Santos, que é o Secretário Executivo da Secretaria de Saúde do Amazonas. Era esse o nome que eu havia indicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Secretário de Estado é Marcellus Campêlo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas o requerimento que eu apresentei e que estou solicitando é o 399.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem. Sem problema nenhum. Eu não sei nem quem é.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, por mim...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para acrescentar isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... pode chamar a Secretaria toda, se quiser. Não tem problema nenhum.

O.k.

Então, vamos votar...

Qual é o número?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o 399.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o 399.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, o Regimento Interno do Senado Federal é muito claro no art. 146. Diz exatamente assim: "não se permitirá na CPI a convocação de agentes do Poder Judiciário, da Câmara Federal e dos Estados".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exatamente fez isso o legislador lá atrás para, numa posição como essa agora – não é o caso do Senador Marcos Rogério, pelo qual eu tenho grande estima e admiração –, pudesse numa CPI, próximo de uma eleição, convocar Prefeito, convocar secretário, convocar Governador para fazer politicagem.

Então, eu encaminho contra o requerimento do nobre Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Regimento, quando vai tratar dessa questão, está no 146: "Não se admitirá Comissão Parlamentar de Inquérito sobre matérias pertinentes à Câmara dos Deputados, às atribuições do Poder Judiciário, aos Estados". Tem que ler o comando: "sobre matérias pertinentes".

O que nós estamos apurando aqui – e esse foi o objeto do segundo requerimento – é que onde houve recursos federais encaminhados há competência federal para investigar. Veja V. Exa. que essa lógica é tão mezinha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, eu não vou entrar em debate em relação ao meu Estado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não... Eu estou contraditando o Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu sou a favor do seu requerimento, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Eu agradeço, mas eu não estou questionando V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor pode... Todo requerimento, se for para convocar qualquer pessoa do Estado do Amazonas, eu voto favorável, para não passar lá no Estado que eu estou tentando fazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não. V. Exa. não, de jeito nenhum. Eu só estou contraditando o argumento do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sou literalmente... Eu sou favorável a qualquer requerimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito. Eu estou contraditando o argumento de fundo do Senador Otto porque é importante, Sr. Presidente. Não é V. Exa., não. V. Exa. está agindo com muito acerto na condução.

O que eu estou questionando aqui... É porque é o seguinte: quando há presença de recurso federal, há convênio federal, há competência federal para investigar. Veja V. Exa. que o Tribunal de Contas, que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um órgão auxiliar do Congresso Nacional no controle de contas – o poder de controle é do Parlamento. A função é lá, poder é aqui –, pode investigar.

Agora, como que alguém que defende a Constituição vai dizer que o tribunal pode e o Parlamento não pode. Claro que pode. A Polícia Federal pode, o Ministério Público Federal pode, o Parlamento também. O requisito é: há recurso federal, há convênio, há equipamento? Há competência federal para investigar.

Aliás, há precedentes justamente nesses termos. Por isso, estou fazendo a contradita para não parecer que estamos fazendo algo aqui casuístico. Não é.

Agradeço a V. Exa., e V. Exa. não quis em nenhum momento criar nenhum obstáculo a que a investigação fosse nessa extensão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu apenas citei o artigo. Não estou me referindo ao Amazonas. Agora, é claro que o Plenário é soberano para decidir isso, e eu tranquilamente posso votar até a favor, não tem nenhum problema. Só citei o artigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – *(Falha no áudio.)*

... há uma decisão do Tribunal de Contas da União do ano passado, portanto não tem nada a ver com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sob a Presidência do José Mucio, de que não é competência do Tribunal de Contas.

Eu peço até para requisitar essa decisão para auxiliar a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento do Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só um minutinho!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, deixe-me esclarecer um fato aqui, para não se achar que estou contra a convocação do agente que foi citado pelo nobre Senador Marcos Rogério.

Na minha preocupação de defender o Regimento Interno do Senado, que todos nós temos a obrigação de conhecer – eu não gosto de ser regimentalista, mas sempre o leio para não passar batido –, eu apenas o citei, mas, se vai ao Plenário, eu voto a favor, sem problema nenhum, desde que tenha, como o Senador Marcos Rogério falou, alguma conexão, algum nexos, para não ficar chamando também todos os Prefeitos ou Governadores, para emparedar e dificultar a investigação que é o fato determinado no requerimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Excelência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Qual é o fato determinado no requerimento?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Ele está respondendo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Por favor... Eu estou falando.

Qual é o fato determinado no requerimento? O primeiro requerimento do Senador Randolfe falava na questão que aconteceu no Amazonas; é um fato determinado. Qual é o outro? A fiscalização do repasse dos recursos federais a Estados e Municípios. Então, nós temos que seguir aqui a legislação como ela está escrita, e não como cada Senador acha que deve ser.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas, Senador, sinceramente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Eu jamais faria isso.

Eu sei a posição de V. Exa. qual é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas eu não...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - E até destaco o seu desprendimento, a maneira de agir. Eu estou apenas citando o fato real da lei, para que nós não possamos aqui sair de dentro da legislação. É só isso, mais nada!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só para o senhor ter uma ideia, Senador... É só um minutinho, Senador! Como é que falta oxigênio, com pessoas gritando por falta de oxigênio, e a gente, que está na CPI da Covid, não vai convocar as pessoas que são responsáveis no Estado do Amazonas e aqui no Governo Federal? Não há justificativa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Eu concordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tanto é que o seu requerimento, Senador Randolfe, é extensivo ao Estado do Amazonas pela falta de oxigênio, para apurar responsabilidades. E, mais do que ninguém, o Secretário de Saúde do Estado do momento tem como nos explicar o que aconteceu.

Por isso, Senador Marcos Rogério, eu sou a favor. Você está me entendendo? O Estado do Amazonas é um dos itens a ser investigado na CPI. Ele está ali citado literalmente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., Senador Omar, desde o início, demonstrou, muito claramente, na condução dos trabalhos, a intenção justamente de fazer a investigação chegar aonde ela tem de chegar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... sem blindagem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem blindagem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, não pode haver em relação... Se chegou recurso federal, se há indícios de algum desvio, de algum crime, tem que ser investigado!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Cumprimento V. Exa. e o homenagem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, por gentileza... Presidente, o pleno acordo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se o Senador Marcos continuar falando, ele vai me convencer a votar contra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Pois vote!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se ele continuar argumentando, ele me convence a votar contra. Eu estou querendo votar a favor do requerimento dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Que coisa boa!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Olhem só, o que o Senador Otto colocou é o seguinte: é o fato determinado da CPI. Lembremos o célebre telefonema do Presidente Jair Bolsonaro para o Senador Kajuru. Qual o objetivo que se quer? Dispersar! Eu sou oposição, Senador Renan, ao Governador do meu Estado. Eu poderia querê-lo aqui. Mas não vamos dispersar!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o fato determinado desta CPI? Ações e omissões do Governo Federal no que tange ao combate à pandemia da Covid-19, notadamente os acontecimentos de Manaus, no Estado do Amazonas, e os fatos conexos – e os fatos conexos.

Então, na preliminar, estava tudo de acordo. Se insistir nessa argumentação de tentar ampliar, de desviar, aí vou acabar tendo que votar contra algo de que eu já estava convencido a votar a favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então vamos votar como está, nesse escopo, mas sem a abrangência que se quer, porque abrangência, Senador Renan, é aquele telefonema. É o que o telefonema diz. Então vamos votar o que foi estabelecido por essa Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., eu agradeço.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Omar, Senador Omar, só eu colocar a minha posição regimental.

Eu, por exemplo, nesse caso de Manaus, Amazonas, voto a favor, porque está no requerimento, foi assinado e encaminhado pelo Senador Randolfe Rodrigues. Então, não há nenhum problema. Eu apenas citei aqui um fato determinado. Só isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu voto a favor do requerimento dele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente, só porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... meu nome foi citado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, mas só um minutinho. V. Exa. vai já falar. Primeiro, eu vou votar o requerimento, e aí já está...

Requerimento do Senador Marcos Rogério.

Quem aprova permaneça como está. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 399, DE 2021

Requerimento de Convocação do Sr. João Paulo Marques dos Santos.

Autoria: Senador Marcos Rogério)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está aprovada já a pauta da semana que vem e, posteriormente, as outras semanas que virão.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Senador Omar Aziz, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A ordem da semana que vem, só para V. Exa. ter que declinar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De novo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, espere aí, espera aí, espere aí. Já falei dez vezes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas só para ficar claro. Terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá, dez vezes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Terça-feira...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Fábio Weingarten...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... Fábio e Pfizer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pfizer são os dois da Pfizer? Só queria confirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O anterior...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. colocou o ex-dirigente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... da Pfizer; quarta-feira, Butantan e Fiocruz; e na quinta-feira, o ex-Ministro Ernesto Araújo e a Sputnik.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito, esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está o.k.?

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Presidente Omar Aziz, obrigado pela oportunidade.

Eu estava acompanhando o debate aí. Eu queria deixar muito claro, muito claro, que, em relação a esta CPI, Senador Renan Calheiros, com todo respeito a quem pensa diferente, mas a gente está ouvindo, a gente está caminhando nas ruas, nos mercados, conversando com as pessoas nas feiras, e existe uma expectativa de que esta CPI possa realmente cumprir um papel para a Nação, com justiça.

Então, questionamentos aqui que a gente fez no início já foram vencidos, certas situações. Mas eu faço um apelo para os senhores, até para que esta CPI, para que a imagem do Senado Federal seja resguardada, a imagem nossa, do trabalho que a gente está se propondo a fazer, para o qual a sociedade está atenta.

O meu requerimento é um requerimento muito claro. Não tem como a gente tentar interpretar da maneira como a gente quer. O meu requerimento, assinado por 45 colegas respeitáveis aqui, a maioria do Senado Federal, é para investigar bilhões de reais de verbas federais enviadas para Estados e Municípios.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há outra forma de se entender diferente. Inclusive eu relaciono lá os fatos determinados, que são operações da Polícia Federal, de que todo o Brasil tomou conhecimento.

Então, assim, tenho vários requerimentos nesse sentido. O Senador Marcos Rogério tem vários requerimentos nesse sentido, outros colegas aqui que pediram para a gente apresentar. Então, para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k., Senador. O.k., Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Para concluir, Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Só para concluir. Posso concluir, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Girão, eu estou aqui, eu estou desde 10h da manhã aqui. Olha só, eu não almocei. V. Exas. se levantam, vão, voltam. Aí eu tenho que... As pessoas que estão em casa têm direito de falar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas eu posso só concluir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu respeitosamente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Só concluir? V. Exa. me dá um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas a sua questão de ordem se estende muito. Eu já entendi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não é questão de ordem, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu assinei o seu requerimento, é extensivo. E, aí, eu vou repetir novamente: o Presidente do Senado Federal, quanto apensou o seu pedido de CPI extensivo, fez um despacho dizendo que tudo aquilo que tenha conexão será investigado, e falou em relação a Governadores e Prefeitos, ainda, inclusive. Então, não tem dúvida da CPI, não tem dúvida!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Olha, se o senhor me der um minuto, para eu concluir, eu quero deixar isso claro aqui, porque, se a gente entender diferente do que a gente fez, do pedido de CPI aprovado e apensado, se der uma interpretação que a gente quer, seja para blindar "a", ou "b", ou "c", eu acredito que isso é uma fraude contra o povo brasileiro, Presidente Omar Aziz.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não faça isso!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, eu faço, eu faço!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa., de manhã, veio aqui prescrever remédio, como se fosse médico. E, agora, o senhor volta aqui só para ofender a gente?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor está me acusando de prescrever? Eu não sou nem médico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu não sou nem médico! Como é que eu vou prescrever remédio?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E como o senhor estava prescrevendo cloroquina aqui, rapaz?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, eu fiz perguntas respeitadas, Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O que eu acho é que a gente não pode, nessas horas... Existe o TCU...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Que conversa é essa? Que conversa é essa, rapaz?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Se existe o TCU, que é um órgão auxiliar do Legislativo, para ver contratos federais, por que a gente não pode ver aqui?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Veja bem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...

Sr. Presidente, só para colaborar, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador...

Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Omar...

Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... à Senadora Zenaide Maia, remotamente. Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Estão falando várias coisas aqui, mas eu queria perguntar: como o senhor mostrou aí que não existia vacina, quando, então, o senhor era o Ministro, o senhor chegou a mostrar ao Presidente da República que mais grave do que os efeitos colaterais desses medicamentos, como hidroxicloroquina, ivermectina, mais grave do que isso era a falsa esperança que dava ao povo brasileiro, dizendo que quem tomava esses remédios ou não tinha a doença, ou, se tivesse, era curado e não se agravava? O senhor mostrou isso, a gravidade dessa falsa esperança?

E, segundo, o senhor sabia, conversou com ele, sobre a importância de mostrar ao povo brasileiro, fazendo campanhas publicitárias, porque não tem como o senhor fazer o povo acreditar em fazer distanciamento social... Falou com o Presidente sobre esses dois assuntos juntos, a falsa esperança de cura pela hidroxicloroquina, a falsa esperança de que, quanto a esses medicamentos, quem tomava não tinha a doença, ou, se tivesse, era fraca? É mais grave do que os efeitos colaterais dados por ela, junto com a falta de uma publicidade sobre a gravidade da doença, de uma publicidade educativa, ensinando ao povo como se defender. O senhor chegou a falar com a Presidente da República sobre a gravidade de não fazer isso naquele momento?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ter que encerrar... Eu vou ter que encerrar a sessão, porque...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, pessoal.

Eu vou ter que encerrar a sessão, porque, quando abre a sessão do Senado, a Ordem do Dia, não tem mais reunião.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

Presidente, terminou, foi?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Abriu a Ordem do Dia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E a questão dos requerimentos de informação? Tem gente que a gente vai ouvir por requerimento pedindo informação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amanhã, eu voto todos os requerimentos de informação, todinhos! Está bom? Pode ser?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Voto todinhos! Amanhã eu quero votar todos os requerimentos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrada a reunião.

A gente convoca para amanhã, às 10h da manhã, para nós ouvirmos o Ministro Marcelo Queiroga.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 38 minutos.)